BRASIL E CHINA
MULTIPOLARIDADE

BRASIL E CHINA
MULTIPOLARIDADE

Samuel Pinheiro Guimarães
organizador

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
Fundação Alexandre de Gusmão

Organização do Seminário
Marco Antonio Soares de Souza Maia
Sebastiana Maria de Azevedo
Revisão dos textos
Clara do Carmo Rios dos Santos
Rachel Couto Falcão Freire Gomes
Preparação de originais
Eliane Miranda Paiva
Editoração eletrônica
André Luís Pires de Carvalho
Capa
André Luís Pires de Carvalho
Equipe de apoio
Anderson Rodrigo Gonçalves Lima
Elza Marí dos Reis Veras
Florentina Florencia de Freitas
Renata Maria de Azevedo
Recepção
Maria Alice Peixoto Lobo Ferreira

Brasil e China: Multipolaridade / Samuel Pinheiro Guimarães, organizador. - Brasília: IPRI, FUNAG, 2003.
Textos apresentados no seminário Brasil-China, Rio de Janeiro, 1999.

ISBN 85-7631-005-8

1. Cooperação Internacional. 2. Tecnologia - China. 3. Tecnologia - Brasil. 4. Política energética - China. 5. Política energética - Brasil. 6. Brasil - Comércio exterior. 7. China - Comércio exterior - Brasil. 8. China - Relações exteriores. 9. Seminário Brasil-China (1999 : Rio de Janeiro). I. Guimarães, Samuel Pinheiro, org. II. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. III. Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 341.232(51:81)

O Seminário Brasil-China realizou-se nos dias 18 e 19 de novembro de 1999 graças ao generoso apoio das seguintes pessoas e instituições:

Embaixador Álvaro da Costa Franco, Presidente da FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão
Dr. André Lara Resende, Presidente do
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Dr. Charles Tang, Presidente da CCIBC – Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China
Professor Evando Mirra, Presidente do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Dr. Firmino Ferreira Sampaio, Presidente da Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras

Dr. Flávio de Andrade, Presidente da Souza Cruz

Dr. Hugo Serrado Stoffel, Presidente da MBR - Minerações Brasileiras Reunidas

Embaixador Jório Dauster, Presidente da Vale do Rio Doce

Ministro Luiz Fernando Ligiéro, Chefe da ACS/MRE - Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

Dr. Virgílio Russi, Diretor-Geral da Canadian Airlines
O Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais tem o prazer de registrar seus agradecimentos ao Embaixador Affonso Ouro-Preto, Embaixador do Brasil em Pequim, pela inestimável colaboração para o sucesso do Seminário.

Agradecemos também a:

Dr. Armando Castelar Pinheiro – Chefe do Departamento Econômico do BNDES;

Dr. Carlos Roberto de Faria e Souza – Superintendente de Cooperação Internacional do CNPq;

Lilian Gelly – Hotel Le Meridien e

Marisbela L. Cunha - Voetur Turismo.

Os textos reunidos nesse livro foram apresentados durante o Seminário Brasil-China, realizado nos dias 18 e 19 de novembro de 1999, no Rio de Janeiro.

O Seminário foi organizado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais com o apoio da ACS/MRE, do BNDES, da CCIBC, da Canadian Airlines, do CNPq, da Eletrobrás, da MBR, da Souza Cruz e da Vale do Rio Doce.

Os debates do Seminário contaram com a participação de mais de setenta especialistas brasileiros e chineses que examinaram os principais pontos de convergência e divergência nas duas sociedades e as perspectivas de cooperação entre os dois países.

Os artigos e os debates do Seminário representam um esforço permanente para aprofundar o conhecimento sobre a política exterior e as relações bilaterais entre os dois países.

Sumário

mesa 1 - Ciência e Tecnologia: políticas nacionais e possibilidades de cooperação.....13

Huang Da-Wei 15

Biodiversidade na China e possibilidades de cooperação com o Brasil

José Roberto Rodrigues Peres 43

Brasil e China: aliança e cooperação para o novo milênio

Li Mingshu 71

Tecnologia da Informação na China e no Brasil: possibilidades de cooperação

Renata La Rovere 97

Políticas de difusão de Tecnologias da Informação no Brasil e na China

Telmo Silva de Araújo e Francilene Procópio Garcia 109

Oportunidades de negócios de Tecnologia da Informação entre Brasil e China

mesa 2 - Energia: políticas nacionais e possibilidades de cooperação 133

Hildebrando Gonsales 135

Oportunidades de cooperação na indústria petroquímica

João C. A. Figueira 143

Petróleo no Brasil e na China e possibilidades de cooperação

Li Gansheng 149

Sinopec: Empresa Integrada de Energia

Li Haiyuan 157

O fortalecimento das relações internacionais é uma estratégia essencial da Corporação Nacional de Petróleo da China no desenvolvimento da indústria chinesa de gás natural

Lu Yanchang 173

O desenvolvimento da indústria de energia elétrica na China e perspectivas de cooperação Sino-Brasileira nesta área

Virgilio Vitoria Xavier de Morais 197

Gás Natural no Brasil e na China: possibilidades de cooperação

mesa 3 - A China e o Brasil na política internacional 213

Paulo G. Fagundes Vizentini 215

As Nações Unidas na visão brasileira e chinesa: políticas externas comparadas (1945-2000)

Qian Liren 247

Em direção a um mundo multipolar

Severino Cabral 263

Brasil e China - aliança e cooperação para o novo milênio

Shang Deliang 291

Cooperação política entre China e Brasil versus multipolarização

Vamireh Chacon 309

Política externa da China na virada do século XX ao XXI

Yin Heng Min 319

Desenvolvimento do relacionamento da parceria estratégica sino-brasileira rumo ao século XXI

mesa 4 - A China e o Brasil na globalização.....325

Carlos Aguiar de Medeiros 327

Crescimento, inserção externa e estratégias de desenvolvimento no Brasil e na China

Carlos Tavares de Oliveira 355

O comércio reabriu a China para o mundo

Charles A Tang 387

Mercantilismo: o caminho da prosperidade da China e o modelo para o Brasil

Jiang Shixue 407

Relações de investimento entre Brasil e China em direção ao século XXI

Long Guoqiang 435

China: políticas de desenvolvimento regional

Plinio de Arruda Sampaio Jr. 455

Brasil e China – estratégias antípodas de participação na globalização dos negócios

Wang Zhiquan 475

A política comercial da China e as relações comerciais sino-brasileiras

Programa do Seminário..... 481

Anexo..... 489

mesa 1

Ciência e Tecnologia: políticas nacionais e possibilidades de cooperação

Biodiversidade na China e possibilidades de cooperação com o Brasil

*Da-Wei Huang**

I - Introdução

Hoje biodiversidade é uma das palavras mais comumente usadas, não somente na biologia mas também na sociedade. Mesmo para os políticos, é uma vergonha o desconhecimento do termo "biodiversidade".

O que é biodiversidade?

Biodiversidade, ou diversidade biológica, é o termo dado à variedade de vida na Terra e aos padrões naturais que ela forma. O termo biodiversidade é comumente usado para descrever o número e variedade de organismos no mundo vivo. Este uso é essencialmente um sinônimo de "Vida na Terra". Biodiversidade pode ser melhor entendida ao ser descrita em termos de genes, espécies e ecossistemas, correspondendo a três níveis fundamentais de organização biológica.

1. Diversidade genética

A diversidade genética representa a variação herdada dentro de e entre populações de espécies. Focaliza essencialmente as variações nos componentes de ácidos nucléicos, isto é, a seqüência dos quatro pares que constituem o código genético. Novas variações genéticas ocorrem em um indivíduo por mutações no gene e cromossomos e se propagam através da população pela recombinação de espécies com reprodução sexual. Outros tipos de diversidade genética podem ser identificados em todos os níveis de organização, incluindo a quantidade de DNA por célula, estrutura e número de cromossomos. É importante para a variação genética tornar possível tanto a transformação evolutiva natural como a procriação seletiva artificialmente.

* Diretor do Instituto de Zoologia, Academia Chinesa de Ciência

2. Diversidade de espécies

Uma vez que o mundo vivo é comumente considerado em termo de espécie, a biodiversidade é muito amplamente usada como um sinônimo de diversidade de espécies, em particular de "riqueza de espécies", o que significa o número de espécies em um habitat considerado. A biodiversidade global é tipicamente apresentada em termo de número de espécies em diferentes grupos taxonômicos na Terra. Ninguém sabe quantas várias espécies diferentes de plantas, animais e microorganismos existem no mundo vivo. As estimativas variam de 5 milhões a 50 milhões ou mais. Até agora, cientistas só nomearam e identificaram cerca de 1.7 milhões de espécies. Não se trata de um número estatístico absoluto porque ninguém pode contá-lo com exatidão.

A raça humana é geralmente vista como a espécie mais natural para a consideração de diversidade de organismos. Espécies são também o foco primário de mecanismos evolutivos e a origem e extinção de espécies são os tópicos principais para o estudo da diversidade biológica. O conceito de espécies é, no entanto, problemático diferindo consideravelmente entre grupos distintos de organismos ou diferentes taxonômicos, de modo que as espécies não podem ser reconhecidas e enumeradas pelos cientistas com total precisão. O significado ecológico de uma espécie pode ter um efeito direto na estrutura da comunidade e, mais adiante, na biodiversidade como um todo.

3. Diversidade do ecossistema

Ecossistemas organizados estritamente por grupos de espécies são estruturas complexas nas quais a existência de uma espécie afeta diretamente muitas outras. Usualmente, a diversidade do ecossistema é avaliada ao se mensurar a diversidade das espécies componentes, envolvendo a abundância relativa de espécies diferentes, bem como os tipos de espécies. Uma área ou habitat é considerado mais diverso se possui espécies diferentes mais abundantes ou se possui um maior numero de espécies em níveis tróficos distintos, em diferentes grupos taxonômicos. Uma vez que diferentes pesos podem ser atribuídos a esses fatores distintos quando se está avaliando a diversidade de um habitat em particular, não existe um índex para medir a diversidade do ecossistema.

A avaliação quantitativa de diversidade no nível do habitat, comunidade e ecossistema permanece problemática. Uma vez que não há

uma definição e classificação única de ecossistemas no nível global, somente em termos de vegetação, é difícil descrever a diversidade do ecossistema numa base global, exceto numa base regional ou local. Ademais, ecossistemas diferem de genes e espécies ao incluírem componentes abióticos.

Por que a biodiversidade é tão importante para nós?

A vida humana é absolutamente ligada a outras espécies, de modo que a biodiversidade apóia a vida humana em centenas de caminhos.

Os seres humanos são diretamente afetados pela biodiversidade. Nossos alimentos, confecção de roupas, materiais de construção, remédios, etc., são explicitamente fornecidos pela natureza. Mais da metade da população mundial usa medicamentos extraídos de plantas e animais silvestres e um número similar depende da madeira para construção, aquecimento, iluminação e cozimento de alimentos.

Os seres humanos vêm transformando a biodiversidade para melhorar a qualidade de suas vidas. Por intermédio das atividades de fazendeiros, exploradores, cientistas e outros, novas variedades são criadas e plantas e animais são distribuídos em lugares onde previamente não existiam. Através de biotécnicas, tais como cruzamento de raças, clonagem de genes, etc., cientistas criam novas variações ao utilizarem organismos selvagens que possuem a vantagem única de serem resistentes a vírus, doenças e insetos. Essas atividades serão úteis para a solução de problemas como fome, doenças de plantas e animais, etc.. Além do mais, a base de tal tipo de atividades repousa nas espécies selvagens que estão sendo seriamente ameaçadas. Muitas espécies selvagens são raras ou estão se extinguindo. À medida em que mais espécies selvagens se perdem, torna-se mais difícil proteger as colheitas da ação de pestes e doenças.

A biodiversidade desempenha uma parte essencialmente importante ao proteger a Terra em que vivemos e manter a biosfera como um sistema em funcionamento. Florestas ajudam a regular o clima e a quantidade de chuvas, manter o solo fértil e prevenir que este seja escavado nas encostas por tempestades.

Os objetivos almejados com a conservação da biodiversidade são aproximadamente os seguintes: 1) usar a maioria dos elementos da biodiversidade, correntemente ou potencialmente, direta ou indiretamente, como recursos biológicos; 2) manter a biosfera em um estado saudável,

melhorando-se a qualidade da vida humana em termos econômicos ou culturais; 3) manter a biodiversidade per si, em particular de todas as espécies vivas em termos de ética e estética.

O que está acontecendo em termo de biodiversidade?

O comportamento destrutivo do homem está ameaçando agora a biodiversidade, apesar de a humanidade ter adicionado à diversidade da natureza. Populações crescentes, poluição, uso excessivo de recursos naturais como o peixe e madeira, etc., a conversão de habitats selvagens em fazendas, a mecanização crescente da agricultura, expandindo cidades e áreas industriais, todas essas ações estão conduzindo muitas espécies de plantas e animais à beira da extinção.

Um problema essencial é que metade do mundo é muito mais rica de que a outra metade. Os países industrializados usam, de modo ilimitado, muito mais do que a sua porção justa de recursos naturais. Por exemplo, somente um quarto da população mundial queima três quartos dos combustíveis fósseis mundiais. A economia da maioria dos países mais pobres depende das exportações de recursos naturais. Por um lado, as nações industrializadas defendem a proteção à biodiversidade, especialmente nas suas terras. Por outro lado, elas consomem as matérias primas das florestas virgens nos países mais pobres. O comércio tropical de madeira, que levou a tanto desmatamento no sudeste asiático, tem crescido amplamente em função da demanda de consumidores ricos na Europa e Japão.

Outro problema é que riqueza e terra são distribuídas de modo desigual dentro de um país também. Na África do Sul, os 15% mais prósperos da população total possuem mais de três quartos das terras. Enquanto isso, milhões de camponeses não têm nenhuma terra e lutam pela sobrevivência. Eles são levados, freqüentemente, a explorar, além do limite razoável, qualquer área natural ao seu alcance. Todo ano, cerca de 17 milhões de hectares de floresta tropical desaparecem, nos quais a ampla biodiversidade tem sido mantida. Estima-se que cerca de 60.000 plantas e até mesmo quantidades maiores de animais poderão ser extintas nos próximos 30 anos se essa situação se mantiver.

A biodiversidade declina em função dos métodos tradicionais de plantação. A plantação difundida de colheitas altamente produtivas e uniformes tem levado muitas variedades à extinção. Nos Estados Unidos, os fazendeiros cultivam um quinto das variedades vegetais cultivadas há

100 anos. Tal plantação reduz o reservatório de genes disponíveis para cruzamento de raças e tornam os sistemas de agricultura muito vulneráveis a pestes e doenças.

O meio ambiente em que vivemos está enfrentando sérios danos e não pode apoiar a biodiversidade por muito tempo. Quaisquer danos ao meio ambiente significam que a biodiversidade está perdendo numa alta velocidade. Poluição industrial, água de esgoto e erosão do solo de encostas que foram tiradas de suas florestas protetoras têm seu preço. Mais e mais florestas estão desaparecendo, mangues e recifes de coral estão sendo reduzidos e a parte restante deles está sendo degradada. Rios e nascentes, lagos estão sendo danificados.

O uso excessivo da biodiversidade contraria o equilíbrio natural induzindo ao desastre. A pesca excessiva na Grande Barreira de Recife foi parcialmente responsável pela erupção de estrelas-do-mar coroa-de-espinhos. Sem os predadores, as estrelas-do-mar proliferaram e mataram os corais, reduzindo os recifes a uma massa de esqueletos mortos que foram rapidamente cobertos com algas.

II - Biodiversidade na China

A China é uma das nações na Terra mais ricamente provida em termos de biodiversidade. A biodiversidade da China é classificada como a terceira no mundo e a primeira no hemisfério norte. Essa riqueza pode ser explicada em número de espécies vivas junto com vastas riquezas de materiais genéticos, na proporção de espécies endêmicas e no número de colheitas silvestres, cultiváveis e espécies domesticáveis. A megadiversidade da China possui valor para a geração presente e para as futuras gerações, tanto no país quanto globalmente. De acordo com dados estatísticos preliminares, cerca de 30.000 espécies de plantas mais desenvolvidas na China respondem por mais de 10% do total de plantas mais desenvolvidas no mundo. Entre elas, cerca de 200 espécies são endêmicas à China. Os mamíferos, as aves, os répteis, anfíbios são estimados, no total, em mais de 10% do mundo. A China também reserva um número razoável de animais endêmicos raros como o panda gigante, o macaco nariz-chato e o golfinho do rio Yangtsé etc. Quanto aos invertebrados, incluindo-se os insetos, são mais de 80.000 espécies registradas, a estimativa variando de acordo com dados diferentes, considerando 10-50% de espécies globais para grupos distintos. A China possui, porém, a maior população humana mundial, incluindo algumas das áreas mundiais intensivamente cultivadas e seriamente povoadas e algumas das regiões do planeta desertas e impolutas. Uma das razões da

China ter sido capaz de manter essa população imensa está diretamente relacionada à confiança na sua biodiversidade durante milhares de anos.

A biodiversidade provê não somente um conjunto de organismos vivos ao povo chinês mas também serviços ecológicos de imenso valor essenciais para o desenvolvimento saudável da economia, agricultura, aquacultura, meio ambiente chinês etc. Os valores e benefícios reais da biodiversidade para a economia e sociedade chinesa não são reconhecidos sem questionamentos nem são completamente compreendidos pelo público e governo. Os serviços ecológicos da biodiversidade são muito mais valorizados do que os produtos diretos. De fato, o valor total de produtos e serviços foi estimado entre 257 e 421 bilhões de dólares por ano na China. Em virtude da falta de apreciação dos valores do serviço ecológico, atividades economicamente importantes eram consideradas com precedência sobre a conservação do ecossistema, conduzindo os erros de planejamento. Isso leva a erros de política que custarão bilhões de dólares numa ação futura.

A produção agrícola e animal doméstica na China deve ser considerada como um serviço principal de biodiversidade, uma vez que toda semente usada naquelas áreas deriva da biodiversidade e todo aperfeiçoamento de colheitas e criação de gado depende da conservação da biodiversidade da China.

Apesar de todos os esforços consideráveis e valiosos do Governo, cientistas, funcionários e do povo chinês, a situação do meio ambiente e biodiversidade da China está seriamente ameaçada. Infelizmente, essas ameaças não são ainda compreendidas em sua totalidade. A população humana crescente e o incremento das atividades econômicas exercem pressão sobre os habitats naturais e biodiversidade na China. Devido à fragmentação do habitat e à degradação do ecossistema, muitas espécies estão sendo ameaçadas ou postas em perigo, entre elas 156 de um total de 640 espécies mundiais ameaçadas na lista vermelha da *CITES*[1] são da China. A utilização atual não pode ser mantida e os recursos naturais estão declinando de modo irreversível. Os seguintes fenômenos estão afetando seriamente a economia e bem-estar do país: a produção decrescente de peixe e madeira, a escassez de plantas medicinais, o rareamento da vida selvagem, a extinção de espécies, a perda de florestas e gramados, o avanço do deserto, a erosão crescente do solo, a diminuição do lençol freático, a poluição do ar e água, a chuva ácida, o aquecimento global, a freqüência

[1] CITES - *Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora*. Tratado em vigor desde 1975. [Nota da tradutora].

crescente de enchentes e secas, e a erosão crescente da costa etc. A China está se tornando um dos continentes mais sensíveis para a biodiversidade global. As atividades governamentais, que visam parar com tal forma de degradação na biodiversidade e meio ambiente e restaurá-los à produtividade sustentável, são fortemente bloqueadas pela falta de coordenação, pela falta de cooperação entre as autoridades locais e o governo, pela falta de consciência pública sobre biodiversidade e pela falta de investimento em treinamento, educação, equipamento e operações.

O mundo inteiro está se beneficiando da biodiversidade da China na forma de germe de arroz, trigo, cevada, chá e animais domésticos. Ao mesmo tempo, a China se beneficia das várias fontes externas de biodiversidade derivadas como batatas, milho, açúcar, borracha, óleo de dendê, eucalipto etc. O uso excessivo da biodiversidade e dos recursos naturais destruirão a natureza que lhes fornece sustento, a menos que a conservação e a preservação ativas sejam realizadas de modo bem sucedido em todo o país. A conservação da biodiversidade chinesa é significativa tanto para a China quanto para o mundo.

Ações e estratégias

1. Questões internacionais

- A China assinou a Convenção sobre Diversidade Biológica no Brasil, em 1992, e se tornou uma das seis primeiras nações a ratificar a Convenção.
- A China aderiu a um número de convenções e programas internacionais como o Programa da UNESCO sobre o Homem e Biosfera, a *CITES*, o Programa Mundial de Herança, a Convenção *RAMSAR*, convenções sobre aves migratórias etc.
- A China está cooperando com várias organizações internacionais sobre convenção da biodiversidade, por exemplo, *WWF*, *IUCN*, *GEF*, Fundação McArthur e *WFP*.
- A China estabeleceu o Conselho Chinês para Cooperação Internacional em Meio Ambiente e Desenvolvimento - *CCIED*[2] para fortalecer a cooperação internacional sobre meio ambiente e desenvolvimento e para

[2] Sigla em inglês para *Chinese Council for International Cooperation in Environment and Development*. [Nota da tradutora]

submeter as recomendações ao Conselho de Estado. O Grupo de Trabalho de Biodiversidade do *CCIED* focaliza a biodiversidade.

2. Questões nacionais

· A China tem desenvolvido um sistema nacional de reservas naturais para muitos anos. Essas áreas protegidas já somam mais de 800 incluindo 57 no nível nacional. No total, essas reservas cobrem 5% das terras.

· Muitas leis e regulamentos entraram em vigor, na China, nos últimos anos, para a proteção dos animais selvagens e para regulamentar o uso de espécies vivas, tais como a Lei de Florestas, a Lei dos Animais Selvagens, regulamentos sobre silvicultura e pesca etc, e mais leis locais.

· O Plano de Ação de Conservação da Biodiversidade foi lançado, em maio de 1994, como um documento plataforma para guiar a conservação da biodiversidade na China.

· Cientistas chineses vêm fazendo um inventário da biodiversidade do país, coletando cerca de 20 milhões de espécimens de organismos, publicando várias centenas de monografias e mesmo mais *papers*, publicando o Livro Vermelho de Dados da China de plantas e animais, publicando recomendações para ação (i.e Biodiversidade na China – *Status* e Estratégia).

· Muita atenção tem sido conferida pelas organizações relevantes, tais como a Comissão estatal para Ciência e Tecnologia, a Fundação Científica Nacional e a Academia Chinesa de Ciências.

Estudando biodiversidades

Como uma atenção crescente tem sido conferida à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade na China, cientistas chineses têm realizado muitas pesquisas em todos os níveis da biodiversidade: gene, espécies e ecossistema. Esses estudos se preocupam, na teoria e na prática, com a biodiversidade na China, incluindo as seguintes questões: os princípios, estratégias e enfoques de conservação e uso sustentável da biodiversidade, análise da situação atual e estratégia de conservação das espécies

ameaçadas, o fenômeno da perda da biodiversidade e as causas de tal perda, mecanismos de rareamento e ameaça de plantas e animais, dinâmica da população e análise de sobrevivência, densidade populacional e estrutura de espécies ameaçadas, restauração e aumento da biodiversidade em ecossistemas degradados, relação entre biodiversidade e desenvolvimento, relação entre biodiversidade e estabilidade no ecossistema, efeitos de desastres naturais na biodiversidade, significado da biodiversidade no gerenciamento de pestes e ecossistema artificial, sistema de informação sobre biodiversidade, conservação *in situ* e conservação *ex situ*. Muitos tipos de ecossistemas e meios ambientes foram analisados, tais como florestas temperadas, florestas tropicais chuvosas, florestas primárias ou secundárias, desertos, planaltos, prados montanhosos, recifes de coral, rios, lagos e mares etc. Somente uma parte dos estudos sobre biodiversidade foi discutida aqui.

1. Estudos sistemáticos sobre biodiversidade

Os taxonômicos chineses têm contribuído em muito para a descoberta e compreensão da biodiversidade na China. Os principais resultados dizem respeito aos seguintes aspectos:

· A compilação crescente de plantas, animais e microorganismos;

· As centenas de monografias e livros e milhares de *papers* taxonômicos nos níveis nacional e local, incluindo três séries biotas nacionais: "Flora da China," com 125 volumes publicados e a primeira versão finalizada, "Fauna da China", com 50 volumes publicados, "Criptogamia da China" com 10 volumes publicados;

· A publicação dos códigos para gêneros ou espécies e a lista de controle de alguns grupos.

Apesar desses importantes resultados, as biotas chinesas estão longe de serem descritas e descobertas em sua totalidade. A queda de perícia em taxinomia está ameaçando o conjunto de estudos sobre biodiversidade. A falta de experiência e taxonômicos treinados na China é um dos principais obstáculos, no país, para o estudo e monitoramento da sua biodiversidade e limite do gerenciamento desta. Esse fato é enfatizado muitas vezes pelos cientistas. Dois eventos deveriam ser mencionados como segue:

A Fundação Científica Nacional da China lançou um programa especial, parte do qual está auxiliando a promoção do desenvolvimento de

taxinomia para vertebrados, invertebrados incluindo insetos. O Instituto de Zoologia, Academia Chinesa de Ciências, definiu como prioridade o desenvolvimento da taxinomia de vertebrados e invertebrados, e a Universidade Nankai de insetos.

Em 1999, o governo nacional investiu 3.3 bilhões de *RMB* para aumentar as habilidades para as coletas biológicas na Academia Chinesa de Ciências.

Muito mais precisará ser feito no futuro:

· Treinar novos taxonômicos é uma das tarefas imediatas para a nação como um todo;

· Estabelecer mecanismos de incentivo para atrair nova geração a se esforçar a estudar a taxinomia;

· Procurar a cooperação internacional para o treinamento de especialistas em sistematologia e realização de estudos sobre biodiversidade;

· Incrementar o financiamento para a compilação biológica e pesquisas sistemáticas;

· Fortalecer a educação sobre taxionomia em universidade.

2. Estudos de restauração de ecossistema

Ecossistemas florestais

As florestas cobrem 10% do território chinês e os benefícios da floresta não somente derivam da produção de madeira mas também de várias funções ecológicas da floresta que totalizam muitos bilhões de dólares por ano. Em geral, os sistemas florestais chineses são severamente degradados devido à exploração excessiva de madeira, espécies impróprias usadas para o reflorestamento, práticas agrícolas insustentáveis, queimadas, caça de animais selvagens, turismo descontrolado, poluição etc. Os principais atos na conservação da biodiversidade e pesquisas sobre biodiversidade são os seguintes:

Proteção das florestas primárias remanescentes e aplicação de gerenciamento sustentável em florestas naturais secundárias.

· Restauração de florestas degradadas. A exploração rotativa das montanhas para a promoção da regeneração natural de florestas secundárias, misturadas com matas e arbustos dispersos, é um método efetivo e econômico para a restauração da floresta secundária em montanhas de baixa e média elevação. Tem havido, por exemplo, um aumento de 34% na cobertura florestal na província de Hebei usando-se o método acima para restaurar a floresta secundária e melhorar a fertilidade do solo. De modo similar, a área de floresta foi ampliada em cerca de 20.000 ha por ano na província de Shanxi.

· Os métodos de reflorestamento para plantação. É provado que as árvores misturadas são muito melhores do que plantas coníferas puras ou árvores frondosas.

· Gerenciamento melhorado de áreas protegidas, incluindo o treinamento de pessoal em áreas protegidas, encorajando a população local a participar da conservação da floresta.

Ecossistemas de gramados

Os gramados e prados montanhosos da China cobrem cerca de dois terços do país inteiro. A conservação dos gramados junto com animais selvagens e domésticos e seu uso sustentável são muito importantes para o ser humano. Os principais problemas são o pastoreio excessivo, prática agrícola insustentável, a caça excessiva e programas de envenenamento de roedores, causando degradação do ecossistema de gramados. Os seguintes estudos primários sobre os ecossistemas de gramados são listados abaixo:

· Experimentos de pastoreio. Estudos preliminares na Mongólia Central indicam que níveis moderados de pastoreio podem melhorar os gramados, maximizar a criação de gado e controlar pestes.

· Efeitos da prática agrícola insustentável nos gramados. Numerosos exemplos mostram que este tipo de prática geralmente leva à desertificação. A criação de gado melhorada é a melhor forma de se obter uma produtividade sustentável dos ecossistemas de gramados.

· Controlar a colheita de ervas medicinais e a caça de animais selvagens. Manter o amplo conjunto de plantas e espécies animais é a melhor forma de se manter sistemas de gramados produtivos e saudáveis.

· Repor áreas protegidas de gramados com espécies unguladas originais e pequenos carnívoros para melhorar sua biodiversidade e valor turístico.

3. Instituições sobre biodiversidade

Algumas principais instituições relacionadas à pesquisa sobre biodiversidade são listadas abaixo:

Academia Chinesa de Ciências

Instituto de Zoologia, Pequim

Instituto de Botânica, Pequim

Instituto de Microbiologia, Pequim

Instituto de Genética, Pequim

Instituto Kunning de Zoologia, Kunning,Yunnan

Instituto Kunning de Botânica, Kunning, Yunnan

Instituto de Botânica da China do Sul, Cantão, Guangdong

Centro de Pesquisa para Ciência Eco-ambiental, Pequim

Jardim Botânico Tropical Xishuangbanan, Xishuangbanan, Yunnan

Instituto Shenyang de Ecologia Aplicada, Shenyang, Liaoning

Instituto Xangai de Entomologia, Xangai

Instituto Wuhan de Botânica, Wuhan, Hubei

Instituto Wuhan de Virologia, Wuhan, Hubei

Instituto de Hidrobiologia, Wuhan, Hubei

Instituto de Oceanografia, Qingdao, Shandong

Instituto Marítimo de Oceanografia da China do Sul, Cantão, Guangdong

Instituto de Biologia do Planalto Nordeste, Xining, Qinghai

Academia Chinesa de Ciências Agrícolas

Instituto de Proteção de Plantas, Pequim

Instituto de Controle Biológico, Pequim

Academia Chinesa de Ciências Florestais

Instituto de Silvicultura, Pequim

Academia de Ciências Médicas Militares

Instituto de Microbiologia e Epidemiologia, Pequim

Universidades

Universidade de Pequim, Pequim

Universidade de Qinghua, Pequim

Universidade Agrícola de Pequim, Pequim

Universidade de Nankai, Tianjin

Universidade Fudan, Xangai

Universidade Nordeste Agrícola, Shaanxi

Universidade Qingdao de Oceano, Qingdao, Shandong

Universidade Zhogshan, Cantão, Guangdong

Universidade Agrícola Nanquim, Nanquim, Jiangsu

Universidade Zhejiang, Hangzhou, Zhejiang

Universidade Agrícola Fujian, Fuzhou, Fujian

Universidade Agrícola Nanquim, Nanquim, Jiangsu

Universidade Nordeste de Silvicultura, Harbin, Heilongjiang

Universidade Agrícola Henan, Zhengzhou, Henan

Universidade Liaoning, Shenyang, Liaoning

Universidade dos Professores da Mongólia Central, Hohhot, Mongólia Central

Universidade Shanxi, Taiyuan, Shanxi

Universidade Hebei, Baoding, Hebei

Universidade Agrícola Jiangxi, Nanchang, Jiangxi

Universidade Hunan, Changsha, Hunan

Instituto de Zoologia, Universidade Normal Shaanxi, Xian, Shaanxi

Universidade Zhongshan, Cantão, Guangdong

Universidade Agrícola Shandong, Jinan, Shandong

Universidade Sichuan, Nanchong, Sichuan

Universidade Agrícola do Sudoeste, Chongqing

Colégio Agrícola Guizhou, Guiyang, Guizhou

Museus e Instituições Locais

Museu da História Natural de Pequim, Pequim

Museu da História Natural de Tianjin, Tianjin

Museu da História Natural de Xangai, Xangai

Instituto de Entomologia de Guangdong, Cantão, Guangdong

Corporação *Kadoorie Farm & Botanic Garden*, Hong Kong

Museu *Butterfly*, Nanquim

Academia Agrícola e Florestal de Qinghai , Qinghai

Academia Gansu de Ciências Agrícolas, Lanzhou, Gansu

Instituto de Biologia, Academia de Ciências de Guangxi, Guilin, Guangxi

Instituto de Proteção de Plantas, Academia Agrícola de Anhui, Hefei, Anhui

Academia Ningxia de Ciências Agroflorestais, Yinchuan, Ningxia

Instituto de Microbiologia, Academia Xinjiang de Ciências Agrícolas, Urumqi, Xinjiang

Instituto de Pesquisa de Proteção de Plantas, Academia Chinesa de Ciências Agrícolas Tropicais, Danzhou, Hainan

Instituto de Pesquisa de Ciências Agrícolas no Tibete, Lhasa, Tibete

4. Publicações

Nos últimos anos foi editada, na China, uma série de publicações sobre biodiversidade. Algumas principais publicações sobre biodiversidade, em geral, são listadas a seguir:

Chen Lin-zhi ed.. 1993. *Biodiversity in China: Status and Conservation Strategies*. Science Press. Pequim.

Biodiversity Committee of Chinese Academy of Sciences (Ed.). 1994. *Principles and Methodologies of Biodiversity Studies*. Chinese Science and Technology Press. Pequim.

Biodiversity Committee of Chinese Academy of Sciences (Ed.). 1995. *Advances in Biodiversity Research in China*. Chinese Science and Technology Press. Pequim.

Biodiversity Working Group of CCICED (Ed.). 1997. *Conserving China's Biodiversity*.

Chen Lin-zhi, Chen Qing-lang & Liu Wenhua (Eds.). 1997. *Forest Diversity and its Geographical Distribution in China*. Science Press. Pequim.

Fellowes J.R. & Hau Chi-hang (Eds.). 1997. *A Faunal Survey of Nine Forest Reserves in Tropical South China, with a Review of Conservation Priorities in the Region*. Kadoorie Farm & Batanic Garden. Hong Kong.

Jiang Zhi-gang, Ma Ke-ping &Han Xing-guo (Eds.). 1997. *Conservation Biology* Zhejiang Science and Technology Press. Zhejiang

Hu Zhi-ang & Zhang Ya-ping (Eds.). 1997. *Genetic Diversity of Animals and Plants in China*. Zhejiang Science and Technology Press. Zhejiang.

Chinese National Bureau of Environment Protection (Ed.). 1998. *Report on Situation of National Biodiversity in China*. Chinese Environment Science Press.

Song Ya-ling, Yang Qing-er & Huang Yongqing (Eds.). 1998. *Research and Conservation of Species Diversity*. Zhejiang Science and Technology Press. Zhejiang

O Comitê de Biodiversidade da Academia Chinesa de Ciências também edita uma série de traduções sobre biodiversidade, entre as já publicadas incluem-se "Estratégia Global de Biodiversidade" e "Um Guia à Convenção sobre Diversidade Biológica" etc.

O Comitê de Biodiversidade da Academia Chinesa de Ciências publica uma revista intitulada "Biodiversidade Chinesa" de 1993.

Gerenciando a informação sobre biodiversidade

Se a biodiversidade mundial deve ser listada, monitorada, conservada e usada de um modo sustentável, torna-se essenciais meios de ligar e compartilhar a informação. O gerenciamento e intercâmbio de informação desempenham um papel importante no gerenciamento contínuo da biodiversidade, que pode afetar de modo eficiente os tomadores de decisão, políticos, cientistas e o público.

É essencial estabelecer diferentes tipos de conjuntos de dados para restaurar a informação, procurar, de modo eficiente na imensidão de dados sobre biodiversidade, compilar tais dados de maneiras novas, analisá-los e sintetizá-los e apresentar a informação resultante de um modo compreensível e utilizável. As pesquisas são realizadas tendo em vista o desenvolvimento

de sistemas de informação que podem combinar as grandes quantidades de dados relevantes à biodiversidade, fazendo-se correlação entre dados de fontes distintas.

O contexto da biodiversidade pode ser relacionado a um amplo escopo de tipos de informação, incluindo-se dados bibliográficos, dados de espécimens de museus, taxionomias desenvolvidas por biologistas sistemáticos e os resultados da investigação e pesquisas de campo. Isso tem sido feito através da construção de bancos de dados de informação sobre geografia, espécies, vegetação, gerenciamento, etc, e utilizando-se esses dados para predizer resultados de propostas de gerenciamento ou mudança climática na China. O gerenciamento e manutenção desses bancos de dados sobre biodiversidade são essenciais para a tomada de decisões economicamente viáveis. Até o momento, a Academia Chinesa de Ciências está chefiando a informação sobre biodiversidade.

1. Projetos de informação na Academia Chinesa de Ciências

- Capacitação e *Networking* Eletrônico do Gerenciamento da Informação sobre Biodiversidade no País em Desenvolvimento

O projeto foi iniciado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, e apoiado pelo Global Enviroment Facility - GEF. É chefiado pela Agência Nacional de Proteção ao Meio Ambiente e integrado por oito ministérios. Esse projeto focaliza o inventário de recursos da informação sobre biodiversidade chinesa para prover pistas ao gerenciamento de informação sobre biodiversidade.

· Diretrizes de Gerenciamento de Dados da Informação sobre Biodiversidade Chinesa

Esse projeto objetiva documentar o gerenciamento de dados da biodiversidade, incluindo as sugestões para padronizar as atividades de coleta de informação, armazenamento, processamento de dados sobre biodiversidade.

· Sistema de Informação sobre Biodiversidade da Academia Chinesa de Ciências

Esse projeto é gerenciado pelo Comitê BRIM e a Academia Chinesa de Ciências. Quinze Institutos da referida Academia estão envolvidos no projeto, que foi completado em 1998. O sistema consiste de um centro de

informação e seis divisões. A página da divisão zoológica foi colocada na internet e ligada a outras fontes.

· Sistema de Informação de Espécies e Espécimens

O projeto visa compilar informação de espécies e espécimens em 10 institutos da Academia Chinesa de Ciências. Parte dos dados desse sistema será colocada na internet.

2. Bancos de dados na internet do Instituto de Zoologia

· Códigos taxonômicos da fauna chinesa – vertebrados

O padrão nacional da República do Povo da China – GBT 15628.1-1995, códigos taxonômicos da fauna chinesa – vertebrados, foi publicado, em 21 de junho de 1995, pelo Escritório Nacional de Supervisão Técnica e implementado em 1 de fevereiro de 1996.

·Banco de dados de inventário de espécies dos animais chineses

Esse banco de dados contém informação básica acerca de mais de 10.000 espécies ou subespécies.

· Banco de dados de espécies de animais chineses ameaçados e protegidos

Esse banco de dados contém informação detalhada sobre mais de 600 espécies ou subespécies ameaçadas na China.

· Banco de dados bibliográficos sobre a biodiversidade chinesa

O banco de dados coleta informação de monografias relacionadas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade publicadas na China.

· Índice de banco de dados sobre biodiversidade chinesa

Esse banco de dados construído pelos ministérios na China coleta informação relacionada à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade.

· *Fauna Sinica*

Fauna Sinica é uma série de monografias sobre a fauna chinesa. O comitê editorial da *Fauna Sinica* organizou mais de 600 zoologistas de 104 universidades e institutos para compilar tais monografias desde os anos

sessenta. Mais de 50 volumes foram publicados, outros 60 volumes serão publicados nos próximos três anos.

Conservando biodiversidades

A conservação da diversidade biológica em todos os níveis é fundamentalmente a manutenção de populações viáveis de espécies ou populações identificáveis. Isso pode ser realizado *in situ* ou *ex situ*.

1. Questões do comércio de animais selvagens

A China tem sido famosa por utilizar animais selvagens como alimento e medicamento por milhares de anos. Nos últimos anos, o uso excessivo de alguns animais selvagens chamou a atenção para o fato de que essas tradições respeitadas não são mais sustentáveis na natureza. A biodiversidade tem sido exaurida, e o comércio descontrolado de animais selvagens é uma das causas das maiores perdas de biodiversidade e, talvez, a extinção de algumas espécies. O comércio de animais selvagens na China precisa ser firmemente controlado.

Durante os últimos vários anos, o governo conferiu atenção considerável ao comércio de animais selvagens e seus impactos na biodiversidade tanto na China quanto nos países vizinhos. As pesquisas sobre comércio de animais selvagens foram conduzidas preliminarmente nas fronteiras China-Vietnã e China-Rússia e no sul da China durante os últimos anos. Esses estudos visavam registrar quais espécies eram destinadas à venda, analisar a variação sazonal de espécies disponíveis para venda, documentar a taxa de movimento de estoque nos mercados, mostrar quais espécies eram mais comercializadas, quais níveis de comércio existem para aquelas espécies ameaçadas e de que área os animais selvagens são levados para serem comercializados. As pesquisas sobre o comércio de animais selvagens podem ser resumidas nos seguintes pontos:

1. No sul da China, o comércio de animais selvagens explodiu nos últimos anos devido à falta de outras fontes de renda e à falta de controles sobre a caça nos países vizinhos, tais como o Vietnã. Esse comércio descontrolado empurra muitas espécies para as fronteiras nacionais e essas espécies estarão praticamente extintas no futuro próximo.

2. O comércio de animais selvagens na fronteira Vietnã-Guangxi não é monitorado nem regulado, nem pelas autoridades chinesas, nem pelas

autoridades vietnamitas. As espécies e o volume de negócios no comércio não são oficialmente registrados. A quantidade de algumas espécies no comércio é muito maior do que outras espécies.

3. No sul da China, são comercializadas mais de 400 espécies vertebradas, incluindo-se espécies protegidas. Foram encontradas quantidades alarmantes de répteis no comércio. Por exemplo, a importação de tartarugas para Hong Kong aumentou mais de 20 vezes no período de três anos.

4. Os fluxos sem restrição de animais selvagens nas fronteiras são potenciais para a introdução de espécies exóticas e possivelmente invasivas nos habitats chineses, resultando em um impacto negativo em espécies nativas. Vários casos documentados mostram que espécies introduzidas artificialmente, especialmente em sistemas de água fresca, causaram extinção de espécies endêmicas na China.

As ameaças derivadas do comércio desregulamentado e não-sustentável são críticas. São urgentemente necessárias ações adicionais para: banir o mercado negro de espécies protegidas; estritamente para inspecionar a fronteira, especialmente em todos os pontos; para fortalecer o gerenciamento e monitoramento de comércio; para treinar funcionários para a identificação e interdição de comércio de animais selvagens no local; para estabelecer regulamentos para impedir a invasão de espécies exóticas; para proibir o comércio de fronteira de animais vivos.

2. Conservação *in situ*

A manutenção de uma proporção significativa da diversidade biológica mundial nos dias de hoje só parece viável por meio da manutenção de organismos no seu estado selvagem e dentro do seu escopo existente. Isso é geralmente preferível a outros cursos de ação porque permite a adaptação continuada de populações selvagens pelos processos evolutivos naturais e, em princípio, para a continuação das práticas atuais de utilização, embora freqüentemente exija uma gestão melhorada.

Por muitos anos a China tem desenvolvido um sistema nacional de reservas ecológicas. Essas áreas protegidas já somam mais de 800 incluindo-se 57 no nível nacional. No total, essas reservas cobrem 51 milhões de hectares ou 5,34% das terras cultiváveis. As reservas ecológicas desempenham um papel importante na salvação de espécies ameaçadas e

na conservação da biodiversidade. As reservas são importantes não só para a conservação da biodiversidade mas também para a pesquisa, educação, desenvolvimento e ecoturismo.

Grande parte dos habitats de animais selvagens em uma altitude baixa no leste da China foi destruída. Os habitats estudados nos anos cinqüenta e sessenta, assim como pequenos pedaços de terra preservados em torno dos templos, podem nos ajudar a compreender a vegetação original. Alguns experimentos valiosos têm sido feitos na restauração da vegetação próxima à original. Isso contrasta com o reflorestamento intensivo de terras vazias utilizando-se a monocultura de pinhos nativos, álamos e eucaliptos exóticos. Essas plantações são, em geral, sem serventia para a biodiversidade e a proteção do solo, água e função ecológica.

Um exemplo de conservação *in situ* está em Hainan. Hainan é uma ilha tropical com uma biodiversidade muito importante mas que se depara com fortes pressões oriundas de um desenvolvimento econômico extremamente rápido, sendo uma zona econômica especial na China. As 78 reservas ecológicas existentes, a maioria estabelecida com pequenas porções de terra de habitat, se deparam com problemas de habitação, caça, redução de tamanho e escassez de fundos. Seu valor potencial tem sido seriamente diminuído.

3. Conservação *ex situ*

Até agora, a melhor e mais barata forma de salvar espécies *ex situ* é através da conservação *in situ* do seu ecossistema completo. A conservação *ex situ* deveria ser vista somente como um seguro para manter um reservatório cativo de genes no caso de uma espécie se tornar extinta na selva.

Existe, nas principais cidades, cerca de 40 zoológicos formais, incluindo-se 28 de larga escala. Ademais, foram estabelecidos, na China, cerca de 100 ou mais centros de procriação de vida selvagem. Geralmente a situação dos zoológicos não é satisfatória: os animais são, muitas vezes, mantidos de forma precária, a procriação não é freqüentemente bem sucedida, a função educacional geralmente ignorada. Muitos zoológicos estão endividados e são incapazes de cobrir seus custos operacionais. Nos últimos anos, o estabelecimento dos parques de safári de animais selvagens tem se tornado cada vez mais popular em alguns municípios e

algumas áreas de turismo famosas foram estabelecidas somente para propósitos comerciais. A função básica dos zoológicos deveria ser a conscientização do público e sua educação. No momento, existe pouca ou nenhuma ênfase nos zoológicos da China. Alguns zoológicos reduziram seu trabalho educacional porque este não possui retorno do ponto de vista comercial.

Para a conservação da biodiversidade, existe ainda muito a ser feito para que essas utilidades de criação cativa alcancem o papel da conservação *ex situ*. O nível de administração ou gerenciamento dessas populações cativas de animais selvagens é, normalmente, deficitário no provimento de animais adequados à reinserção para fortalecer as populações selvagens ameaçadas.

As autoridades chinesas estão dando ênfase considerável a métodos *ex situ* de conservação de animais selvagens. Poucos sucessos têm sido registrados como o resgate de populações condenadas de aves pernaltas emplumadas ou do jacaré Yangtsé. Têm havido, porém, falhas dispendiosas, como o programa de criação de pandas gigantes e o golfinho do rio Yangtsé. A conservação *ex situ* é muito dispendiosa, freqüentemente não é bem sucedida e, de modo geral, poucas reinserções bem sucedidas têm sido logradas. Grande parte dos planos para a construção de novos centros de criação para faisões, cervos, primatas e carnívoros raros na China parece ser motivados mais por razões comerciais do que por um espírito de conservação. A maioria dos exemplos de zoológico para a conservação *ex situ* na China é, principalmente, para exibição e expectativas comerciais, sendo praticamente negativa para conservação.

Foram estabelecidos cerca de 120 jardins botânicos (viveiros de plantas) na China. Em 1993, cerca de 18.000 espécies da flora chinesa foram cultivadas nesses jardins botânicos, respondendo por 65% do total das espécies da China. 332 espécies de plantas raras ou ameaçadas, respondendo por 85% do total das espécies (389) listadas no primeiro grupo de plantas protegidas, têm sido preservadas em 48 jardins botânicos. Ademais, foi estabelecido um grande número de coleções de espécies vivas, viveiros de plantas e jardins para plantas econômicas, plantas em flor e famílias e gêneros especiais nesses jardins botânicos. Essas instituições deram uma grande contribuição à conservação *ex situ* da diversidade de plantas na China.

A conservação *ex situ* de plantas é mais viável do que a de animais. Plantas precisam de menos espaço e sua manutenção é mais barata. A

reinserção no ambiente selvagem é mais fácil. Padrões de jardins botânicos na China são muito mais elevados do que os de zoológicos. Essa é uma contribuição significativa à conservação *ex situ* da diversidade de plantas na China.

III - Possibilidades de cooperação com o Brasil

Brasil e China têm muitas características em comuns:

1) pertencem ao grupo de países com megabiodiversidade;

2) são países em desenvolvimento;

3) enfrentam a pressão de uma população crescente e recursos decrescentes. É razoável pensar que a cooperação com o Brasil é cheia de possibilidades e será próspera e vital. As possibilidades potenciais de cooperação com o Brasil podem ser listadas abaixo.

Implementação para a Convenção sobre Biodiversidade

Brasil e China já tomaram a dianteira ao serem as duas primeiras nações a assinar e ratificar a Convenção sobre Biodiversidade. Ambos países deveriam continuar a demonstrar uma liderança global ao desenvolverem um programa de ações no contexto da Convenção sobre Biodiversidade. Brasil e China deveriam continuar a liderar o mundo ao implementarem, imediatamente, as atividades para conservar suas biodiversidades, importantes globalmente, e fazê-lo de modo sustentável. Ao mesmo tempo, os dois países exercem forte influência sobre as nações industrializadas e podem persuadir as nações mais ricas a compartilharem o peso dos custos crescentes.

Cooperação para uma campanha de consciência pública

O público é muito importante para a conservação da biodiversidade de modo que se deve conferir mais atenção à educação sobre biodiversidade para o público. A campanha de conscientização pública deveria alcançar todos os cidadãos, da idade escolar aos líderes governamentais, difundindo maior consciência acerca do papel da biodiversidade e da conservação ambiental para o desenvolvimento sustentável da nação.

Brasil e China podem trocar idéias, experiências e lições para uma campanha de biodiversidade. Um programa conjunto de campanha de conscientização pública promoverá o entendimento e a comunicação para os dois países e seus povos. A campanha de biodiversidade também pode fortalecer os laços entre os dois países. A campanha salientará os efeitos negativos de exploração excessiva de espécies selvagens, a importância de se controlar os animais selvagens, a importância de programas de desenvolvimento para o uso sustentável da biodiversidade e o significado de se manter a biodiversidade para o desenvolvimento econômico de todas comunidades.

A campanha conjunta de conscientização pública exigirá o apoio dos dois governos e a consulta extensa junto a agências que lidam com os governos nacional e local, com os setores de ciência e tecnologia, educação e propaganda. A campanha deverá considerar as crenças religiosas existentes e as práticas de conservação tradicionais.

A campanha também precisa da assistência de todas agências internacionais relevantes. Materiais educacionais públicos em outros países deverão ser avaliados para se adequarem ao Brasil e à China. Tais materiais exigirão a tradução e a adaptação aos sistemas educacionais e de comunicação pública dos dois países.

Trocando informação sobre biodiversidade

Brasil e China deveriam estabelecer uma estrutura para desbloquear o conhecimento e o poder econômico que jazem adormecidos nas massas de dados sobre biodiversidade e ecossistemas que possuímos à disposição. Deveríamos discutir estratégias cooperativas para aumentar o acesso à informação sobre a biodiversidade dos dois países. Ao fazê-lo, damos nossa contribuição a uma maior compreensão, conservação e uso sustentável dos recursos biológicos no planeta. Tal troca pode ser adicionada à consolidação da Rede de Informação sobre Biodiversidade.

Do lado da China, já existem muitas fontes de informação sobre biodiversidade que estão, porém, longe do serviço efetivo de conservação e uso sustentável da biodiversidade. O governo deveria desenvolver, urgentemente, um Serviço Nacional Coordenado de Informação sobre Biodiversidade, que deve estar intimamente ligado à rede de dados baseada na pesquisa de campo, inventário, monitoramento e etc. O Serviço de

Informação sobre Biodiversidade será necessário para a identificação de prioridades com vistas à conservação, restauração do habitat, gerenciamento das espécies, legislação e na determinação de quotas de colheita e controles de utilização. O serviço de dados deve ter como base um sistema de gerenciamento de dados destinado a satisfazer a maior parte das necessidades específicas de resultados. A rede de fontes de dados necessitará de forte coordenação entre as várias agências envolvidas. Padrões comuns precisam ser adotados para facilitar a troca de dados entre gerentes de dados nacionais e internacionais.

Agências internacionais podem auxiliar ao proverem padrões de registro de dados e protocolos de troca de dados. Os bancos de dados brasileiros e chineses sobre biodiversidade deveriam estar ligados a programas de gerenciamento de dados regionais e globais, tanto para atender às obrigações estabelecidas pela Convenção quanto para se beneficiarem de dados internacionais.

Trocando experiência com vistas à conservação

Brasil e China poderiam estabelecer uma ligação próxima para o intercâmbio de experiências e lições derivadas da conservação da biodiversidade. Muitas questões podem ser discutidas:

- Estrutura política e estratégica para a conservação da biodiversidade;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade;
- Conexão entre governos central e local para a conservação da biodiversidade local;
- Planejamento e desenho das áreas protegidas;
- Gerenciamento e coordenação de reservas naturais;
- Conservação *in situ* e *ex situ* da biodiversidade;
- Conservação da biodiversidade e desenvolvimento da indústria do turismo;
- Conservação e desenvolvimento econômico no local;
- Substituição do uso tradicional de espécies ameaçadas;

· Gerenciamento do comércio de animais selvagens;

· Avaliação das espécies exóticas;

· Parcerias de gerenciamento entre o governo e comunidades locais;

· Uso sustentável da biodiversidade e desenvolvimento local;

· Sustentabilidade de áreas protegidas e sua contribuição à conservação da biodiversidade.

Pesquisa e treinamento

Para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, pesquisas e treinamento em biodiversidade precisam ser propostos tanto para o Brasil quanto para a China. A cooperação para estudos e treinamento em biodiversidade deveria ser imediatamente estabelecida.

1. Treinamento

O treinamento em biodiversidade deveria ser fortalecido no horário escolar de alunos universitários. É igualmente urgente treinar funcionários seniores de governo e tomadores de decisão, administradores e guardas florestais no gerenciamento de reservas, oficiais de alfândega e outros que precisam identificar a vida selvagem, biologistas de conservação, etc.

Cursos especiais de treinamento deveriam ser abertos ao público, incluindo-se alunos, camponeses, silvicultores, homens de negócio etc.

Deveria ser organizada, em ambos países, uma série de *workshops* internacionais e seminários sobre questões de biodiversidade.

Dever-se-ia tornar possível a participação de mais cientistas chineses e brasileiros em biodiversidade em encontros e cursos internacionais de treinamento.

Para satisfazer às necessidades de treinamento em biodiversidade, os cientistas de ambos países deveriam visitar uns aos outros para organizarem os cursos de treinamento e reuniões e para analisarem a situação e desenvolvimento atuais da conservação da biodiversidade em ambos lados.

2. Pesquisa

Deverão ser perseguidos, para a pesquisa cooperativa, adequados financiamentos nacionais e internacionais adequados por ambas partes. Estudos em colaboração entre cientistas chineses e brasileiros não têm limites. No momento, os cientistas podem focalizar as seguintes questões:

- Avaliação de metodologias para o impacto da biodiversidade sobre o meio ambiente e bem-estar humano;
- Uso sustentável de paisagens, ecossistemas, animais e plantas, especialmente naquelas áreas com rápida degradação;
- Forças motrizes que subjazem mudanças nas paisagens, ecossistemas e populações de animais selvagens;
- Restauração de vida selvagem e ecossistemas; taxas sustentáveis de colheitas;
- Estratégias alternativas ou recursos alternativos para espécies ameaçadas usadas tradicionalmente;
- Pesquisa e avaliação das biodiversidades locais;
- Descoberta das ameaças para espécies e grupos de espécies.

Principais projetos sugeridos

1. Pesquisa de campo para biodiversidade

Em função da riqueza de espécies tanto no Brasil quanto na China, propomos as pesquisas conjuntas nas florestas tropicais ou em outras áreas interessantes dos dois países. Os cientistas de ambos países deveriam ir para o outro lado para a pesquisa de campo. As coletas da pesquisa podem ser identificadas pelos taxonômicos de ambos países e podem ser trocadas para deposição. Por meio da pesquisa conjunta, podemos dividir o conhecimento sobre taxinomia e obter uma melhor compreensão da biodiversidade das espécies dos dois países.

2. Trocando projetos

Para uma relação bilateral amistosa sobre biodiversidade, os projetos trocados deveriam ser discutidos caso a caso e incluir os seguintes aspectos:

- Cientistas fazendo intercâmbio para pesquisa e curso de treinamento científico;
- Intercâmbio de estudantes para treinamento;
- Funcionários fazendo intercâmbio para coordenação sobre conservação da biodiversidade.

Finalmente, como ambos países possuem vários trunfos em termo de biodiversidade, temos a possibilidade de protegê-la e conservá-la e a melhor oportunidade de estudá-la.

Brasil e China: aliança e cooperação para o novo milênio

José Roberto Rodrigues Peres *

O Brasil mantém Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica com a China desde 25 de março de 1982. Na área de pesquisa e desenvolvimento agrícola, esta cooperação tem se estabelecido desde então por meio de visitas técnicas e participações em feiras. Nos últimos anos, tem havido um grande interesse em fortalecer esta cooperação.

Na VI Reunião da Comissão Mista Brasil-China de Cooperação Científica e Tecnológica, realizada em Brasília em março de 1996, a Embrapa e o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária apresentaram dez projetos coordenados de pesquisa, nas áreas de aquicultura e pesca, sericicultura, intercâmbio de tecnologia e de material genético (de soja, forrageiras, frutas, caprinos).

Nesta mesma Comista, o Brasil sugeriu a assinatura de Memorando de Entendimento, para formalização das ações de cooperação.

No ano de 1999, a Embrapa recebeu cerca de dez missões chinesas com interesses diversos no setor agrícola.

Existe um enorme potencial para que a cooperação Brasil-China seja intensificada. Isto porque, enquanto a China é um grande produtor e consumidor de produtos agrícolas, o Brasil possui ainda grandes áreas e possibilidades de incremento em sua produção. Por exemplo, pode-se mencionar que somente na região de Cerrados, onde hoje cultivamos 10 milhões de hectares, com grãos, existe a possibilidade de incorporação de outros 100 milhões de hectares. Em todo o Brasil cultivamos apenas 30 milhões de hectares.

No ano 2030, é estima-se que existirão 8,9 bilhões de habitantes no nosso planeta, em contraste com os 5,7 bilhões de habitantes atuais. Este incremento populacional de cerca de 50%, tem seu maior impacto nos países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina, onde estarão vivendo cerca de 7 bilhões de habitantes. No entanto, a taxa de aumento

* Diretor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

anual de produção de cereais, por exemplo, que dobrou nos últimos 40 anos, está decrescendo, tornando-se necessária a busca de alternativas tecnológicas para reverter esta tendência. Estudos mostram que a demanda por alimento, no mundo, irá duplicar até o ano 2020

De maneira geral, a demanda mundial por alimentos tem sido parcialmente atendida, com o aumento da produtividade, resultado do melhoramento genético animal e vegetal, a utilização de fertilizantes, pesticidas e irrigação e o avanço da fronteira agrícola sobre os ecossistemas nativos. No Brasil, essa estratégia é a principal responsável pelo aumento da produção e rendimento das principais culturas.

No Brasil nós consideramos que será por meio principalmente da biotecnologia que aumentaremos a oferta de alimentos, atenderemos a demanda de alimentos limpos, que incorporem características que permitam a sustentabilidade ambiental, com crescente produtividade e custos menores. A pesquisa em biotecnologia pode oferecer alternativas para o aumento da produtividade, reduzindo a pressão das áreas de cultivo sobre os ecossistemas naturais, a poluição ambiental e alimentar, abrindo novas opções para inclusão social, via geração de tecnologias, redução de custos e aumento da competitividade.

No mundo, este produto da biotecnologia tem sido considerado tão promissor que, de 1996 a 1998, houve um aumento de 1,7 para 27,8 milhões de hectares plantados com transgênicos. Os países que mais tem se destacado, no aumento de área plantada, são os Estados Unidos, Argentina e Canadá, nesta ordem. As culturas beneficiadas por variedades transgênicas são a de soja (52% da área total mundial), milho (30%), algodão e canola (cada uma com 9%). Em termos de características introduzidas, a maior parte da área cultivada hoje é de culturas com resistência a herbicida (caso da soja, algodão, canola e milho).

O valor de mercado de cultivos transgênicos passou de 75 milhões de dólares, em 1995, para cerca de 1200 a 1500 milhões, em 1998. Por outro lado, considerando-se a área global de cultivo (424 milhões de Ha), a área transgênica potencial (177 milhões), a área atualmente já cultivada com transgênicos (27 milhões), chega-se a um potencial ainda inexplorado de 150 milhões de Ha, no mundo todo. O mercado atual da biotecnologia está estimado em 3 bilhões de dólares, devendo chegar a 25 bilhões em 2010.

Áreas prioritárias e oportunidades de cooperação técnico-científica

Programa de Desenvolvimento de Pesquisas em Biotecnologia

Este programa visa incentivar os estudos dos processos biológicos fundamentais para a geração de conhecimentos e o estabelecimento e adaptação de novas tecnologias voltadas para o desenvolvimento sustentável da agropecuária nacional.

No Brasil as prioridades da agrobiologia consistem principalmente em : a) contribuir para o aumento da produtividade agrícola: b) reduzir custos de produção; c) colaborar para a implementação de sistemas produtivos ambientalmente sustentáveis; e d) aumentar a eficiência da pesquisa.

Este programa tem atendido uma série de temas prioritários, tais como (ver Anexo I, para uma descrição detalhada das linhas de pesquisa atuais):

· Marcadores moleculares em plantas, animais e microorganismos;

· Prospecção de genes;

· Plantas transgênicas resistentes a pragas e doenças;

· Saúde animal;

· Reprodução animal;

· Biopesticidas (bioinseticidas, biofungicidas e bioherbicidas);

· Micropropagação vegetativa;

· Modelagem, regulação e expressão gênica;

· Controle de pragas e doenças;

· Melhoramento genético qualitativo.

Pode-se exemplificar o potencial da biotecnologia por meio de informações em uma das áreas, a pesquisa em melhoramento genético vegetal, popularmente conhecida como a pesquisa em transgênicos.

No Brasil, a maior parte das liberações planejadas de transgênicos estão relacionadas a cultura do milho, soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar, fumo, batata e milho-doce. As características introduzidas nestas liberações

correspondem, em sua maior parte, à resistência a herbicidas, a insetos, e a vírus.

Os principais resultados obtidos pela pesquisa agropecuária até o momento, com a utilização da biotecnologia, especialmente na área de plantas transgênicas, são:

Milho

Através do seu Núcleo de Biologia Aplicada a Embrapa Milho e Sorgo vem utilizando modernas técnicas da biologia molecular, celular e bioquímica visando a manipulação e transformação genética no melhoramento do milho, a obtenção, identificação e uso de marcadores moleculares e o controle biológico das pragas de milho com entomopatógenos. Espera-se obter até o ano 2000:

1. o milho transgênico (Bt) resistente à lagarta do cartucho (*Spodoptera frugiperda*) ;

2. o milho transgênico com alta qualidade nutricional;

3. o bioinseticida à base de BT; e um

4. kit para diagnose de doenças foliares.

Feijão

Foram desenvolvidos os protocolos de transformação genética de feijão, sendo que consideramos ter hoje o sistema de transformação genética mais eficiente no mundo para esta cultura. Foi submetida a solicitação de patente para esta tecnologia de transformação de feijão.

No momento estão sendo desenvolvidas plantas transgênicas com as seguintes características:

1. Feijão com resistência a herbicida (colaboração com a iniciativa privada, Agrevo e com a Embrapa Arroz e Feijão). Foram obtidas várias linhagens da variedade carioca, que estão sendo testadas a nível de casa de vegetação para identificação das mais tolerantes ao herbicida. Após esta seleção, serão realizados ensaios de campo com as melhores linhagens. A melhor linhagem será utilizada para cruzamentos com outras variedades, inclusive com o feijão preto.

2. Feijão contendo seqüência do geminivírus causador do mosaico dourado.

Foram obtidas várias linhagens da variedade carioca contendo a seqüência das réplicas do vírus no anti-sentido, que apresentaram sintomas significativamente reduzidos e com atraso no aparecimento de até 40 dias. Está sendo submetido à CTNBIO a proposta para liberação deste material no campo.

Novos desenhos genéticos foram realizados e estão sendo usados para transformação. Estão sendo também obtidas plantas contendo ambos os genes que conferem resistência a herbicida e ao mosaico dourado.

3. Feijão contendo o gene da proteína 2S da castanha do Pará: Foram obtidas plantas contendo este gene, mas o nível de acúmulo da proteína deverá ser melhorado para fins de se obter um aumento significante da qualidade nutricional.

4. Feijão com resistência ao caruncho: Foram isolados genes codificadores inibidores de alfa amilase e de arcelinas que conferem resistência a carunchos do feijão. Estes genes estão sendo clonados em vetores de transformação para fins de transformação genética do feijão com os mesmos.

Soja

O Cenargen desenvolveu recentemente uma tecnologia de transformação de soja que se aplica também a várias outras espécies leguminosas e submeteu uma solicitação de patente para tecnologia de transformação de leguminosas em geral. Consideramos que, igualmente ao feijão, temos hoje possivelmente o mais eficiente sistema de transformação de soja do mundo. Isso tem chamado a atenção de várias companhias multinacionais e nacionais que têm procurado o Cenargen para o desenvolvimento de novas sojas transgênicas.

Encontra-se em andamento o desenvolvimento de soja transgênica com as seguintes características:

1. resistência a herbicida: Acordo com a Cyanamid para resistência ao herbicida Imazapyr (gene AHAS), Até o momento foram obtidas plantas transgênicas das cultivares BR-16, Conquista, Celeste e Doko RC, sendo que todas são de propriedade da Embrapa, devendo a Embrapa entregar à

Cyanamid sementes transgênicas da cultivar Doko RC. Várias linhagens foram selecionadas, outras estão em casa de vegetação, e a solicitação de liberação no campo pela CTNBIO está em elaboração.

2. outros genes - com o recente sucesso da equipe do Cenargen no desenvolvimento da tecnologia de transformação de soja, várias instituições e empresas têm procurado parceria no desenvolvimento de soja com diferentes características.

3. A Embrapa Soja está desenvolvendo uma cultivar de soja transgênica resistente à aplicação pós-emergência de herbicidas Roundup, a partir de cultivares de soja desenvolvidas pela Embrapa. Espera-se obter as sementes da soja transgênica no final de 1998, sua avaliação a nível de campo entre os anos de 1999 e 2000 e a produção da semente básica no ano 2001.

Batata

1. Tolerante ao vírus Y (PVY)

O Cenargen, em colaboração com a Embrapa Hortaliças e com a Universidade Federal de Pelotas desenvolveu e adaptou protocolos de transformação genética para três importantes cultivares comerciais de batata no Brasil, que são as cultivares: Bintje, Achat e Baronesa. Foram introduzidos genes isolados dos vírus Y (PVY) e do enrolamento da folha (PLRV), nas três cultivares acima citadas, visando a obtenção de resistência aos mesmos. Estes dois vírus são responsáveis pelas principais enfermidades viróticas da batata, podendo juntos causar perdas de até 70-80% da produção, além de contribuirem para a redução da qualidade dos tubérculos, o que implica em elevados custos de produção de batata-semente. No presente momento, as linhagens transgênicas estão sendo desafiadas para se avaliar a resistência aos vírus. Ensaios de campo deverão ser realizados com as linhagens que vêm apresentando resistência nos ensaios nas casas de vegetação.

Arroz e eucalipto

1. Tolerantes a herbicidas

O Cenargen vem investindo no sistema de transformação destas três culturas, sendo que foram obtidos resultados promissores tanto com a cultura do arroz quanto com *Brachiaria*. O sistema de transformação de

eucalipto está em andamento. Não foram ainda definidos quais os genes que deverão ser introduzidos nestas culturas.

Mamão

1. Tolerantes a vírus

A Embrapa Mandioca e Fruticultura, em colaboração com a Universidade de Cornell, desenvolveu várias linhagens de mamão contendo o gene que codifica para o capsídeo do vírus causador da mancha anelar. O gene foi isolado de um isolado brasileiro do vírus e a performance das linhagens transgênicas estão sendo desafiadas tanto com isolado brasileiro quanto de outras regiões do mundo. Até o momento, foram identificadas algumas linhagens bastante promissoras que apresentam diferentes níveis de resistência e redução dos sintomas. Foram identificadas também algumas linhagens apresentando também imunidade ao vírus. A mancha anelar é uma das principais doenças do mamoeiro no Brasil e no mundo, sendo que a Associação dos produtores de mamão do Havaí optaram por desenvolver um produto comercial a partir de linhagens contendo o gene cp do vírus da mancha anelar, desenvolvidas no mesmo laboratório na Universidade de Cornell. A Embrapa deverá dar prosseguimento a estes trabalhos no Brasil, tanto através da realização de ensaios de campo no Brasil quanto através do desenvolvimento de novos vetores.

Alface

1. Tolerantes a vírus

A produção de alface sofre perdas significativas, sendo que em sua maior parte decorrentes do vírus do gênero *Toposvirus*. Vetores de transformação de alface estão sendo desenvolvidos pela Embrapa Hortaliças visando a transformação de espécies de interesse comercial com seqüências virais, gerando plantas resistentes a amplo espectro de espécies do gênero *Toposvirus*.

A importância do isolamento de novos genes para a agricultura pode ser ilustrada pelos investimentos feitos pelo setor público dos Estados Unidos, através do "National Plant Genome Initiative" (NPGI). Iniciado em 1998, o governo federal americano aplicou cerca de US$ 320,000,000 durante os primeiro 5 anos do programa.

A pesquisa brasileira tem sido desenvolvida sob o marco legal da Lei de Biossegurança (1995), da Lei de Propriedade Intelectual (1996), e da Lei de Proteção de Cultivares (1997). Esta pesquisa também tem-se caracterizado pela preocupação em determinar, de forma rigorosa, os possíveis efeitos colaterais e riscos, para a saúde humana e o meio ambiente, que podem advir da criação de variedades transgênicas. Neste sentido, tem procurado estruturar-se para a determinação correta destes riscos.

Países em desenvolvimento, como a China e o Brasil, têm como um dos seus maiores patrimônios o investimento em pesquisa. A independência em Ciência & Tecnologia é um dos melhores meios para garantir a riqueza e a qualidade de vida de nossos povos.

Anexo I

Principais linhas de pesquisa em biotecnologia no Brasil

1. Reprodução e controle de porte em plantas

A reprodução apomítica vem sendo estudada em espécies de Brachiaria, visando a identificação dos fatores ligados ao desenvolvimento de plantas apomíticas bem como a determinação de seqüências de DNA relacionadas ao caráter apomítico. A longo prazo, esta tecnologia permitirá controlar o programa reprodutivo de plantas, via introdução do caráter apomítico, o qual permitirá a produção de sementes através de polinização aberta, sem perda do vigor e conservando o genótipo da planta mãe apomítica. Foram iniciadas as análises de *Differential Display PCR* visando comparar o perfil de expressão gênica de variedades apomítica e sexual de *Brachiaria brizantha*, tendo sido obtidas 12 seqüências características de ovários de plantas apomíticas ou sexuais, as quais deverão ser clonadas e seqüenciadas. Foi estabelecida a metodologia de regeneração de plantas apomíticas e sexual a partir de panículas imaturas, ápices vegetativos e embriões somáticos de diferentes espécies de *Brachiaria*. Estudos histológicos e citológicos estão em andamento, tendo sido obtidas plantas tetraplóides a partir de diplóides, após tratamento com colchicina. Através de culturas de ovários, plantas plantas diplóides foram obtidas a partir de plantas tetraplóides. Estas plantas estão sendo estudadas morfologicamente, utilizando-se microscopia eletrônica. Uma patente foi depositada para o método de transformação de *Brachiaria*.

Quanto ao controle do porte, estudos do gene rolA de bactéria do solo *Agrobacterium rhizogenes*, o qual interfere no desenvolvimento de plantas, provocando a redução de porte, inibição do crescimento da raiz e retardamento do processo de floração, são importantes uma vez que podem gerar variedades agronomicamente importantes. Análises preliminares da proteína codificada pelo gene rolA apresentaram motivos normalmente encontrados em proteínas regulatórias em outros organismos, bem como um sinal de endereçamento para o núcleo, sugerindo que esta interfere no processo via regulação gênica. Seqüências foram clonadas e transcritas, através de construções específicas, visando a obtenção de vetores de expressão da região de endereçamento em plantas. O sistema de introdução

do gene rolA em arroz, utilizando panículas imaturas não se mostrou adequado para a transformação, devendo ser estudado sistema alternativo. Dentro deste enfoque, novo projeto está sendo iniciado, visando testar a eficiência do gene rolA na redução de porte de plantas de tomate para uso industrial, clonar os genes celulares regulados por rolA e entender alguns aspectos do programa de desenvolvimento de plantas associados ao desenvolvimento pós-embrionário afetados pelo gene em questão e assim desenhar e testar novas tecnologias associadas a estes processos. Uma tese de doutorado está em andamento.

2. Modelagem, regulação e expressão gênica

Dentro do desenvolvimento de conhecimentos básicos, estamos desenvolvendo projetos relacionados aos elementos regulatórios da expressão gênica, modelos para estudo genético-molecular do parênquima de estocagem do embrião de plantas, mecanismos de regulação e estabilidade genética de baculovírus e modelagem estrutural de macromoléculas de interesse biológico usando biocomputação. Estes projetos estão intimamente relacionados a programas de pesquisa aplicada uma vez que estudos de regulação gênica estão sendo desenvolvidos com o gene Opaco II, importantes no programa de melhoramento de milho. Estudos relacionados à expressão de genes de albumina de reserva em plantas transgênicas, permitiram a identificação no promotor do gene be2S1, regiões que estão envolvidas na regulação da expressão. Também foram obtidas evidências do envolvimento de uma proteína reguladora (fator TRANS) semelhante ou igual à proteína reguladora opaque-2 de milho. Concluiu-se que este tipo de proteína exerce um papel importante não somente na regulação de proteínas de reserva de monocotiledôneas mas também de dicotiledôneas. Utilizando-se métodos de biocomputação foi possível propor um modelo das interações de certos aminoácidos da proteína reguladora e bases de nucleotídicas específicas no DNA operador e através de deleções na região promotora do gene beS1 foi possível propor um modelo funcional desta região. Ainda através de mutações sítio dirigidas foram introduzidos resíduos de triptofano em lugares estratégicos que permitem a verificação, através de espectroscopia fluorescente, da estrutura proposta. Também foram obtidas construções que representam um melhoramento qualitativo nesta proteína. Estas construções foram expressas em tabaco e *Stylosantes*. Baseado neste modelo, novo projeto de pesquisa foi proposto, visando estudar a interação de uma proteína reguladora já identificada em milho, com seqüências operadores em promotores de proteínas de reserva da Castanha-do-Brasil e de milheto. Seqüências da

proteína opaque-2 serão utilizadas para identificar outras proteínas reguladoras envolvidas na expressão semente-específica, bem como será estudada a estrutura terciária de uma proteína de reserva modelo modificada. O Baculovírus apresenta-se como um modelo importante para expressão de genes heterólogos. Neste sentido, a expressão do gene codificado para a produção de enzimas do complexo celulolítico vem sendo estudada. Resultados iniciais indicaram a ocorrência de recombinação do vírus pelo sistema de cotransfecção, apesar da não ocorrência de transcrição e expressão do produto final. Novas estratégias serão utilizadas, enfocando principalmente o uso de mRNA do gene de celulase.

No que se refere à modelagem, estudos relacionados ao complexo tripsina/quimiotripsina foram concluídos e estão em andamento os estudos envolvendo os genes utilizados para o controle de pragas de grãos armazenados. As proteínas cristalinas com potencial inseticida, produzidas por bactérias também vem sendo estudadas. Estudos cristalográficos mostraram a existência de domínios conservados em um região central e diversas regiões variáveis expostas na parte externa. Baseado nestes fatos, é provável que modificações por engenharia de proteínas podem aumentar a atividade ou ampliar o espectro de atividade bem como reduzir ou eliminar a resistência de insetos a estas proteínas. Com este objetivo, formou-se um bando de sequências primárias de endotoxinas de *Bacillus thuringiensis*.

3. Diferenciação em plantas

Os mecanismos moleculares envolvidos nos diferentes níveis de especificação e de diferenciação celular, como os mecanismos controladores da organização espacial e determinação da polaridade do corpo do embrião de plantas, são pouco conhecidos. A clonagem de genes envolvidos no processo de diferenciação e funcionamento do tecido parenquimatoso de reserva do embrião de plantas é essencial para futura expressão de genes diferenciadores específicos e por conseguinte o melhoramento genético de espécies de interesse. Neste sentido, genes marcadores transcricionais serão utilizados em conjunto com mutantes embriônicos. Transformantes, contendo gene marcador transcricional serão utilizados para seleção e estudos de expressão bem como a correlação com características fenotípicas. Estes estudos envolvem a clonagem, mapeamento, isolamento de mutantes específicos com alterações parenquimáticas, além da expressão em sistemas homólogos e heterólogos.

Estudos dos processos de formação de raízes de armazenamento em mandioca foram conduzidos, tendo sido utilizados reguladores de crescimento para tratar plantas, as quais embora tenham apresentado semelhança morfológicas com as raízes tuberosas de mandioca, apresentavam elevada divisão e expansão do córtex com ausência de crescimento secundário e acúmulo de amido. Foram obtidas raízes tuberosas com presença de amido e características típicas de crescimento secundário foram obtidas. Foram conduzidos estudos relacionados ao perfil protéico de raízes fibrosas e de reserva, mostrando as variações entre proteínas. Resultados preliminares indicaram que fatores como idade, variação genética das espécies e outros estão relacionados ao processo de tuberização em mandioca.

4. Micropropagação vegetativa

Metodologias de micropropagação de espécies de interesse vem sendo desenvolvidas, visando a agroindústria de plantas medicinais, frutíferas e reflorestamento. Neste contexto, a micropropagação vegetativa do cajueiro (*Anacardium occidentale L.*) visa desenvolver e adaptar procedimentos técnico-científicos que viabilizem o rejuvenescimento de material adulto como fonte fornecedora de explantes, propagação *in vitro*, bem como viabilizar a produção em larga escala mudas de clones superiores.

Espécies da Amazônia, com potencial para extração de princípios ativos de largo uso na medicina, tanto quanto frutos de excelente valor nutritivo e sabor vêm sendo estudadas. Neste contexto, os trabalhos, iniciados em 1997, vêm sendo desenvolvidos com pimenta-do-reino, que é uma espécie exótica de importância econômica regional e nacional, onde se visa a obtenção de clones livres de doença; bacurizeiro, pela qualidade nutricional do fruto; ipeca e jaborandi, pela produção de substâncias de interesse para a indústria farmacêutica.

Em plantas lenhosas, a metodologia de micropropagação não está ainda bem estabelecida, e esforços serão concentrados nas espécies da Mata Atlântica: jacarandá da Bahia (*Dalbergia nigra*) e capororoca (*Rapanea ferruginea*) e nas espécies do Cerrado: jacarandá do cerrado (*Dalbergia miscolobium*), cagaita (*Eugenia dysenterica*) e pequi (*Cariocar brasiliensis*). Foram realizados testes de germinação e viabilidade de sementes de 12 espécies da Mata Atlântica, tendo sido observado alto grau de contaminação fúngica em algumas espécies, principalmente

capororoca e louro. Uma vez superado o problema de contaminação fúngica, a cultura *in vitro* mostrou ser muito útil na avaliação da viabilidade da semente, sem a interferência de fatores adversos como fungos, excesso de umidade, dormência por impermeabilidade do integumento, temperatura e luz adequados, etc. A germinação *in vitro* de sementes intactas, nem sempre apresenta o mesmo resultado obtido com embriões, devido à liberação e ao acúmulo de polifenóis oxidados. Grande variação pode ser observada entre as espécies, necessitando assim estudos específicos de meios de cultivo e condições ambientais. Vários experimentos foram conduzidos visando encontrar a melhor combinação de reguladores de crescimento no desenvolvimento de gemas derivadas de plântulas sementes, sendo que para a maioria das espécies testadas o desenvolvimento de gemas das microestacas não demanda a presença de reguladores de crescimento. Estão sendo realizados estudos de indução de multibrotação com citoquininas, pois o processo de quebra de dominância apical com conseqüente indução de formação de gemas múltiplas é importante, porque é através dele que se pode obter altas taxas de multiplicação e viabilizar a micropropagação.

No caso do algodão, as técnicas de cultivo de tecido representam um importante instrumento para se resolver, a curto e médio prazos, os múltiplos problemas referentes ao melhoramento genético do algodão, muito embora essas técnicas não objetivem substituir as convencionais. Apesar de existirem trabalhos sobre a embriogênese somática no algodão, não se tem, até o presente momento, um protocolo definido para a maioria das cultivares, sendo necessário e urgente o desenvolvimento de protocolos que viabilizem a embriogênese somática para outras cultivares de interesse comercial. Espécies de algodão arbóreo são importantes repositório de genes que podem ser de utilidade nos programas de melhoramento genético que visem incorporar muitas de suas características, em especial as que estão relacionadas às excepcionais propriedades tecnológicas de sua fibra. Assim, o projeto a se iniciar em 1998 enfoca o cultivo de tecidos de espécies de algodão.

O melhoramento dos cereais de inverno exige adaptação a estresses de clima e solo, resistência a patógenos, altos rendimentos e qualidade superior. No caso do trigo, novas metodologias de biologia molecular e celular têm demonstrado eficiência na produção de linhagens derivadas de espécies afins, através do cultivo *in vitro* dos embriões híbridos imaturos seguido de seleção citogenética, e pelo estabelecimento de marcadores moleculares protéicos para qualidade, a exemplo de marcadores para gluteninas de alto peso molecular, relacionadas à qualidade de panificação. Genótipos foram

avaliados em meio de cultura, com o objetivo de introduzir, adaptar e/ou desenvolver estratégias para aumentar a produção de plantas androgenéticas no trigo, triticale e cevada. Pelos resultados obtidos, pode-se priorizar o uso da gimnogênese no melhoramento do trigo, podendo-se usar androgênese para cruzamentos cujos genitores apresentem capacidade androgenética, com adição de indutores específicos e uso de meios seletivos. Quanto à resistência a doenças fúngicas, foram selecionados 51 híbridos para oídio, dos quais 78% foram resistentes. Quanto à seleção para resistência à ferrugem da folha, 1288 plântulas de 11 raças foram analisadas, tendo-se obtido 90% de plantas resistentes. Outras inúmeras populações de híbridos tiveram suas resistências testadas com grande sucesso. Baseados nos cruzamentos, intergenéricos com milho, foram obtidos híbridos, tendo sido desenvolvidas linhagens dihaplóides que se encontram em fase de avaliação da resistência a campo e em condições controladas para as diferentes doenças. Aquelas que forem identificadas como fontes de resistência serão repassadas ao programa de melhoramento. Além das novas linhagens, também foram desenvolvidos 7 trigos sintéticos que já estão em fase de multiplicação da semente para posterior avaliação. Cruzamentos interespecíficos produziram dois híbridos e cruzamentos intergenéricos, com milho, produziram 26 plantas haplodiploidizadas, sendo que as linhas dihaplóides estão sendo avaliadas quanto à resistência a doenças e serão repassadas aos programas de melhoramento. Linhagens de trigo foram polinizadas com híbridos de milho originando 60 linhagens duplo haplóides (DHM) no ciclo de verão e 2956 linhagens do ciclo de inverno, as quais estão em multiplicação e avaliação.

Foi iniciado estudo com o milho para a seleção de 57 genótipos tropicais para a identificação daqueles que são capazes de produzir diferentes tipos de calos, mas que tivessem boa capacidade de regeneração de plantas. Quatro populações foram selecionadas, para resposta à produção de calos e regeneração. Estes genótipos serão usados em transformação, visando a obtenção de plantas transgênicas.

Em fruteiras, estudos de multiplicação massal *in vitro* de genótipos superiores de abacaxi, banana, citros e mamão iniciaram-se em 1997. Estes estudos visam o desenvolvimento de novas tecnologias para identificação precoce de variantes somaclonais, especialmente em cultivares de bananeira e abacaxizeiro e a redução de perdas durante os processos de aclimatação e estabelecimento em campo, pelo uso associado de fungos micorrízicos. No caso do mamão e citros, o principal objetivo é a obtenção de cultivares tolerantes a condições de estresse ambiental e doenças. A técnica de

multiplicação *in vitro* será de extrema importância no desenvolvimento de metodologia de transferência de genes nestas espécies.

5. Controle de pragas e doenças

Compreende-se que pragas, insetos, doenças e plantas daninhas são os que causam danos a culturas de importância econômica. Dentre as estratégias de controle de pragas, o uso de microrganismos na sua forma natural ou melhorados geneticamente vem sendo ampliado em todo o mundo. Alternativamente, o desenvolvimento de plantas geneticamente modificadas para algumas características relacionadas à resistência a pragas vem sendo conduzido. Assim, organismos controladores de pragas atuam como agentes de biocontrole ou mesmo doadores de genes de interesse.

6. Biopesticidas, biofungicidas e bio-herbicidas

Projetos visando o controle de pragas de importância agrícola e plantas daninhas prioritárias vêm sendo conduzidos. Linhagens de *Bacillus sphaericus* foram analisadas para o controle de mosquitos em regiões agrícolas e urbanas, tendo sido desenvolvido um produto e solicitada uma patente, de acordo com o memorial descritivo: "Processo de obtenção de formulações flutuantes para esporos, cristais e células de bactérias entomopatogênicas para uso como agente biológico de controle em ambientes aquáticos", encaminhado à sede da Embrapa. Seguindo esta mesma linha, está sendo desenvolvido um bioinseticida à base de *Bacillus thuringiensis* para o controle da lagarta do cartucho do milho e de outros lepidópteros-praga. Foi isolada uma estirpe de *B. thuringiensis sbsp. kurstaki*, e grandes avanços foram obtidos em relação à caracterização molecular deste isolado, tendo sido clonado o gene cryIA(b). Estudos de produção vêm sendo conduzidos em pequena escala para determinar os parâmetros favoráveis de crescimento e produção, bem como desenvolvimento de protocolo de fermentação para a otimização das concentrações de biomassa com alto teor de esporulação e delta-endotoxina. Definiu-se o processo para efetuar a separação da biomassa do caldo fermentado, e o método para a secagem do material. As avaliações do teor de delta endotoxina vêm sendo feitas através de bioensaios contra lagarta do cartucho-do-milho, tendo-se até o momento sido observados valores de atividade larvicida superiores a 90%. Ensaios de produção vêm sendo conduzidos objetivando a preparação de partidas experimentais do bioinseticida para a realização de ensaios em casa

de vegetação e campo.

Os gafanhotos têm causado danos em diversas culturas no Brasil. Alternativas ao controle químico, que ou é pouco efetivo ou é feito com inseticidas organoclorados (os quais já tiveram os registros cancelados), estão centradas no uso de fungos entomopatogênicos. Inicialmente o projeto concentrou-se no levantamento e isolamento de linhagens de fungos entomopatogênicos. Linhagens de *Beauveria bassiana* e *Metarhizium flavoviride* foram selecionadas. Estudos relacionados à otimização da produção de unidades infectivas do fungo em pequena escala foram conduzidos com bastante sucesso, a nível de pequena escala. Estudos básicos relacionados ao processo de infecção foram conduzidos, permitindo observar as estruturas de diferenciação de *M. flavoviride*, no interior de gafanhotos. Experimentos de campo, realizados nos estados de Mato Grosso e Rio Grande do Norte mostraram níveis de infecção de 48% em ninfas coletadas e mantidas em gaiolas, imediatamente após a pulverização, no Mato Grosso. No Rio Grande do Norte, foram constatados índices de mortalidade de 82,5% no tratamento com fungo. Estudos comportamentais, morfológicos, fisiológicos e de interação inseto-patógeno-ambiente, vêm sendo conduzidos. Estudos básicos vêm sendo conduzidos tanto no que se refere ao patógeno quanto ao hospedeiro, principalmente no que se refere aos aspectos de produção de unidades infectivas e condições de controle em campo. Estes estudos estão concentrados em uma linhagem do fungo selecionada, bem como estudos relacionados ao uso de inseticidas químicos em associação aos agentes de controle biológico. Apesar dos avanços obtidos até a presente data são necessários estudos de produção massal, armazenamento, estudos genéticos para introdução de genes marcadores, experimentos de avaliação em campo e estudos básicos sobre criação e biologia de gafanhotos. Um novo projeto foi aprovado, que visa a produção em grande escala, com a proposição de uma parceria para a realização de tal produção.

Outros estudos estão relacionados ao uso de fungos para o controle de plantas daninhas. Linhagens de *Cercospora sp*. e *Alternaria cassiae* estão sendo estudadas como agentes de controle de tiririca roxa (*Cyperus rotundus*) e fedegoso (*Senna obtusfolia*), respectivamente. Estudos relacionados à taxonomia de espécies, avaliação de agressividade e virulência, especificidade e variabilidade genética das populações hospedeiras, estão em fase final. Testes de especificidade de hospedeiros vêm sendo conduzidos, bem como a determinação de condições bióticas e abióticas para infecção de fedegoso por *A. cassiae*, tendo sido realizados experimentos, em casa de vegetação, para avaliação da influência da idade da planta,

concentração de inóculo e período de molhamento das plantas. Experimentos iniciais foram conduzidos em campo, para avaliação da eficiência de Alternaria no controle de fedegoso, tendo sido obtidos níveis de controle superiores a 90%, com apenas uma aplicação do fungo, o que demonstra o alto potencial deste bioherbicida. Quanto ao uso de Cercospora, estudos em casa de vegetação mostraram que plantas mais velhas de tiririca, foram mais afetadas pela doença, tendo sido observados níveis de infecção em torno de 60%. Em campo, observou-se a necessidade de se efetuar estudos relacionados à formulação do fungo, visando o aumento da eficiência deste organismo. Neste contexto, novos adjuvantes vêm sendo avaliados. Existe também a necessidade de estudos relacionados à produção de micélio e esporos em grande escala e para tanto estão sendo analisadas diferentes condições de cultivo em pequena escala, bem como condições ambientais relativas à produção de esporos.

Bioinseticidas à base de vírus vêm sendo desenvolvidos, e estudos da estabilidade, os quais são essenciais para o sucesso no uso de baculovírus, estão sendo realizados. Através da análise de passagem seriada do Vírus da Poliedrose Nuclear de *Anticarsia gemmatalis* (AgNPV) em células de *A. gemmatalis*, observou-se a perda da capacidade dos clones específicos, produzirem poliedros, quando comparados ao vírus selvagem. Foi investigada também a ocorrência de apoptose (morte celular programada) em células de *A. gemmatalis*, tendo sido observado um padrão típico do fenômeno de lise celular com formação de corpos apoptóticos e fragmentação do DNA celular. Novos estudos serão iniciados, em um novo projeto, visando o estudo da estabilidade genética do vírus em cultura de células e avaliação do desenvolvimento de resistência do inseto ao vírus.

7. Plantas transgênicas resistentes a pragas

Outras características importantes vêm sendo estudadas a nível molecular, como a exemplo dos estudos de fatores envolvidos na resistência a pragas de armazenamento. Neste contexto, as pesquisas vêm sendo orientadas no sentido de se analisar os fatores de defesa das sementes do feijoeiro contra o ataque de certas espécies de carunchos. Dentre as famílias de proteínas de defesa, as fitohemaglutininas (PHA), os inibidores de alfa-amilase e as arcelinas, têm merecido maior atenção. Sabe-se até o momento que os genes para estas proteínas são codificados por um único *locus* e que estas proteínas apresentam diferentes modos de ação quanto à proteção em sementes. No entanto a ação das arcelinas ainda não é totalmente conhecida,

sabendo-se somente que o efeito se deve a um mecanismo de antibiose larval que inibe o desenvolvimento da larva e a emergência de adultos. Estes mecanismos estão sendo estudados sob o ponto de vista dos diferentes variantes de arcelina e os diferentes bruquídeos (*Coleoptera*) que atacam grãos armazenados de feijão. Foram identificadas diferentes formas de arcelina-5 e as diferentes isoformas provavelmente não apresentam a mesma atividade. A expressão dos cDNAs das diferentes isoformas e os biosensaios são importantes para a identificação de regiões da proteína envolvida no processo inseticida. Estudos de imunolocalização da proteína em larvas alimentadas em presença de arcelina demonstraram que a proteína está presente no lúmen intestinal, bem como em algumas vesículas dentro das células do epitélio intestinal, bem como em algumas regiões da hemolinfa. O cDNA que codifica para alfa amilase de Zabrotes foi clonado, e estão sendo estudadas as interações inibidoras de enzimas, não tendo sido até o momento identificadas as interações específicas. Neste contexto, um novo projeto será iniciado, visando caracterizar as proteinases existentes em três importantes pragas da agricultura: o bicudo do algodoeiro, o nematóide *Meloidogyne sp*. e o bruquídeo *Achanthoscelides*. Como estratégias, serão clonados e expressos os genes codificando para as proteinases das diferentes pragas, selecionados inibidores específicos das diferentes proteinases e outras características ligadas à resistência.

O controle de coleópteros e lepidópteros, pragas da lavoura canavieira, vem sendo estudado sob o aspecto de obtenção de plantas transgênicas resistentes a estas pragas. Estrategicamente, o gene cryIIIA específico para coleópteros, clonado de *Bacillus thuringiensis*, vendo sendo usado para transformação de estirpes de bactérias endofíticas *Acetobacter diazotrophicus* e *Herbaspirillum spp*., que são também espécies fixadoras de nitrogênio. Vetores de expressão vêm sendo desenvolvidos, visando a utilização de genes repórteres, como LacZ e expressão do gene sob o controle do promotor de nif (responsável pela fixação de nitrogênio). Transconjugantes obtidos apresentaram resultados promissores, uma vez que sob o controle do promotor de nif, estes organismos não perderam a capacidade de fixar nitrogênio. Ensaios utilizando a toxina produzida pelos transconjugantes na dieta de insetos, mostraram 100% de mortalidade.

Ainda relacionados aos organismos fixadores de nitrogênio, estudos vêm sendo conduzidos sobre a ontogenia da colonização e esporulação de fungos micorrízicos arbusculares em raízes transgênicas cultivadas, vêm sendo conduzidos. O aprimoramento do processo de produção de esporos de fungos micorrízicos em raízes transgênicas poderá gerar patente. Através

do uso de sondas de oligonucleotídeos, os genes nif vêm sendo estudados, visando a construção de mutantes específicos, de organismos fixadores de nitrogênio. *Primers* específicos foram desenhados e utilizados na detecção da presença de organismos fixadores. Foi obtido sucesso na detecção de algumas espécies em plantas de cana-de-açúcar micropropagadas e inoculadas com a espécie alvo. Testes preliminares demonstraram que é possível identificar a presença de algumas espécies no solo. Estes genes estão sendo utilizados para verificação da homologia com genes de outras espécies de fixadores de nitrogênio, principalmente aqueles que apresentam características importantes como tolerância a pH e capacidade do microrganismo usar fontes alternativas de carbono. Algumas espécies de bactérias fixadoras, pouco conhecidas, estão sendo estudadas quanto à sua contribuição na fixação natural de nitrogênio e suas associações com outras bactérias endofíticas na cana-de-açúcar, através do uso de marcadores alternativos repórteres.

Quanto ás outras estratégias de controle de doenças, projetos visando a obtenção de plantas resistentes, principalmente a viroses, vêm sendo conduzidos. Uma das principais causas de perda de produção do feijoeiro na safra da seca, ocorre devido ao vírus do mosaico dourado do feijoeiro (VMDF). Este vírus, isolado de diferentes regiões produtoras de feijão no Brasil, apresenta moderada variabilidade, tendo sido usado na produção de plantas geneticamente modificadas para resistência. Esforços foram concentrados na estratégia de antisenso do bloco de genes específicos do vírus. Estabeleceu-se uma metodologia de transformação genética do feijoeiro e utilizando-se o processo de biobalística foram obtidas plantas transgênicas. Várias plantas transgênicas obtidas foram inoculadas/desafiadas com o VMDF e observou-se que algumas das plantas apresentaram redução e/ou maior demora de expressão dos sintomas da doença.

Estratégia semelhante vem sendo usada para a obtenção de plantas transgênicas de batata resistente a viroses. Neste sentido, esforços vêm sendo centrados na construção de vetores de transformação com genes virais, na obtenção de plantas transgênicas e na caracterização molecular destas plantas. As cultivares Bintje, Achat e Baronesa vêm sendo estudadas, e para a cultivar Bintje dois clones testados não apresentaram sintomas de mosaico e 4 desenvolveram sintomas leves. Alguns clones da cultivar Baronesa apresentaram atraso no sintoma da doença, bem como sintomas atenuados. Cerca de 300 clones independentes para cada cultivar foram obtidos, sendo que os melhores clones selecionados estarão sendo testados novamente no que se refere à resistência a viroses específicas.

A produção de alface (*Lactuca sativa L.*) sofre perdas significativas, sendo que cerca de 30 a 100% são por causa da ocorrência de vírus do gênero *Toposvirus*. Vetores de transformação de alface estão sendo desenvolvidos, visando a transformação de espécies de interesse comercial com seqüências virais, gerando plantas resistentes a amplo espectro de espécies do gênero *Toposvirus*. A introdução de genes depende de um sistema de transformação, e de um sistema de regeneração *in vitro*. O sistema de transformação está sendo otimizado e o sistema de transformação via *Agrobacterium tumefasciens* está sendo desenvolvido, utilizando o gene de resistência à kanamicina e o gene GUS modificado. Plantas transformadas com a construção contendo o cassete com o gene da proteína não estrutural, no sentido senso e antisenso, estão sendo mantidas *in vitro*. Outros experimentos de transformação estão sendo conduzidos, visando o aumento da freqüência de transformação e a obtenção de número suficiente de indivíduos para avaliação.

No caso do mamão, um dos principais problemas mundiais é a ocorrência do vírus da mancha anelar. A infecção pelo vírus torna as plantas pouco produtivas e as manchas causadas nos frutos reduzem o seu valor comercial. Uma das estratégias mundiais para o controle desta doença é através do melhoramento genético. Sabe-se que existem consideráveis graus de resistência em várias espécies selvagens de Carica., no entanto, híbridos interespecíficos, obtidos através do resgate de embriões e cultura in vitro, embora sejam resistentes ao PRSV (*Papaya ringspot virus*) e bom desempenho vegetativo, são quase que totalmente estéreis. A obtenção de plantas transgênicas contendo genes do vírus permite um novo enfoque nas alternativas de controle. A regeneração de tecidos transformados através de biolística, tem sido conseguida em alguns laboratórios. A questão fundamental neste projeto é trabalhar com variedades de interesse econômico para o Brasil.

8. Transformação de plantas

A transformação genética de plantas é essencial para a geração de plantas geneticamente modificadas para características específicas. Com a mandioca, foram estabelecidas metodologias de transformação utilizando cepas de *Agrobacterium tumefaciens*. A cocultura de embriões somáticos de mandioca com a bactéria resultou na obtenção de embriões secundários

resistentes ao herbicida utilizado para a seleção. Utilizando-se a técnica de aceleração de partículas conseguiu-se expressar outros genes heterólogos, dentre eles o gene da proteína 2S de castanha do Brasil, em mandioca.

As seguintes culturas foram transformadas ou estão em processo de transformação:

1) feijão: resistência a vírus, resistência a insetos, tolerância a herbicida;

2) soja: resistência a insetos, tolerância a herbicida;

3) algodão: resistência a insetos, tolerância a herbicida;

4) batata: resistência a vírus;

5) mamão: resistência a vírus, resistência a fungos;

6) banana: resistência a fungos;

7) outras culturas: *Brachiaria*, tomate, eucaliptus, abacaxi, cacau, café.

Estudos de transformação genética de alho também estão sendo iniciados. Alho é uma planta agâmica, não produzindo sementes viáveis, o que inviabiliza os programas de melhoramento utilizando cruzamentos. Devido à sua multiplicação ser exclusivamente vegetativa, diversos patógenos, especialmente vírus, se acumulam nos clones e são transmitidos nos ciclos de produção. A introdução de genes de interesse através de técnicas de transformação genética, torna-se uma alternativa atraente para o melhoramento. Assim sendo, o estabelecimento de protocolos básicos, que permitam a introdução e seleção de plantas com genes heterólogos é de fundamental importância. Estes estudos estão se iniciando, enfocando principalmente a otimização das condições de cultura de tecidos e regeneração, bem como os aspectos físicos e biológicos envolvidos na transferência e expressão de genes exógenos.

9. Marcadores moleculares em plantas

Marcadores moleculares têm sido apontados como uma excelente ferramenta para a seleção indireta de características difíceis de visualizar ou que sofram muita distorção na interação genótipo x ambiente. A utilização efetiva de marcadores moleculares torna-se importante no melhoramento genético de plantas, na caracterização de microrganismos, na diagnose de doenças, na determinação de pureza genética de sementes e na

caracterização molecular de cultivares e linhagens. Projetos vêm sendo conduzidos, objetivando utilizar essa tecnologia de marcadores moleculares como ferramenta de auxílio na solução de problemas considerados prioritários à cultura do milho e sorgo, visando melhoramento genético para tolerância a estresses abióticos (solos ácidos, seca, deficiência de fósforo), melhoria da qualidade nutricional dos grãos, e também como sondas para a identificação e caracterização de bactérias fixadoras de nitrogênio, fungos causadores de ferrugens e na avaliação da pureza genética de linhagens de cultivares e linhagens de milho e sorgo.

No caso do arroz, o objetivo principal se relaciona aos polimorfismos de raiz e ao desenvolvimento de marcadores moleculares para um grupo potencial de 15 potenciais progenitores para resistência a seca, selecionando os mais contrastantes para formar populações segregantes, mapear ou identificar marcadores específicos para caracteres radiculares e aplicar seleção indireta baseada em tais marcadores. Até a presente data foram analisadas 15 linhas puras para resistência à seca, tendo sido observada intensa variabilidade do sistema radicular entre eles. Os genótipos selecionados estão sendo analisados quanto à resposta ao estresse e tolerância à seca. Com base nos estudos de polimorfismos radiculares, concluiu-se que o peso da matéria seca das raízes, a densidade radicular e a razão entre o peso da matéria seca das raízes e a da parte aérea são as características que apresentam o maior potencial de ganho em seleção.

Na mandioca e em fruteiras, o uso de marcadores moleculares será desenvolvido, visando a identificação de duplicatas e a avaliação da diversidade genética em bancos ativos de germoplasma, bem como na identificação de genótipos superiores a serem utilizados nos programas de melhoramento. No mamão, embora existam seis espécies domesticadas, várias das espécies selvagens possuem características desejáveis que podem ser úteis nos programas de melhoramento. Técnicas de RAPD e microsatélite, serão utilizadas para avaliar a diversidade genética dos acessos do banco ativo de germoplasma de mamão, bem como identificar um marcador que permita identificar, precocemente, o sexo das plantas de mamoeiro.

No trigo, marcadores protéicos vêm sendo utilizados na tentativa de tornar mais eficientes a seleção e a criação de cultivares com qualidade superior. A qualidade de panificação é avaliada principalmente pela força do glúten, que é formado pelas proteínas de reserva gluteninas e gliadinas. Através da análise eletroforética de gluteninas de alto peso molecular,

verificou-se que nos 2.092 genótipos de trigo analisados, 50% do material apresentam subunidades ligadas à baixa qualidade de panificação. A translocação de centeio é um fator positivo no que se refere a resistência a doenças e a insetos, porém negativo em relação à qualidade de panificação. Constatou-se que a translocação está presente em 36,5% do material estudado. Foram determinadas as melhores combinações de gluteninas de alto peso molecular entre subunidades específicas. Observaram-se condições ótimas para identificação de translocação de centeio também através da análise das gliadinas, bem como. Identificou-se a melhor combinação de subunidades de gluteninas de baixo peso molecular.

No milho, marcadores moleculares estão sendo utilizados com sucesso para a avaliação da pureza genética, *fingerprinting* e determinação de grupos heteróticos. Em se tratando de pureza genética, já foram identificados *primers* capazes de detectar contaminação a partir de 10%, que ocorre durante o processo de produção de híbrido duplo de miho. No que se refere à tolerância à seca, vários cruzamentos foram feitos entre linhagens contrastantes em tolerância e susceptibilidade, autofecundação e retrocruzamentos de genótipos de interesse, avaliando-se as características morfofisiológicas. Estudos de marcadores relacionados a estas características estão em andamento. Estudos relacionados ao agente causal da ferrugem do milho estão sendo conduzidos, tendo-se obtido *primers* capazes de distinguir isolados do fungo patogênico, que estão sendo utilizados em estudos sobre diversidade populacional deste patógeno. Ainda no milho, a tolerância à toxidez ao alumínio, estudos em andamento identificaram uma sonda capaz de explicar cerca de 14% da variação fenotípica do caráter. No que se refere à eficiência de absorção de fósforo ao nível do sistema radicular do milho, avanços foram obtidos com respeito à identificação e multiplicação do material genético contrastante para esta característica, tendo até o momento sido identificadas diferenças nos padrões polipeptídicos de plantas submetidas a estresses.

10. Melhoramento qualitativo

No milho, ações conjuntas de técnicas de melhoramento genético e biologia molecular para a qualidade nutricional do grão, têm se baseado no grande acervo de conhecimentos sobre as proteínas acumuladas no endosperma deste cereal. Técnicas de análise bioquímica, genéticas clássica e molecular estão sendo usadas para a identificação rápida e eficiente de genótipos de alta qualidade nutricional em programas de seleção. Um grande

número de linhagens já foi analisado e os resultados mostraram que a seleção de linhagens para qualidade nutricional pode ser auxiliada pela análise detalhada dos perfis polipeptídicos do endosperma. Trabalhos de caracterização e construção gênica para transformação de plantas, utilizando seqüências que codificam proteínas ricas em aminoácidos essenciais, sob o controle de promotores de alta expressão específica no endosperma de milho, estão sendo conduzidos e os primeiros testes de expressão utilizando transformação estão sendo realizados.

Na mandioca, as propriedades funcionais do amido, importantes para o uso e aproveitamento do mesmo na indústria de alimentos, são estabelecidas pelas características da estrutura deste polímero. Quimicamente o amido pode ser difenciado em dois tipos básicos de polimeros denominados amilose e amilopectina que são indicativos preliminares da estrutura do mesmo. Além da variação de natureza genética, a modulação pelo desenvolvimento do órgão de reserva e de fatores ambientais são observados como envolvidos no processo de formação de amido diferenciado. Estudos de diversidade dos parâmetros indicadores da estrutura do amido na raiz de reserva de mandioca e outros orgão de reserva subterrâneos estão sendo iniciados. Estes estudos envolvem a identificação da variabilidade genética e identificação de amidos raros, avaliação das propriedades funcionais como gelatinização, viscosidade e instabilidade do gel, dos amidos raros.

11. Prospecção de genes

Vários projetos específicos já mencionados, como genes para o caráter apomítico, redução de porte, crescimento de raiz, floração, e genes envolvidos na regulação da estocagem de proteínas de sementes estão em andamento. Além destes projetos foram iniciados projetos visando a identificação de interesse para o melhoramento da cultura do milho.

12. Impacto ambiental de transgenes

Esta também é uma nova linha que se inicia com subprojetos visando a avaliação de riscos da invasão de genes introduzidos pela cultura do milho.

13. Reprodução em animais

A exploração racional de caprinos e ovinos tropicais representa um grande potencial econômico e social para o país, principalmente para a região

Nordeste que detém aproximadamente 92% e 39% do rebanho, respectivamente. Estas espécies apresentam importantes características relacionadas à adaptação a ecossistemas adversos, além de representarem fontes de proteínas de elevados valores biológicos. Para o aumento da produtividade, além de outros fatores, destaca-se o incremento dos parâmetros reprodutivos através do uso de biotécnicas. Assim, o uso de técnicas de inseminação artificial, superovulação, bem como a criopreservação de embriões e folículos pré-antrais, e transferência de embriões se tornam fundamentais para o desenvolvimento nesta área. Diante disso, projetos relacionados ao uso de biotécnicas para pequenos ruminantes domésticos, com enfoque em caprinos e ovinos estão sendo conduzidos. Inicialmente estão sendo realizados estudos relacionados à produção *in vitro* de embriões de bovinos, ovinos e caprinos, com melhor nível qualitativo e quantitativo. Em bovinos, estudos semelhantes vêm sendo conduzidos com ênfase no desenvolvimento de técnicas de co-cultivo de ovócitos, punção folicular de ovócitos pela ultra-sonografia, criopreservação de embriões e fecundação *in vitro*. Através do emprego destas técnicas, foram produzidas as primeiras gestações da América Latina, com o uso desta tecnologia. Os bezerros produzidos por embriões obtidos por punção folicular são anatomicamente perfeitos. No caso de infertilidade adquirida, análises de ovócitos obtidos por punção folicular, mostraram baixa qualidade não sendo possível obter nenhum embrião. Estudos relacionados à qualidade e quantidade de ovócitos obtidos de ovários da raça Nelore, vêm sendo conduzidos. A percentagem de ovócitos maturos obtidos ainda é baixa, não ultrapassando 30%, sendo necessária a condução de experimentos relacionados à maturação de ovócitos, otimizando as técnicas de seleção e coleta, através de metologias de coloração e maturação em presença de líquido folicular. O estado fisiológico de fêmeas vem sendo considerado em termos qualitativos e quantitativos de obtenção de ovócitos. A tecnologia de produção de embriões e fertilização in vitro foram negociadas e repassadas para empresa privada.

Em reprodutores, para a identificação de fertilidade vem sendo empregadas metodologias para a análise de proteínas do plasma seminal. Estas análises permitirão a seleção de touros de alta fertilidade, os quais serão fornecedores de sêmen a ser usado em estudos de fecundação *in vitro*, e armazenamento. Foram selecionados animais de alta e baixa fertilidade para testes de capacitação e de presença de proteína, através de reação acrossômica, que aparentemente apresentam correlações com a taxa de fertilidade. Na raça bovina também estão em andamento estudos relacionadas ao aperfeiçoamento de tecnologias de multiplicação, utilizando-se metodologias moleculares de sexagem e acompanhamento citogenético de

fêmeas submetidas à superovulação. No que diz respeito à produção de clones na espécie bovina, além do uso de células embrionárias como doadoras de núcleos, serão iniciados experimentos visando o uso de células somáticas.

14. Marcadores moleculares em animais

Marcadores moleculares vêm sendo utilizados como instrumentos para auxiliar a pesquisa genética, a caracterização e identificação de raças e indivíduos e determinação da interrelação entre polimorfismo de genes e características produtivas e reprodutivas. Estão sendo estudados os genes de kappa-caseína, beta-lactoglobulina, hormônio de crescimento e fator de crescimento na espécie bovina. Está sendo utilizado um marcador microssatélite localizado no gene IGF-1 (fator de crescimento), o qual tem permitido a análise das freqüências gênicas associadas, principalmente na raça canchim e as raças correlatas a esta. Foram obtidas as freqüências de alelos nas raças canchim, charolesa e nelore, tendo sido observadas algumas correlações com a localização do microssatélite em uma região específica do cromossomo de bovinos e características de peso da desmama até a maturidade. Não houve indicação da tendência de redução da variabilidade genética no rebanho canchim, que seria esperado em um rebanho mantido fechado, consistindo com os resultados do programa de prevenção de endogamia para este rebanho.

Em virtude da redução na produtividade da pecuária leiteira ou até mesmo a morte de animais sensíveis a doenças, especificamente a endo e ectoparasitos, uma alternativa utilizada tem sido a identificação e utilização de genes de maiores efeitos (*major genes*) para resistência. Estudos de identificação e isolamento de marcas de resistência a carrapatos e outros parasitos, foram iniciados com o cruzamento de matrizes gir e holandês. Os animais da F1 e F2 serão testados quanto à resistência e os animais da F2 mais resistentes serão utilizados para a identificação de marcadores relacionados. Dentro desta estratégia, iniciaram-se os estudos de superovulação e colheita para a produção da F1, sendo que até o momento já foram obtidos 73 animais F1, 45 receptoras gestantes e 20 aguardando diagnóstico de gestação.

15. Imunização e saúde animal

O vírus da febre aftosa (VFA) é o agente etiológico de uma das principais doenças infecciosas de animais de pecuária. A imunização genética

utilizando o VFA apresenta o potencial de se induzir preferencialmente a resposta celular, baseado no princípio de que o produto do gene exógeno resultará na geração de antígenos imunizantes. A metodologia de imunização genética está sendo desenvolvida, utilizando-se a técnica de bombardeamento animal para a introdução do DNA exógeno em animais hospedeiros. Foram construídos vetores de expressão, contendo genes repórteres, tendo sido utilizados na imunização de camundongos, os quais expressaram o gene exógeno introduzido, após 24 horas. Resultados preliminares com bovinos têm demonstrado alto potencial da técnica, sendo que estudos relacionados à resposta imune a nível humoral estão em andamento.

Estarão sendo iniciados os estudos de imunobiologia de anemia infecciosa equina (AIE) e sua relação com marcadores do sistema de antígenos leucocitários eqüinos. Estes estudos visam desenvolver um sistema de imunização genética e uso de marcadores moleculares relacionados a AIE, no entanto, parece que tal doença não possui tão grande impacto sobre a pecuária brasileira, tendo os estudos sido interrompidos.

Tecnologia da Informação na China e no Brasil: possibilidades de cooperação*

*Li Mingshu***

Introdução

A tecnologia da informação torna-se cada vez mais importante para o mundo, tanto na vida cotidiana quanto na economia nacional. *Software* é o fator mais ativo a influenciar outras indústrias tão extensamente. Sendo o núcleo da sociedade da informação, o *software* deve constituir a indústria dominante, que representa o futuro do país.

Tanto a China quanto o Brasil são países muito promissores no desenvolvimento da indústria de *software*. No entanto, como países em desenvolvimento, tiveram, têm e terão de superar muitas dificuldades. A indústria do *software* é uma indústria nova na China, tendo apenas dezessete anos. A China vem desenvolvendo uma economia de mercado socialista no lugar da economia planejada que tem mais de trinta anos de história. Sua população é grande, o país possui poucos recursos, e a China está enfrentando a árdua tarefa de reconstruir indústrias tradicionais. A vinda da era da informação e o forte desenvolvimento da indústria de *software* no mundo têm apresentado à China (e também ao Brasil) uma preciosa chance de se manter lado a lado com os países desenvolvidos.

Há, também, muitas condições potencialmente favoráveis na China, tais como a situação da economia nacional, abundantes recursos humanos capacitados, um imenso mercado, facilidades de localização e serviços, e assim por diante.

Devido ao baixo custo de recursos humanos, é mais fácil conseguir os projetos dos países desenvolvidos, especialmente os projetos de desenvolvimento de *software*, e exportar os produtos ou projetos acabados. A exemplo da Índia, cuja exportação de *software* tem-se tornado a principal indústria da economia nacional. Assim, constitui uma boa política para os países em desenvolvimento utilizar o desenvolvimento da indústria de *software* como uma ruptura.

---

* Tradução por Manuela M.C. Frazão, Técnica Especializada em Relações Internacionais .

** Membro do Instituto de Software, Academia Chinesa de Ciências - Pequim 100080, China mingshu@admin.iscas.ac.cn

Tecnologia da informação e desenvolvimento de software na China

Segundo as estatísticas setoriais do governo, o valor da produção da indústria chinesa de Tecnologia da Informação foi de 380 bilhões de yuans RMB em 1997, e de 460 bilhões de yuans RMB em 1998, (US$ 1,00 = Yuan RMB 8,3).

Em anos recentes, o mercado da informática manteve uma taxa de crescimento de 40%. É de opinião geral que, no futuro próximo, a China será o país de maior consumo de computadores pessoais no mundo. As vendas de computadores superaram os três milhões em 1998. Estima-se que essa cifra alcançará os 10 milhões (cerca de 10% do mercado mundial) no ano 2000. O uso do telefone é realmente universal hoje em dia, com taxas de 9,55% pelo país afora, e 27,15% nas cidades. A China construiu a maior rede de televisão a cabo no mundo, com 70 milhões de usuários. A partir de 1994, a Internet desenvolveu-se muito rapidamente. CHINANET, GBNET, CERNET, e CSTNET formam as quatro maiores redes. Até o final de agosto de 1999, o número de usuários da Internet na China era de 4,5 milhões.

Desde o início da década, a partir de 1982, a indústria de *software* chinesa teve ganhos progressivos. Em 1990, o volume total de vendas da indústria de *software* na China foi de apenas 220 milhões de yuans RMB, apenas. Oito anos depois, essa cifra tinha se multiplicado-se por 65, e as vendas de 1998 somaram 14,3 bilhões de yuans RMB (aproximadamente 1,5 bilhões de dólares americanos), um crescimento de 32% em relação ao ano anterior (a Tabela 1 mostra o volume de produção da indústria de *software* nos últimos anos). *O Software* de finanças foi o maior componente individual do mercado de *software* em 1998, com uma fatia do mercado de 17%. Outros componentes do mercado de *software* foram os seguintes: *software* de banco de dados, com 15%, *software* para educação e entretenimento, com 14%, *software* para escritório e processamento de dados, com 13%, ferramentas de aplicação profissional, com 5%, sistemas de operação de PC, com 4%, sistemas de operação de rede, com 4%, plataformas chinesas, com 2%, e outros, com 13%. Estima-se que o volume de vendas de *software* para computadores em 1999 seja de 20 bilhões de yuans RMB.

Apesar de muitos progressos, a indústria de *software* chinesa ainda está engatinhando. O valor da indústria de *software* no mundo inteiro chegou a 110 bilhões de dólares americanos, mas apenas 1% dessa soma constitui a

Tabela 1: Volume da indústria de *software* na China (em bilhões de Yuans RMB)

	1995	1996	1997	1998	Taxa de crescimento (%)
Mercado de *software*	6,8	9,2	11,2	14,3	23,2
Mercado de serviços de informção	7,7	11,3	14,8	18,7	26,4
Total	14,5	20,5	26	33	25

contribuição da indústria de *software* chinesa. Além disso, a proporção de *software* doméstico no mercado chinês é de menos de 40%, o que significa que produtos de *software* estrangeiros são os predominantes no mercado de *software* chinês. Embora empresas estrangeiras possam alegar que muitos desses produtos sejam pirateados, e o retorno que recebem é pouco, isso confere forte reconhecimento de marcas registradas aos produtos de *software* internacionais, e abre o caminho para a entrada legítima no mercado em grande escala.

Enquanto isso, a indústria de *software* chinesa permanece dominada por pequenas e médias empresas. Cem mil pessoas estão engajadas em desenvolvimento de *software* na China, e outras 400.000 trabalham em aplicações de informática. Cinqüenta e cinco porcento das 2.000 empresas de *software* e 3.000 empresas relacionadas empregam menos do que 55 pessoas em suas equipes. Apenas um número muito reduzido de empresas tem uma equipe de mais de 1.000 pessoas. Além disso, apenas dez empresas tiveram um volume de vendas acima dos 100 milhões de yuans RMB em 1997.

Empresas de *software* chinesas

A tabela 2 relaciona as dez principais empresas de *software*, cujos valores de produção totalizam os 4,09 bilhões de yuans RMB e ocupam 29% do mercado de *software* na China. Entre elas, a Founder orgulha-se de seu *software* de composição e impressão; a NEU-Alpine é famosa pelo seu *software* de processamento de desenho de engenharia e *software* CT medicinal; CS&S era dona do primeiro sistema de operação COSIX doméstico baseado no UNIX, e concentra-se agora em *software* de

aplicação; uma ex-empresa de *hardware*, a Shida, desde 1997, e investe muito dinheiro em algumas empresas de *software* de pequena escala; a Hope obteve êxito ao desenvolver UCDOS e UCWIN, uma das primeiras plataformas de processamento de informação de primeira geração chinesa; User-Friendly é o maior provedor de *software* financeiro na China; a Great Wall está principalmente ocupada em desenvolver *software* de aplicação National Golden Series; a CSC é proprietária do maior espaço de mercado em *software* educacional; a Nanjing Gaoneng concentra-se em aplicações nas áreas de trânsito e medicina; e a Tianda Tiancai também é provedora de *software* financeiro também.

Há, também, algumas outras empresas de maior porte que não foram listadas na referida tabela devido à forma como foram produzidas as estatísticas, tais como a Sichuan TOP, a Jade Bird da Universidade de Pequim, a Shandong Tontru, a Langchao, a Hunan Chuangzhi, e assim por diante.

Parques de *software* chineses

Há muitos parques de *software* famosos nos países nos quais o desenvolvimento de *software* foi muito bem sucedido, tais como Silicon Valley, Seattle Software Site, Utah State Software Valley, nos Estados Unidos, Zarial e mais uns dez parques de *software* na Índia, e mais de vinte parques de *software* como Campina Grande no Brasil.

Tabela 2: 10 Principais empresas de *software* chinesas

(100 milhões de yuans RMB)

Ordem	Empresa	1997	1998
1	Founder	7,80	8,50
2	NEU-Alpine	2,60	5,81
3	CS&S	4,30	4,50
4	Shida	-	4,16
5	Hope	3,00	3,41
6	User Friendly	2,00	3,20
7	GreatWall	1,20	3,00
8	CSC	1,40	2,99
9	Nanjing Gaoneng	1,70	2,90
10	Tianda Tiancai	1,00	2,50

A China também construiu treze parques de *software*. O Ministério da Ciência e Tecnologia (MOST) convidou o Ministério da Indústria da Informação, o Ministério da Educação, e a Academia Chinesa de Ciências a realizarem o "Fórum de Desenvolvimento da Indústria Doméstica de *Software*", em maio de 1995 e em setembro de 1997. O resultado foi que os seguintes Parque de *Software* de Shenyang NEU-Alpine, o Parque de *Software* de Jinan Qilu, o Parque de *Software* de Western Chengdu e o Parque de *Software* de Hunan Chuangzhi se tornaram o primeiro conjunto de sítios de desenvolvimento de *software*. A tabela 3 mostra as informações básicas sobre os atuais parques de *software* na China. A Base Industrial de *Software* de Pequim inclui seis parques de *software* e quinze empresas *backbone*, ou seja, o Parque de *Software* CAS, o Parque de *Software* Tsinghua, o Parque de *Software* Shangdi, o Parque de *Software* Jade Bird, o Parque de *Software* Founder e o Parque de *Software* CS&S.

Tabela 3: Parques de *software* chineses

	(investimento 100 milhões de RMB)	Área de *layout*
NEU-Alpine	5,00	127.000
Western Software	1,00	660.000
Chuangzhi	--	200.000
Qilu	--	400.000
Base industrial de *software* de Pequin	--	--
Parque de *software* de Southern Zhuhai	0,45	250.000
Parque de *software* de Shenzhen Cyber City	83,00	1.500.000
Parque de *software* de Shangai Pudong	0,45	150.000
Parque de *software* de Zhejiang	15,00	340.000
Parque de *software* de Hangzhou	0,26	530.000
Parque de *software* de Jiangxi Jinglu	2,80	570.000
Parque de *software* de Hubei Donghu	4,20	660.000
Parque de *software* de Guandong Nanhai	5,00	1.990.000

A tarefa mais importante dos parques de *software* é concentrar a mão-de-obra e os recursos materiais no desenvolvimento de tecnologia principal e produtos promissores, e não apenas de desenvolver produtos de baixo conteúdo tecnológico e de diversificar o investimento.

Produtos de *software* chineses

Os produtos de *software* na China incluem, principalmente, gerenciamento (MIS, AO e ERP), banco de dados, processamento de informação chinês, CAD/CAM, educação, e *software* de jogos.

Software de gerenciamento

Muitas empresas estrangeiras como a SAP, BAAN e CA tentaram entrar nesse mercado. Porém, devido ao contexto cultural diferente e à restrição do sistema financeiro e do modo de gerenciamento, é difícil para as empresas domésticas aceitarem diretamente os produtos *decsoftware* de gerenciamento vindos do exterior. É muito mais fácil para empresas de *software* chinesas desenvolverem *um software* de aplicação direcionada aos usuários da indústria, no governo e em outras organizações.

De acordo com estatísticas ainda incompletas, há quase 70 empresas envolvidas no desenvolvimento de produtos de *software* financeiros. Produtos de *software* domésticos de contabilidade ocupam 90% do mercado, e tornaram-se a maior família dos produtos de *software* chineses.

Banco de dados

O banco de dados e suas ferramentas de desenvolvimento representam 40% do total do mercado de *software* de aplicação. A maioria é formada por software banco de dados de empresas estrangeiras. Já há alguns produtos nacionais, tais como o COBASE da CS&S, o PBASE da Universidade Popular da China, o MD-II da Universidade Central de Ciência e Tecnologia da China; mesmo assim, não são capazes de competir com o ORACLE, SYBASE, Informix, etc.

Software chinês de processamento de informação

A tecnologia chinesa de processamento de informação representa um dos mais importantes *backbones* tecnológicos na indústria nacional de tecnologia

de informação. Nesta categoria, incluem-se *software* de sistemas, *software* de apoio e *software* de utilidades.

Baseados em sistemas de operação em idiomas ocidentais, há muitos *softwares* de apoio chineses, tais como UCDOS, Chinese Star para Windows, RichWin e Instituto de *Software* na plataforma chinesa de Yanhuang da CAS. CS&S desenvolveu uma plataforma COSA de *software* de sistema aberto durante o período do "Oitavo Planejamento de Cinco Anos" (1990-1994).

Após mais de dez anos de esforços, o sistema de reconhecimento para impressão de caracteres chineses transitou da fase de pesquisa para a fase de aplicação. Porque foi iniciado desde cedo e devido ao apoio do governo, a China passou a ocupar a maior parte do mercado de identificação de impressão de caracteres chineses. Até 1996, a maior parte do mercado de *software* de insumo de escrita era ocupada por produtos domésticos. Mas após 1997, a Motorola lançou o sistema de insumo de escrita "Smart Pen", com divulgação em grande escala e promoção de venda. Isso tem-se constituído em uma ameaça para os produtos nacionais.

O Software de processamento de texto é o *software* mais popular e desempenha um papel muito importante no mercado. Atualmente, há quase 20 tipos de *software* de processamento de texto nacionais. O produto mais famoso é o WPS na empresa Kingdee Company. O WPS possui a mais alta parcela de mercado para o ambiente DOS. Mas após 1994, o processador de texto Word da empresa Microsoft em sua versão chinesa passou a ocupar a maior parcela de mercado; felizmente, a WPS2000 para Windows tem-se tornado cada vez mais popular na China.

CAD/CAM

Há mais de 30 produtos nacionais CAD/CAM no mercado. Os produtos mais famosos são o GHCAD da Gaohua, o PICAD da KAISI, o BCAD na Kaida, etc.

Software educacional

Os destaques nos produtos *software* educacionais são típicos produtos de muitas empresas que estão se desenvolvendo, e a taxa de crescimento acelerada desse tipo de produto. As vendas totalizaram os 0,9 bilhões de yuans RMB em 1997, isto representa 56% a mais do que em 1996.

Software de jogos

Os produtos de *software* de jogos mantêm uma taxa de crescimento sustentada. A maioria dos produtos de jogos vem dos Estados Unidos, Europa, Japão e Taiwan. Há famosos produtos nacionais, tais como “Marcha Longa”, “Três Reinos”, “Yue Fei”, etc.

O mercado de *software* chinês

Nos ultimos anos recentes, grandes mudanças ocorreram na indústria chinesa de tecnologia da informação. Ao invés de formar empresas de várias escalas, a indústria de *software* logo se tornou a área de maior concentração. Afinal de contas, a indústria de *software* é uma indústria fundamental da economia do conhecimento, e é muito importante para que um país possa competir no século XXI.

Muitas empresas nacionais foram surgindo e se fortalecendo devido ao mercado de computadores que começou a crescer intensamente a partir dos anos oitenta. Algumas dessas empresas são fortes e estabeleceram marcas renomadas. Mas com a crescente competição, o espaço de lucro obtido com *hardware* tornou-se muito limitado, e a indústria de *software* tornou-se a nova tendência em desenvolvimento. A partir de 1997, algumas empresas de *hardware* passaram a integrar a indústria de *software*. A ShiDa investiu e ganhou controle de ações da LangXin *Software* de Pequim, Ltda., e estabeleceu a integração de sistemas como sua principal atividade. Na posição de líder na área de *hardware*, a Legend uniu-se à Kingsoft Software Ltda.. Considera-se promissora essa tendência de união entre empresas de *hardware* e aquelas de *software*.

Essas empresas de *software* promissoras passaram a concentrar sua atenção em si mesmas, seja avaliando ativos, ou recombinando a estrutura, ou ainda seja preparando-se para serem lançadas no mercado. Colocar suas ações no mercado é o seu maior sonho.

O canal de distribuição é o sangue da vida do mercado; ele trará maior valor agregado à cadeia de custo. Assim, a partir do momento em que o mercado de *software* começou a acelerar, o canal de distribuição passou a ficar muito agitado. Em 1994, vários jovens estabeleceram a Empresa de *Software* Federal para liderar a cadeia de distribuição de *software*. Logo em seguida, as empresas Sailesh, Hope, DaHeng, ZhengPu, Dahe e outras ingressaram no mercado. A competição dentro do canal de *software* foi alvo de extraordinária concentração em 1998.

O mercado chinês de plataformas de sistemas operacionais

Continua havendo demanda de mercado por plataformas DOS. A versão da UCDOS aumentou de 5,5 – 6,0 para 7,0; além disso, o UCWin foi desenvolvido. O UCDOS/UCWIN obteve 15% do mercado em 1998.

Mais de 80% dos usuários passaram a utilizar plataformas Windows. A versão chinesa do Windows 95/98 da Microsoft, a Chinese Star e a RichWin são as três principais plataformas de sistemas operacionais para ambiente Windows da China. A Tabela 4 mostra o percentual de mercado da plataformas chinesas de sistemas operacionais para Windows.

Tabela 4: Plataformas de sistemas operacionais chinesas

Plataformas de sistemas operacionais chinesas	Percentual de mercado
Windows 95/98	47
Chinese Star	29
RichWin	24

Mercado de *software* de processadores de texto

A tabela 5 mostra os dois principais produtos *software* de processadores de texto da China.

Tabela 5: *Produtos de Software* de processadores de texto

	Preço (Yuans RMB)	Percentual do mercado
WPS 97 (Microsoft)	480	60%
Word 97	3.873	25%

Mercado de *software* de tradução

Devido ao crescente número de usuários da internet, *produtoa de softwares* de tradução parecem ter um mercado promissor. Há quase 100

tipos de produtos de *software* de tradução no mercado. O volume de vendas deste produto foi de *aproximadamente* 0,6 bilhões de yuans RMB em 1998.

Mercado chinês de sites engenhos de busca e pesquisa completa de texto

O mercado chinês de engenhos de busca tem mostrado taxas de desenvolvimento aceleradas desde 1998. A SOHOO, a GOYOYO, a SINA, a NETEASE, a Cseek, a China Navigator, e muitas outras empresas desenvolveram variedades de *produtos de softwares* de engenho de busca e tornaram-se os sites de busca chineses da Internet. A renda auferida em propaganda na Internet alcançou cerca de 0,4 bilhões de yuans RMB em 1998.

Já existem vários produtos de *software* de pesquisa completa de texto na China, tais como o TRS, o Quck IMS, o HaiWen, a Neteasy, e que podem ser utilizados em muitos tipos de área de aplicação.

Software de gerenciamento

As tabelas 6 e 7 mostram as principais plataformas DBMS e ferramentas de desenvolvimento, respectivamente, e que são utilizadas para o desenvolvimento de *software* de gerenciamento na China. A razão pela qual a soma da proporção ultrapassa os 100% é porque diferentes plataformas DBMS e ferramentas de desenvolvimento podem ser utilizadas no desenvolvimento dos mesmos produtos.

Tabela 6: Plataformas DBMS

Base de dados	Visual Foxpro	Acces	Microsoft SQL Server	Sybase	Oracle
Proporção	40%	25%	20%	18%	12%
Base de dados	Parradox	Informix	Clipper	Btrieve	IBM DB2
Proporção	10%	5%	2%	1%	1%

Tabela 7: Ferramentas de desenvolvimento

Ferramentas de desenvolvimento	Visual Foxpro	Visual Basic	Delphi	Visual C	PB	Developer 2000	Outros
Proporção	40%	30%	21%	20%	13%	12%	2%

O volume de vendas do mercado ERP em 1998 foi de 0,42 bilhões de yuans RMB, o que representou um crescimento de 120% em relação a 1997. A tabela 8 mostra as principais áreas de aplicação do *software* ERP na China.

Tabela 8: Principais áreas de aplicação do *software* ERP na China

Indústria	Maquinaria	Setor automobilístico	Setor eletrônico	Indústria petroquímica	Medicina	Tabaco	Consumo	Outros
Proporção	24,2%	17,3%	15,5%	11,1%	8,4%	7%	6,1%	10,4%

Mercado de *software* educacional

Na China, nos últimos tempos, cerca de um terço dos computadores pessoais foram adquiridos por famílias e desempenham o papel de educadores. O espaço no mercado dedicado ao *software* educacional está sendo desenvolvido a passos muito acelerados (tabela 9). O preço médio de cada item de *software* educacional está em baixa, chegando em torno de 60 yuans RMB. Um número cada vez maior de empresas está se juntando à competição para ganhar fatias de mercado. O maior fornecedor de *software* educacional pode ocupar apenas 19,7% do mercado (tabela 10).

Tabela 9: *Software* educacional

Ano	1994	1995	1996	1997	1998
Volume de vendas (1 milhão de yuans RMB)	17,2	22,4	45,6	90,0	140,0

Tabela 10: Ordem de distribuição de vendas de *software* educacional das empresas

n°	Empresa	Parcela do mercado (%)
1	Beijing Human	19,7
2	CSC	18,0
3	Daliam Songhe	5,8
4	Hope	5,8
5	Multimídia Shenzhen	3,8
6	Empresa de Educação Eletrônica da China	3,8
7	Tecnologia Eletrônica Hongda de Pequin Ltda.	3,0
8	Software Educaciona Beijing Pugongying	2,7
9	Chongqing Picro-Clove	2,6
10	Outras	34,8

Fornecedores de integração de sistemas

Houve muitos projetos para construção de infra-estrutura na China recentemente. O resultado disso é que o mercado ocupado de sistemas alcançou 15,6 bilhões de yuans RMB na China em 1998, ocupando 86,3% do mercado de serviços de informação. A tabela 11 mostra os 10 maiores fornecedores de integração de sistemas.

Outros desenvolvimentos da indústria de tecnologia da informação na China

A National Golden Series Engineering, que representa a construção da infra-estrutura de informação nacional, obteve grandes progressos. Grande empresas de informática, tais como a Legend, a Greatwall Group, a Tontru Group e a Dawning amadureceram; e as grandes empresas de *software*, tais como a Founder, CS&S, Neu-Alpine, Sichuan TOP Group, Shangdong ZhongChuang, Hunan ChuangZhi, HOPE, KINGDEE, e User-

Friendly, têm representado a indústria de *software* nacional. Muitas empresas de telecomunicações, que incluem a China Telecommunication, a LianTong Telecommunication, a Giant Dragon Telecommunication, a Huawei, a Zhongxin, a Datang, etc., têm sido formadas em grande escala também. No contexto da competição mundial, as indústrias domésticas de tecnologia da informação estão passando por um período de desenvolvimento acelerado, deixando de ser pequenas e fracas para se tornarem grandes e fortes.

Tabela 11: Os 10 maiores fornecedores de integração de sistemas

Manufatura	Volume de vendas (0,1 bilhão de RMB)	Parcela do mercado	Principal fornecedor do produto	Áreas de aplicação
Nantian	14,0	10,0	HP, IBM, Nantian	Finanças
Xintai	11,5	8,2	Sun, SGI, Sysbase	Telecomunicações
Legend	9,0	6,4	IBM, HP	Finanças, telecomunicações
Xiatong	8,0	5,7	IBM, HP, Sun	Finanças, telecomunicações
Zhonglian	5,8	3,8	IBM	Finanças
Taiji	5,3	3,8	IBM	Finanças
Changtian	5,0	3,5	IBM	Finanças
Kelian System	4,8	3,4	HP	Telecomunicações, energia elétrica
Xinyu	4,5	3,2	HP, IBM	Finanças, telecomunicações
Yaxin	4,0	2,9	Sun, HP, SGI	Telecomunicações
Automade	3,7	2,0	Sun	Telecomunicações

A maior parte dos projetos de planejamento estadual em ciência e tecnologia,realizados nos últimos anos, como por exemplo o Planejamento de Subida, o Planejamento 863, o Planejamento para Enfrentar Problemas Chave no planejamento estadual do "Nono Cinco-Anos" e o Planejamento Tocha estabelecem a tecnologia da informação como a principal área de apoio. Com esse apoio, a indústria doméstica de tecnologia da informação tem alcançado grandes avanços. Uma grande quantidade de recursos humanos qualificados foram capacitados. Além disso, muitos sítios de pesquisa e desenvolvimento e bases industriais de alta tecnologia foram construídos. Algumas tecnologias e realizações importantes foram alcançadas, tais como a composição chinesa, computadores de alto desempenho, sistemas de transferência por fibra ótica a 2,5 GB/s SDH, *switcher* digital, CAD/CAM/CIMS, ambiente de desenvolvimento de *software*, *software* de desenho IC, e assim por diante.

Além do *software*, há também mercados promissores na indústria chinesa de tecnologia da informação, tais como nas áreas dos novos produtos de tecnologia da informação, internet e intranet, por exemplo.

Aparelhos de informação

Os novos produtos de tecnologia da informação combinam computadores com comunicação, envolvendo, também, tecnologia de computadores e consumo eletrônico. O ano de 1999 foi muito importante para o desenvolvimento desses novos produtos. O mercado do futuro dos novos produtos de tecnologia da informação os torna promissores, incluindo HPC, STB, equipamento digital de difusão e recepção, televisores digitais, entretenimento familiar e facilidades educacionais, OA, e a pesquisa por tecnologias chaves, tais como tecnologia de multimídia e tecnologia de compressão. Esse mercado ultrapassará consideravelmente o mercado de PC's, e fornecerá espaço de desenvolvimento o suficiente para as empresas. Há 0,32 bilhões de televisores e 40 milhões de usuários de VCD na China. A rede de TV a cabo estende-se para 70% das cidades e 30% do interior. Porém, não há sequer uma empresa com produtos de tecnologia da informação maduros, um sistema operacional padrão embutido, ou que tenha um papel de liderança no mercado.

Recentemente, algumas empresas de televisão tais como a KangJia, a Hisense, a TCL e a ChangHong lançaram seus produtos de tecnologia da informação. A Academia Chinesa de Ciências está fazendo muitos esforços para desenvolver um sistema operacional embutido, que poderia ser utilizado

em grande escala em caixas *on-top*, H-PC, PDA, VCD, e outros equipamentos de conexão com a Internet. A CAS lançou o seu projeto "Nuwa" para competir com o planejamento da Microsoft de lançar "Venus" em março de 1999. Na verdade, o desempenho de Nuwa não é inferior ao de Venus, ele tem as seguintes vantagens: necessita de menos recursos de sistema, tem um ambiente de *hardware* aberto, e é de baixo custo; além disso, é inteiramente desenvolvido por chineses e, portanto, é adequado para usuários chineses.

O governo tem desenvolvido algumas atividades importantes para apoiar o desenvolvimento dos novos produtos de tecnologia da informação, especialmente em matéria de projeção, formulação padrão e constituição de políticas.

Na chamada revolução da digitalização, a China está no mesmo ponto inicial do que os países desenvolvidos. Portanto, aquele que se desenvolver no campo dos novos produtos de tecnologia da informação primeiro será aquele que possui mais espaços e terá melhores chances na futura indústria de tecnologia da informação no mundo.

Internet/Intranet

O campo da internet e de intranet inclui esquemas de solução para comércio eletrônico, ferramentas de desenvolvimento, ISP e ICP, manufatura de facilidades de *hardware*, conversão chinesa e ambientes de segurança. E há, ainda, um grande mercado para produtos de *softwares* para aplicções industriais e esquemas de solução de sistemas.

A tabela 12 mostra o relatório estatístico da CNNIC (Centro Chinês de Informações de Rede) sobre o desenvolvimento da internet chinesa no começo de 1999.

Tabela 12: Desenvolvimento da Internet Chinesa

Itens		Número	Total (em 10.000 un.)
Computadores de internet	por linha especial	11,7	74,7
	por telefone	63,0	
Usuários de internet	por linha especial	40,0	210,0
	por telefone	149,0	
	ambos	21,0	
CN DNS	com cn	13.913,0	18.396,0
	outros	4.484,0	
Exportação	ChinaNet	123M	143M
	outros	20,0	
Sites na internet			>5.300,0
Países conectados	Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Alemanha, França e Japão		

Ao que tudo indica, a internet será um dos aspectos mais promissores no desenvolvimento da indústria da informação chinesa, e grandes lucros serão obtidos a partir de 1999. Assim como os telefones celulares na China, que, apesar de continuem a representar um item de consumo caro, terão, no futuro, o maior número de usuários do mundo.

Políticas e estratégias de desenvolvimento de *software* na China

Análise do problema atual

A indústria chinesa de *software* deu seus primeiros passos em 1982. Mas o volume total de vendas de produtos de *software* em 1998 ocupou uma parcela de menos de 1% do mercado mundial e 60% desses produtos de *software* eram produtos estrangeiros. Por outro lado, os produtos de *software* nacionais continuam a ter algum distanciamento em relação às exigências domésticas.

Em geral, os problemas existentes no desenvolvimento de *software* são:

1) subestimar o *software* e ignorar as tendências do mercado;

2) fraca coordenação por parte de governo e organizações;

3) falta de um conjunto de políticas de desenvolvimento efetivas, tais como políticas financeiras, tributárias, comerciais, de investimento de risco, de mercados financeiros, *anti-dumping*, bem como a ausência de um grande projeto de engenharia para recrutamento e licitação pública;

4) fundos insuficientes dirigidos ao desenvolvimento de *software*;

5) mentalidade de inovação inadequada, muito desenvolvimento de *software* repetitivo e de baixo nível;

6) sistema de mercado imperfeito, ordem de mercado informal, falta de entendimento acerca do mercado de *software* internacional;

7) necessidade urgente de uma reforma no mecanismo de gerenciamento nas empresas de *software*;

8) saída de engenheiros de *software* profissionais e gerentes de projetos de empresas de *software* domésticas;

9) baixa competição no mercado e qualidade variável do *software*;

10) falta de proteção suficiente para direitos de propriedade sobre o conhecimento do *software*.

Políticas governamentais

O desenvolvimento da indústria do *software* tem feito com que ela seja considerada como uma das indústrias chave da economia nacional. De modo a resolver os problemas, mencionados acima, políticas do governo federal e estadual já foram implementadas ou o serão muito em breve. O governo tenta, em grande medida, apoiar a indústria do *software*, e oferece privilégios especiais em matéria de *marketing*, investimento, renda, e assim por diante. O resultado é que todo parque de *software* terá um tempo vital para se desenvolver. E aquelas empresas em dificuldades também são favorecidas, também, devido aos recursos oferecidos pelo Governo. A confiança de investimento que é produzida com políticas governamentais não pode ser subestimada.

Estratégias de desenvolvimento

Inovação tecnológica

"A inovação é a alma de uma nação; é o poder inexaurível de um Estado para que este possa se desabrochar e desenvolver", indicou o presidente Jiang Zemin em Pequim, em 14 de fevereiro de 1998. A inovação tem um relacionamento estreito com a sobrevivência de uma empresa, especialmente no contexto da economia mundial e da internacionalização dos mercados. Em Zhong Guan Cun, há muitas empresas que se fizeram a partir da inovação e atingiram um ritmo de desenvolvimento acelerado. É de senso comum que a inovação assume um papel significativo no desenvolvimento de uma empresa.

Recursos humanos qualificados

Recursos humanos qualificados estão disponíveis na China a baixos custos. Trabalhadores qualificados são o recurso chave na indústria de *software*. A China tem a vantagem de possuir pessoas capacitadas e devemos aproveitar isso.

O gerenciamento de recursos humanos qualificados é a tarefa mais importante do gerenciamento de negócios de alta tecnologia. O processo de produção de uma empresa de alta tecnologia é um fluxo de conhecimento e industrialização da informação. E os produtos de uma empresa de alta tecnologia são o símbolo do conhecimento e da informação. O conhecimento é um recurso estratégico inexaurível em uma empresa de alta tecnologia, um recurso invisível estocado na cabeça da pessoa capacitada. A transformação de recursos em resultados é decidida pela vontade da pessoa. Assim, recursos humanos qualificados assumem um papel chave em uma empresa de alta tecnologia. De fato, a competição entre pessoas capacitadas é bastante intensa. Trabalhadores chineses qualificados não são apenas requeridos por empresas estrangeiras na China, mas, também, por empresas estrangeiras no exterior, resultando em uma fuga de cérebros e de recursos humanos qualificados.

Investimento de risco

Umas das maiores dificuldades encontradas pelas empresas de *software* domésticas para se desenvolver é a insuficiência de capital.

O investimento de risco, a ‘menina dos olhos’, é o catalisador do desenvolvimento industrial. Por alguma razão, no passado, o investimento de risco manteve uma certa distância da indústria chinesa de *software*. Mas agora, organizações de investimento de risco estão começando a ganhar confiança em relação à indústria de *software* da China. Em 1997, a Stone Rich comerciou 6,5 milhões de dólares em ações com a America Bank Roby Company, com o grupo de investimento internacional Handl, e com a corporação Afielhall de investimento de risco internacional em alta tecnologia. A Kingdee investiu 20 milhões de yuans RMB na Guangzhou Pacific Tecnology Ltd.

Marketing no plano internacional

Deve-se mencionar que mesmo enfrentando um grande desafio, também temos muitas oportunidades e vantagens.

1. Produtos de exportação são melhorados de acordo com orientações de alta tecnologia

Com a aceleração do processo de modernização, os negócios de exportação nacional entraram em transformação; isso significa que o sistema fará a transição do modelo de concentração de mão-de-obra para o modelo de concentração de tecnologia, que é a única maneira de se lograr o desenvolvimento. Constatou-se que a produção de *software* para computadores e sua importação são uma nova indústria com pouco investimento, conteúdo de alta tecnologia, e valor agregado de alto custo.

2. Vantagens tecnológicas de funcionários trabalhando e estudando no exterior

Há milhares de funcionários que trabalham no exterior e lá estudam. Essas pessoas poderiam constituir uma reserva de recursos humanos qualificados. Eles têm a vantagem que pessoas comuns não têm: acesso a tecnologias chave e o que eles assimilam corresponde ao mais avançado padrão internacional.

Agora, alguns funcionários que trabalham e estudam no exterior se organizaram para trabalhar juntos e se dedicar a seu país. Por exemplo, a Associação Chinesa de Tecnologia de Internet (www.cita.net), na região do Vale do Silício nos Estados Unidos já atraiu 300 membros, que assimilaram a tecnologia de internet internacional de valor elevado. Um outro exemplo é a Associação Norte-Americana Chinesa de Semicondutores,

(www.nacsa.com) que está se dedicando a promover a cooperação e ao intercâmbio no campo de circuitos integrados e tem 1.000 membros atualmente.

3. Vantagens de mercado dos funcionários trabalhando e estudando no exterior

Os funcionários que trabalham no exterior e lá estudam não têm apenas as vantagens tecnológicas, mas também, as vantagens de mercado. Muitos desses funcionários trabalhando e estudando no exterior têm trabalham em grandes empresas como gerentes. Além disso, alguns deles têm suas próprias empresas, que apresenta boa reputação e têm estabelecido uma intensa conexão com grandes empresas internacionais. Eles conhecem o mercado e as exigências de círculos industriais internacionais quanto a produtos de *software*, e eles têm uma estimativa precisa do mercado futuro para produtos de *software*. Ao mesmo tempo, alguns deles participaram no estabelecimento de especificações para produtos internacionais de *software*, e acordos de padronização. Todas essas vantagens irão influenciar o desenvolvimento de *software* doméstico em grande medida.

4. Oportunidades para a indústria doméstica de *software* devido à insuficiência de engenheiros de *software* no exterior

Há uma insuficiência muito grande de engenheiros de *software* nos Estados Unidos, e assim, muitos negócios de processamento de *software* fluíram para a Índia, a Rússia, etc. Diz-se que algumas das empresas envolvidas em negócios de processamento de *software* desenvolveram-se a ponto de ter vários bilhões de dólares americanos em valor de produção. Nos últimos dois anos, com a crescente demanda nos Estados Unidos, essa tendência parece se tornar mais evidente. É realmente uma oportunidade única para a indústria de *software* chinesa.

5. Vantagens de baixos custos no desenvolvimento de *software* doméstico

O custo de desenvolvimento do *software* doméstico é bem baixo. Há, no entanto, uma boa reserva para recursos humanos qualificados. Resultados de pesquisas mostram que o custo do desenvolvimento de *software* na Índia é aproximadamente a metade do que é nos Estados Unidos, o que explica porque os negócios americanos de processamento de *software* americanos fluíram para a Índia. O custo de desenvolvimento de *software* na China é mais ou menos a metade do que é na Índia, portanto um quarto

do que é nos Estados Unidos; assim, a China tem boas chances de se tornar um importante local de processamento de *software*.

Embora a educação na China ainda não seja desenvolvida, o número absoluto de recursos humanos qualificados e cultos é realmente grande. Há mais de 100.000 pessoas engajadas no desenvolvimento profissional de *software*; contando com o número de engenheiros de *software* que trabalham nas diferentes indústrias que fazem uso de computadores, o número é de cerca de 500.000. Há 1.800 empresas profissionais engajadas em desenvolvimento, pesquisa e venda de *software*. Contando com as empresas que desenvolvem produtos relacionados ao *software*, há quase 5.000 empresas. Então, equipes profissionais de alta qualidade foram formadas. Todos esses fatos constituem uma boa base para o desenvolvimento da indústria de *software* chinesa.

Com o apoio de políticas de privilégios governamentais, empresas governamentais e algumas empresas nacionais e estrangeiras fizeram investimentos de modo a construir um sítio Estatal de exportação de *software*. Por meio da exportação de *software* de inovação e realizando projetos de processamento de *software* no exterior, é possível cultivar muitos recursos humanos com tecnologia essenciais e desenvolver produtos de *software* de negócios. Em última análise, centros de pesquisa e desenvolvimento poderiam ser construídos no exterior e integrar um mercado externo. Além disso, grandes empresas de *software* internacionais e grandes sítios de produção de *software* estariam disponíveis.

Ao iniciar a construção, deve-se realizar o treinamento da equipe que irá desenvolver o *software*. Devido às especificações de desenho do *softwares* doméstico, ferramentas de teste e tecnologia de teste não podem estar conectados à trilha internacional. Dessa maneira, é necessário entrar em um estágio, que tornaria possível a entrada maciça de produtos chineses no mercado internacional.

A tarefa da próxima fase é de continuar com os projetos de desenvolvimento de *software* nos Estados Unidos e na Europa. Devido à grande quantidade de exigências e à deficiência das equipes de programação no exterior, a melhor chance para nós, realmente, é de continuar com os projetos. Isso trará grandes benefícios para os sítios de exportação de *software* chineses e, ao mesmo tempo, muitos recursos humanos qualificados serão aperfeiçoados, o que estabelece as fundações para a indústria de exportação de *software* na China.

Em poucas palavras, ao construir sítios estatais de exportação de *software*, sera melhorado o nível da tecnologia de *software* como um todo, promovendo, assim, o desenvolvimento da indústria de exportação de *software*.

O necessário apoio cultural

Embora um número razoável de empresas escolha a fusão como a maneira mais rápida e mais segura de avançar, não é tarefa fácil para uma empresa se manter firmemente na indústria de *software*. Isso porque a indústria de *software* necessita de uma cultura relevante para apoiá-la. Quer seja na invenção, no gerenciamento ou no mercado, é necessário ter uma cultura de *software* relevante. Uma das razões pelas quais a indústria chinesa de *software* avançou a passos lentos é a falta de uma cultura de *software*. A indústria nacional de *software*, desde o começo dos anos noventa, sente a falta de acumulação histórica e cultural. Mesmo hoje, a principal tendência do mercado de *software* continua sendo dominada pelo monopólio da inteligência individual. Na indústria de manufatura de *hardware*, basta investir 3 a 5 anos aprendendo dos Estados Unidos para chegar ao nível mundial. Mas para se desenvolver a cultura de *software* de um país ou de uma empresa é necessário investir dez anos ou até várias décadas.

Oportunidades de cooperação entre a China e o Brasil

O Brasil é o maior país da América Latina. 47% da indústria de tecnologia da informação na América Latina é dominada pelo Brasil. O Brasil é o país mais influente na economia da América Latina. Segundo a IC DATA, o Brasil tinha 2,7 milhões de usuários de internet no final de 1998, e com um potencial de desenvolvimento promissor. Estimava-se que essa cifra chegaria a 3.500.000 no final de 1999, com uma taxa de crescimento de 40%. Com referência à classificação internacional de número de *hosts*, em janeiro de 1997, o Brasil ocupava a décima nona posição do mundo. Desde 1983, diversos parques de *software* se instalaram em em 15 cidades no Brasil (dado de 1998).

A América Latina é a força que impele o crescimento da indústria da informação mundial. As vendas foram de apoximadamente 10 bilhões de dólares em 1998, a maior parte disso com origem no Brasil. As tabelas 13 e 14 fornecem algumas informações sobre o volume de vendas de *software* brasileiro.

Tabela 13: O Mercado de *software* brasileiro (1993-1996) (em US$ bilhões)

	Software empacotado	*Software* encomendado	Total de *software*
1993	1,0	0,5	1,5
1994	1,2	0,6	1,8
1995	1,2	0,7	1,9
1996	1,4	0,8	2,2

Tabela 14: Venda de *software* brasileiro no exterior (1994-1996) (em US$ bilhões)

	Exportação de *software*	Negócios realizados no exterior	Total de vendas de *software* no exterior
1994	4,2	3,7	7,9
1995	4,9	4,9	9,8
1996	7,3	7,0	14,3

Em 1980, o governo brasileiro estabeleceu o Plano Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP); seu objetivo era participar da competição entre empresas no mundo, aumentando a qualidade e produtividade. Atualmente, o ISO9000 tornou-se popular nas empresas e assumiu um papel importante em seu seio. O próximo passo será de aplicar o CMM, SPICE e TQ nas empresas.

Em 1992, o CNPq criou o Programa DESI (Desenvolvimento Estratégico em Informática), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse programa era composto por três "sub-programas": SOFTEX 2000, RNP (a Rede Nacional de Pesquisas) e o ProTeM CC. Em 1994, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) declarou o SOFTEX 2000 (criado no ano seguinte), a RNP e o ProTeM CC como programas prioritários de tecnologia da informação (PPIs).

Com a meta de conquistar 1% do mercado mundial de *software* até o ano 2000, o equivalente a 2 bilhões dólares naquele ano, o SOFTEX 2000

criou as condições financeiras para a criação e o desenvolvimento de uma indústria de *software* eficiente no Brasil. O grande desafio do Brasil é de se colocar entre os cinco maiores produtores e exportadores de *software* no mundo nos próximos 10 a 30 anos.

Devido às medidas poderosas do governo, a autenticação ISO9000 foi rapidamente desenvolvida no Brasil. Em 1992, apenas 96 empresas receberam a autenticação, mas em 1995, foram 948 empresas (oito das quais na indústria de tecnologia da informação), e em 1997, 2.476 empresas (quarenta das quais na indústria de tecnologia da informação) foram certificadas. E algumas organizações importantes, tais como a CTIS, a QUALYSUL ABNT/SC21-10, o Centro SOFTEX de Curitiba e o parque de *software* de Curitiba assumiram um papel de importância no desenvolvimento do gerenciamento da qualidade do *software* no Brasil. Recentemente, algumas empresas de *software* como a POLO, a HOTSOFT, a AUSLAND e outras, receberam a certificação ISO9000. Benefícios notáveis advieram da conclusão do ISO9000.

Comparadas com a indústria brasileira de *software*, as empresas de *software* chinesas tiveram um começo tardio, sem a mesma experiência sistêmica do Brasil. A empresa será estritamente regulada de maneira a observar o ISO9000, mas a maioria das empresas de *software* da China são muito fracas nesse aspecto. Há apenas uma empresa que emprega mais de 1.000 funcionários, e somente algumas empresas têm mais de 500 funcionários (dados do começo de 1998). A maioria das empresas de *software* têm apenas uns cinqüenta funcionários. Nessas condições, a empresa continua sendo pequena demais. No entanto, algumas delas estão se desenvolvendo rapidamente. A taxa de crescimento geral da indústria de *software* é de 35%, o que é maior do que o nível médio mundial. Embora haja muitos tipos de produtos de *software*, não existem boas capacidades de fornecimento em grandes quantidades e com alta produtividade. Assim, as condições ainda são prematuras para a maioria das empresas no sentido de cumprir com o padrão ISO9000. Mas isso não é o caso no que diz respeito ao seu desenvolvimento. Ao contrário, a China deveria tentar criar maiores oportunidades para promover a conclusão do ISO9000 na indústria de *software* chinesa. E maior atenção à essa questão deveria ser prestada por parte das organizações de pesquisa científica e dos diferentes departamentos do governo. O "Guia sobre o modo padrão da Implementação da Garantia de Qualidade em *Software* para Computadores" foi elaborado em 1997. O Comitê de Autenticação do Estado uniu-se à federação de reconhecimento internacional de autenticação de sistemas de qualidade (IAF/MLA).

O Brasil tem boa experiência no gerenciamento da qualidade de *software*, no gerenciamento da exportação de *software* e no campo da Internet. Tanto o governo do Brasil quanto o da China dão maior atenção à indústria de *software* e estão considerando-a como uma indústria chave de desenvolvimento para o próximo século. E a China tem muitas empresas de *software* promissoras e um mercado de *software* potencial. Então realmente acreditamos que deva haver maior cooperação entre esses dois países.

Conclusão

Muita cooperação tem sido realizada entre a China e o Brasil em matéria de desenvolvimento da indústria de *software*, como por exemplo o Escritório da SOFTEX na China, o "Oficina sobre a Qualidade ISO9000 e o *Software* na China e no Brasil", e a "Reunião de Negócios sobre *Software* Asiático da SOFTEX".

A China é bastante similar ao Brasil no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e alguns problemas similares serão enfrentados no curso do desenvolvimento. O Brasil passou por muitas e amplas experiências no desenvolvimento e na exportação de *software*, no gerenciamento da qualidade de *software*, e assim em diante. Ao mesmo tempo, a China tem feito grandes progressos na indústria da informática; no entanto, há muitos problemas e muitas dificuldades nos quais a indústria de *software* da China precisa concentrar esforços no sentido de encontrar soluções. Felizmente, constatou-se que a indústria de *software* será a maior indústria do mundo em 2010: em volume de vendas, em número de empresas e em quantidade de funcionários. Portanto, o governo chinês tem prestado mais atenção à pesquisa e ao desenvolvimento das indústria da informação, especialmente no que diz respeito à indústria de *software*.

Já tivemos um bom começo em matéria de cooperação com o Brasil na indústria de *software*. Temos confiança no desenvolvimento econômico brasileiro, e confiamos em maior cooperação no desenvolvimento de *software* nesse próximo século. Acreditamos que tanto a China quanto o Brasil serão os países mais importantes no mercado de *software* no mundo.

Agradecimentos

Eu gostaria de agradecer ao Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI) no Brasil, e seu diretor, Embaixador Samuel Pinheiro

Guimarães, por ter me convidado para participar no Seminário Brasil-China realizado no Rio de Janeiro nos dias 18 e 19 de novembro de 1999. Agradeço, também, aos meus amigos brasileiros, Telmo Silva de Araújo (Escritório da SOFTEX na China) e Carlos Alberto Asfora (Embaixada do Brasil em Pequim), pela ajuda que me deram para escrever este ensaio.

Bibliografia

"Como os Parques de Software Obtêm Sucesso?", *China Computer World*, nº 19, 1998.

"Discussão sobre Parques Chineses de *Software"*, *China Computer World*, nº 30, 1998.

"Expectativas quanto ao Desenvolvimento da Indústria de Exportação de Produtos de *Software* Chineses", *PC World China*, nº 14, 1999.

GATES, Bill - "Comentários sobre as Influências da Companhia Microsoft na China sobre Indústrias Nacionais de *Software"*, *China Computer World*, nº 19, 1998.

GUANHUA, Xu. *Caminho para o Futuro - Visão global do Desenvolvimento Atual da Indústria da Informaçã*o, 1998.

"A Internet na China", *China Computer World*, nº 20, 1999.

"Marketing da Indústria Chinesa de Software para o Mundo", *China Computer World*, nº 31, 1998.

"Novos Produtos da Tecnologia da Informação - A Indústria Promissora na China", *China Computer World*, nº 12, 1999.

"Pensando em Investimentos para a Indústria de *Software*", *China Computer World*. nº 38, 1998.

"Situação atual do Desenvolvimento da Indústria Chinesa de *Software*", *China Computer World*, nº 48, 1998.

"Sociedade Chinesa de Software", *Relatório Anual da Indústria Chinesa de Software de* 1998, Março, 1999.

"*Software* Brasileiro de Exportação", *Brasil Agora*, Sept./Oct 1998.

Políticas de difusão de Tecnologias da Informação no Brasil e na China

*Renata Lèbre La Rovere**

Introdução

A inserção de países em desenvolvimento como o Brasil e a China no novo paradigma da era da informação requer o estabelecimento de políticas de difusão de tecnologias da informação (TI) nestes países. Tanto o Brasil como a China já têm políticas neste sentido, mas podem ainda avançar no sentido de um maior desenvolvimento de políticas de demanda.

O objetivo deste artigo é avaliar em que medida a China pode obter benefícios com a implementação de políticas de difusão de TI nos moldes das políticas adotadas no Brasil. Para a compreensão dos desafios envolvidos nesta implementação, é necessária uma distinção entre políticas de difusão de TI centradas na oferta e políticas de difusão de TI centradas na demanda, que será exposta na primeira seção. Na segunda seção será feita uma descrição do SOFTEX, que envolve um conjunto de políticas de difusão centradas na oferta e na demanda no Brasil. Na terceira seção será analisado o caso da China e as principais políticas de difusão de TI que poderiam trazer ganhos para este país. Como conclusão serão analisados os desafios colocados à China e ao Brasil na implementação destas políticas.

1. Políticas de difusão de TI: políticas de oferta e políticas de demanda

Do mesmo modo que outras políticas de inovação, as políticas de difusão de TI podem ser classificadas como políticas centradas na oferta e políticas centradas na demanda. As políticas de oferta se constituem de iniciativas para melhorar a infra-estrutura fisica e a capacidade tecnológica das firmas produtoras. No caso das TI, as políticas de oferta incluem a melhoria da infra-estrutura de telecomunicações, com o aumento da capacidade de transmissão de informações, da interconectividade e da confiabilidade das comunicações, e o fortalecimento da capacidade

* Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

tecnológica das firmas, com o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento na área de TI, interação universidade/empresa, política de patentes e de compras do Governo. As políticas de demanda visam estimular a difusão de novas tecnologias encorajando o uso destas. No caso das TI, as políticas de demanda envolvem o treinamento de mão-de-obra de empresas em geral para o uso de TI, provisão de serviços de consultoria em administração de informações às firmas, constituição de centros de informação tecnológica, apoio à formação de redes de firmas e apoio à comercialização de produtos de TI.

A experiência dos países desenvolvidos mostra que até recentemente as políticas de difusão de TI eram centradas nas políticas de oferta. Nos Estados Unidos, a estandartização e a interconectividade das redes é um objetivo importante de política na medida em que a desregulamentação das telecomunicações criou possibilidades de fragmentação da infra-estrutura. Desta forma, neste país as iniciativas para difusão de TI estão reunidas no plano lançado pelo Governo Clinton em 1993 (National Information Infrastructure Initiative), que visa integrar a infra-estrutura nacional criando 'autoestradas da informação' e estabelecendo metas de interconexão de hospitais, escolas e bibliotecas públicas. Na Europa, a União Européia tem realizado esforços no sentido de integrar a infra-estrutura dos diferentes países, promovendo reuniões entre grandes provedores de TI e representantes dos governos, estabelecendo metas para a integração da infra-estrutura e apoiando a pesquisa e desenvolvimento industrial.

Enquanto as políticas de oferta estabelecem condições necessárias para a difusão de TI, elas não são suficientes para assegurar a difusão. Isto porque a difusão de TI se desenvolve em vários estágios. Como observado por Gillespie et.al. (1995), a difusão de TI deve ser analisada como uma série de transições: do investimento em infra-estrutura à provisão de serviços e aplicativos apropriados; desta provisão à conscientização da firma; da conscientização à adoção; da adoção ao uso efetivo, e do uso efetivo à vantagem competitiva. Enquanto as políticas de oferta asseguram a primeira transição, as políticas de demanda asseguram as outras. Portanto, as políticas de demanda são importantes para estimular a difusão de TI. Este fato começou a ser constatado recentemente na União Européia, depois que a avaliação de programas centrados na oferta como o STAR (*Special Telecommunications Action for Regional Development*) revelou que o aumento da provisão de serviços não levava necessariamente à adoção de TI nas firmas, em particular no que se refere às pequenas e médias empresas. A União Européia tem realizado recentemente várias iniciativas centradas na demanda, como a constituição de centros de informação sobre novas

tecnologias, onde as empresas podem adquirir informações a respeito das TI e em alguns casos, experimentar seu uso, o estabelecimento de programas de treinamento em TI.

A distinção entre políticas de oferta e políticas de demanda é fundamental para analisarmos de que forma políticas adotadas em um país podem ser também adotadas em outro. Um elemento comum à maioria das políticas de difusão de TI dos países desenvolvidos é a forte ênfase nas políticas de oferta até meados dos anos 90 (La Rovere 1998). O foco nas políticas de demanda é recente e muitas vezes fica aquém das necessidades das firmas, pois este tipo de política requer uma interação entre as esferas federal e local que muitas vezes não consegue se estabelecer por razões culturais e/ou políticas.

No caso de países em desenvolvimento como o Brasil e a China, políticas centradas na oferta ainda são necessárias, devido à precariedade da infra-estrutura e à baixa qualificação da mão-de-obra. Apesar da privatização das telecomunicações no Brasil ter impulsionado a oferta de linhas de telefone, que saltou de 9,3 milhões para 17 milhões entre 1990 e 1998 no que se refere aos terminais fixos e de 10 mil para 5 milhões no que se refere aos celulares (Tigre 1999), ainda existem problemas de qualidade das transmissões em algumas regiões, como o Rio de Janeiro. Do mesmo modo, apesar do setor de telecomunicações na China ter crescido rapidamente a partir de 1997, a densidade telefônica do país é ainda baixa. No que se refere à capacitação, Brasil e China têm um número de profissionais na área de informática expressivo em termos absolutos (cerca de 500.000 na China e 550.000 no Brasil). Enquanto que para a China o percentual de profissionais na área é baixo em termos relativos, no caso brasileiro o percentual é alto (Tigre 1999). O apoio à interação universidade-empresa, outro elemento das políticas de oferta, vem sendo implementado com sucesso no Brasil através dos programas do SOFTEX, que podem ser adaptados para o caso chinês. Já no que se refere à política de compras do Governo, poucas medidas têm sido realizadas neste sentido em ambos os países.

Além das políticas centradas na oferta, o estímulo à difusão de TI pode ser feito através de políticas centradas na demanda. Uma possível política de difusão de TI centrada na demanda é o apoio à modernização organizacional das firmas. Estudos empíricos mostram que quando a adoção de TI é feita em conjunto com modificações nas técnicas organizacionais os ganhos aumentam (Correa 1994, Bielli 1998). As firmas que usam um aplicativo destas tecnologias são mais aptas a usar outros aplicativos

(Wynarczyk et.al.1995), o que sugere que existe um processo de aprendizado cumulativo referente às TI. Neste contexto, deve-se formular políticas educacionais e de treinamento para aumentar a competitividade das firmas que promovam habilidades no uso das tecnologias de informação e forneçam aos empresários, principalmente aos pequenos, capacitação para aplicar estas tecnologias às necessidades de administração da firma.

Os programas do SOFTEX no Brasil envolvem um conjunto de iniciativas, tanto ligadas à oferta quanto ligadas à demanda. Na próxima seção estes programas serão descritos brevemente, para então analisarmos de que modo a experiência brasileira pode ser utilizada nos moldes de uma cooperação Brasil-China.

2. O SOFTEX

O SOFTEX, Programa Nacional de *Software* para Exportação, é uma política do Governo Federal criada em 1993 que visa elevar as exportações de *software* nacionais para 1% do total das exportações mundiais no ano 2000, prover capacitação para mais de 1000 empresas e gerar 50.000 postos de trabalho. Inicialmente implementado com fundos do Governo, o SOFTEX hoje busca fontes alternativas de financiamento, tendo se tornado uma sociedade sem fins lucrativos em 1996. O Programa se constituiu em núcleos em 20 regiões, e cada núcleo tem uma articulação institucional própria. Atualmente o SOFTEX engloba, além dos núcleos, dois escritórios nacionais, e quatro no exterior (sendo dois de representação). Os núcleos apresentam planos anuais à diretoria do SOFTEX para implementar várias iniciativas. O conjunto de iniciativas associadas ao SOFTEX inclui políticas centradas na oferta e políticas centradas na demanda. Há serviços e iniciativas tais como busca de recursos financeiros para as empresas de *software*, apoio à participação em feiras, apoio a empresas emergentes em incubadoras, laboratórios de desenvolvimento de *software*, acesso à internet, publicações, consultoria em *marketing*, *publishing*, assessoria jurídica, atualização tecnológica e elaboração de plano de negócios. Cada núcleo tem uma articulação institucional diferente. No Rio de Janeiro por exemplo, os principais organismos de apoio são o SEBRAE-RJ e a Prefeitura. A cidade do Rio de Janeiro concentra o maior número de empresas de *software* do país, e como resultado a RIOSOFT é um dos maiores núcleos SOFTEX. A RIOSOFT hoje tem cerca de cem empresas de *software* associadas, e tem programas específicos voltados para as necessidades concretas das empresas. Estes programas visam assegurar a capacitação, o desen-

volvimento de novos produtos, o acesso ao crédito e a inserção no mercado internacional das empresas associadas à RIOSOFT (ver quadro 1 em anexo).

Ferraz et. al (1998) realizaram um diagnóstico detalhado do funcionamento do SOFTEX, destacando elementos positivos e negativos de suas principais iniciativas. No que se refere aos núcleos, os autores apontam como elementos positivos o envolvimento de agentes locais, a capacidade de atender empresas rapidamente devido ao conhecimento das necessidades em nível regional. Como elementos negativos dos núcleos deve-se destacar a baixa capacidade de algumas regiões na comercialização dos produtos no exterior, o tratamento igual concedido aos núcleos pela diretoria do SOFTEX apesar de suas marcantes diferenças, o que provoca um distanciamento da coordenação nacional do programa em relação às empresas, e o fato que algumas empresas de determinados núcleos criam barreiras à entrada de competidores no núcleo. No que se refere aos escritórios no exterior, os autores destacam como pontos positivos um maior conhecimento da cultura local, o que aumenta as chances de divulgação e de penetração dos produtos brasileiros na região dos escritórios, e a possibilidade de acompanhar de perto a evolução das empresas brasileiras que abrem filiais no exterior. Como pontos negativos, os autores ressaltam a inexistência de uma avaliação sistemática da estratégia utilizada, e os poucos resultados alcançados em termos de comercialização de produtos.

Em relação ao apoio à participação em feiras, os pontos positivos são permitir a divulgação de marcas brasileiras e a produção, através da troca de experiências dos diferentes núcleos, de uma metodologia de avaliação que permite melhorar a qualidade da exposição das empresas em feiras. Como pontos negativos, observou-se que, enquanto as feiras têm mais sucesso em promover a comercialização de produtos do mercado horizontal (bancos de dados, ferramentas, *software* para multimídia e gerenciador de informações), a maioria das empresas que vão às feiras estão focadas no mercado vertical (aplicativos em geral). Finalmente, no que se refere ao apoio a empresas emergentes em incubadoras, os pontos positivos apontados são a boa organização das iniciativas, as parcerias bem-sucedidas com universidades, a receptividade de outras instituições e a possibilidade de desenvolvimento de novos núcleos a partir das empresas emergentes. Já como pontos negativos foram identificados o baixo envolvimento dos núcleos existentes, de instuições que apóiam o empreendedorismo como o SEBRAE, a adequação parcial das fontes de financiamento e o fato de que o tempo de colocação dos produtos no exterior é normalmente maior do que o tempo que a empresa emergente fica na incubadora.

Um balanço dos pontos positivos e negativos do programa traz um saldo em geral positivo. As iniciativas do SOFTEX são importantes no sentido de prover experiências em políticas de oferta e de demanda que podem ser aproveitadas por outros países em desenvolvimento, como a China. Na próxima seção serão apontados os principais elementos destas políticas que podem estimular a difusão de TI e fomentar uma cooperação Brasil-China, estimulando a inovação das empresas de *software*.

3. Políticas de difusão de Tecnologia da Informação na China

Conforme observamos acima, a China necessita de políticas de difusão de TI centradas na oferta e na demanda. Algumas políticas centradas na oferta, tais como apoio à indústria de *software*, desenvolvimento de um mercado de capital de risco e programas de capacitação no exterior têm sido implementadas (Li 1999). Quanto às políticas centradas na demanda, pode-se considerar o apoio a inovações tecnológicas e organizacionais como um passo importante neste sentido. Li (*op.cit.*) aponta vários problemas nas políticas que ressaltam a importância de se estabelecer políticas centradas na demanda de uma forma mais sistemática. Segundo este autor, existe uma fraca coordenação entre os agentes que implementam as políticas, e falta um conjunto articulado de medidas fiscais, financeiras, comerciais e de compras do Governo. Além disso as empresas se situam num mercado informal, têm administrações pouco eficientes, produtos de qualidade precária e não entendem o mercado internacional. Falta portanto uma maior consciência dos benefícios que as inovações tecnológicas e organizacionais podem trazer.

Os problemas apontados por Li se devem em grande parte à natureza das empresas chinesas, que têm um tamanho reduzido e estão no mercado há relativamente pouco tempo. Estudos sobre pequenas e médias empresas mostram que estas empresas podem ter maior flexibilidade e portanto maior capacidade inovadora do que as grandes, mas esta capacidade pode ser limitada por restrições no crédito, dificuldades de treinamento, falta de tempo dos empresários na tomada de decisões e falta de consciência em relação aos benefícios potenciais das inovações (La Rovere 1999). Para superar estes problemas, deve-se implementar políticas centradas na demanda que enfatizem os benefícios de inovações tecnológicas e organizacionais e estimulem a adoção de tecnologias de informação ligadas a estas inovações. Na medida em que o processo de aprendizado tecnológico das firmas é cumulativo, um maior uso de aplicativos baseados em TI vai estabelecer

condições para que as firmas passem a organizar suas informações de maneira sistemática, criando condições para um aumento da sua competitividade e da qualidade de seus produtos.

A implementação de políticas centradas na demanda tem mais chances de sucesso quando é realizada em nível regional, pois neste nível é possível estabelecer políticas de capacitação e de desenvolvimento de negócios adequadas às necessidades das empresas (La Rovere 1999). Neste sentido, deve ser estimulada a formação de núcleos nos mesmos moldes dos núcleos SOFTEX, que sirvam como catalisadores do desenvolvimento de novos produtos e da introdução de novas técnicas organizacionais nas firmas. A China já tem treze parques de desenvolvimento de *software*, que podem criar externalidades positivas para o desenvolvimento de novas empresas e para a capacitação das empresas situadas nas regiões onde os parques estão localizados. Em outras palavras, os parques podem propiciar a formação de redes de firmas que estimulem a atividade inovadora através de uma maior troca de informações e uma atualização constante das informações tecnológicas. A formação de núcleos regionais pode inclusive auxiliar a reduzir disparidades entre as regiões, que são bastante acentuadas na China (The Economist 1998-1999).

Outro fator essencial para a difusão de TI é a criação de uma cultura de informática no país. Segundo pesquisa recente do Instituto Gallup, apenas 3% da população da China já usaram um computador (Fortune Americas 1999). Na medida em que a penetração de microcomputadores nos lares chineses é baixa, o foco das políticas deve ser na introdução de microcomputadores nas escolas, acoplada ao apoio ao desenvolvimento de *softwares* educacionais. A China já tem alguma capacitação para o desenvolvimento de *softwares* educacionais, e a produção destes tem apresentado expressivas taxas de crescimento (Li 1999).

Finalmente, as políticas de difusão de TI terão mais sucesso se estiverem associadas a políticas de inovação que estimulem a atividade empreendedora. O povo chinês é bastante empreendedor: a pesquisa do Instituto Gallup mostrou que mais de 25% da população ativa gostaria de ter seu próprio negócio (Fortune Americas 1999). Uma política nos moldes dos programas de capacitação empresarial e de novos empreendedores da RIOSOFT descrita no quadro 1 pode acelerar a difusão de TI ao estimular esforços de modernização da administração, aumento da qualidade dos produtos das empresas e inserção no mercado global.

Conclusão

Vimos ao longo deste artigo que países em desenvolvimento como o Brasil e a China enfrentam vários desafios para a implementação de políticas de difusão de TI. Por um lado, estes países necessitam expandir e modernizar sua infra-estrutura de telecomunicações e apoiar o desenvolvimento de empresas ligadas ao setor de TI, tais como as empresas de *software*. Ao mesmo tempo que é fundamental melhorar a infra-estrutura de TI, deve-se assegurar que os provedores de TI atinjam um grande grupo de firmas e clientes para maximizar os impactos sobre a competitividade. Por outro lado, estes países necessitam criar uma cultura de uso de TI de modo a estimular a demanda por estas tecnologias. O principal obstáculo à criação desta cultura, em ambos os países, está ligado à baixa escolaridade média da população.

Além disso, o tamanho reduzido das empresas de *software* em ambos os países torna a implementação de políticas dirigidas a estas empresas complexa. Na maioria das PMEs os proprietários/administradores simplesmente não têm tempo para preparar uma proposta para obter um financiamento ou participar de uma reunião patrocinada pelo Governo. Por outro lado, a maioria das PMEs tem uma atitude clientelista em relação às instituições de transferência de tecnologia: elas chamam a instituição só quando têm problemas com seu equipamento. Deve-se observar também que a simples introdução de TI pode não responder às necessidades das firmas no que se refere a uma organização de suas informações de modo a maximizar a eficiência produtiva. Portanto, uma política de difusão de TI deve considerar não apenas a adoção de TI, como também a organização dos fluxos informacionais das firmas. Além disso, a provisão de informações não deve se limitar a elementos técnicos: as PMEs têm necessidade de apoio na organização de suas informações e na comercialização de seus produtos.

Os formuladores de política devem também evitar a armadilha de associar a adoção de TI a um aumento automático da competitividade das firmas. Ao contrário, em certos casos, as TI podem restringir a flexibilidade das PMEs, por exemplo, introduzindo uma divisão de trabalho mais rígida em redes de firmas (OECD 1995). Desta forma, os esforços de conscientização das firmas sobre os benefícios das TI devem incluir não apenas informações técnicas como também informações sobre as mudanças organizacionais e os impactos sobre a competitividade introduzidos por estas tecnologias.

As políticas de TI centradas na demanda precisam ser implementadas a nível regional ou local; mesmo as iniciativas regionais podem ficar aquém das necessidades das firmas. Por outro lado, as políticas centradas na oferta, por se relacionarem à infra-estrutura técnica e de pesquisa, são normalmente implementadas a nível nacional. Uma coordenação dos diversos agentes envolvidos na implementação de políticas de TI se faz portanto necessária para o sucesso destas políticas. Esta coordenação é complexa, pois, diversas vezes, as políticas macroeconômicas podem entrar em conflito com as políticas de desenvolvimento industrial.

Assim, os desafios que Brasil e China enfrentam na implementação de políticas de difusão de tecnologias da informação são múltiplos. Portanto, deve-se estimular a cooperação entre estes países no sentido de partilhar experiências de sucesso e obstáculos enfrentados, para que as políticas atinjam um número significativo de empresas em ambos os países.

Bibliografia

BIELLI, Paola. "Virtual Enterprises and Information Technology: an Ambiguous Relationship". in: KHOSROWPOUR, M. (ed.) *Effective Utilization and Management of Emerging Information Technologies*. Hershey. Idea Group Publishing, 1998.

CORREA, Carlos *Difusión y Políticas de Tecnologias de la Información para Pequeñas y Medianas Empresas en América Latina y el Caribe*. mimeo, Buenos Aires, 1994.

FERRAZ, Galeno, DUARTE, Virgínia, e FRICK, Silvia. "A Experiência Exportadora do *Software* Brasileiro". Estudo elaborado para a Secretaria Executiva do MCT – Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Março de 1998.

Fortune Americas. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1999. Suplemento quinzenal do Jornal do Brasil.

GILLESPIE, Andrew, RICHARDSON, Ranald, e CORNFORD, James. "Information Infrastructures and Territorial Development". Paper elaborado para o OECD joint ICCP-TDS Workshop on Information Technologies and Territorial Development, Paris, 1995.

LA ROVERE, Renata L. "As Pequenas e Médias Empresas na Economia do Conhecimento: implicações para políticas de inovação". in: LASTRES,

H. M. M. e ALBAGLI, S., *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*, Rio de Janeiro. Editora Campus, 1999.

LA ROVERE, Renata L. "Small and Medium-Sized Enterprises and IT diffusion policies in Europe". in: *Small Business Economics*, novembro 1998.

LI, Mingshu. "Information Technologies in China and Brazil: possibilities of cooperation". Paper apresentado no Seminário Brasil-China, org. MRE-IPRI, Rio de Janeiro, 18 e 19 de novembro de 1999.

OECD. *Information Technology (IT) Diffusion Policies for Small and Medium-Sized Enterprises*. Paris: OECD, 1995.

The Economist. *Country Profile – China 1998-99*. The Economist Intelligence Unit, Londres, 1999.

TIGRE, P. B. "Comércio Eletrônico e Globalização: Desafios para o Brasil". in: Lastres, H.M.M. e Albagli, S., *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*, Rio de Janeiro. Editora Campus, 1999.

WYNARCKZYK, Pooran, HARDILL, Irene, e TURNER, Jeffrey, "Technology and Company Performance -Survey of the British Textile and Clothing Filiere: Methodology Paper". CURDS Working Paper, University of Newcastle Upon Tyne, 1995.

Anexo

Quadro 1: Programas da RIOSOFT

Programa	Atividade
Programa de financiamento às empresas	• Realização de seminários e palestras individuais no Rio de Janeiro com as presenças de investidores de risco americanos baseados em Berkeley e Boston, empresários americanos e israelenses que já receberam capital de risco, diretores de órgãos de fomento no Brasil (BNDES, Finep, BB), gestores de fundos para empresas de base tecnológica, e investidores privados nacionais interessados em software. • Oficializar junto à SOFTEX a posição da Riosoft como núcleo de referência em recursos financeiros; • Estreitar o relacionamento com a alta administração dos órgãos de fomento; • Orientar os associados quanto a modelos e processos de abertura de capital; • Capacitar as associadas na elaboração de seus planos de negócios e acompanhar sua execução; • Potencializar o resultado das empresas associadas nas linhas de financiamento já existentes;
Programa de capacitação empresarial	• Promover a formação e atualização de mão-de-obra técnica de alto nível; • Estimular e apoiar a Pesquisa e o Desenvolvimento de Software; • Capacitar as empresas do setor em estratégias empresariais para competição internacional; • Capacitar as empresas a obterem os recursos financeiros disponíveis através de agências governamentais de fomento e atraírem investimentos de risco do setor privado; • Estimular e apoiar as empresas do setor a se constituírem juridicamente sob a forma de Sociedade Anônima, a fim de atrair capitais com mais facilidade; • Montagem de um Currículo para a formação empresarial no setor, com ênfase no direcionamento para o mercado e a vocação empresarial; • Estabelecer parcerias estratégicas com líderes mundiais em plataformas, ferramentas e *hardware*, além de universidades e centros de pesquisa; • Incentivar a participação dos associados em feiras, cursos, congressos e seminários, nacionais e internacionais; • Capacitar as empresas de *software* para a competitividade do mercado global, melhorando continuamente a qualificação de técnicos e empreendedores do setor e promovendo Inovação e Qualidade; • Promover publicações especializadas para o setor.

Programa do Mercado Interno	• Portal do Rio e Portal Brasileiro • Ação Política junto a compradores institucionais - Governo Municipal (Iplan e outros), Estadual (Proderj), Federal; • Estímulo aos desenvolvedores do Município e do Estado; • Programa Automação de Prefeituras - junto com ASSESPRO; • Elaboração de Catálogo de *Software* e Serviços dos Associados. • Dimensionamento do Mercado Interno por Segmento.
Programa centro de desenvolvimento de *software*	Centro de Excelência e Capacitação de *Software* na América Latina, propiciando visibilidade para as empresas associadas e fornecendo suporte ao desenvolvimento e exportação de *software* nacional.
Programa Novos Empreendedores	• Atrair para a Riosoft as empresas nascentes em Genes SOFTEX do Rio de Janeiro, como Infogene, GeneRio e Genorte; • Identificar e divulgar a capacidade tecnológica nas universidades e centros de pesquisa do Rio de Janeiro; • Implantar mecanismos de identificação de oportunidades de exportação; • Estimular parcerias dos associados com o objetivo de fortalecer segmentos.
Programa Rio Boston	• Aproximação com Câmaras de Comércio; • Obter recursos para feiras, eventos e rodas de negócios; • Criar metodologia e processo para facilitar pesquisas de mercado pelos associados; • Operacionalização e consolidação do escritório de Boston; • Avaliar propostas de atuação em outros mercados; • Consolidação do Escritório de Boston com resultados concretos; • Realização de US$100 milhões em exportação de *software* de empresas associadas.

Oportunidades de negócios de Tecnologia da Informação entre Brasil e China

*Telmo Silva de Araújo**

*Francilene Procópio Garcia***

Apresentação

A importância crescente de mercados emergentes, tais como China e Brasil, tem motivado muitas pequenas e médias empresas orientadas à tecnologia da informação a explorarem o mercado global, ampliando as suas atuais fronteiras e capacidades. Muito embora que as qualificações destes mercados e seus impactos sobre o processo de produção, como é o caso do *software* por exemplo, ainda não estejam completamente dominados e/ou entendidos.

O desenvolvimento de produtos baseados em informação através de diferentes culturas e a presença de modelos de organização virtuais têm sido requeridos, enfatizando cada vez mais a necessidade de condutas estratégicas e formas cooperativas de trabalho.

As indústrias de *software* no Brasil e na China apresentam problemas e oportunidades semelhantes, num cenário em que ricas experiências podem ser intercambiadas, promovendo o desenvolvimento conjunto das empresas e de suas capacidades, no momento em que se preparam para entrada no mercado global. Tratando-se de mercados emergentes, a indústria de *software* no Brasil e na China seguem as mesmas rotas estratégicas, consolidando-se como ofertantes de produtos acabados pacotes - e com uma ampla atuação no desenvolvimento de produtos e serviços sob demanda.

No caso da China, deve-se ter em mente que dado ao tamanho e potencial daquele mercado, os indicadores de crescimento apontados pela IDG (empresa de pesquisa de mercado) assinalam números e volumes expressivos para o século 21. Particularmente, devido à estrutura de Governo existente, em determinados setores verticais de mercado, como é o caso do setor financeiro/bancário e de segurança, a China tem estimulado o desenvolvimento de soluções proprietárias locais e/ou o

* Presidente da TY Consultoria Tecnológica.

** Professora da UFPB-Brasil. Pesquisadora Visitante na Tsinghua University/China

desenvolvimento cooperativo com a plena participação de instituições chinesas.

No Brasil, no tocante ao tema de qualidade, o Governo acena com a promoção de diversos programas setoriais, apresentando um subprograma específico orientado à indústria de *software*. Tal especificidade, associada à larga experiência brasileira já alcançada em alguns segmentos tais como o bancário e os sistemas de *agrobusiness*, e a abertura para o desenvolvimento de projetos cooperativos colocam o Brasil numa posição favorável face aos desafios presentes no mercado chinês de hoje.

Nos últimos três anos, a presença de um Escritório brasileiro sediado em Pequim, lançado através de um protocolo de cooperação inicialmente supervisionado pelo Programa SOFTEX/CNPq e, atualmente conduzido por uma empresa consultora brasileira com representação legal na China, tem desenvolvido um amplo programa de busca de parcerias no setor de TI, reunindo empresas e instituições chinesas e brasileiras.

Brasil/China: Panorama mundial de Tecnologia da Informação

Com a chegada do século XXI, são inúmeros os estudos e investigações acerca do comportamento e da infra-estrutura básica de diferentes países, procurando-se apontar previsões sobre seus desempenhos face aos mercados doméstico e internacional. Neste contexto, uma vez que as tecnologias de informação se apresentam completamente entrelaçadas com a maioria das atividades da sociedade moderna, é natural que tais preocupações se estendam ao segmento de TI.

Em 1998, o Institute for Management Development[1] (IMD) publicou em seu Anuário Mundial de Competitividade um conjunto de dados estatísticos que posicionam cerca de 50 países em termos de suas potencialidades no setor de TI. Segundo análise do IMD, antes de apresentar indicadores específicos para o setor de TI, indica-se um *ranking* global de competitividade para o conjunto dos países pesquisados. Tomando-se como referência os EUA com um índice igual a 100, a China aparece com 68 e o Brasil com 54, numa mesma escala.

Deve-se considerar que a análise do IMD é baseada em múltiplos fatores, incluindo a natureza da economia do país e sua agressividade no

[1] Institute for Management Development. Lausanne, Suíça (wcyinfo@imd.ch).

mercado internacional, seus recursos naturais e suas habilidades para criação de bens e valores a partir desses recursos, e seus modelos de Governo e estrutura social.

Tomando-se o crescimento da produtividade geral, medida pela variação percentual do PIB real por número de pessoas empregadas (figura 1), o Brasil aparece muito próximo da classificação da China.

Na análise centrada na componente tecnológica nestes países, ainda com base nos dados do IMD, procurou-se saber de que forma a tecnologia de informação tem satisfeito às necessidades de cada um dos países pesquisados. A figura 2 ilustra indicadores de implementação de novas tecnologias de informação, onde o valor 1 da escala corresponde à não satisfação dos requerimentos de negócios e 10 a sua satisfação plena. Observe-se, mais uma vez, que o Brasil e a China estão com índices bastante similares.

Partindo-se para a análise mais direta de índices relacionados a segmentos tecnológicos mais tangíveis ao setor de TI, a figura 3 apresenta o número de computadores *per capita* (por 1.000 habitantes) e a figura 4 o número de conexões internet *per capita* (número de provedores por 1.000 habitantes). Apesar dos números apresentados na figura 4 relativos à intemet serem do ano 1997, é possível acompanhar um quadro comparativo naquele ano, ao mesmo tempo em que se enfatiza um crescimento bastante acelerado, tanto do Brasil como da China.

Dada a relevância dos sistemas de comunicação ao setor de TI, a figura 5 traz o número de linhas telefônicas fixas (por 1.000 habitantes) e a figura 6 o número de assinantes de linhas móveis (por 1.000 habitantes). Na China, a criação do Ministério da Indústria de Informação, que agrega os setores de telecomunicações e de TI, tem permitido uma ação integrada, com progressos acelerados nesta área. No Brasil, espera-se que a consolidação do processo de privatizações do setor de telecomunicações e de programas de incentivos ao setor de TI possam estimular a melhoria e ampliação das redes.

Segundo estudos realizados pela empresa consultora do Caper Jones *(Software Productivity Research)*, são apontados alguns indicadores aproximados que relacionam o desempenho econômico dos países com a sua base instalada de *software*. A partir da tabela que segue, observa-se que o Brasil apresenta um desempenho relativo de produtividade superior ao alcançado pela China (coluna "PF por Profissional de *Software*"). Um

dos caminho recomendados para se melhorar os índices de produtividade no desenvolvimento de *software* é, certamente, a produção compartilhada, viabilizando-se o uso de tecnologias avançadas e a chegada do produto ao mercado no momento certo. Por outro lado, é importante fortalecer o papel do gerenciamento do ciclo completo de produção.

Figura 1
Crescimento da produtividade geral (1997)

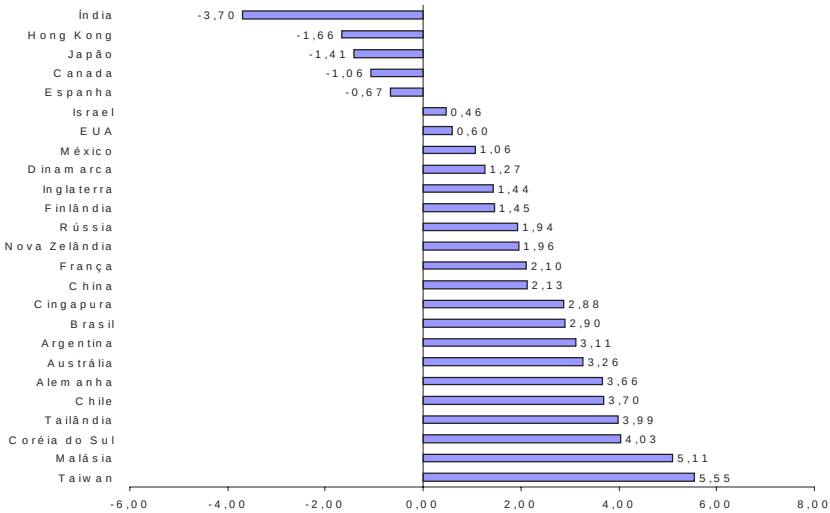


Figura 2
Implementação de novas tecnologias de informação (1997)

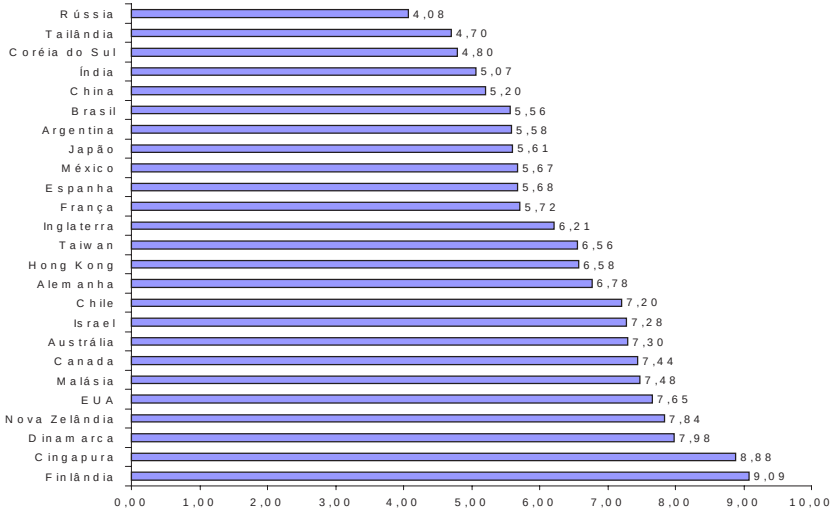


Figura 3
Número de computadores *per capita* (1997)

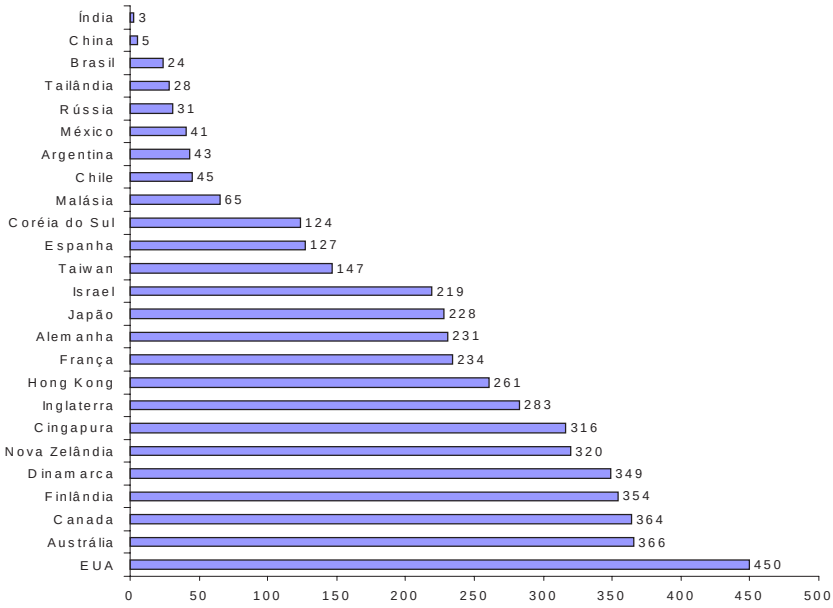


Figura 4
Conexões de internet *per capita* (1997)

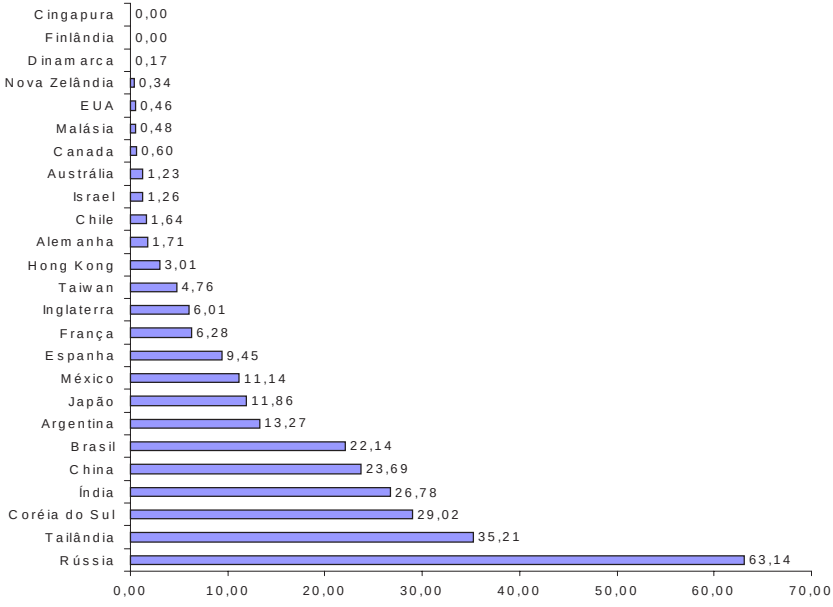


Figura 5
Linhas telefônicas (1997)

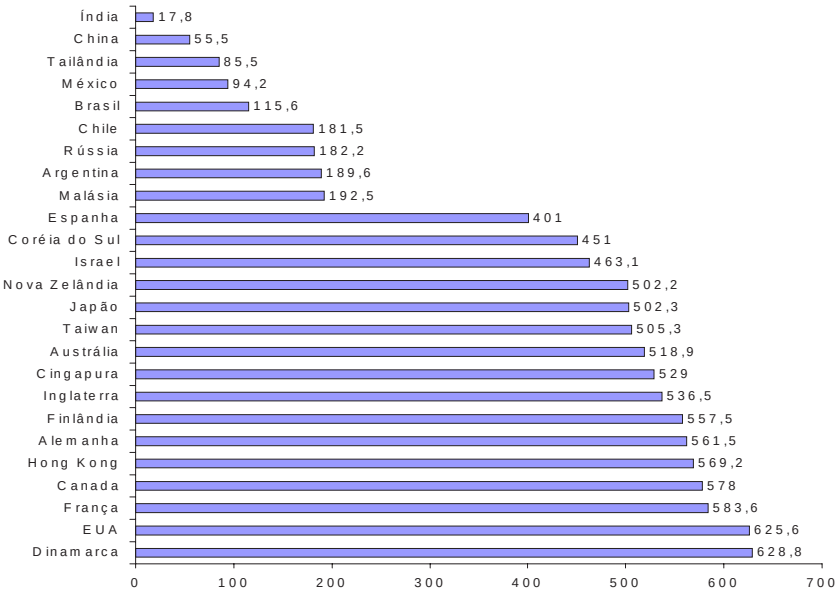
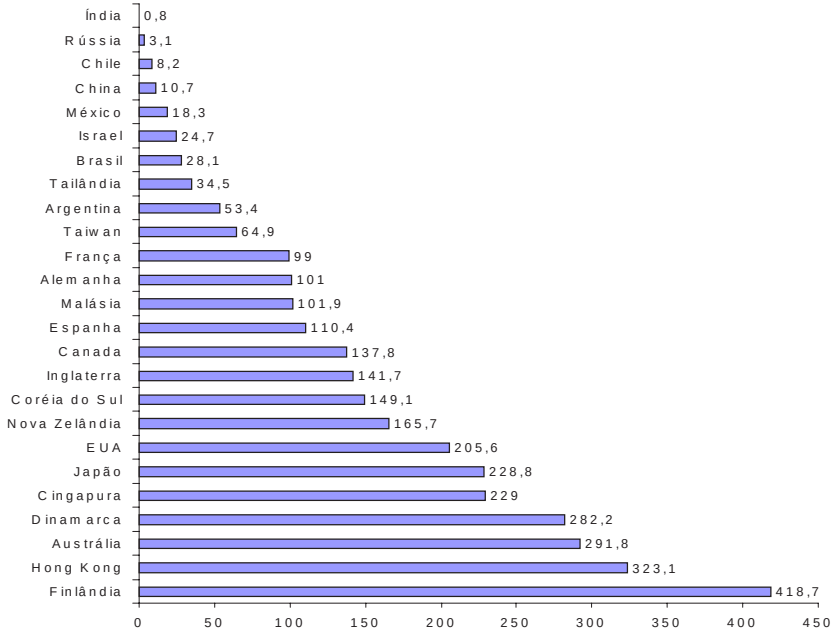


Figura 6
Assinantes de linhas móveis (1997)



Brasil/China: Números comparativos do setor de Tecnologia da Informação

Visando a formulação de uma análise comparativa entre os setores de TI no Brasil e na China, serão apresentadas algumas séries históricas relativas a evolução do mercado. Os dados são oriundos de fontes existentes em cada um dos países. No entanto, deve-se levar em consideração que não existe uma homogeneidade na metodologia usada para desagregação dos dados apresentados. Estas diferenças são mais evidentes quando se trata dos números referentes à indústria de *software*.

No Brasil e na China, o setor de TI é um dos segmentos que vem apresentando um crescimento significativo nos últimos anos. No caso do Brasil (figura 7), os dados apresentados são oriundos do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT)[2]. No tocante aos valores relativos a *software*, a Sociedade SOFTEX tem divulgado que este segmento, incluindo *software* de pacote e sob demanda, alcança valores mais expressivos que os indicados. Por exemplo, em 1997 ter-se-ia atingido o valor de US$ 3,2 bilhões. No caso da China (figura 8), os dados são publicados pelo Centro de Informação de Mercado do Ministério da Indústria de Informação (CIMIMII).

País	PIB (em bilhões US$)	Número de profissionais de *software*	Portifólio global em Pontos de Função*	Portifólio global em US$ (PF)	PIB por portifólio em PF	PF por profissional de *software*
Estados Unidos	7.500	1.900.000	1.570.560.000	3.947.368	4.775	827
Japão	4.650	900.000	738.000.000	5.166.667	6.301	820
Alemanha	2.400	50.000	440.000.000	4.363.636	5.455	800
França	1.500	385.000	308.000.000	3.896.102	4.870	800
Inglaterra	1.150	390.000	312.000.000	2.948.718	3.686	800
Itália	1.200	375.000	290.625.000	3.200.000	4.129	775
Austrália	393	110.000	85.250.000	3.572.727	4.610	775
Espanha	581	235.000	170.375.000	2.472.340	3.410	725
Coréia do Sul	485	300.000	210.000.000	1.616.667	2.310	700
Rússia	440	770.000	539.000.000	571.429	816	700
Argentina	295	110.000	77.000.000	2.681.818	3.831	700
Brasil	750	475.000	308.750.000	1.578.947	2.429	650
México	336	275.000	178.750.000	1.221.818	1.880	650
Canadá	585	300.000	144.300.000	1.950.000	4.054	481
China	815	990.000	297.000.000	823.232	2.744	300
Índia	338	750.000	225.000.000	450.667	1.502	300

* Pontos de função é um tipo de medida muito usada para medir o tamanho de um software -

[2] Divulgados pela Revista Exame.

Figura 7
Movimento do setor de informática no Brasil em US$ bilhões

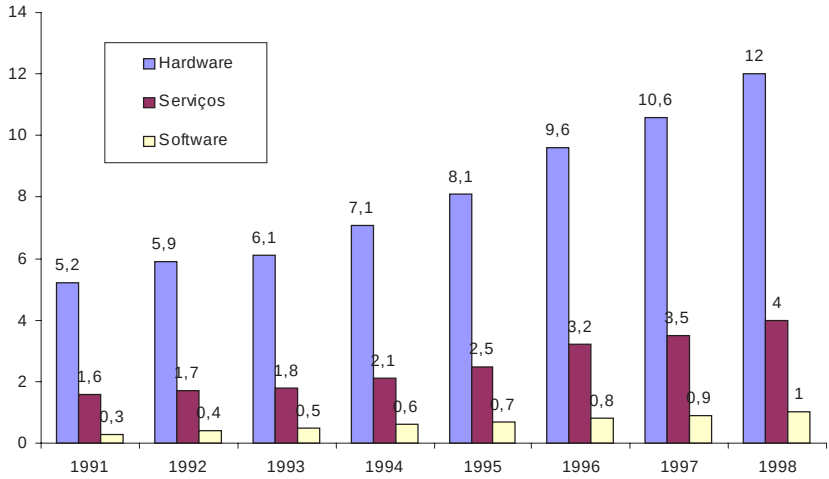
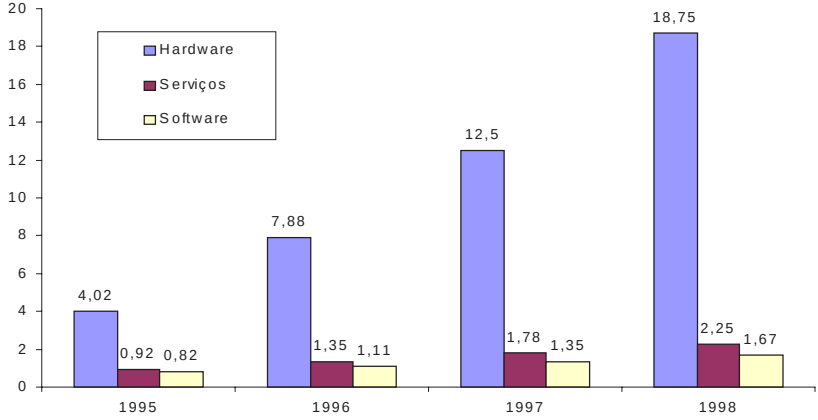


Figura 8
Movimento do setor de informática na China em US$ bilhões



Considerando-se as posições alcançadas pelos dois mercados nos últimos quatro anos, percebe-se que ambos apresentam elevadas taxas de crescimento e consolidação dos três segmentos. Dada à existência de uma população oito vezes maior, a China tende a estabilizar seu mercado em patamares superiores aos estimados no Brasil. Como se percebe nos gráficos anteriores, em 1998, os volumes do mercado de informática na China já ultrapassaram os do Brasil.

O segmento de *hardware*, particularmente o de PCs, tem contribuído de forma significativa para a obtenção dos altos volumes em ambos os mercados. A figura 9 apresenta a evolução da entrada de PCs no mercado brasileiro. A figura 10, apresenta a evolução no caso da China.

Figura 9
Brasil - PCs em milhões de unidades

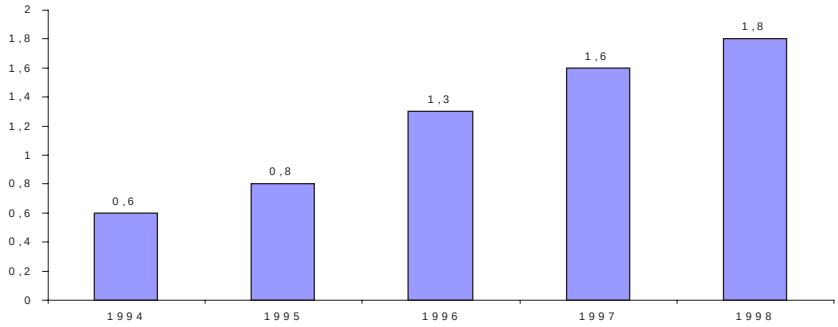
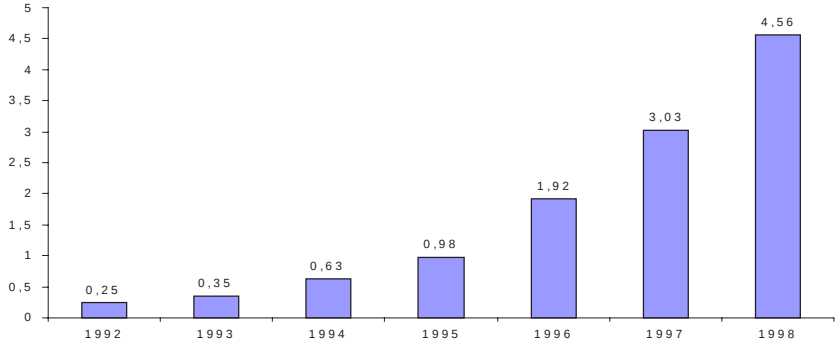


Figura 10
China- PCs em milhões de unidades



No Brasil existe, segundo estimativas da Fenasoft, uma base instalada de 6,8 milhões de máquinas. Na China, segundos os dados do CIM/MII, existe uma base instalada de cerca de 13 milhões de máquinas, das quais 4 milhões encontram-se instalados em residências. O Brasil e a China encontram-se dentre os 13 maiores parques de computadores pessoais do mundo.

Um outro segmento que tem apresentado um crescimento significativo, até mesmo vertiginoso, é o de conexões à rede mundial de informação (internet). Tanto no Brasil como na China, os números de usuários

crescem a cada dia, oferecendo inúmeras oportunidades de negócios baseados em informação. Como é ilustrado pelos gráficos que seguem, Brasil na figura 11 e a China na figura 12, os dois mercados têm atingido um excelente desempenho.

Figura 11
Números de usuários de internet no Brasil - em milhões

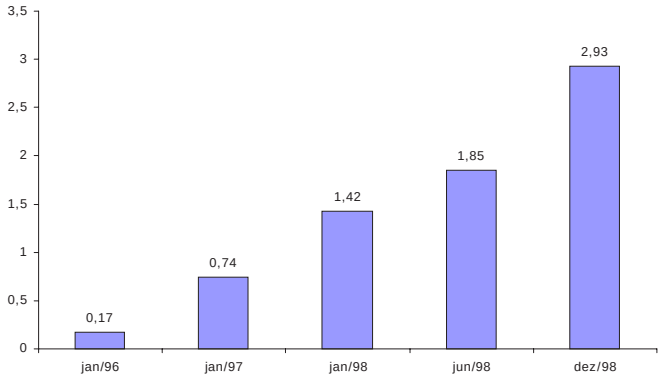
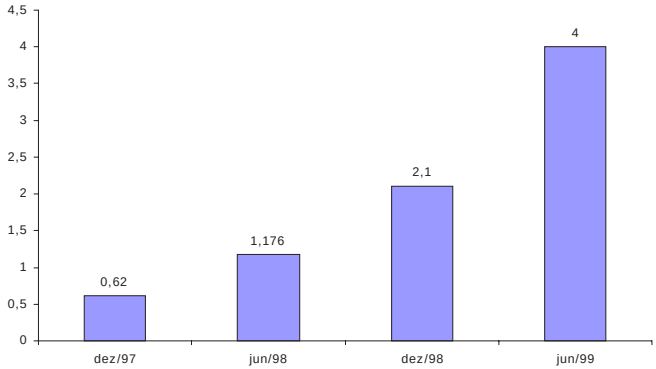
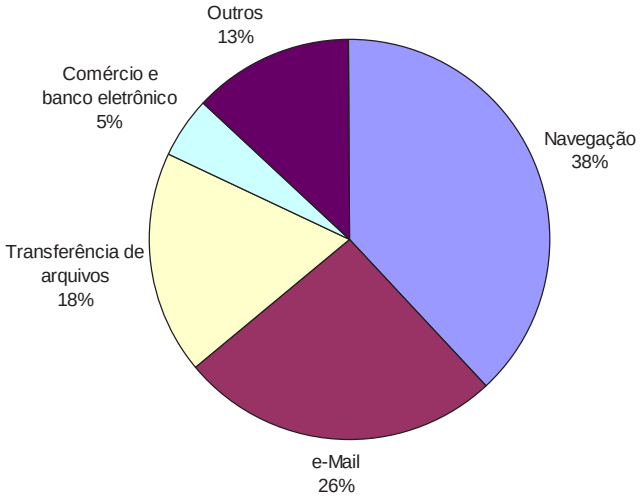


Figura 12
Números de usuários de internet na China - em milhões



Os números apresentados reforçam a tendência de que países como o Brasil e China possam atingir índices *per capita* muito superiores aos valores percebidos no início da implementação da rede naqueles mercados. Some-se a isso a proliferação de serviços de provimento de acesso e informação, num cenário em que se vê ampliadas tremendamente as oportunidades para negócios de *e-commerce*, em particular para aqueles que conquistarem espaços pioneiros na condução de projetos cooperativos entre mercados.

Figura 13
Participação dos serviços acessados via internet em 1988 - em %



No Brasil, como é ilustrado na figura 13, o comércio e banco eletrônico já correspondem a 5% dos serviços em uso pela internet. Um filão de mercado que ainda tem muito a crescer, com a penetração da internet nas classes alta e média, segundo um estudo realizado pelo banco norte-americano Lehman Brothers.

Para se ter uma idéia da dimensão da evolução da internet na China, o Governo está lançando uma terceira estatal de telecomunicações. A nova empresa deverá oferecer uma das mais rápidas conexões à internet do mundo, através de uma rede de 20 gigabytes ligando as 15 principais cidades chinesas.

Por outro lado, o setor de TV a cabo na China detém cerca de 80 milhões de usuários, um mercado fantástico a ser explorado pela internet brevemente. No momento, já se estuda o acesso à internet via um equipamento simples e de baixo custo, que dispensaria o uso de um computador. A China, neste cenário, tende a multiplicar do dia para a noite o seu número de usuários em 20 vezes (figura 12). Um mercado fantástico para a oferta de serviços e produtos. No caso brasileiro, ao final de 1998, existiam 2,6 milhões de assinantes, cujos assinantes ainda são concentrados nas camadas de poder aquisitivo mais alto. Estima-se que as operadoras estendam o sistema à população de baixa renda, viabilizando a oferta de pacotes mais populares, com canais e serviços de informação acessíveis a essa faixa de consumidores.

Oportunidades de negócios com a China

Na promoção de produtos brasileiros de TI, é muito importante a fixação de uma imagem do Brasil como produtor de boa qualidade, em diversos segmentos. Nos diversos mercados regionais da China, o Brasil deve ser inserido como um parceiro confiável produzindo *hardware*, serviços e *software* empacotado e/ou sob encomenda testado longamente: pelo mercado brasileiro e, sempre que possível, com presenças em outros mercados.

A construção de um *HUB* de relacionamentos, considerada como um elemento básico no ambiente de negócios, em qualquer mercado, assume um papel mais ainda determinante em países asiáticos. Nessas sociedades, é quase sempre necessário que os parceiros indicados façam parte de uma rede de relacionamentos - "Deseja-se saber quem o conhece, ao invés de quem é você".

A dinâmica do país e as peculiaridades de sua cultura associados às práticas de negociação exigem a estruturação de um modelo de atuação flexível que se adapte às "permanentes mudanças", presentes ao longo dos anos. É recomendável uma boa preparação das empresas brasileiras para conduzir e tomar a decisão final nas negociações. Neste ponto é realçado que não bastam as estratégias das empresas, em busca de novas fronteiras de mercado. É também importante refletir e responder sobre "como elas poderão atender e se manter neste mercado".

A eleição de áreas de maior potencialidade para empresas e produtos brasileiros na China é orientada por dois fátores básicos: a existência de uma demanda respaldada por uma taxa de crescimento elevada e pela identificação da competência de segmentos ofertantes brasileiros. Por outro lado, a mesma conduta pode ser aplicada aos produtos chineses com potencial de penetração no mercado brasileiro. Sem esquecer a possibilidade de se montar operações conjuntas para exploração de outros mercados, particularmente o asiático e latino-americano.

Dentre as áreas potenciais de cooperação em TI entre Brasil e China, algumas se destacam:

- **Agricultura** - Recentemente, o Ministério da Ciência e Tecnologia da China editou um documento referência sobre o desenvolvimento tecnológico orientado à área de agricultura, ampliando as oportunidades de negócios em TI. A China tem investido fortemente na geração de produtos de informações voltados ao setor agrícola,

abrindo oportunidades ao Brasil de iniciar oportunas cooperações com a participação de empresas e instituições.

O Brasil, por sua vez, acena com um setor de produtos e serviços de *software* bastante organizado - *agrosoftware*, reunindo um conjunto de mais de 120 aplicativos, em diferentes áreas. A presença de empresas brasileiras já atuando em parceria com empresas chinesas, tem permitido, por exemplo, a recomendação de fertilizantes para diferentes culturas em diferentes regiões da China, cujos resultados iniciais são altamente animadores.

Visando uma maior aproximação entre instituições e empresas dos dois países, realizou-se em Pequim (1998) um *workshop* sobre *agribusiness & software*, organizado em parceria com o Departamento de Informação do Ministério de Agricultura chinês, atraindo a presença de 60 representantes de diferentes instituições e empresas chinesas, interessados na promoção de produtos e serviços de *software*.

Qualidade/produtividade - No processo de modernização das estruturas e serviços na China, percebe-se nitidamente o avanço de programas de qualidade e produtividade, com ênfase acentuada na certificação da série ISO 9000. Instituições governamentais e um bom número de empresas consultoras especializadas encontram-se em plena organização na China, nesta área.

O Brasil, ao desenvolver o programa brasileiro de qualidade e produtividade (PBQP), com extensões importantes em diferentes setores produtivos, inclusive no segmento de produção de *software*, apresenta-se com uma ampla oferta de serviços especializados e produtos de apoio à implantação de tais programas de qualidade.

Após a realização em Pequim (1998) de um *workshop* versando sobre Qualidade & *Software*, em parceria com o Instituto de *Software* da Academia de Ciências da China (ISCAS), empresas e instituições brasileiras encontram-se dando continuidade à colocação de seus produtos na China. Por exemplo, um *software* de apoio à implementação da série ISO está em fase final de localização para distribuição no mercado.

Bancário/financeiro - A área de sistemas bancário/financeiro representa a maior fatia do mercado chinês, alcançando o montante de US$ 67,5 milhões no primeiro semestre de 1999, com um

crescimento de 35,2% sobre o mesmo período do ano anterior. Basicamente, cinco empresas já estabelecidas dominam 88% do mercado. Aplicações de *software* financeiro têm sido extensivamente utilizadas na China, penetrando em vários segmentos da sociedade. O Banco Central da China tem avaliado, junto à rede bancária do país, a modernização, automação e padronização do sistema.

Despontando como uma das áreas mais consagradas no Brasil, as tecnologias de informação disponíveis para a área bancária/financeira favorecem a presença de empresas brasileiras na oferta de soluções e produtos para automação e ampliação da cadeia de serviços, com um forte aceno para os serviços de auto-atendimento e *home-banking*. Tratam-se de tecnologias e soluções amplamente testadas no mercado local e latino-americano.

Em se tratando do mercado chinês nesta área, algumas tendências podem ser indicadas:

(a) A competição tem forçado as empresas atuantes na área a investirem no desenvolvimento e promoção de *software* para gestão de seus serviços. Grandes empresas já lançam suas próprias soluções.

(b) A associação de grandes empresas do setor financeiro tem permitido um crescimento significativo, reforçando a competitividade de seus produtos e serviços.

(c) O interesse pela qualificação dos produtos comercializados, acenando com estratégias mais arrojadas no campo da certificação da ISO 9002. Já se admite que não é possível a realização de bons negócios sem a oferta de serviços de qualidade.

- **Educação/multimídia** - A área do mercado de *software* educacional na China tem crescido fortemente nos últimos anos, acompanhando o desenvolvimento da indústria de tecnologia de informação orientada ao setor de educação. Do conjunto de computadores instalados na China, cerca de 4 milhões estão nas residências. A principal motivação da compra de computadores privados tem sido o auxílio ao estudo das crianças e jovens chineses.

Existem cerca de 14.000 escolas de segundo grau *(high school)*, 60 mil escolas secundárias, e outras 600.000 escolas

primárias na China. No final de 1998 já se constatava a presença de 600.000 computadores em laboratórios informatizados para apoio ao ensino. A tendência atual acena para um crescimento cada vez maior, com a presença de cerca de 150 empresas especializadas na oferta de produtos para o setor, cujo volume de negócios em *software* atingiu no primeiro semestre de 1999 cerca de US$ 52 milhões.

No Brasil, também um mercado bastante promissor, a oferta de ferramentas e aplicações de *software* é ampla e mais centrada no ensino médio e primário. Constata-se que diversas instituições de ensino vem desenvolvendo programas computacionais para seus próprios cursos, mas ainda não disponibilizados na forma de pacotes comerciais. No entanto, os pacotes brasileiros de *software*, particularmente aqueles com forte aplicação de multimídia, têm merecido uma atenção especial do mercado chinês, através de parcerias em andamento com empresas locais.

Dada as dimensões territoriais dos dois países em desenvolvimento, é meritório o desenvolvimento de programas de educação à distância, particularmente fazendo uso da rede internet, contando com baixos custos de comunicação e um acervo de conhecimento existente.

O Brasil tem apresentado um bom desempenho tecnológico na oferta de cursos, em diferentes áreas do conhecimento. Cooperações entre Brasil e China nesta área podem acenar com boas possibilidades.

- **Automação industrial/comercial** - O mercado doméstico de TI, voltado ao gerenciamento e automação das áreas industrial e comercial, tem recebido especial atenção a partir, sobretudo, da grande reforma do sistema de empresas estatais chinesas.

As áreas de MRP/ERP e CAD/CAM, dedicados ao setor industrial, e os sistemas de gerenciamento do setor comercial e a implementação de pontos de vendas (POS) têm sido considerados os de maior crescimento naquele mercado. Nestes segmentos, o volume de vendas de *software* em meados de 1999 atingiram US$ 300 milhões.

Neste campo, o Brasil tem um grande um potencial no desenvolvimento de aplicações e de serviços especializados, a partir da identificação de nichos específicos de mercado. Particularmente,

o setor de automação de indústrias de calçados, tem recebido a atenção de empresas chinesas, com fortes possibilidades de cooperação tecnológica para implementação de produtos e serviços. Também na área de POS, um mercado bastante concorrido no Brasil e na China, existem boas possibilidades de negócios conjuntos.

- **Aeroespacial** - O Brasil e a China, nos últimos anos, já atuam em conjunto no desenvolvimento de tecnologias aeroespacial, particularmente para construção e lançamento de satélites. Acompanhando o rumos e resultados destas operações, pode-se identificar alguns *spin-offs* a serem trabalhados e fortalecidos por instituições e empresas brasileiras e chinesas.

Atualmente, vários produtos de empresas de São José dos Campos estão sendo analisados por parceiros potenciais na China.

- ***E-commerce*** - Dada a forte penetração da internet na condução e implementação de diferentes negócios, a disponibilização de canais eletrônicos de informação torna-se uma alternativa promissora na consolidação de operações conjuntas entre os dois países.

Um maior intercâmbio de bases de informação pode ser um diferencial importante na prospeção de novos negócios, sobretudo envolvendo pequenas e médias empresas brasileiras e chinesas. Nesta direção, é fundamental a implementação de serviços em português e chinês, levando-se em consideração as devidas caracterizações sociais e culturais.

Principais desafios

Todo mercado internacional apresenta suas peculiaridades - os grupos humanos são diferentes, os métodos de negociar são diferentes, o ambiente como um todo é diferente. Para gerenciar tal diversidade, num mundo competitivo e dinâmico, é necessário que se entenda melhor as diferentes culturas e suas implicações.

Para administrar melhor os negócios internacionais, os gerentes começam por desenvolver algum tipo de “aculturação” - o processo pelo qual eles se ajustam e se adaptam a uma cultura diferente da que eles possuem. Por conseguinte, parte do desenvolvimento da gestão de tais negócios deve introduzir uma conscientização crescente em tomo da aceitação das diferenças culturais. Estas diferenças são oriundas de um conjunto de fatores - técnicos e não técnicos. Na maioria dos casos, porém,

estes fatores são dirigidos por uma combinação de conhecimento, experiência, aspectos do produto, e pessoal.

A partir da experiência de três anos no mercado da China, promovendo o casamento de interesses entre empresas brasileiras e chinesas, alguns elementos podem ser destacados.

Técnicos: localização, idioma

O processo de localização é a forma pela qual a empresa de *software*, por exemplo, implementa as mudanças adicionais para satisfazer às necessidades particulares do mercado alvo - uma cultura específica. A situação ideal seria obter um produto "global" pronto para vender mundialmente sem qualquer necessidade de um processo de "localização", porém isto é pouco factível.

Os processos de internacionalização são mais focados em diferenças culturais objetivas e de fácil visualização (orientação do texto, formatos de hora e data, e assim por diante) do que em aspectos subjetivos (por exemplo, o sistema comportamental). O nível da localização é freqüentemente definido considerando-se, principalmente, as pressões do *time-to-market*.

Cada mercado possui diferentes julgamentos para as funcionalidades de um produto e sua interface. Por exemplo, os padrões estéticos são cultura-orientados e deveriam ser localizados, como também as funcionalidades do produto. Existem também alguns níveis de localização que visam a ampliação da competitividade do produto em harmonia com as culturas locais nos mercados a serem trabalhados. Se bem planejados e testados localmente, é possível agregar valor ao produto face às necessidades do cliente. Nestes casos, a presença de parceiros locais é fundamental para obtenção de tais níveis de competitividade.

Atualmente, existe um grande número de publicações e produtos disponíveis relativos aos processos de internacionalização, localização, e tradução e parecem indicar que tais tópicos são de algum modo relevantes para aqueles que desejem tentar ou permanecer em mercados internacionais. Por exemplo, o avanço das ferramentas de tradução, o desenvolvimento de interfaces para criação de aplicações (APls) especificamente para localização, a criação de interfaces e documentação orientadas ao usuário, e a expansão do *Unicode* são todos fatores que simplificam fortemente as atividades que representaram no passado um esforço importante de projeto e programação.

Financiamento e apoio do escritório brasileiro

A grande maioria das empresas brasileiras que buscam por oportunidades de negócios na China são de pequeno e médio portes. As operações iniciais em busca da localização da melhor parceria local e a identificação do melhor caminho para adaptação e colocação do produto no mercado levam um certo tempo, acarretando a necessidade de manutenção de alguns custos básicos. Por outro lado, as empresas brasileiras são obrigadas a manterem as operações do mercado doméstico ao mesmo tempo em que passam a atender os requerimentos oriundos do mercado internacional.

Este cenário tem se apresentado como um forte desafio para as empresas brasileiras, uma vez que elas não dispõem de aporte, financeiro próprio para cobrir o conjunto de custeio e investimento necessários antes do início do retomo do mercado.

É fundamental a criação de mecanismos de financiamento e operações de risco em suporte às empresas brasileiras com forte potencial para o mercado chinês.

A experiência tem demonstrado a necessidade de se manter uma base local na China para acompanhamento e consolidação dos negócios em diferentes fases, desde a prospeção inicial até o *follow-up* dos contratos efetivados.

Comunicação

Devido à distância geográfica e uma vez que a maior parte das negociações são efetivadas em uma terceira língua, deve-se dar uma atenção especial à comunicação. É muito importante ter-se a certeza de que os parceiros estão integralmente abordando os mesmos objetivos e partilhando das mesmas idéias e ideais. Pode parecer óbvio, mas não é. Tem-se verificado muitos desencontros pela negligência deste ponto.

No caso de produtos tecnológicos, com os mecanismos de comunicação à distância e os canais de transmissão de informação, o desenvolvimento virtual passa a ser um aliado importante nos projetos cooperativos envolvendo empresas brasileiras e chinesas.

Diferentemente do desenvolvimento convencional *(in situ)*, o processo de desenvolvimento virtual interage com equipes espalhadas através do espaço, tempo, e das fronteiras da organização. As equipes virtuais são

guiadas por propósitos comuns com conexões estruturadas; com o apoio das tecnologias de comunicação, onde quebras na comunicação e no entendimento do conteúdo podem afetar drasticamente o desempenho final. Por exemplo, meios inadequados de comunicação podem induzir a enganos na transmissão de idéias e expectativas, acarretando em perdas de tempo e afastamento das meus da parceria.

Contratos comerciais entre Brasil e China

Apesar da China ter uma presença significativa no mercado internacional, a cultura local estabelecida associada à formalização de contratos e contratação de assistência jurídica é ainda muito distante do formato praticado na maior parte dos países do Ocidente. Muito embora, a partir da implementação da "Lei de Contrato", todos os contratos devam ser formulados com base no princípio da eqüidade e do mútuo beneficio.

Portanto, é fundamental o entendimento das diferenças culturais no contexto legalista. Contratos e acordos legais tendem a ser, inicialmente, formulados da mesma forma em diferentes mercados, sem a consideração dos aspectos culturais. As economias que se preparam para entrar na OMC, como é o caso da China, estão ainda consolidando suas leis e os seus ambientes legalistas. Neste sentido, as empresas brasileiras e chinesas devem prover meios para definirem uma postura de risco consistente, numa atmosfera de confiança mútua.

Uma forma de atuação tem sido a constituição inicial de um "*Draft agreement*", que permite a fixação dos primeiros objetivos da parceria e estimativas da fatia de mercado almejada. Num segundo momento, um contrato final é, então, efetivado. No entanto, quando o intervalo entre os dois momentos contratuais é muito acentuado, deve-se estar atento às renegociações necessárias e aos ajustes decorrentes.

Pirataria

A pirataria tem sido um dos maiores obstáculos no desenvolvimento da indústria de *software* chinesa, minimizando sua participação no crescimento da economia daquele país, afetando a criação de empregos e a própria competitividade industrial[3]. A pirataria refere-se a todas as formas

[3] Estudo realizado pela Price Water House Coopers.

de apropriação indevida da propriedade intelectual, incluindo usuários finais e a violação dos acordos com distribuidores.

Os produtos de massa são, geralmente, os mais afetados, como por exemplo os *produtos de software* multimídia e aplicações que não requerem treinamento e/ou consultoria agregada. As empresas brasileiras têm procurado atuar na busca do melhor parceiro, como uma forma de minimizar os efeitos da cópia ilegal.

Estrutura da tomada de decisão

É importante se conhecer o formato local de tomada de decisão, como os parceiros identificam, formulam e resolvem os problemas. Certamente, os valores culturais e as crenças podem trazer à tona problemas no momento em que se manuseiam diferentes temas num processo de negociação. É muito comum se deparar com problemas quando questões não familiares são abordadas.

Por outro lado, as incertezas vivenciadas pelas empresas brasileiras, e o conseqüente processo de tomada de decisão (por vezes longo) relativo às condições e formatos de parcerias formuladas, contribuem para a redução do interesse pelo negócio em tela. Pode-se contribuir para reduzir esta limitação colocando-se à disposição das empresas brasileiras um conjunto de informações e um elenco de programas de treinamento.

O processo de negociação de produtos de TI em mercados internacionais passa a exigir, dado à complexidade do processo e à diversidade de informações envolvidas, um procedimento mais quantitativo para auxílio à tomada de decisão: seleção de mercados, seleção de parceiros e formas de contratação, seleção de processos de localização, dentre outros.

Particularmente, no caso do mercado chinês, onde as diferenças de linguagem, cultura de negociação e especificidades locais exigem mudanças para adequação do produto, a adoção de sistemas de apoio à tomada de decisão é um fator importante, trazendo ganhos em termos de competitividade e tempo de chegada do produto ao mercado.

Recomendações

O setor de TI apresenta uma alta densidade de processos tecnológicos e, de forma natural, requer uma boa articulação com instituições

de P&D. Na atualidade, são ainda escassos os programas de cooperação e intercâmbio entre centros de P&D brasileiros e chineses no campo de TI. É altamente recomendável que se estimule o fortalecimento de programas e cooperações entre os dois países.

Na articulação e promoção de negócios de TI entre empresas e instituições brasileiras e chinesas, é de extrema relevância o apoio da Embaixada do Brasil na China e de instituições de financiamento e/ou fomento tais como FINEP, SEBRAE/APEX, BNDES, CNPq, CAPES, entre outras. A presença de mecanismos para suporte aos investimentos de risco, em se tratando de um mercado inovador e de alto valor agregado, é percebido como um forte componente na consolidação de operações casadas envolvendo parcerias sino-brasileiras.

A crescente penetração dos canais eletrônicos na comercialização de produtos, particularmente no caso daqueles baseados em tecnologias de informação, exigirá uma ação suplementar visando a melhor apropriação dos benefícios do *e-commerce. É* recomendável que as instituições brasileiras envolvidas com o comércio exterior possam apoiar a instalação e manutenção de um site em chinês para divulgação e comercialização de produtos brasileiros na China.

Associado aos instrumentos virtuais de comercialização, o desenvolvimento de rodas de negócios orientadas ao mercado chinês, requer o uso de tecnologias inovadoras de gestão para melhor atender à dinâmica do mercado local. Um adequado processo de planejamento na fase pré-roda, a identificação de parceiros chaves, a circulação antecipada de informações de mercado entre as empresas brasileiras interessadas, bem como a preparação dos empresários brasileiros, se inserem dentro da sistemática a ser adotada.

Recomenda-se, também, às empresas brasileiras a seleção de um *portfolio* de produtos com níveis de qualidade e usabilidade já comprovados e testados no mercado. Deseja-se também, que as empresas brasileiras apresentem bons níveis gerencial técnico na condução do processo global de localização e de suporte às empresas parceiras locais.

Na formulação de contratos de parcerias, a orientação básica aos empresários brasileiros sugere a inclusão de uma programação de vendas para os dois primeiros anos de lançamento do produto, na qual os resultados de mais curto prazo são, sempre que possível, contemplados através de procedimentos de *"down payment"*.

Conclusões

A vocação inicial do mercado asiático em geral foi na direção do fortalecimento da industria de produção de *hardware*. Atualmente, a indústria local tem procurado evoluir para a produção de equipamentos de maior intensidade tecnológica, afastando-se da imagem de países produtores de produtos de baixo valor agregado, valendo-se de um contigente de mão-de-obra barata. Simultaneamente, enfatiza-se uma orientação, apoiada pelos Governos locais, pelo desenvolvimento de produtos de *software* de pacote para mercados locais e externos.

A presença de empresas de *software* básico norte-americanas e japonesas, desde já algum tempo, é dominante e apresenta-se com uma rede de apoio técnico e comercial bastante assentada. Tais empresas contam com uma capacidade de investimento muito elevada e apoios de seus governos, permitindo-se à campanhas de publicidade bem estruturadas, além de suportarem todo um ciclo de desenvolvimento e operação demandados por setores corporativos.

No caso das empresas brasileiras de *software*, uma maioria de pequeno e médio portes, produtoras de *software* mais aplicado, a oportunidade de sua inserção neste mercado deve-se, em parte, à abordagem em duas outras fronteiras: cooperações mais abertas que as praticadas pelas empresas norte-americanas e japonesas junto às parcerias locais; o estabelecimento de uma associação de competências na solução de problemas locais e na exploração de novos nichos de mercado.

A presença de empresas brasileiras no território chinês é ainda muito tímida, devendo-se prever a criação de mecanismos estimuladores, visando assegurar uma massa crítica de produtos brasileiros naquele mercado.

Ao ser comemorado os vinte e cinco anos de relações diplomáticas entre a China e o Brasil, é um momento de muita oportunidade para se refletir sobre a nossa balança comercial, particularmente com relação ao setor de TI, dado sua dimensão no mercado do próximo século.

Agradecemos ao IPRI na pessoa de Sua Excelência, o Embaixador Samuel Pinto Guimarães, a oportunidade de nossa participação neste relevante evento.

Bibliografia

ARAÚJO T. e GARCIA F.: "*Software* Brasileiro na China". *Revista Tempo Brasileiro*, nº 137 Relações Brasil China (1999).

BRAHM. L. e DAORAN, L. *The Business Guidc to China*. BH Asia (1996).

Contributions of the Software Industry to the Chinese Economy, PriceWaterHouseCoopers (November 1998).

Cutter IT Journal, Vol. 12, nº 3 (March 1999).

GARCIA F. "Modelagem de Sistema de Apoio à Tomada de Decisão (SAD) baseada na Análise de Valor de Múltiplo-Objetivo Aplicado à Internacionalização de Produtos e Serviços de *Software*". Tese de Doutorado, UFPB (1999).

GARCIA F., ARAFLJO T., MOURA A. e REN S. "Cultural Aspects in *Software* Production for the Global Market: A Brazilian Experience in China. In Proceedings of Asia Pacific Forum on *Software* Engineering". *The 20th International Conference on Software Engineering*, p. 242-248, Japan (1998).

II China-Brazil Workshop on Quality & Software, Anais publicado pelo CITS, Curitiba, Brasil (19 de maio de 1999).

Série de Q&A 1-3. Documento editado pelo Escritório do Programa SOFTEX na China (19971998).

The Emmerging Digital Economy 11, U.S. Department of Commerce (June 1999).

Pesquisa realizada pelo CCID/Ministério da Indústria de Informação da China (1999).

mesa 2

Energia: políticas nacionais e possibilidades de cooperação

Oportunidades de cooperação na indústria petroquímica

*Hildebrando Gonsales**

1. Mecanismos governamentais de cooperação

As possibilidades de cooperação entre a China e o Brasil são, sem sombra de dúvidas, imensas. Por outro lado, exemplos concretos de cooperação efetiva têm sido extremamente raros, e essa lacuna é devida, expressivamente, à falta de informações de parte a parte.

Creio que o principal resultado prático desse Seminário será a consolidação de informações a respeito do potencial de cooperação entre China e Brasil e a sua ampla disseminação nos meios empresariais e governamentais dos dois países.

China e Brasil, gigantes regionais, são líderes naturais em suas regiões por suas reservas humanas e materiais e, mais importante, representam um enorme potencial de desenvolvimento para a Ásia e América Latina, respectivamente.

Esse documento pretende apresentar, de forma resumida, alguns aspectos das possibilidades de cooperação na indústria petroquímica, principalmente visando aproveitar os estímulos já existentes em mecanismos governamentais bilaterais.

Em agosto de 1995, foi assinado em Brasília um Acordo de Cooperação no Setor Químico entre a China e o Brasil, através do então Ministério da Indústria Química da China e do Ministério de Minas e Energia do Brasil.

No início de 1998, em função de reformas na estrutura político-administrativa do governo chinês, o Ministério da Indústria Química foi extinto, sendo suas atribuições assimiladas pelo então criado Bureau Estatal de Administração das Indústrias de Petróleo e Química *(SAPCI - State Administration for Petroleum and Chemical Industries).*

---

* Engenheiro químico, M.Sc., assistente da Diretoria da Petrobras Química S.A. ~ Petroquísa, representante brasileiro no Grupo de Trabalho Coordenador do Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica (Setor Químico)

Esse acordo, que em fins de 1998 foi incorporado ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica, assinado em Brasília em maio de 1990, visa, na sua essência, estimular o incremento do intercâmbio em diversas áreas relacionadas aos setores químico e petroquímico dos dois países, a saber:

- comércio de produtos químicos e petroquímicos;

- investimentos e co-financiamento de projetos;

- desenvolvimento de mercado, aplicação de produtos e transferência de tecnologia;

- projeto, engenharia e contratação conjuntos;

- proteção ambiental;

- treinamento de pessoal; e

- aperfeiçoamento de técnicas gerenciais.

O acordo, já em sua fase operacional, constituiu um Grupo de Trabalho Coordenador com representantes dos dois países, que tem como responsabilidade a promoção de diversas atividades, entre elas:

- estudo e desenvolvimento de oportunidades de cooperação;

- identificação e incentivo de projetos de cooperação econômica, tecnológica e comercial e apoio à realização de exposições, seminários e outros eventos relacionados ao acordo;

- formulação de planos de trabalho; e

- troca regular de informações e reuniões periódicas no sentido de avaliar os programas em andamento e formular e apoiar novas propostas de cooperação.

Por delegação do Ministério de Minas e Energia, a Petrobras Química S.A. - Petroquisa, vem coordenando as atividades pelo lado brasileiro.

O papel da Petroquisa, definido desde a sua participação nas gestões iniciais para a viabilização do acordo, é, usando um termo muito comum nas atividades químicas, o de catalisador entre as partes interessadas de ambos os lados. Dessa forma, as oportunidades são identificadas e os atores dos dois países postos a contracenar.

Nesses quatro anos de intensos contatos com a indústria química da China, estamos em condições de tecer alguns comentários com o objetivo de trazer nossa modesta contribuição para o incremento da cooperação no setor químico entre o Brasil e a China.

2. O comércio químico entre Brasil e China

Fixando-se apenas nos últimos três anos (1996 a 1998), o comércio químico tem apresentado a China como superavitária em relação ao Brasil, assim como é o intercâmbio comercial total entre os dois países.

Analisando-se o comércio bilateral Brasil-China, verifica-se que a pauta típica de exportações químicas brasileiras apresenta uma tendência à sua redução em termos de valores unitários, pois a mesma é fundamentada em produtos de menor valor agregado, enquanto que a pauta de exportação de químicos da China é calcada em produtos de maior valor agregado.

Essa mesma análise, quando se insere a questão dos fretes, tende a prejudicar as exportações de produtos químicos do Brasil para a China, pois, nesse caso, o peso do frete na composição final de preço inviabiliza o produto brasileiro *vis-à-vis* às ofertas de produtos similares de países vizinhos da China, mesmo que o preço FOB do produto brasileiro seja competitivo.

Pelo lado brasileiro, a modernização do Porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro, tende a produzir um efeito positivo no sentido da redução dos fretes de cargas que deixam o país por esse porto, em especial acondicionadas em contêineres**,** principal forma atualmente utilizada no comércio de produtos químicos e petroquímicos.

A existência de um elevado número de unidades industriais produtoras de produtos químicos na China, cerca de 6 mil, permite a oferta de 45 mil produtos químicos, aí incluídas as variedades e especificações diferentes de um mesmo produto.

Apesar de Brasil e China terem atualmente capacidades semelhantes de produção de eteno (produto petroquímico básico usado como referencial para estabelecer o *ranking* mundial de capacidade da indústria petroquímica), sendo a China a 71ª e o Brasil o 100º maior produtor, a China produz uma maior variedade de produtos químicos, sendo muitos deles não produzidos no Brasil.

A China é um dos principais produtores mundiais de vários petroquímicos. É a 2ª em capacidade de produção de fertilizantes, a 1ª em amônia, a 61ª em borracha sintética, a 2ª em fibras sintéticas, a 7ª em plásticos, a 21ª em soda cáustica, a 2ª em carbonato de sódio, a 1ª em corantes e pigmentos e a 2ª em pesticidas.

Por outro lado, apesar do ainda baixo consumo *per capita***,** mas por abrigar um quinto da população do planeta, a China ainda não dispõe de capacidade suficiente de produção para atender à demanda doméstica de vários produtos, sendo, dessa forma, o maior importador de diversos produtos petroquímicos. Para se ter uma idéia da magnitude de suas importações, em 1996 a China importou um total de 5,7 milhões de toneladas de resinas sintéticas (polietilenos, polipropileno, PVC, poliestireno, ABS).

Com o contínuo processo de desenvolvimento pelo qual vem passando a China, o consumo *per capita* de petroquímicos vem crescendo, demandando elevados investimentos no aumento da capacidade de produção doméstica de petroquímicos, no sentido de atender plenamente à demanda interna.

Ocorre que a velocidade de crescimento do consumo doméstico tem sido superior à de implementação de novas capacidades de produção, induzindo, dessa forma, à complementação da demanda pela via da importação.

Nesse aspecto, não fosse a questão já mencionada do frete, o Brasil poderia ser um grande fornecedor dessas resinas, pois dispõe de capacidade já instalada e a instalar com excedentes para exportação de algumas daquelas resinas.

Desde 1990, com a abertura econômica e a conseqüente exposição à competição com os produtos importados, a indústria petroquímica brasileira viu-se obrigada a produzir e a oferecer ao mercado consumidor doméstico produtos de qualidade similar aos importados em condições comerciais competitivas, o que facilitaria, da mesma forma, a exportação de seus produtos para o mercado internacional.

Um capítulo à parte nas possibilidades comerciais ligadas à indústria petroquímica brasileira diz respeito à sua principal matéria-prima: a nafta, produto derivado do refino do petróleo.

Enquanto o gás natural não é introduzido no elenco de matérias-primas petroquímicas, a nafta vem desempenhando isoladamente esse papel desde a implementação da indústria petroquímica no Brasil no início da década de

70. Ocorre que, em função do perfil de refino das refinarias brasileiras e da elevada demanda por produtos petroquímicos, o Brasil vem complementando a sua demanda interna de nafta através de importações. Em 1998, a participação da nafta importada no total consumido atingiu 41%.

Essa situação não deve se alterar no curto e médio prazos, pois recentemente houve expansões na produção de petroquímicos no Brasil sem a contrapartida de incremento proporcional da oferta de nafta oriunda de produção doméstica.

Dessa forma, em função da expansão do parque de refino chinês visando atender à crescente demanda por combustíveis, e também pela introdução do gás natural como matéria-prima petroquímica, é conveniente que seja estudada a possibilidade da oferta de nafta para o Brasil no médio e longo prazos.

Como proposta concreta para o incremento das oportunidades comerciais dos produtos químicos brasileiros, aproveitando a presença do Ministério de Relações Exteriores como organizador desse evento através do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, apresentamos a sugestão do estabelecimento de uma missão empresarial brasileira, para, com a liderança da ABIQUIM - Associação Brasileira da Indústria Química, ao abrigo do Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica, e com o apoio da Embaixada do Brasil em Pequim, identificar as reais possibilidades de colocação dos produtos petroquímicos brasileiros, em especial as resinas sintéticas, e de forma permanente, no mercado chinês.

3. Programas conjuntos de pesquisa e desenvolvimento (P&D)

É reconhecida mundialmente a capacidade intelectual da indústria química chinesa, fato decorrente do elevado nível educacional e dos elevados recursos investidos em universidades e centros de P&D, o que acaba se refletindo na oferta de diversos produtos com elevado teor tecnológico e em condições comerciais competitivas.

O Brasil, com a implementação, no início dos anos 90, do programa de desestatização na indústria petroquímica, o qual reduziu substancialmente a participação da empresa brasileira de petróleo nos negócios petroquímicos, acabou reduzindo igualmente os seus investimentos de P&D em petroquímica, que eram predominantemente realizados por empresas com participação estatal.

Em particular, o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras (CENPES), líder em P&D em petroquímica no Brasil, reduziu drasticamente as suas atividades em petroquímica, como decorrência da menor participação da Petrobras na indústria petroquímica, através de sua subsidiária Petroquisa.

Hoje, com a redefinição dos interesses da Petrobras em petroquímica, é esperada uma retomada das atividades em petroquímica no CENPES.

Assim sendo, nos parece interessante e recomendável uma maior aproximação entre o CENPES e os diversos centros de P&D e universidades chinesas, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos mútuos e identificar áreas de cooperação. Alguns temas já estão sendo explorados, mas acreditamos haver um enorme potencial a ser desenvolvido.

Da mesma forma, os grupos privados nacionais atuantes em petroquímica, preocupados com a evolução tecnológica de suas atividades, poderiam buscar sinergias com as universidades e centros de P&D da China.

Alguns temas, que já são claramente identificados como de interesse mútuo, precisam ser melhor explorados:

- catalisadores;

- desenvolvimento de processos e tecnologias;

- desenvolvimento de novos tipos e especificações de produtos.

4. Fertilizantes

Brasil e China têm na agricultura um importante suporte para o desenvolvimento de suas economias. Dessa forma, necessitam dispor de uma indústria de fertilizantes que garanta elevados níveis de produtividade.

A China é atualmente o país com maior consumo de fertilizantes, importando parcela substancial de suas necessidades.

Em função da demanda sazonal no Brasil, eventuais excessos de oferta poderiam ser exportados do Brasil para a China.

Há, igualmente, a possibilidade de cooperação em futuros projetos de *revamp* das unidades industriais existentes no Brasil, tendo em vista a larga experiência acumulada pela indústria chinesa, em especial na engenharia, montagem, fabricação de equipamentos e na produção de catalisadores.

Tem sido identificado, também, interesse por parte da China de vir a participar de novos empreendimentos na área de fertilizantes no Brasil.

5. Proteção ambiental

Devido à extensa capacitação acumulada pela indústria química brasileira nas questões associadas à proteção ambiental, e por ser esse um assunto relativamente novo para a indústria química chinesa, acreditamos que possa haver grandes possibilidades de cooperação nessa área.

Petróleo no Brasil e na China e possibilidades de cooperação

João C. A. Figueira[*]

Introdução

A China é o 5º maior produtor de petróleo do mundo com cerca de 3,2 milhões de barris diários. Suas reservas provadas montam a 24 bilhões de barris[1] em 1/1/1998. Entretanto, passou a importar petróleo desde 1993 para atender as suas demandas domésticas. Cerca de 20%, ou 800 mil barris diários, são importados. A tendência é a de aumento das importações, dado o nível e o ritmo de crescimento da sua economia, que alcança 7 a 8% ao ano, a menos que ocorra uma substancial reposição das reservas.

O Brasil, através da Petrobras, produz 1,1 milhão de barris diários e suas reservas provadas são de 8,8 bilhões de barris de óleo equivalente em 31/12/1998. Tal como a China, o Brasil também importa petróleo para suprir seu consumo interno, hoje na faixa dos 1,79 milhão de barris diários. As projeções do Planejamento Estratégico da companhia apontam para a ampliação das suas reservas provadas para 13 bilhões de barris de óleo equivalente e uma produção de 1,99 milhão de barris diários em 2005, dos quais 1,85 milhão produzidos pela Petrobras. O consumo diário em 2005 é estimado em 2,18 milhões de barris. Além da produção doméstica, o Planejamento Estratégico objetiva a ampliação das reservas provadas para 1,3 bilhão de barris e a produção de 300 mil barris de óleo equivalente por dia, no exterior.

A Petrobras realizou investimentos na China nos anos 80, porém não foi bem sucedida. Entretanto, está aberta a voltar a aplicar investimentos no país. Tanto que o seu Planejamento Estratégico contempla para a China a monitoração do mercado e a avaliação de oportunidades. As estatais

---

[*] Diretor de Exploração e Produção da PETROBRAS INTERNACIONAL S.A. - BRASPETRO

[1] Energy Information Administration, United States, June 1999

CNOOC[2] & CNPC[3] e Petrobras poderiam desenvolver esforços no sentido de identificar sinergias que permitam formação de parcerias e alianças para a atuação conjunta no setor, tanto na China como no Brasil, particularmente nas atividades e exploração e produção.

A Petrobras na China

Upstream

A Petrobras, através da Braspetro, participou do esforço exploratório quando da abertura do mar territorial chinês ao investimento estrangeiro no fim do anos setenta.

Em 1979 a Braspetro participou de um *pool* de companhias internacionais que realizaram um extenso levantamento sísmico que totalizou 107.000 km lineares de dados sísmicos 2D que cobriu toda a plataforma continental do Mar do Sul da China. Esta etapa pré-qualificou a Braspetro para as licitações de blocos que se seguiram.

Em 1982, visando a participar da 1ª Rodada de Licitações na bacia da Foz do Rio Pérola e do Mar Amarelo, a Braspetro formou uma *joint venture* constituída pelas seguintes companhias (ver figura em anexo e quadro seguinte):

	Foz do Rio Pérola	Mar Amarelo
Braspetro	15,0%	15,0%
British Petroleum	45,0%	50,0%
BHP	20,0%	20,0%
Petrocanada	10,0%	7,5%
Ranger Oil	10,0%	7,5%

O grupo desenvolveu trabalhos exploratórios em 6 blocos, sendo 4 situados na Foz do Rio Pérola, 1 no Mar Amarelo e 1 no Golfo de Beibu. Foram levantados 12.100 km de dados sísmicos 2D de detalhe e perfurados 14 poços pioneiros. Este esforço requereu um investimento de US$ 203

[2] CNOOC = China National Offshore Oil Corporation

[3] CNPC = China National Petroleum Corporation

milhões (100%) em moeda da época, que, atualizados para janeiro e 1999, correspondem a US$ 310 milhões.

Não houve descoberta econômica de petróleo pelo grupo. Os poços mostraram a existência de reservatórios na bacia da Foz do Rio Pérola. Contudo, revelaram problemas de geração de petróleo e de sincronismo entre a formação das estruturas e a migração do óleo. No Mar Amarelo, ao contrário, foi constatada a ocorrência de rocha geradora, porém não foram encontrados bons reservatórios nos poços perfurados.

Após a campanha exploratória do *offshore*, no período de 1983 a 1988, a Braspetro manteve atividades na China, desta feita em um projeto de estudos objetivando a avaliação do potencial petrolífero da província de Xinjiang, no *onshore* chinês. Naquela altura, a indústria do petróleo aguardava a abertura das áreas das bacias de Junggar e Tarim ao investimento estrangeiro. Os estudos objetivavam uma melhor compreensão destas bacias, além de assegurar uma posição de vanguarda caso a abertura viesse a ocorrer. Estes estudos foram desenvolvidos através de um grupo de companhias como segue:

Braspetro	10%
BHP	20%
British Petroleum	45%
Nippon Oil	15%
Mitsubish Corp.	5%
C. Itoh	5%

Após 3 anos de estudos, sem que houvesse a abertura das áreas pelas autoridades chinesas, o grupo foi dissolvido.

Downstream

Em março de 1986 foram desenvolvidos contratos com a Daqing Petroleum Administration Bureau que estava interessada na formação de uma *joint venture* para produzir óleos lubrificantes. O projeto não foi adiante

porque a Daqing o mudou para uma planta de reprocessamento/reciclagem de óleo usado e a fabricação de aditivos. A Petrobras não dispunha de nenhuma dessas tecnologias.

Transferência de tecnologia e treinamento

Ao longo dos trabalhos exploratórios, a *joint venture* realizou também importantes atividades relacionadas à transferência de tecnologia e treinamento nas áreas de geologia, geofísica e engenharia de petróleo para técnicos chineses, como parte das obrigações contratuais. Foram desenvolvidos estudos em programação de computadores e aplicativos para a área de petróleo, interpretação e processamento sísmico, perfilagem de poços seu processamento e interpretação, engenharia de perfuração, engenharia de reservatórios, segurança e meio ambiente, comercialização de petróleo e administração. Os investimentos aplicados em transferência de tecnologia e treinamento alcançaram um total de US$ 3,1 milhões, em moeda da época.

Prestação de serviços e assistência técnica

No âmbito da prestação de serviços e assistência técnica, a atuação da Braspetro na China remonta a 1984. Naquele ano, foi desenvolvido um completo e abrangente programa de treinamento em produção *offshore* para 11 técnicos da Bohai Oil Corporation, sob a forma de palestras na Sede da Braspetro e estágios na plataforma de produção do campo de Enchova, na Bacia de Campos. Em março de 1985 foi assinado um memorando de entendimento com o Bureau of Marine Geology Survey (BMGS). Como decorrência, em maio daquele ano, a Braspetro disponibilizou ao BMGS um relatório preliminar sobre a implementação de um Sistema de Produção Flutuante objetivando a sua implantação no Mar do Leste da China.

Em 1986 foi firmado um protocolo com a BMGS e a Xangai Offshore Oil Corporation (SOECO) para a realização de um programa destinado ao treinamento de engenheiros chineses em perfuração submarina. Neste, também foram iniciados estudos para um Sistema de Produção Flutuante (FPS) destinado ao Mar do Leste da China.

Acordos de cooperação

Em julho de 1985, uma delegação de técnicos da China Offshore Platform Engineering Corporation (COPECO), chefiada pelo vice-ministro de Geologia e Recursos Minerais, visitou o Brasil e assinou um acordo entre a China e o Brasil sobre cooperação técnica no desenvolvimento de petróleo *offshore*, com vigência de 4 anos. Em seguida foi assinado um protocolo entre a Braspetro, o BMGS e a SOECO para a realização de estudos e programas de treinamento.

A China e o planejamento estratégico da Braspetro

O Objetivo 2005 do Planejamento Estratégico da companhia estabelece que " A Braspetro atingirá US$ 6,2 bilhões de receita no exterior (US$ 4,2 bilhões do *upstream* e serviços e US$ 2,0 bilhões do refino), com uma rentabilidade de 12% sobre o Patrimônio Líquido, em um cenário de óleo *Brent* a US$ 15 por barril, e estará produzindo 300 mil barris de óleo equivalente por dia (167 mil barris de óleo e 23 milhões de metros cúbicos de gás), refinando 300 mil barris de óleo por dia, tornando-se operadora no *upstream* em águas profundas e consolidando sua presença no *upstream* e no *downstream* na América do Sul."

Do Plano constam estratégias entre as quais: priorizar projetos de grande porte de reservas e elevado potencial de produção; priorizar a atuação como operador, especialmente em projetos de águas profundas, onde a tecnologia e experiência operacional da Petrobras agreguem valor.

Embora a Braspetro tenha estado ausente do cenário de exploração e produção da China durante os anos noventa, a sua percepção é a de que o país possa oferecer oportunidades que conjuguem as estratégias acima referidas. Assim, convém mencionar a estratégia adotada para a região do Cáspio, Indonésia, Austrália e China, que estabelece o monitoramento desses mercados, a identificação e a avaliação de oportunidades.

Convém ainda assinalar a estratégia de priorizar as oportunidades que possam ser alavancadas através de contrapartidas das parcerias no Brasil. Em consonância com esta estratégia, e dado que a China também carece de petróleo do exterior para complementar suas necessidades domésticas, a Petrobras e a CNPC & CNOOC poderiam poderiam desenvolver esforços no sentido de identificar sinergias e avaliar oportunidades

de negócios que permitam a formação de parcerias e alianças para a atuação conjunta no setor, tanto na China como no Brasil, particularmente nas atividades e exploração e produção de petróleo.

Comentário final

Uma possibilidade de cooperação entre o Brasil e a China reside na atuação conjunta das suas companhias estatais de petróleo. Esta via, além de propiciar um melhor balanceamento dos riscos e prêmios inerentes às atividades de exploração e produção de petróleo, possibilitaria oportunidades de ganho nos negócios envolvidos, a partir do compartilhamento das competências essenciais nas áreas tecnológicas, comerciais e gerenciais.

Agradecimentos

Em nome da Petrobras Internacional gostaria de agradecer ao IPRI, na pessoa do seu diretor, Sua Excelência o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, pela oportunidade da nossa participação no Seminário Brasil – China.

SINOPEC - Empresa Integrada de Energia

*Li Gansheng**

1. Histórico da SINOPEC

A SINOPEC é um gigantesco grupo empresarial da indústria petrolífera e petroquímica, com *status* de pessoa jurídica, estabelecido em julho de 1998 pelo Estado com base na antiga Corporação Petroquímica da China. É uma organização de investimento autorizado pelo Estado e um *holding* estatal definido pelo Conselho do Estado.

A SINOPEC tem 95 empresas entre companhias que são totalmente suas, *holdings*, empresas com participação e instituições subordinadas, inclusive companhias de petróleo, refinarias e empresas petroquímicas, companhias de petróleo das províncias, regiões autônomas, cidades e cidades com planos independentes, unidades de pesquisa, exploração, *design*, construção e informação científica, universidades, colégios secundários, colégios secundários técnicos, e companhias profissionais de vendas, comércio exterior, fornecimento de bens e materiais, engenharia e outras. Paralelamente a seu futuro desenvolvimento, a SINOPEC reorganizará e padronizará as empresas membros segundo a "Lei das Corporações da República Popular da China", estabelecerá um sistema empresarial moderno gradualmente e ampliará a esfera de ação dos membros do grupo progressivamente, através da operação de ativos, ajuste estrutural e de outros tipos, fortalecendo, assim, a corporação como um todo.

A SINOPEC exerce os direitos de promotores sobre os bens que pertencem ao Estado nas empresas totalmente controladas por ela, nos *holdings* e nas empresas de participação, recebendo, inclusive, benefícios oriundos dos bens, tomando decisões importantes, selecionando gerentes, etc. Comanda a operação, o gerenciamento e a supervisão dos bens que pertencem ao Estado e assume as responsabilidades respectivas de

* Diretor Administrativo do Campo Petrolífero, SINOPEC

preservar e aumentar seu valor por lei. A corporação utiliza o sistema presidencial de responsabilidade e o presidente é também seu representante jurídico. Os ativos totais da SINOPEC são de 440 bilhões de RMB. A sede está localizada em Pequim.

Sob o controle e supervisão geral do Estado, a SINOPEC realizou várias atividades operacionais de forma autônoma, em conformidade com as provisões legais. Sua esfera de ação empresarial foi ampliada a partir da indústria petroquímica, alcançando as companhias principais de exploração e desenvolvimento de petróleo e gás e complementares de venda final de produtos do petróleo. Hoje a corporação tem o direito operacional autônomo de importar e exportar petróleo em estado natural ou aperfeiçoado, etc. Com a aprovação do Estado, a companhia envolve-se em exploração e desenvolvimento de recursos domésticos e externos de petróleo e de gás, em cooperação com companhias petroquímicas estrangeiras, e nas atividades de investimento e financiamento na China ou no exterior. Todas essas atividades contribuíram para integrar as indústrias principais e complementares, o comércio doméstico e exterior bem assim como operações de produção e de vendas, aumentando o poder e a vitalidade da corporação.

Desde seu estabelecimento a SINOPEC aprimorou seu gerenciamento, fortaleceu a reestruturação de seus ativos e acelerou o ajuste da estrutura organizacional. Ao mesmo tempo em que adquiriu o tripé da exploração e desenvolvimento, processamento em profundidade e uso sintético do petróleo e do gás natural, a SINOPEC pôs em prática estratégias de recursos, investimento, funcionamento, *marketing* e qualificação de pessoal obtendo resultados claramente positivos que promoveram o desenvolvimento geral da produção, da construção e do funcionamento das empresas. Em 1998, a receita da SINOPEC com vendas foi de 281,8 bilhões de RMB, incluindo 26,6 bilhões de RMB de lucro e impostos. A companhia obteve o 73º lugar entre as 500 empresas mais importantes do mundo incluídas na lista da revista norte-americana "Fortune".

2. Progresso técnico da indústria petroquímica na China

Quinze anos após o estabelecimento da antiga Corporação Petroquímica da China, institutos de pesquisa subordinados à corporação aderiram à política de "primeiro desenvolver a parte científica e tecnológica para vitalizar as indústrias de petróleo e petroquímica", e

fizeram enorme progresso com relação ao desenvolvimento de técnicas petroquímicas, algumas das quais atingiram níveis tecnológicos entre os mais avançados do mundo. Progressivamente, isso contribuiu para elevar o nível geral da tecnologia no refinamento de petróleo e na indústria petroquímica chinesa.

1. *Tecnologia completa de processos*

1.1 Seis tecnologias completas de processos foram desenvolvidas com sucesso. São elas as seguintes: tecnologia FCC de resíduo, uma família de tecnologias de FCC, tecnologia de hidrocraqueamento, tecnologia MTBE, uma nova tecnologia de craqueamento e tecnologia de poliéster.

1.2 Três tecnologias completas de processos foram ampliadas. São as seguintes: tecnologia de reforma catalítica, tecnologia de acrilonitril e tecnologia de separação C5.

1.3 Três tecnologias completas de processos se tornaram líderes mundiais: a tecnologia completa de fibra acrílica em dois estágios, a tecnologia SSBR e a SBS.

2. Tecnologia de produção

2.1 Tecnologia de produção de óleo lubrificante. Sete categorias de produtos e dezenas de graus foram desenvolvidos e utilizados para satisfazer o mercado interno, tais como o óleo lubrificante básico, o óleo para motores de combustão interna, o óleo de transmissão e o óleo hidráulico.

2.2 A tecnologia da produção de asfalto rodoviário de alto grau e algumas categorias novas, por exemplo asfalto emulsificado , asfalto modificado SBS e asfalto modificado coloidal.

2.3 A parafina (*petroleum wax*) também obteve alguns novos graus e tecnologias.

3. Fizemos algum progresso em novas categorias e graus de resina sintética, fibra sintética e borracha sintética.

4. Novos catalisadores petroquímicos

Um grande número de catalisadores petroquímicos e de refinamento foi desenvolvido com sucesso. Alguns deles alcançaram níveis internacionais

avançados ou mesmo ultrapassaram esses níveis. Estes catalisadores incluem mais de 10 tipos, tais como FCC, reforma contínua, hidrocraqueamento, hidrorefinamento, EO, acrilonitril, polipropileno. 85% das usinas usam catalisadores desenvolvidos por chineses, na China.

5. Tecnologia de desengargalamento

A fim de eliminar o limite do "engarrafamento" e satisfazer às exigências de ampliação de capacidade, foram desenvolvidas algumas tecnologias de desengargalamento tais como a destilação de óleo cru, hidrocraqueamento, coqueamento retardado acrilonitril, EG, reforma de hidrocarbono aromático, PTA, poliéster, amônia e fertilizantes sintéticos, aumentando a capacidade, diminuindo consideravelmente o consumo de energia e de matérias-primas e tornando o produto mais competitivo.

Além disso, foi também feito algum progresso no campo de controle avançado estudos de base aplicada (*applied basis study*) estudos de altas tecnologias e de tecnologias alternativas exploratórias.

3. Empresas *upstream* (exploração & produção) e *downstream* (refino & petroquímica) de exploração e desenvolvimento de petróleo e de gás

As empresas de exploração e desenvolvimento de gás da SINOPEC incluem 6 empresas com campos petrolíferos entre elas a Shengli Administração de Petróleo, a Zhongyuan Administração da Exploração de Petróleo, a Henan Administração da Exploração de Petróleo, a Jiansu Administração da Exploração de Petróleo, a Jiaghan Administração de Petróleo e a Dian-Quian-Gui Administração da Exploração de Petróleo. A área de exploração de petróleo e de gás coberta por essas companhias, se estende pelas províncias e regiões autônomas de Shandong, Henan, Jiangsu, Amhui, Jingxi, Hubei, Hunan, Guizhou, Yunnan, Guagxi, Shanxi, Mongólia Interior, Xinjiang, Gansu e Sichuan com um área de 885.000 quilômetros quadrados, reservas totais de petróleo de cerca de 15 bilhões de toneladas e reservas de gás natural de cerca de 4,64 trilhões de metros cúbicos. No final de 1998, as reservas de petróleo e de gás natural conhecidas eram respectivamente de 4.9 bilhões de toneladas e 100 bilhões de metros cúbicos. A produção de petróleo cru alcançou 35,3 milhões de toneladas com uma produção de gás natural de 2,3 bilhões de metros cúbicos no mesmo ano.

As empresas com campos petrolíferos têm equipes de serviço profissionais e técnicas com pessoal qualificado e equipamento de alta tecnologia. Possuem 315 máquinas de perfuração, com uma capacidade anual de 6,5 milhões de metros, inclusive 24 máquinas de perfuração sobre 6.000 metros e 8 plataformas de perfuração em águas rasas. Entre essas companhias de perfuração, 24 delas obtiveram o certificado internacional ISO 9000. Essas companhias são qualificadas para a perfuração de poços extra profundos, poços direcionais em alto ângulo, poços horizontais e poços em águas rasas. Elas têm 55 equipes sísmicas, capazes de realizar a exploração sísmica 2D em 12.000 quilômetros e 3.000 quilômetros quadrados de exploração sísmica 3D por ano. São equipadas com vários *itens de software* e *hardware* para processamento sísmico avançado, e um contingente de equipes técnicas de excelente nível capaz de realizar aquisição e processamento sísmico de alta resolução 2D e 3D. Possuem equipamento avançado de *logging* com capacidade anual de 500 poços de exploração e 2.000 poços de desenvolvimento. Além disso têm 4 laboratórios geológicos para exploração e desenvolvimento. Na década de 90 foram adquiridos aparelhos e equipamento analíticos que estão sendo utilizados nos estudos para testes e análises relacionadas com a exploração e desenvolvimento de petróleo e gás, inclusive classificação estratigráfica, avaliação de fontes de petróleo, análise do desempenho de reservatórios, análise do comportamento da formação de calota, análise de propriedades dos fluidos e outros mais.

Nos últimos dois anos, inúmeras conquistas foram realizadas na área de exploração e desenvolvimento dos campos petrolíferos principais. Em primeiro lugar, a exploração cobre mais que 4.000 quilômetros quadrados na área de águas rasas de Shengli, na Baía Bohai, com a descoberta de reservas de alto rendimento com mais de 100 milhões de toneladas de petróleo local - segundo estimativas - em Chengdao e colinas profundamente submersas *(deep buried hill*). Na mesma época, reservas de espessas formações de petróleo foram também encontradas em Neogene na área de Kendong, e a quantidade de petróleo local (*in place*) nessas formações pode ser semelhante ao de Chengdao. Em segundo lugar, novas reservas de petróleo e de gás natural foram descobertas nas partes inferiores dos campos petrolíferos já desenvolvidos em Shengli, Zhongyuan e Jiangsu, e a expectativa é de que essas reservas contenham reservas da ordem de 2 bilhões de toneladas de petróleo e 500 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Em terceiro lugar, os campos petrolíferos sob o controle da SINOPEC têm a opção de seis regiões de exploração favorável através da análise e do estudo de dados recentes coletados em

sua extensa exploração de formações marinhas. Há mais de 3 bilhões de toneladas de reservas de petróleo e 4.000 bilhões de metros cúbicos de gás natural nessas regiões, segundo uma avaliação preliminar. Além disso, alguns alvos para a exploração favorável foram definidos. Se novas descobertas forem feitas com relação às atividades de exploração mencionadas acima, essas regiões passarão a ser uma nova base para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no Sul da China.

Desenvolvimento e produção de campos petrolíferos

De acordo com a lei de desenvolvimento de campos petrolíferos continentais, o controle da parcela de água produzida com o petróleo em campos petrolíferos maduros foi consideravelmente ampliado. A água que nos campos pode ser controlada até 0,5 e a eficiência da recuperação por meio de inundação pode ser ampliada para 0,5% por ano, graças a um modelo geológico em detalhe e uma combinação técnica geológica e de processamento aperfeiçoada. A eficiência da recuperação na produção de campos petrolíferos de baixa permeabilidade pode ser aumentada em 3% nas condições atuais, gerando uma redução do custo de produção de cerca de 15%. A eficiência de recuperação em campos petrolíferos com produção de óleo pesado (*heavy oilfield production*) pode ser melhorada, com um aumento de 20 a 25%, aperfeiçoando as condições (*huff and puff conditions*) e aprofundando os estudos sobre o momento exato e a tecnologia necessária na injeção do vapor. Os campos petrolíferos sob o controle da SINOPEC podem aperfeiçoar a eficiência de recuperação baseada em inundação de água, em 15%, adotando técnicas novas tais como inundação combinada inundação de gás, inundação microbial e outras. No entanto, podemos executar as atividades acima mencionadas para melhorar o potencial de produção em campos petrolíferos amadurecidos, e obter os melhores benefícios possíveis.

4. Cooperação externa em vigor

A abertura para o exterior é uma política básica em nosso país. As indústrias de petróleo e petroquímica são áreas importantes para essa abertura, com a importação de tecnologia avançada e atraindo investimentos estrangeiros para o país. A SINOPEC irá expandir progressivamente o intercâmbio, as *joint ventures* e a cooperação com os círculos empresariais estrangeiros, grupos financeiros e comerciais com base na igualdade, nos benefícios e desenvolvimento mútuos e na cooperação a longo prazo.

Em julho de 1999, a SINOPEC assinou outro contrato para o projeto EOR (final de campanha) do campo petrolífero de colina submersa (*buried hill oilfield*) de Zhuangxi com a Companhia Jenting da Malásia, após ter assinado seis contratos de exploração de risco e desenvolvimento de petróleo e de EOR (final de campanha). Esses seis contratos ainda estão sendo implementados em empresas de exploração e produção. Ao mesmo tempo, SINOPEC negociou ativamente os itens passíveis de cooperação na exploração e desenvolvimento do petróleo, melhorando a recuperação do petróleo no campos petrolíferos de Shengtuo, Bonan e no bloco Nanling de Anhui com a Companhia de Petróleo Texaco dos Estados Unidos e a Companhia Indo-Pacífica da Nova Zelândia.

A SINOPEC observou novos desenvolvimentos nos seus investimentos no exterior. O campo petrolífero de Zhongyuan obteve bons resultados em sua participação na exploração e desenvolvimento do Bloco nº 6 no Sudão. Dois poços de exploração estão produzindo petróleo comercialmente.

A SINOPEC tem uma equipe profissional e técnica excelente em exploração geofísica, perfuração, *logging*, operação no interior do poço, (*downhole*) construção de engenharia de terreno em campos petrolíferos, etc. Os contratos de trabalho e serviços técnicos prestados pela SINOPEC no Sudão, na Bengala, na Indonésia, no Peru, na Etiópia, na Venezuela, no Turcomenistão e no Kuwait receberam comentários elogiosos de seus clientes.

Levando a cabo a plena utilização dos dois recursos e dos dois mercados, a implementação da cooperação no próprio país e no exterior e, ao mesmo tempo, de forma dinâmica, abrir novas áreas de exploração e desenvolver petróleo e gás no estrangeiro constitui uma parte importante das estratégias da empresa com respeito a recursos.

Os campos petrolíferos sob o controle da SINOPEC têm uma área ampla para exploração, especialmente no Sul da China, onde o carbonato marinho cobre 760.000 quilômetros quadrados. Segundo uma avaliação preliminar, as reservas de petróleo nessa região cobrem mais de 3 bilhões de toneladas de petróleo e mais de 4.000 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Um número de alvos apropriados para a exploração foram identificados. Essa área está localizada na região economicamente desenvolvida da China do Leste onde o meio ambiente e as condições para a utilização dos recursos são excelentes. Com isso, estaremos acelerando a exploração, o desenvolvimento e a utilização de gás natural. O próximo século será a era do gás natural e teremos que enfrentar sérios problemas

ambientais paralelamente ao desenvolvimento econômico e níveis mais altos de industrialização no mundo. Portanto, um número cada vez maior de países vem aliando a proteção ambiental ao desenvolvimento econômico para que estes países venham a ter um desenvolvimento econômico sustentável. Como um tipo de energia não poluente, o desenvolvimento e a utilização do gás natural desempenharão um papel de relevância ainda maior no futuro. Sinceramente encorajamos a companhia de petróleo brasileira, bem assim como companhias de petróleo estrangeiras competentes a visitar nossa empresa e suas subsidiárias e a participar na cooperação para a exploração e o desenvolvimento, desde que os blocos mais favorecidos de gás natural tenham sido identificados e aprovados pelo governo. Ofereceremos facilidades em termos de políticas preferenciais e serviços de consumo aos estrangeiros interessados na exploração. Ao mesmo tempo em que implementa a cooperação com o exterior em termos de exploração e produção de recursos de petróleo e de gás natural na China, a corporação está progressivamente abrindo a área de exploração de petróleo e de gás no estrangeiro. Sobretudo após a reorganização da empresa, hoje temos força técnica, experiência acumulada graças à cooperação com o exterior, e também vamos ganhando uma certa capacidade de resistência ao risco. Desejamos discutir a possibilidade de cooperação na América do Sul para os blocos onde reservas de petróleo e de gás natural sejam relativamente abundantes e, portanto, eficientes, e que nos beneficiem. Desejaríamos também ter esse tipo de oportunidade no Brasil, e para isso vamos conversar com nossos colegas neste país. Além disso, podemos cooperar com o Brasil na exploração e produção de petróleo e de gás, fornecendo serviços técnicos, contratando projetos e em questões relacionadas com o refino e a petroquímica, etc. Na verdade, creio que temos amplas perspectivas e oportunidades para cooperação entre nós e precisamos ir em frente e cooperar.

No passado, as indústrias de petróleo e petroquímica da China cooperaram e se comunicaram ativamente com essas respectivas indústrias e também com círculos financeiros e comerciais no mundo inteiro. Nossa extensa cooperação em várias formas nos trouxe boas recompensas. No futuro, estaremos, como sempre, mantendo a política de abertura, e estabelecendo relações estáveis de cooperação em grande escala e a longo prazo com nossos colegas no exterior, acelerando o progresso e o desenvolvimento, e esforçando-nos muito para continuar a desenvolver as indústrias de petróleo e petroquímica da China e no mundo todo. Assim entraremos juntos no século XXI.

O fortalecimento das relações internacionais é uma estratégia essencial da Corporação Nacional de Petróleo da China no desenvolvimento da indústria chinesa de gás natural.

*Li Haiyuan**

Parte 1: A significância da indústria de gás natural para a aceleração do desenvolvimento na China

O gás natural é um tipo de energia ou de produto químico industrial de alta qualidade e eficiência e não poluente. Na estrutura de consumo de energia primária no mundo, a proporção do gás natural aumentou de 19,9%, em 1970, para 23,8% em 1998. Calcula-se que a proporção do consumo de gás natural aumentará ainda mais com a expansão da dinâmica de exploração e desenvolvimento de gás em um futuro próximo. A exploração e utilização do gás natural desempenham um importante papel na otimização da estrutura de energia, protegem o meio ambiente e promovem o progresso da sociedade humana.

A China é um país em desenvolvimento que está crescendo gradualmente e transformando-se em um país de economia forte. A década de 90 foi um período importante no desenvolvimento econômico chinês. O índice médio de crescimento anual do produto interno bruto (PIB), subiu para 9,8%. Calcula-se que a velocidade média do crescimento anual do PIB nos primeiros vinte anos do século XXI será de cerca de 7% e, entre 2020 e 2050, de aproximadamente 3,5%.

Um desenvolvimento acelerado da economia nacional estimula o crescimento da demanda de energia. Nosso país tem reservas abundantes de carvão, petróleo e gás natural. A quantidade total de energia produzida no país satisfaz basicamente à demanda interna. Do ponto de vista da estrutura de produção de energia primária, a reserva de carvão é relativamente rica. Na estrutura de energia dos últimos anos, o consumo é assim distribuído:

---

* Diretor da Corporação Nacional de Petróleo da China.

73,5% - carvão

18,6% - petróleo cru

2,2% - gás natural

5,7% - geração hidráulica de energia.

A proporção de consumo de gás natural em nosso país é bastante inferior ao nível médio de consumo mundial e oito vírgula 8,8% do nível médio na Ásia.

Tendo o carvão como fonte principal de energia em nosso país, a estrutura garantiu a satisfação da demanda total de energia no desenvolvimento da economia nacional. No entanto, isso gerou uma série de problemas. Para realizar o desenvolvimento sustentável da economia social, é preciso lidar de uma forma apropriada com o relacionamento entre desenvolvimento e recursos bem assim como com o meio ambiente. Se para conseguir um desenvolvimento acelerado da economia for preciso vitimar o meio ambiente, o resultado seria muito problemático. Isso está sendo comprovado através da experiência de desenvolvimento de muitos países, inclusive de alguns países desenvolvidos. Nosso governo dá mais atenção à proteção ambiental, elaborando, uma após outra, uma série de políticas que estimulam a exploração e a utilização de energias não poluentes, aumentam o investimento de capital e, ao mesmo tempo, fortalecem a dinâmica de controles com relação ao meio ambiente. Em junho de 1992 foi realizada uma conferência de cúpula sobre o meio ambiente e o desenvolvimento pelas Nações Unidas no Rio de Janeiro, Brasil. A conferência examinou a Agenda 21 Global, e o primeiro-ministro Li Peng, do governo chinês, prometeu solenemente em nome do Governo chinês cumprir as exigências estabelecidas pelos documentos dessa Agenda. Em março de 1994, o Conselho de Estado examinou a "Agenda do século XXI da China." Sua idéia principal é implementar um desenvolvimento harmonioso entre a população, o meio ambiente e a economia e a sociedade. Atualmente, a proteção do meio ambiente ecológico e a promoção de um desenvolvimento harmonioso entre a sociedade, a economia e o meio ambiente passou a ser uma política nacional essencial. Como o gás natural é um recurso de alta qualidade energética, acelerar sua exploração e utilização é hoje uma iniciativa importante para manter o meio ambiente sob controle em nosso país. Acreditamos firmemente que a indústria do gás natural na China irá satisfazer um novo e rápido período de desenvolvimento.

Parte 2: A China tem as condições básicas para o desenvolvimento de sua indústria de gás natural.

1. *Nosso governo estipulou e sancionou políticas relacionadas com o gás natural.*

1.1. Nosso governo estipulou algumas leis e regulamentos tais como a "Lei de Recursos Minerais" "Registro de Método de Gerenciamento para a Pesquisa e Exploração de Petróleo e Gás Natural", "Regulamento para Recompensa por Danos na Exploração Sísmica de Petróleo", "Provisões para a Proteção de Oleodutos para Petróleo e Gasodutos para Gás Natural" que colocam a exploração e desenvolvimento de recursos de gás natural e de gerenciamento de gasodutos sob o controle do sistema jurídico.

1.2. Elaborou políticas estabelecendo preços razoáveis e impostos sobre o gás natural. O índice para o imposto de valor agregado sobre gás natural é 13%, o que é mais baixo que os 17% aplicados à maioria dos produtos dessa natureza, inclusive o petróleo cru.

Considerando a situação das reservas do subsolo e a orientação para o uso do gás, foram elaborados diferentes preços segundo as fontes do gás natural. O preço do gás comercial é mais alto que o preço do gás residencial e o preço deste último é mais alto que o do gás utilizado como fertilizante.

O preço da transmissão de gás por gasoduto tem como base uma política de "preços antigos para gasodutos antigos e preços novos para gasodutos novos". O preço da transmissão por gasodutos novos será determinado cuidadosamente de acordo com o índice de investimento e a habilidade de pagamento do cliente pelo Comitê de Planejamento do Estado, mobilizando assim o entusiasmo de todas as unidades e empresas em todas as áreas de gás natural (*upstream, midstream e downstream*).

Os governos locais elaboraram uma série de políticas para estimular o uso do gás. Na província de Sichuan, entidades econômicas com propriedade diversificada e com conhecimento do comércio de gás urbano são estimuladas a participar do mercado de gás urbano. No município de Pequim, foram levantados recursos de uma forma ampla para fortalecer a construção da infra-estrutura para o gás natural.

2. *O país tem a base de recursos necessária para acelerar o desenvolvimento de gás natural*

A quantidade total de reservas de gás natural em nosso país é de 38 quatrilhões de metros cúbicos. Estão distribuídas principalmente na região costeira do oeste médio e na zona do Mar do Sul que contém hidrocarboneto. As reservas terrestres de gás natural encontram-se dispersas na região do oeste médio, e perfazem 58,6% do total e 73,5% das reservas terrestres de gás natural como um todo. O gás natural ao largo da costa (*offshore*) está disperso principalmente na área do Mar do Sul, perfazendo 54,4% das reservas marítimas de gás natural.

Da distribuição de bacias, as reservas de gás de Tarim, Sichuan, Erdose, Chaidamu, Baía de Behai, Zhunger, Mar Yinger e Mar do Norte perfazem cerca de trinta quatrilhões e sete trilhões de metros cúbicos correspondentes a 78,9% das reservas totais de gás natural. O gás nas seis bacias de Tarim, Sichuan, Erdose, Chaidamu, Mar do Norte e Mar de Yinger (total de 25,7 quatrilhões de metros cúbicos) correspondem a 66,1% de todas as reservas domésticas. No futuro, essas bacias serão as principais bases para a produção de gás natural no país.

As reservas geológicas de gás natural comprovadas até o momento totalizam 2,024 quatrilhões de metros cúbicos, sendo que os recursos comprovados correspondem a apenas 5,89% das reservas estimadas. Nas reservas comprovadas, somente 1,042 trilhões de metros cúbicos estão desenvolvidos, representando uma porcentagem de 63% do total comprovado e demonstrando o gigantesco potencial da China em termos de reservas de gás natural. Em 1998, a produção doméstica de gás natural foi de 23,002 trilhões de metros cúbicos. Calcula-se que a produção de gás natural alcançará 30 bilhões de metros cúbicos no ano 2000, 70 bilhões de metros cúbicos no ano 2010 e 100 bilhões de metros cúbicos no ano 2020.

3. Grande demanda potencial no mercado de gás natural

3.1. Situação do mercado de gás natural. A produção doméstica da indústria de gás natural em nosso país foi de 23,2 bilhões de metros cúbicos em 1998 e o volume de consumo de gás é de 21,4 bilhões de metros cúbicos, perfazendo até 2,2% na produção de energia primária e no consumo em nosso país, respectivamente.

Do ponto de vista da distribuição, os mercados de consumo de gás natural em nosso país estão centralizados principalmente na parte central do país, (cerca de 41%), na região do nordeste da China (19%) e no sul (15%). As áreas principais de consumo são Chuanyu, Hong Kong, Heilongjiang e Xinjiang. O volume de gás natural consumido nessas quatro províncias e uma cidade em 1998, chegou a 66% do consumo doméstico de gás natural. As regiões acima são apenas as principais áreas de produção de gás ou adjacentes às áreas principais de produção no momento. A limitação para a produção de gás natural restringe a demanda do mercado de gás.

Do ponto de vista da estrutura de consumo, o gás utilizado para a produção de fertilizantes é de 36%, para a da eletricidade, 13% para gás urbano, 21% como combustível e 19% para jazidas de petróleo e de gás. A prefeitura de Chuanyu tem um sistema quase perfeito de consumo e utilização de gás. As jazidas destinadas ao consumo abrangem basicamente todas as áreas de aplicação (*application fields*) que usam o gás natural localmente. Comparativamente, os níveis de consumo de gás não são suficientemente amplos em outras regiões e o gás de Sha'an, Gan e Ning transmitido através do gasoduto a grandes distâncias é somente para o uso das áreas residenciais e comerciais urbanas.

3.2 Previsão da demanda de gás natural. Pela situação nacional da China, a demanda por gás natural vai depender da velocidade do desenvolvimento econômico nacional, do crescimento da população, das exigências do meio ambiente, do fornecimento de energia e instalações para o armazenamento e a transmissão de gás natural, bem assim como a construção de locais complementares às instalações para a utilização nas áreas baixas .

3.3 Tendo considerado os fatores acima detalhadamente, a previsão científica feita pelas instituições oficiais de pesquisa de energia em nosso país foi elaborada com a ajuda de um modelo matemático. O Comitê Nacional de Desenvolvimento e Planejamento organizou o planejamento do uso de gás natural, as províncias e municípios envolvidos fizeram investigações gerais e análises abrangentes, e planejaram e implementaram um número de projetos concretos para a utilização do gás. Com a ajuda da previsão feita através do modelo matemático conjuntamente com os projetos para a utilização planejada do gás, calcula-se que a demanda de gás natural no período entre

2000 - 2010 será de 136 bilhões de metros cúbicos.

4. *Foram construídas certas instalações em escala para a transmissão de gás natural.*

Os gasodutos para gás natural que foram construídos em nosso país totalizam 12,416 quilômetros. A prefeitura de Chuanyu criou um sistema de tubulação em circuito que liga todas as áreas de gás natural com as cidades principais; foram construídos e postos em funcionamento gasodutos que vão da jazida de Changqing até Pequim, Xi'an e Yinchuan, formando uma linha-tronco para a exportação de gás; parte das tubulações para exportação foi construída em Kelamayi, Tarim e Tuha atravessando a região Xinjiang, formando um circuito de tubulação local. Além disso, a fim de desenvolver as reservas de gás natural no oceano que banha a China, foram construídos gasodutos marítimos do Mar do Sul até Hong Kong e de Pinghu até Xangai.

Parte 3: A Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC) elaborou uma estratégia explicitamente para o desenvolvimento de gás natural.

A Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC) é um grupo petroquímico em grande escala envolvido com empresas de comércio interior e exterior integrado, para exploração e produção bem assim como refino e petroquímica (*upstream e downstream*), e de *marketing*. É também considerada uma das principais Companhias Nacionais de Petróleo. Atualmente, a CNPC passou a ser um corporação integrada de petróleo e petroquímica, envolvida em pesquisa, exploração, perfuração de poços, *logging* de poços, refinamento, indústria química, operação de tubulação de petróleo e de gás, construção de instalações relacionadas com o petróleo, pesquisa científica e educação.

Internamente, a CNPC desempenha um papel preponderante com relação à exploração e ao desenvolvimento de gás natural. Nas áreas em que a exploração foi autorizada pelo Estado, as reservas de gás natural comprovadas são de 26 trilhões de metros cúbicos que são responsáveis por 68% das reservas domésticas totais. Até o fim de 1998, as reservas comprovadas de gás natural eram de um 1,067 quatrilhão de metros cúbicos, perfazendo 75% do total. A produção em 1998 chegou a 17,009 trilhões de metros cúbicos, perfazendo os 70% da produção total. Foram instalados

11.099 km de gasodutos, perfazendo 89% em termos nacionais. A CNPC fará uso pleno de suas vantagens, promovendo iniciativas conjuntas com a Corporação Petroquímica Nacional da China, a Corporação de Petróleo Marítimo Nacional da China, e a Corporação de Petróleo New Star também nacional, para se dedicar ao desenvolvimento da indústria de gás natural chinesa.

Com relação a seus negócios com gás, o objetivo da CNPC a médio e longo prazos é tornar-se a primeira escolha para usuários de gás na China em se tratando de desenvolvimento de gás natural. Com a maximização do valor do gás e importando gás ou gás natural liqüefeito (LNG) de outros países, a CNPC conseguirá atingir uma meta assim tão ambiciosa e ampliar seu escopo comercial. A fim de realizar esse objetivo de desenvolvimento, a CNPC seguirá os três estágios estratégicos que se seguem:

1) *Fortalecimento do atual mercado de gás natural.* Essa estratégia deve ser combinada e implementada simultaneamente com a otimização da estrutura de usuário, concentrando-se em ampliar o número de usuários de gás e de usuários fixos que sejam capazes de aceitar o preço do gás. Ao mesmo tempo, deverá fornecer à atual tubulação com equipamento de reforço (*boosting facilities*) e instalações para o armazenamento subterrâneo do gás, aumentando assim a capacidade e a estabilidade do fornecimento de gás.

2) *Esforçar-se por desenvolver um novo mercado de gás natural, encarregando-se do projeto geral de transmissão de gás do oeste para o leste.* As reservas de gás natural estão distribuídas principalmente em quatro áreas: as jazidas de Chuanyu, Shan-Gan-Ning, Qinghai e Xinjiang. As reservas de gás comprovadas nessas quatro áreas são de 1,263 trilhão de metros cúbicos, e a produção no final de 1998 chegou a 10,505 trilhões de metros cúbicos. A razão entre provisão e recuperação (*reserve e recovery*) no momento é 69, o que demonstra o grande potencial para um incremento na produção. De hoje até 2010, a exploração será intensificada a fim de aumentar as reservas. Planeja-se produzir 45 bilhões de metros cúbicos de gás natural no ano 2010.

   Como as reservas de gás estão concentradas na região centro-oeste e os principais mercados de consumo de gás estão centralizados no leste, especialmente no delta do Changjiang e ao redor da área de Bohai, onde a economia está mais desenvolvida, a CNPC está operando uma estratégia

de desenvolvimento voltada para a "transmissão de gás do oeste para o leste" com base em dados suficientemente comprovados. Ao instalar gasodutos de longa distância, a CNPC pretende transportar o gás das quatro principais bases de produção - áreas de Chuanyu, Shan-Gan-Ning, Qinghai e Xinjiang para a região do delta do Changjiang e ao redor de Bohai, para assim transformar o recurso em um vantagem econômica.

3) *Criar uma tubulação transregional e desenvolver ainda mais o mercado de gás natural.* **C**om o objetivo de garantir um fornecimento seguro e estável de gás e de satisfazer às demandas dos usuários, nosso país está planejando estabelecer a conexão dos gasodutos transregionais, possibilitando um gerenciamento mais centralizado e flexível. Quando o projeto de "transmissão de gás do oeste para o leste" estiver concluído, o trabalho será dedicado à conexão dos gasodutos domésticos, dos gasodutos de importação, e dos gasodutos de importação de LNG, a fim de formar um circuito de tubulação completo.

Durante a execução das três estratégias para desenvolver o gás natural, prioridade será dada ao projeto de transmissão de gás do oeste para o leste e isso desempenhará um importante papel na otimização da estrutura de recursos e na melhoria do meio-ambiente ecológico. De acordo com a evolução da exploração das quatro principais jazidas de gás e com o desenvolvimento do mercado na região leste, o projeto de transmissão de gás do oeste para o leste será implementado gradualmente, com base no princípio de integrar as áreas de exploração e produção e de distribuição (*upstream e downstream*) de fazer um planejamento geral e de executá-lo passo a passo.

Primeira fase: alcançar o objetivo de um fornecimento conjunto de gás de Chuanyu (2 bilhões de metros cúbicos/ano) e de Changqing (3 bilhões de metros cúbicos/ano) para Xangai, e o gás de Qinghai (4 bilhões de metros cúbicos/ano) para Lanzhou.

Em 2002, finalizar o gasoduto do condado de Chongqing Zhong para Wuhan e daí para Xinyang e Xangai, e uma tubulação lateral de Sebei para Lanzhou, que são as tubulações recentimente planejadas recentemente de 2.596 km de comprimento.

Em 2003, finalizar a tubulação lateral de Jingbian para Xian e Shanxi e uma linha-tronco de Xian para Xinyang, que terá 1.188 km de comprimento total.

Segunda fase: alcançar o objetivo de transportar o gás oriundo de três fontes - Chuanyu, Changqing e Qinghai para Xangai.

Em 2005, finalizar a tubulação Lanzhou-Xian, totalizando 510 km de comprimento.

Terceira fase: alcançar o objetivo de transportar o gás oriundo de quatro fontes - Chuanyu, Changqing, Qinghai e Tarim (de 7 a 10 bilhões de metros cúbicos/ano) para Xangai.

Em 2007, será construído o gasoduto de Lunnan para Lanzhou, com 2.258 km de comprimento. Depois de 2007, serão acrescentadas outras estações compressoras ao longo da tubulação de Lunnan para Lanzhou e Xian, e será construída a tubulação paralela de Xian a Luoyang, com 392 km.

Para o projeto de tubulação para a transmissão de gás do oeste para o leste, 6.944 km de tubulação serão construídos. Estima-se que o custo será de cinqüenta bilhões de Yuan RMB, e o índice de benefício financeiro interno será de 12%. O preço do gás por metro cúbico para Xangai foi estabelecido em 1,3 yuan. Os dados acima demonstram que esse projeto específico apresenta menos riscos e maior recuperação do investimento.

Quanto ao projeto de transmissão de gás do oeste para o leste, a CNPC vem trabalhando bastante no assunto. O plano geral para esse projeto foi submetido ao Comitê Estatal de Planejamento (SPC) e já se obteve um documento de comprometimento do SPC.

O relatório do estudo de viabilidade com relação ao projeto do gasoduto do condado de Chongqing Zhong para Wuhan, considerado uma obra chave para o projeto de transmissão de gás do oeste para o leste, foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Especialistas da Companhia Internacional de Consultoria sobre Engenharia em setembro deste ano. No momento, a SPC está examinando a proposta do projeto.

A SPC concedeu à CNPC a autorização para levar a cabo um estudo de viabilidade para importar gás da Rússia e, no momento, o projeto está progredindo com bastante sucesso sob os esforços conjuntos de especialistas chineses e russos.

Parte 4: Perspectivas favoráveis de cooperação internacional com a CNPC em gás natural.

Na medida em que vai sendo confirmado o enorme potencial chinês no desenvolvimento da indústria de gás natural, muitas grandes companhias estrangeiras de petróleo começam a demonstrar profundo interesse em envolver-se nesse negócio. Desde 1978, quando foi anunciada a política de reforma e abertura, nosso país vem executando uma política básica que é "abra para o mundo, fortaleça a cooperação internacional" e desde aquele momento vem aderindo a essa política. Como uma corporação nacional de petróleo em grande escala, e com base em um comprometimento total com a política de abertura, a CNPC fez um grande progresso em todas as áreas tais como exploração de petróleo e de gás, refinamento de petróleo, indústria química, etc. E a cooperação com companhias internacionais de petróleo tem tido bastante sucesso no estabelecimento de um padrão em vários níveis, áreas e formalidades. Embora no caso do gás natural a cooperação tenha começado há pouco tempo, a CNPC já estabeleceu um relacionamento de cooperação com duas companhias estrangeiras de petróleo e as perspectivas de desenvolvimento são otimistas.

1. Obtendo um progresso satisfatório com a cooperação internacional.

Desde que a política de abertura foi anunciada em 1978, nossa indústria petroleira a vem seguindo estritamente. Em setembro de 1997, a CNPC finalizou nosso primeiro gasoduto terrestre de grande diâmetro e de longa distância - o Gasoduto de Shan-Jing. Desde a soldadura da tubulação até o sistema de controle automático, o que se comenta é que esse gasoduto atingiu padrões internacionais avançados. A construção da tubulação também representa um exemplo bem sucedido de busca de cooperação internacional. Selecionada através de licitação, a companhia alemã PLE Co. foi a escolhida para executar o desenho do conceito do projeto e a supervisão da construção. Com relação à tecnologia de exploração de petróleo e de gás, estudos conjuntos foram realizados e problemas complexos foram solucionados. Atualmente, duas companhias estrangeiras importantes estão formando uma sociedade com a CNPC e o escopo dessa cooperação abrange a exploração e desenvolvimento do gás natural, pesquisa do mercado de gás natural, bem assim como a construção de gasodutos de longa distância.

1.1. Cooperação com a Enron Co., Estados Unidos.

Como uma das companhias mais poderosas na indústria de gás e de energia mundiais, a Enron Co. está gerenciando o maior sistema de tubulação para a transmissão de gás no Hemisfério Ocidental, um gasoduto que é também o segundo maior sistema de tubulação para transmissão de gás do mundo. A Enron Co. é considerada o maior vendedor de gás e energia na América do Norte.

Em 18 de agosto de 1997, a CNPC assinou o "Contrato para o Desenvolvimento e a Produção em Bloco de Petróleo de Planície mediana (*Middle Plain Oil Block*) da Bacia de Sichuan, RPC." com a Enron Petroleum Co. China Co. Ltda. A área sob contrato está localizada no norte de Sichuan, cobrindo 7.525 m^2 e o período de duração do contrato é de trinta anos. Tendo sido aprovado pelo Ministério de Comércio Exterior em 8 de setembro do mesmo ano, o contrato foi executado em primeiro de outubro de 1997. A área coberta pelo contrato compreende duas jazidas de petróleo e uma jazida de gás. Desde a execução, a Enron Co. vem realizando fraturamento de areia em grande escala (*large scale sand fracturing*) em dois poços recentemente perfurados e em um poço antigo e obteve resultados satisfatórios, conseguindo um incremento na produção vinte vezes maior, tanto nos poços novos como nos antigos, e possibilitando a comercialização das jazidas de gás permeáveis e demasiado baixas. Ao mesmo tempo, a qualidade profissional e o nível técnico dos participantes chineses envolvidos nesse projeto melhorou consideravelmente e o projeto foi objeto de comentários positivos por parte dos chineses.

Em 1999, a CNPC assinou um acordo com essa mesma companhia, que previa a construção conjunta da tubulação que iria do condado de Chongqing Zhong até Wuhan. Esse gasoduto é uma linha lateral na transmissão de gás total do projeto do oeste ao leste e se estende por 695 km. Espera-se que esteja terminado e em funcionamento em 2001, e a partir daí fornecerá gás para a província de Hubei. Além disso, a CNPC irá cooperar novamente com a Enron Co. no desenvolvimento do mercado de produtos secundários (*downstream market*) incluindo a geração de eletricidade através de gás combustível e a utilização do gás urbano.

Em outubro de 1999, através de licitação, a Enron Co. uma vez mais tornou-se parceira da CNPC, em um trabalho conjunto para o desenho

do armazém subterrâneo de Tiajin, para o armazenamento de gás.

1.2. Cooperação com a Companhia Shell Britânica e Holandesa

A Shell é uma companhia de petróleo antiga e muito conhecida. A companhia se dedica especialmente à exploração e produção (*upstream)* e ao desenvolvimento de petróleo e gás.

Em 23 de setembro de 1999, a CNPC assinou o "Contrato para o Desenvolvimento e Produção de Gás no Bloco Changbei da Bacia Erdose" com a Companhia Shell em Pequim. Dia 15 de outubro do mesmo ano, o Ministério de Cooperação Econômica do Comércio Exterior da República Popular da China publicou a autorização formal para o contrato.

O contrato cobre três áreas de poços de gás localizados na região oeste dos Condados de Jingbian e de Yulin, que fica ao norte da Bacia de Erdose. A área cobre 1.577 km^2. De acordo com o contrato, como operadora, a Shell Exploration Limited Corp. (China) é responsável por todos os custos necessários para o desenvolvimento e a produção do gás. O período do contrato é de 30 anos e estima-se que terá capacidade suficiente para fornecer 3 bilhões de metros cúbicos de gás por ano dentro de 5 anos.

No momento, as negociações entre a Companhia Shell e a CNPC com relação ao desenvolvimento de gás no bloco de Changbei na jazida de petróleo de Changqing terminaram, e a preparação para implementar conjuntamente o desenvolvimento do mercado *downstream* bem assim como a construção da tubulação já começou. Acredita-se que um contrato formal com relação a esse projeto será assinado ainda este ano. De acordo com o plano, 3 bilhões de metros cúbicos de gás nas jazidas que fazem parte do contrato de cooperação poderão ser produzidos por ano e serão construídos 1.005 km de gasoduto. O gasoduto terá início em Yulin, na província de Shanxi, passando por Taiyuan, e a província de Shannxi na direção da cidade de Shijiazhuang, capital da província de Hebei, e estendendo-se até Jinan, a capital da província de Shangdong e a depois até Weifang, cidade situada nessa mesma província.

O projeto do bloco de Changbei é nosso primeiro projeto de cooperação de gás terrestre que promove a integração da exploração e produção (*upstream)* com distribuição e produtos secundários *(downstream)*. A experiência adquirida com a utilização de capital,

tecnologia e gerenciamento estrangeiros irá gerar um enorme desenvolvimento na indústria de gás da China.

2. Perspectivas promissoras em cooperação internacional

A CNPC está interessada em desenvolver relacionamentos de cooperação em vários países e de compartilhar as conquistas resultantes dessa cooperação com companhias de petróleo internacionais, de forma igualitária, e em todos os aspectos e tipos de gás, tanto *upstream* como *downstream*. No momento, a CNPC está se concentrando em dois grandes projetos e está em busca de um parceiro internacional.

2.1. Cooperação no projeto de transmissão de gás do oeste para o leste

O projeto de transmissão de gás do oeste para o leste é um projeto gigantesco de sistema, envolvendo todos os aspectos relacionados com exploração, construção de gasoduto, desenvolvimento de mercado e utilização de gás. A implementação do projeto não deixará de apresentar desafios e dificuldades mas, ao mesmo tempo, trará novas oportunidades de desenvolvimento. A CNPC está interessada em estabelecer cooperação também nas áreas de capital e tecnologia, e outras mais.

Segundo o plano geral, além da construção do gasoduto do condado de Chongqing Zhong até Wuhan, será também posto em construção o gasoduto de Sebei até Lanzhou (província de Qinghai) que tem quase 1.000 km de comprimento. Como o gasoduto será instalado em áreas complicadas e difíceis, tais como lagos salgados, solos salino-alcalinos e regiões de colinas ou montanhosas, alguns problemas técnicos da construção ainda precisam ser solucionados e existe a necessidade de muito capital adicional para a construção. Portanto, a CNPC fará uso da prática internacional normalmente utilizada para a seleção de parceiros para a cooperação na construção de tubulações, que é a licitação aberta.

2.2. Cooperação no projeto de importação de gás natural

Devido ao tamanho da população chinesa, embora as reservas chinesas de gás natural sejam abundantes, a quantidade de reservas *per capita* não é grande. A fim de satisfazer as necessidades de nosso desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que seguimos a política sobre energia “concentrar-se no desenvolvimento

de recursos domésticos e obter suplementos do exterior", nosso país importará gás natural de países vizinhos e LNG de outros países e regiões de maneira gradual e por vários métodos. A CNPC vem implementando a política de energia do Governo seriamente e está pronta para juntar-se a companhias de petróleo internacionais na tentativa de examinar a operacionalização da importação de gás, incluindo um novo estudo do mercado de gás natural, a implementação do projeto de utilização de gás, bem assim como a construção de tubulação transnacional e a instalação de terminais para o recebimento e descarregamento do gás natural.

Conclusões

As perspectivas de desenvolvimento da indústria de gás natural são promissoras. As medidas e práticas utilizadas por muitos outros países podem nos ser úteis na concretização de nosso trabalho. A política energética do Brasil dá ênfase a uma substituição da gasolina por combustíveis que não sejam oriundos do petróleo. Implementa-se essa política aumentando o preço do combustível e os impostos, ao mesmo tempo em que se limita a quantidade da oferta; por outro lado, reduz-se os impostos de substitutos tais como o gás natural dando-lhes subsídios. As medidas adotadas pelo governo brasileiro estimularam enormemente o desenvolvimento da indústria de gás natural do país. No momento, o Brasil estabeleceu suas características e vantagens próprias em todas as áreas da indústria de gás. A CNPC tem muito prazer em dar as boas vindas à participação das companhias de petróleo brasileiras em ampla cooperação internacional.

Está surgindo um novo período de desenvolvimento para a indústria de gás na China. A CNPC continuará a seguir a política de abertura e dará novos passos na busca de parceiros para a cooperação, fortalecendo os relacionamentos internacionais. A CNPC está interessada em utilizar suas próprias vantagens para cooperar com outros países e ao mesmo tempo recomendar parceiros. A CNPC é uma das maiores corporações de petróleo na China e também é uma empresa magnífica em termos mundiais. Com tecnologias maduras na produção de petróleo e de gás, as reservas residuais recuperáveis de petróleo cru e gás da CNPC estão em segundo lugar, a produção de petróleo cru é a segunda e a de gás a décima entre as dez maiores corporações de petróleo mundiais. Com relação à construção de gasodutos de longa distância, possuímos um desenho de alta qualidade e a força de mão-de-obra para a construção. Estamos interessados em fazer uso de nossa tecnologia e de nosso capital para participar em projetos de

cooperação internacionais voltados para a exploração de gás e o desenho e construção de gasodutos.

Estamos dispostos a cooperar com companhias de petróleo no Brasil e em outros países para desenvolver e utilizar o gás natural de uma maneira eficiente, satisfazer às necessidades permanentes de desenvolvimento sócioeconômico, fazer esforços comuns para melhorar o ambiente de vida humana e dedicar-nos às responsabilidades sociais que nos foram delegadas pela História.

O desenvolvimento da indústria de energia elétrica na China e perspectivas de cooperação sino-brasileira nesta área

*Lu Yanchang**

1. *Reforma e desenvolvimento da indústria de energia elétrica na China*

1.1. Situação atual de fornecimento e demanda de eletricidade na China

Graças à implementação de políticas de financiamento diversificado nos investimentos para a geração de energia e da utilização de capitais estrangeiros, que começou há uns 20 anos atrás, quando a política de reforma e de abertura foi iniciada, a indústria de energia elétrica alcançou e manteve um crescimento rápido e atingiu uma situação de diversificação de proprietários no caso dos bens de geração de energia. A capacidade de geração instalada na China cresceu de 57,12 GW em 1978 para 277 GW em 1998, com um índice médio de crescimento de 7,68% ao ano. Neste mesmo período, a produção anual de eletricidade aumentou de 256,5 TWh para 1.167 TWh, com um índice médio de crescimento de 7,48%. Em ambas as áreas, a China ocupa hoje o segundo lugar no mundo.

Nos últimos anos, a tendência foi de que houvesse uma redução da tensão entre fornecimento e demanda de eletricidade, e isso é normalmente atribuído ao rápido crescimento do setor de energia elétrica no país, a partir da implementação das políticas de reforma e abertura, além de uma maior regulamentação da estrutura econômica nacional.

1.2. A Reforma da indústria de energia elétrica

Vimos implementando ativamente uma série de programas de reforma e conseguimos obter um excelente resultado nessa indústria a partir do final

---

* Vice-Presidente Executivo da Companhia Estatal de Energia Elétrica da China na Oficina sobre Desenvolvimento das Relações Sino-Brasileiras Rio de Janeiro - Brasil.

dos anos 70, quando a política de reforma e abertura começou a ser posta em prática na China. A indústria elétrica começou a entrar em um nova fase de autonomia da regulamentação governamental, de operacionalização industrial e de reforma corporativa quando, em janeiro de 1997, foi criada a Empresa Estatal de Energia Elétrica da China (*State Power Corporation of China*). Em março de 1998, o antigo Ministério de Energia Elétrica (MEP) foi oficialmente extinto durante o processo de reestrutura institucional do Conselho do Estado de acordo com a resolução aprovada pelo Congresso Nacional do Povo (*National People's Congress, NPC*). Como resultado dessa mudança, a Energia Elétrica estatal começou a funcionar como uma empresa independente ao mesmo tempo em que as funções de regulamentação governamental e direcionamento e serviços do setor, que eram anteriormente exercidos pelo MEP, foram respectivamente transferidos para a Comissão Estatal de Economia e Comércio (*State Economy & Trade Commission, SETC*) e para o Conselho de Eletricidade da China (*China Electricity Council, CEC*). Uma das conseqüências desta reforma foi o estabelecimento de uma nova distribuição de responsabilidades. Hoje, por exemplo, a SETC exerce as funções reguladoras governamentais e o CEC é responsável pelas funções de direcionamento e serviços de interesse do setor de energia elétrica, enquanto que a Empresa Estatal de Energia Elétrica (SP) funciona segundo as determinações dos estatutos da companhia e do sistema empresarial moderno.

Após seu estabelecimento, a Empresa Estatal de Energia Elétrica aderiu à reforma, orientando-se principalmente para o sistema econômico de mercado socialista. Baseando-se em uma adaptação das experiências de reforma de outros países do mundo às condições chinesas específicas, a SP utilizou, como estratégia de sua reforma, uma abordagem envolvendo Quatro Fases. A primeira fase teve início com a criação da SP em 1997 e vai até a extinção do Ministério (MEP) em 1998. No período em que o MEP coexistiu com a SP, nos foi possível realizar uma mudança de sistemas e uma transferência funcional sem maiores problemas. A segunda fase vai de 1998 a 2000. As tarefas principais incluem o seguinte:

- Implementação do processo de consolidação corporativa da SP
- Realização da reforma da empresa, na qual as funções governamentais e empresariais deverão ser divididas e as companhias de energia elétrica das províncias serão transformadas em entidades operacionais de contabilidade

· Estabelecimento de um sistema racional de administração do fornecimento nas áreas rurais

· Aperfeiçoamento da construção de sistemas de distribuição tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

· Implementação do programa piloto para o desenvolvimento de um mercado competitivo de geração de energia.

· Criação preliminar de um sistema empresarial moderno na Companhia Estatal de Energia Elétrica (SP) até o ano 2000.

De 2001 a 2010, a SP estará envolvida na terceira fase da reforma. Durante esse período, o sistema de interligação entre as grandes regiões do país, que levará ao estabelecimento de uma rede elétrica interligada em nível nacional estará basicamente terminado. Nessa rede, a distribuição de eletricidade unificada deverá ser feita segundo um sistema hierárquico. Após a separação entre usina-sistema, haverá um mercado competitivo terá lugar no qual todos os geradores, independente de sua estrutura de propriedade, passarão a ser participantes iguais no mercado. Os geradores competirão entre si para vender eletricidade de acordo com as regras de mercado que regem a competição justa. Em outras palavras, o mercado passará a ser um instrumento predominante na alocação otimizada de recursos. Mais ou menos no ano 2010, dependendo da situação à época, é possível que um mecanismo competitivo seja introduzido nas empresas de fornecimento para que os usuários finais tenham maior possibilidade de escolher seu fornecedor de serviços. Um mercado de energia elétrica padrão e com um funcionamento bem organizado estará estabelecido. A SP continuará caminhando para se tornar uma companhia moderna de primeira categoria.

No momento, estamos na segunda fase da reforma. A essência nesta fase é acelerar o ritmo de funcionamento da SP como entidade econômica e aperfeiçoar seu nível operacional. Os itens principais incluem:

1. Implementar o programa de corporatização em nossas companhias regionais e das províncias;

2. Realizar programas piloto para o desenvolvimento de um mercado gerador competitivo em seis províncias; tal programa será implementado

por todo o país quando tivermos adquirido suficiente experiência através do programa piloto;

3. Implementar um sistema de gerenciamento integrado e de tarifas uniformes, através de uma reforma do atual sistema de gerenciamento da eletricidade nas áreas rurais e de uma reabilitação do sistema de distribuição rural existente, com o objetivo de reduzir o nível das tarifas rurais.

Graças à reforma, o processo de consolidação corporativa da SP está sendo acelerado. No final de 1998, o valor dos ativos líquidos da sede da Companhia era de 163,6 bilhões de RMB yuan. O valor dos ativos totais do sistema da SP no demonstrativo financeiro consolidado correspondia a 770 bilhões de yuan, sendo o valor dos ativos líquidos de 320 bilhões de yuan com um giro anual de 260 bilhões de yuan. A Corporação Estatal de Energia Elétrica da China tornou-se um dos principais grupos de companhias com um poder financeiro substancial, desempenhando um papel predominante na economia nacional.

1.3. Desenvolvimento da indústria de energia elétrica

De acordo com a meta para o crescimento do PIB - o qual, segundo as previsões do governo chinês, deverá dobrar entre 2000 e 2010 - o crescimento da indústria de energia elétrica deve ser mantido em um ritmo apropriado para que seja capaz de satisfazer às demandas do desenvolvimento econômico. No ano 2000, a capacidade total de eletricidade instalada será maior que 290 GW, e essa capacidade será aumentada para cerca de 500 GW.

As principais áreas para o atual desenvolvimento da indústria de energia elétrica chinesa são as seguintes:

- obter uma mescla de geração (*power mix*) , ou seja, construir grandes unidades com alto desempenho e baixa poluição e descomissionar as pequenas unidades térmicas com baixo desempenho e alta poluição.
- acelerar a construção da rede de eletricidade com o projeto de transmissão Três Gargantas como núcleo principal e desenvolver o programa de interligação entre as grandes regiões do país.
- administrar de forma adequada a construção e reabilitação dos sistemas de distribuição urbano e rural .

· incrementar a conservação de energia e a proteção do meio ambiente.

Sendo responsável pela construção e pelo gerenciamento do sistema de rede nacional, no momento a Companhia Estatal de Energia Elétrica está profundamente envolvida na construção do programa de interligação entre as grandes regiões do país, incluindo os projetos de transmissão da Três Gargantas e de outras grandes usinas elétricas.

A indústria de eletricidade foi uma das primeiras a fazer uso de capitais estrangeiros na economia nacional a partir da execução da política de reforma e abertura para o exterior. De 1978 até 1998, uns 10% do investimento total na construção de energia elétrica em nível nacional teve como origem fontes externas. A utilização de recursos externos desempenhou um papel positivo na promoção do crescimento da indústria de eletricidade em nosso país. No futuro, a política de utilização de recursos externos, de um forma ativa, racional e eficaz continuará a ser implementada em nossa indústria a fim de possibilitar a introdução de tecnologias avançadas e técnicas de gerenciamento e contribuir para a ampliação da capacidade doméstica de fabricação de equipamentos.

A indústria elétrica da China participará das políticas de reforma e abertura e continuará a adotar vários modelos de cooperação internacional. O primeiro destes é utilizar ativamente recursos externos, inclusive empréstimos das instituições financeiras internacionais, tais como o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Asiático, bem assim como seu co-financiamento ampliado; e empréstimos preferenciais e créditos de exportação de agências governamentais estrangeiras, além de empréstimos de bancos comerciais estrangeiros. Isso envolve também o desenvolvimento de acordos comerciais e o levantamento de capitais através da emissão de títulos e OPIs (Ofertas Públicas Iniciais) em circulação no mercado de ações internacional. O segundo é estimular o estabelecimento de *joint ventures* ou outras formas de cooperação entre a China e outros países. Isso pode incluir investimentos externos na construção de usinas a carvão, de usinas hidroelétricas que possuam boa capacidade reguladora, de projetos de geração de energia para o aproveitamento de energias alternativas; de projetos incorporados com novas tecnologias e de projetos de renovação técnica que contribuam para a conservação de energia e a melhora do meio ambiente. Estaremos também estimulando um modelo de cooperação segundo o qual os atuais ativos das usinas, após uma reavaliação, estarão abertos para investidores estrangeiros para o estabelecimento de *joint ventures* ou outras formas

de iniciativas de cooperação através de um aumento do capital e do número de ações.

Seguindo a experiência daqueles países onde a economia de mercado está bastante desenvolvida, todos os projetos estarão sujeitos à competição justa no mercado e obterão seus lucros econômicos ideais graças a sua competitividade.

2. *Visão geral da cooperação amigável entre a China e o Brasil na área de energia*

2.1 Intercâmbio de visitas de alto nível

Desde o estabelecimento de laços diplomáticos entre a China e o Brasil, colegas no setor de energia dos dois países vêm constantemente aprofundando o entendimento mútuo e estabelecendo uma excelente relação de cooperação. É com prazer que nos lembramos que o desenvolvimento da cooperação sino-brasileira na área de energia de hidroelétricas tem recebido enorme apoio e a atenção privilegiada dos líderes nos dois países. Em 1988, chefes de estado da China e do Brasil estiveram presentes e testemunharam a cerimônia de assinatura do Protocolo para a Cooperação Hidroelétrica entre a China e o Brasil que lançou um base sólida para nossa cooperação futura nessa área. A partir desse momento, líderes dos primeiros escalões das principais agências de eletricidade de ambos os países intercambiaram visitas freqüentes e isso contribuiu para que a cooperação entre as duas partes se aprofundasse e solidificasse graças ao diálogo e à comunicação constantes, e a um entendimento mútuo cada vez maior. É também com enorme prazer que quero aqui mencionar sumariamente alguns dos eventos mais importantes que ocorreram até o momento. Em 1996, o antigo ministro de Energia Elétrica chinês, Sr. Shi Dazhen visitou o Brasil. No decorrer de 1998, o presidente e diretor-executivo da Companhia Estatal de Energia Elétrica, Sr. Gao Yan e seu secretário de Estado para Minas e Energia, Sr. Garrido, bem assim como seus colegas, o presidente e diretor-executivo da Eletrobrás, Sr. Neto, trocaram visitas. Esse intercâmbio contribuiu significativamente para aprofundar o entendimento mútuo e desenvolver a cooperação. Cabe também mencionar que, a visita à China do Sr. Alexis Stepanenko, ministro brasileiro de Minas e Energia, também foi um grande sucesso. Durante sua estada na China, foi assinado

um acordo (MOU) de cooperação na área de tecnologia de combustão de leito fluidificado circulatório à carvão (*Coal-Fired Circulating Fluidized Bed Combustion Technology*), no marco do Acordo Suplementar para a Cooperação Econômica e Tecnológica Sino-brasileira foi assinado e isso ampliou ainda mais as áreas de cooperação nos dois lados. Em 1995, tive também a honra de uma oportunidade para visitar seu imenso país e especificamente a usina hidroelétrica de Itaipu, projeto de engenharia de fama internacional.

2.2. Visão geral das atividades do Grupo de Trabalho Sino-Brasileiro

Dando prosseguimento ao espírito do Acordo Suplementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o governo da República Popular da China e o governo da República Federativa do Brasil, em 1994, o antigo Ministério de Energia Elétrica da China e a Eletrobrás do Brasil estabeleceram um grupo de trabalho conjunto que passou a ser responsável pela coordenação da cooperação tecnológica e econômica no setor de energia elétrica, sobretudo na área de energia hidroelétrica, entre nossos dois países. A partir daquele momento, foram realizadas cinco sessões de trabalho alternativamente na China e no Brasil que promoveram a cooperação tecnológica e econômica na área de energia hidroelétrica e afins, como se segue:

- A primeira reunião do grupo de trabalho aconteceu em Pequim, na China, em maio de 1995; nessa reunião as partes chegaram a um acordo mútuo de princípios com relação à identificação de áreas de cooperação, aos métodos de trabalho e à elaboração de um plano de trabalho.

- A segunda reunião do grupo de trabalho foi realizada no Rio de Janeiro, Brasil, de 5 a 17 de dezembro de 1994. Dando prosseguimento ao acordo de princípios estabelecido, foram formados quatro sub-grupos profissionais, incluindo desenho, construção e operação de energia hidroelétrica e desenvolvimento de redes elétricas foram formados; o plano e programa de trabalho foram também elaborados.

- De 21 de maio a 1º de junho de 1995, a terceira reunião do grupo de trabalho foi realizada em Pequim e Guangzhou, na China. Foram então definidos o alcance do trabalho e do plano de trabalho, além dos pontos de foco para os sub-grupos profissionais. Na mesma

ocasião, ambas as partes assinaram um Acordo de Cooperação em Tecnologia de Rede Elétrica entre o Instituto de Pesquisa de Energia Elétrica da China e a companhia COPEL do Brasil

- Em 1995 e 1996, a quarta e a quinta sessões foram realizadas sucessivamente pelas partes, que aprofundaram as discussões sobre questões significativas relacionadas ao desenvolvimento da cooperação sino-brasileira em projetos hidroelétricos.

Tendo em vista o que foi mencionado acima, parece correto concluir que nosso grupo de trabalho conjunto trabalhou de uma maneira séria e eficaz, criando assim condições favoráveis para ampliar a cooperação futura.

2.3 Participação da companhia de engenharia brasileira no projeto de energia hidroelétrica chinês TSQ 1.

Em 1994, a licitação C3 para um contrato no valor de 7,6 bilhões de yens e 1,28 bilhões de RMB yuan, cobrindo a obra de construção civil e de levantamento de estrutura de aço para a barragem de enrocamento recoberta com concreto e vertedouro, para a primeira fase do projeto da usina hidroelétrica de Tianshengqiao (TSQ1) foi ganha por um consórcio do tipo *joint venture* formado pela companhia de engenharia brasileira MJ e pela companhia chinesa Jiangnan. Segundo as atribuições de responsabilidade, a companhia brasileira MJ, como responsável pela parte técnica está encarregada da construção de tecnologia e supervisão da qualidade. No decorrer dos últimos cinco anos, os membros do consórcio sino-brasileiro trabalharam juntos, de maneira eficaz e frutífera na implementação do contrato C3. Realizaram com sucesso as várias tarefas de engenharia nos principais estágios críticos de acordo com as exigências do contrato e ganharam uma excelente reputação graças à forma como satisfizeram as exigências de qualidade na construção e especificações técnicas. A unidade 1 do projeto TSQ 1 começou a funcionar no final de 1998 e a expectativa é que a construção da barragem e vertedouro esteja totalmente terminada na metade do ano 2000.

2.4 Cooperação em serviços de consultoria a respeito da escolha do tipo de barragem para o Projeto da Hidroelétrica Qingjiang Shuibuya em Hubei, China

Em 1996, sob a coordenação do grupo de trabalho sino-brasileiro para cooperação em energia hidroelétrica, a Companhia Qingjiang para

Desenvolvimento de energia hidroelétrica de Hubei, China e a COPEL do Brasil assinaram um acordo para a cooperação a respeito da escolha do tipo de barragem para o Projeto da Hidroelétrica Qingjiang Shuibuya com uma barragem de 232 m de altura. De acordo com a recomendação feita pelo consultor brasileiro, o sócio chinês mudou o tipo de barragem recomendado originalmente fazendo com que a parede principal da barragem de enrocamento fosse revestida com uma camada de concreto, o que resultará em uma economia significativa no custo. O governo chinês já examinou e aprovou oficialmente esse esquema técnico com base na técnica do revestimento de concreto. No momento, estamos nos esforçando para dar início à construção do projeto da hidroelétrica de Shuibuya em 2001. A Companhia Qingjiang para o Desenvolvimento de Energia Hidroelétrica de Hubei, China, expressou recentemente sua intenção de convidar a COPEL uma vez mais como sua consultora, durante o trabalho de engenharia da construção.

2.5. Fornecimento de equipamento para os turbogeradores da Hidroelétrica Três Gargantas por fornecedores brasileiros de São Paulo

Na licitação internacional em busca de equipamento turbogerador para hidroelétricas para a fase um do projeto de Três Gargantas, os fabricantes brasileiros de unidades de turbogerador para hidroenergia receberam um pedido para o fornecimento de um equipamento de 14 unidades, no valor total de US$ 55,177 milhões, através de sua participação respectiva em dois consórcios internacionais, VGS e ABB-ALSTOM. O BNDES disponibilizou uma quantia em crédito para exportação equivalente a essa quantidade de equipamento fornecido. Até o momento, a cooperação no projeto de Três Gargantas tornou-se o programa mais significativo de iniciativas conjuntas na área de energia elétrica entre nossos dois países.

3. *Diretrizes para o futuro desenvolvimento da indústria de energia elétrica chinesa.*

Para a China, os primeiros cinco anos e os primeiros quinze anos do século XXI podem ser períodos de grande importância, não só pelo fato de que o país está entrando em uma nova era, mas também porque tanto o plano qüinqüenal e a projeção a longo termo de 15 anos estarão

sendo implementadas neste novo século. A indústria de energia elétrica da China enfrentará um número de questões importantes na tentativa de contribuir mais eficazmente para o desenvolvimento econômico nacional de uma forma sustentável, rápida e saudável. Essas questões estão principalmente relacionadas com à adaptação da indústria de energia elétrica às mudanças no ambiente macroscópico, na própria China e no exterior, o que envolve o estabelecimento e o aperfeiçoamento do sistema socialista de economia de mercado e do sistema empresarial moderno, a otimização da estrutura de energia elétrica para que possa ser executada a estratégia de desenvolvimento sustentável, bem assim como a finalização da terceira fase da reforma da indústria de energia elétrica. Nos primeiros anos do século XXI, as seguintes diretrizes básicas e princípios para o desenvolvimento da indústria de energia elétrica chinesa foram elaboradas:

· Expansão do mercado de energia elétrica

· Ajuste da distribuição de energia elétrica

· Otimização da estrutura de energia elétrica

· Implementação da modernização da indústria de energia elétrica

· Garantia de segurança no fornecimento

· Busca de reduções tarifárias

· Realização do desenvolvimento sustentável

Sob as diretrizes mencionadas acima, continuaremos a implementar a política que exige esforços imensos a serem aplicados no desenvolvimento da hidroeletricidade; a construção de usinas térmicas deverá ser otimizada; a expansão da capacidade de energia nuclear até um limite adequado também deverá ser realizada; novos tipos de energia renovável para a geração de eletricidade deverão ser recomendados, sempre de acordo com as condições locais; sera dada prioridade será dada à construção do sistema de rede elétrica; a ainda, afirma-se a necessidade de dar a mesma atenção ao desenvolvimento e à conservação, para garantir a realização do objetivo de otimização de recursos em todo o país.

3.1. Prioridade para a construção do sistema de rede elétrica, aceleração da construção e da renovação dos sistemas de distribuição

urbana e rural, promoção da interligação da eletricidade inter-regional para garantir a otimização de recursos em todo o país.

A estrutura principal do *grid* na rede das províncias e regional, especialmente para aqueles que se encontram na extremidade receptora deve ser fortalecida, renovada e aperfeiçoada a fim de permitir um desenvolvimento harmonioso entre os sistemas de rede e as fontes de energia que estabelecerão as bases para a conexão das grandes regiões através da rede. Em 2003, o sistema central interligado tomará forma pela primeira vez, junto com a construção do projeto de Três Gargantas. Até 2010, três sistemas de ligação de energia elétrica inter-regionais no norte, centro e sul da China irão surgir também pela primeira vez em nosso país. No decorrer de uma constante expansão dos sistemas de energia elétrica e de reforço da estrutura principal do *grid*, a expectativa é que o sistema interligado de energia elétrica em nível nacional surgirá, inicialmente, com uma multiplicidade de pontos de linhas de interligação conectando as redes do norte, do centro e do sul entre 2010 e 2020.

O programa maciço de construção e renovação dos sistemas urbanos e rurais que está sendo realizado no momento por todo o país otimizará ainda mais os sistemas de distribuição, dando maior confiabilidade e qualidade ao fornecimento aos usuários, reduzindo as perdas na linha e modernizando os níveis de segurança do sistema e de amplos benefícios que lançarão as bases para a formação de um mercado de energia elétrica com características genuinamente chinesas.

3.2. Vigoroso desenvolvimento da energia hidroelétrica, otimização da construção de energia térmica, expansão adequada da capacidade de energia nuclear, desenvolvimento de energias alternativas e renováveis para a geração de eletricidade adaptada às condições locais apropriadas.

Os esforços na área de desenvolvimento hidroelétrico serão intensificados. Será dada ênfase às áreas de captação que incluem a área do curso superior do Rio Yangtsé, rio principal e correntes tributárias no curso médio e superior desse mesmo rio, bem assim como rios tais como o Hongshuihe, e a área do curso médio e baixo do Lancangjiang e do Wujiang. Sera adotado o modelo de desenvolvimento que se multiplica ao longo das cascatas dos rios será adotado. Uma estratégia de transmissão de energia do oeste para o leste também será implementada juntamente

com a exploração do potencial hidroelétrico para dar apoio a um desenvolvimento acelerado de energia elétrica nas regiões central e ocidental, onde residem as minorias étnicas. Serão selecionados arroios de tamanho médio ou pequeno que têm um bom desempenho regulador com relação à ausência de reservas de carvão e abundância de energia hidráulica para um desenvolvimento constante de cascatas. Para os *grids* de energia elétrica, onde as diferenças entre a carga máxima e a mínima estão se ampliando cada vez mais e onde falta a capacidade reguladora necessária, serão construídos esquemas de armazenagem de energia com a utilização de bombas em locais e condições apropriadas, com base na implementação de planos reguladores da carga máxima em sistemas fortalecidos adequadamente para esse fim.

A estrutura por unidade e técnica da energia térmica deverá ser otimizada e ajustada.Antes de mais nada, unidades térmicas, tipo condensação, de baixa eficiência e alto teor de poluição com capacidade geradora menor ou igual a 50 MW devem ser fechadas, já que a política exige proibição ou forte restrição na construção de pequenas unidades térmicas. Em segundo lugar, será dada prioridade à construção de grandes unidades térmicas de no mínimo 300 MW ou mais, com altos parâmetros, eficiência e bom desempenho nos horários de carga máxima. Em terceiro lugar, um funcionamento paralelo de transporte de carvão e transmissão de energia elétrica será mantido. Enquanto isso não ocorre, serão feitos investimentos na construção de usinas a carvão, próximas às minas de extração, na fase e grupo segundo as necessidades do mercado, de modo que a transmissão de energia para longas distâncias a partir das regiões produtoras, para o leste distante e regiões costeiras onde faltam recursos energéticos locais, seja estimulada. Em quarto lugar, tecnologia e equipamento considerados prioritários serão importados e desenvolvidos. O trabalho anterior à engenharia propriamente dita nos projetos de demonstração de geração de energia para tecnologia de carvão limpo (CCT), inclusive a caldeira para a combustão de leito fluidificado circulatório (CFBC), caldeira para a combustão de leito fluidificado pressurizado (PFBC), gasificação integrada e ciclo combinado (IGCC) será ativamente encorajado. Através da importação, digestão e absorção da combustão avançada de leito fluidificado circulatório e tecnologias de desulfuração do gás de fumeiro o progresso na localização será acelerado. Em quinto lugar, segundo a necessidade das redes de energia e a fim de satisfazer às exigências de proteção ambiental e à regulamentação de carga máxima, um grupo de usinas com ciclos combinados de turbina a

gás e a vapor será desenvolvido nas grandes cidades nas áreas costeiras que não tiverem recursos energéticos.

Embora seja necessário efetuar um trabalho de alta qualidade nos projetos de energia nuclear que estão sendo construídos no momento, alguns dos projetos nucleares de campo descritos como projetos por motivos de localização, terão que ser construídos com o objetivo de desenvolver a tecnologia local na fabricação de energia nuclear e no desenho de usinas nucleares assim que possível.

Em Xinjiang, Mongólia Interior e regiões costeiras do leste, que são ricas em recursos para a energia produzida por moinhos de vento, serão construídas as chamadas "*wind-farms*" (fazendas de vento) em uma escala relativamente ampla enquanto que o processo de localização com respeito a esse tipo de energia também será acelerado. Até 2005, a capacidade total de turbinas eólicas instaladas será de 1 GW. Programas piloto de energia solar, e de geração de energia geo-térmica e oceânica, elaborados para a futura comercialização, continuarão a ser realizados.

3.3. Apoio à revitalização da indústria de energia elétrica através da Ciência e da Tecnologia, expansão de investimento de recursos em Pesquisa e Desenvolvimento, implementação de Desenvolvimento Sustentável.

Pesquisa e desenvolvimento sobre tecnologias que ajudem a promover o desenvolvimento sustentável e a dominar as futuras tecnologias primordiais, bem assim como as que são urgentemente necessárias para resolver dificuldades técnicas devem ser ampliados. Ênfase será dada às áreas de FGD, desnitrificação e controle de partículas, e sua utilização em unidades térmicas grandes, tecnologia de informação e automação relacionadas à energia elétrica, energia eletro-eletrônica, tecnologia CCT e energia alternativa.

Investimentos na proteção ambiental, sobretudo no controle de emissão de SO_2, serão intensificados. Primeiramente, para os projetos a carvão que estão localizados em zonas consideradas alvo para o controle de chuva ácida, inclusive áreas *green-field* e re-energizadas, bem assim como outras em construção cujo conteúdo de enxofre no carvão é de 1% ou mais, o sistema FGD deverá ser instalado. Em segundo lugar, para as usinas com conteúdo de enxofre no carvão de 1% ou mais, funcionando nas zonas acima mencionadas, medidas de redução de dióxido de carbono

devem ser tomadas antes do ano 2000, e sistemas FGD ou outras medidas que tenham um efeito equivalente na redução de SO_2 devem ser instaladas em estágios até 2010. Terceiro, a não ser no caso das usinas CHP que são destinadas primordialmente para fornecimento de calor, é proibido desenvolver projetos a carvão do tipo *green-field* em cidades médias e grandes ou nos subúrbios dessas cidades. Quarto, a habilidade local de fornecer uma variedade completa de tecnologia e equipamento de FGD deve ser apoiada.

4. Perspectivas para a importante área de cooperação sino-brasileira no setor de energia elétrica.

A China e o Brasil são países em desenvolvimento com vastos territórios. Fomos ambos beneficiados com recursos de hidroenergia exploráveis e abundantes e, portanto, temos necessidade de sistemas de transmissão de alta tensão para longas distâncias. Portanto, as perspectivas de cooperação e desenvolvimento futuros entre a China e o Brasil no início do século XXI e no setor de energia elétrica são muito amplas. Gostaria de apresentar as seguintes idéias preliminares para serem consideradas e discutidas entre nós.

4.1. Projeto hidroelétrica Shuibuya em Qingjiang, província de Hubei

A Usina Hidroelétrica de Shuibuya está localizada no sudeste da província de Hubei. A capacidade instalada planejada para a usina é de 1.600 MW com a capacidade por unidade de 400 MW cada. A média de geração de energia por anos deverá ser 3,92 TWh, com uma produção garantida de 310 MW. Além disso, este projeto, quando concluído, contribuirá para que as duas usinas na parte baixa do rio, Geheyan e Gaobazhou, aumentem sua geração conjunta e sua produção garantida respectivamente em 237 GWh e 70 MWh respectivamente. Uma barragem de enrocamento revestida de concreto será construída no leito do rio da usina elétrica de Shuibuya. O topo da barragem é de 409 m com uma altura máxima de 233 m. Seria a mais alta barragem desse tipo no mundo. O projeto, que goza de uma situação geográfica privilegiada e um desempenho regulador favorável, juntamente com o projeto Geheyan, na parte baixa do rio, virá a ser um instrumento poderoso para a regulação de carga de pico no sistema da China Central.

Planeja-se iniciar a construção em 2001. A primeira unidade da Shuibuya começará a funcionar em julho de 2007 e todas as unidades estarão no mesmo nível em abril de 2008.

Investimentos na Usina Hidroelétrica de Shuibuya serão feitos em conjunto pela Companhia de Investimento da Hidroelétrica de Qingjing de Hubei e o Grupo de Empresas de Energia Elétrica da China Central. A Companhia Qingjiang de Desenvolvimento de Energia Hidroelétrica Ltda. Será responsável pela construção, operação e gerenciamento. Teremos o maior prazer em receber contrapartidas brasileiras que queiram participar nos serviços de consultoria ou na parte de construção de engenharia desse projeto.

4.2 Serviços de consultoria sobre a organização e o gerenciamento da construção para a Usina Hidroelétrica de Gongboxia ao longo do Rio Amarelo

A Usina Hidroelétrica de Gongboxia está localizada no curso principal do Rio Amarelo, na província de Qinghai. Faz parte da quarta fase das grandes usinas hidroelétricas de cascata (*cascade hydropower stations*) na parte baixa do rio na direção de Longyangxia, na parte alta do Rio Amarelo. A capacidade do reservatório é de 600 milhões de metros cúbicos e a capacidade instalada da usina será de 1.500 MW com uma produção assegurada de 496 MW e geração de eletricidade anual, por muitos anos, de 514 GWh.

A estrutura hidráulica principal será composta de edificações tais como uma barragem de enrocamento com revestimento de concreto reforçado, um sistema de usina de geração de eletricidade de desvio na margem direita, um vertedouro na margem esquerda e dois túneis de emissão nas duas margens.

O sistema de geração de energia elétrica de desvio inclui um canal de desvio de 300 metros de comprimento, uma entrada de barragem de 49 a 58 metros de altura e cinco tubos de aço de 8 metros de diâmetro até a central elétrica nas margens do rio. Nesta, haverá 5 geradores de energia hidroelétrica com capacidade por unidade de 300 MW.

O vertedouro que foi desenhado, na margem esquerda, com o fluxo desviado para a dissipação de energia será equipado com duas aberturas de 12m x 18m. A capacidade máxima de emissão será de 4.348 metros

cúbicos por segundo. A capacidade máxima de emissão dos túneis em ambas as margens será respectivamente de 1.190 e 1.871 metros cúbicos por segundo. A Companhia de Desenvolvimento de Hidroelétricas na parte alta do Rio Amarelo (Yellow River Upstream Hydropower Development Company Limited) será responsável pela construção desse projeto. Os recursos para o investimento virão da Empresa Estatal de Energia Elétrica (State Power Corporation - SPC), do Grupo de Energia Elétrica do Noroeste (Northwest Power Group Corporation) e de companhias elétricas locais, bem assim como de sociedades de investimento nas províncias ou municípios de Qinghai, Gansu, Shaanxi e Ningxia. As hidroelétricas de Longyangxia e de Lijiaxia serão os dois primeiros estágios no esquema de cascata ao longo da parte superior do Rio Amarelo. O desenvolvimento do projeto Gongboxia terá prioridade total.

A preparação do projeto, inclusive a compra do terreno e reinstalação e a instalação de serviços como fornecimento de água e eletricidade no local, bem assim como as necessárias conexões rodoviárias, está sendo realizada no momento.

As condições para a construção do projeto são favoráveis. O reservatório de Longyangxia, rio acima, foi desenhado com capacidade de regulação para muitos anos. O acesso ao local é relativamente conveniente. O local da construção também é bastante amplo e fará uso da abundância de materiais de construção existentes na área. O plano da estrutura hidráulica é apropriado para a operação paralela com pouco interferência cruzada. A perda por inundação é comparativamente baixa. O desenho original da parte de engenharia e o relatório de avaliação ambiental já foram examinados e aprovados pelas agências governamentais respectivas. Segundo os planos, a construção deverá começar no ano 2000 e o cronograma completo tem duração de 7 anos. O cronograma do projeto indica que serão necessários quatro anos para que a primeira unidade esteja funcionando. A expectativa é que o progresso da construção possa vir a ser acelerado através da otimização das plantas e da organização e gerenciamento da construção, iniciativas que reduzirão o cronograma e contribuirão para diminuir o custo.

Se a China e o Brasil estiverem interessados nesse projeto, podemos cooperar em consultorias técnicas com relação à organização e gerenciamento da construção. A intenção é tornar o projeto mais eficiente, reduzindo o cronograma da construção da hidroelétrica de Gongboxia e garantindo a qualidade da construção para obter melhores benefícios.

Para serviços de consultoria os temas principais de que necessitaríamos podem ser: divisão de ofertas para licitação pública e coordenação e gerenciamento dos vários contratos; plano de equilíbrio da terra das rochas; organização e gerenciamento da construção para a operação de abertura de túneis; organização da colocação do concreto e montagem dos equipamentos para a casa de força.

O Brasil tem muita experiência em barragens de enrocamento com revestimento externo de concreto. A cooperação técnica no projeto de Gongboxia contribuirá ativamente para desenvolver ainda mais a amizade e a cooperação entre os dois países.

4.3. Desenvolvimento da usina elétrica de CFB

CFB é uma das tecnologias de carvão não poluentes utilizadas na indústria de energia elétrica mais ou menos na última década. O desenvolvimento e a utilização da tecnologia CFB na China começou no princípio da década de 80, concentrando-se principalmente em utilizar combustíveis de baixa qualidade e em melhorar o coeficiente de utilização de combustíveis em geral. Portanto, a pesquisa e o desenvolvimento iniciais sobre a tecnologia CFB foram realizados primordialmente em projetos conjuntos por universidades, institutos de pesquisa e pequenos e médios fabricantes de caldeiras (*boilers*). Várias unidades CFB de 35 T/h e 75 T/h foram postas em funcionamento. No momento, existem cerca de 3.000 unidades CFB em funcionamento na China incluindo CFBs de 130 T/h e 220 T/h.

A fim de reduzir o impacto do carvão com alto teor de enxofre no meio ambiente e suavizar a contradição entre a produção de energia e a proteção ambiental, adotamos uma tecnologia avançada e experiências bem sucedidas de outros países como referência para acelerar a utilização da tecnologia CFB na indústria de energia chinesa. Após uma avaliação e um estudo de viabilidade realizado pelo Instituto de Pesquisa de Energia Térmica da China, o Ministério de Energia Elétrica tomou a decisão de importar equipamentos de tecnologia de ponta estrangeiros para construir uma usina elétrica CFP piloto. Essa usina piloto foi instalada na Usina Gaoba, da Usina Geradora de Neijiang, na província de Sichuan, uma das áreas de carvão com alto teor de enxofre. A construção do projeto teve início em 1992 e a usina começou a funcionar em 1996.

A caldeira CFB, com 410 T/h, desse projeto piloto, foi fornecida por ALSTROM na Finlândia, mas foi o Gerador Pesado de Pequim na China que fabricou a unidade turbogeradora. A dona do projeto é a Companhia de energia elétrica da província de Sichuan. O Grupo de Construção de Usinas Elétricas de Sichuan (Sichuan Power Construction Group Corporation) foi o principal contratador e o Instituto de Comissão da Usina Elétrica de Sichuan foi responsável pela contratação. O Instituto de Pesquisa sobre Energia de Sichuan se encarregou de realizar o teste de desempenho. A Usina Gaoba da Usina Geradora de Neijiang é responsável pelo funcionamento da usina. Depois de quatro anos de funcionamento e gerenciamento, os engenheiros chineses acumularam uma quantidade significativa de conhecimento e experiência na utilização da caldeira CGB e vários especialistas receberam um excelente treinamento.

Com base no trabalho de P&D realizado em plataformas para testes de grande tamanho, o Instituto de Pesquisa sobre Energia Térmica da China desenvolveu uma caldeira CFB de 200 T/h em colaboração com a Fábrica Jinan. O desenho dessa caldeira incluiu as seguintes características: separador de ciclone de alta temperatura, válvula de retorno em forma de U e superfície de aquecimento em forma de asa, no forno superior, e um desenho comparativamente simples para o sistema. A primeira unidade começou a funcionar em 1998. Além disso, o Instituto de Pesquisa sobre Energia Térmica da China juntamente com a Haerbin Boiler Works desenvolveu uma caldeira CFB de 410 T/h adequada para a queima de antracito.

Como a estrutura da indústria de energia na China é predominantemente baseada no carvão, a proteção ambiental passa a ser um dos obstáculos principais para o desenvolvimento de energia elétrica. Por outro lado, graças ao caráter peculiar da caldeira CFB, a tecnologia CFB e seus produtos têm um grande potencial de mercado e benefícios sociais favoráveis. Portanto as indústrias de petróleo e química adquiriram um número de caldeiras CFB de 220 T/h e de 410 T/h de países estrangeiros. Além disso, tanto a Háerbin como a Dongfang Boiler Works fabricaram tipos diferentes de caldeiras CFB para indústrias domésticas de produtos químicos e de energia através da cooperação internacional e de transferência de tecnologia de países estrangeiros. Resumindo, a China já conseguiu acumular experiências relativamente ricas e sistemáticas com relação à tecnologia CFB tanto em termos de *design* como em fabricação e funcionamento. Poderíamos cooperar nessa área de várias formas.

5. Cooperação e intercâmbio técnico na interligação de grandes redes

Atualmente existem sete redes que atravessam várias províncias da China continental, no leste, nordeste, centro, norte e noroeste do país, e em Sichuan-Chongqing, sem contar as redes do Sul da China, além de cinco redes das províncias que são independentes: Shandon, Fujian, Hainan, Xinjiang e Tibete. Entre esses sistemas de rede, Sichuan–Chongqing já criou uma estrutura de rede de 500 KV. Nos sistemas de Guangdong e Shandong, linhas tronco de 500 KV já foram terminadas. No *Grid* do Noroeste, foi estabelecida uma rede bastante forte de 330 KV. Em termos de capacidade instalada, esses grandes sistemas de rede - o do Leste e Sul da China e o de Shandong - têm 46.120 MW, 45.290MW e 17.690 MW respectivamente. No final de 1998, a extensão das linhas de transmissão de 220 KV ou mais já era de 143.000 km e a capacidade transformadora era de 330.000 MVA. As grandes redes hoje cobrem todas as cidades e a maioria das áreas rurais.

Com a formação das grandes redes, vimos um progresso extraordinário no planejamento, desenho, fabricação de equipamentos, construção, funcionamento, gerenciamento, pesquisa e testes relacionados aos sistemas de energia elétrica e ganhamos experiências valiosas nessas áreas. Sob o planejamento unificado, os grandes sistemas modernizados que têm uma forte configuração estrutural e que são equipados com dispositivos técnicos e facilidades de controle avançados, foram se fortalecendo pouco a pouco. Essas redes desempenham papéis importantes na garantia de uma transmissão de energia segura e no funcionamento coordenado de todos os tipos de usinas. A construção de redes na China entrou em uma nova fase de implementação de sistema de interligação transregional.

Os sistemas de rede chineses são desenvolvidos com planejamento, construção, gerenciamento e emissão integrados. A partir de 2003, será criada a Rede da China central, tendo a Usina Hidroelétrica Três Gargantas como núcleo. Até 2010, teremos três sistemas transregionais de redes interligados, ou seja, a Rede do Norte, a do Centro e a do Sul. A do Norte compreenderá as redes do Norte, do Nordeste e do Noroeste da China, além da de Shandong. A do Centro compreenderá as redes da China Central, do Leste, e as de Sichuan-Chongqing e Fujian. A do Sul compreenderá as redes de Guangdong, Guangxi, Guizhou, Yunnan, Hong Kong, Macau e Hainan. A expectativa é de que haverá vários pontos de ligação entre os três sistemas de rede entre 2010 e 2020, e com isso, um rede interligada em nível nacional estará formada.

O sistema de redes na China tem inúmeras semelhanças com o brasileiro e, além disso, muitos de seus problemas técnicos precisariam ser abordados de forma conjunta. Poderia haver um intercâmbio de experiências em um grande número de áreas. Especialmente, no período de interligação do sistema para por plenamente em prática os benefícios de grandes redes, devemos examinar cuidadosamente a questão da confiabilidade sistêmica do funcionamento de redes. O problema com transmissão paralela de energia AC/DC em grande volume e em tensões extra altas (até mesmo em tensões ultra altas) sobre uma longa distância, isso é, grandes usinas geradoras hidroelétricas localizadas em pontos distantes dos centros de carga, necessitam de transmissão a longa distância, um outro exemplo que requer estudos conjuntos. Portanto, gostaria de sugerir que um seminário bilateral sobre tecnologia de redes elétricas seja realizado na China em um momento futuro apropriado, para discutir questões técnicas e econômicas nessa área. Com isso, estaremos prestando apoio técnico ao desenvolvimento de redes em nossos dois países. Nesse intercâmbio técnico, muitos dos tópicos relacionados poderão ser abordados, tais como pesquisa e análise da aplicação do projeto de linha compacta EHV, desenvolvimento da tecnologia de transmissão AC em tensões ultra altas, transmissão DC, análise e simulações de sistemas de geração, etc.

- A China fez um certo progresso em P&D sobre tecnologia de transmissão de linha compacta em tensão extra alta. Nossos pesquisadores e especialistas em engenharia estão construindo uma linha de transmissão compactada de 500 KV e 90 km de distância, planejada para começar a funcionar este ano.

- Com o maior desenvolvimento das grandes bases hidroelétricas da China e também das redes, a seleção e a própria engenharia da aplicação de níveis mais altos de tensão exige a introdução de experiência internacional.

- A China terminou a linha de transmissão ±500 KV DC de Gezhouba até Xangai (1.080 km, capacidade de 1.200 MW) em 1990, e o projeto de transmissão TSQ-Guangdong de ±500 KV DC (1.800 MW) será finalizado no próximo ano. No projeto de transmissão de Três Gargantas até a Rede do Leste da China, dois outros *loops* de ±500 KV DC (3.000 MW cada uma) serão construídos. Como o Brasil tem experiência em desenho, construção e operação de transmissão de longa distância de 750 KV, podemos também aumentar a cooperação técnica nesta área.

· A China vem desenvolvendo inúmeros trabalhos na área de análise de sistemas de energia, e obteve excelentes resultados no desenvolvimento e aplicação de *software* para análise informatizada da computação de grandes redes. Comentários excelentes foram feitos a respeito do programa de *software* para a análise integrada das características de sistemas de energia elétrica e do programa EEAC com interface usuário-máquina facilmente utilizável que foi desenvolvido por engenheiros chineses. O Instituto de Pesquisa sobre Energia Elétrica da China construiu também um simulador híbrido digital-analógico para a simulação de sistemas de energia, no qual esse tipo de simulação pode ser realizado em grande escala.

Gostaria de informar a nossos amigos brasileiros nos círculos empresariais e financeiros que, mais ou menos nas duas últimas décadas, grandes mudanças ocorreram na área de investimentos estrangeiros em nosso país, graças à reforma e ao desenvolvimento. Em primeiro lugar, na segunda metade de 1996, os padrões de oferta e demanda de energia na China começaram a mudar gradualmente, passando de séria escassez para uma pequena saturação e portanto, passando a ser um mercado comprador. Segundo, como resultado da diversificação de investimentos na geração de energia, geradores múltiplos e outros órgãos interessados surgiram no mercado e tornou-se imperativo que a reforma introduzisse um mecanismo de competitividade na geração. Terceiro, o processo de abertura do mercado de capitais foi acelerado, e o ritmo de financiamento de valores mobiliários cresceu constantemente. Quarto, na medida em que o mercado financeiro doméstico da China vai amadurecendo e se aperfeiçoando, ele atrai um número maior de fontes de financiamento, levando conseqüentemente a uma redução na restrição de capital para o desenvolvimento de energia elétrica. Neste ínterim, a capacidade doméstica de fabricação de equipamento de energia pode basicamente satisfazer à demanda. Portanto, devido a essas mudanças locais e tarefas de ajuste da estrutura de energia elétrica, a força do mercado deve ser posta a funcionar plenamente no processo de financiamento de construção de usinas. Em outras palavras, o modelo de financiamento de projetos de energia baseado no princípio do menor custo, baixo risco, foi adotado para que possa eventualmente produzir um custo de geração o mais competitivo possível. Ao fazê-lo, pode haver uma melhoria na qualidade e no nível do uso de capital estrangeiro. A fim de aprimorar o controle macro em nível nacional, o governo continuará a otimizar a estrutura, a direção e a distribuição do investimento estrangeiro. Segundo a política de energia industrial chinesa e as diretrizes sobre o desenvolvimento da indústria de energia, a prioridade para investimento estrangeiro em

projetos de energia na China deve ser canalizada para aqueles projetos, tais como energia hidroelétrica, renovável, usinas próximas às minas de extração e tecnologia não poluente de carvão que são benéficas para a proteção do meio ambiente e geram a otimização da utilização de recursos. Mais apoio será dado às regiões do centro e do oeste da China a fim de promover o desenvolvimento econômico nessas áreas e de realizar a otimização da distribuição dos recursos nacionais.

A política de reforma e abertura no decorrer dos últimos 20 anos injetou um forte vigor na indústria de energia elétrica da China. Não só observamos um altíssimo nível de crescimento nessa indústria como também ocorreu uma ruptura em termos da qualidade da estrutura do gerenciamento na reforma da energia elétrica. O atual equilíbrio da oferta e da demanda está apenas em um nível muito primário, na medida em que o mercado de consumo de energia da China ainda está muito longe de ser plenamente utilizado. A capacidade instalada *per capita* é somente de 0,218 KW e a geração per capita de 937 KW/h. Ainda assim, há uma população de 60 milhões de pessoas que não tem qualquer acesso aos serviços de eletricidade e isso significa que as perspectivas para o mercado de energia chinês são extraordinariamente amplas. Estou particularmente inclinado a dizer que o atual e gigantesco plano para a reconstrução de sistemas de distribuição urbanos e rurais e o programa de interligação em nível nacional forneceu realmente forneceram uma nova oportunidade para o desenvolvimento da energia elétrica na China. A Empresa Estatal de Energia da China seguirá a estratégia de uma reestruturação corporativa, de comercialização e de um gerenciamento legítimo, para acelerar a reforma direcionada ao mercado. Nossa visão é fazer da Estatal de Energia um grupo empresarial modernizado que inclua um *holding* financeiro, operações de negócio direto e alto grau de eficiência.

Por muitos anos, o bom relacionamento político entre a China e o Brasil, os dois, importantes países em desenvolvimento, lançou uma base sólida para uma cooperação mutuamente benéfica. No processo da reforma e desenvolvimento do setor de energia nos dois países, estamos enfrentando problemas iguais ou semelhantes, e também acumulando muitas experiências e especialidades específicas que podem dar às duas partes a possibilidade de desenvolver iniciativas concretas de cooperação que sejam de interesse mútuo. Os colegas no setor de energia de ambos países devem aproveitar ao máximo essa oportunidade, para implementar intercâmbios extensos que aprofundem o entendimento mútuo a fim de estimular e ampliar tipos de

cooperação que tenham complementaridade. Assim, podemos colocar aqui a seguinte proposta:

Em virtude das enormes perspectivas para o desenvolvimento de grandes redes e construção de hidroelétricas em ambos países, talvez, devêssemos realizar na China, em um futuro próximo e em um momento conveniente, dois seminários técnicos para serem assistidos por profissionais dos dois países. Essas reuniões técnicas poderão lidar respectivamente com o desenvolvimento de grandes redes e tecnologia para a construção de grandes hidroelétricas. Ofereceríamos apoio financeiro atuando como anfitrião dos seminários e encarregando-nos de tarefas específicas de organização. Se esta proposta for do interesse de nossos amigos brasileiros, e eles concordarem com ela, poderemos concretizar a idéia um pouco mais através do Grupo de Trabalho Conjunto Sino-Brasileiro sobre Hidroelétricas.

Por último, mas não necessariamente menos importante, espero sinceramente que os amigos no setor de energia tanto do Brasil quanto da China venham a trabalhar lado a lado para expandir a cooperação e contribuir mais amplamente para um desenvolvimento mais rápido e mais saudável das indústrias de energia de nossos países no século XXI vindouro.

Gás natural no Brasil e na China: possibilidades de cooperação

Virgilio Vitoria Xavier de Morais[*]

Introdução

Apesar da grande distância geográfica que separa o Brasil e a China, muitas são as similaridades físicas, econômicas e sociais entre os dois países.

Ambos possuem dimensões territoriais continentais, grande diversidade climática e geomorfológica, necessidades prementes de crescimento econômico, disparidades regionais no nível de atividade econômica e distribuição de renda, grandes vazios espaciais interiores com concentração populacional no litoral etc. São países, enfim, com grandes caminhos a percorrer na busca de melhores e mais eqüitativas condições de vida para seus povos. Por isso têm pressa, muita pressa para superar as enormes distâncias que ainda os separa dos países mais desenvolvidos.

Entre outros aspectos, é essa pressa que aproxima os dois povos na procura da ajuda mútua, onde a troca de experiências nos campos de excelência respectiva pode ser extremamente benéfica para as partes, pela grande economia de tempo e de outros recursos advinda da cooperação.

No entanto, do ponto de vista energético os quadros apresentados pelo Brasil e China são bastante distintos, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos. Existem diferenças desde as reservas de combustíveis fósseis, passando pela produção e o consumo energético, até o aproveitamento hidráulico. Os valores do balanço energético da China são significativamente maiores que os brasileiros (consumo de 870 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (tep) da China contra 220 tep do Brasil, ambos em 1997). Assim, fica claro é o relevante papel da China no contexto energético mundial, como o segundo maior consumidor, atrás apenas dos Estados Unidos da América.

Também há grandes diferenças entre as fontes energéticas em uso pelos dois países. Predominam na China as fontes energéticas não renováveis (aproximadamente 90%), com domínio absoluto do carvão mineral, que responde por, cerca de 74% do consumo energético final. Já no Brasil, a

[*] Gerente de Tecnologia GNV, Petrobras Gás S. A. - GASPETRO

energia primária não renovável corresponde a 42%, cabendo às fontes primárias renováveis os restantes 58%, com destaque para a hidráulica com 36% do consumo total.

No entanto, apesar de apresentarem perfis energéticos tão distintos, os dois países têm programas para a implementação e desenvolvimento de uma indústria de gás natural, que apresentam diversas semelhanças, a começar pela participação atual do gás natural nas respectivas matrizes de energia, na China de apenas 2% e no Brasil de 2,8%, ambos em 1997.

Se o programa brasileiro prevê um crescimento que quadruplicará essa participação, no horizonte de uma década, o chinês projeta, no mesmo horizonte, o triplo do uso atual desse combustível. Em valores absolutos, evidentemente, trata-se de números bem diferentes, uma vez que, enquanto o Brasil consome, hoje, mais ou menos, 13 milhões de m^3/dia de gás natural, a China demanda uma quantidade quatro vezes maior (cerca de, 60 milhões de m^3/dia).

Será explorando tais similaridades, e algumas outras, entre o nosso Brasil e uma China cada vez mais próxima de ideais comuns aos dois povos, que desenvolveremos nosso tema, procurando as afinidades que nos permitam uma parceria produtiva nos respectivos programas de uma maior inserção do gás natural como fonte de energia.

A matriz energética brasileira

Por considerarmos que este assunto poderá ser tratado com mais profundidade em outros trabalhos de espectro mais amplo que o presente, apenas faremos algumas considerações gerais, que julgamos pertinentes para melhor situar o publico quanto à questão específica do gás natural.

O Brasil é mundialmente conhecido pelas realizações e esforços desenvolvidos no bom uso de suas fontes combustíveis renováveis, em que se destacam a hidráulica, voltada principalmente à geração elétrica, os resíduos e derivados da industria sucro-alcooleira e a lenha. Algumas destas fontes são objeto de programas específicos para ampliação da sua produção e consumo, embora algumas delas venham enfrentando problemas quanto à sua economicidade intrínseca, confiabilidade de suprimento, danos ambientais, distâncias e custos de transporte/transmissão crescentes etc.

No entanto, apesar dos períodos extremamente difíceis quanto à escassez dos recursos públicos ou privados necessários à infra-estrutura de

suporte do desenvolvimento de nossa produção industrial, ampliação dos serviços públicos e melhoria das condições sócio-econômicas em geral, nosso país os tem enfrentado com criatividade, ousadia e trabalho.

Apesar de alguns aspectos que poderiam empanar parte de algumas das vitórias obtidas com a privatização dos serviços públicos em setores estratégicos como telecomunicações, transporte e energia, sua melhoria e maior democratização de acesso somente virão em médio e longo prazos. Serão conseqüência natural de um maior volume de investimentos em ampliação e manutenção da estrutura existente, tornado possível com a alocação de poupança privada, principalmente externa e sob a forma de capitais de risco *equity*, em parcerias de empresas brasileiras e estrangeiras).

A demanda energética brasileira tem crescido sempre a taxas maiores que as do PIB, embora deslocada mais para os setores terciário e residencial das grandes aglomerações urbanas, do que para o industrial. O risco de dasabastecimento tem aumentado paulatinamente em virtude das grandes defasagens em termos de investimentos na nossa capacidade de geração, transmissão e distribuição.

Em função do distanciamento cada vez maior entre as possíveis fontes de aproveitamento hidrelétrico e os grandes centros de carga, aliado ao grande prazo de maturação, alto nível de investimento e grande possibilidade de profundas alterações ambientais, passa-se por um período de excelente oportunidade para a implementação de um parque termogerador que garanta ao País o atendimento rápido das necessidades prementes em diversas regiões, metropolitanas, que hoje sofrem risco ou grandes custos de suprimento elétrico.

O Brasil, de forma semelhante ao que tem ocorrido em diversos outros países, somente nos últimos anos começou a se aperceber das grandes vantagens advindas de um uso mais intensivo do gás natural como combustível industrial, na termogeração elétrica, geração de vapor, aquecimento e/ou resfriamento de ambientes comerciais e residenciais e combustível automotivo.

O gás natural, pela baixa emissão de compostos de enxofre e de carbono e pela queima mais completa e eficiência energética, apresenta enormes vantagens, do ponto de vista de impacto ambiental, de processo e econômicas, sobre outros combustíveis, principalmente o óleo combustível e o carvão mineral.

Mostramos no quadro I, abaixo, a evolução da matriz energética brasileira entre 1988 e 1997.

O gráfico I, na próxima página, representa a contribuição percentual das diversas fontes no consumo energético total do Brasil Nessa matriz, o gás natural vem apresentando uma contribuição ligeiramente crescente, atingindo, cerca de, 2,8%, a partir de 1996, o que mostra o grande espaço a ser ocupado pelo mesmo nos próximos anos, tanto preenchendo o crescimento da demanda, como uma nova e confiável fonte, como substituindo outras, deslocadas por questões ambientais ou econômicas.

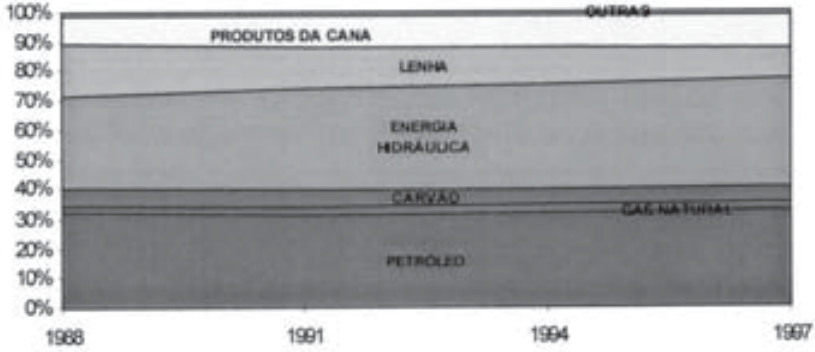
O crescimento ou a introdução de novas alternativas energéticas renováveis e não poluentes, necessárias para o chamado desenvolvimento auto-sustentável, tais como a energia eólica e a solar, ainda passam por estágio de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos e aperfeiçoamento dos fatores econômicos e de processo, estando, por isso mesmo, ainda sob o domínio de alguns poucos países. Dado o grande volume de investimento e o alto nível de risco envolvido, serão caminhos ainda a serem percorridos, num prazo mais longo, por países em desenvolvimento.

Quadro I - Matriz energética brasileira 1988 – 1997 (em mil tep)

Fontes	1988	1991	1994	1997
Energia prim. não renovável	73.894	73.078	80.164	95.770
Petróleo	59.709	57.638	63.687	71.124
Gás natural	3.947	4.229	4.973	6.317
Carvão vapor	2.247	2.385	1.921	1.999
Carvão metalúrgico	7.638	7.672	8.235	9.146
Urânio (U308)	353	1.154	1.348	7.184
Energia prim. renovável	110.380	111.361	119.235	131.509
Energia hidráulica	57.737	62.157	70.384	80.929
Lenha	32.158	26.367	24.547	21.909
Produtos de cana-de-açúcar	18.506	19.524	21.337	25.568
Outras fontes prim. renováveis	1.979	2.313	2.967	3.103
Total	184.274	184.439	199.399	227.279

Fonte: Balanço Energético Nacional 1998 - MME

Gráfico I. Consumo total de fontes primárias



Fonte: Balanço Energético Nacional 1998 - MME

A matriz energética chinesa

A China é o segundo país, em todo o mundo, em produção e consumo energético. Produz e consome cerca de 10% de toda a energia do mundo. Desde 1995, ultrapassou a barreira das 800 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (tep) e precisará manter níveis crescentes da sua oferta de energia, como forma de atender às suas necessidades de crescimento econômico.

Como a mais populosa nação do mundo, muito ainda há por fazer, para que se possa satisfazer às grandes necessidades do seu povo.

Mais de 75% de toda a energia do país está baseada no uso do carvão mineral. A China, além de ser detentora da terceira maior reserva carbonífera do mundo (atrás, apenas, dos EUA e da Federação Russa), é também o primeiro produtor de carvão mineral, com mais de 600 milhões de t/ano, produzidas em 1998, o que representou quase um terço de toda a produção mundial (exatos 28%).

Mostramos, no quadro II, a distribuição do consumo energético chinês, por fonte de combustível.

O enorme peso do carvão na sua matriz energética, evidenciado de maneira mais clara, no gráfico II (na página seguinte), traz toda uma série de problemas de natureza logística, em função da dificuldade de transporte de sólidos nas longas distâncias entre as minerações e os centros de consumo, distribuídos pelas unidades termelétricas, indústrias, instalações comerciais

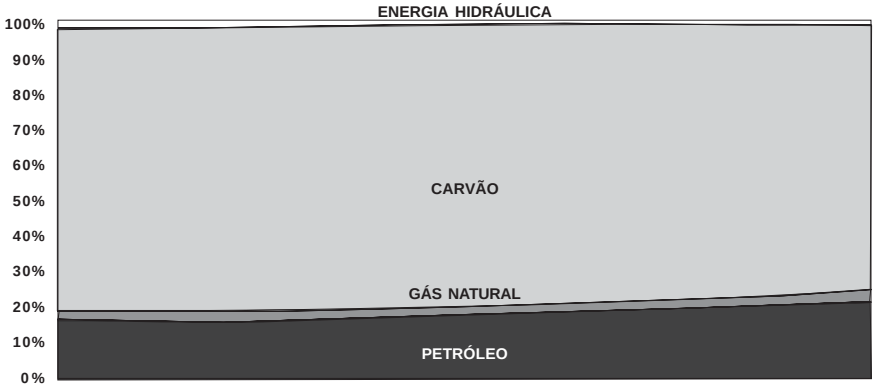
Quadro II - Matriz energética chinesa (em milhões tep)

Fontes	1988	1991	1994	1997
Energia prim. não renovável	607,8	666,2	774,4	856,0
Petróleo	110,2	117,9	149,5	185,6
Gás natural	12,7	13,4	14,9	17,4
Carvão	484,9	534,9	606,4	649,3
Urânio (U308)	0	0	3,6	3,7
Energia primária renovável	9,4	10,8	14,3	16,1
Energia hidráulica	9,4	10,8	14,3	16,1
Total	617,2	677,0	788,7	872,1

Fonte: BP Amoco Statistical Review - 1988

e residenciais, etc. Além disso, toda a cadeia de produção, transporte, distribuição, estocagem e o próprio consumo do carvão (queima) são extremamente poluentes. Existem, assim, uma série de problemas a serem resolvidos a médio e longo prazos, que envolvem pesados investimentos que são demandados pelos grandes programas governamentais de melhorias de processo e de tratamento ambiental ao longo de todos os segmentos da indústria carbonífera e dos setores da economia que empregam o carvão em seus processos.

Gráfico II. China - Consumo total de fontes primárias



Alguns dos projetos em desenvolvimento pelos referidos programas de modernização da indústria do carvão, vêm promovendo, entre outras ações, o fechamento das pequenas e ineficazes minas, a implementação de sistemas de transporte em polpa e de processos de manuseio e queima mais eficientes e de menores níveis de produção de particulados e gases poluentes, principalmente, nas indústrias e usinas termoelétricas.

Como parte do seu planejamento de melhoria energética, o gás natural está despontando como uma das principais soluções, tendo como umas das grandes missões a substituição do carvão em diversas das suas atuais utilizações, evitando, dessa forma, os grandes investimentos na ampliação do sistema de transporte ferroviário, nos sistemas antipoluentes etc., que seriam acarretados pela expansão do atual sistema de geração elétrica fundamentado no carvão e, também, reduzindo o custo de produção de energia no país ao se adotarem processos de reconhecida eficiência térmica.

O sistema elétrico chinês, embora de grande porte, apresenta um certo número de problemas quanto à sua integração operacional, está fortemente baseado em fontes não renováveis (termogeração) e possui uma série de pequenos sistemas não interligados, caracterizados pelas baixas potências e rendimento térmico e como sendo grandes fontes de poluição ambiental.

A companhia estatal de energia elétrica chinesa, a National Power Corporation (NPC) tem 49 usinas geradoras, possuindo com uma capacidade total instalada de geração de 14,63 GW. Desse total, 37 são as usinas termogeradoras com uma capacidade total de 11,59 GW (79% do total). As outras 12, são usinas hidroelétricas com uma capacidade combinada de 3,04 GW (21% do total). O país gerou de eletricidade, em 1998, 1.160 TWh, representando um crescimento de 2,5% sobre a quantidade gerada em 1997.

O planejamento do governo chinês tem, dentre as metas para o setor elétrico, algumas a serem atingidas em futuro próximo, que são:

· integrar o sistema elétrico nacional;

· propiciar um firme crescimento da capacidade instalada de geração elétrica do país; e

· promover uma migração gradual do atual parque de geração elétrica para um outro não tão baseado em carvão.

Fica clara, assim, a grande disposição do governo chinês, de incrementar a participação de outras fontes de energia, além do carvão, e aí se insere a

excelente perspectiva de crescimento do gás natural, da energia hidráulica e outras no grande mercado energético chinês. Nesse sentido, todas as grandes empresas de petróleo e de energia estão se estruturando e se preparando para um papel mais efetivo papel no cenário de energia daquele país.

O gás natural no Brasil

Os maiores volumes do gás natural no Brasil estão em grande parte associados ao petróleo, correspondendo a 70% das reservas totais, ficando as exceções por conta dos campos situados nos estados do Amazonas, do Rio Grande do Norte, de Alagoas, da Bahia, do Espírito Santo, São Paulo e Paraná. Existem, no entanto, bacias sedimentares em que os campos de gás não associado predominam largamente, como naquelas situadas em Alagoas, Espírito Santo, São Paulo e Paraná.

As reservas provadas nacionais totalizavam 227 bilhões de metros cúbicos, em dezembro de 1997, concentradas principalmente nas bacias sedimentares de Campos - RJ, do Solimões – AM, e Recôncavo, Tucano e outras na Bahia.

O quadro III, abaixo, lista a evolução das reservas brasileiras de gás natural, entre 1990 e 1997.

Quadro III – Reservas brasileiras provadas de gás natural (em mil m³) 1990 - 1997

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
172.018.563	181.522.641	192.534.139	191.071.008	198.760.790	207.963.697	223.561.716	227.650.002

Fonte: Petrobras

Verifica-se, no período, um crescimento médio de 4% ao ano das reservas acima. O que, embora expressivo, não seria suficiente para assegurar um grande desenvolvimento do gás natural como fonte de energética de maior peso em nosso país.

As reservas e a produção brasileiras desse insumo se concentram, como de resto acontece no Brasil com os hidrocarbonetos em geral, nos estados litorâneos, uma vez que a sua produção ocorre principalmente em campos das bacias sedimentares da plataforma continental (*offshore*). As nossas curvas de oferta, embora fortemente crescentes nos próximos cinco anos, à exceção daquelas da Bacia de Campos e as da Bacia do Solimões, não permanecerão assim por muito tempo.

A produção brasileira de gás natural, dos últimos dez anos, se encontra resumida no quadro IV, a seguir.

Quadro IV – Produção nacional de gás natural (em milhões de m³)

1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
5.857	6.091	6.279	6.599	6.973	7.355	7.712	8.066	9.167	9.663

Fonte: Petrobras

Projeta-se, para a próxima década, uma produção brasileira de:

Quadro V – Produção nacional projetada de gás natural (em mil m³)

	1999	2002	2005	2008
Média diária	31.476	48.637	53.945	43.747
Total anual	11.448.780	17.752.505	19.689.925	15.967.555

Fonte: Petrobras Gás S. A. - GASPETRO

Considerando-se que, no mesmo horizonte da próxima década, a demanda nacional atingirá o patamar de 100 milhões de m³/dia ou, aproximadamente, 36,5 bilhões de m³ por ano, justifica-se, plenamente, a procura brasileira por fontes externas gás natural, em países com reservas e produções de maior porte, que possam dar sustentação ao planejado crescimento da participação desse combustível, no conjunto do suprimento ao consumo nacional de energia.

Sintetizamos, no próximo quadro, os valores previstos para a demanda nacional de gás natural.

Quadro VI – Demanda nacional projetada de gás natural (em mil m³)

	1999	2002	2005	2008
Média diária	13.162	43.938	69.507	85.149
Total anual	4.804.000	16.037.297	25.370.055	31.079.408

Fonte: Petrobras Gás S.A. - GASPETRO

O projeto do Gasoduto Bolívia–Brasil é fruto de antigos tratados bilaterais, mas, somente após o acordo preliminar de compra e venda de gás natural, firmado, em 1993, entre a Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia – YPFB e a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, o projeto pôde ter, efetivamente, iniciada a sua implantação a partir de 1994.

Tal empreendimento representa um marco definitivo no caminho para a maturação de uma indústria do gás natural em nosso país, uma vez que permitirá a importação de volumes de até 30 milhões de m³/dia, iniciando-se com 2,2 milhões de m³/dia, ainda no ano em curso, e atingindo os volumes máximos contratuais, até 2007. Significará também o acesso a este combustível, para diversas áreas do Brasil, cujo suprimento de gás de origem nacional estaria dificultado por questões de disponibilidade e de economia de escala. Dada a importância crescente do gás natural para o Brasil e para Petrobras, foi criada, em 1998, a Petrobras Gás S. A. - Gaspetro, encarregada de enfeixar sob um comando único os negócios do gás natural no sistema Petrobras

Outros projetos de importação desse combustível, para o Brasil, encontram-se em curso, como, por exemplo, o que possibilitará trazer, num primeiro momento, até 12 milhões de m³/dia de gás da Argentina, através de gasoduto ligando o Norte argentino às cidades de Uruguaiana e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

O gás natural na China

Na China exestem reservas conhecidas de gás natural nas bacias sedimentares de Tarin, Jungar, Tu-Ha, Qaidam, Ordos e Sichuan, todas localizadas nas regiões oeste e central do país. As principais áreas produtoras de gás natural são as de Shaanxi-Gansu-Ningxia, o leste da província de Sichuan e a Região Autônoma de Xinjiang. Na plataforma continental encontram-se importantes reservas gasíferas nas regiões do Mar do Sul Chinês, Mar Bohai e Mar do Leste Chinês, estas, ainda, em fase de desenvolvimento exploratório e de produção. A evolução das reservas chinesas de gás natural estão expostas no quadro VII, a seguir.

Quadro VII - Reservas chinesas provadas de gás natural (em bilhões de m³)

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1.001	1.003	1.337	1.671	1.671	1.670	1.672	1.672

Fonte: Oil and Energy Trends, Annual Statistical Review

Planeja-se uma considerável concentração de esforços para a expansão das áreas de gás natural na plataforma continental (*offshore*) e um pouco menos para as situadas em terra (*onshore*), tanto em termos de desenvolvimento exploratório (com uma maior conversão das reservas estimadas para a condição de provadas) quanto voltado para a produção. Este enfoque se deve à maior proximidade dos campos *offshore* em relação aos grandes centros metropolitanos, que reúnem as maiores concentrações de cargas elétricas do país, atendendo aos consumos industrial, residencial e comercial. Na região litorânea, como se sabe, ocorrem as maiores aglomerações urbanas e de riqueza, que vêm enfrentando problemas crescentes de poluentes atmosféricos, produzidos em larga escala pelas termoelétricas a carvão mineral e veículos automotores.

O gás natural atualmente produzido, principalmente, nas regiões ocidental e central da China é utilizado, primordialmente, como matéria-prima e energia para os fertilizantes, com ênfase nos nitrogenados (amônia anidra e uréia), extremamente necessários à sustentação da grande produção agrícola chinesa (só em grãos, atingiu-se, praticamente, 500 milhões de t, no ano de 1997). A maior ênfase para as regiões já produtoras, distantes dos grandes mercados potenciais do leste, vem sendo nos projetos de grandes gasodutos ligando-as a Pequim, Xangai, Nanyang e província de Shandong. Nesse caso está o gasoduto do grande campo de óleo e gás de Daqing (a nordeste da china) para as cidades e províncias centrais ou do litoral sudeste, já indicadas, com 9.700 km de extensão, capacidade de 15 bilhões de m^3/ano (aproximadamente, 41 milhões de m^3/dia). Outro projeto de grande porte é o que inclui o gasoduto ligando Xinjiang (outro grande campo de óleo e gás, a oeste da China) a Xangai, que passará por 10 outras províncias, cidades e regiões autônomas, com extensão de 4.200 km. Este duto interligará Xinjiang, com capacidade de produzir até 18 bilhões de m^3/ano de gás natural, a outros quatro novos campos de gás, situados nas seguintes bacias sedimentares: de Tarin e Jungar (160 bilhões de m^3, de reserva provada); de Ordos (reserva provada de 230 bilhões de m^3); de Qaidam (50 bilhões de m^3, de reserva provada) e leste de Sichuan (com reserva provada de 200 bilhões de m^3). Este conjunto de bacias poderá produzir até 25 bilhões de m^3/ano e o projeto prevê, além do gasoduto, várias unidades de processamento de gás natural, facilidades de produção petroquímica.

Além desses, existem outros diversos projetos de gasodutos, terrestres e submarinos, instalações de coleta e tratamento de gás natural etc., em fases variadas de planejamento ou execução.

Expõe-se, em seguida, a produção chinesa de gás natural, obtida entre 1988 e 1997.

Quadro VIII – Produção chinesa de gás natural (em bilhões de m³)

1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
13,3	14,0	14,2	14,9	15,1	16,2	16,6	17,6	19,9	22,2

Fonte: Petrobras

As quantidades de gás natural necessárias para a conversão das atuais termogeradoras a carvão mineral e para a operação de novas unidades serão, da ordem, de 35 bilhões de m³/ ano, somente nas áreas da costa sudeste da China, tais como nas províncias de Guangdong, Fujian, Zhejiang e Jiangsu e na região metropolitana de Xangai. Boa parte dessa quantidade (30 bilhões de m³/ano) está nos projetos da China Offshore Petroleum Natural Gas General Corp. O restante virá dos projetos de expansão da produção e gasodutos das atuais e novas regiões produtoras em terra, já citados, complementados por projetos de importação, tanto sob a forma de gás natural liqüefeito (GNL), de fornecedores potenciais, como a Austrália, o Qatar, a Malásia e a Indonésia, por exemplo, quanto, através de gasodutos, dos grandes campos da Rússia e do Casaquistão.

O quadro IX, abaixo, mostra as perspectivas da produção nacional para os próximos dez anos.

Quadro IX – Produção projetada chinesa de gás natural (em milhões de m³)

1988*	2000	2005	2010
20.900	25.000	30.000	50.000

* Produção real. Fonte: The Petroleum Finance Company

Considerando que se realizem as previsões de crescimento do consumo conforme o planejamento dos organismos oficiais chineses, a China experimentará um verdadeiro *boom* de gás natural, neste início de milênio.

Como já antecipado, existem vários grandes projetos de suprimento de gás natural, provenientes de importações das regiões produtoras da Rússia

(Irkutsk e Sacalina) e do Casaquistão, com gasodutos ligando estas regiões até Xangai e Shenyang, passando por Pequim, Rizhao, Daqing, Urumqi e X'ian, entre outras cidades. A maioria de tais projetos está, ainda, no entanto, em estágios preliminares de viabilização econômica e financeira (formatação de *joint ventures*, pacotes de financiamento, etc.).

Em estágio mais avançado, está o projeto de implementação de um terminal de importação e estocagem de GNL, que estará localizado na cidade de Shenzhen, nas vizinhanças de Hong-Kong e interligações à rede de gasodutos para distribuição. Representa investimentos de US$ 600 milhões e deverá ser implementado e operado por uma companhia de propósito especial, formada pela CNOOC, o governo provincial de Guangdong, uma companhia local (a Shenzhen Investment Corp.) e, a provável vencedora do *bid*, a Austrália LNG.

Este projeto prevê importações, a se iniciarem, provavelmente, em 2004, na sua primeira fase, de três milhões de t/ano de GNL, ou, aproximadamente, 4,2 bilhões de m^3/ano.

Possibilidades de cooperação

Pode-se dizer que os programas de gás natural da China e do Brasil, relativamente ambiciosos, em função do grande volume de recursos exigidos, dos enormes mercados potenciais e, por conseguinte, do grande interesse dos respectivos governos em desenvolver uma pujante indústria nesse setor, propiciando aos seus povos todos os benefícios, despertam grande interesse das chamadas *majors* da área energética. Na China, no Brasil e em diversos outros países onde está florescendo essa indústria e seu apelo residem, principalmente, no acasalamento perfeito entre a necessidade de crescimento econômico e social dessas regiões com os baixíssimos níveis de emissão de gases e outros efluentes potencialmente danosos ao meio ambiente. Tanto as empresas locais, quanto os grandes *players* da indústria do petróleo e, as tradicionais e as recém-transformadas, empresas energéticas, inclusive as resultantes das mega-fusões do setor, perceberam as vantagens do gás natural, que vem se transformando no combustível fóssil do século XXI. Será com certeza uma das fontes energéticas de maior e mais firme crescimento desse início de milênio. Rapidamente, o "patinho feio", simplesmente queimado nos flares dos campos e refinarias da indústria de hidrocarbonetos, reinjetado nos poços, ou de alguma outra forma descartado, irá se transformando no belo cisne desses próximos trinta anos.

Assim, considerando que já existe no Brasil uma boa capacitação e experiência adquiridas através dos recentes avanços brasileiros para a real consolidação de uma indústria de gás natural, caracterizados, entre outros aspectos:

- pelo grande crescimento da oferta de gás de origem nacional e importado, fundado, principalmente, na atuação ousada e empreendedora da Petrobras e da sua subsidiária específica para o setor, a Gaspetro;

- pelos grandes investimentos realizados ou em curso voltados à ampliação e melhoria dos sistemas de coleta, transferência e tratamento de gás natural;

- pelo grande número de projetos de geração termoelétrica e de cogeração industrial e comercial, contando com grande apoio e fomento dos diversos órgãos da administração federal e estadual, numa parceria bem sucedida com a iniciativa privada;

- pela implementação de gasodutos de grande porte e conseqüentes ampliações das redes de distribuição para fins industrial, comercial e automotivo;

- pela implementação de um centro de pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica em gás natural de abrangência nacional (CTGÁS), fruto da parceria entre a Petrobras (Gaspetro) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Considerando também:

- o sucesso obtido na implementação de grandes gasodutos (incluindo sua engenharia básica e detalhada, a gestão dos "EPC", a formatação e a conclusão dos acordos de parcerias , a contratação dos *project finance*, os acordos intergovernamentais, a construção e a operação com a minimizarão dos riscos ambientais da obra, etc.);

- o sucesso exploratório e produtivo da Petrobras em termos de petróleo e gás natural, principalmente em áreas de fronteira tecnológica, como a do desenvolvimento de tais atividades em plataforma continental (*offshore*);

- a grande experiência adquirida na implementação da velocidade para a operacionalização de novas áreas de petróleo e gás (antecipação dos sistemas de produção);

- a excelência tecnológica adquirida em atividades de exploração e produção, principalmente, nas áreas de plataforma continental (*offshore*), com grandes lâminas d'água;

vemos tais áreas de conhecimento, experiência e excelência tecnológica adquiridas pelo Brasil, como aquelas que reúnem as melhores oportunidades para uma cooperação efetiva, na área de gás natural, entre o Brasil e a China.

Bibliografia

Agência Nacional de Petróleo (ANP), *home page* em setembro de 1999;

Annual Statistical Review. Oil and Energy Trends;

Balanço Energético Nacional - 1998. Ministério das Minas e Energia;

BP Amoco Statistical Review - 1999.

China Country Analylis Brief, June 1999. United States Energy Information Administration (EIA)

China Country Profile, 1998-1999. The Economist Intelligence Unit - London - UK.

China National Offshore Oil Corp. (CNOOC), *home page* em setembro de 1999.

China National Petrochemical Corporation (SINOPEC), *home page* em setembro de 1999.

China National Petroleum Corporation (CNPC), *home page* em setembro de 1999.

Estudos e relatórios internos diversos da Petrobras e da Gaspetro.

Estudo encomendado à The Petroleum Finance Company, agosto de 1999.

Investing, Licensing and Trading in China, released February 1999; The Economist Intelligence Unit - London - UK.

Informações diversas colhidas nas agências de notícias chinesas e internacionais (Xinhua News Agency, Xindeco Business Information Company, Dow Jones News wire service, Yahoo Asia News, Lateline News etc.).

Relatórios do Ministério das Relações Exteriores e Comércio da China.

The World Gas Handbook, 1997- 1998; Energy Intelligence Group/Poten & Partners.

World Energy Analysis, July 1999; United States Energy Information Administration (EIA).

mesa 3

A China e o Brasil na política internacional

As Nações Unidas na visão brasileira e chinesa: políticas externas comparadas (1945-2000)

Paulo G. Fagundes Vizentini[*]

Introdução

A percepção que o Brasil e a República Popular da China (RPC) possuem das Nações Unidas, pela natureza particular dessa Organização, bem como pela condição de países em desenvolvimento, está associada às próprias estratégias de inserção de ambos países na ordem mundial. Assim, mais frutífero que uma análise da posição formal e do discurso diplomático de cada um deles dentro da ONU, é estudar a questão de forma mais ampla, tomando em consideração esta instituição como um dos instrumentos para a atuação internacional do Brasil e da China. Neste sentido, buscar-se-á comparar as políticas exteriores de ambos países, enquanto forma de interação com a ordem mundial e a consecução dos respectivos projetos nacionais. Assim, as referências às Nações Unidas apresentam-se como elementos de uma política mais abrangente, sendo possível detectar, através delas, a orientação diplomática desses dois gigantes do Terceiro Mundo em cada fase. Por outro lado, o estado contemporâneo dessa questão, bem como seus desdobramentos futuros, pode ser melhor compreendido a partir de uma perspectiva histórica, que será utilizada neste ensaio.

Percepções divergentes: a ONU da guerra fria

O Brasil e a República da China foram dois aliados importantes dos Estados Unidos da América na Segunda Guerra Mundial, no contexto dos países periféricos. O primeiro, como elemento-chave no enquadramento da América Latina à estratégia de Washington para a guerra e para o pós-guerra, mas num espaço de atuação eminentemente regional. Já a China,

---

* Diretor do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor Titular de História Contemporânea e Relações Internacionais da UFRGS. Pós-Doutorado pela London School of Economics, autor de "Relações Internacionais e Desenvolvimento no Brasil" (Vozes, 1995) e "A Política Externa do Regime Militar Brasileiro" (UFRGS, 1998). Agradeço à mestranda Gabriela Rodrigues, que colaborou na pesquisa para este trabalho.

possuía uma importância maior, pois além de aliada militar importante na guerra contra o militarismo japonês, no pós-guerra representava um elemento indispensável para o reordenamento regional, com certa margem de atuação mundial. Isto se devia ao fato da China localizar-se numa região sensível, onde a derrota do rival japonês e o recuo do colonialismo europeu ocorriam paralelamente ao fortalecimento da URSS e dos movimentos comunistas e de libertação nacional em todo o Extremo Oriente afetado pelo conflito.

A relação privilegiada de Washington com a China, aliás, era anterior à guerra, representando um elemento de contenção do Japão e do colonialismo europeu. Contudo, apesar do apoio militar ao governo liderado pelo Kuomintang (Partido Nacional, KMT) desde os anos 30, o Partido Comunista da China (PCC) continuava ampliando seu poder. Assim, tanto por razões internas quanto externas, os EUA trataram a China de Chang Kai-chek (líder do KMT) como um dos "Cinco Grandes" dos aliados, convidando-a para as grandes conferências que decidiam os rumos da guerra e o futuro da ordem internacional, como a do Cairo em 1943. Encerrado o conflito, o país passou a integrar o Conselho de Segurança (CS) da recém-criada Organização das Nações Unidas, como membro permanente com direito a veto. Tal indicação ocorreu com a aquiescência de Stálin e Churchill, em detrimento da candidatura brasileira como o quinto membro dos Cinco Grandes, num momento em que a Guerra Fria ainda não havia sido desencadeada. Considerando-se o poder militar, diplomático e econômico dos demais membros (EUA, URSS, Grã-Bretanha e França), o convite à China, um país periférico e enfraquecido, configura-se claramente como parte da estratégia americana para a Ásia, além de um aliado dócil nas questões planetárias encaminhadas no seio da ONU.

Como resultado da Segunda Guerra Mundial, a nova geopolítica da Ásia-Pacífico baseava-se no rebaixamento do Japão de sua condição de potência industrial, e na ascendência de Washington sobre a região, apoiada numa aliança com a China e na contenção da URSS e dos movimentos revolucionários e nacionalistas na região. Este equilíbrio geopolítico idealizado por Washington, entretanto, se revelaria efêmero e pouco realista. As tentativas dos EUA (e, inicialmente, da URSS) de manter o KMT e o PCC unidos sob um governo de coalisão, foram inúteis, e a guerra civil foi reiniciada. O Kuomintang perdia terreno frente aos comunistas, devido ao seu imobilismo social, corrupção, ineficiência e sua subordinação face ao Ocidente, o que para a maioria dos chineses eqüivalia à continuidade da submissão às potências estrangeiras. Assim, em 1º de outubro de 1949, em decorrência

da vitória militar dos comunistas, Mao Tsé-tung proclamou a República Popular da China. Chang Kai-chek e a velha elite chinesa refugiaram-se na província insular de Taiwan, onde permaneceram protegidos pela VII Frota norte-americana.

Para o novo regime, a defesa da integridade territorial, a segurança contra investidas externas e seu reconhecimento internacional constituíam as questões prioritárias, evidenciando forte preocupação com a proteção dos interesses nacionais, em função do passado marcado pela dominação estrangeira. Neste sentido, Chu En-lai, pai da diplomacia chinesa, direcionou a sua atuação para a recuperação dos territórios chineses sob controle estrangeiro[1]. Frente à necessidade de apoio financeiro e militar, no conturbado cenário da Guerra Fria, Mao Tsé-tung manteve relações estreitas com a URSS, pois a primeira fase da política externa chinesa (anos 50) priorizava a segurança do novo regime. Apesar das limitações do apoio soviético, este acordo foi de extrema importância para proteger e, de certa forma, garantir a consolidação do regime socialista, além de propiciar seu reconhecimento imediato por parte de outras nações[2].

Uma questão relevante dizia respeito à representação internacional do país. Com a consolidação da revolução, houve uma tentativa de substituir o antigo representante do Kuomintang, por outro escolhido pelos dirigentes da RPC. Mas os novos delegados enviados foram rechaçados, tanto na ONU como nos demais órgãos internacionais[3]. Assim, Taiwan era reconhecido no Ocidente como o governo legítimo da China, mantendo sua representação no CS da ONU. O impasse se aprofundava, com ambos partidos reivindicando o princípio de uma única China, a qual cada um alegava representar. A RPC só fora, praticamente, reconhecida pelos países do campo soviético e alguns poucos Estados neutralistas e europeus, enquanto o governo estabelecido em Taipé, mantinha relações com a maioria da comunidade internacional.

---

[1] Entre tais territórios podemos destacar: Hong Kong (devolvida aos ingleses após a capitulação do Japão); Macau (Portugal); Dairen, Port Arthur e a estrada de ferro da Manchúria (URSS); Formosa (China Nacionalista) e Mongólia (independente).

[2] URSS, Bulgária, Romênia, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Birmânia e Índia (ainda em 1949) e Paquistão, Grã-Bretanha (preocupação com Hong Kong), Ceilão, Noruega, Israel, Países Baixos, Suécia, Finlândia, Afeganistão e Suíça (em janeiro de 1950). Além desses, podemos destacar a simpatia de diversos países asiáticos recém independentes, ou em acelerado processo de descolonização.

[3] Tais como: União Internacional de Telecomunicações, FAO, UNESCO, Organização Mundial de Saúde, Organização Metereológica Mundial, FMI, Banco Mundial, Cruz Vermelha, etc.

Esta situação de relativo isolamento e ilegitimidade internacional foi agravada pela eclosão da Guerra da Coréia (1950-1953), onde ocorreu um conflito direto com os EUA, que atuaram militarmente como representantes da ONU. Face às ameaças externas, explicitadas pelo General MacArthur (ataque nuclear à RPC), a intervenção de soldados chineses no conflito constituiu uma decorrência previsível devido às tensões militares entre os dois países, uma demonstração de força aos inimigos situados próximo às suas fronteiras (Japão, norte da Birmânia, Taiwan) e à política norte-americana de proteção e reconhecimento de Taiwan. Na esteira da política de contenção do comunismo, em fevereiro de 1951, a ONU qualificou a ação chinesa como agressão, revidando com embargo do material militar ao país e à Coréia do Norte.

O desfecho da guerra, em 1953, apontou para um empate, com os chineses conseguindo se afirmar militarmente. Contudo, a ONU adquiria um perfil pró-americano na Guerra Fria, apesar dos eventuais vetos soviéticos. O assento de Taipé no CS, por sua vez, contribuía ainda mais para estigmatizar a RPC. Além da Guerra da Coréia, a reincorporação do Tibete em 1950, propiciou condições ao Ocidente para hostilizar diplomaticamente a China Popular. Para esta, a ONU constituía-se, cada vez mais, num instrumento da política americana e de seus rivais do KMT, o que se enquadrava na visão militante sobre o sistema internacional então vigente em Pequim.

Frente a um cenário internacional hostil, após 1953, Pequim estabeleceu vínculos mais fortes com Estados não-comunistas do Terceiro Mundo, em função dos *Cinco Princípios de Coexistência Pacífica* (autodeterminação, não intervenção em assuntos internos, mútuo respeito à soberania e integridade territorial, igualdade e benefício recíprocos e coexistência pacífica entre países de diferentes sistemas), marcando presença na Conferência de Bandung em 1955. Antes disso, a RPC atuou em importantes conferências em Genebra, em 1954, relativas ao conflito coreano e à primeira guerra da Indochina.

Apesar da convergência com Moscou, o governo chinês opôs-se à política de Nikita Krushchov de desestalinização, especialmente à concepção soviética de Coexistência Pacífica, que congelava a situação mundial, relegando a China à posição de potência secundária. Estas discordâncias acentuaram os conflitos internos no Estado-partido, além das necessárias mudanças de cunho econômico, alterando, conseqüentemente, a atuação internacional do país no sentido de um progressivo isolamento. Iniciava-se uma segunda fase na política externa chinesa, que nos anos 60 se caracterizaria pela afirmação da autonomia e da soberania nacional. Assim,

certos aspectos aparentemente “irracionais” da Revolução Cultural adquirem sentido.

O fracasso do Grande Salto Adiante (1958-1965) acirrou as diferenças internas no governo chinês. No concernente às questões externas, a via chinesa progressivamente afastou-se das políticas de Moscou, que defendia uma maior aproximação com o ocidente capitalista, através da “coexistência pacífica”. Pequim, em contrapartida, recrudesceu sua postura ofensiva. Em 1958, a China bombardeou as ilhas costeiras do estreito de Taiwan; no ano seguinte enfrentou uma série de conflitos no Tibete em função da resistência à implementação do sistema socialista, que acarretou na fuga de Dalai Lama para a Índia. Com este país a China travou outro conflito em função da fronteira contestada.

A deterioração das relações sino-soviéticas, iniciadas no período da desestalinização, agravou-se com o apoio da URSS à Índia no conflito sino-indiano, e com a postura de Krushchov na crise cubana de 1962. No ano seguinte as marcantes diferenças ideológicas entre um país pobre subdesenvolvido e superpovoado, e uma superpotência, acarretam no rompimento de relações entre os dois gigantes comunistas. Cabe ressaltar, que a RPC necessitava da formação de um arsenal nuclear autônomo, imprescindível para a sua soberania e uma intervenção mais qualificada no cenário internacional. E a URSS, além de não subsidiar tal arsenal, criticou o bombardeio às Ilhas Quemoy e Mastu, em poder dos nacionalistas.

A demonstração da capacidade nuclear chinesa em 1964 (Bomba A) e 1967 (Bomba H), alterou de forma significativa a correlação de forças na Ásia. O país, novamente atingia um patamar de importância frente às potências regionais. Como conseqüência mais imediata, podemos destacar o reconhecimento francês (que acarretou numa importante abertura na Europa), o relaxamento das relações com outros países europeus, além do reforço das relações informais com o Japão. Com o estabelecimento de tais vínculos a RPC tentava burlar o bloqueio econômico promovido pelos EUA, bem como encerrar a fase de isolamento, que caracterizou a primeira metade da década de 1960. A derrubada de Sukarno na Indonésia, em 1965, acarretou, contudo, na perda de seu único aliado asiático. Quase simultaneamente, a China mergulhou na Revolução Cultural, o que levou o país a um grande isolamento internacional na segunda metade dos anos 60, e a um refluxo de grande parte de suas iniciativas diplomáticas.

O caso brasileiro, por sua vez, é bastante diferente. Durante a primeira metade do século XX, a política externa brasileira teve como tendência

predominante a inserção do país no contexto hemisférico, onde o eixo principal era a relação com os Estados Unidos. Não se trata apenas da dependência face aos EUA, mas do fato do Brasil centrar sua política externa no estreitamento das relações com Washington, dentro da perspectiva da *aliança não escrita*, concebida durante a gestão Rio Branco. Ao longo desta fase, houve momentos de busca de uma relativa *autonomia na dependência* ou de barganha para a defesa de certos interesses brasileiros, como durante a gestão Rio Branco (1902-12) e o primeiro governo Vargas (1930-45). O restante da República Velha (1912-30) e o mandato do presidente Dutra (1946-51) caracterizam-se, em oposição, por uma dependência relativamente passiva frente aos EUA. Entretanto, o período 1930-1945 pautou-se por uma tentativa consciente de tirar proveito da conjuntura internacional e da redefinição da economia brasileira, através da utilização da política externa como um instrumento estratégico para lograr a industrialização do país.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, implementou-se o governo Dutra, que evidenciou uma postura submissa aos Estados Unidos, apoiando-o incondicionalmente na ONU, no contexto da Guerra Fria. Além disso, o projeto desenvolvimentista foi abandonado, devido à adoção de políticas liberais no campo econômico. Tal estratégia resultou em um completo fracasso, pois o país era tratado como mero aliado regional de segunda categoria, além de não receber ajuda econômica. Contudo, a volta de Vargas ao poder em 1951 significou uma importante mudança. Na década de 1950, Vargas viu-se na contingência de retomar o projeto de desenvolvimento industrial por substituição de importações, incrementando a indústria de base. O setor externo da economia jogava, neste quadro, um papel fundamental. A obtenção de capitais e tecnologia só poderia ser lograda aprofundando-se a cooperação econômica com a potência então hegemônica do mundo capitalista, os Estados Unidos. No quadro da Guerra Fria, entretanto, o espaço de manobra era muito limitado para atrair a atenção americana, visando suplantar o "descaso" de Washington para com a América Latina, e, em particular, para com o Brasil.

É nesse quadro que Vargas procura implementar uma barganha nacionalista, a qual consistia em apoiar os EUA no plano político-estratégico da Guerra Fria, em troca da ajuda ao desenvolvimento econômico brasileiro. As contradições internas cada vez mais pronunciadas e os magros resultados obtidos no plano externo atingiram um ponto grave a partir de 1953, com a eleição do republicano Eisenhower. Neste momento, Vargas viu-se na contingência de aprofundar sua barganha diplomática, visando reverter um

quadro crescentemente adverso. O problema, entretanto, era que o cenário internacional não oferecia alternativas suficientes neste momento. O suicídio de Vargas em 1954 e a reação conservadora que se seguiu, tanto no plano interno como, sobretudo, externo, evidenciaram que a barganha nacionalista havia se tornado uma política incômoda para o *status quo* regional dominado pelos Estados Unidos.

Entre 1954 e 1958 houve um verdadeiro hiato, com o governo do vice-presidente Café Filho e a primeira metade do governo Kubitschek, alinhados aos EUA na Guerra Fria (apesar do segundo optar por um desenvolvimentismo associado). Em l958, contudo, houve uma retomada da barganha nacionalista por Kubitschek, em termos semelhantes aos de Vargas. A frustração das espectativas econômicas iniciais e as pressões do FMI, levaram o governo a lançar a Operação Pan-Americana (OPA), objetivando atrair a atenção dos Estados Unidos para a América Latina e comprometer a Casa Branca num programa multilateral de desenvolvimento econômico de largo alcance. Mas, não podendo agir além do que lhe permitiam suas bases de sustentação política, a diplomacia de JK permaneceria no meio do caminho, empurrando para seus sucessores decisões que não podia ou não estava disposto a tomar.

É então que, premido pela situação interna e pelas aceleradas transformações mundiais, seu sucessor, Jânio Quadros, lança a Política Externa Independente (PEI)[4], superando muitas limitações dos governos Vargas e Kubitschek. A PEI constitui um projeto coerente, articulado e sistemático visando transformar a atuação internacional do Brasil, que até então havia sido basicamente o reflexo da posição que o país ocupava no cenário mundial. Assim, a *política externa para o desenvolvimento* que Vargas ensaiou, no início dos anos 60 tornou-se um instrumento indispensável para a realização do projeto nacional. A crise da renúncia do presidente, em agosto de 1961, quando o vice-presidente João Goulart encontrava-se com uma delegação em visita à China Popular, não interrompeu a aplicação da PEI.

A PEI significou a adaptação da diplomacia brasileira às tranformações do sistema internacional, tais como: a recuperação econômica

[4] Os cinco postulados da Política Externa Independente eram: 1) a expansão das exportações brasileiras para todos os países, inclusive os socialistas; 2) defesa do direito Internacional, da autodeterminação e não intervenção nos assuntos internos de outros países; 3) política de paz, desarmamento e Coexistência Pacífica; 4) apoio à descolonização completa de todos os territórios dependentes; e 5) formulação autônoma de planos nacionais de desenvolvimento e de encaminhamento da ajuda externa recebida.

da Europa Ocidental e Japão (alternativas comercias e financeiras); a descolonização, particularmente da África (um mercado alternativo de produtos industriais); a consolidação do campo socialista, em especial a emergência da URSS à condição de potência mundial (constituindo elemento de barganha brasileira com os EUA e mercado potencial); o surgimento do Movimento dos Países Não-Alinhados, decorrente da emergência do Terceiro Mundo no cenário mundial; e a Revolução Cubana (cujo impacto na América Latina iria redefinir a estratégia americana). O novo contexto internacional vai repercutir no Brasil, permitindo ao país transitar de uma diplomacia voltada primordialmente ao sistema regional, para o âmbito de uma projeção realmente mundial.

A barganha nacionalista dos governos Vargas e Kubitschek e a Política Externa Independente de Quadros e Goulart significaram a passagem da política exterior brasileira, de sua face voltada predominantemente às relações com os EUA e à inserção no contexto hemisférico, para uma fase nova, mais complexa, onde a multilateralização e a mundialização passam a ser buscadas como parâmetros das relações internacionais brasileiras. A *unilateralidade vertical Norte-Sul*, continuou sendo um traço fundamental da política externa do Brasil, como salienta José Luiz Werneck da Silva. Entretanto, face ao início da crise da hegemonia norte-americana, o Brasil amplia o espectro da dependência, relacionando-se mais intimamente também com a Europa Ocidental, inicialmente, e depois com o Japão. Afinal, a barganha nacionalista e a Política Externa Independente jamais procuraram romper com o capitalismo internacional, mas melhorar a posição do Brasil dentro desse.

Essa política, entretanto, só poderia ser implementada com a obtenção de uma relativa autonomia frente aos EUA. Para tanto, foi necessário introduzir na política externa brasileira a *multilateralidade horizontal Sul-Sul*, incrementando as relações com a América Latina e o mundo Afro-Asiático. Paralelamente, tiravam-se os proveitos possíveis de uma *multilateralidade "diagonal" Sul-Leste*, através da cooperação com os países socialistas. O problema é que os EUA viviam a crise de hegemonia, mas ainda eram dominantes, e possuíam forte capacidade de reação. Esta reação foi exercida contra a barganha nacionalista e, sobretudo, contra a Política Externa Independente, pois estas não deixavam de constituir um elemento que reforçava a erosão da hegemonia norte-americana.

A interrupção da PEI também está associada à crise do regime populista no Brasil. O agravamento dos conflitos sociais e políticos, além de quase paralisar a economia e levar os EUA a uma reação sem precedentes,

ameaçou as próprias bases capitalistas do projeto populista, deixando o governo sem alternativas, o que explica sua paralisia nos momentos finais. Inviabilizado o neutralismo janista e sem um mínimo de consenso interno, a política exterior passa a ser influenciada pelas teses mais pragmáticas e moderadas de Araújo Castro, e sofre um certo retrocesso.

Em 31 de março de 1964 foi deflagrado um golpe militar, encerrando o regime populista. O governo do Marechal Castelo Branco (1964-67) representou um verdadeiro recuo, abandonando o terceiromundismo, o multilateralismo e a dimensão mundial da Política Externa Independente, regredindo para uma aliança automática com os EUA e uma diplomacia de âmbito hemisférico e bilateral. A justificativa de tal política era a geopolítica da Guerra Fria, teorizada pela Escola Superior de Guerra, com seu discurso centrado nas fronteiras ideológicas e no perigo comunista. Em troca da subordinação à Washington e do abandono da diplomacia desenvolvimentista, o Brasil esperava receber apoio econômico. O Chanceler Juracy Magalhães chegou a afirmar que "o que é bom para os EUA é bom para o Brasil". Como prova de lealdade ao "grande irmão do norte", o Brasil rompeu relações com Cuba em maio de 1964 e enviou tropas à República Dominicana em junho de 1965 sob bandeira da OEA, onde também apoiava os EUA na tentativa de constituir uma Força Interamericana de Defesa.

Assim, esta experiência constituiu, novamente, um hiato na política externa brasileira da época, pois seu sucessor, o General Costa e Silva, que assumiu o poder em março de 1967, retomou postulados da PEI. A *Diplomacia da Prosperidade* do Chanceler Magalhães Pinto, enquanto política externa voltada à autonomia e ao desenvolvimento, ressaltava que a *détente* entre os EUA e a URSS fazia emergir o antagonismo Norte-Sul, e em função disso definia-se como nação do Terceiro Mundo e propugnava uma aliança com este, visando a alterar as regras injustas do sistema internacional. Tal foi a tônica na II UNCTAD (Conferência da ONU para o Desenvolvimento), onde o discurso do representante brasileiro valeu-lhe sua indicação para o recém-criado Grupo dos 77, bem como na recusa em assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Na América Latina, o Itamaraty passou a criticar a criação de uma Força Interamericana de Paz, propôs a integração regional horizontal e a cooperação nuclear, além de buscar relacionar-se com a Hispano-América através da CECLA (Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana) e não da OEA, dentro de um enfoque que se afastava do

pan-americanismo e buscava o latino-americanismo. Tal política agravou as relações com os Estados Unidos, que passaram a criticar Costa e Silva e a estabelecer novas alianças e estratégias para recolocar o Brasil no caminho de 64. A crise do governo e sua queda, foram motivadas tanto pelo acirramento da luta interna (no grupo dirigente e na sociedade), como por claras pressões externas.

Assim, durante o período da Guerra Fria, o Brasil e a China Popular tiveram percepções radicalmente diferentes no tocante às Nações Unidas. O primeiro, posicionou-se como um apoiado, dentro da Organização, da ordem mundial vigente, num papel de subordinação à hegemonia norte-americana. A segunda arcou, inicialmente, com o ônus de sua revolução, sendo excluída da ONU e passando a ocupar uma incômoda posição de aliado secundário da URSS. Contudo, ainda que por caminhos sinuosos, ambos países, um fora da organização e outro dentro, tirando proveito dos espaços que lentamente se abriam, buscaram ulteriormente afirmar sua autonomia em relação aos respectivos blocos dos quais faziam parte.

A ONU da *détente* e da nova guerra fria

No início dos anos 60, a composição e o perfil da ONU haviam sido substancialmente alterados. A *détente* entre os dois blocos (devido ao relativo equilíbrio estratégico), a fissura dentro dos mesmos (com a autonomia da França e da China) e a recuperação da Europa ocidental e do Japão, criaram uma tendência à multipolaridade. Este processo foi, paralelamente, potencializado pela descolonização afro-asiática e pelo advento do nacionalismo latino-americano que, além de darem origem ao Movimento dos Países Não-Alinhados, foi responsável pelo ingresso maciço de países do Terceiro Mundo na ONU. Isto não apenas alterou o equilíbrio internacional, como deu à Assembléia Geral das Nações Unidas um outro posicionamento nos assuntos mundiais. A ONU deixava de ser um mero instrumento norte-americano no contexto da Guerra Fria, para tornar-se um fórum e uma arena política complexa, ensejando possibilidade de alianças e composições.

Com o encerramento da Revolução Cultural, um cenário qualitativamente diferente configurava-se na RPC, com o progressivo desgaste do maoísmo e a ascensão das estratégias reformistas. No início da década de 1970, o país, face à impossibilidade de permanecer confrontado simultaneamente com as duas superpotências mundiais, alterou radicalmente a sua política externa. É conveniente lembrar que em 1969, haviam ocorrido conflitos armados de fronteira com a URSS. Assim, em 1971 a China Popular

acercou-se dos Estados Unidos (então em dificuldades no Vietnã), através da *Diplomacia do Ping-Pong*, no contexto da Doutrina Nixon. Como decorrência desse realinhamento, a RPC tornou-se membro do CS da ONU (no lugar de Taiwan), além de ter seu regime reconhecido e suas relações normalizadas com os países capitalistas desenvolvidos. Nixon visitou a China em 1972.

A base comum de tal cooperação era uma aliança tática contra o hegemonismo soviético e, para os EUA, uma forma de controlar os movimentos de libertação nacional (especialmente o do Vietnã), enquanto para a China a cooperação bilateral envolvia benefícios econômicos e tecnológicos. A nova estratégia diplomática chinesa tinha seu sustentáculo teórico na *Teoria dos Três Mundos*, apresentada por Deng Xiaoping em 1974, na Assembléia Geral da ONU. Segundo tal concepção EUA e URSS eram agrupados num mundo, os demais países capitalistas desenvolvidos no segundo, e as nações periféricas no terceiro (incluindo a China). Contudo, tal teoria acentuava especialmente a crítica ao "social-imperialismo" soviético. Iniciava-se, assim, a terceira fase da política externa chinesa, caracterizada pela busca da modernização.

A política de abertura e reformas logrou consolidar-se em fins de 1978 e início de 1979, com a adoção das "Quatro Modernizações", a normalização com o Japão e o estabelecimento de relações diplomáticas com os EUA. Deng Xiaoping, o novo líder desde a morte de Mao em 1976, defendia um projeto diferenciado, ainda que também fundamentado nas idéias de Chu En-lai. Tal plano consistia numa estratégia de desenvolvimento de longo prazo abarcando quatro esferas a modernizar: indústria, agricultura, forças armadas e ciência e tecnologia. As modernizações industrial e agrícola pressupunham uma maior interação com o mercado internacional, objetivando obter tecnologia avançada e desenvolver as forças produtivas. Além disso, tais reformas visavam à abertura externa seletiva do país através da criação de áreas específicas para a captação de capital e tecnologia estrangeiras e a instalação de empresas transnacionais, as Zonas Econômicas Especiais (ZEE). Assim, vários acordos foram estabelecidos com os EUA, o Japão e os países capitalistas da Europa ocidental, que visavam a importação de pacotes tecnológicos e de fábricas prontas.

A RPC apresentava um conjunto de vantagens comparativas que lhe permitiu alcançar com sucesso grande parte de seus objetivos. Neste sentido, o país possuía uma base industrial considerável (siderurgia, máquinas e bens de consumo), ainda que insuficientemente modernizada, um sistema de produção de energia, uma rede de transporte razoável e alguns núcleos tecnológicos satisfatórios para iniciar o desenvolvimento. Por outro lado, a

manutenção, paralelamente, da estrutura socialista, bem como de um considerável volume de população vivendo no campo, permitiram ao setor capitalista da economia dispor de uma mão-de-obra abundante a um custo extremamente baixo. Este é o significado profundo da ambígua expressão *Economia Socialista de Mercado*. Além da base material e da estabilidade sócio-política construídas pelo regime socialista, a China possuía ainda a possibilidade de utilizar outros trunfos, que haviam favorecido o desenvolvimento de Taiwan, Hong Kong e Cingapura: a diáspora chinesa e seus imensos recursos financeiros.

Na esfera estritamente diplomática, a RPC passou a atuar de forma intensa na ONU, explorando plenamente a recuperação de sua legitimidade internacional. De "arma do inimigo", a organização se convertia nun instrumento indispensável de reinserção no sistema mundial. A questão de Taiwan, ainda se configurava como um grave problema para a RPC, mas, devido ao agravamento das tensões internacionais (intervenção do Vietnã no Camboja, com o apoio da URSS, que igualmente interveio no Afeganistão), a China necessitava aliar-se aos EUA, pelo receio ao que percebia como cerco soviético. A China aproximou-se igualmente da Europa ocidental recebendo importantes créditos e, em 1984, foi acordada a devolução de Hong Kong para 1997 e, posteriormente, a de Macau para1999. A reincorporarão destas regiões capitalistas ao sistema socialista chinês estava fundamentada no princípio *um país, dois sistemas*, no qual as ex-colônias, permaneceriam com seus sistemas capitalistas de gestão e suas estruturas de financiamento, além de constituírem uma importante conexão chinesa com a economia mundial.

Paralelamente à aproximação com o Ocidente, a RPC, no final da década de 1970, agravou suas diferenças com a URSS, em função de conflitos fronteiriços entre os dois países, bem como ao crescente poderio soviético na região da Ásia-Pacífico. Esta ameaça soviética, aliada do Vietnã, aproximou a RPC dos países da ASEAN (Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Brunei). Tal acercamento possibilitou à China, igualmente, enfraquecer diplomaticamente Taiwan e associar-se à expansão das atividades econômicas da região. Também no plano regional, a reaproximação da RPC com o Japão permitiu desmantelar progressivamente a *Pax Americana* na Ásia, que mantivera afastados os dois maiores países do Extremo Oriente, marcando o início de um novo processo de cooperação e desenvolvimento econômico na região.

Contudo, apesar da cooperação através da ONU (e da moderação de suas posições nessa organização), a China manteve certa autonomia em

determinadas questões estratégicas. O país possuía armamento nuclear de qualidade para sua defesa, que poderia ser, igualmente, repassado às outras nações. As ações de Pequim neste campo, como em qualquer outro, foram orientadas por uma postura pragmática. Se a RPC refutou, em 1968, o Tratado de Não-Proliferação (TNP), justificando que tal tratado sancionava a conservação e centralização do poderio nuclear em benefício das grandes potências, em 1973, assinou tratados de desnuclearização relativos a outras áreas (Protocolo Adicional II do Tratado sobre Proibição de Armas Nucleares na América Latina e Tratado de Rarotonga, respectivamente), como destacou Abi-Sad.

Os resultados positivos das reformas foram evidenciados pelo acelerado crescimento econômico da RPC nos anos 80. Contudo, internamente a sociedade chinesa foi profundamente alterada por este processo de desenvolvimento, abrindo flanco para o questionamento político realizado no final da década, o qual culminou com o incidente da Praça da Paz Celestial, em 1989. Esta situação revestiu-se de extrema gravidade, devido ao contexto do encerramento da Guerra Fria durante o Novo Curso da diplomacia soviética sob Gorbatchov. A situação internacional da China sofrerá uma brusca alteração, como se verá adiante. E seus problemas internos, por sua vez, foram claramente estimulados e agravados por ingerências externas.

Paralelamente, o Brasil conhecia também um forte desenvolvimento econômico durante o Regime Militar, e ampliava qualitativamente sua inserção internacional. Durante o governo Médici, a economia cresceu em torno de 10% ao ano entre 1970 e 1973 (o *milagre brasileiro*). Consolidava-se o famoso *tripé econômico*: empresas estatais (infra-estrutura, energia e bens de capital), transnacionais (bens de consumo duráveis) e capital privado nacional (produção de insumos e bens de consumo popular). Repressivo e formalmente pró-americano, mas também desenvolvimentista, o governo Médici constitui um fenômeno complexo e contraditório. Contudo, ao analisar-se sua política exterior e seu projeto de *Brasil Potência*, o aparente paradoxo torna-se compreensível. A auto-intitulada *Diplomacia do Interesse Nacional* do chanceler Mário Gibson Barbosa promoveu visíveis alterações de forma, em relação à *Diplomacia da Prosperidade* de Costa e Silva. A solidariedade terceiromundista foi abandonada, bem como o discurso politizado (substituído pelo pragmatismo), a estratégia multilateral cedeu lugar ao estrito bilateralismo e à via solitária, e as áreas de atrito com os EUA receberam maior atenção, estabelecendo-se um relacionamento satisfatório.

Contudo, além de denunciar a tentativa de "congelamento do poder mundial" pelas grandes potências, a nova política externa tinha objetivos

ambiciosos, como "o ingresso do Brasil no Primeiro Mundo. Até o final do século (...) construir-se-á no país uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se a viabilidade econômica, social e política do *Brasil como grande potência*". Assim, ao lado da aparente convergência com Washington, o país manteve seus ataques (agora apenas em seu próprio nome) às estruturas do comércio e finanças internacionais, recusou-se a assinar o TNP e avançou o projeto de qualificação tecnológica e construção de uma indústria armamentista nacional. Além disso, a atração de investimentos e tecnologia foi maximizada com o estreitamento de laços com outros pólos do capitalismo, como Japão e Europa Ocidental. Forte impacto simbólico teve a ampliação do mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas em 1970, contra a vontade dos EUA.

Como foi possível conciliar boas relações com os EUA com um projeto nacionalista-industrializante de grande potência, o que para os governos anteriores fora impossível? Os problemas políticos internos do Brasil (combate à guerrilha) produziram uma forma de solidariedade por parte da Casa Branca, num momento em que governos de esquerda estavam no poder no Chile, Bolívia e Peru, e que a Argentina e o Uruguai conheciam uma confrontação política interna que beirava a guerra civil. Assim, o Brasil era um aliado necessário para estabilizar a região, principalmente durante a vigência da Doutrina Nixon. Neste sentido, o Brasil cumpriu com o papel que Washington esperava, ao fornecer apoio aos golpes de Estado no Chile, Uruguai e Bolívia. Existia, portanto, um espaço internacional para a configuração de um projeto de potência média regional e uma conjuntura latino-americana altamente favorável. Também é importante considerar que a complementaridade econômica entre os dois países era cada vez menor, e que Nixon estava mais preocupado em desengajar seu país do Vietnã e buscar novas estratégias para a recuperação da desgastada hegemonia norte-americana.

A *Diplomacia do Interesse Nacional*, preocupada exclusivamente em tirar proveito das brechas existentes no sistema internacional, enfatizou uma estratégia individual de inserção, estabelecendo relações essencialmente bilaterais, especialmente em direção aos países mais fracos, na América do Sul e Central e dos países neocoloniais africanos do Golfo da Guiné. Mais ousada e repleta de conseqüências foi a aproximação com os países árabes, devido ao aumento gradativo do petróleo desde 1971, o que aumentava seu poder de compra e obrigava o Brasil a garantir o abastecimento, buscando simultaneamente compensações ao encarecimento das crescentes importações de combustível (que desequilibrava a balança comercial). A

Guerra do Yom Kippur em outubro de 1973, e o subseqüente aumento violento e embargo parcial de petróleo, aprofundarão o problema no governo seguinte.

A reação econômica do governo Geisel (1974-79) implicava proceder a uma alteração significativa das relações exteriores, pois o capitalismo brasileiro atingira um nível de desenvolvimento que implicava num alto grau de inserção mundial. Isto se tornava ainda mais urgente devido à conjuntura internacional adversa, e ao fato do regime militar ter piorado ainda mais a distribuição de renda, fazendo com que o mercado interno fosse insuficiente para as dimensões da economia. O primeiro passo da diplomacia denominada *Pragmatismo Responsável e Ecumênico* do chanceler Azeredo da Silveira foi estreitar vínculos com os países árabes. O Itamaraty permitiu a instalação de um escritório da OLP em Brasília, apoiou o voto anti-sionista na ONU e adotou uma intensa política exportadora de produtos primários, industriais e serviços, em troca do fornecimento de petróleo. Mais do que isto, o Brasil adotou uma íntima cooperação com potências regionais como Argélia, Líbia, Iraque e Arábia Saudita, sob a forma de *joint-ventures* para prospecção no Oriente Médio através da Braspetro, e para o desenvolvimento tecnológico e industrial-militar (venda de armas brasileiras e projetos comuns no campo dos mísseis).

Com relação ao campo socialista, ocorreu um incremento comercial com os países com os quais já possuíamos vínculos, o bloco soviético, e o impactante estabelecimento de relações diplomático-comerciais com a República Popular da China em 1974. É interessante ressaltar que o Brasil passou a cooperar com estes países também em termos estratégicos, como forma de afirmar sua presença autônoma no cenário mundial. Da mesma forma, a atuação brasileira na ONU e nas demais organizações internacionais conheceu um intenso protagonismo, e isto em convergência explícita com o Terceiro Mundo e suas instituições representativas. Na mesma linha, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo marxista do MPLA em Angola, mantendo também estreitas relações políticas e econômicas com Moçambique e outros Estados da Linha de Frente da África Austral. Aliás, a política africana do Brasil conheceu um incremento espetacular neste período.

Mesmo no âmbito das potências capitalistas, Geisel promoveu alterações significativas. Frente ao insatisfatório relacionamento com os EUA, não hesitou em dar um conteúdo qualitativamente superior ao relacionamento com a Europa ocidental e o Japão, com os quais

incrementou a cooperação comercial, atração de investimentos, transferência de tecnologia e implementação de projetos agrícolas e industriais. Com relação à Bonn e Tóquio, pode-se considerar que se estabeleceu uma cooperação estratégica, que ultrapassou de longe a tradicional política de barganha expressa pela diplomacia brasileira anteriormente. Quando a Casa Branca se recusou a colaborar com o projeto nuclear brasileiro, o presidente não vacilou em assinar um Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental. Frente às crescentes pressões americanas para desistir do Acordo, particularmente intensificadas após a emergência da política de direitos humanos da administração Carter em 1977, Geisel rompeu o Acordo Militar Brasil-EUA, vigente desde 1952. Também é digno de nota o avanço do programa espacial (foguetes e satélites) desenvolvido pelo Brasil, e que gradativamente será vinculado à cooperação com a China Popular.

Com relação à América Latina, o Brasil procurou estreitar a cooperação, abandonando o discurso ufanista de grande potência. Iniciou conversações com a Argentina para a solução do contencioso das barragens hidrelétricas da Bacia do Prata, obtendo um acordo durante o governo seguinte. O apoio ao regime militar argentino implementado em 1976 facilitou ainda mais a aproximação. Quando na segunda metade dos anos 70 surgiram rumores de uma possível internacionalização da Amazônia, o Brasil imediatamente reuniu os países vizinhos e com eles lançou a Iniciativa Amazônica, estabelecendo uma estratégia comum para a exploração da região e reafirmação das soberanias nacionais dos países membro sobre ela.

O *Pragmatismo Responsável*, como não poderia deixar de ser, despertou a ferrenha oposição dos EUA, bem como de segmentos conservadores da política brasileira. Geisel precisou mediar constantemente conflitos entre o Conselho de Segurança Nacional, que se opunha a muitos aspectos desta diplomacia, e o Itamaraty que a defendia. Um fato interessante foi que, desde a adoção desta linha diplomática, a grande imprensa internacional passou a atacar o governo com veemência, denunciando sistematicamente a violação de direitos humanos no país, o que só era feito em escala muito reduzida durante o governo Médici, o qual foi qualitativamente mais repressivo e não propunha uma abertura política.

O governo Figueiredo (1979-85), último do Regime Militar, caracterizou-se pelo aprofundamento da abertura política, em meio a grandes problemas econômicos internos e externos, que pressionavam estruturalmente o modelo de desenvolvimento. A situação econômica e política mundial tornou-se dramaticamente adversa para o Brasil com o Segundo Choque Petrolífero

(devido à Revolução no Irã e a guerra com o Iraque) e com o fim da *détente* em 1979, marcando uma vigorosa reação americana que se aprofundaria durante a Era Reagan. Além disso, durante os anos 70 processou-se uma rearticulação da economia mundial, através da restruturação das formas produtivas, do estabelecimento de uma nova divisão internacional da produção e do desencadeamento de uma Revolução Científico-Tecnológica (RCT), que voltaram a ampliar a distância entre os países capitalistas avançados e os em desenvolvimento. Coroando esta estratégia, em 1981 Reagan promoveu um violenta elevação da taxa de juros, tendo como um dos objetivos aumentar a dívida externa dos países do Sul. Assim, a *crise da dívida* constituía um instrumento de pressão contra a política econômica dos mesmos e um golpe mortal no projeto de desenvolvimento de nações como o Brasil.

Vencida a *Síndrome do Vietnã*, os Estados Unidos adotaram um maior protagonismo nas relações internacionais, com a Nova Guerra Fria e a Iniciativa de Defesa Estratégica, que além de tentar restaurar a bipolaridade e enfraquecer a URSS, criava instrumentos para a subjugação política e extração de recursos do Terceiro Mundo. Enquanto a URSS e a ONU enfraqueciam-se como instrumentos de apoio para os países periféricos, os EUA eliminavam as possibilidades de relações multilaterais, desarticulando progressivamente a atuação coordenada do Terceiro Mundo. Para completar, o surgimento do neoliberalismo nos países centrais tornava ainda mais difícil a sobrevivência de experiências capitalistas nacional-desenvolvimentistas no Sul.

A América Latina foi atingida em cheio pela crise da dívida em 1981 e, em seguida, pela Guerra das Malvinas em 1982. A maneira como foi articulada e executada a derrota da Argentina e a implosão de seu regime militar, reforçaram a percepção do governo e da diplomacia brasileira de que estava se processando uma rearticulação do sistema internacional fortemente negativa para a autonomia dos países de porte médio do Terceiro Mundo. Isto levou o Brasil a apoiar integralmente a Argentina, o que solidificou a cooperação entre ambos, a qual continuou crescendo com o retorno da democracia na Argentina.

A política externa do chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro autodenominou-se de *Universalismo*, e esforçou-se por manter a autonomia do Brasil num cenário crescentemente desfavorável, conservando fortes traços de continuidade com o *Pragmatismo Responsável*. Definindo o país como parte do Terceiro Mundo, a diplomacia brasileira continuou a atuar nos fóruns internacionais em convergência com o Movimento Não-Alinhado (embora não fosse membro efetivo), denunciando as estruturas políticas e

econômicas internacionais. Com a gradativa submissão da Europa ocidental e do Japão ao rearranjo econômico e diplomático-estratégico da administração Reagan, a cooperação com estes países conheceu uma significativa redução. Na África, o Brasil manteve uma presença importante, mas a recessão da *década perdida* naquele continente e o aprofundamento da guerra na África austral, limitaram fortemente os resultados de tal cooperação.

Com relação ao Oriente Médio e à China, o Brasil intensificou a cooperação, obtendo resultados relativamente positivos, embora dificultados pelas conseqüências da Guerra do Golfo e dos problemas econômicos internos do Brasil. A indústria armamentista estatal brasileira, tendo atingido elevado grau de desenvolvimento, conseguiu neste período incrementar suas exportações, tanto para os países árabes como, em menor medida, para os africanos e centro-americanos. Apesar de tal atitude nesta última região, o Brasil fez-se cada vez mais presente, apoiando o Grupo de Contadora na mediação do conflito centro-americano.

A implementação da Guerra Fria e a solução militar protagonizada pelos EUA (conflito de baixa intensidade na Nicarágua e El Salvador e invasão de Granada), levaram o Brasil a integrar o Grupo de Apoio à Contadora, e depois o G-8, convergindo com a diplomacia mexicana, venezuelana e argentina. A América do Sul, por sua vez, constituía cada vez mais um espaço valorizado pela diplomacia brasileira, incrementando uma cooperação político-econômica, cujo eixo central era o acercamento com a Argentina. Além disso, o Brasil observava com extrema inquietação a crescente pressão americana pela redemocratização no Cone Sul, interpretando o fenômeno como uma estratégia de desarticulação das potências médias e de legitimação do pagamento da dívida externa destas.

A crescente dificuldade das exportações, na medida em que o Estado carecia de recursos para continuar financiando-as, a queda no afluxo de capital estrangeiro e o aumento dos pagamentos para amortização da dívida externa, provocaram uma severa recessão em 1982-83, além de incrementar a inflação, obrigando o Brasil a pedir uma moratória. A dívida externa atingirá a cifra de 100 bilhões de dólares e o aprofundamento da crise produzirá o aumento do custo de vida e uma série de impasses na política salarial e nos indicadores sociais.

A redemocratização apresentou mais traços de continuidade do que de ruptura, especialmente na política externa. A diplomacia do governo Sarney (1985-90) apresentou uma evolução singular. O ministro Olavo Setúbal mostrou-se determinado a romper com a linha diplomática do Pragmatismo

Responsável e do Universalismo. Argumentava que o Brasil era um país Ocidental, que deveria maximizar suas oportunidades individuais, em cooperação com os EUA, para chegar ao Primeiro Mundo. Obviamente sua ênfase foi de afastamento do Terceiro Mundo e de suas reivindicações. Sua política baseava-se em larga medida na situação internacional, caracterizada pela relativamente bem sucedida tentativa norte-americana de reafirmar sua liderança, pela crise e reforma do socialismo (a ascensão de Gorbatchov foi praticamente simultânea ao início da Nova República) e pelas crescentes dificuldades do Terceiro Mundo, pois em 1985, na Reunião de Cúpula do G-7 em Cancun, o diálogo Norte-Sul foi abandonado. Contudo, o Itamaraty resistiu a esta nova orientação. Assim, no início de 1986 o chanceler era substituído por Abreu Sodré. Uma de suas primeiras medidas foi o reatamento de relações diplomáticas com Cuba, que fora até então obstaculizada por Setúbal e pelo Conselho de Segurança Nacional.

A cooperação com a URSS cresceu, especialmente com as esperanças despertadas pela *Perestroika*, mas logo a crise soviética e a convergência entre Moscou e Washington frustraram-na. Em relação à China, intensificou-se o comércio e desenvolveram-se projetos tecnológicos, especialmente na área espacial. Com relação ao Terceiro Mundo e aos organismos internacionais, Sarney conservou a mesma linha que iniciara com Geisel, mantendo atitudes que lhe valeram até o respeito da esquerda. Com relação à África, ao Oriente Médio, à Europa Ocidental e ao Japão, a política foi exatamente igual à do governo Figueiredo, só que marcada por dificuldades ainda maiores. Também permaneceu inalterada a diplomacia centro-americana do Brasil, com apoio ativo ao Grupo de Contadora e crítica à atuação dos EUA.

Quanto mais se estreitavam as possibilidades de atuação do Brasil no plano global, mais a América do Sul foi valorizada como alternativa estratégica, tendo seu eixo centrado na cooperação e integração com a Argentina, que vivia problemas semelhantes aos do Brasil. O retorno da democracia, com os presidentes Raul Alfonsin e José Sarney, se deu numa conjuntura adversa do ponto de vista econômico e diplomático. A crise da dívida fez com que os países latino-americanos ficassem extremamente vulneráveis às pressões do FMI e do Banco Mundial, num quadro de graves dificuldades econômicas, enquanto o conflito centro-americano permitia ao governo Reagan trazer a Guerra Fria para o âmbito hemisférico, o que lhe possibilitava também utilizar instrumentos diplomáticos e militares para exercer uma pressão suplementar sobre a América Latina. Neste contexto os dois países haviam aderido ao Grupo de Apoio à Contadora e desencadeado um acercamento sistemático e institucionalizado.

Em 1985, através da Declaração de Iguaçu, foi estabelecida uma comissão para estudar a integração entre os dois países e em 1986 foi assinada a Ata para Integração e Cooperação Econômica, que previa a intensificação e diversificação das trocas comerciais. Fruto deste esforço, em 1988 foi firmado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, que previa o estabelecimento de um Mercado Comum entre os dois países num prazo de dez anos. O que estava por trás desta cooperação, a par dos fatores já apontados, era a marginalização crescente da América Latina no sistema mundial, a tentativa de formular respostas diplomáticas comuns aos desafios internacionais, a busca de complementaridade comercial, a criação de fluxos de desvio de comércio e um esforço conjunto no campo tecnológico (particularmente nuclear) e de projetos específicos. Para o Brasil, especificamente, a integração permitia aumentar a base regional para a inserção internacional do país, num caminho que conduzirá, em 1991, à criação do Mercosul.

Durante as décadas de 70 e 80, a atuação internacional do Brasil e da República Popular da China passaram a convergir em vários campos, em função dos projetos de desenvolvimento e de inserção internacional dos dois países. Inclusive as relações diplomáticas foram estabelecidas entre ambos, no quadro de uma crescente cooperação estratégica bilateral. A participação das duas nações na ONU foi, igualmente, bastante semelhante, sobretudo no tocante aos temas da ordem mundial e da luta contra os constrangimentos econômicos e diplomáticos que limitavam as possibilidades de pleno desenvolvimento e inserção internacional de países periféricos de grande porte, como era o caso do Brasil e da China.

Todavia, permaneceram algumas diferenças, agora com sinal invertido. A China jogou habilmente a cartada anti-soviética, tirando o máximo proveito da cooperação com os Estados Unidos, sem ter em conta o perigo de certos desdobramentos futuros, enquanto o Brasil, talvez por não contar com os mesmos recursos de poder militar e diplomático, atuou de forma a contestar certos aspectos da sistema mundial, que obstaculizavam o reconhecimento do país como potência média. Ironicamente, o socialismo chinês era considerado pelas grandes potências ocidentais como aceitável, enquanto a ascensão do capitalismo brasileiro a um patamar mais elevado, não.

A ONU e os desafios da nova (des)ordem global

No final dos anos 80, com o final da Guerra Fria propiciado pelo novo curso diplomático da *Perestroika* de Gorbatchov, houve uma crescente convergência entre a URSS e os EUA no tocante às questões internacionais.

Isto se refletiu na ONU, através da ressurreição do Conselho de Segurança, que foi desbloqueado pelo fim dos constantes vetos. Contudo, tal situação esvaziava o papel que a China até então desempenhava, pois sua importância como instrumento de uma estratégia anti-soviética perdia sentido. Da mesma forma, no campo econômico, a tolerância Ocidental (particularmente norte-americana) para com o desenvolvimento "heterodoxo" da Ásia, particularmente da China, perdia a razão de ser. A alteração da conjuntura foi rápida e dramática.

Os efeitos internacionais da *Perestroika* e a facilidade com que a URSS estava sendo integrada ao sistema mundial em uma posição de subordinação levaram determinadas forças políticas (dos EUA, de Taiwan e da própria China) a tentar conduzir a RPC pelo mesmo caminho. Não se tratava de uma mera conspiração, pois as tensões sociais que acompanhavam as economicamente bem sucedidas reformas chinesas eram consideráveis, além de os dirigentes encontrarem-se divididos quanto aos rumos, velocidade e limites destas reformas A situação de conflito que perpassava o Partido, o Estado e a própria sociedade materializou-se na mobilização estudantil, que logo arrastou consigo outros segmentos sociais com objetivos diversos. Um movimento popular multifacético e contraditório emergia no país, e o jovem empresariado e os ultra-reformistas do PCC, nucleados por Zhao Ziyang, procuraram capitalizá-lo em sua luta contra os reformistas moderados como um "movimento pela democracia". A concentração popular na Praça da Paz Celestial (Tiananmen), ponto de inflexão deste confronto, não por coincidência ocorria durante as comemorações do Movimento de 4 de maio de 1919 e a visita de Gorbatchov, que deveria encerrar três décadas de divergência sino-soviética. Os estudantes haviam feito reivindicações que estavam sendo negociadas e parcialmente atendidas, o que era uma novidade no país. Contudo, a pressão da mídia internacional, apoiada por interesses estrangeiros, levou os estudantes a ampliarem suas demandas, exigindo uma democracia liberal (num país que não possui estruturas sociais para isso), colocando o regime numa situação que não seria tolerada por nenhum governo do mundo e levando-o a reprimir o movimento com violência. Face à determinação dos estudantes que permaneceram na Praça, a velha guarda e os partidários do chamado neo-autoritarismo agruparam-se em torno de Deng Xiaoping, recorrendo ao Exército Popular de Libertação (EPL) para desencadear a repressão em junho de 1989. O regime foi salvo *in extremis*, impedindo que a China tivesse o mesmo destino que a URSS, mas este acontecimento logo seria eclipsado pelo leste europeu, profundamente afetado pela *Perestroika*.

Assim, ao mesmo tempo em que Pequim e Moscou encerravam três décadas de rivalidades, a posição internacional de ambos sofria uma brusca reviravolta e deterioração. A China tornava-se o novo bode-expiatório do Ocidente, com críticas ao seu sistema político e ao exercício dos direitos humanos, sofrendo embargo comercial, financeiro e tecnológico-militar, com objetivos diplomáticos e econômicos. Ao mesmo tempo, a URSS também via sua importância internacional reduzir-se, com a queda dos regimes socialistas do leste europeu, o aprofundamento da crise interna e o declínio gradativo do apoio ocidental, já que a Guerra Fria estava encerrada e o país integrado ao que o presidente Bush denominou de "Nova Ordem Mundial". Dois anos depois, a própria União Soviética se desintegraria, alterando completamente o quadro estratégico em função do qual a China havia formulado seu projeto de inserção internacional. Além disso, sobre o regime chinês passaram a pesar graves ameaças, devido às campanhas externas hostis.

Diante disso, internamente Deng propôs a continuidade das reformas, conservando o sistema político socialista. Para o líder chinês, "uma economia de mercado não implica necessariamente em capitalismo, (pois) a verdadeira natureza do socialismo é liberar as forças produtivas". E, apesar dos abalos sofridos, a China apresentava uma conjuntura propícia a um avanço reformista, uma vez que os elementos dissidentes estavam temporariamente neutralizados. A vitória política de Deng foi consolidada no XIV Congresso do PCC, realizado em outubro de 1992, no qual os chamados conservadores foram praticamente alijados do Comitê Central, e a teoria de Deng relativa à construção de um socialismo com característica chinesas, foi amplamente aceita. A economia cresceu de forma extraordinária entre 1992-1993 atingindo índices de 12% e 13%, respectivamente (um recorde mundial). Isto foi possível, entre outros fatores, devido ao bem sucedido chamamento de Deng para que países asiáticos e, sobretudo, a diáspora chinesa rompessem com o embargo Ocidental.

É importante notar que os acontecimentos da Praça da Paz Celestial, ou melhor, a relevância dada a estes pela mídia Ocidental, ocorria num contexto de reordenamento do equilíbrio mundial. A RPC, antes importante peça estratégica, com o fim do bloco soviético perdeu sua importância A China integrava um sistema triangular, que tinha como objetivo a contenção do comunismo pró-soviético na Ásia. "Até então o Ocidente mantivera uma política de reserva interesseira com relação à natureza intrínseca do regime comunista chinês." (Domenach, 103). Contudo, ainda que enfraquecida, a RPC não havia perdido sua importância política e econômica, seja no cenário

asiático ou mundial. Ainda que o Japão e outros países asiáticos tivessem aderido às sanções, esta posição foi revista. O grande argumento de Pequim era relativo à necessária manutenção da estabilidade chinesa na preservação de um equilíbrio regional e do surto de desenvolvimento na área do Pacífico. E, em troca de condições especiais, o Japão rompeu com as sanções ao país, em 1991, a RPC já se configurava como segundo mais importante parceiro do Japão e, em 1992, o imperador japonês Akihito visitou a China.

A crise do Golfo também permitiu o retorno da China à cena dos grandes acontecimentos mundiais. A RPC não tomou posição com relação ao conflito, evidenciando pragmatismo e agilidade diplomáticas, uma vez que não feriu os princípios de não intervenção e autodeterminação, tão caros ao país, necessários ao resguardo de sua estrutura interna de poder. Assim, o país ia superando o isolamento que lhe fora imposto. No plano regional, Pequim se reconciliou com Hanói em 1990, sobretudo visando à sobrevivência de ambos regimes, e estabeleceu relações diplomáticas com a Coréia do Sul em 1992, tanto para ampliar o leque de suas alianças asiáticas, como para aprofundar uma cooperação econômica estratégica. Com o desmembramento da URSS, as relações com a Rússia tornaram-se ainda mais intensas, tanto por razões de segurança como econômicas. Igualmente o relacionamento bilateral com a Índia foi substancialmente melhorado. Mais sutilmente, a China fez notar a seus vizinhos que a prosperidade econômica da Ásia oriental tinha no país sua pedra angular.

As relações sino-americanas, por sua vez, estavam assentadas no deslocamento de um eixo de aliança estratégica, para outro contraditório, de interesses econômicos associados (mas setorialmente divergentes) e de diferenças político-diplomáticas. “Nessas condições, haveria necessidade de repensar o relacionamento sino-americano em bases mais concretas e imediatas, levando em conta três fatores essenciais: uma reavaliação estratégica, uma nova ênfase sobre assuntos econômicos e a discussão de temas relativos aos direitos humanos”[5] . Os EUA, apoiados em boa medida pela Europa, vão procurar introduzir os temas dos direitos humanos, da democracia liberal, das liberdades políticas individuais e das minorias étnicas, particularmente do Tibete, como tema associado à discussão de questões econômico-comerciais.

Uma questão fundamental nas relações sino-americanas diz respeito às negociações entre a RPC e Taiwan. Em 1988 ambos países participaram

[5] ABI-SAD, *op. cit*, p. 157. De fato as trocas comerciais entre ambos países cresceram significativamente entre 1980 (5,4 bilhões) e 1991 (20 bilhões).

de uma mesma reunião, e em 1991 ingressaram na APEC. Até 1987, vigorou a política dos "três nãos" de Taipé: não a contatos, compromissos e negociações com Pequim. Neste mesmo ano foram autorizadas as visitas aos familiares no continente e, em 1991, Taiwan, suspendeu o "estado de rebelião insurrecional". Paralelamente, incrementavam-se os contatos bilaterais, com grandes investimentos de capital de Taiwan no continente. Enquanto Pequim advogava a fórmula *um país, dois sistemas* (visando a unificação), Taiwan respondia: *um país, dois governos* (evidenciando a singularidade da ilha). De qualquer maneira, as negociações avançavam continuamente.

No momento em que a China encaminhava-se para a reunificação com Hong Kong e os Tigres tentavam consolidar seu desenvolvimento em moldes autônomos, ocorreu, então, primeiro a crise japonesa e, posteriormente, o terremoto financeiro nos Tigres mais associados aos Estados Unidos (Tailândia, Indonésia e Coréia do Sul). Por outro lado, os americanos desenvolveram esforços para estabelecer uma série de alianças anti-chinesas na Ásia. Além disso, intensificaram-se as pressões pela fragmentação da RPC (revivendo a questão do Tibete e de Taiwan) e contra a Indonésia, que acabaram derrubando Suharto, e implicando na independência do Timor Leste, sob a tutela ocidental. Como o governo americano, face aos interesses econômicos, não pode afrontar diretamente a China, a produção cinematográfica de Hollywood serve de base para o desencadeamento de uma campanha anti-chinesa, particularmente na questão do Tibete. Por outro lado, os *lobbies* pró-Taiwan dos Estados Unidos e o Partido Democrático da ilha, procuram reforçar a posição independentista. Finalmente, no campo militar observa-se a estratégia americana de criar um sistema de defesa anti-mísseis na Ásia oriental, envolvendo Japão, Coréia do Sul e Taiwan, visivelmente voltado contra Pequim, além de recados mais sutis como o bombardeio da Embaixada chinesa em Belgrado.

Isto porque, na região, o pivô é, evidentemente, a República Popular da China. O país não apenas continua afirmando sua inserção mundial soberana (com seu próprio projeto nacional), o caráter inegociável de suas instituições político-sociais internas, como mantendo sua moeda, o yuan, frente ao dólar. Trata-se de um instrumento indispensável para a criação de uma moeda conversível. Igualmente importante, a economia do país conseguiu crescer 8% em 1998 e em 1999, em plena crise asiática. Neste contexto, percebe-se que a estratégia da China é ganhar tempo, fortalecendo sua economia, tecnologia e forças armadas. Mais uma ou duas décadas seriam necessárias para o país consolidar-se internacionalmente de forma

irreversível, contribuindo paralelamente para a criação de um sistema mundial multipolar.

No tocante à crise asiática, abstraindo as explicações puramente técnicas, é interessante observar que a questão central é a contenção do desenvolvimento asiático, de forma a impedir a afirmação de um pólo competidor, a Ásia, e de uma virtual nova superpotência, a China. O fenômeno da fuga de capitais pode ser induzido de distintas maneiras, e dificilmente ocorre sem que haja uma linha estratégica definida. Os próprios asiáticos têm demonstrado a percepção de que o alvo da crise é o seu desenvolvimento industrial e tecnológico. O problema é que Washington hoje considera o desenvolvimento econômico de países de dimensões continentais como uma ameaça ao exercício de sua liderança. Isto é ainda mais grave em relação à China, país que exibe uma postura diplomático-militar autônoma, afirmando com novos meios sua postura como estado westfaliano

É preciso também refletir sobre a região sem "olhos norte-americanos", que caracterizam a maioria das obras que circulam entre nós, mas a partir das percepções que a região possui de si mesma e de suas relações com o resto do mundo. Assim, enquanto o ex-assessor e atual diretor da CIA Anthony Lake, apregoa a necessidade de os EUA passarem do *Containment* da época da Guerra Fria ao *Enlargement*, os asiáticos estruturam conceitos como o de *Comprehensive Security*, defendendo o respeito aos projetos nacionais e a necessidade de estabilidade como forma de garantir o bem-estar de toda a sociedade.

O Brasil, do mesmo modo que a China, sofreu negativamente o impacto das transformações internacionais da passagem dos anos 80 aos 90. A diferença é que a elite dirigente chinesa reagiu às condições adversas, enquanto que a brasileira capitulou e adaptou-se às novas tendências. O caráter da política externa brasileira no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi de retorno ao alinhamento com os EUA. No clímax que se seguiu ao fim da Guerra Fria, sua administração considerou que este seria o melhor caminho para o reposicionamento da diplomacia brasileira. Ao mesmo tempo, para implementar o programa neoliberal, Collor abriu o mercado nacional de maneira abrupta, sem buscar contrapesos e compensações dos principais parceiros. Neste contexto, os EUA adotaram uma política para reverter seus *déficits* na balança comercial com diversos países. Assim, para a América Latina, tradicional área de influência da Casa Branca, os *policy makers* norte-americanos elaboraram o *Washington Consensus*, plano que defende os preceitos neoliberais.

Ao lado da abertura dos mercados, o abandono do projeto de desenvolvimento, o sucateamento de indústrias estratégicas como a aeronáutica e a armamentista nacional, do projeto nuclear e a privatização das empresas estatais mais bem sucedidas (majoritariamente adquiridas por capitais estrangeiros), produziram uma situação de crise econômica, retrocesso da produção e desemprego, que acabaram precipitando a queda do presidente. No plano diplomático, a presença brasileira em várias regiões do mundo sofreu um acentuado retrocesso, como no Oriente Médio e na África. Em lugar da política externa de grande projeção dos governos anteriores, buscou-se então prêmios de consolação. No contexto da reforma da ONU, o ingresso do Brasil como membro permanente com direito a veto no Conselho de Segurança torna-se uma das metas da diplomacia do país, assim como a democratização dos processos decisórios no âmbito daquela organização. As credenciais apresentadas eram a constante participação brasileira nas missões de paz das Nações Unidas, mas especialmente o acatamento dos itens da nova agenda internacional.

No contexto da liberalização comercial via rebaixamento de tarifas alfandegárias, o governo Collor deu outro rumo à integração Brasil-Argentina, com a criação do Mercosul (Mercado Comum do Sul). O ingresso do Paraguai e do Uruguai, objetivava a acelerar a redução de tarifas externas brasileiras, tendo em vista o perfil importador destas economias. Contudo, o Itamaraty atuou de maneira compensatória, procurando dotar o Mercosul de mecanismos que permitissem a manutenção de uma base produtiva na região, bem como o crescimento das trocas comerciais entre os Estados-membro. Isto reforçava a perspectiva brasileira de incrementar sua presença regional, quando suas relações com outras regiões recuavam. Mas num quadro geral de dificuldades, inerentes ao abandono abrupto do modelo desenvolvimentista, e da adoção do neoliberalismo, produziu-se uma crise governamental, que culminou com a renúncia do presidente em 1992.

O governo do vice-presidente Itamar Franco marcou certa alteração de rumos, participando ativamente nos organismos multilaterais. Em relação às Nações Unidas, o Brasil apoiou operações de paz, participando de sete delas. Nas negociações finais da Rodada Uruguai do GATT, a posição brasileira voltou a ser de destaque. Os EUA com o apoio dos países da OCDE haviam tentado trazer as discussões para assuntos como os serviços, efeitos comerciais dos direitos de propriedade intelectual, investimento e tecnologias de ponta. Vislumbrando com desconfiança tais posicionamentos, o Brasil se associou a uma série de Grupos para melhor defender os interesses dos países em desenvolvimento, tais como o Grupo dos Dez, Grupo

de Cairns, o Grupo Informal e o Núcleo dos Cinco. Mais uma vez a questão da agricultura foi ponto de discórdia, e mesmo nos diversos grupos onde o Brasil atuava, era necessário uma enorme articulação para manobrar a multiplicidade de interesses dos diversos membros incluídos.

As relações com os EUA irão ter seu centro na questão envolvendo o Nafta. As preocupações brasileiras foram sobre os efeitos que o bloco de livre comércio na América do Norte teria sobre nossas exportações. Assim, as conclusões foram de prejuízo para o comércio brasileiro, pois um conjunto grande de produtos que caracterizam o comércio EUA-México, são concorrentes brasileiros, e no momento em que os produtos do Brasil não terão as mesmas facilidades, é clara a desvantagem. Um fato importante a ser destacado é o aumento das exportações norte-americanas para o Brasil. Não obstante nossas exportações para os EUA tenham crescido na ordem de 21% em 1992, no mesmo período o volume estadunidense para o Brasil aumentou em 55%.

A integração no âmbito do Mercosul fortaleceu-se, como resposta a este desafio. O processo de integração serve não apenas para melhor posicionar as economias da região no contexto da globalização, mas também para aprofundar os laços culturais e sociais dos países membros, assim como incentivar mecanismos mais profundos de integração, tais como nos campos da tecnologia, educação, meio ambiente, justiça. Outro iniciativa foi o lançamento da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) Desta forma, a política externa brasileira para a América Latina será conduzida de forma a multiplicar os meios de conversações visando fortalecer a região em sua integração. Assim sendo, o Grupo do Rio será um importante organismo de negociações multilaterais.

Logo, com a China será assinado um Protocolo sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior. Ainda serão estabelecidos acordos bilaterais nas áreas de biotecnologia e medicina, educação, cultura e desportos. Além da China, a Índia é outra importante nação, não somente pelo seu tamanho, população e posição geográfica, mas também por enquadrar-se no conceito de mercados emergentes como o Brasil. Portanto, a Índia compactuará com o Brasil na questão da Agenda do Desenvolvimento, bem como na reforma do Conselho de Segurança da ONU. Por fim, os dois países manterão cooperação em interesses comuns como indústrias têxtil e ferroviária.

No tocante às relações com o continente africano, no âmbito multilateral, ocorreu o lançamento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico

Sul e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, além da participação nas forças de paz denominadas UNAVEM e ONUMOZ em 1994. Assim sendo, na esfera das relações bilaterais, o Brasil irá empenhar-se em Angola para que MPLA e UNITA chegassem a um acordo de paz. As relações com a África do Sul, por sua vez, foram aprofundadas, principalmente após o fim do regime segregacionista do *Apartheid*.

Durante o governo do presidente Itamar Franco o atual presidente, Fernando Henrique Cardoso (FHC), ocupou a pasta das Relações Exteriores e, posteriormente, da Fazenda. FHC dará início ao processo de estabilização da economia, com a criação do Plano Real. Este permitiu estabilizar as reformas estruturais de perfil neoliberal. Portanto, se é certo que o presidente Itamar revalorizou o multilateralismo nas relações exteriores, defendeu a democracia, o desarmamento e o desenvolvimento, assim como a democratização do processo de tomada de decisões no âmbito da ONU, e realçou a noção de soberania nacional frente à globalização, também é preciso levar em conta que não conseguiu reverter o curso dos acontecimentos. O fato mais importante será o acatamento dos novos *standards* de comportamento internacional, impostos pelos países desenvolvidos, aceitando o Brasil uma posição de ator coadjuvante no cenário mundial, muito aquém da expressão diplomática alcançada nos anos 70 e 80.

A ascensão de Fernando Henrique Cardoso à presidência em 1995 aprofundará tal tendência. Mas a política externa de FHC será pautada por uma espécie de ambivalência, muito mais articulável no plano retórico do que no prático, onde o alinhamento brasileiro à demanda de regimes internacionais será bastante acelerado. Desta maneira, uma série de contenciosos com os EUA, por exemplo, serão encaminhados para solução, assim como a adesão ao TNP, ao MTCR, ou ainda ao NSG, como clara demonstração da "limpeza da agenda internacional". Por outro lado, o posicionamento brasileiro será de defesa do constante multilateralismo nas relações internacionais, principalmente quanto às questões econômicas-comerciais e na defesa dos planos de integração regional. Com estes objetivos, será assinado um acordo inter-regional de cooperação com a União Européia em dezembro de 1995, e refutada a proposta de implementação de uma área de livre comércio para o continente americano (ALCA) a curto prazo. O Brasil defenderá a continuidade do processo de integração do Mercosul, assim como a possível ampliação de seus membros, a construção de uma área de livre comércio para a América do Sul (ALCSA) para, somente então, apoiar a construção de uma área de livre comércio hemisférica.

Outro importante fator na política externa de FHC será a diplomacia presidencial. Tendo uma história política de combate ao regime militar, formação acadêmica reconhecida e adquirido experiência como chanceler no governo Itamar Franco, o presidente FHC realizará uma série de viagens ao exterior. As viagens do presidente serão um marco importante de sua política externa. As relações com os EUA serão pautadas pelo tema da "limpeza" da agenda de contenciosos. Quanto aos demais países, o Brasil demonstrará interesse nos mais relevantes para sua inserção internacional, como a China e a Índia, em relação aos quais cogitará no estabelecimento de *parcerias estratégicas*. Contudo, a materialização destas iniciativas será precária: avanços limitados na cooperação com a China e denúncia do acordo tecnológico com a Índia, devido aos ensaios nucleares feitos por aquele país. Além da redução da margem de manobra internacional do Brasil frente à globalização, o abandono da noção de projeto de desenvolvimento e a deterioração dos indicadores sociais e econômicos, limitam a ação diplomática do Brasil.

A crise do real e do Mercosul em 1999, implicam na crise do modelo econômico e de inserção internacional. A troca de governo nos demais países do Mercosul, e o estabelecimento de uma nova correlação de forças que se esboça no Brasil, permitem antever alterações na política externa, dando outra dimensão à atuação na ONU, OMC e demais grandes organizações internacionais. Como em outras épocas da história diplomática brasileira, as dificuldades provenientes do cenário internacional, particularmente em situações de mudança do sistema mundial, têm fomentado a articulação de novos projetos de inserção internacional. Assim, o Brasil reagiu com rapidez, além de assumir sua maturidade, atuando de forma mais afirmativa no cenário internacional.

A China, por sua parte, também se posiciona para atuar de forma mais explícita nos assuntos internacionais, para fazer frente aos desafios que se avizinham, tanto no plano econômico quanto diplomático-estratégico. Além dos aspectos econômicos e estratégicos da ascensão da China, já analisados, é preciso observar que a civilização chinesa também está reemergindo. Isto numa conjuntura histórica de longa duração caracterizada pelo esgotamento da expansão ocidental, iniciada há quinhentos anos. Assim, a diplomacia e o desenvolvimento da RPC poderão contribuir para a emergência de todos os povos periféricos, no contexto de um mundo multipolar. As experiências, a posição internacional, os desafios e problemas, além dos recursos de poder que cada um dos dois países dispõem, apontam para a necessidade de buscar uma cooperação bilateral que ultrapasse os

conhecidos discursos de solidariedade. Uma ação conjunta em organismos como as Nações Unidas afigura-se urgente.

Bibliografia

A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946 – 1995. Brasília. Fundação Alexandre Gusmão/ FUNAG, 1995.

ABI-SAD, Sérgio Mercador. *A potência do Dragão. A estratégia diplomática da China.* Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1996.

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). *Crescimento, Modernização e Política Externa. Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990),* Vol. 1. São Paulo. Cultura/ Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

AMIN, Samir. *Los desafios de la mundialización.* Mexico. Siglo XXI, 1997.

AMIN, Samir, & GONZÁLEZ Casanova, Pablo (org.). *La nueva organización capitalista mundial vista desde el Sur.* Barcelona. Anthropos, (2 volumes). 1996.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX.* São Paulo: Unesp, 1996.

BERTRAND, Maurice. *A ONU*. Petrópolis: Vozes, 1995.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *El gran tablero mundial. la supremacía estadunidense y sus imperativos geoestratégicos.* Barcelona. Paidós, 1998.

CERVO, Amado (org.). *O desafio Internacional. a política exterior brasileira de 1930 a nossos dias*. Brasília. Ed. da Universidade de Brasília, 1994.

China's Foreign Relations. A chronology of events (1949-1988). Pequim. Foreign Languages Press, 1989.

DOMENACH, Jean-Luc, et GODEMENT, François (org.). *Communismes d'Asic: mort ou métamorphose?* Bruxelles. Complexe, 1994.

DOMENACH, Jean-Luc, et RICHER, Philippe. *La Chine: de 1949 à nos jours*. Paris. Seuil, 2 vol., 1995.

DUNBABIN, J. P. D. *The post-imperial age: the great powers and the wider world.* London and New York. Longman, 1994.

FLORÊNCIO, Sérgio Abreu e Lima, e ARAÚJO,. Ernesto (org.). *Mercosul*

hoje. Brasília: São Paulo. FUNAG/Alfa-Ômega, 1996.

FONSECA Jr., Gélson, e CASTRO, Sérgio Nabuco de (org.). *Temas de Política Externa Brasileira II*. São Paulo. Paz e Terra, 1994. 2 volumes.

FUNABASHI, Yoichi. "A Asianização da Ásia". in: *Política Externa*. São Paulo. Paz e Terra, vol 2, nº 4, 1994.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. Porto Alegre/Rio de Janeiro. Ed. da Universidade/ UFRGS / Contraponto, 1999.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre. Ed. da Universidade/UFRGS/FAPA, 1999.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial.*Rio de Janeiro. Objetiva, 1996.

JOYAUX, François. *Géopolitique de L'Extrême-Orient*. Bruxelles. Complexe, 1991. 2 vols.

KRISTOF, Nicholas D. "A ascenção da China". in: *Política Externa.* São Paulo. Paz e Terra, volume 2, nº 4, 1994.

LIAO, Kuang-Sheng (Ed.). *The New International Order in East Asia*. Hong Kong. The Chinese University of Hong Kong, 1993.

MARGOLIN, Jean-Louis. "Extremo-Oriente: Sentido y prosperidad". in: LAIDI, Zaki (Dir.). *Pensar el mundo despúes de la Guerra Fria*. Mexico. Grupo perfil, 1993.

MONTAÑO, Jorge. *Las Naciones Unidas y el orden mundial 1945-1992*. Mexico. Fondo de Cultura Económica, 1992.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. *O Brasil e a Bacia do Pacífico*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/ MRE, 1993. Caderno Especial do IPRI.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. "A Ásia-Pacífico e o reodenamento das Relações Internacionais". São Paulo. USP, 1995 (paper).

PINTO, Paulo A. P. "A ASEAN em busca de uma agenda própria: segurança e democracia no sudeste asiático". Manilla. 1994 (paper).

ROSS, Robert (Ed.). *China, the United States and the Soviet Union. Tripolarity and policy making in the Cold War*. ArmonK/N.Y. M.E. Sharpe, 1993.

SEGAL, Gerald (Ed.). *The Soviet Union in East Asia: predicaments of*

power. London/Boulder. Heinemann/ Westview, 1983.

TANG, James H. “From Tianamen to Blake Island: “Re-normalizing” Sino-American relations in the Post-Cold War Era”. Hong Kong, 1994. (paper).

THOMPSON, Roger C. *The Pacific Basin since 1945. A History of the Foreign Relations of the Asian, Australasian and American Rim States and the Pacific Islands.* New York. Longman, 1994.

STEEL, Ronald. *Temptations of a superpower*. Cambridge. Harvard University Press, 1996

TAVARES, Maria da Conceição, e FIORI, José Luís. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1993.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais e desenvolvimento. O nacionalismo e a Política Externa Independente/ 1951-1964.* Petrópolis. Vozes, 1995.

_____. *A política externa do Regime Militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985).* Porto Alegre. Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

XIAOPING, Deng. *Construir un socialismo con pecularidades chinas.* Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1985.

ZEMIN, Jang. “Acelerar a reforma, a abertura e a modernização para a

Em direção a um mundo multipolar*

*Qian Liren***

Oito anos já se passaram desde a desintegração da União Soviética em dezembro de 1991, que marcou o colapso completo do padrão bipolar do mundo baseado no sistema de Yalta. Para onde o mundo vai? Em direção a um padrão unipolar ou multipolar? Ou qualquer outro padrão? Estas questões têm sido o foco da atenção em muitos países e do mundo em geral.

Como diz um antigo ditado chinês "uma carroça capotada à frente proporciona um aviso para aqueles que vêm atrás". Estudar as experiências e lições do passado será de grande valia hoje para nós ao aprimorarmos o nosso comportamento pessoal, bem como ao lidarmos com as relações mundiais. É por esta razão que um rápido resumo do padrão bipolar desde sua formação até sua desintegração seria útil ao analisarmos o possível desenvolvimento do padrão mundial nos próximos anos.

A tendência para a multipolarização: seu surgimento dos primórdios do padrão bipolar

A Segunda Guerra Mundial terminou com a vitória da aliança internacional antifascista sobre o bloco fascista de agressores. Perto do final da guerra, os líderes da União Soviética, dos Estados Unidos e do Reino Unido, por detrás da maioria dos países aliados, delinearam suas respectivas esferas de influência na Europa e no Extremo Oriente nas conferências de Teerã, Yalta e Potsdam. Como o mapa da divisão foi decidido na Conferência de Yalta, esta divisão foi chamada de Sistema de Yalta. Com base nisto, um padrão tomou gradualmente a forma de uma confrontação bipolar entre as duas superpotências, i.e., os Estados Unidos e a União Soviética. Além de estabelecer blocos militares sob seu respectivo controle, as duas superpotências lutavam ferozmente entre si nos países do terceiro mundo. Elas discordavam fortemente nos campos diplomático, político e ideológico, impunham bloqueios econômicos e comerciais uma na outra e

---

* Tradução do inglês por Ana Teresa Perez Costa.

** Ex-presidente do "Peoples's Daily of China".

entraram em uma corrida armamentista sem precedentes. Conseqüentemente, guerras parciais e conflitos armados, que direta ou indiretamente envolviam as duas superpotências, ocorriam um atrás do outro, alguns virtualmente na beira de uma guerra maior. Isto causou sérios danos à paz mundial, obstruiu de várias maneiras o desenvolvimento independente dos países dentro dos dois blocos e no terceiro mundo, e também enfraqueceu as duas superpotências em graus variados.

Entretanto, o Sistema de Yalta e o padrão bipolar, desde seu início, estavam sujeitos a pressões vindas de várias direções e sinais da multipolarização apareceram.

As pressões exercidas sobre o padrão bipolar são as refletidas principalmente nesses aspectos:

1. A fundação da República Popular da China em 1949 quebrou a esfera de influência da China demarcada pelos líderes dos Estados Unidos e da União Soviética sem o conhecimento da China na Conferência de Yalta. De acordo com a divisão, as áreas da China que estavam sob o controle de Chiang Kai-Shek pertenceriam à esfera de influência americana, enquanto que as partes do Nordeste da China e Xinjiang seriam reservadas à esfera de influência soviética. A fundação da nova China fez com que os americanos lamentassem a "perda da China". Depois de mais de duas décadas de bloqueios e embargos contra a China e várias rodadas de demostração de força, os Estados Unidos finalmente reconheceram a nova China. A nova China também não sucumbiu à esfera soviética de influência, apesar de ter sido durante algum tempo parte do campo socialista liderado pela União Soviética. Pelo contrário, depois de inflamadas disputas e esforços, a China declarou que não havia mais esse campo socialista. A política externa independente da China de paz e oposição à hegemonia e à política de poder marcaram uma ruptura no padrão bipolar do mundo.

2. No bloco ocidental do padrão bipolar, a Europa Ocidental e o Japão recuperaram-se das ruínas da guerra e diminuíram marcadamente o diferencial com os Estados Unidos, emergindo como os seus maiores competidores econômicos. Vozes outras que não fossem dos Estados Unidos em matéria de alianças diplomáticas e militares começaram a ser também ouvidas na Europa Ocidental com a do general De Gaulle sendo a mais forte.

3. Na Ásia, África e América Latina ou no terceiro mundo como ficou conhecido mais tarde, colônias obtiveram a independência como resultado do movimento de liberação nacional nas décadas de 1950 e 1960. Logo, um grupo de novas economias industrializadas (NEIs) emergiu, incluindo os quatro "tigres" asiáticos e o "milagre brasileiro" na América Latina, que se beneficiou de duas ondas de industrialização. Deste modo, surgiram algumas organizações regionais de países ao lado do Movimento Não-Alinhado e do Grupo dos 77. Isto mostrava a decisão e a força dos países em desenvolvimento de libertarem-se da política em bloco e seguir um desenvolvimento independente. Apesar de sua força econômica e militar ser significativamente inferior em relação às superpotências, estes entraram no cenário mundial como uma força independente, não subordinada a qualquer um dos blocos militares. Isto por si só constituía uma ruptura no padrão mundial bipolar.

4. De maneira a manter ou a expandir as suas esferas de influência, as superpotências lançaram invasões armadas ou até guerras de grande escala em pequenos países. Entre os incidentes "menores", estão incluídas a guerra de 1961 da Baía dos Porcos em que os Estados Unidos invadiram Cuba, e a invasão de 1968 da Tchecoslováquia pelos países do Tratado de Varsóvia liderados pela União Soviética com a "teoria de soberania limitada" como sua "base teórica". Entre os incidentes "maiores", estão a conhecida Guerra da Coréia, a Guerra do Vietnã e a guerra no Afeganistão. Nessas guerras, apesar da força militar e econômica das superpotências ter sido bem maior do que as dos países alvo, o resultado foi contrário às suas expectativas. Particularmente nas três guerras maiores, as superpotências sofreram pesados golpes politica, militar e economicamente, que enfraqueceram-nas em corpo e alma, deixando em seu rastro a "síndrome" da guerra.

Já em 1971, o presidente norte-americano, Richard Nixon, no seu famoso discurso na cidade de Kansas, descreveu os Estados Unidos, a União Soviética, a Europa Ocidental, o Japão e a China como os cinco centros de poder com influência vital no mundo contemporâneo. Porém isto não significava, porém, necessariamente que os Estados Unidos, apesar de consciente dos cinco centros do poder, haviam se desviado do caminho estratégico do "padrão bipolar". Mas tal entendimento, sem dúvida, levou os Estados Unidos a um enfoque mais realista ao lidar com as relações internacionais, colocando, portanto, os Estados Unidos em uma posição mais

vantajosa comparada à de seu rival, que só se conscientizou disso mais tarde.

Um fenômeno que merece especial atenção na ruptura final do Sistema de Yalta e do padrão bipolar é o fato de que a tendência de multipolarização, que havia crescido a partir do padrão bipolar, se tornou uma força significativa na ruptura da bipolaridade. Uma das conclusões importantes tiradas desse processo é a de que a independência nacional, a soberania e a dignidade bem como a igualidade e a não-interferência em assuntos internos entre nações são direitos de todos os países, independente de seu tamanho, força ou riqueza. Até as superpotências, que possuíam uma força econômica e militar que de longe ultrapassava a de outros países, não podiam privar nenhum país desses direitos inerentes. Também não podiam destruir a vontade de nenhum outro país de salvaguardar esses direitos. Em outras palavras, o mundo entrou em uma era na qual nenhuma superpotência poderia dominar ou reivindicar hegemonia.

Transição para a multipolaridade: um processo demorado e complicado

Historicamente, a substituição do antigo padrão mundial por um novo normalmente começa com a ruptura do antigo através de uma grande guerra. Subseqüentemente, algumas grandes nações vencedoras delineiam esferas de influência através da negociação em conferências internacionais relevantes, criando, portanto, um novo padrão e uma nova ordem. Por exemplo, foi no Congresso de Viena em 1815, depois da guerra antinapoleônica, que um novo padrão nasceu na Europa. E depois da Primeira Guerra Mundial, a Conferência de Paz de Paris em 1919 e a Conferência de Washington em 1921 estabeleceram o padrão conhecido como o sistema de Versailles-Washington. Similarmente, a fundação do padrão bipolar depois da Segunda Guerra Mundial foi definida na Conferência de Yalta em 1945.

À diferença da substituição convencional de padrões mundiais na história, o colapso do padrão bipolar não decorreu de uma grande guerra. Apesar da linha divisória existente entre o superior e o inferior, nenhuma distinção poderia ser realmente feita entre as nações vencedoras e perdedoras. Portanto, nenhum país ou bloco de países pode resolver sozinho sobre qual o novo tipo de padrão mundial que deveria existir. A transição para um novo padrão só poderá ser obtida durante um período de tempo através das mudanças e realinhamento de forças variadas no mundo. Durante o atual período de transição, porém, é difícil prever a exata aparência do

futuro padrão mundial. O que podemos fazer é observar a posição, as inter-relações e as tendências de desenvolvimento de várias forças de peso no mundo hoje. Tal enfoque seria útil para avaliar a trajetória do futuro desenvolvimento mundial.

1. Com o colapso do padrão bipolar, os Estados Unidos tornaram-se a única superpotência no mundo hoje. Eles têm reivindicado repetidamente a "liderança" do mundo. Entretanto, este desejo está completamente fora da realidade objetiva.

A realidade econômica é a seguinte: de março de 1991, quando os Estados Unidos saíram da recessão, até outubro deste ano, sua economia tem sustentado um total de 103 meses consecutivos de crescimento, e poderá quebrar o recorde de 106 meses consecutivos de crescimento alcançado na década de 1960. Se isto acontecer, eles criarão um novo recorde do mais longo crescimento contínuo desde a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos lideram sobre a União Européia e o Japão no desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia, principalmente na indústria de tecnologia da informação. Entraram na era da economia baseada no conhecimento na frente de todos os outros países. No entanto, existem muitos problemas enraigados na economia norte-americana, que atualmente se manifestam por duas incertezas.

A primeira é a exagerada capitalização do mercado de ações. De acordo com as estatísticas liberadas pelo Banco Central dos Estados Unidos, de outubro de 1987 até o final de 1998, a capitalização do mercado de ações norte-americano aumentou de US$ 2,8 trilhões para US$ 14,6 trilhões, o equivalente a cerca de 180% do PIB (em contraste, o número desde a Segunda Guerra Mundial flutuou em cerca de 48%). Também alcançou o recorde histórico de 82% na noite anterior à quebra da bolsa de 1929. Uma situação similar foi observada no Japão antes do colapso de sua economia de bolha.

A segunda decorre dos déficits no comércio exterior e na conta corrente, que estão sempre expandindo. O déficit comercial norte-americano era de US$ 113,7 bilhões em 1997 e cresceu para US$ 168,6 bilhões em 1998, com o déficit na conta corrente elevando-se em 50% com relação a 1997 para US$ 233,4 bilhões. O FMI previu que o déficit na conta corrente norte-americana para este ano atingiria US$ 310 bilhões, o equivalente a 4% do PNB, taxa mais alta do que a taxa de 3,6% registrada na noite anterior da grande depreciação do dólar americano em relação ao ien japonês em 1985.

Entretanto, isto não significa necessariamente que a economia norte-americana passará por uma violenta flutuação em um futuro próximo. A administração norte-americana tem uma variedade de instrumentos de controle à sua disposição. Mas, ajustes são necessários para assegurar um pouso suave.

Do ponto de vista militar, os Estados Unidos, sem dúvida, possuem hoje o maior poderio militar do mundo. Desde o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos fortaleceram, inesperadamente, duas de suas maiores alianças militares, i. e., a OTAN e o Tratado de Segurança Japão-Estados Unidos. Isto sublinha a estratégia norte-americana de buscar a dominação exclusiva do mundo com base na força. A Guerra do Kosovo é um exemplo. Entretanto, para atingir esse objetivo estratégico, os Estados Unidos precisam superar a resistência tanto interna como externa. Primeiro, um número crescente de países e povos no mundo são contra a solução de controvérsias entre Estados pela força ou pela ameaça de uso da força, para não falar da interferência em assuntos internos de outros países pelo uso da força. Segundo, o poderio econômico e militar norte-americano por si só não é o suficiente para a implementação da sua estratégia global. Apesar das tropas norte-americanas terem composto 70% das forças multinacionais durante a Guerra do Golfo de 1991-1992, 88% dos gastos militares foram pagos pelos seus aliados. Como comentou um artigo do *Time* de 11 de março de 1991, a Guerra do Golfo foi a primeira guerra na história norte-americana na qual as tropas norte-americanas foram largamente financiadas por países estrangeiros, e os Estados Unidos não devem se tornar nunca o novo mercenário do século XXI. Na Guerra do Kosovo, no começo deste ano, na tentativa de subjugar a República Federal da Iugoslávia, um pequeno e pobre país no isolamento, os Estados Unidos tiveram que adiar o seu cronograma original, e novamente, em face da indomável resistência, as reservas militares norte-americanas foram convocadas. Terceiro, mesmo para aqueles países em aliança militar com os Estados Unidos, é obviamente difícil ir além da esfera de seus interesses e consenso nacionais para incondicionalmente participar da ação militar norte-americana voltada para a dominação mundial. E quarto, qualquer tentativa de se pedir mais dinheiro e mais homens para o contribuinte norte-americano para o propósito de se tornar "o líder mundial" e usar a força no exterior está certo de deparar-se com a oposição e restrição doméstica. Não há falta de precedentes na história norte-americana. Portanto, não há necessidade de nos estendermos aqui.

De fato, não existe um único país ou bloco de países no mundo hoje que possa se igualar militarmente aos Estados Unidos. E não há nenhuma força desse tipo tomando forma em um futuro próximo. Mas os Estados

Unidos utilizam-se do *big stick*, ou criam inimigos imaginários por toda parte, e assim só irão provocar uma nova corrida armamentista. Ironicamente, o resultado seria o de facilitar o processo de multipolarização. Mas iria também complicar ainda mais as contradições existentes e aumentar a perigosa imprevisibilidade das relações internacionais.

O mencionado acima e muitos outros fatores mostram que os Estados Unidos, apesar de serem os mais poderosos do mundo, não têm a capacidade de impor a sua vontade sobre outros ou fazer outras nações concordarem com seus interesses. Devem encontrar formas de conviver com os outros países com base em benefícios mútuos.

2. Com a integração européia em progresso e um PNB combinado maior que o dos Estados Unidos, a União Européia (UE) tem esforçado-se para eliminar o diferencial que a separa dos Estados Unidos.

A Europa herdou a maioria dos legados do colapso do padrão bipolar. Apesar de várias dificuldades, a integração européia tem continuado de forma calculada e ordenada. No dia 1º de janeiro de 1993, com o início de um mercado europeu unificado, o livre fluxo de capital, bens, pessoas e trabalho foi basicamente alcançado. No dia 1º de novembro do mesmo ano, o Tratado da União Européia (o Tratado de Maastricht) entrou em vigor, e, portanto, a Comunidade Econômica Européia (CEE) foi transformada na União Européia, com base em três pilares, a saber, unidade econômica e monetária, políticas diplomáticas e de segurança comuns, e cooperação judicial e policial. A acenção da Finlândia, Suécia e Áustria no dia 1º de janeiro de 1995 expandiu a UE para 15 países membros. O euro foi lançado oficialmente no dia 1º de janeiro de 1999. Com uma população de 374 milhões e um PNB combinado de US$ 8.530,7 bilhões em 1997 ultrapassando o PNB dos Estados Unidos de US$ 7.690,1 bilhões (veja o Apêndice), a UE tornou-se a organização regional econômica mais integrada, com a estrutura mais compacta e a economia mais forte do mundo hoje. Recentemente, ela começou a sair da depressão caracterizada pela diminuição do comércio, desvalorização do euro e alto índice de desemprego resultantes da crise financeira da Ásia e da Guerra do Kosovo. A produção, o consumo e o investimento estão crescendo. De acordo com o relatório do FMI em setembro, a taxa de crescimento econômico dos países da UE deverá alcançar 2,1% em 1999 e 2,8% em 2000.

Com sólidas bases científicas e tecnológicas, os países da UE ainda mantêm sua tradicional superioridade nos produtos farmacêuticos e em bioengenharia, e ocupam uma posição de liderança no mundo em um número de áreas tais como energia, proteção ambiental, materiais, construção, astronomia, biologia molecular, física de alta energia, ciência médica, aeronáutica, energia nuclear, ferrovias, etc. A UE está também se esforçando para alcançar os Estados Unidos e o Japão na indústria da tecnologia de informação, apesar de ainda haver um longo caminho antes de conseguí-lo.

Foi declarado na reunião da UE em junho deste ano em Cologne que a UE deve ser capaz de realizar ações independentes com apoio armado confiável. Uma meta é possível que seja estabelecida na cúpula de dezembro próximo para formar um exército europeu de rápida reação com 100 mil integrantes. O presidente francês, Chirac, que servirá como presidente da UE a partir de julho do próximo ano, reafirmou recentemente que a UE deveria ter sua própria capacidade militar, indicando que, como observou o jornal *Le Figaro*, na sua opinião a Europa não deveria servir apenas como subcontrante controlado pelos norte-americanos.

3. O Japão está saindo de maneira lenta da recessão e sua capacidade de reerguer-se não deve ser subestimada.

Em 1989, o PNB do Japão era de cerca de 60% do PNB dos Estados Unidos. O número total de automóveis que o Japão exportava para os Estados Unidos ou produzia em suas indústrias localizadas nos Estados Unidos ocupava um terço do mercado norte-americano de automóveis doméstico e no exterior. O déficit comercial norte-americano com o Japão era responsável por quase metade do seu gigantesco total. Uma forte voz ecoou de que o Japão poderia, se não substituir os Estados Unidos, pelo menos codirigir com os Estados Unidos o futuro desenvolvimento do mundo. Syoichi Kuriyama, o então vice-ministro das relações exteriores, era o maior partidário, com poucos disfarces. Em seu artigo "*The turbulent 1990's and new development of Japan's diplomacy*", ele argumentou que a proporção entre a força econômica dos Estados Unidos, da Europa e do Japão era 5:5:3, o que significa que entre os US$ 20 trilhões de PNB mundial em 1988, os Estados Unidos e a CEE eram responsáveis por 5 trilhões cada, enquanto que o Japão por 3 trilhões. Portanto, a responsabilidade de estabelecer uma nova ordem mundial na década de 1990 deve ser assumida

conjuntamente pelas democracias avançadas, incluindo o Japão, os Estados Unidos e os países europeus.

Entretanto, os bons tempos não duraram muito. A economia do Japão começou a cair em abril de 1991 e permaneceu no declínio durante quase toda a década de 1990. Este ano começou a superar suas dificuldades. Apesar de ainda estar em apuros, o Japão permanece a nação credora número um em todo o mundo, com a maior reserva de divisas. Suas indústrias manufatureiras são altamente competitivas. Seu PNB de 1997 chegou a US$ 4.772,3 bilhões, que ainda era cerca de 60% do PNB norte-americano (veja o Apêndice). O governo japonês revelou recentemente um projeto para o novo século de desenvolvimento de alta tecnologia, de assistência médica para os idosos e de proteção ambiental. Julgando pelas experiências históricas, não se deve subestimar o potencial do Japão em reerguer-se das dificuldades e alcançar ou ultrapassar o nível de avanço mundial.

4. A Rússia está atingindo o fundo do seu declínio econômico, tendo passado por período difícil.

Por qualquer medida, a Rússia possui um arsenal colossal de armas modernas. O que é mais importante é que ela tem grande potencial econômico e de tecnologia científica, e ela nunca vacilou na vontade política para manter a sua posição de importante força mundial, o que foi evidemnciado em sua demonstração de força no estágio final da Guerra do Kosovo. Além do mais, a riqueza da herança cultural da Rússia serve como uma das fontes para a sua coesão nacional. Não há razão para que uma nação que foi capaz de derrotar Napoleão e Hitler não se torne um verdadeiro “pólo” no mundo no século XXI. Claro que ainda precisa de tempo para que alcance esta meta. A duração e o sucesso do processo ainda dependem da interação entre vários fatores, tanto subjetivos como objetivos.

5. Os países em desenvolvimento, responsáveis por quatro quintos da população mundial e dois terços dos países do mundo, são uma força a ser considerada na formação de um futuro padrão mundial.

Através de décadas de trabalho duro, os países em desenvolvimento como um todo têm se tornado uma importante força política e econômica no mundo. Em 1997, o PNB dos países e áreas em desenvolvimento chegou a US$ 4.827,115 bilhões, ou 17,18% do PNB total do mundo, e calculados em

termos de PPP[1] , somou em US$ 10.244,673 bilhões, 32% do total mundial (veja o Apêndice).

De acordo com estatísticas incompletas, o número de grupos econômicos regionais nas regiões em desenvolvimento aumentou para 35. Junto com as respectivas organizações regionais, eles estão desempenhando um papel cada vez maior na decisão de assuntos regionais e alguns com maior voz nos assuntos mundiais.

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean[2]) cresceu para um grupo de 10 países com cerca de 500 milhões de pessoas. Em 1997, o seu PNB total chegava a US$ 710,4 bilhões ou US$ 1.812,7 bilhões em termos de PPP.

Iniciada pela Asean com o apoio de outros países da Europa e da Ásia, a RAE (Reunião da Ásia-Europa) teve a sua primeira conferência no dia 1º de março de 1996 em Bangcoc na Tailândia. Participaram chefes de Estado ou de governo, ou seus representantes, de 25 países da Ásia e da Europa participaram. A declaração emitida pelo presidente da conferência enfatizou que os países participantes deveriam conduzir o diálogo político com base no respeito mútuo, na igualdade e na não-interferência em assuntos internos de cada um. Ressaltou a importância e o potencial da cooperação econômica entre os dois continentes. Decidiu, também, sobre os programas que se seguirão. Esta reunião histórica significou um passo importante em direção a um mundo multipolar.

Na América Latina, o Brasil registrou um PNB de US$ 773,4 bilhões em 1997, o oitavo maior do mundo, e com uma PPP de US$ 1.019,9 bilhões, representando 40,85% e 30,47%, respectivamente, do total do PNB e do PNB em PPP da América Latina e do Caribe (ver o Apêndice), colocando-se em uma posição central neste continente. No dia 29 de novembro de 1991, ocorreu o estabelecimento oficial do Mercado Comum do Sul (Mercosul) que consiste do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O Grupo do Rio, composto pelo Brasil e 12 outros países da América Latina, tem promovido ativamente a integração da América Latina. Na sua reunião de cúpula de 1997, o Grupo do Rio tomou clara posição contra a prática de impor as leis domésticas de um país em relação aos outros. Na primeira reunião de cúpula da União Européia, América Latina e do Caribe, realizada em 28 e 29 de junho deste ano no Rio de Janeiro, o presidente Fernando Henrique Cardoso destacou que apesar do fato de que os Estados Unidos

[1] N. T.: Sigla em inglês que significa *purchasing power parity* (equivalência do poder de compra).

no século XXI continuarão a ser proeminentes nos campos econômico, militar, científico e tecnológico, deveremos construir um novo mundo multipolar para introduzir o multicentrismo nas tomadas de decisões sobre assuntos internacionais.

Em 1994, a economia africana reverteu a queda na sua taxa de crescimento que havia começado em 1991, e começou a aumentá-la novamente. De acordo com um relatório publicado recentemente pelo FMI, espera-se que a África tenha um crescimento econômico de 3,1% em 1999 e de 5,0% em 2000. A 35ª Reunião de Cúpula da Organização da Unidade Africana, realizada na Argélia em julho passado, mais uma vez salientou os quatro princípios, a saber, salvaguarda da soberania e da integridade territorial, não-interferência nos assuntos internos de cada um, solução pacífica de controvérsias, e oposição à alteração das fronteiras pelo uso da força.

A conferência de cúpula dos países não-alinhados, realizada na Colômbia em outubro de 1995, propôs explicitamente que a salvaguarda da independência, soberania e direitos e interesses dos países em desenvolvimento deveria ser uma das importantes tarefas do Movimento Não-Alinhado nas atuais circunstâncias, demonstrando, dessa forma, que o Movimento Não-Alinhado manterá a sua posição de independência.

Nos anos seguintes ao colapso do sistema bipolar, a China tem continuado a construir um socialismo com características chinesas, sua economia está crescendo rapidamente, de forma saudável e sustentada, exitosamente se mantendo firme diante da crise financeira da Ásia e a moeda chinesa, o renmimbi, não foi desvalorizada. Tudo isso aponta para o fato de que a China é um grande país em desenvolvimento responsável. Calculado em termos de preços comparados, o PIB da China e o PNB *per capita* cresceram a uma taxa média anual de 9,8% e 8,4%, respectivamente, entre 1979 e 1998. O seu PNB é o sétimo maior do mundo, suas reservas cambiais são a segunda maior e o total do volume de comércio exterior o 11º maior. Nas últimas duas décadas, a população sofrendo pela pobreza nas suas zonas rurais diminuiu em mais de 200 milhões e mais de 95% dos fazendeiros têm alimentação e vestimentas suficientes. A expectativa de vida aumentou de 35 anos, antes da fundação da nova China, para os atuais 71 anos. A taxa de analfabetismo entre adultos caiu de 80% para 16,5%. Mas, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Mundial (1999-2000) do Banco Mundial, o PNB *per capita* da China em 1998 foi de apenas US$ 705, em 149º lugar no mundo, muito abaixo dos US$ 4.570 do Brasil. Isto significa que a China

[2] N. T.: Sigla em inglês que significa Association of South Eastern Asian Nations.

ainda tem um longo caminho a percorrer antes de conseguir alcançar os países de renda média. De acordo com o princípio de "um país, dois sistemas", a China reassumiu a sua soberania sobre Hong Kong e a reassumirá sobre Macau no dia 20 de dezembro deste ano, fazendo, dessa forma, sólido progresso na reunificação pacífica da pátria. Levando firmemente adiante a política externa independente de paz e lidando adequadamente com várias dificuldades e obstáculos, a China estabeleceu uma estrutura de relações para o século XXI com muitos países e regiões, e fortaleceu a solidariedade e a cooperação com o vasto número de países em desenvolvimento.

À medida que progridem, os países em desenvolvimento, incluindo a China, deparam-se com grandes riscos e sérios desafios.

A diferença entre o norte e o sul, resultante da antiga ordem econômica internacional, aumentou ao invés de diminuir. Além do mais, o impacto da globalização da economia sobre os países em desenvolvimento ainda não foi sentido. Primeiro, o enorme fluxo de capitais no mercado financeiro tem um efeito exepcionalmente adverso sobre os países em desenvolvimento, como foi demonstrado pelas crises financeiras do México em 1995, do Sudeste Asiático em 1997 e pela turbulência financeira no Brasil em 1998. Segundo, a deflação global não só limitará a capacidade dos países em desenvolvimento de melhorar a economia doméstica através da expansão das exportações, mas também resultará na superprodução estrutural em alguns países e regiões recentemente industrializados. E terceiro, com as fusões globais de empresas chegando a um total sem precedente de US$ 1,4 trilhões em 1997 e saltando para US$ 2,4 trilhões em 1998, a diferença entre as empresas dos países em desenvolvimento e as corporações transnacionais continuará aumentando, diminuindo a competitividade das primeiras no mercado internacional e reduzindo a sua margem de sobrevivência doméstica. Para garantir um espaço na economia mundial do século XXI, os países em desenvolvimento terão que enfrentar a dura realidade e devem, portanto, encontrar contramedidas de acordo com suas condições nacionais, buscando benefícios e ao mesmo tempo evitando prejuízos, mantendo as suas estratégias de desenvolvimento econômico e a segurança econômica nacional em mente.

O colapso do padrão bipolar resultou no decréscimo, e em alguns casos na suspensão, de guerras causadas pela contenção das superpotências no terceiro mundo. Entretanto, o colapso desencadeou e intensificou as contradições que eram abafadas pelo sistema bipolar, tais como matanças étnicas, conflitos entre seitas religiosas, tomada de poder

pela força ou até guerras civis freqüentes, a maioria das quais ocorreram em países em desenvolvimento, resultando na estagnação econômica, terrível pobreza e instabilidade política. Todos esses problemas devem ser enfrentados com um sentido de urgência antes que qualquer coisa possa ser alcançada.

Para concluir, é uma tendência histórica irresistível que os países em desenvolvimento se livrarão da pobreza e exercerão um papel maior na formação do futuro padrão mundial. Para atingir este objetivo, serão necessários maiores esforços, dos quais a cooperação Sul-Sul é uma parte importante. A cooperação Sul-Sul deve ser conduzida não apenas no campo tradicional da economia, mas também em áreas de alta tecnologia. Não faz muito tempo, o primeiro satélite de recursos naturais desenvolvido conjuntamente pela China e Brasil foi lançado pelo Centro de Lançamento de Satélites de Taiyuan na China, um grande evento no campo da cooperação em alta tecnologia entre os dois países, que serviu como exemplo da cooperação Sul-Sul.

6. Do ponto de vista cultural.

O rápido desenvolvimento das tecnologias de informação e de rede tem um duplo impacto no campo cultural. Em um futuro próximo, já que os Estados Unidos lideram no campo das tecnologias de informação e de rede, sua cultura espalhar-se-á mais rapidamente, fazendo com que outras culturas pareçam ofuscadas. Entretanto, a divulgação da cultura americana também tem dois lados. Por um lado, as partes valiosas beneficiarão o desenvolvimento e o progresso do mundo, por outro, o seu lixo exercerá uma influência negativa. A longo prazo, as tecnologias de informação e de rede facilitarão e agilizarão o intercâmbio e as interações entre culturas diferentes, e, portanto, é impossível que uma determinada cultura domine o mundo. A diversidade das civilizações desenvolveu-se durante a longa história da humanidade. Cada civilização pode aumentar ou diminuir seu grau de influência com o passar dos anos, mas nunca houve uma tentativa de dominar o mundo, por apenas uma cultura, que tenha tido êxito. Apenas através da influência mútua e da aprendizagem de como suprir as deficiências pode o mundo usufruir dos benefícios da diversidade e caminhar na direção certa. De fato, os vários centros da civilização com suas respectivas características já tomaram medidas ou estão discutindo-as para alcançar o desenvolvimento da informação e de rede. Na análise final, a onda da informação e de rede é uma força empurrando e não segurando o desenvolvimento do mundo multipolar.

Multipolarização do mundo: uma tendência histórica irresistível

A análise acima mostra que as diferentes forças no mundo não são necessariamente equilibradas em termos de importância econômica, política, científica e tecnológica, e militar, mas sim desequilibradas, cada uma com suas forças e fraquezas. Algumas dessas forças e fraquezas são óbvias enquanto outras permanecem escondidas podendo se tornar realidade sob certas circunstâncias, ou podem até virar o oposto. Todas as forças mundiais acima mencionadas podem cada uma receber uma posição na nova estrutura mundial desde que não cometam nenhum erro grave. Qualquer tentativa de excluir uma determinada parte ou de manter o mundo sob a liderança de um país ou grupo em particular irá de encontro com o equilíbrio do poder formado pela história e presente no mundo hoje e com o futuro desenvolvimento. Qualquer tentativa deste tipo está condenada a falhar porque a multipolarização do mundo é uma tendência histórica irresistível. Pelo exposto acima, podemos também perceber que as relações entre as várias forças mundiais permanecem desequilibradas com muitas contradições e incertezas complicadas. Portanto, precisamos primeiro esclarecer alguns conceitos principais através das discussões. Um maior entendimento comum a esse respeito daria um maior impulso para o desenvolvimento da multipolaridade. É para este fim que gostaria de oferecer algumas das minhas observações.

A. Os "pólos" no mundo multipolar são inteiramente diferentes daqueles do padrão unipolar e bipolar. Cada uma das forças múltiplas chamadas de "pólos" não pode dominar o mundo sozinha nem conspirar uma com as outras para juntamente controlar ou subjugar o mundo. Os objetivos e princípios da Carta da ONU e as normas guiando as relações internacionais contemporâneas desde o final da Segunda Guerra Mundial, como o mútuo respeito pela soberania nacional e a integridade territorial, a não-agressão mútua, a não-interferência nos assuntos internos de cada um, a igualdade, a solução pacífica das controvérsias internacionais, etc., não estão defasadas, mas serão plenamente implementadas no mundo multipolar;

B. Portanto, qualquer país ou bloco de países considerado um "pólo" não é um senhorio nas costas de qualquer outro país ou bloco de países. Todos os países, grandes ou pequenos, fortes ou fracos, ricos ou pobres, são membros iguais da comunidade internacional; e

C. As relações entre os diferentes pólos no mundo multipolar não são nem antagônicas nem subordinativas. Suas relações são relativamente

equilibradas baseadas nas normas universalmente reconhecidas das relações internacionais de acordo com seus interesses nacionais respectivos, com cooperação e concorrência, coordenação e contradição, e interdependência e mútua restrição.

Tal padrão não virá naturalmente, mas será o resultado da comparação, da discórdia ou da concorrência dos diferentes conceitos e forças, o que é um processo um tanto quanto complexo e difícil. Mas acreditamos fortemente que a humanidade se tornará mais apta a utilizar todas as experiências e lições passadas de forma a fornecer uma garantia mais confiável para a paz e o desenvolvimento mundiais.

Anexo

PNB Mundial e sua distribuição em 1997 **(US$ bilhões)**

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Mundial 1998-1999 publicado pelo Banco Mundial,

PNB Mundial em 1997	29.925,7
PNB Mundial em termos de PPP em 1997	36.950,6

De acordo com o Relatório, a soma das taxas individuais de cada país e região não é igual aos números acima, conforme mostrado abaixo.

Ano de 1997	PNB (% do total)	PPP do PNB (% do total)
Estados Unidos	7.690.100 (27,61)	7.690.100 (24,61)
União Européia	8.530.737 (30,38)	7.480.919 (23,94)
Japão	4.772.300 (16,99)	2.950.700 (9,44)
Canadá, Austrália e Nova Zelândia	1.024.400 (3,64)	1.095,700 (3,50)
Total dos países desenvolvidos	22.341.753 (79,57)	19.409.746 (62,13)
Rússia	403.500 (1,43)	618.400 (1,97)
Países da antiga União Soviética e Europa Oriental incluindo a antiga Iugoslávia	502,400 (1,78)	962.449 (3,08)
Total dos países em transição	905.900 (3,22)	1.580.849 (5,05)
Ásia excluindo o Japão	2.452.900 (8,73)	5.631.121 (18,20)
Países Africanos	480.916 (1,71)	1.269.119 (4,06)
América Latina e Caribe	1.893.250 (6,74)	3.346.433 (32,79)
Total dos países e regiões em desenvolvimento	4.827.115 (17,18)	10.244.673 (5,05)
Total Mundial	28.074.768 (100)	31.238.268 (100)
Alguns países em desenvolvimento		
China	1.055.400 (3,75)	4.382.500 (14,02)
Brasil	773.400 (2,75)	1.019.900 (3,26)
Índia	373.900 (1,33)	1.587 (5,08)
Indonésia	221.900 (0,79)	690.700 (2,21)

Nota: Pode haver algumas diferenças entre os números do Banco Mundial e aqueles dos diversos países

Brasil e China – aliança e cooperação para o novo milênio

*Severino Cabral**

"Deve haver alguma coisa de semelhante entre a China por assim dizer eterna e o jovem e ainda verde Brasil." Gilberto Freyre (1952).

"O verdadeiro século da Ásia Pacífico, ou da Ásia, só existirá quando China, Índia e os demais países vizinhos tiverem se desenvolvido. De igual modo, não haverá nenhum século da América Latina sem o desenvolvimento do Brasil" Deng Xiaoping (1988).

A coincidência do cinqüentenário de fundação da República Popular da China e dos 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a China necessariamente estimula o estudo do papel específico desses dois grandes países do mundo em desenvolvimento na construção de uma nova ordem internacional multipolar e não hegemônica.

Ao iniciar um estudo sobre a cooperação política Brasil-China deve-se compreender que desde o começo ela tem sido reconhecida pela liderança dos dois Estados como baseada em "convergências no plano mais alto da política internacional". Assim: "O Brasil e a China(...)desejam assegurar, em grau máximo, a cooperação bilateral. Partem ambos de uma igual dedicação à causa da preservação da paz e segurança mundiais; de respeito aos princípios da autodeterminação e da não interferência em assuntos internos; e da plena aceitação das diferenças existentes na comunidade internacional, composta de países que ostentam sistemas sociais diversos". Esses princípios, estabelecidos desde a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à China, vêm se mantendo inalteráveis, como base permanente do

* Professor da Universidade Cândido Mendes.

relacionamento, reafirmados em todas as visitas de Estado, por representantes de ambos os países.

É possível observar numa rápida análise que a primeira visita de um presidente brasileiro à China, realizada em maio de 1984, já ratificou e deixou claro o conteúdo básico da relação entre os dois países. Neste sentido, o discurso do presidente Figueiredo no banquete oferecido pelo presidente chinês Li Xiannian firmou o conceito de que o relacionamento Brasil-China está baseado na "convergência no plano mais alto da política internacional, bem como em projetos e realizações de caráter econômico-comercial, de cooperação científica e de intercâmbio cultural" .

A validade desta definição foi mais uma vez realçada quando da segunda viagem de um presidente brasileiro. Em setembro de 1988, ao agradecer o banquete oferecido pelo presidente chinês Yang Shangkun, assim se expressou o presidente José Sarney: "A nossa identidade de pontos de vista é demonstrada pela coincidência de nossos votos nos foros internacionais. As questões que aí são debatidas em 95% dos casos são vistas da mesma maneira pelos nossos países" . E afirmou mais adiante que: "Estou seguro de que o futuro das relações entre o Brasil e a China será assinalado por grandes realizações. Temos uma contribuição a dar para o aperfeiçoamento da ordem internacional"[1].

Por outro lado, como é conhecido de todos, com a desintegração no começo dos anos 90 do sistema de estados socialistas liderados pela ex-URSS, vive-se a partir desse acontecimento um período crítico de mudanças ditas globais, caracterizado entre outros fenômenos, pela inesperada inversão de mão no confronto político internacional. Encerrada a confrontação Leste-Oeste, que dominara a cena mundial até então, surge com cores não menos dramáticas em termos de ameaça à paz e segurança mundiais , o conflito Norte-Sul. Nem bem terminara o grande conflito e já se encontravam dispostas as condições para uma nova medição de forças entre as nações. O desencadear da dupla guerra do Golfo e dos Bálcãs sinalizou não só o começo do que se anuncia como sendo uma Nova Ordem Mundial, mas, sobretudo, um campo de experimentação de novas armas e de novas fórmulas políticas e ideológicas que põem em risco a paz mundial[2].

Por fim, após a Guerra Fria, sob a hegemonia da "superpotência global" e ameaça explícita do seu sistema de armamentos de última geração, assiste-se a uma preocupante onda neo-intervencionista. Populariza-se por meio da "agenda global" uma série de noções desestabilizadoras da ordem internacional, tais como: a intervenção dita "humanitária"; o "Direito de Ingerência"; o direito de

limitar a soberania nacional em nome dos "Direitos Humanos"; o novo papel das forças armadas dos países em desenvolvimento, desviadas de sua missão constitucional para serem transformadas em policiais anti-narcóticos, guardas ambientalistas, ou agentes do fisco contra ilícitos internacionais, etc. A natureza parcial e comprometida desses movimentos é revelada pelo apoio seletivo a "intervenções humanitárias" a *contrario sensu* dos interesses nacionais do chamado mundo periférico[3].

Neste contexto emerge um novo e ameaçador clima político internacional, tendo como pano de fundo um conjunto de "utopias liberais" que— dissertando sobre temas como: "fim da história e o último homem", o "Choque das civilizações", "Mundo globalizado sem fronteiras nacionais"— insinuam, aberta ou dissimuladamente, a "necessária" limitação de "algumas soberanias". Com o que reintroduzem os aspectos mais negativos da confrontação político-ideológica, que parecia encerrada ou esmaecida com o termino do conflito Leste-Oeste[4].

Como qualquer observador arguto e atento do panorama internacional pode observar a conjuntura tornou mais atual ainda a declaração do líder máximo que sucedeu a Mao Zedong na direção política do estado chinês, formulada na entrevista com o presidente brasileiro, João Figueiredo, em 1984. Na ocasião, dizia Deng Xiaoping: "Para conquistar a paz, há que opor-se ao hegemonismo e à política de força". O conceito de hegemonismo assim apresentado pelo líder chinês ao presidente brasileiro dava início para os dois países à parceria estratégica sino-brasileira. Outra delicada questão de significado estratégico global abordada neste encontro que reuniu Deng Xiaoping e João Figueiredo - considerada por ambos central na defesa da independência, da soberania e da paz mundial - foi a sustentação da necessidade do crescimento econômico do mundo em desenvolvimento por um largo período histórico.

Pode-se conceber desde hoje a importância que terá no futuro a criação de grandes zonas de crescimento econômico acelerado na China, na Índia e no Brasil, o que resultará possivelmente no surgimento dos megaestados do sistema internacional multipolar. Tal acontecimento quando e como ocorrer, acarretará um amplo impacto na estrutura das relações Norte Sul, pondo fim às tentativas de congelamento do poder econômico global nas mãos das chamadas democracias industriais. Assim, numa moldura cujo horizonte tem a amplitude do século XXI, emerge a cooperação política Brasil-China, destinada a lançar sobre os pilares de uma nova ordem econômica as bases da construção de uma nova ordem política internacional de característica não hegemônica[5].

Problemas de hoje, de ontem e de sempre, que fazem seguramente evocar a figura do conselheiro Rui Barbosa em Haia, 1907. Quando o grande jurisconsulto, ao defender uma visão brasileira do sistema internacional, baseada numa concepção que se poderia dizer, *avant la lettre*, anti-hegemônica, destacou-se na defesa de um direito vital, que se encontra na essência mesma do interesse nacional brasileiro: o respeito ao princípio da igualdade entre as nações soberanas.

Na defesa desse princípio o delegado brasileiro enfrentou a oposição decidida dos representantes das grandes potências que, ontem, como hoje e sempre, exercem a hegemonia sobre a humanidade através de um poder mundial, que se apresenta unificado em sua base por um sistema industrial, comercial e financeiro, tanto quanto científico e cultural.

Para se medir bem a força dos interesses em jogo nessa disputa basta atentar para a violência indissimulada do presidente da famosa Conferência internacional, o representante da França, M. Leon Bourgeois, ao contestar as teses defendidas pelo Brasil:

(...) "A sorte do projeto para uma nova corte arbitral dá a medida da incapacidade dos pequenos Estados, no que concerne à política prática. Eles insistem que cada Estado, seja qual for sua condição material, moral e intelectual, tenha igual representação no tribunal. O saber, o caráter, a experiência e a força armada, nada disso conta aos olhos desses doutrinários intransigentes. O Haiti e a República Dominicana, Salvador e a Venezuela, a Pérsia e a China, são todos Estados Soberanos. Portanto, raciocinam eles, é preciso que cada um desses Estados goze do mesmo direito que a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, os Estados Unidos na solução das controvérsias mais sutis de direito e de fato surgidas entre os maiores e mais esclarecidos Estados de Europa. Fixadas essas premissas, o raciocínio é irrefutável; e essas premissas são as bases da própria Conferência. Jurídica e diplomaticamente a argumentação é perfeita; mas a conclusão, infelizmente, não resiste ao senso comum. Não seria possível encontrar um exemplo que ponha mais a claro a defeituosa composição da Conferência. Por conseguinte, como as grandes potências não estão dispostas a colocar acima delas, como seus juízes, os Estados mais corrompidos e mais atrasados da Ásia e da América do Sul, ainda não teremos a corte arbitral"[6].

A resposta de Rui Barbosa a esse ataque será precisa e certeira. Não apenas pelo valor do argumento jurídico, político e diplomático que encerra, como pela sensibilidade geopolítica que revela. No momento em que, sob o véu diáfano da fantasia "globalizante" completa-se a unificação

do mercado mundial com a reintegração das economias socialistas, e se trama a recolonização do mundo pela cadeia dominante das grandes potências de sempre, é instigante rever essas palavras proferidas em Haia, no já distante ano de 1907, pelo representante do Brasil:

(....) "Atentai bem para as conseqüências, mais terríveis doravante do que em qualquer outra época. Há cerca de três anos, a Europa não divisava em seu horizonte político, fora dela mesma, mais do que os Estados Unidos, como uma espécie de projeção européia e a única representação não negligenciável do Ocidente. A Ásia e a América Latina não passavam de expressões pouco mais que geográficas, com uma situação política complacente. Um belo dia, em meio ao espanto geral, percebeu-se uma aparição aterradora no Oriente. Era o nascimento inesperado de uma grande potência. O Japão entrava no concerto europeu pela porta da guerra, que ele arrombara com sua espada.

Nós, Estados da América Latina fomos convidados a entrar pela porta da paz. Ultrapassamos o umbral desta Conferência, e vós começastes a conhecer-nos como operários da paz e do direito. Mas, se nos decepcionarmos, se nos retirarmos desiludidos com a experiência de que a grandeza internacional se mede apenas pela força das armas, então, por obra vossa, o resultado da Segunda Conferência de Paz terá sido o de reverter a corrente política do mundo no sentido da guerra, empurrando-nos a buscar nos grandes exércitos e nas grandes marinhas o reconhecimento de nossa posição, debalde indicada pela população, pela inteligência e pela riqueza"[7].

O discurso de Rui denunciava a chantagem das grandes potências e de sua política de força. Ao mesmo tempo, demonstrava com clareza a disposição do Brasil de não se dobrar, em sua defesa desassombrada de uma ordem jurídica internacional que fora baseada na igualdade das nações soberanas e no princípio da não-intervenção e da autodeterminação. A questão chave que se ergue dessa posição, e que até hoje orienta os passos do Brasil na cena internacional, é o princípio da igualdade jurídica das nações soberanas. Dessa defesa decorre a fundamentação lógica e doutrinária da posição consagrada constitucionalmente de resolver as controvérsias e os conflitos internacionais pela via da negociação pacífica. Abrir mão dessa fórmula sempre foi e será *a contrario sensu* dos interesses reais brasileiros. Pelo fato primeiro, entre todos, de que a fórmula é resultante não de um juridicismo vazio, mas da posição especial do Brasil como ator político sul-americano.

A percepção desenvolvida a partir desse episódio é de que a unidade e a integração da América Latina, que emerge da situação histórica pós

colonial, a partir da massa continental do Brasil, propõe uma convergência de interesses nacionais solidários entre os países da região. E que, portanto, pode-se fazer nesta parte do hemisfério, a economia da guerra e da política de força na criação coletiva de um megaestado sul-americano. Todo o processo se harmoniza profundamente com o fato de que o país luso-ibérico, por sua continentalidade, emerge junto ao mundo hispano-ibérico como o núcleo central geo-histórico desse futuro que chegou a ser vislumbrado pelo último Bolívar.

A maturidade de Simón Bolívar, o Libertador, foi marcada pela compreensão realista de que a sua militança contra o Império brasileiro minava a possibilidade mesma de se efetivar o sonho bolivariano, pois como ele chegou finalmente a reconhecer, o Brasil, em sua unicidade, era "una de las garantias más poderosas que han recibido las repúblicas de América, en la carrera de su independencia". Decorre da compreensão alcançada por Bolívar, na evolução do seu conceito sobre o Brasil, a visão de que o complexo luso-brasileiro forma ao lado da América anglo-saxã e da América hispânica uma terceira América e a peculiaridade desse conjunto reside no fato de o Brasil, por sua unidade política e cultural ser o "país indispensável" na construção da América Latina[9].

De um certo modo a observação do Libertador antecipa o futuro da macro região latino-americana. O que aparenta ter sido uma visão de ontem, retomada hoje, assinala com clareza — em que pese as contratendências emanadas da tentativa hegemônica representada pela América anglo-saxã— a possibilidade de se efetivar a criação de um quarto pólo de poder mundial.

Por essa razão, a luminosa inteligência do Barão do Rio Branco, logo após a Conferência de Haia, em fevereiro de 1909, claramente formulou e deu o primeiro passo positivo na direção de criar uma política integrada dos países do ABC, na defesa dos seus interesses e aspirações comuns e na de todas as questões "que se encaminhem a assegurar a paz e a estimular o progresso da América do Sul". Ao propor o "Tratado de cordial inteligência política e de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil, a República do Chile e a República Argentina", antecipando-se aos grandes embates que viriam travar-se ao longo do século, Rio Branco firmou, assumindo a responsabilidade decorrente em seu delineamento político-estratégico básico, como campo de ação principal da diplomacia brasileira:— a defesa da estabilidade e do desenvolvimento pacífico da América Latina. (10)

A experiência recente da integração latino-americana vem demonstrando, em que pese os obstáculos gerados por certa incompreensão

de bolsões conservadores da opinião pública, alimentada por interesses externos à região, que o Brasil se autoriza usar o plural majestático e falar pelo coletivo sem nenhum traço de hegemonismo, como pólo central e dinâmico da panregião ibero-americana.

Por outro lado, quando se analisa a evolução contemporânea dos países asiáticos, verifica-se que a China, por sua continentalidade, sua imensa população, sua civilização e cultura matriciais, sua antigüidade e continuidade histórica, desempenha igualmente um papel central de múltiplo vetor do desenvolvimento de toda a panregião asio-oriental. Não por acaso, os dirigentes chineses desenvolveram nos anos 50 uma concepção da ordem mundial que se estrutura em bases comuns às da doutrina brasileira formulada por Rio Branco e Rui no começo do século.

Trata-se dos famosos cinco princípios da coexistência pacífica estabelecidos por Zhou Enlai e Jawarharlal Nehru, e que até hoje servem de fundamento da política externa da China. Apresentados ao mundo na famosa conferência de Bandung na Indonésia em 1955, os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (respeito mútuo à soberania e integridade territorial, não-agressão mútua, não-interferência nos assuntos internos, igualdade e mútuo benefício, coexistência pacífica) desempenharam um grande papel na criação de um contexto internacional favorável à luta dos países africanos e asiáticos por sua independência política.

O consenso nacional chinês, após a era Mao Zedong (fundador e líder da República Popular da China por três décadas), apresenta como imperiosa necessidade política a criação de um ambiente mundial pacífico, que seja propício ao desenvolvimento do país e que se mantenha estável pelos próximos 100 anos. Baseados na concepção desenvolvida pelo arquiteto geral da política da reforma e abertura, Deng Xiaoping (sucessor de Mao como líder máximo do país), os dirigentes chineses, agora sob a liderança de Jiang Zemin, centram sua linha de atuação principal na construção econômica nacional, voltada para a meta de transformar a China em um país desenvolvido até meados do próximo século[11].

Trata-se de um projeto nacional de desenvolvimento de longo alcance e de grande importância para o futuro da China, da Ásia e das relações internacionais. Pois é cada vez maior a convicção entre as elites responsáveis do Ocidente de que, muito embora os Estados Unidos passem por ser o único pais “indispensável” do mundo, a multipolaridade, sentida como uma incontornável situação a ser vivida pela comunidade internacional, simplesmente não acontecerá sem a presença da China e dos países asiáticos.

Poder-se-ía acrescentar: tampouco sem o Brasil e a América Latina.

Muitos observadores surpreendem-se ao perceber a semelhança e o paralelismo na posição da China na Ásia e do Brasil na América. Até mesmo por um destino político comum, chineses e brasileiros encontram-se irmanados na resistência ao hegemonismo. Desde o começo do Novecentos, ambos os países, por decisão tomada pelas potências, foram ejetados da estrutura dirigente da comunidade internacional. Situação que permaneceria basicamente a mesma, ao final do século, não fora a emergência da China como potência nuclear. Não obstante, por esse motivo, tenha recuperado a condição de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a China continua, tal como o Brasil, fora do estrito e poderoso grupo constituído pelas sete economias industrializadas do Ocidente[12].

Num certo sentido esse sentimento de comunidade de destino entre a China e o Brasil foi expresso de modo antológico por Gilberto Freyre em seu famoso discurso de agradecimento à comunidade chinesa de Sofala e Manica. Para o escritor e sociólogo brasileiro os chineses não eram estranhos, pois os conhecera de perto nos dias de estudante na Universidade de Colúmbia. E pensava desde essa época que devia "haver alguma coisa de semelhante entre o Brasil e a velha mas sempre moça civilização chinesa, com a qual os portugueses estabeleceram, em Macau, profunda aliança baseada não na força, mas no amor fraternal, não no poder imperial de uns sobre os outros, mas na compreensão recíproca". Ao agradecer a hospitalidade da recepção, oferecida pela gente chinesa, definiu-se como um filho da "China da América"[13].

Essa comunidade de destino, registrada pela inteligência e sensibilidade do sociólogo pernambucano, viveria entretanto um momento crucial nos anos 50-60. A "guerra fria", que ameaçava a humanidade com a sombra da catástrofe nuclear, dividira o mundo em dois blocos antagônicos. Por um breve tempo, o Brasil e a China, que se situavam nos extremos de cada hemisfério em conflito, viram interromper-se a relação política entre os dois estados, afetando os fluxos de comércio, e restringindo o entendimento e o conhecimento mútuo.

Contudo, a busca de um posicionamento mais adequado à estatura do Brasil levou o governo Jânio Quadros, no começo dos anos 60, a desafiar a ordem bipolar e a hegemonia norte-americana. De modo afirmativo e conciso dirigiu-se, em 19 de setembro de 1961, num de seus famosos bilhetes, aos Ministros das Relações Exteriores e da Indústria e Comércio: "(...)

1) Solicito de Vossas Excelências, em conjunto, o exame e sugestão de nomes para a constituição da Missão Econômica Brasileira, que irá à

República Popular da China. Desejo Missão de alto nível, parecendo conveniente incluir, como um dos Conselheiros, o Ministro João Augusto Araújo Castro, ora servindo em Tóquio.

2) Sugerir, ainda, a ida da mesma Missão a alguns outros países. É o caso da Indonésia e da Malásia, com o exame atento das possibilidades de Cingapura, como entreposto. "A finalidade da missão fora firmada em carta do Chanceler Afonso Arinos dirigida ao Chefe da Missão o vice-presidente João Goulart afirmava: (...)" no propósito da administração de promover substancial expansão no comércio internacional do Brasil, à vista da imperiosa necessidade de um vigoroso desenvolvimento econômico do país". Com o recuo do tempo, a leitura da enxuta e precisa racionalidade desse documento demonstra a determinação alcançada pela perspectiva participante e atualizada do governo brasileiro da época, ao avaliar as áreas estratégicas mundiais de um ponto de vista nacional[14].

Era claro para o Governo e para a diplomacia brasileira que não se podia ficar indiferente ao futuro da China, isolando-a do concerto internacional. Conclusão a que chegaria, um pouco mais tarde, o General de Gaulle. Mas a ONU, por imposição da política norte-americana, teimava em manter no Conselho de Segurança uma ficção, irrepresentativa da nação chinesa. Foi preciso uma década inteira e os descaminhos da intervenção americana no Vietnã para que a dupla Nixon-Kissinger forjasse a *Détente* Leste-Oeste, que resultaria na aproximação dos EUA à China de Mao.

Confirmado, por vias sinuosas, o acerto dos princípios básicos da "política externa independente", e com a diretriz *aggiornata* do "pragmatismo responsável", o governo brasileiro pôde fazer prevalecer o entendimento com o governo chinês, na forma do reconhecimento diplomático a 15 de agosto de 1974, "em conformidade com os interesses e os desejos dos dois povos", e inaugurar um novo tempo de entendimento e cooperação.

Em seu discurso, quando da assinatura do Comunicado conjunto sobre o Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre o Brasil e a China, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira, afirmava: "Nossos Governos têm enfoques distintos para a condução dos seus respectivos destinos nacionais. Ambos consideramos, no entanto, que é um direito inalienável de cada povo o de escolher o seu próprio destino. (...) O Brasil e a República Popular da China convergem nesse propósito. Fundamos nosso relacionamento nos princípios de respeito mútuo à soberania e de não-intervenção nos assuntos internos do outro país. Estes são os alicerces da nossa amizade"[15].

A estas palavras responderia o vice-ministro do Comércio Exterior da República Popular da China, Chen-Chie: "A China e o Brasil, como países em vias de desenvolvimento, defrontam-se com a mesma tarefa de salvaguardar a independência e a soberania nacionais, desenvolver a economia nacional e lutar contra o "hegemonismo" e a política de força das superpotências. Nós, os países em desenvolvimento, temos mil e uma razões para nos unirmos ainda mais estreitamente e nenhuma razão para nos afastarmos uns dos outros".

Ao longo dos últimos 25 anos, esta amizade, alicerçada na compreensão de que um destino comum une os dois maiores países do mundo em desenvolvimento, tem se consolidado. Na medida mesma em que, ao aproximar-se o umbral do século XXI, novos e decisivos acontecimentos fazem com que esta aproximação e cooperação política entre o Brasil e a China defina-se cada vez mais como um combate comum pela construção de uma nova ordem econômica e política internacional.

Este combate comum por uma nova ordem política e econômica é de importância transcendental para o sistema interestatal multipolar. Ele repousa essencialmente na compreensão do caráter crucial que assume hoje a questão do desenvolvimento nacional para países como a China e o Brasil. Uma questão candente da hora atual para os dois povos, pois, quando esse desenvolvimento completar o seu ciclo atual, ambos, dramaticamente, mas com alguma probabilidade de êxito, poderão construir os megaestados do novo milênio.

A construção destas estruturas estatais, se concretizada, certamente alterará o padrão básico do relacionamento internacional. Do fato delas se definirem como "cristalizações de poder em unidades nacionais de larga base geográfica, verdadeiras pan-regiões de economia e organização social superiormente equilibradas", decorre que estarão, presumivelmente, dotadas de condições mais favoráveis para desestimularem a unipolaridade. E assim fazer contraponto ao hegemonismo e à política de força. Avançar o estudo comparado dessa evolução é um dos desafios com que se deparam os analistas e a mais alta administração do estado em nossos dois continentes. O que já havia impressionado a figura de Pandiá Calógeras, quando em 1931, ao prefaciar ao livro de Mário Travassos, "Aspectos geográficos sul-americanos", observou: "Se o século deve ser o século do Pacífico e da América do Sul, imprescindível é sondar e definir as características dos termos em presença"[16].

O acordo Leste-Oeste que pôs fim à guerra fria, longe de ter

estabelecido um clima de pacificação e normalização das relações internacionais, parece ter despertado a vontade dos Estados Unidos de impor uma ordem imperial baseada em seu poderio econômico, político, técnico-cultural e militar. Esta vontade e este empenho, na medida em que se investe de uma política de força de clara feição hegemônica, vem transformando profunda e negativamente o ambiente internacional. Na verdade, o efeito desestabilizador das relações interestatais provocado pelo neo-intervencionismo, que limita, condiciona e suprime soberanias, faz com que a posição norte-americana auto-assumida de polícia do universo se apresente hoje como a grande perturbadora da ordem mundial. Ainda mais porque está associada a um espírito de cruzada que tenta impor-se à revelia das posições defendidas por outros membros da comunidade internacional.

Neste contexto as relações internacionais assumem um perfil cada vez mais especial nos anos 90, a partir da definição hegemônica de uma nova ordem mundial com características anglo-saxônicas. Desde o discurso do presidente norte-americano, George Walker Bush, na reunião do Conselho de Segurança, de novembro de 1990, quando expôs em grandes linhas a idéia de uma ordem mundial baseada na "abertura dos espíritos, das fronteiras nacionais e dos mercados", que a reforma do sistema internacional nesta direção fez-se presente ao debate político internacional. Pode-se concluir que na seqüência lógica desse pronunciamento decorridos quase dez anos desse discursos o presidente William J. Clinton possa proclamar na Assembléia Geral da ONU que, a partir de Kosovo, a soberania nacional dos estados encontra-se limitada pelos "direitos humanos".

À medida em que caminhamos para o final da década e do milênio, as análises e os estudos das agências internacionais constatam o fato de que a reestruturação das relações mundiais de poder, seguindo o receituário baseado na *standartização* unificadora e autoritária do modelo econômico anglo-americano, acabou por determinar uma difícil e tortuosa via para os países em desenvolvimento e, num mesmo e único movimento, decretou a estagnação do mundo desenvolvido. Como se a tentativa imperial de padronizar o universo, submetendo pela força se necessária qualquer manifestação de independência nacional ou regional, se voltasse agora para o próprio círculo interno dos países industrializados, congelando-os junto com o macropoder mundial.

É curioso e preocupante perceber como esses movimentos de reestruturação revivem, mesmo que parcialmente, algumas das condições do início do século XX, onde, num ambiente de extrema competição, as grandes potências estavam determinadas a agir em conjunto para manter a situação

colonial e semi-colonial. As guerras Anglo-Boers, Hispano-Americana, e, principalmente, a rebelião dos "Boxers" dão início a uma intensa disputa pela áreas coloniais, fontes de matérias-primas e mercados para as manufaturas dos países industrializados. Elas marcam a irrupção de um sistema de poder mundial caracterizado por formar uma cadeia de países unidos em sua disputa pela dominação de vastas áreas do globo na Ásia, na África, e nas Américas.

Dessas guerras do início do século uma das mais importantes em suas conseqüências foi justamente a guerra dos "Boxers", envolvendo a China e as oito grandes potências. Este famoso levante popular contra a presença estrangeira varreu o país, criando um movimento no Ocidente de apoio à intervenção, que reuniu a Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha, Áustria-Hungria, Rússia, Japão e Itália numa ação coletiva contra a China. Esta invasão teve como conseqüência principal a queda da monarquia manchu e o início da república chinesa. E também o começo da revolução que iria culminar na fundação da República Popular da China.

A situação da China Imperial do começo do século, submetida a intervenções humilhantes por parte das grandes potências, chamaria a atenção do Barão Rio Branco. Com a precisão de análise que lhe era peculiar, diagnosticou o problema chinês como a demonstração clara de que um país pacífico pode sofrer perdas territoriais graves e diminuição drástica de sua soberania em função da fraqueza de seus recursos de defesa e segurança. Ressalta dessa curta mas incisiva intervenção do Barão, que a análise dos problemas chineses na perspectiva do interesse nacional brasileiro tem estado sempre presente à reflexão estratégica nacional.

É evidente que a história alterou completamente o quadro da situação e a posição da China no sistema internacional. De tal modo que, humilhada e submetida a todos os vexames impostos pelas potências estrangeiras,— "a porção mais empobrecida da humanidade no sistema gerado pelo grande jogo do século XIX"—, apresenta-se às vésperas do terceiro milênio como um gigantesco protagonista do jogo mundial, a meio caminho entre o mundo industrializado e o mundo em desenvolvimento.

Por isso que retomar a preocupação de Rio Branco com a estratégia nacional significa repensar também a grande escolha que comandou a ação diplomática brasileira ao longo do século XX. Esta opção por uma aliança com os Estados Unidos, contra o perigo da recolonização do Brasil e das demais nações latino-americanas pelas potências européias, a seu tempo pareceu justa. Mas logo mostrou-se esgotada, sobretudo com as conseqüências da Segunda Guerra, que aparentemente relegaram o Brasil

a desempenhar um papel secundário no “Grande Jogo” comandado pela nação líder do bloco ocidental, empenhada prioritariamente na “contenção do expansionismo soviético”[17].

E o que se havia mostrado limitado no período da bipolaridade, revelou-se confrontante no após Guerra Fria, ao apontar diferenças estruturais de concepção que acentuam o distanciamento nas respectivas visões sobre a Ordem Mundial e, mais seriamente, sobre os rumos da intervenção abaixo da linha do equador, que podem conduzir a um quadro indesejado de insegurança hemisférica. Essas diferenças estruturais são evidenciadas pela insistência norte-americana em gerar um *casus belli* capaz de justificar ações neo-intervencionistas que ameaçam desestabilizar a região amazônica, alem de uma continuada oposição ao projeto integracionista brasileiro do Mercosul[18].

Todas essas questões tornam o debate sobre a política externa brasileira de hoje tão intenso quanto na década de 50 e 60. E conduzem a repensar problemas centrais até então acobertados pelo repetitivo apelo ao pensamento econômico, que é pouco afeito a analisar a questão do poder entre as nações no sistema mundial. Pois esses problemas implicam em analisar fatos, personagens e acontecimentos, relativos à defesa da soberania e ao posicionamento adequado aos interesses do país, junto aos outros países que formam a sociedade internacional.

Essa retomada do eixo da preocupação nacional com a independência, soberania, segurança e integridade territorial do Brasil, sobretudo com a continuidade do seu processo de desenvolvimento, que se encontra desafiado e submetido a um conjunto difuso de pressões finisseculares, significa poder avaliar o sentido real e o alcance da parceria estratégica Brasil-China.

Uma parceria que, desenvolvida em sua plenitude com a realização efetiva das duas megapotências, poderá gerar uma força com amplo impacto no macroclima do poder mundial. Esta avaliação deve conduzir a pensar o peso real das duas estruturas estatais no horizonte de hoje e de amanhã. Trata-se de pensar juntos o combate comum pelo desenvolvimento, pela estabilidade em sua macroregião, diferentemente da possível relação estratégica com outros parceiros.

Neste sentido pode-se observar a evolução do conhecimento sino-brasileiro que, ao longo das duas ultimas décadas tem avaliado suas potencialidades na busca de uma atuação conjunta nos grandes foros internacionais. Ambos têm se apresentado como força de estabilização em

sua respectivas regiões: Ásia Oriental e América Latina. Desde a primeira visita de um presidente brasileiro à China registrou-se uma grande compreensão sobre a convergência estrutural de ponto de vista sobre um amplo espectro de questões vinculadas ao futuro do sistema internacional.

As seguidas visitas de chefes de Estado e dos principais dirigentes de ambos os países vêm ao longo de duas décadas construindo uma percepção comum do problema crucial de nosso tempo: a necessidade de uma estrutura de poder mundial multipolar, pacífica e estável, que, além de garantir a paz, sustente um ambiente favorável ao desenvolvimento de todos os povos. Um ambiente livre de intervenções e desestabilizações, bem distante de uma ordem baseada na hegemonia de um "Império Universal, com sua paz ecumênica".

Construir uma tal ordem mundial significa reafirmar princípios fundamentais que regem as relações internacionais do Brasil e da China. Estes podem ser lidos na introdução de suas respectivas Constituições e constituem desafios que mobilizam a vontade de seus povos. Nesta direção ambos têm avançado bastante no caminho não só da cooperação política, mas também técnica e científica, de importância decisiva para a formação desta nova ordem econômica e política internacional tão almejada pelos países em desenvolvimento.

Para tornar realidade esses objetivos os dirigentes chineses devem cuidar de modo permanente para que o microclima interno permaneça estável e o ambiente internacional não se degrade. Neste sentido é que repudiam a política de força e o intervencionismo e propõem o entendimento geral em torno dos princípios de respeito à soberania, integridade territorial não-ingerência nos assuntos internos e o desenvolvimento de uma ordem internacional pacífica multipolar e não hegemônica.

O Brasil e a China, por serem os dois maiores países em desenvolvimento, podem desempenhar um grande papel na recusa do neo-intervencionismo, que é a face beligerante do hegemonismo. O que significa atuar ativamente na criação de uma ordem mundial mais eqüitativa e harmônica, capaz de assegurar condições de paz e estabilidade e no sistema internacional. Para tanto, o relacionamento bilateral sino-brasileiro deve enfrentar o desafio de romper o monopólio imposto pelas grandes potências em áreas chave do desenvolvimento científico e tecnológico. Pela intensificação da cooperação e do conhecimento mútuo e recíproco das comunidades científicas e técnicas dos dois países novos projetos poderão acompanhar o estágio já alcançado na parceria aeroespacial.

A cooperação política entre a China e o Brasil pode atuar de igual modo na vanguarda da discussão sobre uma nova ordem economia internacional. Trata-se de imperiosa necessidade da hora presente, pois a ameaça de uma implosão do sistema financeiro internacional lança sombrios prognósticos na continuidade da paz mundial. Em questões de segurança coletiva, os dois países devem unir esforços e cooperar para que a reforma e ampliação da estrutura do Conselho de Segurança da ONU, quando e como ocorrer, venha a contemplar, vitalmente, os interesses do mundo em desenvolvimento

Nos começos dos anos 50, ainda não ficara bem esclarecido esse destino político comum das duas maiores potências do mundo em desenvolvimento. O que explica que a observação aguda de Gilberto Freyre sobre "haver alguma coisa de semelhante entre a China por assim dizer eterna e o jovem e ainda verde Brasil" pudesse despertar mais estranheza do que concordância. Tal não era mais o caso quando, em setembro de 1988, o líder chinês Deng Xiaoping, em conversa com o Presidente Sarney, fez a seguinte consideração: "Agora fala-se muito da "era asiático-pacífica", mas acho que sem o desenvolvimento da China, não é possível ter essa era. Da mesma forma, sem o pleno desenvolvimento do Brasil, não é possível falar da "era latino-americana". Eu espero que cheguem ao mesmo tempo a era da Ásia Pacífico e a da América Latina". Logo depois, em dezembro do mesmo ano, ao receber o primeiro-ministro da Índia, Rajiv Ghandi, daria um desenvolvimento mais amplo a este argumento: "O verdadeiro século da Ásia Pacífico, ou da Ásia, só chegará quando China, Índia e os demais países vizinhos tiverem se desenvolvido. De igual modo, não haverá nenhum século da América Latina sem o desenvolvimento do Brasil. Por isso, devemos focalizar o problema do desenvolvimento elevando-o à altura de toda a humanidade; e, a partir desta altura, observá-lo, e resolvê-lo".

Esses propósitos enunciados pelo falecido líder máximo Deng Xiaoping foram ratificados e retomados pela terceira geração de líderes chineses. O que significa que as bases estruturais do relacionamento sino-brasileiro não sofreram alteração com o fim da Guerra Fria. Disso nos deram conta, em suas visitas ao Brasil, o presidente Jiang Zemin, o então presidente do Banco Popular da China, Zhu Rongji, e o primeiro-ministro Li Peng. De tal maneira que se pode prever que a segura e contínua amizade entre os líderes e dirigentes brasileiros e chineses sinaliza para um crescente conhecimento mútuo e recíproco.

Espera-se que o começo do próximo milênio assista à continuidade dos esforços comuns do Brasil e da China pela construção de uma ordem

mundial multipolar e democrática, que limite e neutralize os efeitos do unipolarismo. A cooperação bilateral, levando a um estreitamento das relações políticas, poderá ampliar o relacionamento econômico e o intercâmbio técnico-científico e cultural, fazendo que os esforços continuados e combinados desses dois grandes países produzam um campo de força favorável à estabilidade política tanto quanto à elevação do ritmo do desenvolvimento mundial.

Nada poderá melhor fixar essa entrada no futuro do que a cooperação construtiva em todos os níveis como foi fixado nas propostas de Jiang Zemin de 14 de novembro de 1993. O presidente da República Popular da China em sua visita ao Brasil reafirmou que a cooperação amistosa sino-brasileira deverá desempenhar um papel central na construção de uma nova ordem internacional e bem assim aproveitou a oportunidade para propor o "estreitamento das relações políticas entre os dois países, a dar impulso ao desenvolvimento do relacionamento econômico e comercial, principalmente no campo da alta tecnologia, a aumentar o intercâmbio cultural, educacional, acadêmico e esportivo, e a incrementar a cooperação com os demais países em desenvolvimento".

Nesta linha de continuidade de esforços, a cooperação sino-brasileira se adensa e se projeta em direção ao século XXI, ao integrar finalmente ao seu campo de realizações a exploração do espaço cósmico. Desde o dia 15 de outubro de 1999, os primeiros satélites artificiais destinados ao monitoramento de recursos terrestres, construídos e lançados em parceria pela China e o Brasil, evidenciam para todo mundo o sucesso alcançado pela cooperação entre os dois maiores países em desenvolvimento.

A crise financeira e as ameaças do neo-intervencionismo que se apresentam na conjuntura não são capazes de elidir o fato de que tanto as dificuldades como os recursos aproximam o Brasil e a China. De tal maneira que até mesmo a distância geográfica diminui e o conhecimento mútuo e recíproco se torna cada vez maior. À medida em que, como queria Rui, operários da paz e do direito, atuam pela paz e o desenvolvimento, ambos os países mobilizam múltiplos fatores positivos que darão grande contribuição à construção de uma nova ordem econômica e política internacional.

Se retomarmos a pergunta de Gilberto Freyre sobre a semelhança entre a eterna China e o jovem e verde Brasil podemos evocar o verso do "Livro das Odes", que diz: "Embora Zhou seja uma velha nação, ela tem uma nova missão"; e, perguntar-nos se, para vencer o desafio da modernização, da reforma e abertura, a velha nação chinesa em sua nova missão evocará, hoje e amanhã, como o "pássaro que canta, do eco dos amigos". E, talvez,

possamos reconhecer que a recíproca é verdadeira, pois, para vencer o desafio de se tornar madura e desenvolvida, a jovem e ainda verde nação brasileira necessitará da cooperação e amizade da "China por assim dizer eterna".

Notas e referências bibliográficas:

1- A primeira visita de um presidente brasileiro à China, realizada em maio de 1984, estabeleceu e clarificou o conteúdo básico da relação entre os dois países. Neste sentido, o discurso pronunciado pelo general João Baptista de Oliveira Figueiredo, quando do banquete oferecido pelo presidente chinês Li Xiannian, resumiu o essencial, ao afirmar que as relações Brasil-China basear-se-iam em "convergências no plano mais alto da política internacional, bem como em projetos e realizações bilaterais de caráter econômico-comercial, de cooperação científico-tecnológica e de intercâmbio cultural" (grifo nosso). Constitui uma demonstração bastante evidente da validez dessa declaração do primeiro presidente brasileiro a visitar a China, as considerações que foram expendidas pelo seu sucessor, presidente José Sarney. Quando de sua visita presidencial à China, em setembro de 1988, por ocasião da realização do banquete que lhe foi oferecido pelo presidente chinês Yang Shangkun, assim se expressou o chefe do Estado brasileiro: "A nossa identidade de pontos de vista é demonstrada pela coincidência de nossos votos nos foros internacionais. As questões que aí são submetidas, em 95% dos casos são vistas da mesma maneira pelos nossos países". Em outro trecho do seu discurso afirmaria o presidente: "Estou seguro de que o futuro das relações entre o Brasil e a China será assinalado por grandes realizações. Temos uma contribuição a dar para o aperfeiçoamento da ordem internacional".

2- A conjuntura mundial encontra-se marcada por uma forte instabilidade, que resulta da tentativa de impor-se a todos os países, sejam desenvolvidos ou não, o *standard* anglo-americano, para determinar condutas e procedimentos, tanto no nível político como no econômico e cultural. Se retomarmos conhecida passagem do livro "Geopolítica do Brasil", de Golbery do Couto e Silva, — onde se lê: (...) "o almirante Castex já havia assinalado, em perspectiva vasta porque muito européia, que, em cada época, surge sempre um "grande perturbador" — , podemos talvez ser levados a pensar que a atuação do solitário "superpoder global" norte-americano constitui um real fator subversivo e desestabilizador do mundo pós-guerra fria. Com

agudo senso de percepção histórica, Henry Kissinger, no seu estudo clássico sobre as armas nucleares e a política internacional, já apontava para o fato de que, "uma vez ou outra, surgem Estados que ousadamente proclamam que o seu propósito é destruir a estrutura existente e refaze-la completamente". Ele tinha em mente a França napoleônica, a Alemanha pós-Versalhes e a URSS. Uma visão *up-to-date* haveria que acrescentar a esta relação a América pós-Guerra Fria.

3- O "corolário Albright" da doutrina "Clinton-Blair" baseia-se no uso dos direitos humanos como instrumento de uma estratégia do "*enlargement"* para impor a limitação da soberania nacional e o uso preferencial da força para a solução das controvérsias, sempre que estejam em pauta conflitos definidos como "humanitários". Essa categoria especial define a area de atuação da superpotência norte-americana em guerras étnicas ou religiosas que envolvam insurgências separatistas apoiadas por grupos de pressão ocidentais; na preservação do meio ambiente e na prevenção de desastres ambientais; no combate ao narcotráfico, corrupção, ilícitos internacionais , e outros temas da "agenda global". Essa concepção pouco ortodoxa do direito internacional visa, segundo a lógica do argumento, prevenir um novo "Munique", combatendo sem tréguas a emergência de "nacionalismos hostilizados ou desapoiados pela "*international community*". O sempre preciso e claro, Prof. Samuel Huntington, em interessante ensaio publicado no *Foreing Affairs*, esclareceu bem o que tem em mente a liderança norte-americana quando se refere a essa "comunidade internacional". Diz ele: "Constantemente os líderes americanos reivindicam falar em nome da "Comunidade Internacional". Mas a quem eles têm em mente? China? Rússia? Índia? Mundo Árabe? ASEAN? África? América Latina? França? Algum desses países ou regiões vêem os Estados Unidos como porta-voz de uma comunidade da qual eles são parte? A comunidade de que os Estados Unidos falam, no melhor dos casos e na maior parte dos problemas, inclui os seus primos anglo-saxões (Grã-Bretanha, Canadá, Austrália, Nova Zelândia); a Alemanha, e algumas pequenas democracias européias, para outros tantos problemas; Israel, acerca de algumas questões do Oriente Médio; o Japão, para a implementação de resoluções da ONU".

4- O fim da guerra fria condicionou o surgimento de uma literatura filosófica e política que consagrou novos temas à discussão no

Ocidente. O primeiro deles foi a ressurgência da tese kojeviana sobre o "fim da história" na forma de um ensaio no qual o Sr. Francis Fukuyama interpretava o "incidente de Tiannamen" e decretava que a sociedade liberal capitalista provara ser a forma final de toda sociedade humana. Acenava com a perspectiva de um milênio liberal sem guerras e conflitos, morada final do homem pós-histórico. Foi contraditado por Samuel Huntington que desenvolveu um esquema de análise do resultado da guerra fria, mostrando como se operou um deslocamento da natureza do processo, transmudando-se o choque de ideologia num conflito de civilizações. Por fim o assessor de segurança nacional americano no primeiro mandato de Clinton, prof. Anthony Lake, propôs que o *containment* fosse substituído pelo *enlargement*, i.e, pela consolidação do credo americano como a ideologia dominante do planeta. Ao longo do período vimos deitar raízes na linguagem mundana a expressão global e globalização forjada entre outros pelo empresário e administrador nipônico Keinichi Ohmae.

5- O encontro de Deng Xiaoping e João Figueiredo em 1984 gerou a primeira importante manifestação de convergência de pontos de vista de largo prazo entre a China e o Brasil. Nesta entrevista, o sucessor de Mao e arquiteto geral da reforma e abertura chinesa, desenvolveu ampla análise do cenário internacional, precisando sua concepção sobre o nexo entre a conquista da paz e a necessidade de completar o ciclo da construção da economia nacional Essa entrevista foi reproduzida numa famosa coletânea de textos sobre a construção de um "Socialismo de características chinesas" e inserida no tomo III dos textos escolhidos como um dos marcos da Teoria de Deng Xiaoping. Trata-se, pois, de um momento da maturidade do velho líder chinês que encontrou no representante do Brasil um interlocutor particularmente atento. Sobretudo no que concerne ao conceito de hegemonia, com o qual os dirigentes chineses, inspirados nas tradições da sua história, propõem uma interpretação da falta de legitimidade que emana da ordem internacional contemporânea. (Como se pode ler em Xun Zi (310-230 A.C.), os discípulos de Mestre Kung tinham vergonha de evocar os "cinco hegemons"— os príncipes de Qi, de Qin, de Song, de Jin e de Chu, auto-proclamados "protetores" do Trono do Filho do Céu. Porque, segundo ele, os "cinco hegemons": (...) "não seguiam os princípios básicos de uma boa política, não atingiam a verdadeira grandeza moral, não reconheciam o sentido profundo da cultura ritual, e não escutavam o coração de seus povos").

6- O texto que reproduz a fala do presidente Léon Bourgeois é uma versão portuguesa do original francês, que se encontra publicado no volume dedicado a Rui Barbosa da coleção clássicos Aguilar, sob o titulo geral de "Escritos e discursos seletos". O texto original segue abaixo transcrito:

> "*Le sort du projet pour la création d'une nouvelle cour arbitrale, dit-il, donne la mesure de l'incapacité des petits Etats, en ce qui concerne la politique pratique. Ils ont insisté à ce que chaque Etat, quelle qu'en soit la condition matérielle, morale et force armée, tout ça compte pour rien aux yeux de ces intransigeantes doctrinaires. Le Haïti et la Republique Dominicaine, le Salvador et la Vénézuela, la Perse et la Chine ce sont tous des Etats souveraines. Donc, raisonnent-ils, il faut que chacun d'eux jouisse du même droit que la Grande-Bretagne, la France, l'Allemagne, les Etats-Unis, dans les règlement des controverses les plus subtiles de droit et de fait entre les plus grands et les plus éclairés Etats d'Europe. Etant donnés ces prémisses le raisonnement est irréfragable; et ces prémisse sont les bases de la Conférence elle-même.Juridiquement et diplomatiquement l'argumentation est parfaite; mais la conclusion, malheureusement, n'a pas le sens comun. On ne pourrait pas trouver un exemple, qui mit plus en lumière la fautive composition de la Conférence. Par suite, vu que les Grandes Puissances ne sont point disposées à mettre au-dessus d'elles, commes leurs juges, les Etats les plus corrompus et les plus arrières de l'Asie et de l'Amérique du Sud, nous n'aurons pas encore la cour arbitrale*". In Rui Barbosa "Escritos e Discursos Seletos".

7- Segue transcrito original francês da réplica de Rui Barbosa quando da discussão sobre o projeto da corte arbitral de Haia:

> (...) "*Voyez-en bien les conséquences, plus redoutables désormais que dans aucune autre époque. Il y a environ trois ans, l'Europe ne decouvrait dans son horizon politique, hors d'elle-même, que les Etats-Unis, comme une espèce de projection européenne et la seule représentation non négligeable de l'Occident. L'Asie et l'Amérique Latine n'étaient que des expressions à peu près géographiques,*

avec une situation de complaisance. Un beau jour , au milieu de l'etonnement général, on s'est aperçu d'une apparition effroyable à l'Orient. C'était la naissance inespérée d'une grande Puissance. Le Japon entrait au concert européen par la porte de la guerre, qu'il enfonça de son epée.

A nous, Etats de l'Amérique Latine, on nous a invité à y entrer para la porte de la paix. Nous en avons dépassé le seuil dans cette Conférence, et vous avez commencé à nous connaître comme ouvriers de la paix et du droit. Mais, si nous trouvions déçus, si l'on nous rébutait desillusionnés, avec l'expérience que la grandeur internationale ne se mesure que par la force des armes; alors, par votre oeuvre, le resultat de la Seconde Conférence de Paix aurait été de renverser le courant politique du monde dans les sens de la guerre, en nous poussant à chercher dans les grandes armées et les grandes marines la reconnaissance de notre position, en vain indiqué par la population, par la intelligence et par la richesse". In Rui Barbosa, "Escritos e Discursos Seletos".

8- A compreensão desta "indispensabilidade" brasileira em relação ao complexo sul-americano fica evidenciada na correspondência que Bolívar endereçou a Sucre, em 15 de outubro de 1827: "*Le aconsejo a Vd. que por todos los medios decorosos trate de obtener y conservar una buena armonía com el gobierno brasilero. La política lo exige y lo exigen los intereses de Bolivia en particular y de la América en general. Nada nos importa su forma de gobierno lo que nos importa es su amistad y esta será mas estable cuanto más concentrado sea su sistema*". Encontra-se esta importante referência no lúcido ensaio "La imagen del Brasil en las cartas de Bolívar", do embaixador Nestor dos Santos Lima, um excelente roteiro para quem queira avaliar a real percepção do "Libertador" sobre o Brasil e a natureza do processo histórico de integração sul-americano.

9- A impressão que dá uma simples leitura do importante documento do qual se extraiu a citação do Barão do Rio Branco, é a de que se trata da carta de nascimento do pacto que une, hoje em dia, todos os países do sul do continente americano. É vital interpretar esses acontecimentos longínquos que ressurgem em nosso horizonte

finissecular, e que estão registrados na história política e diplomática do Brasil. A densa biografia do Barão realizada por Álvaro Lins traz como apêndice este e outros testemunhos admiráveis da extraordinária percepção política de Rio Branco. E que ajudam aos estudiosos a situá-lo como um autor que, não sendo um chinês, identificou muito cedo a verdadeira estrutura do poder mundial contemporâneo.

10- O consenso nacional chinês, estabelecido a partir da realização em dezembro de 1978 da III Sessão Plenária do XI CC do PCC, instituiu como tarefa central a construção da economia nacional chinesa e adotou a política de reforma e abertura como o caminho a seguir para transformar a China numa grande potência industrial. A continuidade desse projeto nacional de desenvolvimento, baseado na "teoria de Deng Xiaoping" de um "socialismo com peculiaridades chinesas", apóia-se na consolidação da estabilidade e unidade da liderança chinesa nucleada em torno da figura de Jiang Zemin. Para compreender a importância do problema sucessório na continuidade do projeto nacional é interessante consultar-se o volume III dos Textos Escolhidos de Deng Xiaoping e bem como os documentos constituídos pelos informes do Secretário-Geral nos XIV e XV Congressos do PCC.

11- De maneira precisa o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães definiu, em seu livro sobre a estrutura da política internacional pós-Guerra Fria, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas como "a operação central da construção da nova ordem mundial através de um amplo esforço de normatização, patrocinado pelas estruturas hegemônicas". A necessidade da reformulação do Conselho de Segurança levou o vice-presidente da República Popular da China, membro do Comitê Executivo do Bureau Político do PCC, Hu Jintao, em entrevista publicada no "Diário do Povo", de 5 de fevereiro de 1999, a refletir sobre o fato de que "desde a sua fundação há mais de 50 anos, ocorreram importantes transformações na geopolítica mundial. Países em desenvolvimento, como o Brasil, atuam com maior destaque no âmbito internacional e a China espera que a reformulação do Conselho de Segurança da ONU reflita esta realidade".

12- No começo dos anos 50, Gilberto Freyre deparou-se com um sem número de situações que despertaram sua sensibilidade e imaginação sócio-antropológica para a unidade cultural e sentimental da

civilização luso-brasileira. Entre as surpresas do autor registradas em seu livro "Um brasileiro em terras portuguesas" (Rio, 1953), ressalta a calorosa acolhida que recebera da comunidade chinesa de Sofala e Manica. No seu agradecimento, sensibilizado pelas palavras do Sr. Sung Chin, enfatizou o fato de que conhecendo os chineses desde os seus dias de estudante em Colúmbia, aprendera a admirar esse povo em quem ele via tantas semelhanças com o povo do Brasil. E é de uma observação que ouvira do jornalista americano John Gunther, que o fará evocar as semelhanças entre chineses e brasileiros , ao agradecer "as homenagens, a cordialidade, o carinho com que recebeis aqui um brasileiro: um filho da chamada "China da América".

13- É curioso observar aqui a irrupção um tanto intempestiva de um dos famosos bilhetes de Jânio da Silva Quadros, que a um só tempo, caracterizam o estilo peculiar do presidente, e apontam para o fato de que a reestruturação da política externa brasileira no sentido do seu posicionamento mundial determinava necessariamente uma nova abordagem da questão chinesa que rompesse com o *diktat* da Guerra Fria. O *aggiornnamiento* da doutrina impunha-se como já o antecipara as discussões e ações originárias da "Operação Panamericana" do período JK. Embora a missão chefiada pelo vice-presidente João Goulart também tenha se vinculado a problemas domésticos do cálculo político brasileiro, como se pode muito bem depreender lendo as memórias de Afonso Arinos, relatadas no seu livro "Planalto": "Foi então que vi como Jango é astuto. Ele pensou um pouco e disse: "Ministro, nada impede que o senhor me escreva uma carta particular, dizendo o que pensa da minha viagem." "Sim, nada impede", respondi. "Pois então vou buscá-la amanhã, no Itamaraty", dispôs o vice-presidente. "Não é necessário—retruquei—mando-a levar em sua casa". Jango sorriu, levantando-se da poltrona: "Não, Ministro, sua carta eu vou buscá-la e quero hora marcada; chame os jornalistas, por favor." Só então entendi; e assim foi feito. Jango queria firmar a responsabilidade do governo na sua missão."

14- O reconhecimento da China Popular pelo governo Geisel teve ampla e profunda repercussão nacional. Basta a leitura do depoimento prestado pelo presidente Geisel ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) para compreender que o que se situava na oportunidade do estabelecimento de relações Brasil

China era a retomada no essencial das questões e finalidades da missão Goulart. Veja-se o que diz em seu depoimento o general Geisel: "Argumentei com a posição geográfica da China em relação ao Brasil, como o fato de que a China representava um grande mercado para os nossos produtos exportáveis. Estávamos liberalizando o país, que já era adulto, não se justificando um complexo de inferioridade. Tínhamos o próprio exemplo dos Estados Unidos, o campeão do anticomunismo, que mantinham relações com a China." (...) Os ministros sofreriam pressões da classe, mas apesar disso resolvi reatar com a China. Depois de conversar com eles, reuni formalmente o Conselho de Segurança Nacional, que aprovou a decisão.(...) É evidente que, no caso da China, a maioria do Conselho de Segurança foi a favor do reatamento das relações". Interessante lapso da argumentação do presidente, pois leva em conta ainda o velho preconceito contra a China, ao assimilá-la a uma retomada de relações diplomáticas, como fora o caso com a URSS, em 1961. Em relação à China Popular tratava-se de inaugurar essas relações, que é o que foi feito em 15 de agosto de 1974.

15- Um dos pilares da construção do relacionamento brasileiro-chinês tem sido o fato de terem as duas nações respeitado sempre suas escolhas políticas e ideológicas básicas. O Brasil tem se definido como um país capitalista do Ocidente, e a China reafirmado seu caráter de país socialista, originário de cultura multimilenar desenvolvida no leste da Ásia. Ambos, porém, encontram-se irmanados no mesmo processo de desenvolvimento de suas estruturas industrial e urbana, marcadas igualmente pelas formas universais da ciência e técnica modernas. Como membros responsáveis da comunidade das nações respeitam a soberania e a integridade territorial dos demais países, e se abstêm de intervir nos assuntos internos dos outros estados soberanos e independentes. Em outubro de 1961, San Tiago Dantas fez veemente defesa deste princípio num debate na Câmara Federal, quando afirmou: " E poderia dizer que o Brasil não apoiará invasores soviéticos nem apoiará invasores ocidentais em parte alguma. Essa é uma posição em que o Brasil se mantém numa linha de coerência intransigente com os princípios de respeito à soberania dos povos, que outra coisa não é o princípio de autodeterminação" Esta postura tem se mantido ao longo dos 25 anos com grande constância e continuidade, tal como se pode observar lendo as mensagens trocadas pelos respectivos presidentes e ministros das relações exteriores, por ocasião da comemoração do estabelecimento das relações Brasil-China.

16- O desafio brasileiro é o de liderar o mundo meridional, como centro do ecúmeno sul-americano, projetando-se, tal e qual a China, como um dos megaestados do século XXI. Um dos eixos norteadores da geopolítica mundial, junto com a Ásia do Pacífico, o pleno desenvolvimento brasileiro realizará uma previsão antecipadora feita por Pandiá Calógeras, quando mal começava a Era Vargas, no seu prefácio ao livro de Mário Travassos, "Aspectos geográficos sul-americanos". A industrialização depois da Segunda Guerra fez surgir o mundo asiático como um dos pólos do poder mundial. O Brasil depois de acelerado processo de desenvolvimento assistiu a uma queda do ritmo de crescimento econômico, retardando o advento de sua projeção como centro do pólo latino-americano. A retomada desse ritmo tem sido a meta frustrada das últimas administrações. Permanece no entanto como alvo do consenso da maioria da sociedade brasileira alcançar a recuperação das elevadas taxas de crescimento do passado, e assim poder contribuir, junto com a Grande China e demais países asiáticos, na construção da nova comunidade de nações.

17- À medida em que o tempo avança, parece impor-se a reavaliação da relação Brasil e Estados Unidos da América, à luz dos resultados que apontam para um contínuo distanciamento, até mesmo na pouca explícita, mas real confrontação existente entre os dois países há pelo menos quatro décadas. Data pelo menos de meados dos anos 50 o despertar da consciência de parte de nossa elite dirigente para essa preocupante questão. Não por acaso vemos a dúvida quanto ao valor desse relacionamento tornar-se um tema dominante na reflexão do principal artífice de nossa aliança com os EUA. Na biografia de Oswaldo Aranha, de autoria do conhecido brasilianista Stanley Hilton, lemos trechos de correspondência dirigida ao presidente Juscelino Kubistchek, em que o ex-Chanceler e ex-embaixador do Brasil nos EUA sugeria o reatamento com a URSS alegando ser "urgente uma palavra, um gesto, enfim qualquer movimento "de orelhas ou até de patas", como diria o nosso Machado de Assis, para que se apercebessem de que estamos vivos e decididos a lutar para sobreviver". A razão dessa sugestão de Aranha resultara de um crescente ceticismo quanto ao futuro do relacionamento brasileiro-americano, fundado na sua percepção de que "A política americana por circunstâncias de ordem mundial, excluiu o Brasil de suas cogitações predominantes (...) A boa vizinhança e a amizade brasileira perderam qualquer significação para a política atual do Estados Unidos".

18- Não há dúvida que a situação da China submetida à intervenção das grandes potências despertou a atenção do Barão do Rio Branco para a possibilidade bem real de uma tentativa de recolonização dos países sul-americanos por parte dos estados europeus. Daí a busca de uma aliança com os Estados Unidos. Porém, a percepção do que se achava implícito no caso chinês, do fato de que sem poder contar com seus próprios recursos nenhum estado mantém a própria soberania, fez com que desenvolvesse a idéia da medição de forças entre as nações, a desenvolver-se em múltiplos planos e esferas. (Como seria dito por Afonso Arinos, algumas décadas depois, a respeito do cenário da Guerra Fria: "Por que a França, país secundário, tem personalidade, no jogo dos grandes? Porque por menor que seja, em termos comparativos, o seu potencial destrutivo merece atenção. Por que a China é a grande preocupação dos dois Estados líderes? Porque não se conseguiu, até agora, impedir a sua lenta mas progressiva marcha para a condição de potência atômica".) Foi o mesmo raciocínio que levou Rio Branco a concluir pela necessidade de reforçar o campo sul-americano, inclusive envolvendo os parceiros numa ação de segurança coletiva. Toda essa elaboração teve por efeito gerar um contra-exemplo em relação à China Antiga, que, isolada e batida, era nesse momento alvo da agressão das grandes potências. A preocupação permanente do grande patrono da nossa diplomacia com a defesa de nossas fronteiras e a integridade do território pátrio, que está presente em todos os movimentos da ação diplomática do Brasil, servem hoje de inspiração à densificação de nossos contatos e à cooperação com a Nova China.

Bibliografia:

ABDENUR, Roberto. "De Império Imóvel a Superpotência: a trajetória ascendente da China". *in* Oliveira, Carlos: "*China; superpotência do século XXI*". Rio de Janeiro, Foglio, 1993.

ARINOS, Afonso. *A alma do tempo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.

AZEREDO DA SILVEIRA, A. F. "Discurso em Brasília, 15 de agosto de 1974". *in Brasil-China; 20 anos de relações(1974-1994)*. Rio de Janeiro, Conjunto Universitário Candido Mendes, 1994.

BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro, Clássicos Aguilar, 1960.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The grand chessboard*. N.York, Basic Books, 1997

CABRAL, Severino. “China e Brasil. *in Visões da Crise*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.

_____. “Conhecer a China hoje”. Revista *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 137:5/8, abr.-jun., 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. “O cenário internacional no ano 2000; o papel do Brasil e da China”. Conferência na Academia Chinesa de Ciências Sociais, Pequim, 13 de dezembro de 1995 (Doc. Arq. Itamaraty)

_____. “Mensagem pelo 25º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China”. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1999.

CHEN, Chieh. “Discurso em Brasília, 15 de agosto de 1974”. *in Brasil-China; 20 anos de relações (1974-1994)*. Rio de Janeiro, Conjunto Universitário Candido Mendes, 1994.

CHEN, Duqing: Entrevista. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 137:5/8, abr.-jun., 1999.

_____. *Política exterior da China*. Col. Documentos, n. 10, Instituto de Estudos Avançados- Universidade de São Paulo

COELHO, J. R.: “Programa CBERS”. ,Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 137:5/8, abr.-jun., 1999.

DENG, Xiaoping. *Textos escogidos*, v.3. Pequim, Ediciones en lenguas extrangeras, 1994.

FIGUEIREDO, João Baptista: *Discurso em* Pequim, 17 de Maio de 1984. Documento arquivo do Itamaraty.

FREYRE, Gilberto: *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.

FUNG, Yu-Lan: *Selected Philosophical Writings*. Pequim, Foreign Languages Press, 1998.

GEISEL, Ernesto. *Depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro: *Quinhentos anos de periferia*. Porto Alegre, Editora da Universidade/Contraponto, 1999.

HILTON, Stanley: *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 1994.

HUNTINGTON, Samuel: *The Clash of Civilizations*. N.York, Simon & Shuster, 1998.

_____. *The lonely superpower*. N.York, Foreign Affairs.

JIANG, Zemin. "Discurso em Brasília, 23 de novembro de 1993". Doc. Arq. Itamaraty.

_____. "Mensagem pelo 25º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China." Brasília, Embaixada da RPC, 1999.

KISSINGER, Henry: *Nuclear weapons and foreign policy*. New York, Norton, 1969.

LAMPREIA, Luiz Felipe: *Diplomacia brasileira*. Rio de Janeiro, Lacerda & Editores, 1999.

LI, Peng. "Discurso em Brasília, 08 de novembro de 1996". Doc. Arq. Itamaraty.

LIEBERTHAL, Kenneth. *Governing China*. New York, Norton, 1995.

LIMA, Nestor dos Santos. *La imagen del Brasil en las cartas de Bolívar*. Caracas, Banco do Brasil, 1978.

LINS, Álvaro: *Rio Branco (O Barão de Rio Branco)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1945.

MAO, Zedong: *Obras escolhidas* v. 4. Pequim, Edições em línguas estrangeiras, 1975.

SANTIAGO DANTAS, F. C. *Política externa independente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

SARNEY, José. *Discurso em Beijing*, 04 de junho de 1988. Doc. Arq. Itamaraty.

TRAVASSOS, Mário. *Aspectos geográficos sul-americanos* (Pref. CALÓGERAS Pandiá). Rio de Janeiro, Imprensa Militar – Estado-Maior do Exército, 1933.

WU, Jie. *On Deng Xiaoping Thought*. Pequim, Foreign Language Press, 1996.

XUNZI. Paris, Les editions du Cerf, 1987.

ZHU, Rongji. "A reforma e abertura da China e as relações entre a China e a América Latina". Palestra proferida na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, em 31 de maio de 1993.

Cooperação política entre China e Brasil *versus* multipolarização*

*Shang Deliang***

Desde o final da Guerra Fria, o cenário estratégico do mundo tem passado por algumas mudanças significativas. Junto com essas mudanças, particularmente a transformação do ambiente político na Ásia e na América, um rápido desenvolvimento político da cooperação entre a China e o Brasil foi alcançado. Um dos pontos de partida para uma cooperação política bilateral mais próxima depende da análise precisa da estrutura global e do ambiente internacional em torno da China e do Brasil. Uma melhoria no relacionamento de cooperação existente entre esses países encontrará tanto potenciais como dificuldades no futuro. Os dois países precisam fazer novos esforços conjuntos no espírito de promover uma multipolarização global, de fortalecer a unidade e a cooperação entre países em desenvolvimento e de elevar o *status* geral dos países em desenvolvimento.

O ambiente político internacional pós-Guerra Fria

Depois do fim da Guerra Fria, com o fim da União Soviética, os Estados Unidos tornaram-se a única superpotência. A tendência geral para o padrão estratégico mundial é a multipolaridade e o mundo está dominado economicamente por três zonas econômicas, América do Norte, Europa Ocidental e a Ásia Oriental e politicamente por uma superpotência e várias grande potências. Dentro dessa estrutura, os Estados Unidos desfrutam de mais vantagens do que outros nos campos político, econômico e militar. De maneira a assegurar sua "liderança global" e ditar os assuntos mundiais, os Estados Unidos têm vigorosamente perseguido a chamada estratégia de "intervenção e expansão". Do outro lado do Atlântico, a Europa ergue-se rapidamente e a União Européia torna-se cada vez mais importante como pólo independente. A introdução do euro no dia 1º de janeiro de 1999 simboliza a aceleração da integração econômica da Europa. Com as diferentes economias européias tornando-se uma só, a posição do dólar

---

* Tradução do inglês por Ana Teresa Perez Costa.

** Professor de pesquisa, vice-diretor da Divisão de Estudos para a América Latina, Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da China.

norte-americano está sendo seriamente ameaçada. O lema "Europa dos europeus" podia ser mais uma vez ouvido no continente. O Japão e a Rússia também estão tentando aumentar ao máximo o seu *status* de grandes potências mundiais. Além do mais, algumas potências regionais e organizações/blocos regionais também estão crescendo vagarosa e firmemente. A tendência geral do mundo hoje está caminhando para a multipolaridade. Entretanto, devido à predominância dos Estados Unidos durante a última década, o padrão de "um Estados Unidos superior e várias grande potências" permanece inalterado. Além do mais, a função das Nações Unidas se enfraquece diante da tentativa de usurpação de alguns países desenvolvidos. Contando com suas forças políticas, econômicas e militares, eles gostariam de substituir a ONU pelo G-8.

Os Estados Unidos e a União Européia têm tentado comprar e dividir os países em desenvolvimento aumentando os investimentos e a assistência econômica, expandindo os contatos políticos e reforçando a cooperação militar. Uma evidência deste fato é os Estados Unidos terem concedido à Argentina o *status* de aliada somando-se aos membros da OTAN. Apesar da maioria dos países em desenvolvimento serem contra a hegemonia e a política de poder, a força inferior generalizada mais a falta de esforços conjuntos tornam, por enquanto, difícil para os países em desenvolvimento colocarem sérias restrições para os Estados Unidos e a União Européia.

Hoje em dia, o desenvolvimento econômico no mundo está desequilibrado. Na década de 1990, apesar da maioria dos países em desenvolvimento ter feito do desenvolvimento econômico sua prioridade nacional, o diferencial entre eles e os países desenvolvidos está aumentando ao invés de diminuir. Embora a interdependência entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento esteja crescendo, os países desenvolvidos ainda dominam a relação econômica Norte-Sul. Os países do Sul têm permanecido desorientados política e economicamente.

Nas três principais zonas econômicas, os Estados Unidos e a Europa têm disputado entre si a influência regional e a liderança econômica. Os Estados Unidos não só criaram a Área de Livre Comércio da América do Norte (incluindo os Estados Unidos, o Canadá e o México) como aceleraram também as negociações com países relevantes para estabelecer a Área de Livre Comércio das Américas. Através da cooperação com a América Latina e da assistência aos países vizinhos

para desenvolverem as suas economias, os Estados Unidos não só contiveram os desafios lançados pela Europa e pelo Japão, como também garantiram para si próprio um seguro e estável fornecimento de energia. Comparadas às relações dos Estados Unidos com a Europa e dos Estados Unidos com a Ásia, as relações dos Estados Unidos com a América Latina são vistas como menos importantes na estratégia geral global pela administração Clinton. Entretanto, o presidente Clinton visitou muitos países da América Latina no seu segundo mandato, esperando renovar as relações dos Estados Unidos com a América Latina e dissipar as insatisfações lá existentes. Os motivos por detrás dessas atividades é o de garantir a hegemonia norte-americana no hemisfério ocidental. De forma a salvaguardar os interesses nacionais e a independência, os países da América Latina têm resistido à política de poder dos Estados Unidos e estabelecido uma política externa multidirecionada.

Ao mesmo tempo em que impõem pressões à China por causa de Taiwan e dos direitos humanos, os Estados Unidos estão buscando a política de "amplo engajamento" em relação à China. Vendo o grande potencial do mercado chinês com o rápido desenvolvimento da economia chinesa, os Estados Unidos vigorosamente impulsionam suas relações econômicas e comerciais com a China. Os Estados Unidos entendem os benefícios de tal cooperação. Além do mais, eles precisam do apoio chinês para resolver importantes problemas regionais e internacionais. Entretanto, os Estados Unidos estão também preocupados com o fortalecimento da China. Eles imaginaram que a China pudesse, ao final, se tornar seu rival, bloqueando a exportação dos valores e modelos políticos do Ocidente. É por esta razão que os Estados Unidos querem conter e controlar a China.

Progressos obtidos na cooperação política entre China e Brasil

Tanto a China como o Brasil dão grande importância para a cooperação política entre os dois países

A China sempre deu grande atenção ao desenvolvimento das relações sino-brasileiras. Quando encontrou-se com o presidente brasileiro José Sarney Costa em 1988, o Sr. Deng Xiaoping, o então líder chinês, disse: "A responsabilidade da China no século do Pacífico e a responsabilidade do Brasil no século da América Latina são da mesma natureza. É dessa forma

que ambos podemos dar a nossa respectiva contribuição para a humanidade e ambos podemos intensificar as forças em favor da paz no mundo". Quando o vice-primeiro-ministro da China, Qian Qichen, visitou o Brasil em 1993, na capacidade de ministro das Relações Exteriores da China, ele também declarou que a China sempre acompanhou de perto as relações com o Brasil; a China queria fazer das relações sino-brasileiras um exemplo de cooperação bem sucedida entre países em desenvolvimento.

Em 1993 o Sr. Fernando Henrique Cardoso era o ministro das Relações Exteriores do Brasil, e o governo brasileiro formulou a chamada "Estratégia Asiática", que definiu a Ásia como uma das prioridades da diplomacia brasileira, e enfocou a promoção de relações cooperativas com a China, o Japão, a Índia e países do Sudeste Asiático. Isso implicou que o Brasil via a Ásia, especialmente os países pacífico-asiáticos, como seus potenciais parceiros de cooperação nos campos científico e tecnológico, e também como fonte estável e diversificada de importações e como mercados para a exportação. No seu discurso de posse no dia 1º de janeiro de 1995, o presidente Fernando Henrique prometeu melhorar as relações com a China. Na verdade, o Brasil tem seguido o Comunicado Conjunto pelo Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil, e tem insistido em uma política com a China. Nos eventos como a readmissão da China como membro fundador do GATT, o pleito de acessão da China à OMC, a entrada da China no Banco Panamericano e a admissão da China como observador na Associação Latino-Americana de Integração, o Brasil tem mostrado seu apoio ou sua compreensão para com a China. O governo brasileiro reconheceu que "existe um tipo de princípio de política de coerção no mundo hoje onde novas crises e incertezas prevalecem. Isto requer que nós (Brasil e China), que obviamente adotamos as mesmas posições em política externa, conduzamos diálogos mais extensivos". O antigo ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, também anunciou que "o Brasil e a China estão desempenhando um papel indispensável na salvaguarda da paz e segurança do mundo após a era da Guerra Fria". Um dia antes de deixar a presidência, o então presidente Itamar Augusto Cautierro Franco disse à imprensa que um de seus maiores arrependimentos durante o seu governo foi o de não ter podido ir à China, cujo destino era o de parceiro estratégico do Brasil para o século XXI. Já que os dois países acreditam no mesmo princípio de fortalecer as relações bilaterais entre si, a China e o Brasil têm aumentado a cooperação política nos últimos anos. Por exemplo, os ministérios das Relações Exteriores dos dois países têm efetuado consultas políticas regulares. Apesar das diferenças no sistema político e em outros

campos, tanto a China como o Brasil mantêm a mesma política externa de independência, respeito mútuo pela soberania e pela integridade territorial, oposição às ingerências externas e solução pacífica de conflitos entre Estados. A China e o Brasil também dividem a mesma, ou similar, posição em muitas outras questões internacionais, tais como a oposição à diplomacia de direitos humanos e hegemonia dos Estados Unidos, o fortalecimento da cooperação Sul-Sul, a resistência ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos e a proteção do meio ambiente, etc.

Em relação à cooperação bilateral e à coordenação em assuntos internacionais, a China e o Brasil trabalharam bem no cenário do Conselho de Segurança da ONU. No dia 20 de março de 1997, o Sr. Razaleigh, presidente da Assembléia Geral da ONU e presidente do Comitê da Reforma do Conselho de Segurança da ONU, publicou o Esquema de Reforma para o Conselho de Segurança. De acordo com este Esquema, cinco novos membros permanentes e quatro membros não-permanentes seriam acrescidos ao atual Conselho de Segurança, aumentando de 15 para 24 o número total de Estados membros do Conselho de Segurança. Entre os cinco novos membros permanentes, dois seriam escolhidos dos países desenvolvidos e os outros três da Ásia, África e América Latina respectivamente. Os quatro novos membros não-permanentes viriam da Ásia, África, Leste Europeu e América Latina respectivamente. Os novos membros permanentes não teriam direito ao veto enquanto que o poder de veto dos membros permanentes já existentes seria de alguma forma diminuído. Até agora, nove países em desenvolvimento (Índia, Indonésia, Paquistão, Nigéria, Egito, África do Sul, Brasil, Argentina e México) e dois países desenvolvidos (Alemanha e Japão) oficialmente pleitearam os assentos permanentes. A China reconhece o desejo do Brasil de ter um papel maior na ONU e o pleito de ser membro do Conselho de Segurança. Em princípio, a China espera ver maior visibilidade dos países em desenvolvimento no Conselho de Segurança. A China acredita que a proposta de expansão do Conselho de Segurança da ONU deve se preocupar com o equilíbrio de forças, particularmente o equilíbrio entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos. O Brasil, como grande potência regional na América Latina, deve desempenhar mais do que nunca um papel maior nos assuntos globais. Se a ONU seguir adiante com algumas reformas, o Brasil é um candidato promissor a um assento permanente no Conselho de Segurança. Com a inserção de outros países em desenvolvimento no Conselho de Segurança, será fortemente atenuada a política de poder atualmente existente na diplomacia múltipla da ONU.

Além do mais, o Brasil apoiou a China para aumentar o diálogo e a cooperação com o Mercado Comum do Sul, no qual o Brasil atua como membro chave. Como resultado, a China já estabeleceu um mecanismo de consulta com o Mercado Comum do Sul.

A China e o Brasil cooperaram entre si com sucesso na Segunda Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

A cooperação amigável entre a China e o Brasil em conferências e organizações internacionais tem dado a ambos uma boa reputação. Um exemplo ímpar foi a bem sucedida cooperação entre a China e o Brasil na Segunda Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

Em 1992, os líderes de Estado de mais de cem países reuniram-se no Rio de Janeiro para participar da Segunda Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Durante o processo preparatório, surgiram divergências e contradições claras entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos sobre a questão do meio ambiente *versus* desenvolvimento, devido à relutância destes últimos em arcar com suas obrigações. Além do mais, os dois lados disputaram ferozmente a liderança em relação à diplomacia e economia ambientais. Em outras palavras, as questões ambientais haviam se expandido para os campos político, econômico, comercial e cultural. Os países em desenvolvimento, como a China e o Brasil, estavam dispostos a contribuir mais para a proteção global do meio ambiente, mas não podiam se comprometer com obrigações que não eram proporcionais ao seu nível de desenvolvimento. Além de insistir que os países desenvolvidos deveriam ter maiores responsabilidades na proteção ambiental, os países em desenvolvimento opunham-se firmemente à chamada "diplomacia ambiental" lançada por alguns países desenvolvidos, que era na realidade uma interferência em assuntos internos de outros países em nome da proteção ambiental. O Brasil e a China desempenharam alguns papéis positivos no processo preparatório. As fortes contradições moderaram-se devido às trabalhosas consultas dos dois países com outros participantes.

Como anfitrião, o governo brasileiro mandou uma delegação de alto nível chefiada pelo ministro da Educação para visitar a China antes do início da conferência. O objetivo da visita foi de transmitir o convite do presidente brasileiro, Fernando Collor de Mello, ao primeiro-ministro chinês, Li Peng. Quando o primeiro-ministro chinês apareceu na conferência, ele claramente demonstrou o apoio chinês à conferência e ao anfitrião, o Brasil, enquanto

que apresentou de forma abrangente a posição chinesa em relação às questões ambientais globais. Durante esta conferência, através do fortalecimento da coordenação e cooperação entre os países em desenvolvimento, a China e o Brasil promoveram o diálogo Sul-Sul, garantiram o progresso tranqüilo da conferência e contribuíram mais uma vez para o curso internacional de "desenvolvimento sustentável".

A China e o Brasil realizaram visitas freqüentes de autoridades

Nos últimos anos, os dois países tiveram mais contatos entre si e as relações bilaterais melhoraram fortemente.

Desde 1993, altas autoridades chinesas como o presidente Jiang Zemin; o ex-primeiro-ministro Li Peng; o ex-chefe do Congresso Popular Nacional, Qiao Shi; o chefe da Conferência Consultiva Política Popular Chinesa, Li Ruihuan; o ex-vice-primeiro-ministro e atual primeiro-ministro, Zhu Rongji e o vice-presidente Hu Jintao; visitaram o Brasil e receberam uma hospitalidade de alto nível. Vale mencionar que o Brasil foi o primeiro país que o presidente Jiang visitou depois que tomou posse. Durante a sua visita, o presidente Jiang lançou a Proposta de Quatro Pontos para Promover a Cooperação Amigável Sino-Brasileira: primeiro, continuar avançando com o desenvolvimento das relações comerciais bilaterais com vistas a promover a mútua prosperidade e dar exemplo de cooperação Sul-Sul; segundo, fortalecer a comunicação entre nossos povos e estabelecer vários intercâmbios e cooperações nos campos culturais, educacionais, acadêmicos e esportivos; terceiro, continuar as consultas estreitas entre si nas organizações internacionais e sobre assuntos internacionais, para aumentar a coordenação, para apoiarmos um ao outro, para salvaguardar conjuntamente os interesses dos países em desenvolvimento, para contribuir para o estabelecimento de uma nova ordem política mundial baseada na paz, estabilidade, justiça e imparcialidade; e por último, aumentar o contato direto e o diálogo entre as autoridades de ambos os países para utilizar ao máximo os mecanismos de consulta políticos bilaterais, para expandir o intercâmbio amigável em todos os níveis e campos, para aumentar o entendimento e a confiança mútua, para construir uma relação bilateral estável e de longo prazo com benefícios mútuos.

Na década de 1990, o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso (dezembro de 1995) e outras autoridades brasileiras como o ministro das Relações Exteriores, um ministro do Supremo Tribunal Federal, o chefe da Casa Civil, o governador do Distrito Federal também visitaram a China sucessivamente.

O intercâmbio de visitas de altas autoridades tem promovido as relações bilaterais desde o topo.

A China e o Brasil reconheceram a sua "parceria estratégica"

Durante as suas visitas, as autoridades chinesas e brasileiras trocaram pontos de vista sobre o desenvolvimento de uma parceria estratégica cooperativa e amigável voltada para o fortalecimento das relações bilaterias entre as duas maiores economias em desenvolvimento. As autoridades brasileiras expressaram que o Brasil desejava manter um tipo de parceria estratégica de longo prazo com a China baseada nos legítimos interesses dos dois países. Ao se referir à parceria estratégica sino-brasileira, o ex-ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, explicou que o objetivo era "estabelecer um tipo de relação oficial, abrangente e fiel como parte das relações especiais entre o maior país da América Latina e o maior país da Ásia". Um diplomata brasileiro em Pequim também expressou o seu desejo por maior coordenação e cooperação entre o Brasil e a China sobre as questões globais, i.e., transferência de tecnologia, controle de armas, segurança internacional, reformas da ONU e váris problemas sociais.

O reconhecimento mútuo da "parceria estratégica" simboliza o começo do novo tipo de relações políticas/econômicas mais próximas entre a China e o Brasil. Tal parceria estratégica é útil para a realização dos objetivos comuns de ambos os países em um sentido amplo. A forma embrionária dessa parceria estratégica pode ser vista pela cooperação bilateral política, econômica e científica e tecnológica. A Comissão Mista Sino-Brasileira de Comércio, Ciência, Tecnologia e Cultura está trabalhando muito bem. Os dois países já assinaram 48 acordos de cooperação involvendo os setores chave da agricultura, medicina, hidroenergia, mineração, telecomunicações, navegação e tecnologia espacial. O ministro das Relações Exteriores brasileiro declarou claramente que esperava aumentar a cooperação com a China em hidroenergia, energia, tecnologia espacial, proteção ambiental, agricultura e pecuária.

Empresas tanto da China como do Brasil vêm mostrando maior interesse em expandir seus investimentos no outro país. Ambos os governos iniciaram estudos sobre medidas que poderiam encorajar e proteger seus investimentos. A comunidade empresarial brasileira tem maiores interesses na China. Ela até já explorou a possibilidade de "construir uma passagem conectando o Pacífico ao Atlântico através do Peru". Muitas empresas brasileiras entraram no mercado chinês de proteção ambiental, transporte

público, exploração de petróleo, aço, construção civil e outras indústrias de ciência e tecnologia. Muitas companhias brasileiras entraram na concorrência para o Projeto de Três Gargantas na China. O Ministério de Minas e Energia do Brasil até forneceu a estas companhias um crédito de exportação de US$ 700 milhões. Hoje em dia, muitas companhias e bancos comerciais brasileiros abriram escritórios ou representações em Pequim.

Do mesmo modo, a China já abriu mais de trinta escritórios, empresas e *joint ventures* no Brasil.

O Brasil tem sido o maior parceiro comercial da China na América Latina há vários anos. No final da década de 1980, o comércio sino-brasileiro sofreu um declínio temporário. No entanto na década de 1990, o comércio bilateral cresceu novamente. O rápido crescimento levou a um volume histórico de comércio de US$ 2,5 bilhões em 1997 e US$ 2,3 bilhões em 1998.

No que se refere à cooperação científica e tecnológica, a China e o Brasil desenvolveram conjuntamente dois satélites para a busca de recursos naturais da Terra. Isto é de longe o maior projeto de cooperação espacial Sul-Sul. O primeiro satélite foi lançado com êxito para a sua órbita em outubro de 1999 pelo foguete chinês *Longa Marcha*. Tudo isto reflete a amigável cooperação bilateral que tem se expandido e aprofundado.

A cooperação local entre a China e o Brasil também se desenvolveu rapidamente. Muitas províncias/estados e cidades dos dois países têm se tornado províncias/cidades irmãs, i. e., Pequim e Rio de Janeiro, Xangai e São Paulo, a província de Zhejiang e o estado do Paraná, a província de Sichun e o estado de Pernambuco.

O significado da cooperação política entre a China e o Brasil

O *status* político internacional da China e do Brasil continua crescendo

A China é o maior país em desenvolvimento do mundo e é também um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Portanto, ela desempenha um papel muito importante na ONU e no estabelecimento da nova ordem política e econômica mundial. Nos últimos anos, as freqüentes visitas de Estado feitas pelos líderes chineses aumentaram a influência política positiva da China. A política externa

chinesa de paz baseada na independência e não-hegemonia ganhou reconhecimento e apoio mundial. Domesticamente, a China persiste na política de abertura e reforma e dessa forma alcançou a estabilidade política e o rápido crescimento da economia. O melhoramento do ambiente internacional e a expansão das conexões econômicas externas ajudaram a China ao atrair interesses de empresas estrangeiras. As realizações chinesas nas relações internacionais e na construção da economia doméstica também tiveram grande impacto sobre o Brasil. O governo e todos os setores do Brasil expressaram publicamente o apreço pela política externa chinesa e pela política de abertura e reforma. Alguns deles até queriam aprender através das úteis experiências da China. O presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso disse uma vez: "a China é um dos fatores chave da estabilização do mundo".

O Brasil é o maior país da América Latina. O seu PIB é o oitavo maior do mundo. Como a China, o *status* internacional do Brasil tem também crescido continuamente. Por exemplo, o Brasil foi escolhido pelo Conselho Econômico e Social da ONU para ser um Estado membro do Comitê de Desenvolvimento Sustentável. O Brasil está seguindo uma diplomacia diversificada que acentua o desenvolvimento das relações políticas e econômicas com países asiáticos enquanto mantém as tradicionais relações com os EUA, com os países europeus e com os países da América Latina. O Brasil é membro do Grupo do Rio, do Mercosul, do Grupo dos 77 e do Grupo dos 15. Ele é também observador do Movimento Não-Alinhado, pertencendo a estas organizações políticas e econômicas regionais/internacionais compostas por países em desenvolvimento. O Brasil desempenha um papel importante na salvaguarda da segurança regional e na promoção da cooperação política/econômica Sul-Sul. Além do mais, o Brasil espera ter uma maior voz em assuntos internacionais através do envolvimento mais ativo na política mundial. Como argumentou uma autoridade brasileira: "Já que o Brasil é um dos maiores países do mundo, ele deve desempenhar um papel chave no panorama político internacional ao invés de ser excluído de qualquer tomada de decisão internacional vital".

A cooperação política entre a China e o Brasil tem importante significado

Em primeiro lugar, a China, como grande potência asiática, e o Brasil, como grande potência na América Latina, mantiveram importantes posições

similares no mundo. Seus respectivos papéis em manter a paz e estabilidade regionais e internacionais na era pós-Guerra Fria são indispensáveis. Uma vez fortalecidas a cooperação e unidade entre eles, eles contribuíram mais intensamente para o estabelecimento justificado de novas ordens políticas e econômicas mundiais. Isto é de interesse geral da humanidade. Em segundo lugar, a cooperação sino-brasileira baseada nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica tem ido além do âmbito tradicional da cooperação Sul-Sul e tem sido um exemplo de cooperação bem sucedida entre países com sistemas sociais diferentes. Em terceiro lugar, a cooperação entre a China e o Brasil está dentro dos interesses fundamentais dos dois países e tem sentido estratégico. Para ser mais específico, a cooperação entre eles dará a ambos uma maior voz ao lidar com os países desenvolvidos liderados pelo Estados Unidos e aumentará o impulso dos países em desenvolvimento contra a política de poder e a hegemonia.

Dificuldades na cooperação política entre China e Brasil

Fortalecer a cooperação política entre os dois é a política fixa comum entre os governos da China e do Brasil. Entretanto, devido a alguns fatores, ainda há certos problemas e dificuldades nas relações bilaterais.

China e Brasil têm tanto pontos em comum como diferenças sobre a questão dos direitos humanos

A questão dos direitos humanos tem se tornado cada vez mais uma questão sensível nas relações internacionais. Na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social realizada em março de 1995, o então primeiro-ministro chinês, Li Peng declarou claramente: “Com relação aos países em desenvolvimento, o direito à subsistência e o direito ao desenvolvimento são dois direitos humanos importantes”. A China contrapõe-se a alguns países desenvolvidos, liderados pelos Estados Unidos, que estão se auto-denominando os Guerreiros dos Direitos Humanos, de imporem seus valores e sistemas sociais sobre os outros, ignorando as diferentes tradições históricas, o presente estágio de desenvolvimento e a ordem das prioridades dos direitos humanos destes países. Quando entrevistado em maio de 1994, o Sr. Carrilho, o diplomata brasileiro sênior e antigo cônsul-geral brasileiro em Hong Kong, disse: “O Brasil é a favor dos direitos humanos mas também está preocupado com o direito ao desenvolvimento. Os dois não podem ser separados. Quando os Estados Unidos criticam as estatísticas de direitos humanos em outros

países, eles muitas vezes deixam de levar em conta a terrível condição dos direitos humanos em seu próprio país. Quando os Estados Unidos atacaram arbitrariamente a China e o Brasil sobre a questão dos direitos humanos, eles se esqueceram de que de fato a questão de direitos humanos pertence aos assuntos internos". É também verdade que houve alguns desentendimentos entre os dois países sobre a questão dos direitos humanos devido a influências externas.

A província chinesa de Taiwan intensificou suas atividades no Brasil de forma a aumentar o seu "espaço internacional de sobrevivência"

Taiwan faz parte do território inseparável da China. Historicamente, Taiwan foi ocupada pela Espanha, Holanda e Japão sucessivamente. Depois das vitórias da guerra anti-japonesa e da Segunda Guerra Mundial, Taiwan foi devolvido à China. Por algumas razões conhecidas, Taiwan é separada *de fato* do território principal desde 1949. Como lidar com a questão de Taiwan no cenário internacional tem relação significativa com a soberania e dignidade da China e o objetivo chinês de reunificação pacífica. A China tem guardado firmemente a sua soberania, dignidade e integridade territorial enquanto lida com as relações internacionais. Por um lado, a China tem se empenhado para obter a reunificação pacífica; por outro, tem lutado fortemente contra qualquer tentativa de separação das autoridades taiwanesas. A maioria dos países que têm relações diplomáticas com a China valorizam muito a amizade da China. O mesmo acontece com as Nações Unidas. As tentativas das autoridades taiwanesas de criar "duas Chinas" ou "uma China, um Taiwan", foram repetidamente frustradas.

No entanto, algumas atividades acontecidas no Brasil afetaram de alguma forma o suave desenvolvimento das relações políticas sino-brasileiras.

Nos últimos anos, Taiwan acelerou o desenvolvimento das "relações substanciais" com o Brasil. Em fevereiro de 1992, uma delegação taiwanesa chefiada pelo "ministro da Economia", Vicent C. Siew, visitou o Brasil. Em 1993, um grupo de empresários taiwaneses liderados por Jeffrey L. S. Koo, presidente do China Trust Comercial Bank, visitou o Brasil. Em agosto de 1994, o "ministro da Economia" taiwanês, Ping-kun Chiang chefiou uma enorme delegação industrial e comercial para o Brasil. Eles tiveram reuniões de trabalho e conversas comerciais com autoridades brasileiras. Ao final, o Brasil aprovou, em princípio, o acordo de aviação civil com Taiwan. Taiwan agora já estabeleceu escritórios de representações econômicas e culturais em Brasília, São Paulo e Rio de

Janeiro. Além disso, o Centro Empresarial de Taiwan em São Paulo funciona como "a sede Sul-Americana de Inteligência Empresarial" enquando Taiwan avança no mercado latino-americano. Por outro lado, o Brasil também estabeleceu um Centro Empresarial em Taipé. O "Ministério da Economia" de Taiwan escolheu o Brasil como um dos cinco locais chave de investimento na América Latina. Neste momento, o Brasil é o maior parceiro comercial de Taiwan na América Latina. O comércio bilateral anual entre Brasil e Taiwan chegou a mais de US$ 1 bilhão nos últimos sete anos. Em 1996, o volume do comércio atingiu o patamar de US$ 1,6 bilhões.

Fatores econômicos têm dificultado o desenvolvimento das relações políticas bilaterais

Geograficamente, a distância entre a China e o Brasil tem tornado difíceis as relações bilaterais estreitas.

É um cenário comum no mundo que a diplomacia econômica seja priorizada. Tanto a China como o Brasil deram mais atenção para o desenvolvimento das relações econômicas e comerciais com os Estados Unidos, a Europa e o Japão. Por exemplo, o comércio bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos chegou a US$ 23,6 bilhões em 1997. Os investimentos dos Estados Unidos no Brasil foi maior que US$ 26 bilhões até 1997. As negociações sobre o estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas, proposta pelos Estados Unidos, foram aceleradas. Em dezembro de 1995, o Mercosul, no qual o Brasil desempenha um papel chave, assinou um acordo-quadro visando ao livre comércio com a União Européia. Agora, as duas comunidades estão planejando renovar as suas relações comerciais, ajustando-se à nova situação. O comércio brasileiro com a Ásia é realizado principalmente com o Japão. Além disso, é também uma prioridade brasileira desenvolver a cooperação econômica e comercial com a América Latina. Desde o início do Mercosul, em janeiro de 1995, o comércio entre os quatro Estados membros (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) aumentou significativamente. Em 1998, o montante do comércio intra-Mercosul atingiu US$ 23 bilhões. O comércio bilateral entre o Brasil e a Argentina desenvolveu-se mais rapidamente do que as outras relações bilaterais comerciais. Em 1997, o comércio entre os dois chegou a quase US$ 18 bilhões.

Em comparação, as relações econômicas e comerciais sino-brasileiras começaram apenas a dar os primeiros passos e já começaram

alguns problemas. Primeiro, o comércio bilateral tem sido desequilibrado por alguns anos. Desde 1984, a China tem experimentado um grande déficit comercial com o Brasil todos os anos. O desequilíbrio entre as importações e exportações é um fator vital que afeta a expansão das relações comerciais sino-brasileiras. Segundo, o Brasil impôs ações *anti-dumping* contra bens produzidos na China. Devido à maior competitividade desses produtos chineses, alguns produtores brasileiros irritados recorreram aos direitos punitivos sobre a importação desses produtos. Nos últimos anos, o Brasil tem imposto direitos *anti-dumping* em um número de produtos produzidos na China como bicicletas, e componentes de bicicletas, ventiladores eletrônicos, bonecas, cadeados, lápis, carboneto de bário, etc. O Brasil também restringiu a importação de têxteis chineses estabelecendo uma quota de importações. As lentas relações econômicas e comerciais têm deixado um impacto negativo no desenvolvimento das relações políticas sino-brasileiras.

Perspectivas para a cooperação política entre a China e o Brasil

A situação política internacional do momento e do começo do próximo século estimulará a China e o Brasil a fortalecerem a cooperação política entre eles. No momento, não há nenhuma garantia de segurança ampla no mundo; a multipolarização tem sido frustrada de maneira a manter a liderança global no século XXI, os Estados Unidos têm aumentado a infiltração e controle sobre os setores econômicos e financeiros de outros países. Na dimensão militar, os Estados Unidos consolidaram sua estratégia global para o próximo século através do fortalecimento da aliança de segurança Estados Unidos-Japão e da aceleração da pesquisa e desenvolvimento dos sistemas de *Theater Missile Defense* (*TMD*). Este ano a OTAN, liderada pelos Estados Unidos, converteu a doutrina denfensiva original em uma "nova doutrina" expansionista, ofensiva. Sob o lema de "humanidade supera a soberania", a OTAN ignorou o Conselho de Segurança da ONU, lançou ataques militares contra a Federação da Iugoslávia e até flagrantemente bombardeou a Embaixada da China em Belgrado. Tudo isto tem ameaçado seriamente a segurança internacional. O mundo está sem equilíbrio. Nenhum dos países que se opõe à ambição americana de construir um mundo unipolar é forte o suficiente para deter efetivamente os Estados Unidos. O que é pior, estes países até colocam um ao outro em cheque. Isto é uma das razões pelas quais os Estados Unidos podem conseguir adotar sua desejada estratégia de hegemonia global e exercer a política de poder, interferindo temerariamente nos assuntos internos de outros países.

Os conflitos regionais são fatores crescentes e turbulentos

Isto é um problema maior para a Ásia e a África. Por exemplo, a disputa sobre a Caxemira aumentou face aos testes nucleares lançados pela Índia e pelo Paquistão. Na realidade, o problema da paz e do desenvolvimento ainda não foi resolvido no mundo.

A luta entre a tentativa de reter o mundo unipolar e o esforço de conseguir a multipolarização persistirá por um longo tempo

Por um longo período no futuro, a força econômica e militar dos Estados Unidos continuará a ser a número um no mundo e sua ditadura universal não será seriamente desafiada. De forma a manter o seu *status* de única superpotência, os Estados Unidos explorarão os potenciais econômicos/militares tanto do Japão como da Europa através do reforço da aliança militar Estados Unidos-Japão e da implementação da nova doutrina da OTAN. Apesar da acelerada integração européia e o fortalecimento das vozes a favor de uma Europa independente da América, para a Europa ainda há um longo caminho entre o euro e a integração econômica, de um lado, e a solidariedade política, de outro. O fato de a nova doutrina da OTAN ter sido aceita pelos membros europeus da OTAN indica claramente que os países europeus ainda dependem fortemente da proteção dos Estados Unidos. A Rússia, que ainda é a segunda maior potência militar do mundo, conseguiu apenas se abster da expansão da OTAN e do bombardeio desautorizado da Federação da Iugoslávia. Alegando ser um influente pólo no mundo multipolar, a Rússia, debilitada economicamente, de fato não consegue conter a OTAN.

A China e o Brasil possuem o mesmo interesse de buscar um ambiente internacional pacífico a favor do desenvolvimento. No entanto, os dois devem entender a natureza complicada de longo prazo da multipolarização. A nova doutrina da OTAN trouxe alguns impactos negativos sobre o ambiente político internacional. A única solução virá através do aumento das forças em favor da paz, particularmente dos países em desenvolvimento. Como duas potências regionais que carregam responsabilidades especiais para a segurança internacional, é necessário que a China e o Brasil aumentem o seu poder nacional e fortaleçam a cooperação política entre eles. Só através desta medida poderiam suas diplomacias independentes trabalhar juntas para servir à paz mundial.

As autoridades de ambos os países chegaram a um consenso sobre a visão da cooperação política sino-brasileira da perspectiva estratégica

A China e o Brasil têm muitos pontos comuns com relação aos assuntos políticos internacionais. Como os dois maiores países em desenvolvimento nos hemisférios oriental e ocidental, respectivamente, a força nacional global da China e do Brasil estão entre as dez maiores do mundo. Portanto, terá profundo significado o desenvolvimento de "uma parceria de longo prazo, estável, de benefícios mútuos" entre os dois países. Tal relacionamento não é uma questão de conveniência mas sim de preocupação estratégica para o século XXI. A realização de tal parceria seria de interesse dos dois povos. Também facilitará o futuro desenvolvimento da cooperação bilateral nos campos político, econômico, comercial, tecnológico e cutural, servirá de exemplo para a cooperação Sul-Sul, aumentará o *status* dos países em desenvolvimento no diálogo Norte-Sul e avançará na construção de novas ordens políticas e econômicas mundiais.

Baseado em sólidas fundações, o futuro desenvolvimento da cooperação bilateral política ajudará o desenvolvimento econômico dos dois países

A China e o Brasil possuem vastos territórios e ricos recursos. Ambos os países estabeleceram sistemas industriais completos e infraestrutura; ambos países têm mercados imensos que estão abertos ao exterior; ambos países estão realizando profundas e intensas reestruturações econômicas, que são voltadas para o mercado doméstico; ambos os países possuem as mesmas tarefas de desenvolvimento da economia nacional e de melhoramento da qualidade de vida da população; e ambos os países estão na lista americana dos dez "mercados emergentes". A globalização econômica tem aproximado todos os países. Isto traz a ambos tanto oportunidades como desafios. A China e o Brasil precisam fortalecer sua cooperação política em primeiro lugar e assim estimular as relações econômicas.

Os dois países deviam aproveitar a oportunidade para fortalecer sua "parceria estratégica". Hoje em dia, tanto a China como o Brasil estão mantendo uma postura ativa na diplomacia e aproveitando o momento de crescimento econômico. Internacionalmente, os dois países compartilham semelhantes oposições na maioria das questões; domesticamente, os dois

continuam na política determinada de abertura e reformas econômicas. Em 1998, a China continuou o aprofundamento das reformas e passou a realizar uma série de políticas de aumento dos investimentos e estímulo à demanda doméstica. O PIB da China em 1998 alcançou o patamar de US$ 980 bilhões, 7,8% a mais do que o de 1997. Espera-se que a China mantenha o rápido crescimento durante o curso do nono Plano Qüinqüenal. Quanto ao Brasil, o Plano Real, iniciado em 1994, atingiu resultados positivos no primeiro estágio. A economia brasileira desenvolveu-se constantemente com a queda da inflação e a multiplicação dos investimentos diretos externos. Entretanto, em 1998, a economia brasileira desenvolveu-se muito lentamente e a taxa de crescimento chegou apenas a 0,5%. No começo de 1999, o Brasil deparou-se com uma turbulência temporária no mercado financeiro. Felizmente, a economia finalmente voltou a se recuperar depois de alguns meses. O Brasil está agora formulando o seu padrão de desenvolvimento econômico para o futuro e a estratégia de desenvolvimento nacional em duas etapas. Vale a pena mencionar que o Brasil, diferentemente de outros países, goza de estabilidade política e social.

De forma a consolidar e desenvolver a parceria bilateral estratégica no século XXI, a China e o Brasil precisam criar algumas condições favoráveis e materializar a sua parceria

Primeiro, os líderes de ambos os países devem manter os contatos, continuar o diálogo político aberto e profundo, buscar pontos em comum sobre questões importantes mantendo as diferenças em questões menores de forma a aumentar a confiança mútua. Dentro das organizações internacionais, a China e o Brasil devem se consultar mais sobre assuntos internacionais. Em relação aos problemas políticos e econômicos existentes nas relações bilaterais, a China e o Brasil devem apropriadamente fazer a escolha entre os interesses imediatos e os interesses a longo prazo. Com relação às questões que possuem benefícios instantâneos, mas que prejudicam as relações de Estado para Estado a longo prazo, deve-se pensar duas vezes antes de agir.

Segundo, a China e o Brasil devem aumentar os contatos entre seus governos locais.

Terceiro, a China e o Brasil devem conectar mais intensamente suas economias através de maior abertura dos mercados domésticos entre si e incentivos aos seus próprios empresários a aumentar os investimentos recíprocos. No momento, a pequena quantidade de comércio bilateral não é

proporcional às relações bilaterais políticas, e nem apresenta a força econômica de cada um. Apesar de o comércio bilateral ter certa complementariedade, o avanço do comércio por si só definitivamente terá suas limitações. Parece que para investir no estabelecimento de *joint ventures* poder-se-ia promover também o comércio e, portanto, ser um fator de contribuição para a estabilidade da cooperação bilateral a longo prazo da cooperação bilateral. No novo ambiente econômico global, a China e o Brasil devem considerar os investimentos diretos como uma medida importante para promover o comércio bilateral e estender as relações bilaterais econômicas.

Quarto, os círculos culturais e educacionais e as pessoas comuns de ambos os países deveriam aumentar o entendimento mútuo entre eles. Sem o profundo conhecimento dos hábitos, costumes e modos de pensar de cada um as relações bilaterais terão, sem sombra de dúvida, alguns defeitos. É muito importante incentivar que mais pessoas entendam bem a língua do outro.

Quinto, institutos acadêmicos e de pesquisa relevantes dos dois países devem aumentar os seus contatos e intercâmbio acadêmicos; e um mecanismo útil de estudo e discussão deve ser estabelecido para melhorar o relacionamento sino-brasileiro. Em poucas palavras, o futuro desenvolvimento e consolidação dos novos tipos de relações bilaterais entre a China e o Brasil precisará de esforços conjuntos em todos os níveis (do governo central, do governo local e de pessoa para pessoa) e em todas as dimensões (política, econômica, cultural, militar e de alta tecnologia).

Política externa da China na virada do século XX para o XXI

*Vamireh Chacon**

Em 1999 o Governo da República Popular da China apresentou-me convite para visita oficial àquele país.

Comuniquei pessoalmente ao ministro Edmundo Sussumu Fujita, diretor-geral do Departamento da Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que transmitiu instruções ao embaixador do Brasil na China, Afonso Celso de Ouro Preto, para dar-me toda assistência possível e necessária na qualidade de diretor do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Logo que cheguei em Pequim apresentei-me ao embaixador do Brasil, que me deu acesso a diplomatas brasileiros ali há mais tempo e experiência no posto. Eles me colocaram a par da atual situação do relacionamento Brasil-China, em pleno local indicável pela inserção direta nos acontecimentos.

Fui imediatamente recebido no Instituto Internacional de Estudos Estratégicos da China em Pequim, o centro chinês de estudos desse tipo.

A doutrina chinesa de segurança nacional e internacional foi sintetizada por Xie Wenqing, "Senior Research Fellow" daquele Instituto, nos seguintes termos: "consolidação da defesa nacional, resistência contra agressão, salvaguarda da unidade nacional e integridade territorial, e provimento de confiável garantia de segurança para a reforma da nação, abertura econômica e desenvolvimento".

Desdobrando estas premissas: consolidação da defesa significa modernização do Estado também na área militar em termos de reorganizações de estrutura, não só renovação de equipamento; a enorme extensão do território chinês (maior que o do Brasil) com longos e largos rios, altas e sucessivas cordilheiras, gigantescos desertos ao norte e oeste, amplo litoral, tudo isso exige extraordinárias adaptações locais para defesa articulada do espaço terrestre, aéreo e naval. A China nunca o teve plenamente, só no fim do século XX vem conseguindo com as mais novas tecnologias e logísticas. As dificuldades do passado propiciaram intervenções

* Professor Titular da Universidade de Brasília

marítimas estrangeiras e mesmo incursões terrestres também de fora para dentro, ostensivas pela Manchúria no século XX, subreptícias pelo Tibete e Sinkiang, a ponto da China terminar perdendo parte do seu território para a Rússia já no século XIX no que hoje é o sul da Sibéria, área até de confrontações militares, a ponto de combate armado, em 1969.

A articulação da defesa militar faz assim parte do processo de unificação nacional da China, por outro lado facilitado pela imensa maioria de cultura Han, com esse nome em memória da dinastia reinante de 206 antes de Cristo a 220 d. C., a qual iniciou o processo de fusão étnica do que passou a ser considerado a raça chinesa típica, na realidade uma mistura de várias. A dinastia Tang (séculos VI a IX) impôs a todo o país o alfabeto ideográfico, daí em diante vigente e enriquecido. A língua dos letrados funcionários públicos, os mandarins, e da Corte de Pequim, viu-se oficializada pela dinastia Ming, a mais breve (de 1368 a 1644), porém uma das maiores, ao transferir em 1409 a capital para Pequim e iniciar a construção da Cidade Proibida, o monumental Palácio Imperial, com aquele nome por causa do acesso interdito a todos os estrangeiros e à maior parte dos chineses. Na realidade, mais que um palácio e sim toda uma cidade administrativa do gigantesco império centralizado.

Note-se, além de meramente de passagem, que o nome da China prossegue Império do Meio em mandarim, independentemente de ter-se tornado república em 1911, declarada socialista em 1949, fazendo-a denominar-se República Popular do Império do Meio por acréscimos, sem renunciar à identidade do seu passado. Em inglês também dito Reino do Meio, "Kingdom of the Middle", e noutros idiomas, mas Império corresponde melhor à sua extensão e centralização. Para se ter uma idéia da sua antigüidade, lembre-se que o apogeu do Egito ocorreu da 18ª à 20ª dinastias de cerca de 1580 a 1085 a. C., mesma época da primeira dinastia chinesa, os Shang. Contudo, a primeira dinastia egípcia é de 3200 a. C.

O que à primeira vista pode parecer simples pormenor, na realidade é conhecido e invocado por muitos chineses de hoje, ao justificarem sua resistência das idéias ocidentais, inclusive políticas, alegando ter o Ocidente, a contar da democracia ateniense de Péricles, Platão e Aristóteles, do século III a. C., menos de 2000 anos contínuos, enquanto a cultura chinesa tem cinco milênios contínuos, quatro deles num Estado unitário e organizado.

Outro argumento muito usado pelos chineses é que toda a população ocidental – compreendendo o Ocidente a Europa (sem a Rússia) e as Américas do Norte, Central e do Sul – não atinge a metade da chinesa.

Portanto, por critérios demográficos e de antigüidade, a China pode, e tem tido, cultura e civilização próprias contínuas, ricas e extensas, e vai continuar tendo-as. Isto se aplica sobretudo diante das exigências de certos países quanto aos direitos humanos, ligadas politicamente à imposição de modelos organizacionais políticos estrangeiros do tipo do conceito, muito variável no próprio Ocidente, de democracia.

O realismo político de Henry Kissinger o faz advertir, no seu livro *Diplomacy*, que o Ocidente respeite, nem que seja por conveniência, a maneira chinesa de ver o mundo, e que os dois tentem conviver em paz.

Prossegue a análise por Xie Wenqing do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos da China. Sem se referir, nem direta nem indiretamente, a pretensões chinesas de hegemonia regional, Xie Wenqing recorda a crescente ênfase de Washington na fundamentalidade do Oceano Pacífico no século XXI, nas palavras de Clinton, presidente dos Estados Unidos na virada de uma centúria a outra: "O futuro dos Estados Unidos está intimamente ligado com a Ásia e o Pacífico, a região de mais rápido crescimento econômico no globo". Com a conclusão do analista chinês sobre as propostas estadunidenses de um sistema de segurança na área como tentativa de liderança final liderança dos Estados Unidos também ali.

O analista reconhece a estrita dependência entre poder militar e poder econômico e científico-tecnológico, daí o condicionamento chinês da "defesa nacional" à "geral construção econômica", em especial à "reforma, abertura e desenvolvimento econômicos". Isto para o objetivo social da melhoria do padrão de vida da população e conclusão do processo de unificação nacional, ademais da sua manutenção ser ameaçada de fora para dentro. Pois o Tibete nunca passou, em toda sua história, de uma teocracia vassala da China, nem mesmo hoje o próprio Dalai Lama pretende soberania estatal e sim autonomia, aceita por Pequim, mas em grau a ser discutido. O caso do Sinkiang é ainda mais complexo: isolado não por montanhas, como o Tibete, e sim por desertos, o Sinkiang é muçulmano fronteiro de nações islâmicas fundamentalistas ex-repúblicas soviéticas.

Além de ter sua unidade nacional ameaçada de fora para dentro, no Tibete houve várias tentativas já no século XIX pelos britânicos vindos da Índia, e, na virada do XX ao XXI, agitações independentistas inéditas e exógenas, mais incursões de vizinhos pelo Sinkiang a pretextos religiosos como no Tibete – além das ameaças à unidade nacional evocativas da escalada de provocações culminando na proclamação da artificial independência da Manchúria às vésperas da Segunda Guerra Mundial; além

de tudo isso existe a necessidade de completar a unidade nacional chinesa. Hong Kong, britânica por concessões graças a guerras de imposição de ópio à população chinesa no século XIX, retornou à China em 1997, Macau em 1999, após permanência em mãos portuguesas desde ainda mais tempo, o século XVI.

Falta obviamente Taiwan-Formosa, cujo retorno depende do êxito da experiência de confiança no princípio "um Estado (político), dois sistemas (econômicos)"; então os habitantes de Taiwan-Formosa, a começar pelos empresários já investindo livremente na China continental, e pelo turismo em mão dupla da população em geral, farão crescer o clima psicológico e de interesses em favor da reunificação.

Os prazos de cinqüenta anos de duplicidade de regime econômico, pouco representam para a cultura e civilização chinesas multimilenares. A China sabe esperar, sem se deter.

Enquanto isso, a China diligencia para não terminar engarrafada nos mares do seu sul pelo Vietnã, Malásia, Indonésia e Filipinas, as ilhas denominadas Spratly em inglês, distinguidas como o conjunto de arquipélagos Nansha, Isha e Zhongsha. Descobertas pela dinastia Han duzentos anos antes de Cristo, eram reconhecidas internacionalmente como chinesas até a descoberta de petróleo ali por empresas multinacionais com filiais inclusive no Vietnã, após sua guerra em busca de reconciliação e investimentos. Na década de 1980, a China propôs o congelamento das disputas fronteiriças e organização de *joint ventures* para exploração do petróleo. Diante da recusa por parte dos vizinhos, com ativa cobertura dos Estados Unidos e Japão, desencadeou-se a instalação de bases aero-navais na área, principalmente pela China, por motivos óbvios.

Se assim não fosse, a China terminaria engarrafada ao sul pelas Spratly e a oeste pelo Japão; uma espécie de reedição marítima do "cordão sanitário" terrestre da Guerra Fria dos Estados Unidos promovendo a prosperidade do Japão, Coréia do Sul, Taiwan-Formosa, Hong Kong e Vietnã do Sul num arco de cerco da China continental, daí o empenho chinês em quebrá-lo no elo mais fraco pela Guerra do Vietnã, quando Vietnã do Norte e Vietcong receberam decisiva ajuda militar, econômica e política internacional por parte de Pequim.

Diante das preocupações de analistas como Samuel P. Huntington, em *The Clash of Civilizations*, contra uma potencial aliança anti-ocidental pela China e o Islã, a resposta chinesa é que a China interveio em 1952 para

defender sua fronteira e salvar a Coréia do Norte diante dos Estados Unidos e fez outro tanto, em companhia do Vietnã unificado, para juntos deporem a tirania genocida de Pol Pot no Camboja, mas, em ambos os casos, a China retirou em seguida todas suas tropas, enquanto as dos Estados Unidos permanecem até hoje na Coréia do Sul e tiveram de ser expulsas do Vietnã.

E mais: mesmo reconhecendo a necessidade da diminuição dos gastos militares, que da sua parte vem sendo feita, os chineses gostam de relembrar: todas as vezes em que a China foi fraca, foi humilhada. E não se trata só de opinião oficial do Governo de Pequim e sim inclusive até de dissidentes políticos de destaque do nível de Zhang Xiaobo, co-autor do livro *China can say no*, para surpresa dos premeditados em lançá-los contra os próprios interesses nacionais chineses, a pretexto de defesa dos direitos humanos e da democracia.

Tanta convergência surpreende analistas como Richard Bernstein e Ross H. Munro, que vêem na coesão chinesa uma ameaça à paz mundial, isto é, a dos Estados Unidos, como se lê em *The Coming Conflict with China*.

Na realidade, a China considera com muita prudência o relacionamento com os que poderiam vir a ser seus principais aliados numa cruzada dos povos pobres contra os ricos, a saber, a Rússia e a Índia. Pelo contrário, a fragmentação da Rússia, após a fragmentação da União Soviética, seria até uma tentação para se rediscutir a fronteira do rio Ussuri que separa a China da Sibéria, além do qual há terras subtraídas pelos chamados Tratados Desiguais, quinhão tsarista dos tempos do enfraquecimento chinês. Quanto à Índia, persistem as mútuas reivindicações quanto ao controle dos picos do Himalaia, que permitem o domínio das vertentes. Só uma muito forte necessidade contra um ameaçador inimigo comum poderia unir China, Rússia e Índia; quase sempre predomina a razão de Estado diante dos missionarismos, como se verificou, mais uma vez, quando do rompimento nada menos que do aparentemente tão ideológico Mao Tse-Tung com a União Soviética em 1969 (a suspensão da cooperação soviética é de 1960), levando Kissinger à viagem secreta a Pequim em 1971, preparando a visita oficial do presidente Nixon em 1972, numa espetacular seqüência de reaproximação Estados Unidos-China. Precedidos por Malraux em 1965, ministro da cultura de De Gaulle.

Nunca se deve excluir de todo algo da política, a mais calculista e simultaneamente a mais imprevista das atividades humanas, porém só motivos profundos levariam a um dramático eixo Pequim-Moscou-Nova Délhi. Seria outra revolução nas relações internacionais.

O mesmo se diga da aliança chinesa-muçulmana, entre um pólo centralista e outro com focos de liderança díspares a ponto da descoordenação interna, permitindo, no máximo, cíclicas alianças de Pequim com Teerã, Bagdá, etc, alternadamente. Não existe uma autoridade muçulmana mundial única, à maneira religiosa do catolicismo, mesmo assim com seu centro vez por outra até internamente desafiado.

Mais provável é a série de hipóteses de Brzezinski quanto ao Extremo Oriente em *The Grand Chessboard*, com a Índia e a Rússia querendo manter ou recuperar suas áreas de influência: a Rússia no espaço ex-soviético da Comunidade dos Estados Independentes e a Índia no do antigo vice-reinado britânico, com capital em Nova Délhi, estendendo-se de um lado ao Paquistão, de outro a Bangladesh e à outrora Birmânia, ao sul Sri Lanka, ao norte o Butão e o Nepal com incursões históricas no Afeganistão e Tibete. A monumentalidade do centro de Nova Délhi só encontra analogia no Extremo Oriente com a de Pequim, duas capitais imperiais, a chinesa em histórica escala contínua, a indiana com várias cidades se superpondo na mesma área em épocas sucessivas embora com o mesmo propósito imperial.

A Indonésia, quinto país do mundo em extensão territorial, sofre, contudo, as limitações apontadas por Brzezinski: vasto arquipélago disperso com grandes diversidades étnicas e culturais, subdesenvolvimento econômico e político, instabilidade, turbulência e grande importância financeira da minoria chinesa. A pendulação de Jacarta, entre a Austrália ao sul e a China ou o Japão ao norte, só se pode resolver pela criação de infiltrações de influência indonésia na sua imediata periferia e a oeste.

O Japão mais cedo ou mais tarde sairá do comodismo da omissão política internacional, no seu caso sob o guarda-chuva dos Estados Unidos a pretexto de uma constituição pacifista. Ao voltar o Japão à ação política internacional, onde sua importância econômica já se faz tanto sentir, então surge toda uma série própria de danças e contra-danças de alianças.

À medida que a China se torna cada vez mais *global partner*, tende a expandir seu desempenho de *global player* de econômico a político, até a militar. Não que precise necessariamente se deslocar, pois, na observação irônica de um operador da Bolsa de Xangai, a qual o Governo de Pequim pretende em breve tão grande quanto a de Hong Kong já devolvida à China - “a China vai mandar no mundo sem sair de casa” - tamanho o peso internacional do seu mercado interno, suas matérias-primas e produção agrícola, cada vez mais também sua ciência e tecnologia. Conjunto capaz de candidatar a China a número um internacional, na previsão de Laurence

J. Brahm.

Quanto ao Brasil, os chineses vêm acompanhando com muita atenção os esforços nos Estados Unidos na integração econômica das Américas; os observadores chineses consideram irreversível o processo, em meio às contradições internas, às quais não acreditam que os Estados Unidos consigam homogeneizar plenamente, nem controlar totalmente, como escreveu o especialista Chen Zhiyun do Instituto de América Latina da Academia de Ciências Sociais da China em Pequim.

Com o seu habitual viés macro, os chineses tendem a ver o Brasil, por análoga extensão territorial e populacional e potencialidades de vários tipos, como possível e desejável aliado preferencial na América do Sul propriamente dita, em vez vagamente de América Latina, com o México na direta área de influência dos Estados Unidos e o Caribe e América Central fora da brasileira. O crescimento do comércio, da cooperação política internacional e inclusive militar entre Brasil e China, demonstra e comprova a procedência da constatação.

A maior revolução mundial vem sendo a chinesa, pela magnitude dos envolvidos e a capacidade de adaptação sem perder de vista os objetivos iniciais.

Quando se fala em educação e saúde básicas e gratuitas para todos, esquece-se às vezes que quem o conseguiu em maior e melhor escala foi a China, ao lado dos êxitos em tornar o país auto-suficiente na produção de alimentos. Além de atingir o domínio das mais sofisticadas tecnologias, inclusive aeroespaciais.

Os chamados direitos humanos (porque todo direito em última instância é humano) são universais no conteúdo e culturais na forma. Cada cultura pode e deve vivê-los à maneira de cada uma. Existem muitas formas de auto-governo denomináveis de democracia, não só o modelo anglo-saxônico. A família e o idoso, por exemplo, tão postergados no Ocidente, guardam seu prestígio no Oriente.

Os chineses entenderam a necessidade de investimentos estrangeiros em capital e tecnologia não só para manter, ampliar e aprofundar o desenvolvimento, mas também o Estado de bem-estar social, dada a insuficiência, até agora, de poupança interna. A China vem abrindo sua economia com prudência e objetividade dentro de um macroprojeto social e nacional de longo prazo. A abertura política requer maiores cuidados de adaptação. Aí está o triste exemplo da União Soviética, que, de início, se

abriu politicamente, sem se abrir economicamente, o oposto da China e com efeitos contrários.

A China - com um mais de um bilhão de habitantes na virada do século XX para o XXI num território de nove milhões e meio de quilômetros quadrados, um milhão a mais que o Brasil - é um bloco por si mesmo, não precisa refazer seu espaço como a Índia com o Butão, Nepal e Sri Lanka.

Além do Japão, da Índia, da Indonésia, da Austrália, do Islã, da República da África do Sul, da União Européia após consolidar política externa comum e integrar também as Forças Armadas (e não só sua economia), da Rússia mais cedo ou mais tarde recuperada de outra da sua longa história de crises e o Brasil com o Mercosul. Naturalmente também os Estados Unidos por si sós, ademais com o Nafta.

A Associação dos Estados do Sudeste Asiático, ASEAN, ou aceita China e Japão como associados, ou membros plenos. Então seria o maior bloco econômico, potencialmente político, do mundo. E a Índia?...

Desde as visitas oficiais dos presidentes João Figueiredo, 1984, e José Sarney, em 1988, à China, e do presidente Jiang Zemin e primeiro-ministro Li Peng ao Brasil como retribuições, é que se iniciaram as bases da opção estratégica mútua Brasil-China. Prenunciada pelo reconhecimento diplomático da China pelo Brasil em 1974, antes mesmo que os Estados Unidos fizessem formalmente o mesmo, apesar de anteriores viagens de Kissinger e Nixon a Pequim.

A China veio para ficar no cenário político mundial.

Bibliografia

BERNSTEIN, Richard e MURO, Ross H. *The Coming Conflict with China*. Nova York. Alfred Knopf, 1997.

BRAHM, Laurence J. *China as nº 1 (The New Superpower takes Centre Stage)*. Singapura. Reed Academic Publishing Asia, 1996.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard (American Primacy and its Geostrategic Imperatives)*. Nova York. Basic Books, 1997.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations (The Remaking of World Order)*. Nova York. Simon & Schuster, 1996.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Nova York. Simon and Schuster, 1996.

MALRAUX, André. *Antimémoires*. Paris. Gallimard, 1972.

WENQING, Xie. "Sino-U.S. Relations and Security and Stability in the Asia-Pacific Region". in: *International Strategic Studies*. Pequim. China Institute for International Strategic Studies, nº 2, série 52, abril, 1999.

ZHIYUN, Chen. "La Estrategia Norteamericana de Integración de la Economía del Hemisferio Occidental y sus perspectivas". in: *Estudios Latinoamericanos*. Pequim. Instituto de América Latina de la Academia de Ciencias Sociales de China, nº 10, 1997.

Desenvolvimento do relacionamento da parceria estratégica sino-brasileira rumo ao século XXI

*Yin Hengmin**

A humanidade vive atualmente numa passagem de um século para o outro, enquanto que a situação do mundo e os quadrantes das relações internacionais estão registando profundas e importantes mudanças. É no contexto dessa nova conjuntura que as relações da parceria estratégica entre a China e o Brasil vêm nascendo. Trata-se de um novo modelo de relacionamento entre os países, o qual constitui uma expressão relevante da tendência da multipolarização no quadro das relações internacionais da nossa época e ao mesmo tempo, reflete os esforços envidados por diversos países em prol de explorar novos caminhos e modalidades para desenvolver suas relações recíprocas. Com o presente texto pretendo dar uma olhada retrospectiva sobre as relações bilaterais entre a China e o Brasil nos 25 anos transcorridos desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, estudar os possíveis meios destinados a dinamizar em maior grau o relacionamento sino-brasileiro perante a nova situação e, também, prever a perspectiva sobre as relações entre os dois países no século que se aproxima. Quero aproveitar o ensejo para agradecer ao Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores. do Brasil, que se digna organizar oportunamente este forum, proporcionando aos estudiosos e funcionários concernentes um bom momento para o estudo e intercâmbio.

O importante significado do desenvolvimento das relações da parceria estratégica entre a China e o Brasil.

Foi em 1993 que os líderes da China e do Brasil chegaram a um consenso sobre o estabelecimento da parceria estratégica entre ambos os países, a qual se trata de uma relação permanente, estável e de benefício mútuo que vai para além do presente século. Considerando a nova situação internacional, a consolidação e desenvolvimento das relações da parceria estratégica em questão possui um significado especial de suma importância.

---

* Conselheiro do Departamento da América Latina e Caribe do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China

Após o fim da guerra fria, a situação internacional vem caminhando para o desanuviamento em seu conjunto, e a defesa da paz mundial e promoção do desenvolvimento econômico tornam-se em anseios comuns de todos os povos do mundo. Entretanto, o processo da tendência da multipolarização do quadro geral do mundo evidencia maior sinuosidade e complicação, enquanto que o hegemonismo e a política de potência estão ressurgindo. Com o ímpeto da globalização em ritmos acelerados, a concorrência internacional conhece um tamanho nunca visto e os riscos financeiros e econômicos aumentam. A diferença entre os ricos e os pobres no âmbito mundial e particularmente entre o Sul e o Norte alarga-se continuamente, agravando ainda mais a bipolarização. Tornam-se cada dia mais destacadas as questões relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Arranjar meios para aproveitar as vantagens e afastar-se de pontos negativos a fim de acertar o bom momento para o próprio desenvolvimento e a salvaguarda da segurança da própria economia, eis os temas significantes de maior interesse que impostos a muitos países, e especialmente aos países em desenvolvimento. O reforço do desenvolvimento da cooperação entre os países em desenvolvimento, ou seja a cooperação Sul-Sul é extremamente importante para a prosperidade e segurança econômica em comum de todos os países em desenvolvimento, assim também para assegurar a paz, a estabilidade e o desenvolvimento do mundo inteiro. Esta é a direção do andamento da história.

A China e o Brasil partilham entendimento comum em questões internacionais de grande importância, tais como a paz e o desenvolvimento, a definição da nova ordem política e econômica internacional, etc. Ambas as partes defendem a independência da soberania estatal e opõem-se à interferência estrangeira. Reconhecendo que cada país é membro da comunidade internacional, as duas partes consideram que cada país tem o direito de escolher o seu sistema social, modelo econômico e via de desenvolvimento, de acordo com as suas próprias realidades, assim como o direito de participar, em pé de igualdade, dos assuntos internacionais. Os dois países tomam uma atitude ativa em promover a cooperação Sul-Sul, considerando que os países em desenvolvimento devem reforçar o estudo recíproco e promover a cooperação e o intercâmbio, de forma a procurar o desenvolvimento comum.

Como os dois maiores países em desenvolvimento respectivamente do hemisfério leste e oeste, a China e o Brasil estão empenhados no desenvolvimento da economia de seus países e na melhoria da qualidade

de vida de seus povos, assumindo assim uma importante responsabilidade pelo progresso e desenvolvimento das respectivas regiões e de toda a humanidade. No atual contexto internacional caraterizado pela multipolarização e globalização econômica, o reforço das relações da parceria estratégica entre a China e o Brasil não só corresponde aos interesses fundamentais dos seus povos, como também traz um grande significado no sentido de desenvolver as relações entre a China e os países da América Latina, as entre o Brasil e os países da Ásia e de promover a prosperidade comun e defender a paz e o desenvolvimento mundial.

Reforço ainda maior do desenvolvimento das relações da parceria estratégica entre a China e o Brasil tem condições favoráveis.

Ao longo dos 25 anos desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Brasil, as relações bilaterais têm desenvolvido favoravelmente e têm deixado um alicerce sólido para o reforço das relações da parceria estratégica.

1) As freqüentes trocas de visitas de alto nível entre a China e o Brasil têm promovido o conhecimento e confiança recíprocos. Os presidentes da China, nomeadamente Yang Shangkun e Jiang Zemin, visitaram o Brasil respectivamente em 1990 e 1993, e por outro lado, os presidentes brasileiros, João Figueiredo, José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, visitaram a China sucessivamente. Na sua visita ao Brasil em 1993, o vice-primeiro ministro da China, Zhu Rongji, apresentou formalmente a proposta de criação das relações da parceria estratégica entre a China e o Brasil, e o Brasil tornou-se o primeiro país em desenvolvimento no mundo com o qual a China estabelece uma relação deste tipo, o que mostra plenamente que as duas partes estão a desenvolver as relações bilaterais dum alto ponto de vista estratégico e a partir do maior interesse dos seus povos, tendo como objetivo fundamental a defesa da paz , da estabilidade e do desenvolvimento no mundo. Os Ministérios das Relações Exteriores dos dois países já realizaram, até agora, sete consultas políticas, as quais contribuíram para ampliar o entendimento comum e impulsionar a colaboração política entre as duas partes.

2) As relações econômicas e comerciais têm se desenvolvido ininterruptamente. A Comissão Mista da Economia e Comércio Sino-Brasileira tem realizado, com sucesso, oito rodadas de reuniões, o que

impulsionou fortemente o desenvolvimento da cooperação bilateral de economia e comércio com a maior profundidade. Segundo estatísticas de alfândega da China, a cifra de comércio bilateral bateu o recorde de 2,533 bilhões de dólares americanos, 145 vezes mais em comparação com o do ano de 1974, ano inicial do estabelecimento oficial das relações diplomáticas entre a China e o Brasil. Em 1998, embora influenciado pelos impactos da crise monetária, o valor do comércio bilateral chegou mesmo a 2,22 bilhões de dólares americanos. Nos últimos anos, o Brasil tem-se tornado o primeiro parceiro comercial da China na América Latina. A cooperação sino-brasileira no campo hidrelétrico tem alcançado aplausíveis progressos. Em outubro de 1998, a empresa filial brasileira da Siemens ganhou seis grupos de geradores, no concurso lançado pela Usina Elétrica de Três Gargantas da China. Merece uma especial menção aqui a cooperação no campo aeroespacial entre os dois países. Em outubro deste ano, foi lançado com êxito um satélite artificial de recursos terrestres fabricado conjuntamente pela China e o Brasil. Este projecto tem um significado político muito grande, considerado como exemplo de cooperação de alta ciência e tecnologia entre Sul-Sul.

3) Nos assuntos internacionais, a China e o Brasil têm mantido uma excelente cooperação, apoiando-se mutuamente nas eleições da candidatura de muitas organizações internacionais. Nas Nações Unidas, os dois países apresentam a unanimidade na votação, cuja porcentagem é de mais de 90%.

No campo de direitos humanos, os dois países têm intensificado o intercâmbio e o diálogo.

Eis as condições favoráveis de se desenvolver-se ainda mais os laços da parceria estratégica entre os nossos dois países. O mais importante é que os Governos dos dois países prestem muita atenção ao desenvolvimento destas relações.

Para o desenvolvimento dos laços da parceria estratégica entre a China e o Brasil, deve-se continuamente incrementar conotações e explorar as potencialidades.

As relações da parceria estratégica representam um nível e um quadro. O mais importante é enriquecer-lhes com conteúdos concretos e essenciais, e sob este quadro, planificar globalmente, as relações entre

os dois países, e incrementar, sem cessar, conotações das relações da parceria estratégica entre a China e o Brasil. Em novembro de 1998, quando da sua visita a Pequim, do Sr. Luiz Felipe Lampreia, chanceler do Brasil, o Sr. Tang Jiaxuan, chanceler chinês e o seu homólogo brasileiro chegaram a 4 pontos de vista comuns quanto às relações da parceria estratégica entre os nossos dois países:

1) No campo político, mantêm-se canais de comunicação a altos níveis, livres de obstáculos, intercambiando informações sobre os importantes assuntos internacionais, trocando os pareceres, com o fim de promover a compreensão mútua e aprofundar a cooperação política;

2) No campo econômico e comercial, desenvolve-se uma cooperação em todos os aspectos, persistindo na igualdade e benefício recíproco, na complementaridade mútua de vantagens, e explorando plenamente as potencialidades;

3) Nos assuntos internacionais e nas instituições internacionais, deve-se coordenar a posição, colaborar estreitamente e apoiar-se mutuamente;

4) Nos campos de cultura, ciência, tecnologia, educação etc., impulsionam-se o intercâmbio e cooperação através de diversos níveis e formas. Os pontos de vista comuns acima mencionados revestem-se de um significado muito importante para desenvolver ainda mais as relações entre os dois países, em todos os campos.

Ao mesmo tempo, as duas partes ainda precisam explorar incessantemente as potencialidades de cooperação que existem entre a China e o Brasil, devido aos seus extensos territórios, ricos recursos naturais, aproximados níveis de capacidade tecnológica, pontos fortes de cada um e complementaridades econômicas. Por exemplo:

1) A ampla perspectiva de cooperação no setor aeroespacial. Os dois lados já estão discutindo sobre a pesquisa e a produção em conjunto dos terceiro e quarto satélites da segunda geração.

2) A cooperação na área hidrelétrica. Ambos os países têm abundantes recursos hidrelétricos. O mercado chinês da usina hidrelétrica de tamanho médio tem seu futuro crescente, e o Brasil tem ricas experiências na construção de obras hidreléricas e de redes elétricas, o que constituem a grande capacidade potencial de cooperação.

3) A cooperação de exploração conjunta de minério de ferro. Em 1993, as duas partes assinaram o acordo de intensão sobre o comércio e a promoção de exploração de minério de ferro. Com o desenvolvimento da indústria siderúrgica e metalúrgica da China, a demanda chinesa em minério de ferro será estável e de longo prazo.

É só com incansáveis procuras e explorações de potencialidade, que poderemos ampliar os setores de cooperação, dando ricos e concretos conteúdos à parceria estratégica sino-brasileira.

Em 1988, no seu encontro com o senhor Sarney, ex-presidente do Brasil, o senhor Deng Xiaoping disse: “Diz-se sempre que o século XXI será a Era do Pacífico..., eu tenho plena certeza de que surgirá naquela altura também uma Era da América Latina.” O presidente Cardoso indicou no ano passado, na sua audiência com uma delegação militar de alto nível da China, que: “até o século XXI, vê-se com mais claridade como é importante o papel da parceria estratégica sino-brasileira na nova estrutura de relações internacionais.”

Nós estamos na expectativa do aparecimento simultâneo das Eras do Pacífico e da América Latina. Estamos certos de que, com o contínuo desenvolvimento e fortalecimento da China e do Brasil, e através dos esforços convergentes das nossas duas partes, o relacionamento da parceria estratégica entre a China e o Brasil desenvolver-se-á ainda mais no novo século.

mesa 4

A China e o Brasil na globalização

Crescimento, inserção externa e estratégias de desenvolvimento no Brasil e na China

*Carlos Aguiar de Medeiros**

Introdução e resumo dos principais resultados

O objetivo desse artigo é examinar as políticas de inserção econômica internacional através do comércio exterior da China e do Brasil relacionando-as com as suas estratégias de desenvolvimento recente. Sustenta-se aqui que a baixa produtividade na produção de alimentos, a grande dependência chinesa às importações de bens de capital requeridas para acelerar a industrialização e a recusa a uma estratégia de alta dependência ao financiamento externo conduziram, no final dos anos 70, a uma ampla estratégia estatal de promoção de exportações e simultaneamente de atração ao investimento externo. A estratégia chinesa de construir um amplo mercado interno e de promover as exportações de forma articulada com os investimentos externos encontrou, nos anos 80, um ambiente geopolítico e uma macroeconomia regional amplamente favoráveis. Nos anos 90, esta estratégia de "articulação desde dentro" vem sendo mantida pelo governo ainda que sob maior pressão econômica e política dos EUA que tenta impor à China maior abertura financeira e comercial.

A estratégia de construir um grande mercado interno articulado com grandes firmas internacionais caracterizou a industrialização brasileira nos anos 50. Nos anos 70, a diversificação produtiva e o aprofundamento da industrialização foram viabilizados por rápida expansão das exportações, aproveitamento estratégico das rivalidades das potências dominantes e, ao contrário da China, elevado endividamento. Sob o peso da dívida externa e das pressões comerciais e financeiras internacionais, a estratégia do governo brasileiro desde o final dos anos 80, mais especialmente a partir de 1994, buscou um tipo de integração internacional centrada não mais na promoção do seu mercado interno mas em uma integração "desde fora" baseada em nova internacionalização produtiva, com a plena conversibilidade da moeda e abertura indiscriminada da economia. Este tipo de integração, ao contrário

* Professor Adjunto do Instituto de Economia da UFRJ e bolsista do CNPq. Agradeço a Carlos Pinkusfeld Bastos o auxílio de pesquisa.

da que prevaleceu historicamente no país, na qual o tamanho do mercado interno era um grande instrumento de negociação, "colide" com aspectos estruturais da economia, que se manifestam, entre outros aspectos por estratégias empresariais que permanecem dirigindo seus investimentos preferencialmente para o mercado interno. Tendo em vista o alto coeficiente de importações e o elevado passivo externo, o crescimento da economia permanece constrangido pela limitação de balanço de pagamentos decorrente da sua forma de inserção externa.

Além desta introdução este artigo compõe-se de cinco seções. Inicialmente a relação entre crescimento econômico e exportações no Brasil e na China será examinada à luz de aspectos estruturais das duas economias. Na seção seguinte, serão considerados aspectos regionais e geopolíticos que marcaram as estratégias recentes de crescimento nos dois países. Nas duas últimas seções, as estratégias nacionais de industrialização e o tipo de inserção internacional à elas associadas serão consideradas separadamente. Por fim, são apresentadas algumas conclusões.

Exportações e crescimento: Alguns aspectos estruturais

O extraordinário crescimento do comércio exterior chinês nos últimos 20 anos e a afirmação da China como uma nação comercial ostentando um superávit comercial com os EUA semelhante ao que o Japão possui com aquele país, têm provocado diversas indagações sobre a estratégia chinesa e a função que as exportações cumprem para o seu elevado crescimento econômico. Não raro se atribui a estas o grande dinamismo do crescimento chinês.

Com efeito, o contraste do desempenho das exportações do Brasil e da China nos últimos 20 anos é notável. Em termos absolutos, em 1976, a economia brasileira exportava mais do que a chinesa. Em 1998, no entanto, os US$ 56,8 bilhões exportados pelo Brasil contrastaram com os impressionantes US$ 182,670 bilhões exportados pela economia chinesa (BIRD, 1998). Entre 1978 e 1995, o Brasil aumentou em 25% a sua participação no comércio mundial, cifra não desprezível no contexto latino-americano. A China, entretanto, elevou em 162% sua participação no comércio mundial seguindo as trajetórias percorridas anteriormente pelo Japão e Coréia do Sul[1]. Indiscutivelmente a transformação de uma economia fechada num grande exportador, em apenas duas décadas, distingue e singulariza a trajetória chinesa.

[1] Ver Maddison (1998)

A diferente trajetória das exportações na China e no Brasil está intimamente conectada com o forte contraste da performance das duas economias nesse período: contra o insuficiente crescimento de 2,8% do PIB registrado na economia brasileira entre 1978/1998, o crescimento chinês foi de 10,3%! (BIRD, 1998). Menos evidente, entretanto, é o sentido desta conexão. Afinal, sendo as exportações um componente da renda, poder-se-ia argumentar que as diferentes trajetórias exportadoras traduzem essencialmente as contrastantes trajetórias de crescimento do produto interno que, por sua vez, poderia ser explicado por outros fatores. Assim, por exemplo, contra a estagnação da taxa de investimento da economia brasileira, a China elevou sua taxa de investimento de menos de 30% do PIB nos anos 70 para cerca de 42% nos anos 90. A favor desta linha de argumentação, que privilegia os componentes internos da renda na explicação do crescimento econômico, poder-se-ia acrescentar que ao contrário dos pequenos países do leste asiático e da América Latina, os tamanhos dos mercados internos no Brasil e na China fazem de sua expansão o componente fundamental do crescimento econômico e da transformação estrutural.

A questão da mensuração da parcela das exportações na renda possui dificuldades nada desprezíveis. Com efeito, se considerarmos três grandes economias como o Brasil, a China e a Índia e calcularmos a participação das exportações no produto interno encontramos em 1997 um percentual de 20,2 para a China contra 6,5 do Brasil e 9,2 da Índia, como pode ser visto no quadro 1. Se estas proporções forem verdadeiras poder-se-ia concluir que há uma diferença estrutural no padrão de desenvolvimento da China que a distingue das outras duas nações continentais e a torna mais próxima das economias de Formosa, Coréia do Sul e do Japão.

Quadro 1. Brasil, China e Índia: Participação das exportações na renda e exportações por habitante (1997)

	Exportações como porcentagem do PIB (em US$ correntes)	Exportações como porcentagem do PIB	Exportação per capita
Brasil	6,5	4,8	330,0
China	20,2	4,0	148,0
Índia	9,2	2,16	36,0

Fonte: EIU, Economist, dados por países. Paridade do Poder de Compra

Esta impressão, entretanto, se desfaz quando se utiliza como método de cálculo não o PIB chinês convertido ao dólar pela taxa de câmbio média do ano mas o PIB obtido pela Paridade do Poder de Compra (PPP). Com efeito, o cálculo do PIB pela taxa de câmbio traduz diretamente a relação de preços vigentes no ano. Mudanças acentuadas na relação das exportações na renda refletem tanto o crescimento das exportações como a evolução da taxa de câmbio. De fato, se considerarmos a conversão por este método, a participação das exportações no PIB chinês revela-se inferior à registrada para a economia brasileira utilizando o mesmo cálculo (ver quadro 1). O fato da relação de comércio obtida por este método mudar menos no Brasil do que na China e na Índia revela o maior peso da indústria na renda, e o quanto a economia brasileira é mais integrada (e não menos) ao comércio mundial[2]. Assim, utilizando este padrão de medida, a China assemelha-se muito mais ao Brasil e a Índia do que ao Japão ou Formosa. Se considerarmos a relação entre as exportações e a população, obtém-se esta mesma constatação.

Fugiria ao escopo deste artigo discutir em detalhes a pertinência de ambos os cálculos. Deve-se considerar, entretanto, que a abertura externa chinesa foi singular ao criar dois regimes distintos e autônomos entre as zonas econômicas especiais costeiras - dinamizadas essencialmente pelas exportações - e o restante da economia (ver seções seguintes). Deste modo, tanto os impulsos macroeconômicos sobre a renda interna são menores do que poder-se-ia esperar considerando apenas o valor efetivo das exportações, bem como a relação entre este valor e a renda - medida pela taxa de câmbio médio - traduz a existência de um amplo diferencial de preços entre bens *tradeables* e *non-tradeables*. Este último aspecto será posteriormente estudado com mais detalhe.

Uma alta dependência das importações, ainda que geral nos processos nacionais de industrialização deste século, apresenta peculiaridades de acordo com as diferentes experiências nacionais de industrialização[3]. Certamente que para economias como a Coréia ou Formosa, a expansão e diversificação da produção industrial implica em elevados coeficientes de importação requerendo, por sua vez, elevados coeficientes de exportação. Ocorre que com um mercado interno estreito e alta propensão a importar, setores e

[2] Quanto maior for o peso da agricultura na renda nacional e maior distância entre os mercados locais do mercado internacional, mais os preços domésticos tendem a divergir dos preços internacionais.

[3] Esta proposição é em geral negligenciada nos estudos ortodoxos do crescimento econômico que abstraem os condicionantes estruturais na delimitação das estratégias de desenvolvimento, ver, por exemplo, o influente East Asian Miracle, BIRD, 1997

indústrias foram construídos visando especificamente os mercados externos. É distinta a situação do Brasil e da China.

Tendo em vista a sua rica base de recursos naturais e o tamanho do seu mercado interno, a economia brasileira industrializou-se nos anos 50 e 60 mantendo um setor exportador tradicional e declinante coeficiente de importações. Ao lado da ampla disponibilidade de matérias-primas, contribuíram para que o coeficiente de importações se situasse em patamares reduzidos aspectos institucionais e distributivos. A baixa produtividade da agricultura de alimentos e termos de troca muito desfavoráveis tiveram importantes conseqüências inflacionárias e distributivas.

Nos anos 70, a ampla disponibilidade de liqüidez internacional e a diversificação das exportações permitiu (ainda que com elevado grau de endividamento) o aprofundamento da industrialização com coeficientes de importação mais elevados expandindo-se a produção doméstica de produtos químicos, indústria de base e máquinas e equipamentos.

Nos anos 80, a crise macroeconômica reduziu excessivamente o coeficiente de importações da economia brasileira cuja estratégia era gerar elevados superávits comerciais.

A abrupta elevação do coeficiente de importações ocorrida nos anos 90, entretanto, não decorreu de uma necessidade material da economia brasileira. Tal coeficiente, de algum modo, traduzia o grau de auto-suficiência desta em insumos básicos, alimentos e bens de capital. A elevação do coeficiente de importações foi o resultado de circunstâncias macroeconômicas e de pressões externas (ver próxima seção) e, por esta via, entrou em flagrante desequilíbrio com a capacidade de exportação da economia brasileira.

A China moderna que se inicia com a Revolução de 1949, visou inicialmente uma estratégia de industrialização pesada. Entretanto, esta estratégia autárquica e de auto-suficiência revelou-se socialmente dramática e conflitiva com os compromissos distributivos criados com a revolução. Com efeito, tendo em vista o tamanho da população e a disponibilidade de terras aráveis, a China notabiliza-se por uma relação entre terras aráveis por habitante muito baixa, apenas superior ao Japão. Segundo Maddison (1998), em 1993 havia na China 0,08 ha *per capita*, contra 0,31 do Brasil ou 0,73 dos EUA. A relativamente estreita margem de terras agricultáveis - as áreas plantadas situam-se a sul do Yangtsé e a bacia entre este e o Rio Amarelo, totalizando apenas 16% do território chinês- e a insuficiência de

matérias-primas e minérios constituíram, no pós-guerra, uma importante restrição ao crescimento econômico[4].

Desse modo, uma estratégia de crescimento que não conduzisse a tensões inflacionárias e à redução do salário real - como a que historicamente ocorreu no país[5] - teria que passar pelo aumento da produtividade das terras. Tal estratégia requereria, de todo modo, elevada importação de grãos, fertilizantes, máquinas e equipamentos agrícolas.

Assim, devido ao tamanho de sua população e a baixa produtividade do setor agrícola, só o alargamento da capacidade de importar poderia viabilizar a expansão simultânea do consumo de alimentos e do investimento em máquina e equipamentos necessários à modernização da indústria. De fato, como se pode depreender do quadro 2, nos anos 80, a taxa de crescimento das importações excede a elevada taxa de crescimento das exportações. Este excepcional crescimento das importações se deu, é importante salientar, numa economia fortemente protegida por tarifas elevadas e controle administrativo sobre as importações. O grande esforço exportador chinês nasceu desta necessidade, a de prover divisas de forma a permitir a modernização tecnológica e o crescimento industrial em simultâneo com o desenvolvimento da agricultura. Tendo em vista estas razões estruturais e distributivas a dependência chinesa do crescimento das importações e conseqüentemente

Quadro 2. China: Evolução macroeconômica (Crescimento Anual Médio)

	1977-87	1988-98
PIB	9,8	1,3
Exportações	18,4	14,4
Consumo Privado	9,7	8,6
Consumo do Governo	9,0	9,9
Investimento bruto	10,7	11,7
Importações	19,2	12,5

Fonte: BIRD, 1988

[4] A despeito de possuir boa dotação em recursos minerais, estes são insuficientes para sustentar um amplo processo de industrialização. Em 1997, por exemplo, a China apresentou um déficit de U$10 bilhões em mínérios tornando-se o terceiro maior importador de minérios. Ainda que nos anos 90 os bens industriais tenham sido majoritários na pauta de importações, uma parcela elevada destes relaciona-se com a produção de bens primários.

[5] De acordo com Imai (1996) esta flutuação explicava bastante bem o ciclo econômico chinês no pós-guerra.

do crescimento das exportações era maior do que a brasileira. Por razões geopolíticas e regionais a serem examinadas no próximo item, a estratégia exportadora chinesa foi extraordinariamente bem sucedida[6] .

Indiscutivelmente, um dos aspectos indispensáveis ao sucesso das exportações chinesas de produtos industrializados de baixo valor unitário foi o baixo custo dos salários industriais. É interessante, entretanto, observar que um dos aspectos de maior alcance distributivo das reformas do final dos anos 70 foi a elevação dos preços agrícolas em relação aos bens industriais beneficiando diretamente o produtor rural[7] . Esta elevação dos preços dos alimentos não foi, entretanto, repassada aos assalariados urbanos. De fato, os salários reais urbanos cresceram ao longo de todo o período e ao mesmo tempo os custos salariais mantiveram-se muito baixos. A existência de um regime dual de preços, o crescimento das importações, e a reforma institucional na produção rural foram indispensáveis para este resultado. Em relação a este último aspecto o ponto central é que a comercialização do excedente agrícola, i.e., da produção que excede a quota fixada pelo governo, beneficiou diretamente o produtor rural já que este não paga, como acontece no países capitalistas, renda da terra que pertence ao Estado.

A partir destas mudanças, a expansão da renda e do consumo rural que, devido às particularidades chinesas, não se confunde com a agricultura, mas inclui indústria e serviços articuladas com esta[8] junto ao investimento do governo em infra-estrutura e o das grandes empresas industriais estatais formaram a base do crescimento da economia chinesa. De um lado, como em círculos concêntricos, as zonas econômicas especiais ampliam o comércio com os mercados locais, e de outro estes se expandem por sua própria dinâmica na direção de um mercado interno mais integrado.

É de certa forma inevitável que à medida que a industrialização prossiga, os mercados se integrem e os diferenciais de preços diminuam, também se reduza a diferença entre o PIB chinês expresso em termos do PPP e aquele obtido pela conversão do yuan em dólares. É também inevitável que com a urbanização crescente e redução dos subsídios estatais, os custos salariais se elevem sem que possam ser permanente compensados por

---

[6] Tratava-se na China de construir uma capacidade exportadora nova. Para isto a China contava com um fator extraordinariamente singular: a existência de amplos canais de comércio e riqueza mercantil em Hong-Kong, Formosa e demais países asiáticos com elevado percentual de população de origem chinesa. A estratégia chinesa foi buscar a convergência destes interesses sob a forma de investimento estrangeiro combinado com exportações.

[7] Ver Martellaro (1996), Medeiros (1999)

[8] Ver Kojima (1996)

desvalorizações cambiais. Entretanto, a menos que uma abertura externa que escape ao controle da China, o crescimento do coeficiente de importações deverá gradualmente reduzir-se a medida em que os padrões de consumo se desloquem para bens industriais e de serviços cuja oferta doméstica está em ampla expansão decorrente do processo de substituição de importações. Estas transformações tornarão ainda mais evidentes o peso do mercado interno e a importância de uma expansão simultânea das exportações – ainda que provavelmente com menor ritmo – de forma a garantir um crescimento auto-sustentado da capacidade de importar.

Dimensões regionais e geopolíticas do desenvolvimento na China e Brasil

Num certo sentido é possível considerar a China como o "último dos convidados" à industrialização acelerada do século XX[9] . Com o fim do embargo comercial em 1972, e com o acesso ao crédito internacional já no final dos anos 70, a China modificou drasticamente sua inserção internacional [10].

Em 1980 a China obteve dos EUA o tratamento de nação mais favorecida (MFN) e foi classificada como "nação em desenvolvimento" o que resultou em redução pela metade das tarifas americanas sobre os têxteis e vestuário chineses. Fora do GATT e do acordo de multfibras a China se afirmou já em 1979 como o maior exportador "não regulado" de têxteis para os EUA.

Ao lado da dimensão geopolítica, à China, como os demais países do leste asiático, beneficiou-se ao longo dos anos 80 de uma macroeconomia regional expansiva decorrente dos novos alinhamentos cambiais e dos conflitos comerciais entre os EUA e o Japão. Esta situação discrepa fortemente com a que ocorreu na América Latina e no Brasil, em particular. Na primeira metade da década, a elevada desvalorização do iene face ao dólar resultou para a maioria das moedas asiáticas em taxas de câmbio fortemente depreciadas contra o dólar; a partir de 1986, as moedas dos países menos desenvolvidos da Ásia entre as quais o yuan chinês, mantiveram-se depreciadas frente ao dólar e fortemente depreciadas frente ao iene. A reorganização da economia regional asiática a partir do deslocamento do capital produtivo japonês acelerou intensamente o investimento direto e o comércio regional. Este movimento estendeu-se no final da década para a Coréia do

[9] Ver Medeiros, C. A.(1999b)

[10] Para uma discussão deste aspecto ver Barnett (1981), Kamenade (1997), Nathan e Ross (1997); Perkins (1997), Tucker (1995) Vogel (1997)

Sul, Hong-Kong e Formosa. A valorização das moedas destes países e as pressões comerciais americanas, reduziram os ganhos de comercialização decorrentes da exportação de manufaturas baratas para os países ocidentais e particularmente para os EUA. Os custos muito mais baixos frente a países como Hong Kong, Formosa e Japão (Coréia do Sul numa escala menor) – que enfrentavam a elevação de custos de produção e especialmente do valor dos imóveis e terra urbana – exerceram forte estímulo para o deslocamento de capitais atraídos por taxas de lucros mais elevadas nas zonas econômicas especiais[11] . Em particular, o extraordinário crescimento econômico e sobretudo financeiro de Hong Kong e Formosa, baseou-se, nos anos 80, na combinação de território, população e custos da China continental com canais de comercialização e finanças internacionais[12]. Como resultado destes movimentos o superávit comercial destes países com os EUA começou a reduzir-se e, em conseqüência, aumentou o superávit da China[13].

A dinâmica dos capitais internacionais em relação à China obedecia, no início dos anos 80, a uma lógica mercantil induzida por diferenciais de custo e câmbio, e se altera a partir do final desta década e início dos anos 90. Seu novo determinante passa a ser a conquista do crescente mercado interno Chinês num contexto marcado pelo acirramento da concorrência oligopólica mundial. Neste sentido centenas de empresas americanas, japonesas e européias começaram a se instalar na China, especialmente em Xangai, atraídos pela ZEE de Pudong, estabelecida em 1990.

Este contexto regional contrasta flagrantemente com o que caracterizou o Brasil nos anos 80 marcado, politicamente, pelo crescente questionamento de organismos internacionais como FMI e BIRD das

---

[11] O fenômeno das exportações chinesas ao longo do período deve ser visto de forma integrada com o que ocorreu em Hong-Kong. Com efeito, parcela significativa do crescimento das exportações da China destina-se à reexportação através de Hong-Kong e corresponde ao declínio das exportações próprias da ilha. Trata-se portanto de um fenômeno de deslocamento do setor manufatureiro de Hong-Kong. De certa forma, tão ou mais importante do que a estratégia chinesa de atração dos capitais de Hong-Kong e Formosa, foi a mudança da política cambial americana em 1985 e, a partir daí, a crescente pressão comercial sobre o Japão e os 4 tigres do sudeste asiático. O deslocamento de capital produtivo de Hong- Kong ocorreu precisamente a partir do crescente diferencial de câmbio ocorrido no final da década.

[12] O investimento direto estrangeiro só assume magnitude significativa no final dos anos 80. A primeira onda de investimentos é essencialmente voltada para setores intensivos em recursos naturais e, os oriundos de Hong-Kong e Formosa, intensivos em mão-de-obra. Particularmente têxteis e vestuários cujas quotas chinesas nos países da OCDE permitiam maior expansão.

[13] "Adjusted for inflation, the size of the combined U.S. deficit with China, Taiwan, South Korea, Japan, Singapore, and Hong-Kong was approximately the same in 1995 as it was in the late 1980s, suggesting that the growth of the bilateral deficit with China has had a small marginal impact on U.S. trade balance and employment situation." (Nathan, A.J., Ross, R. 1997, pg 77)

características históricas de sua industrialização e, economicamente, por uma aguda crise macroeconômica particularmente agravada com interrupção do financiamento externo a partir da moratória mexicana de 1982. A emergência de um diagnóstico abrangente envolvendo tanto os aspectos estruturais como os aspectos macroeconômicos resultou, no final da década, num amplo consenso às reformas liberais que fundassem uma nova ordem econômica[14] . Esta, no entanto, colidia com as exigências imediatas: sob o peso das elevadas transferências externas, deterioração dos termos de troca e excluído do mercado internacional de capitais a economia brasileira realizou desde o início da década amplo esforço exportador e de contenção das importações. Com a economia mundial em crise, os EUA afirmaram-se como principal mercado acumulando com o Brasil (e globalmente com a América Latina) persistentes déficits[15] .

Com a reestruturação e securitização da dívida externa realizada no final da década e com a extraordinária expansão da liquidez internacional o continente latino-americano e o Brasil em particular voltaram ao circuito financeiro internacional criando as condições materiais para as reformas liberais. Estas, por seu turno, viabilizaram um amplo crescimento das exportações dos EUA para o continente e o Brasil.

Na China, a partir de 1989, as relações com os EUA começam a mudar e, com elas, as condições do "convite"[16] .

Se o fim da guerra fria teve preponderância sobre as transformações imediatas na estratégia americana em relação à China, o elevado e crescente superávit comercial com os EUA tornou-se o principal conflito no terreno econômico. As pressões americanas sobre a abertura do mercado chinês e o seu veto ao ingresso da China na OMC enquanto país em desenvolvimento, assumem inevitável conteúdo político. Frente a estas pressões, a China, em marcada diferença com a estratégia unilateral de abertura praticada pelo Brasil, tem adotado até o presente momento, um comportamento

[14] Ver Fiori, (1993)

[15] A expansão do déficit americano tanto na Ásia, como na América Latina provocou ampla ofensiva comercial dos EUA. Na Ásia a pressão americana dirigiu-se essencialmente ao Japão e à Coréia. Ver Medeiros (1997)

[16] Usando o seu dominante direito de voto no Banco Mundial e no Banco de Desenvolvimento Asiático, os EUA, alegando desrespeito aos direitos humanos bloquearam pedidos chineses de empréstimos por vários anos. Em 1995, o Japão suspendeu a concessão de auxílio à China. Desde sua aprovação em 1980, o tratamento de nação mais favorecida (MFN) concedido pelos EUA foi renovado anualmente de forma automática. A partir de 1990 a renovação do tratamento tem se constituído numa questão política crescentemente delicada e complexa.

marcadamente cauteloso, o que ficou evidente com a lei de comércio promulgada em 1994 (como explorado no próximo item).

A despeito das crescentes pressões do Departamento de Comércio dos EUA sobre a China, o fato desta ter se tornado nos anos 90 no segundo maior recipiente, depois dos EUA, de investimento direto estrangeiro; o décimo maior país em termos comerciais; o quarto maior em reservas internacionais (atrás do Japão, Formosa e EUA); e ter diversificado suas exportações sobretudo para a Ásia, tem sido utilizado pelas autoridades chinesas como um poder de barganha. Em particular, a pressão das empresas americanas instaladas na China e dos exportadores e importadores americanos tem se afirmado como um contrapeso à política comercial e diplomática de "contenção" da China[17] . Do mesmo modo, a atração exercida pela China sobre os capitais asiáticos torna-os de certa forma reféns do dinamismo econômico chinês.

A abertura externa na China: Exportações e substituição de importações

Como antes se sublinhou, os anos 80 foram marcados por grande expansão das importações. A despeito do elevado crescimento das exportações o crescimento em simultâneo das importações de alimentos, bens intermediários e bens de capital levou a um elevado déficit comercial em 1985. A aceleração da taxa de investimento no setor de bens de produção requeria transformações qualitativas no balanço de pagamentos. Na segunda metade dos anos 80 elas ocorreram da seguinte forma. Do lado das importações, houve acentuado declínio relativo nas compras de produtos alimentares, bens intermediários (especialmente aço) e bens de consumo. Isto é, ocorreu, nestes anos um vigoroso processo de substituição de importações[18] . Do lado das exportações,

---

[17] Os EUA são os maiores exportadores para a China de aviões civis (Boeing), computadores pessoais (AST, Compaq, IBM) telefones celulares (Motorola) além de produtos agrícolas e fertilizantes. (Nathan, A.J., Ross, R. 1997, pg 77). Por outro lado, tendo em vista a pressão americana, o governo chinês tem jogado estrategicamente com as brechas decorrentes da concorrência internacional. Assim, por exemplo, em 1995 suspendeu contratos para construção de uma fábrica automobilística da Ford e GM e assinou contrato alternativo com a Daimler-Benz, em 1996 encerrou acordo de importação com a Boeing e McDonell e encomendou 33 jatos Airbus. Para Winston Lord, secretário americano para o Leste Asiático e Pacífico, "One of our biggest problems in China is that our friends in Europe and Japan hold our coats while we take on the Chinese and they gobble up the contracts." (Kamenade, op. cit. pg 39)

[18] As importações foram concentradas no início da década em alimentos e bens intermediários já na segunda metade da década, graças ao aumento da produção de grãos, as importações tornaram-se fortemente concentradas em máquinas e equipamentos. As importações de máquinas e equipamentos de transporte evoluíram de U$2 bi por ano no final dos anos 70 para 45 bilhões de dólares registrados em 1993 Ver - Nolan (1996)

houve forte expansão da indústria leve, em particular da indústria têxtil. Como se depreende do quadro 3, no final dos anos 80 o financiamento externo líquido já é positivo sustentando altas taxas de crescimento. Entretanto será apenas nos anos 90 que o saldo exportador e a magnitude dos investimentos diretos atingirão proporções excepcionais.

Quadro 3. China: Balanço de pagamentos(US$ milhões)

	1977	1987	1997	1998
Exportações	8.850	39.120	207.251	207.140
Importações	8.148	38.880	166.754	163.266
Saldo	402	240	40.497	43.874
Renda líquida	82	-215	-15.923	-19.842
Transferências	-70	224	5.144	2.726
Balança de transações correntes	414	249	29.718	26.760
Financiamento líquido	-320	4.534	6.139	-23.228
Variação de reservas	-94	-4.783	-35.857	-3.533
Memo: Reservas (incluindo ouro)	-	22.500	147.000	-

Fonte: BIRD, 1988

A política econômica chinesa praticada nos anos 80 induziu simultaneamente o desenvolvimento do mercado interno e a promoção de exportações. É possível falar na existência de dois regimes. O regime de promoção de exportações foi estabelecido com as ZEE que se espalharam ao longo das zonas costeiras. Guandong, Fujian, próximas a Hong Kong e Formosa se destacam. Este regime baseia-se no processamento de importações com empresas locais contratadas por empresas estrangeiras (em geral de Hong-Kong) ou com empresas com participação estrangeira com autonomia de exportação (Naughton, 1995)[19] .

As empresas vinculadas às ZEE, possuem relativa liberdade cambial e beneficiam-se de isenção de impostos. A política chinesa com este regime foi a de atrair investimentos e divisas. A parcela das exportações realizadas em

[19] O primeiro tipo de exportação é o que se poderia denominar de *buyer-driven commodity chains* em que a iniciativa das exportações é feita pelos importadores estrangeiros. Ver Naughton (1995)

empresas com investimento estrangeiro - a exportação permaneceu compulsória neste regime até 1994 - cresceu rapidamente (passando de 1,1% em 1985 para 31,5% em 1995, ver quadro 4), mas não contam toda a história já que as exportações das empresas chinesas sem investimento estrangeiro cresceram significativamente e ainda respondem pela maior parte das exportações totais.

Quadro 4. China: Exportações das empresas com investimento estrangeiro

Ano	Exportações das EIE (bilhões de dólares)	Participação nas Exportações totais (%)
1985	0,3	1,1
1986	0,6	1,9
1987	1,2	3,1
1988	2,5	5,2
1989	4,9	9,4
1990	7,8	12,6
1991	12	16,8
1992	17,4	20,4
1993	25,2	25,8
1994	34,7	28,7
1995	46,9	31,5

Fonte: Naughton, B. (1995)

As empresas que não se encontram sob o regime das ZEE, compondo um "regime de comércio ordinário" (Naughton, 1995) subordinam-se a política chinesa de comércio exterior fortemente protecionista e dirigida simultaneamente para as exportações e para o desenvolvimento do mercado interno. Todo o comércio exterior é centralizado em *foreign trade companies* estatais que exercem o monopólio cambial e tomam a iniciativa das exportações promovendo a produção das Empresas de Vilas e Municípios (EVM)[20]. Do mesmo modo as importações são centralizadas, as tarifas sobre importações permaneceram elevadas (43% nos anos 80 e 23% nos anos 90) e existem barreiras não tarifárias para diversos bens. Cerca de 20% das importações são sujeitas a controles quantitativos (Naughton, 1995).

[20] A China construiu um complexo e diversificado sistema de retenção de divisas aplicado de forma diferenciada nas áreas costeiras e no interior. A tendência ao longo dos anos 80 e 90 foi uma liberalização progressiva, mas controlada. Ver Pin (1999)

Na China claramente segmentou-se os dois regimes (proteção do mercado interno e promoção de exportações) e liberalizou-se o acesso aos investimentos externos (nas zonas econômicas especiais) antes da liberalização das importações. A proteção do mercado interno se fez com direitos aduaneiros, licenças, barreiras tarifárias e não tarifárias. Ao lado desta proteção, soma-se a proteção natural do interior da China precariamente interligado pelo sistema ferroviário e rodoviário.

O impressionante crescimento das exportações chinesas contou com uma política essencial: em 1984 o yuan foi desvalorizado e estabeleceu-se um mercado dual de câmbio. O oficial, administrado como uma taxa flutuante e o "mercado de *swaps*" com acesso restrito às empresas das ZEE e *tradings*. Neste mercado a taxa de câmbio era ainda mais desvalorizada. Esta situação permaneceu até 1994 quando ocorreu a unificação da taxa de câmbio com significativa desvalorização do yuan e se estabeleceu um mercado interbancário de divisas em Xangai de forma a substituir os centros de *swaps*.

Ainda no contexto externo, os investimentos das empresas estatais (EE) constituíram a principal máquina de crescimento. A despeito do declínio da participação do conjunto das EE no valor adicionado industrial total e da expansão absoluta e relativa das EVMs e empresas privadas, as grandes empresas estatais localizadas em setores como refino de petróleo, química, carvão, e máquinas e equipamentos mantiveram sua participação na produção industrial. Foram as pequenas e médias empresas estatais que cederam posição na estrutura de valor adicionado industrial[21] .

Do ponto de vista industrial, a estratégia chinesa ao longo dos últimos anos tem promovido grandes empresas estatais e grandes grupos industriais. Em 1993 existiam 18.000 grandes e médias empresas estatais, e 7.000 grupos de empresas (Nolan, 1996). Nos anos mais recentes têm ocorrido fusões, aquisições, investimentos conjuntos, multiplantas, *joint ventures* com empresas transnacionais e estratégias articuladas entre empresas estatais. Este processo vem alterando a estrutura industrial descentralizada típica dos anos 70. De forma articulada a este processo deve-se creditar a transformação na estrutura regional do desenvolvimento. Nos anos 90, Xangai vem se destacando como grande receptora de investimentos internacionais e do governo chinês numa lógica algo distinta da ZEE de Shenzen – essencialmente voltada para

[21] Uma análise detalhada deste ponto encontra-se em Nolan (1996, op. cit.)

exportação da indústria leve de consumo – pelo maior peso da indústria pesada e estatal[22]. Do mesmo modo, ao norte, no estado de Lianoning onde encontra-se parcela expressiva da indústria pesada chinesa a estratégia é articulá-la com a cidade de Dalian, próxima à Coréia, onde crescentemente concentram-se os investimentos japoneses[23]. Estas transformações apontam para um crescimento mais acentuado do mercado interno em relação às exportações no futuro próximo. Com efeito, como antes se sublinhou, as pressões comerciais para a abertura da economia chinesa acentuaram-se fortemente nos últimos anos. Em 1994 uma moderada liberalização comercial foi estabelecida, eliminando, entre outros aspectos o planejamento compulsório das exportações. Entretanto, preservou-se o controle das importações com a redução dos controles quantitativos, um dispositivo amplamente praticado até então[24]. Em 1996, outra transformação importante ocorreu com a conversibilidade do yuan para as transações correntes do balanço de pagamentos. Ao concordar com a eliminação das restrições a estas operações a China manteve, por outro lado, o controle sobre a conta capital preservando nestas operações a inconversibilidade do yuan[25]. Esta decisão foi reforçada pela crise asiática de 1998 quando houve uma pequena queda

---

[22] "The central government is determined to turn Xangai into an international, trendsetting stronghold of heavy industry (steel, automobiles, power plants, petrochemicals), and light and high-tech industry (telecommunications, white goods, computers, medicine) under state domination. Xangai Volkswagen, one of China's most successful joint ventures, was making 160,000 automobiles per year in the mid-1990s and will expand production to 300,000 per year by 1997." Kamenade (1997, p 230)

[23] Para uma análise do significado estratégico das novas áreas econômicas especiais ver Kamenade, op. cit.

[24] "Despite progressive measures to liberalise, simplify and streamline China's trade regime, it remains complex and comparatively highly regulated, with tariff and non-tariff barriers a prominent feature. During 1995 a number of enabling regulations designed to foster the aim of joining the WTO were announced, including cuts in tariffs. With the exception, in general, of foreign invested enterprises, trade continues to be conducted within the framework of the planning mechanism under the supervision of the Ministry of Foreign Trade and Economic Co-operation (MOFTEC) EIU, 1999, p 8. A China decidiu uma abrangente e progressiva redução nos seus direitos aduaneiros e no sistema de licença de importações. Em 1997 a taxa média de proteção era de 17% contra 36% em 1992. Ver Pin, J.L. op.cit.

[25] "The country reached another milestone when it officially made the renminbi convertible on the current account on December 1st 1996. In doing so, China has agreed to the obligations of Article VIII of the agreement of the IMF, which prohibits, except with the approval of the IMF, restrictions on payments and transfers for international transactions, multi-currency practices and other discriminatory measures. Current-account convertibility obliges China to remove all restrictions on payments of enterprises- including foreign-invested enterprises- for imports, labour and services, repayment of interest on foreign debt, and repatriation of profits by foreign business in China. While current-account convertibility is now a reality, capital account convertibility is not expected in the near future...China thus retains restrictions on capital account transactions - like direct investment, international loans and securities." EIU, 1999, p 9.

nas reservas do Banco Central. O governo chinês atribuiu o encolhimento de divisas à especulação e falta de controle das operações financeiras e impôs uma série de controles[26].

A questão de fundo é que o prosseguimento do crescimento econômico e a redução das distâncias tecnológicas entre a China e as economias avançadas passam essencialmente pela expansão simultânea dos investimentos voltados tanto ao mercado interno quanto às exportações. A maior dificuldade de estabelecer uma taxa de câmbio desvalorizada e praticar unilateralmente medidas protecionistas torna indispensável uma alteração na composição das exportações na direção de produtos com maior conteúdo tecnológico. Este parece ser um dos aspectos essenciais da estratégia industrial e tecnológica chinesa – ver quadro 5 – como expresso no seu recém-criado Eximbank[27] .

De forma mais abrangente, estes aspectos estão explicitamente considerados na recente política de comércio exterior chinesa[28] . Estas políticas partem da premissa de que, devido ao tamanho de sua população, o desenvolvimento chinês deve se basear essencialmente na sua própria capacidade de acumulação. Na assim denominada estratégia "Macro Foreign Trade and Economic Cooperation" há algumas políticas que merecem ser destacadas:

- a manutenção de um equilíbrio entre importações e exportações através de uma ativa expansão das exportações evitando uma política passiva de redução de importações;

- a busca consistente de uma elevação no valor agregado das exportações;

- o estabelecimento de políticas creditícias e tributárias que estimulem as exportações e a criação de um fundo de desenvolvimento das exportações para aqueles produtos que possuam grande volatilidade nos preços no mercado internacional;

---

[26] "The year 1998 saw the imposition of a long series of administrative controls on dealings in foreign exchange, intended to stabilise the renminbi and halt the outflow of foreign exchange. These restrictions were seen as the major reason why forex reserves began rising steadily towards the end of 1998, standing at $144.6 bn in late November." EIU, 1999, p 9.

[27] "The Export and Import Bank of China (Eximbank) a policy bank set up in April 1994 to boost foreign trade, continues to focus its support on domestic enterprises producing machinery, electronics and other advanced technology exports." (EIU, 1999, p 70)

[28] Ver MOFTEC,(1999)

Quadro 5. China: Estrutura do comércio exterior (em US$ bilhões)

Ano	1995	1996	1997
Exportações (FOB)	**148,8**	**151,1**	**182,7**
Bens primários	21	21,9	23,9
Bens industriais	127,30	129,1	158,8
Produtos químicos	9,1	8,9	10,2
Indústria leve*	32,2	28,5	34,4
Máquinas e material de transporte	31,4	35,3	43,7
Miscelânia	54,5	56,4	70,4
Importações (CIF)	**132,1**	**138,8**	**142,4**
Bens primários	24,4	25,4	28,6
Bens industriais	107,7	113,4	113,7
Produtos químicos	17,3	18,1	19,3
Indústria leve	28,8	31,4	32,2
Máquinas e material de transporte	52,6	54,8	52,7
Miscelânia	8,3	9,1	9,4
Balança comercial	16,7	12,3	40,3
Bens primários	-2,9	-3,5	-4,7
Bens industriais	19,6	15,7	45,1

* Produtos têxteis, de borracha, minerais e de ferro.
Fonte: China's Customs Statistics

- a prioridade para as importações de matérias-primas e máquinas e equipamentos de alta tecnologia;

- a defesa da indústria nascente e a utilização quando necessário de quotas e licenças administrativas de importação.

Do mesmo modo, a política chinesa de atração de investimento estrangeiro submete-se a interesses estratégicos. Esta tem privilegiado nos últimos anos a expansão do mercado interno e o aumento da produtividade do conjunto da economia. De acordo com documentos

oficiais os setores prioritários são: agricultura, infra-estrutura, matérias-primas industriais, produtos de alta tecnologia, conservação de energia e proteção ambiental (EIU, 1999). A política chinesa é bastante detalhista especificando não apenas setores favorecidos, restritos e proibidos, mas também definindo metas quantitativas[29], localização geográfica (com prioridade para o interior do país) e aspectos tecnológicos (construção de centros de pesquisa)[30].

Estas políticas de comércio exterior e de investimento, reeditam, na virada do século, a despeito da retórica liberal sobre o declínio dos Estados nacionais, uma estratégia clássica (impropriamente denominada de mercantilista) do desenvolvimento em economias de industrialização tardia. Como será visto em seguida esta mesma estratégia, depois de ter resultado em décadas de alto crescimento foi abandonada pelo Brasil no início dos anos 90.

O ajuste importador brasileiro

Nos anos 80, sob a pressão da necessidade de efetuar pesadas transferências externas, a estratégia macroeconômica adotada pelo Brasil levou a um grande esforço de exportação acompanhado de compressão das importações e do investimento que tiveram crescimento negativo (ver quadro 6). Nos anos 90, com a liberalização comercial, a taxa de crescimento das importações excedeu em mais de duas vezes a taxa de crescimento das exportações, gerando uma brecha cujo financiamento externo fragilizou o balanço de pagamentos do país e levou a uma abrupta expansão da dívida pública interna. A estratégia de liberalização e de mudança no padrão de crescimento tal como praticada requeria que as exportações substituíssem o gasto do governo como principal componente dinâmico do crescimento. A valorização cambial de 1994 a 1999, ainda que tenha sido decisiva para a baixa taxa de crescimento das exportações brasileiras, não foi a única razão para a frustração desse objetivo. Desde o início dos anos 90 houve um forte

---

[29] Assim, por exemplo no catálogo de investimento elaborado pelo State Development Planning Comission em 1998 houve estreitamento da abrangência dos investimentos favorecidos com ênfase em novas tecnologias adicionando-se requisitos quantitativos como um "super-capacity electric steel furnaces of 500.000 tonnes or more" EIU, 1999, p 16.

[30] A Intel planeja construir uma fábrica de chips de alta capacidade em Xangai e um centro de pesquisa em tecnologia da informação, do mesmo modo a Microsoft abriu o seu segundo laboratório internacional de pesquisa em Pequim, o Microsoft Research China em Pequim, a Siemens comprometeu-se a desenvolver e produzir produtos de última geração em telecomunicações.

Quadro 6. Brasil: Evolução macroeconômica (Crescimento Anual Médio)

	1976-86	1987-97
PIB	2,9	1,9
Exportações	10,3	5,4
Consumo privado	2,5	3,4
Consumo do Governo	2,1	-1,6
Investimento bruto	-2,1	1,2
Importações	-3,3	12,1

Fonte: BIRD

aumento do protecionismo sobretudo nos EUA e, devido a paralisia dos investimentos interno, as exportações brasileiras vinham de um baixo crescimento desde o final dos anos 80. Considere-se brevemente a montagem da estratégia de abertura e a descontinuidade com o padrão de crescimento anterior.

A abundância de liquidez resultante das inovações financeiras internacionais e do processo de securitização da dívida externa, viabilizou no início dos anos 90 a uma mudança radical no padrão de financiamento externo da economia brasileira e na sua estratégia macroeconômica[31] .

Ao contrário da China, que praticou uma moderada liberalização na balança de transações correntes com uma taxa de câmbio desvalorizada, no Brasil a ampla liberalização comercial e financeira praticada desde o início da década deu-se a partir de 1994 até fevereiro de 1999, com uma taxa de câmbio valorizada. Como conseqüência desta estratégia em que o saldo da balança de transações correntes não era mais prioritário, as importações favorecidas pela abundância de créditos externos cresceram acentuadamente, e como as exportações estagnaram, abriu-se uma brecha no balanço de pagamentos que foi coberta, em parte, por investimentos diretos mas sobretudo por créditos e investimentos de portfólio. A manutenção de um elevado diferencial nos juros internos e externos e a plena conversibilidade

[31] "De uma estratégia voltada ao crescimento das exportações, desvalorização cambial e compressão das importações (responsável pela estagnação e inflação dos anso 80), passou-se à uma estratégia voltada à obtenção de crescentes fluxos de capitais externos de forma a deslocar a restrição externa, controlar a inflação e integrar os mercados financeiros domésticos aos circuitos financeiros internacionais." (Medeiros e Serrano (1999)

financeira foram o principal mecanismo de atração de capitais, que teve como conseqüência uma acentuada elevação das dívidas externa e interna. (Ver quadros 7 e 8).

Quadro 7. Brasil: Balanço de Pagamentos (US$ milhões)

	1976	1986	1996	1997
Dívida total	33.340	109.026	179.049	193.598
Serviço da dívida	4.278	11.616	25.091	30.000
Créditos privados	5.215	-444	14.514	17.238
Investimento direto	1.555	320	9.889	-
Portifólio	0	0	3.981	-

Fonte: BIRD, 1988

Quadro 8. Brasil: Dívida Externa e Composição dos Recursos (US$ milhões)

	1976	1986	1996	1997
Exportações	10.848	23.870	51.853	56.827
Importações	14.867	16.576	64.958	74.158
Saldo	-3.839	7.294	-13.105	-17.331
Renda líquida	-2.719	-12.259	-14.141	-17.331
Transferências	-3	-26	2.899	2.220
Balança de transações correntes	-6.561	-4.991	-24.347	-33.439
Financiamento líquido	9.233	-319	33.364	25.629
Variação de reservas	-2.672	5.310	-9.017	7.810
Memo: Reservas (incluindo ouro)	6.542	5.907	60.089	51.729

Fonte: BIRD, 1988

Endossando o diagnóstico, difundido amplamente pelo Banco Mundial, de que os desequilíbrios macroeconômicos que marcaram a economia brasileira nos anos 80 decorriam de uma "exaustão" da substituição de importações e de um modelo de desenvolvimento *hacia dentro*, a suposição implícita na política econômica que se inicia nos anos 90 era de que a abertura comercial e a atração de investimento externo direto constituía, através de seus efeitos sobre a produtividade das empresas, um instrumento essencial para a promoção das exportações. Partia-se da suposição de que a elevada proteção ao mercado interno prevalecente na indústria brasileira havia criado um viés anti-exportador. Argumentava-se também que na economia globalizada, os fluxos de comércio e de investimentos externos tornam-se essencialmente um objeto de decisão das grandes empresas internacionais que se movem por visões estratégicas relativamente autônomas às políticas domésticas como as cambiais ou de subsídios. Partia-se do suposto de que o regime industrial anterior tinha gerado amplas distorções microeconômicas e comportamentos empresariais direcionados mais à obtenção de benesses governamentais do que aumentos de produtividade. O essencial para a construção de um novo modelo, prossegue o diagnóstico, é a manutenção de um ambiente macroeconômico com neutralidade de incentivos, estabilidade monetária e dos contratos privados, particularmente, aqueles em moeda externa. Negava-se nesta estratégia a função da taxa de câmbio como instrumento de política comercial e racionalizava-se a sua subordinação, num momento em que se conferia plena conversibilidade ao real através da liberalização da conta capital, ao fluxo de divisas decorrente do movimento global do balanço de pagamentos. A aposta, por outro lado, era de que "desinflação competitiva" levaria a um aumento da competitividade externa[32].

As empresas brasileiras já vinham, desde o final dos anos 80, num processo de reestruturação produtiva privilegiando processos de desverticalização, racionalização das linhas de produção com baixo investimento em bens de capital e em expansão produtiva. Com a explosão das importações (estas passaram de US$ 25,4 bilhões em 1994 para US$ 61,3 em 1997) as cadeias produtivas tornaram-se bastante fragilizadas. Segundo Coutinho (1997), o coeficiente de importações na indústria de transformação atingiu a 30,5% em 1996[33]. Para o setor de bens de capital seriados e bens eletrônicos, entretanto, o coeficiente situou-se entre 65% e 75% e para matérias-primas, químicas, fertilizantes e resinas, o coeficiente

[32] Para uma racionalização destas teses ver Franco (1996) e Mendonça de Barros e Goldstein (1997); para uma crítica, neste mesmo volume Coutinho (1997)e Netto (1998).

[33] Este número baseia-se na nota técnica AP/DEPEC nº 9/97 (BNDES) "Abertura comercial e indústria: atualizando os resultados" Maurício Moreira, março de 1997. Ver Coutinho (1997)

de importados em 1996 ficou entre 33% e 42%. Como resultado deste ajuste importador houve desindustrialização nestes setores, e em diversos outros, como das autopeças a alimentos, caracterizando-se um amplo processo de desnacionalização.

O elevado crescimento das importações de bens de capital e matérias-primas num contexto macroeconômico marcado por elevadas taxas de juros domésticas e abundante financiamento externo levaram simultaneamente a uma substituição de fornecedores e a uma modernização redutora de custos[34] . O aumento de produtividade daí resultante teve impactos imediatos sobre o nível de emprego industrial, com a destruição de milhares de postos de trabalho, mas não conduziu, como supunha a estratégia dominante, a um aumento consistente das exportações. (ver quadro 7). Como se não bastassem os efeitos negativos do câmbio valorizado sobre as exportações, o país ainda sofreu o impacto negativo no seu comércio exterior com a queda dos preços das *commodities*, que afetou negativamente o montante das nossas exportações[35] . Com efeito, com a paralisia dos investimentos nos anos 80 e com o fim das políticas industriais e tecnológicas voltadas a promoção de novos setores produtivos - com exceção do regime automotivo as exportações brasileiras tornaram-se bastante concentradas em insumos básicos, produtos semi-manufaturados (resultado dos grandes investimentos realizados nos anos 70) e *commodities* agrícolas. Com esta re-especialização do setor exportador, cada vez mais marcante nas estruturas das exportações para os EUA e a UE, a volatilidade do valor das exportações, um problema histórico do setor externo brasileiro, retornou plenamente instabilizando a economia e a sua capacidade de crescer. Ainda que o Mercosul tenha permitido um forte crescimento das exportações de bens manufaturados, em particular de automóveis, sua importância para a diversificação das exportações brasileiras é relativamente pequena em função de seu tamanho relativo.

Seguramente os investimentos estrangeiros constituíam uma peça central na estratégia brasileira de abertura da economia não apenas do lado do financiamento mas sobretudo pelo aumento de produtividade e seu impacto no aumento das exportações. De fato, na segunda metade dos anos 90, houve significativo ingresso de capital externo na indústria brasileira. O quadro 9 apresenta a distribuição setorial dos investimentos diretos externos na indústria brasileira. Eles estão fortemente concentrados nos setores de bens de consumo durável e não durável, na indústria automobilística e na

[34] A contração da oferta doméstica de bens de capital, informática, eletrônica de consumo, autopeças foi o resultado deste ambiente macroeconômico e não de escalas reduzidas que levassem a uma ineficiência permanente nestes setores.

[35] Ver Netto (1998)

eletrônica (particularmente de consumo) e dispersos na química/ farmacêutica, alimentos/bebidas, cimento/gesso. Esta distribuição e a programação dos investimentos em curso[36] reforça a observação anterior de que não apenas o câmbio sobrevalorizado, mas a lógica essencial do investimento estrangeiro no Brasil é orientada para o mercado doméstico.

Quadro 9. Brasil: Distribuição percentual dos investimentos diretos estrangeiros 1994/1998

Setor	Percentual
Automotriz	50,6
Eletrônico	19,1
Químico/farmacêutico	9,1
Alimentos e bebidas	6,4
Cimento/gesso	6,0
Embalagens	3,4
Eletrodomésticos	2,9
Higiene e limpeza	2,4
Total	100,0
Valor total	US$ 14,8 bilhões

Fonte: Coutinho, L. Laplane, M., Sarti, F. IE/Unicamp

Deve-se considerar, de resto, que como ocorre na maioria dos países, com exceção de circunstâncias particulares como as que examinamos na China, o investimento direto estrangeiro possui um viés importador. A este viés, como pode ser plenamente observado no quadro 10, acrescentam-se as circunstâncias estruturais da economia brasileira. Como atestam as informações disponíveis, dada a propensão a exportar das empresas brasileiras, a elevada propensão a importar que resultou da abertura externa e de substituição de importações, torna o saldo comercial tanto das empresas estrangeiras, quanto das nacionais fortemente deficitário. Se do ponto de vista deste saldo é irrelevante a natureza nacional ou estrangeira do capital, do ponto de vista do conjunto das transações correntes, a contribuição das empresas estrangeiras é fortemente negativa. De fato, uma parcela significativa do aumento do déficit em transações correntes decorre de

[36] Ver CNI/CEPAL, Investimentos na indústria brasileira 1995/1999: características e determinantes, 1997

pagamentos de patentes, tecnologia e remessa de lucros, operações que mudaram de patamar com o novo marco regulatório da economia brasileira e ampliaram a sua restrição externa.

Quadro 10. Diferença da propensão a importar e propensão a exportar das empresas estrangeiras e nacionais na indústria de transformação Brasileira, 1997[37] (%)

Têxteis	2,6	4,5
Químicos	15,1	6,3
Metalúrgica básica	-8,8	4,2
Produtos de metal	1,3	7,4
Máquinas e equipamentos	-1,8	3,6
Máquinas e equipamentos de informática e escritório	30,6	19,2
Máquinas e aparelhos e materiais elétricos	10,8	11,0
Material eletrônico e de telecomunicações	19,9	17,9
Instrumentos médico-hospitalares/precisão/óticos	20,7	13,9
Veículos automotores	1,3	16,7
Outros equipamentos e transportes	16,6	10,6
Média	9,8	10,5
Trabalho		
Vestuário e acessórios	13,9	1,8
Couros e calçados	-35,8	-15,7
Celuloses, papel e produtos de papel	3,6	2,8
Editorial e gráfica	8,0	4,5
Móveis e indústrias diversas	6,2	3,8
Média	-0,8	-0,6
Recursos naturais		
Alimentos e bebidas	-7,4	-3,6
Fumo	-47,7	-24,4
Produtos de madeira	-32,5	-15,2
Borracha e plástico	6,3	5,6
Minerais não-metálicos	0,4	5,4
Média	-16,2	-6,1
Média geral	***1,1***	***3,8***

Fonte: Moreira, M.M., "Impactos recentes das empresas estrangeiras sobre o comércio exterior", Revista Brasileira de Comércio Exterior, nº 60, Rio de Janeiro, Julho/Agosto/Setembro de 1999

[37] Essa tabela é computada a partir do trabalho de Moreira (1999) que calculou as propensões a importar e exportar de empresas nacionais e de controle estrangeiros dividindo exportações/importações por receita operacional líqüida. Esse autor utilizou como fonte primária para seus cálculos os dados do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

A desvalorização da taxa de câmbio ocorrida em 1999 aliviou efetivamente a balança comercial sobretudo pela contenção das importações. Esta movida bem como um a reintrodução, ainda que de forma defensiva e acanhada, de alguns instrumentos protetivos como foi o caso do regime automotivo ainda que insuficientes vão em direção contrária a estratégia anterior de abertura unilateral e abrangente da economia brasileira.

Observações finais

A análise comparativa do desempenho recente das economias chinesa e brasileira possibilita um interessante estudo de caso de alguns dos principais elementos que explicam na história do desenvolvimento das nações seu maior ou menor grau de sucesso: a interação entre a inserção geopolítica e comercial com as políticas internas de desenvolvimento. Países que foram capazes de lograr processos de desenvolvimentos exitosos quando souberam aproveitar de condições geopolíticas favoráveis para empreender políticas de desenvolvimento em que a estratégia da inserção internacional estava subordinada à expansão dos seus mercados internos.

Em que pese a importância dos mercados internos em ambos países como condicionantes estruturais das estratégias de desenvolvimento, China e Brasil vem trilhando caminhos praticamente opostos nos últimos anos, no que diz respeito a estas estratégias. Com efeito, a China, ao contrário do Brasil, vem utilizando as potencialidades de seu mercado interno como um elemento de barganha político-econômica na tentativa de conseguir uma inserção externa mais vantajosa e dinâmica. Como resultado das diferentes concepções sobre as estratégias internas e os condicionantes internacionais, a China vem conseguindo crescer a taxas expressivas, superando através de uma política agressiva sua restrição externa e integrando o seu mercado interno, enquanto o Brasil vem optando por estratégias que fragilizaram, sobremodo, o seu balanço em transações correntes. Dessa forma seu crescimento tem sido medíocre marcado por ciclos curtos em que taxas relativamente satisfatórias de variação no PIB são logo revertidas para situações de recessão. É de se registrar que essa inserção externa restritiva ao crescimento sustentado se expressa não somente na política comercial como também se estende à política de incentivo ao investimento, bem como a forma de controle da conta de capitais.

Bibliografia

BARNETT, D. *China's Economy in Global Perspective*, The Brookings Institution. New York, 1981.

BIRD, 1998. *Countries Profiles.*

BIRD, *East Asian Miracle*. BIRD, 1997.

CNI/CEPAL, *Investimentos na indústria brasileira 1995/1999: características e determinantes*. 1997.

COUTINHO, L. *A Especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização*.

COUTINHO, M. "*A* Especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização". in: VELLOSO, J. R. R. *Brasil: Desafios de um País em Transformação*, J. Olympio, 1997.

EIU, Economist, 1999.

FIORI, J. L. "Ajuste, Transição e Governabilidade: O Enigma Brasileiro". in: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. Paz e Terra, 1999.

FRANCO, G. (1996) *A Inserção Externa e o Desenvolvimento*. Mimeo, 1996.

IMAI, H. *Explaining China's Business Cycles, The Developing Economies*, XXXIV, junho, 1996.

KAMENADE, W. *China, Hong-Kong, Taiwan, Inc.*, Knopf. New York, 1997.

KOJIMA, R. *Breakdown of China's Policy of Restricting Population Movement.* The Developing Economies XXXIV, 4 December, 1996.

MADDISON, A. *Chinese Economic Performance in the Long Run*, OCDE, Development Centre Studies, 1998.

MARTELLARO, J. A. "China's Economic Miracle: myth or reality". *Economia Internazionale*, vol. XLIX, agosto de 1996.

MEDEIROS, C. "A China: entre os séc. XX e XXI". in: FIORI, J. L. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*, Vozes, 1999.

MEDEIROS, C. A. “Globalização e Inserção Diferenciada da Ásia e da América Latina” in: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. *Poder e Dinheiro*, Vozes, 1997.

MEDEIROS, C. A. “A Economia Política do Desenvolvimento Recente na China”. *Revista de Economia Política*, setembro de 1999.

MEDEIROS, C. e SERRANO, F. (1999), Padrões Monetários Internacionais e Crescimento in: FIORI, J. L. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*, Edit. Vozes, 1999.

MENDONÇA de BARROS, J. R. e GOLDSTEIN, L. in: VELLOSO, J. R. R. Brasil: *Desafios de um País em Transformação*, J. Olympio, 1997.

MOFTEC *Basic Policies Governing China’s Foreign Trade and Economic Cooperation.* http://www.moftec.gov.cn, 1999.

MOREIRA, Maurício. AP/DEPEC nº 9/97 (BNDES) *Abertura comercial e indústria: atualizando os resultados.* Março de 1997.

MOREIRA, M. M. “Impactos recentes das empresas estrangeiras sobre o comércio exterior”. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, nº 60, Rio de Janeiro, Julho/Agosto/Setembro de 1999.

NATHAN, A. e ROSS, R. *The Great Wall and the Empty Fortress*, Norton, N. York, 1997.

NAUGHTON, B. *Growing Out of the Plan: Chinese Reform, 1978-1993*, Cambridge University Press, 1995.

NETTO, D. *Crônica de um Debate Interditado*, Topbooks, 1998.

NOLAN, P. “Large Firms and Industrial Reform in Former Planned Economies: the Case of China”. Cambridge Journal of Economics, 20; 1996.

PERKINS, D. “How China’s Economic Transformation Shapes Its Future”. in: Vogel, E. (edit) *Living with China*. Norton, New York, 1997.

PIN, J. L. *L’Ouverture Économique de la Chine (1978-1999)*, La Documentation Française, março, 1999.

TUCKER, N. B. “China as a Factor in the Collapse of the Soviet Empire”. *Political Science Quarterly* Vol. 110, Number 4, 1995.

VOGEL, E. ed. *Living with China*, Norton & Co, New York, 1997.

O comércio reabriu a China para o mundo

*Carlos Tavares de Oliveira**

Pelos surpreendentes aspectos da milenar história da China, agora divulgados, pode-se admitir que, entre outros tantos costumes e invenções úteis à humanidade (como o papel, a tipografia, a pólvora, a bússola, e muitas outras) tenham também ali surgido as primeiras transações comerciais com outras nações. Recentemente, na província de Liaoning, entre as ruínas de antiga civilização, foi descoberta uma estatueta de dragão que o teste de carbono acusou ter cerca de 8 mil anos. Comprova-se assim, que, muito antes de gregos, troianos, romanos, e mesmo de etruscos e celtas, do mundo ocidental, já os chineses tinham apurada cultura mais tarde estendida aos outros povos. A tarefa pela frente é recompor, de forma precisa, esse longo período de mais de três mil anos decorrido entre a época da estatueta e a dinastia Xia, reinante no século XXII antes de Cristo (para os chineses, Antes da Nossa Era - ANE), cujos registros são bem conhecidos.

Sem ter sido jamais colonizada por outros países, não correndo o risco de ter perdido ou destruídos elos históricos, como ocorreu com a França, Inglaterra, Estados Unidos, Brasil e muitas outras nações, pôde a China mais facilmente reconstituir a sua trajetória através dos tempos. Não é demais sublinhar que mongóis e manchus, cujas dinastias por séculos governaram o país, são apenas duas das 56 etnias chinesas. Portanto, tornou-se possível não só apurar as origens do comércio entre as nações como a sua influência na evolução econômica da China.

Rota da seda

Pelos dados agora divulgados afigura-se questionável a versão de que foram os fenícios, no Mediterrâneo, os pioneiros do comércio internacional, organizando missões e criando regras, ou se, de fato, a glória cabe aos diligentes e discretos chineses, com as suas até então desconhecidas atividades na Ásia.

---

* Jornalista e assessor de comércio exterior da Confederação Nacional do Comércio é autor dos livros: “O Despertar da China”, 1990; “China: Superpotência do Século XXI”, 1993; “Estados Unidos e China - O Desafio Econômico”, 1995, e “Comércio Internacional - China, EUA e Portos”, 1999.

Um dos mitos quebrados foi o de que teria sido o italiano Marco Polo, o pioneiro do comércio do Ocidente com a China, em decorrência da sua surpreendente chegada a Pequim, no ano de 1271, entrando por terra pelo Noroeste do país. Os anais chineses revelam que, já no ano 139 a.C., na dinastia Han, o viajante comercial Zhang Qian, no dorso de camelos, atravessando a Ásia e a África, levava especiarias aos opulentos consumidores romanos, inaugurando a célebre Rota da Seda. Em 1298, ao regressar à Itália, por mar, pela Rota da Porcelana, Marco Polo escreveu um livro de grande repercussão na época, sobre as características e a vitalidade do mercado chinês.

Confirmando essa milenar origem do comércio internacional, há registros de negócios fechados, muito antes de Cristo, entre comerciantes chineses e árabes no Porto de Suhar, no Emirado de Oman. No Museu do Mascate, ali existente, são vistas obras de arte e porcelanas de antigas dinastias chinesas. Há registros, também, das viagens do famoso navegador Wang Daynan, entre 1334 e 1339, a serviço da dinastia mongol Yuan, pelo Norte da África, seguindo a Rota Marítima da Seda. Mais tarde, em 1415, a frota comercial de Zheng He percorreu vários portos africanos, trazendo do Quênia enorme girafa, trocada por sedas, e que causou estupefação ao imperador e aos chineses em geral.

Cantão e Xangai

Esse milenar e crescente comércio marítimo servia-se basicamente de dois portos, Xangai e Cantão, este talvez o mais antigo de que se tem notícia. Situado na foz do Rio das Pérolas, Cantão serviu de base para as viagens de Zheng e, bem antes, no ano de 714, o imperador Tang, em pioneira decisão, havia franqueado o porto aos barcos estrangeiros. Por conta dessa abertura, os astutos negociantes persas e árabes, junto com parceiros chineses, fizeram de Cantão o primeiro centro de comércio internacional da Ásia, trocando produtos ocidentais por sedas e porcelanas. Mais tarde, no século XIV, chegaram os europeus, portugueses e holandeses, com os primeiros se instalando em Macau, também naquele estuário. Foi em Cantão que, em 1497, aportou Vasco da Gama, após dobrar o Cabo de Boa Esperança. Da mesma forma, os holandeses passaram a ocupar a Ilha Formosa (hoje Taiwan) para melhor acesso ao próspero mercado chinês.

Ascensão e queda

Informações e dados agora publicados, comparados com os de outros países, inclusive europeus, revelam que a China, em período distante, sempre a

mais populosa nação do planeta, era também a superpotência econômica e militar. Em sua histórica conferência na Universidade de Harvard, em outubro de 1997, o presidente Jiang Zemin, ao discorrer sobre os 5 mil anos da civilização chinesa conhecida, e a sua contribuição para o progresso da Humanidade, assinalou que as invenções criadas haviam "transformado a face da Terra, tornando a China a líder mundial em ciência e tecnologia durante mil anos até o século XV".

Estava certo o presidente Jiang ao estipular aquela época como o início da queda da hegemonia chinesa. Com efeito, particularmente nos quase trezentos anos de reinado da minoria manchu (dinastia Qing) entre 1644 e 1911, quando Sun Yat-Sen proclamou a República, fechou-se a China em suas fronteiras, reduzindo e mesmo interrompendo o intercâmbio com as principais potências comerciais. A Inglaterra, para propagar o vício da droga e obter moeda de troca por sedas e porcelanas, em 1840 desencadeou a Guerra do Ópio, e acabou sugestionando a aliança da França, Alemanha, Rússia, Japão, e até mesmo os Estados Unidos, para a deplorável organização de expedições militares. Essas incursões - verdadeiras páginas negras na história dessas nações - ocuparam e saquearam várias cidades portuárias, chegando até a capital, Pequim. A Inglaterra, que liderou essas agressões, ficou com a melhor parte do butim, a Ilha de Hong Kong.

Após 1911 esteve o país envolvido em lutas internas que culminaram com a chegada do Partido Comunista ao poder e a proclamação da República Popular da China, em 1º de outubro de 1949, assumindo Mao Tse-Tung como seu primeiro presidente. Empenhados na prioritária tarefa de reconstruir a nação, os novos dirigentes chineses não reativaram as relações comerciais com o exterior, mantendo o mercado praticamente fechado por mais três décadas.

Era Deng

Em dezembro de 1978, então, inspirado no programa das Quatro Grandes Modernizações, do grande líder e ex-primeiro-ministro Chou En-lai, o seu substituto, Deng Xiaoping, lançou o plano de abertura da economia para o exterior. Aprovado em março do ano seguinte pela Assembléia Nacional, o plano entrou logo em ação, processando não apenas a mudança da política econômica mas uma verdadeira revolução, abrangendo toda a estrutura do país.

A partir daquela data, sempre monitorado de perto pelo genial Deng, o novo programa, que retificou alguns dogmas socialistas até então seguidos,

mudou completamente a face da nação chinesa, tirando-a do atraso e da estagnação, para colocá-la à frente dos países emergentes, em condições de recuperar a hegemonia mundial, disputando-a com os EUA, já na primeira década do século XXI.

A rigor, o revolucionário plano teve suporte em três pilares básicos. Na frente interna passou o governo a estimular fortemente o setor agrícola - a base da economia chinesa - extinguindo as obsoletas "comunas agrárias" que não resolveram o problema do campo. Em substituição, foi criada uma moderna e inteligente reforma agrária, com base em "contratos de responsabilidade", em que as famílias podem livremente dispor de 90% da produção. Os 10% entregues ao governo são pagos com sementes, adubos e equipamentos agrícolas. Como resultado, a safra de grãos, dobrando nesses vinte anos, atingiu ao recorde total mundial de 492 milhões/t (duas vezes a dos EUA e seis a do Brasil).

Os outros dois suportes econômicos vinculam-se diretamente à abertura para o exterior: investimentos estrangeiros e comércio internacional. Atrás apenas dos EUA na escala mundial, nessas duas décadas a China – até agosto de 1999 – teve aprovados investimentos externos da ordem de US$ 594 bilhões, propiciando a formação de 334 mil empresas com capital externo. Apesar das seqüelas deixadas pela crise asiática, no primeiro semestre de 1999, reafirmando a confiança dos investidores internacionais, mais de US$ 20 bilhões entraram no país.

Comércio exterior

No outro segmento básico – o comércio exterior – soube a China utilizar convenientemente a importação e melhor ainda a exportação. O cuidado de sempre apurar superávits comerciais, proporcionou excepcionais reservas cambiais – em 1998, com as de Hong Kong, chegaram a US$ 220 bilhões – que ajudaram a China a enfrentar a crise asiática. Grande instrumento do desenvolvimento e da criação de empregos, a exportação recebeu incentivos adequados (isenções tributárias, financiamentos, etc.), atraindo vultosos investimentos externos para o setor. Inclusive, para melhor concentração de estímulos, Deng criou cinco Zonas Econômicas Especiais, voltadas para o mercado externo: Xiamen, Shenzen, Zhuhai, Shantou e Hainan. Os resultados foram extraordinários, propiciando ininterrupto crescimento médio recorde de 10% das exportações nos últimos vinte anos. Somadas às de Hong Kong (devidamente reincorporada à China em 1997) as exportações ascenderam ao quarto lugar no *ranking* mundial. (quadro

I). O comércio externo participa agora com 36% do Produto Interno Bruto (contra apenas 9,8% em 1979), com as empresas estrangeiras responsáveis por 47% das exportações e importações.

Com o objetivo básico de promover a exportação, para carrear divisas e criar empregos, a política de estímulo ao comércio exterior seguiu os moldes clássicos aplicados com êxito em vários países, inclusive asiáticos, como o Japão, Coréia, Cingapura, entre outros. Desde 1979, com a efetiva implementação da abertura, as exportações passaram a não pagar qualquer imposto, assim como as importações de equipamentos e matérias-primas destinadas à produção para o mercado externo. A criação das Zonas Econômicas – Xiamen, Shenzen, Zhuhai e Shantou, em 1980, e a da Ilha de Hainan, a maior delas, em 1988, todas perto de importantes portos – abrindo novas frentes e concentrando grande parte do movimento exportador, favoreceu o direcionamento de incentivos, financiamentos e, em particular, a captação de capitais externos.

Cerca de 80% dos investimentos entrados na China destinaram-se a áreas costeiras, às ZEEs, às dezenas de cidades às quais foram estendidos alguns incentivos e às diversas Zonas Francas criadas nos portos. Por força desses estímulos, atualmente mais de 23 mil empresas dedicam-se à exportação. Segundo dados divulgados, em Pequim, em agosto/99, pelo Departamento Nacional de Estatísticas, o PIB chinês que era de apenas US$ 8,3 bilhões em 1952, eleva-se agora a US$ 961,1 bilhões. O crescimento médio nesse período foi de 7,7%, enquanto a média mundial não passou de 3%. Porém, o Banco Mundial/FMI, estimando o PIB chinês pelo poder de compra (índice Maddison) indica valor acima de US$ 4,5 trilhões, atrás apenas dos EUA. Compreensivelmente, a China prefere ignorar essa avaliação, permanecendo entre os "países em desenvolvimento", e continuar gozando dos favores (isenções e reduções tarifárias) concedidos a esse bloco.

Incentivos à exportação

Os investimentos aplicados nas ZEEs gozam, também, da isenção de tributos, e os lucros e dividendos podem ser remetidos livremente ao exterior, logo no primeiro ano. Aliás, esse elenco de estímulos à exportação, sem dúvida, foi responsável por grande parte dos maciços investimentos entrados no país. Mais da metade das quinhentas multinacionais que dominam o mercado mundial em todos os setores, já está implementada na China, favorecendo as exportações com a respectiva estrutura internacional de vendas.

Quadro I - Posições no comércio mundial em 1997 (em milhões de dólares)

País/região	Total	Exportações	Importações
1. Estados Unidos	1.578.400	687.000	891.400
2. Alemanha	949.000	511.000	438.000
3. Japão	761.200	421.100	340.100
4. Grã-Bretanha	590.600	283.000	307.600
5. França	552.000	290.000	262.000
6. Itália	445.200	238.200	207.000
7. Hong Kong	397.300	186.300	211.000
8. Canadá	394.000	212.000	182.000
9. Holanda	381.000	198.000	183.000
10. China	325.000	182.700	142.300
11. Bélgica-Luxemburgo	316.400	166.000	150.400
12. República da Coréia	283.900	137.600	146.300
13. Cingapura	258.900	125.500	133.900
14. Taiwan	232.000	120.500	111.500
15. Espanha	224.900	104.100	120.800

Para se ter idéia do extraordinário crescimento das exportações chinesas, e da sua estreita vinculação com a expansão econômica verificada nestes últimos cinqüenta anos, torna-se importante consultar as estatísticas. Isolada do mundo e convulsionada internamente pela revolução que, a 1º de outubro de 1949, levou ao poder o Partido Comunista e o presidente Mao Tse-Tung, mantinha a China escassas relações comerciais com o exterior. Revelam os dados oficiais que a balança comercial de 1950 girava em torno de apenas US$ 1,1 bilhão, com exportações e importações em nível equilibrado de pouco mais de US$ 500 milhões.

China supera o Brasil

Após quase três décadas de resultados medíocres, na fase de reconstrução do país, em 1978, quando Deng lançou a revolução da abertura econômica, as exportações chinesas limitavam-se a US$ 9,7 bilhões, com a balança comercial atingindo apenas US$ 20,6 bilhões. (quadro II). Nesse mesmo ano, em muito melhor situação, as exportações brasileiras, alcançavam

Quadro II - Comércio Exterior da China - 1950 - 1998

Em US$ bilhões

Ano	Importação (US$ bilhões)	Variação (%)	Exportações (US$ bilhões)	Variação (%)	Exp. + Imp. (US$ bilhões)	Variação (%)
1950	0,5	-	0,5	-	1,1	-
1951	1,1	105,5	0,7	37,1	1,9	72,2
1952	1,1	-6,7	0,8	8,7	1,9	-0,7
1953	1,3	20,4	1,0	24,2	2,3	22,0
1954	1,2	-4,4	1,1	12,1	2,4	2,7
1955	1,7	34,7	1,4	23,2	3,1	29,3
1956	1,5	-9,8	1,6	16,5	3,2	2,0
1957	1,5	-3,6	1,5	-2,9	3,1	-3,3
1958	1,8	25,5	1,9	24	3,8	24,8
1959	2,1	12,2	2,2	14,1	4,3	13,2
1960	1,9	-7,9	1,8	-17,9	3,8	-13,1
1961	1,4	-26,0	1,4	-19,7	2,9	-22,9
1962	1,1	-18,8	1,4	-0,1	2,6	-0,3
1963	1,2	7,9	1,6	10,7	2,9	0,5
1964	1,5	22,2	1,9	16,2	3,4	18,8
1965	2,0	30,4	2,2	16,3	4,2	22,6
1966	2,2	11,5	2,3	6,2	4,6	8,7
1967	2,0	-10,1	2,1	-9,8	4,1	-9,9
1968	1,9	-3,7	2,1	-1,5	4,0	-2,6
1969	1,8	-6,2	2,2	4,8	4,0	-0,5
1970	2,3	27,5	2,2	2,5	4,5	13,8
1971	2,2	-5,2	2,6	16,6	4,8	5,6
1972	2,8	29,6	3,4	30,6	6,3	30,2
1973	5,1	80,4	5,8	69,0	10,9	74,2
1974	7,6	47,7	6,9	19,4	14,5	32,7
1975	7,4	-1,7	7,2	4,5	14,7	1,3
1976	6,5	-12,1	6,8	-5,6	13,4	-8,9
1977	7,2	9,7	7,5	10,7	14,8	10,2
1978	10,8	51,0	9,7	28,4	20,6	39,4
1979	15,6	43,9	13,6	40,2	29,3	42,1
1980	19,5	24,7	18,2	33,8	37,8	28,9
1981	22,0	12,6	22,0	20,4	44,0	16,4
1982	19,2	-12,4	22,3	1,4	41,6	-5,5
1983	21,3	10,9	22,2	-0,4	43,6	4,8
1984	27,4	28,1	26,1	17,6	53,5	22,8
1985	42,2	34,1	27,3	4,6	69,6	30,0
1986	42,0	1,5	30,9	13,1	73,8	6,1
1987	43,2	0,7	39,4	27,5	82,6	11,9
1988	53,2	27,9	47,5	20,5	102,7	24,4
1989	59,1	7,0	52,5	10,6	111,6	8,7
1990	53,3	-9,8	62,0	18,2	115,4	3,4
1991	63,7	19,6	71,9	13,8	135,7	17,6
1992	80,5	26,3	84,9	18,1	165,3	22,0
1993	103,9	29,0	91,7	8,0	193,7	18,2
1994	113,6	11,2	121	31,9	236,6	20,9
1995	132,0	14,2	148,7	22,9	280,8	18,7
1996	138,8	5,1	151,0	1,5	289,9	3,2
1997	142,3	2,5	182,6	20,9	235,0	12,1
1998	140,1	-1,5	183,7	0,5	232,9	-0,4

US$ 12,6 bilhões, com a balança comercial somando US$ 26,2 bilhões. Decorridos 20 anos de abertura – e prioritário apoio ao comércio internacional – em 1998, aumentando cerca de 20 vezes, as vendas externas da China chegaram a US$ 183,7 bilhões, elevando-se a balança a US$ 323,9 bilhões. Enquanto isso as exportações do Brasil, crescendo apenas quatro vezes ficavam em apenas US$ 51,1 bilhões, com a balança somando US$ 108,6 bilhões.

Essa simples comparação mostra a vantagem de um país que leva a sério o mercado externo – dotando os seus exportadores de todos os estímulos possíveis – com outro, titubeante e incapaz de abraçar uma política semelhante.

Os significativos resultados do intercâmbio bilateral (quadro III) refletem claramente o êxito da política de irrestrito apoio à exportação adotada pela China. Em 1978, os embarques brasileiros para aquele mercado atingiram a US$ 129,2 milhões, enquanto as exportações chinesas, absolutamente inexpressivas, limitavam-se a US$ 3,9 milhões. O superávit brasileiro chegava a US$ 125 milhões. Vinte anos depois, as exportações brasileiras aumentaram sete vezes, alcançando US$ 904,8 milhões. Em contrapartida, os embarques da China para o mercado brasileiro, em vertiginosa recuperação, cresciam 250 vezes, chegando a US$ 1.033 milhões. Conseqüentemente, invertendo a posição da balança, o saldo passou a ser chinês, da ordem de US$ 128,8 milhões. No corrente exercício, mantendo a tendência, até julho de 1999, as exportações brasileiras somaram US$ 375,5 milhões, enquanto as chinesas elevaram-se a US$ 455,3 milhões. O superávit comercial chinês beirou a US$ 80 milhões.

Os riscos da desvalorização

Após o Brasil ter desvalorizado o real, logo no início do ano, a expectativa mundial voltou-se para o outro grande país emergente, a China, que também relutava em enfrentar as inconveniências e dissabores da depreciação cambial. Ficou claro que, a eventual queda de valor do yuan, envolvendo também a moeda de Hong Kong, com a redução do preço dos produtos exportáveis chineses, desencadearia uma nova onda de desvalorizações na Ásia, revigorando a crise ainda não debelada. Caso isso ocorresse, o Brasil seria evidentemente afetado e teria de elevar a desvalorização, não só para tornar competitivos os seus produtos no mercado internacional, mas também, com o dólar mais caro, desestimular as

Quadro III - Intercâmbio comercial Brasil – China

(US$ mil FOB)

Período	Exportações brasileiras (A)	Importações brasileiras (B)	Saldo (A-B)	Corrente de comércio (A+B)
1974	12.360	10.057	2.303	22.417
1975	67.358	998	66.360	68.356
1976	8.983	279	8.704	9.262
1977	162.853	423	162.430	163.276
1978	129.237	3.968	125.269	133.205
1979	118.334	83.583	34.481	202.187
1980	72.226	244.142	-172.916	316.368
1981	104.022	349.792	-245.770	453.814
1982	92.074	321.186	-220.112	404.260
1983	270.321	505.463	-235.142	775.784
1984	453.111	365.315	87.796	818.426
1985	817.584	418.564	399.020	1.236.148
1986	517.306	289.037	228.269	806.343
1987	361.533	297.502	64.301	659.035
1988	718.485	82.914	635.571	801.299
1989	628.341	96.529	531.812	724.870
1990	381.804	119.806	261.998	501.610
1991	226.406	62.129	164.277	288.535
1992	460.032	116.775	343.257	576.807
1993	779.395	304.857	474.538	1.084.252
1994	822.416	463.496	358.920	1.285.912
1995	1.203.751	1.041.728	162.023	2.245.479
1996	1.113.829	1.129.003	-15.174	2.242.832
1997	1.088.215	1.188.403	-100.188	2.276.618
1998	904.880	1.033.709	-128.829	1.935.589
1999	375.524	425.364	-79.840	830.888

importações de artigos asiáticos, em particular as entradas pela Zona Franca de Manaus e por Foz de Iguaçu.

Para a alegria geral e tranqüilidade das autoridades financeiras internacionais, em particular do FMI e do Federal Reserve americano, a China não seguiu o Brasil, mantendo forte e estável a sua moeda. De forma até surpreendente, nessa difícil fase econômica, com quase todos os países em recesso ou apresentando resultados discretos, no primeiro semestre a China voltou a sobressair-se, mantendo elevação de 7,6% em seu Produto Nacional Bruto, o melhor índice do *ranking* mundial.

No entanto, persiste a expectativa sobre se Pequim desvalorizará ou não a sua moeda. Nem o melhor dos sinólogos ou futurólogos pode prever o que irá acontecer. O bom senso e a experiência no trato dos costumes chineses indicam que, antes de qualquer providência, as autoridades vão examinar atentamente o desenvolvimento do comércio exterior, verificando se a depreciação das moedas asiáticas foi de fato compensada com novos estímulos às exportações chinesas.

Dentro do engenhoso sistema de isenção de tributos em vigor, o governo chinês elevou a 17% o índice para a devolução automática de impostos pagos, direta e indiretamente, na exportação de produtos manufaturados. Com isso, sem desvalorizar a moeda, manteve competitivos vários artigos eletrodomésticos (aparelhos de ar condicionado, ventiladores, batedeiras, TVs, etc.), que, gradativamente, firmam-se no mercado internacional.

Opiniões internas

Para uma correta análise da situação é interessante saber o que pensam os dirigentes chineses, bem como os observadores internacionais. Deve ser ressalvado, apenas aos menos entendidos, que nenhum país anuncia a desvalorização, para evitar uma desenfreada corrida aos dólares e aos artigos importados. A fria e competente ex-ministra do Comércio Exterior, Wu Yi, admitiu: “A composição e os mercados de bens exportados pela China e pelas nações do Sudeste Asiático são idênticos, portanto a crise financeira reduzirá a competitividade de nossas exportações”.

Ao analisar a conjuntura financeira, o presidente do Banco do Povo (o banco central), Dai Xianglong, declarou que a sua tarefa prioritária este ano - quando a República Popular completa o 50º aniversário - seria manter

Quadro IV

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Superfície: 9.571.300 km^2 — População (1996): 1.232.100.000

Comércio Brasil-China (US$ 1.000.000 - FOB)

Anos	Exportação	Importação	Saldo
1994	822	281	+541
1995	1.204	1.041	+163
1996	1.114	1.130	-16
1997	1.088	1.188	-100
1998	905	1.023	-118

Comércio China-Mundo (US$ 1.000.000)

Anos	Exportação	Importação	Saldo
1993	90.970	103.088	-12.118
1994	121.047	115.681	+5.366
1995	148.797	129.113	+19.684
1996	151.197	138.944	+12.253
1997	182.877	142.189	+40.688

COMÉRCIO EXTERIOR
Posição da China, 1998

14º comprador de produtos brasileiros
12º fornecedor de mercadorias para o Brasil

Exportação do Brasil para a China
Variação

1998/97	-16,82%
1997/96	-2,33%
1996/95	-7,48%
1995/94	+46,47%
1994/93	+5,52%
1993/92	+69,34%

Participação da China no Total da Exportação Mundial

1992	2,28%
1993	2,44%
1994	2,86%
1995	2,92%
1996	2,87%
1997	3,35%

Participação no Total da Exportação do Brasil

1995	2,59%
1996	2,33%
1997	2,05%
1998	1,77%

Participação no Total da Importação do Brasil

1995	2,09%
1996	2,12%
1997	1,94%
1998	1,78%

Importações brasileiras da China
Variação

1998/97	-13,89%
1997/96	+5,13%
1996/95	+8,55%
1995/94	+270,46%

forte e estável a cotação do yuan, desde 1994 valendo 8,2 p/dólar. Evidentemente que ele quer evitar a desvalorização, o que propiciaria a venda das empresas estatais a grupos estrangeiros a preços de banana, assim como o maior dispêndio de yuans, na necessária contrapartida interna chinesa nas associações com as multinacionais (como no caso da GM).

Já o vice-primeiro-ministro Li Lanqing, mais cauteloso, declarou que o valor da moeda será mantido e a atividade econômica continuará crescendo, embora o superávit comercial seja reduzido, para ajudar a recuperação dos países vizinhos. E finalizou: "Se o yuan for desvalorizado as outras moedas asiáticas voltariam a cair provocando um círculo vicioso e um desastre para a estabilidade e o crescimento da Ásia".

Para completar, a revista oficial "Pequim Informa" publicou nota que retrata bem a situação: "É pouco provável que se desvalorize o yuan, apesar da forte depreciação das moedas dos países vizinhos, fenômeno que inevitavelmente afeta as exportações da China".

Visão externa

Para os *experts* internacionais, de modo geral, a China não precisa e não deve desvalorizar a sua moeda. Reportagem publicada pela AP/Dow Jones, de Nova York, sustentou que "imperativos políticos econômicos impedirão a China de tomar medidas tendentes a, em última análise, desestabilizar Hong Kong, troféu há pouco recuperado por Pequim". Em seguida, após sublinhar que, em caso de depreciação, a moeda de Hong Kong (USHK) seria obrigada a abandonar o seu oportuno atrelamento ao dólar, esclarece: "Isso transtornaria o setor financeiro de HK deixando em risco de inadimplência os bancos japoneses, com alta exposição na cidade, causando outro tumulto financeiro de amplitude muito maior, em todo o mundo".

Na mesma linha, a Goldman Sachs argumentou que as quedas das moedas asiáticas apenas cobriram a depreciação do yuan registrada em 1994, quando passou a ser cotado a 8 p/US$ 1 (antes era trocado a 4 p/dólar). Uma desvalorização reduziria os investimentos estrangeiros quando a China mais deles necesssita, enfatizou a prestigiosa organização financeira. E acrescentou, em previsão mais otimista do que os informes de Pequim: "Os investimentos externos e o consumo privado deverão responder, este ano, pela maior parte do crescimento real de 9% do Produto Interno Bruto".

No início do ano, em Pequim, o presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan, ressaltou "a contribuição chinesa à economia asiática e mundial, mantendo estável a sua moeda". Nessa ocasião, o primeiro-ministro Zhu Rongji admitiu que "o alastramento da crise e a turbulência no mercado financeiro asiático e mundial afetaram profundamente a economia chinesa". Para compensar a redução das exportações, com a queda das importações dos países em crise, não estancando o crescimento da produção e do nível de emprego, a China decidiu não só estimular o consumo interno como adiantar o programa de obras de expansão das redes ferroviária, rodoviária, portuária e de usinas hidroelétricas.

No início de outubro, ao comentar a rápida expansão das exportações chinesas no segundo semestre/99, o supervisor de moedas estrangeiras ao *Bank of America*, Frank Gong, assegurou que "o yuan não será desvalorizado este ano e a próxima janela de risco surgirá somente no final de 2000".

Produção mantém crescimento

No primeiro semestre de 1999, a produção industrial aumentou 9,1%, com destaque para as empresas com capital estrangeiro, que cresceram à taxa média de 13,6%, contra 8,3% das estatais e 8,5% das companhias coletivas privadas. No setor, nesse período, o destaque foi para a manufatura de equipamentos de telecomunicações e de computadores. Confirmando a sua posição de maior produtora de eletrodomésticos, cresceu também substancialmente a fabricação de aparelhos de ar condicionado, de TVs coloridas e a de refrigeradores. As vendas no varejo aumentaram 7,8%, e, com a expansão da oferta, o índice de preços caiu cerca de 2%. Aumentaram também, a produção e venda de casas e automóveis populares, ambas financiadas pelos bancos oficiais a juros baixos (6% a.a.).

O quadro acima evidencia os excelentes resultados da política econômica imprimida pelo primeiro-ministro Zhu Rongji, de incentivar o consumo interno para absorver não só a produção que deixou de ser exportada como, também, a mão-de-obra dispensada pelas estatais obsoletas fechadas.

Compreendendo a importância capital de fora para o desenvolvimento econômico, o governo criou novas formas de incentivos (isenções tributárias e financiamentos) para aplicações estrangeiras na agricultura, meio ambiente, na indústria de alta tecnologia, no setor de serviços e em obras de infra-

estrutura. Nesse sentido, foram preparados 10 mil projetos oferecidos aos empresários do exterior na Feira para Comércio e Investimento, realizada em setembro, na cidade de Xiamen, a mais próspera das ZEEs.

A balança em 99

Superando gradativamente a retração do mercado mundial, as exportações chinesas, até setembro, apresentaram elevação de 2,1% sobre o total do mesmo período do ano passado. Houve sensível recuperação das vendas no segundo semestre, (aumento de 7,5% em julho; 17,8% em agosto e de 20%, em setembro) prevendo-se expressiva expansão das exportações no final do exercício. O suporte desse crescimento são os embarques para os mercados americano e japonês, que aumentaram significativamente. As importações, revelando a pujança da economia, cresceram 19,3%, permitindo ainda a formação de confortável superávit de US$ 19,4 bilhões (em 1998 registrou o nível recorde de US$ 49 bilhões). O quadro financeiro geral permanece promissor com as reservas cambiais elevando-se a US$ 146,5 bilhões, as quais, somadas às de Hong Kong atingem a US$ 236 bilhões, deixando o Japão (US$ 225,5 bilhões) em segundo no cômputo mundial. Agora, em nova e expressiva abertura para o meio financeiro internacional, a China está selecionando cinco empresas (bancos, corretoras ou consultorias) para administrar e aplicar as suas polpudas reservas. Ajudando estimular o mercado doméstico, a poupança interna dos chineses, uma das maiores do mundo, alcança a fabulosa cifra de US$ 650 bilhões.

Entre os seus 227 parceiros comerciais, os que mais importaram produtos da China foram: Estados Unidos, Japão, Coréia, Taiwan, Austrália, Canadá e Rússia.

Agricultura e petróleo

No corrente exercício duas importantes áreas estão recebendo tratamento prioritário para dinamizar a economia e expandir a oferta de emprego. Primeiramente a agricultura, agora aberta ao investimento externo incentivado, a qual, pilar básico da economia chinesa, apresenta crescimento de 4% podendo propiciar safra recorde superior à do ano passado. Particularmente, recebe estímulo especial o fértil planalto da Região Autônoma do Tibete, onde o governo central já aplicou mais de US$ 5 bilhões desde 1978.

O outro setor em destaque é o da exploração de petróleo e gás, no qual as multinacionais estrangeiras atuam há quase vinte anos. No ambicioso plano de elevar a produção a 300 milhões/t anuais na primeira década de 2000, foram abertas licitações para novos campos petrolíferos na bacia dos rios Songhua e Liaohe, na baía de Bohai e na região de Xinjiang. A China é o quinto produtor mundial de petróleo, podendo tornar-se o quarto, atrás apenas da Arábia Saudita, Rússia e Estados Unidos.

A entrada na OMC

Há anos na pauta da imprensa internacional, a questão do ingresso da China na Organização Mundial de Comércio passou agora ao primeiro plano. O assunto evidentemente repercute no Brasil, em particular nas páginas econômicas, sem que se conheçam os pormenores dessa celeuma em torno da entrada da mais populosa nação do planeta na entidade disciplinadora do comércio internacional. Agora, então, com as outras importantes credenciais decorrentes da reincorporação de Hong Kong, torna-se inconcebível que a China não integre uma organização intitulada como mundial.

Na rápida ascensão para situar-se como a outra superpotência econômica já na primeira década do século XXI, subiu a China ao quarto lugar do *ranking* do comércio exterior (atrás apenas dos Estados Unidos, Alemanha e Japão), passando a dispor de dois dos maiores portos existentes. Xangai é o terceiro da escala global (após Roterdã e Cingapura) e o inteiramente privatizado Porto de Hong Kong permanece como o líder na movimentação de contêineres, com cerca de 14 milhões de unidades/ano, dez vezes mais do que todo o Brasil. Além disso, somando os navios da estatal Cosco com os dos armadores Li Ka-shing (grupo Hutchinson) e Tung Chee-hua (governador de Hong Kong e dono da Orient Overseas Line), possivelmente terá a China a maior frota mercante mundial.

Exigências

Com essa enorme e crescente participação no comércio internacional, envolvendo interesses de todos os seus parceiros (inclusive o Brasil), por que a principal nação emergente continua fora da Organização? As duas partes em confronto, sobre as condições de ingresso, têm as suas próprias razões que lhes parecem plausíveis. Os países industrializados (os quinze da União Européia mais o Canadá e o Japão), liderados pelos EUA, embora minoritários no plenário de 134 membros, controlam a Organização, impondo os termos de admissão.

Como se sabe, a OMC substituiu o Gatt (Acordo Geral de Comércio e Tarifas) e desde a conferência preparatória de sua formação, em Marrakesh/ 1994, duas são as exigências básicas para ingresso na entidade: abertura das importações e redução das taxas aduaneiras.

Com essa receita mortal, as nações industrializadas desafogaram suas exportações, particularmente para os mercados dos países emergentes e em desenvolvimento. Como se poderia prever, tais medidas ocasionaram déficits nesse bloco, principalmente quando tomadas ao pé da letra, como no caso do Brasil. Recebendo a pesada herança de abrir o mercado, o Governo Fernando Henrique não resistiu: após o esplêndido superávit de US$ 10,4 bilhões, obtido em 1994, amargou o Brasil contundente rosário de déficits entre 95 e 98, somando US$ 23 bilhões. Com toda a razão, não quer a China correr risco semelhante, liberando de forma indiscriminada a importação, arriscando-se a inviabilizar a moderna estrutura econômica meticulosamente montada nos últimos vinte anos. Admite, apenas, a médio prazo, liberar gradativamente o seu mercado importador, reduzindo não só as tarifas aduaneiras como o próprio saldo comercial. Aliás, numa demonstração de boa vontade, no ano passado determinou o governo chinês um corte horizontal nas tarifas rebaixando-as a nível médio em torno de 20%. E, segundo recente declaração do presidente Jiang Zemin, em 2000, as alíquotas para importação de produtos industrializados serão reduzidas a 15%.

Razões chinesas

Assim, deseja a China, de fato, ingressar na OMC mas, sob condições razoáveis, sem perder as vantagens de "nação mais favorecida" (concedidas às exportações dos países em desenvolvimento) e procedendo a abertura das importações dentro de um esquema gradual que não perturbe a sua economia. Proposta nesses termos foi apresentada pelo primeiro-ministro Zhu Rongji, no início de abril, ao presidente Bill Clinton, em Washington. Nessa ocasião, para conquistar o apoio da Casa Branca, o astuto Zhu anunciou que a China liberaria as importações de trigo e laranjas provenientes dos EUA, propiciando a criação de empregos em sete estados americanos. O comunicado conjunto então divulgado assinalou que "os EUA apóiam decisivamente o ingresso da China na OMC em 1999". As exportações para a China proporcionam 400 mil empregos nos EUA.

É importante notar que essa visita de Zhu transcorreu em clima adverso, provocado pelo fantasioso relatório republicano sobre suposta espionagem chinesa, visando segredos nucleares. Essa infundada denúncia,

de baixa política, foi de pronto rechaçada por Clinton e, em seguida, considerada sem provas pela justiça americana. Na realidade, as informações julgadas "sigilosas" estavam à disposição de todos num *site* da internet. Depois disso, o inconcebível bombardeio da embaixada da China, em Belgrado, aumentou as dificuldades para a sua necessária entrada na OMC, que interessa mais aos outros países do que a ela própria. Tentando recompor a atmosfera otimista anterior às duas gafes, Clinton decidiu conceder à China, "condições normais de comércio", mantendo as vantagens de nação mais favorecida no intercâmbio bilateral. Com tarifas reduzidas, os baratos artigos chineses de maior consumo (calçados, confecções, brinquedos, rádios, lanternas, etc.), ajudam a sustentar o baixo índice de inflação.

Sem a obrigação de seguir os acordos do Gatt, e agora da OMC, o comércio exterior chinês apresentou os melhores índices mundiais de crescimento nessas duas décadas. Comentando o assunto, o vice-ministro de Comércio Exterior, Long Yougtu, após criticar as pressões e agressões, com o tradicional pragmatismo chinês, observou: "Não estamos com pressa, vamos esperar. A China pode sobreviver sem a OMC, o que é fundamental."

Por sua vez, o ministro da Pasta, Shi Guangsheng, em recente conferência em Pequim, afirmou que, independentemente de seu ingresso na OMC, a China continuará franqueando seu mercado consoante a política fixada pelo governo. E acentuou: "Sem a abertura ao mundo exterior à nação não conseguirá o desenvolvimento e a prosperidade econômica". Em Genebra, externando o ponto de vista da maioria dos países membros, o novo diretor-geral da OMC, Mike Moore, declarou que a entrada da China na entidade será "algo grandioso e esplêndido".

O presidente Jiang e a OMC

Em setembro/99, em Camberra, ao lado do primeiro-ministro australiano, o presidente Jiang Zemin assinalou que há tempos vem insistindo em três pontos: "Em primeiro lugar que a OMC não estará completa sem o ingresso da China, o maior país em desenvolvimento. Segundo, a China só poderá integrar a Organização na condição de país em desenvolvimento. Finalmente, em terceiro, que deverá haver equilíbrio entre direitos e obrigações da China, para ingresso na OMC".

Comentando a evolução da política de abertura da economia, Jiang informou que os bancos estrangeiros estão sendo autorizados a ampliar suas atividades no país. E ressaltou: "No futuro ofereceremos maiores

oportunidades para investimentos externos no setor de serviços, abrangendo seguros, turismo, assistência jurídica, enquanto iremos acelerar a abertura em áreas de infra-estrutura, como energia, transporte e comunicação".

Prometendo maiores atrativos às aplicações externas, Jiang afirmou: "Vamos melhorar mais ainda o sistema de leis e critérios para os investimentos de fora, protegendo os interesses das empresas estrangeiras, inclusive a propriedade industrial". Na linha da abertura, Jiang adiantou que a China acumulará importações de US$ 1,5 trilhão nos próximos sete anos.

Fórum

No final de setembro (99), a revista americana Fortune organizou em Xangai o seu V Fórum Global, o maior já realizado, o qual, aberto pelo presidente Jiang Zemin, contou com 800 participantes, inclusive 200 presidentes das 300 multinacionais inscritas.

Entre as inúmeras personalidades internacionais presentes, destacou-se o ex-secretário de Estado, Henry Kissinger, que defendeu a necessidade de a China e os EUA resolverem suas pendências, pacificamente, através dos canais diplomáticos. E sublinhou: "seria difícil imaginar que a Ásia prospere sob as tensões de uma guerra fria entre os EUA e a China". No final do seu discurso, Kissinger assegurou que o ingresso da China na OMC seria bom não apenas para ela e os EUA, mas também para o mundo inteiro.

Na conferência de encerramento do Fórum, o ex-secretário do Tesouro, Robert Rubin, admitiu o enorme interesse dos EUA na entrada da China na OMC. E garantiu que todos se beneficiarão com "um relacionamento construtivo com a China forte e estável".

Sistema portuário

Nenhuma nação pode aspirar a ser potência econômica sem ter portos modernos e eficientes para o escoamento de suas exportações e recebimento de matérias-primas e equipamentos necessários ao desenvolvimento. Dessa forma, os Estados Unidos, em suas quatro frentes, possuem Houston, Nova York, Chicago, Los Angeles e alguns outros; o Japão tem Kobe e Yocoama e a Alemanha conta com Hamburgo e Bremen. Forte candidata a disputar a liderança da economia mundial com os EUA, a China ainda não dispõe de portos em condições de suportar o fantástico

crescimento de sua economia. O maior deles, Xangai, conquanto seja o 3º na escala mundial, é antigo e mal equipado, situado na foz do Rio Yangtsé. Espremido entre a principal cidade chinesa e o rio, o velho porto tenta renovar-se para atender em particular à demanda de carvão e minério da grande siderurgia ali existente. Porém, a irremediável deficiência de sua localização em águas pouco profundas obriga o transbordo de carga, ao largo, quando se trata de navios acima de 30 mil/tons.

Quando os chineses começaram a construir o atracadouro de Cantão - um dos mais antigos portos do mundo - jamais poderiam imaginar que as pequenas e leves sampanas seriam substituídas, dois mil anos depois, por imensos cargueiros de até 500 mil t com calado de 25 metros. Situado às margens do Rio das Pérolas, a 70 km da foz, ao Sul do Mar da China, Cantão, com profundidade máxima de 12 metros, só pode receber navios com menos de 40 mil t apesar de que ainda processa cerca de 80 milhões t (mais que o dobro de Santos). Evidentemente que, nessa fase de rápido desenvolvimento, os diligentes chineses melhoraram e intensificaram a utilização de outros portos, em águas menos rasas, como Tianjin, Ningbo e Qin Huang Dao.

Reconhecendo que o atual sistema portuário tem retardado o desenvolvimento do país, prejudicando e onerando tanto as exportações quanto as importações, as autoridades chinesas aceleraram a execução dos projetos incluídos no Plano Qüinqüenal, de ampliação e modernização do importante setor. Aproveitando a numerosa presença de investidores estrangeiros na Feira Internacional de Comércio Portuário, realizada em Xangai em novembro de 1994, o governo lançou ambicioso projeto que mesmo a curto prazo, quase dobrou a capacidade de movimentação de carga instalada. Está em curso plano para construção de cerca de mil portos e terminais privativos nos grandes rios e por toda a extensa costa marítima, com preferência para unidades em águas profundas, visando atender às linhas internacionais, se possível dentro ou nas imediações das Zonas Econômicas Especiais - ZEE.

Compreendendo que o Estado jamais teria os bilionários recursos para um programa de tal envergadura, resolveu o governo oferecer excepcionais condições para atrair capitais externos na renovação do sistema portuário. Autorizadas a construir e administrar os portos, as empresas e *joint ventures*, com os incentivos criados poderão até ficar isentas de todos os impostos (de renda, aduaneiro, industrial e comercial). Além disso, as companhias estrangeiras terão também direito a alugar para exploração (*leasing*), por longo prazo, os portos públicos existentes. Prioridade absoluta

desse revolucionário plano, a nova rede de portos de grande profundidade, com acesso direto ao mar aberto, iniciou-se com a construção de modernos complexos perto das cidades de Dalian, Ningbo, Fuzhou e Shenzen.

Privatização dos portos

Percebeu o governo da chinês que era impraticável manter em alta o desenvolvimento do país, amparado basicamente pelo comércio com o exterior, tendo portos obsoletos, não só quanto aos equipamentos, mas também com relação à própria estrutura de serviços. Não acompanhando, nem de longe, a esfuziante expansão da economia, passaram os portos chineses a represar as exportações e importações causando inestimáveis prejuízos. Em 1992, para acompanhar o crescimento de 9% verificado, o aumento da capacidade dos portos devia ter sido de 54 milhões t, mas foi de apenas 32 milhões t. Para descarregar um graneleiro médio - operação que levava de cinco a seis dias nos modernos terminais privativos - os burocratizados portos chineses consumiam em média 26 dias. Como um navio desse tipo, parado, custa de US$ 10 mil a US$ 15 mil, pode-se avaliar a extensão do ônus que o arcaico sistema portuário causava.

Compreendendo a gravidade da situação, decidiu o governo reformular inteiramente a proposta para a rede portuária, constante do VIII Plano Qüinqüenal 1991/95, oferecendo-lhe maiores e melhores perspectivas. Segundo o projeto, foram criados outros 210 berços (locais onde os navios atracam) passando o total existente em todo o litoral para mais de 500. Por outro lado, a capacidade de carga elevou-se de 550 milhões t ao ano para 720 milhões t, em 1995, abrangendo a dragagem de 3,5 mil km de canais de acesso aos portos, com vistas a possibilitar a entrada de navios de maior calado. A ambiciosa meta chinesa para o setor, consoante o Plano Qüinqüenal a terminar no ano 2000, prevê o aumento dos berços para 1,1 mil (650 em águas profundas) e dragagem de 8 mil km, com elevação da capacidade dos portos para 1,2 bilhão t. Encerrado o programa, poderá a China assumir a liderança mundial, superando os EUA, cuja movimentação de carga internacional vem tendo crescimento apenas moderado, sem alcançar aquele total no fim do século.

Considerando que os dois grandes e tradicionais portos chineses, de Cantão e Xangai, situados na foz de rios, e relativamente rasos, têm capacidade de atracação limitada a navios de até 50 mil t, partiu o governo para a construção de novas unidades, em mar aberto e águas profundas. Assim, quatro outros grandes portos foram construídos ao longo do litoral,

em condições de receber os supergraneleiros acima de 150 mil t e calado superior a 15 m, aptos a embarcar grãos e petróleo do interior do país.

Para a solução do clássico problema da falta de recursos destinados à modernização do setor, o governo lançou mão dos capitais externos para as obras e o reequipamento necessários. Não são apenas empréstimos e financiamentos oficiais, mas também elevados investimentos privados, particularmente de empresas japonesas e americanas. Alguns terminais particulares pertencentes a multinacionais que produzem no país já estão em operação e outros em fase de estruturação, principalmente na nova área de Pudong, no Porto de Xangai. As empresas internacionais *Seyre Pacific e P & O* adquiriram o controle do terminal de contêineres do Porto de Shekov, localizado na ZEE de Shenzen. Por sua vez, duas outras companhias estrangeiras, a Oriental Steam Navigation Corp. e a Peninsular, passaram a controlar o terminal de Zhangjiagang, no Rio Yangtsé, perto de Xangai, o qual foi ampliado para comportar 300 mil contêineres. Em inédita experiência, um grupo privado de Hong Kong construiu moderníssimo porto em Yangpu, na ZEE da Ilha de Hainan, com investimentos iniciais da ordem de US$ 2,5 bilhões. Este enorme complexo, que inclui terminal para contêineres, opera inteiramente sob administração privada e com os seus próprios empregados.

Ainda na linha de modernizar o sistema portuário para possibilitar o desenvolvimento do país, em 1990 foram criadas treze Zonas Francas (livres de impostos e direitos aduaneiros), algumas delas dentro das próprias Zonas Econômicas, como em Shenzen, Xiamen, Shantou e Haikou (na Ilha de Hainan). As outras estão localizadas nos portos de Dalian, Tianjin, Qingdao, Zhangjiagang, Xangai, Ningbo, Fuzhou, Cantão e Fujian. Além de propiciarem total isenção não só de impostos aduaneiros mas de qualquer outro tributo, para importação, exportação, fabricação e montagem de equipamentos, essas ZF permitem a livre movimentação de moedas estrangeiras, bem como a integral e imediata remessa de lucros para o exterior. Em face dessas facilidades é enorme o interesse das empresas internacionais, que já aplicaram mais de US$ 3 bilhões nessas áreas e se preparam para fazer novos investimentos.

Hong Kong, porto-modelo

Antes da análise do seu fantástico porto, torna-se oportuno um rápido comentário sobre essa trepidante e moderníssima cidade onde a economia de mercado é aplicada em seu grau máximo. Possessão inglesa desde janeiro de 1841, com o vergonhoso desfecho a Guerra do Ópio, a Ilha de Hong

Kong, em 150 anos de colonização, acabou se transformando não só numa grande metrópole, como também num dos mais importantes centros comerciais e financeiros de toda a Ásia. Em 1898, após outra conquista militar, a Inglaterra ainda anexou extensas áreas no continente chinês defronte à Ilha, as quais ficaram conhecidas como Novos Territórios (Kowloon).

Sob a experiente administração britânica, a estratégica cidade, com os incentivos e as isenções fiscais criados, atraiu empresários de todo o mundo, configurando-a como verdadeiro paraíso de negócios. O crescimento de atividade econômica - basicamente calcada nas operações de comércio exterior transitadas pelo porto - foi de tal ordem que a população da cidade aumentou de forma desmesurada para girar em torno de 6 milhões de habitantes. Com território de apenas 1.075 km^2, Hong Kong é uma das áreas mais densamente povoadas do planeta. Na parte urbana da cidade, espremida entre o mar e a montanha, o índice populacional chega a 26.550 pessoas por km^2. Nas luxuosas residências e edifícios de apartamentos, que cercam o fervilhante centro comercial e financeiro, habitam os prósperos empresários, a poucos minutos dos seus escritórios. Conhecida mundialmente por abrigar grande número de bilionários por metro quadrado, ali moram e têm negócios pelo menos quatro empresários - singularmente todos chineses - com fortunas superiores a US$ 6 bilhões. São eles: Cheng Yu Tung (hotéis), Y. K. Pao (armador, navios), Stanley Ho (armador, navios) e Li Ka Shing (comércio, shoppings). É interessante observar que os quatro têm excelentes ligações com o governo da República Popular da China e, por isso mesmo, continuam a investir pesadamente na cidade, transformada em Região Administrativa Especial de Hong Kong, após a reanexação em julho de 1997.

De acordo com a conciliatória orientação política traçada por Deng Xiaoping, “de um país com dois sistemas econômicos”, vem confirmando o governo central o compromisso de não mexer em Hong Kong - especialmente no seu ultraprivatizado porto - onde impera a economia de mercado e tudo funciona às mil maravilhas. Aliás, em seu número de 11/9/99, a revista inglesa *The Economist* publica uma estatística com a classificação dos países quanto à liberdade econômica, aparecendo Hong Kong em 1º lugar; os EUA, em 8º; a China em 86º e o Brasil em 92º.

Nem mesmo Roterdã - o maior porto do mundo - possui estrutura tão privatizada e eficiente quanto Hong Kong. Sem margem de erro, pode-se afirmar que, nesse porto, o Estado atua como deve, no limite de suas atribuições normais, cuidando apenas do tráfego de navios, policiamento, saúde e fiscalização. Para essas tarefas, o Departamento de Marinha de

HK dispõe apenas de 1.517 funcionários. Cabe observar que os serviços de segurança dentro dos terminais privados são de responsabilidade das próprias empresas concessionárias.

No cais destinado à carga convencional (não conteinerizada), com cerca de 5 km de extensão e dotado de 2.283 berços de atracação, as empresas operam livremente com seus próprios empregados, ou contratados de forma direta no mercado local de trabalho.

Processando 90% do comércio exterior de HK, o porto, em seus 52 km^2 de área, movimenta cerca de 90 milhões de toneladas/ano. Esse resultado, que o colocou em 9º lugar na escala mundial, compreende 22 mil navios de linhas internacionais, 57 mil barcos de carga fluviais e ainda 46 mil embarcações de passageiros de todos os tipos, cujo total representa um verdadeiro recorde mundial, bem acima das 30 mil unidades recebidas por Roterdã.

Contêineres

Considerado o meio de transporte de carga do futuro, esses grandes cofres de aço (de 7 e 14 m) têm lugar de destaque no movimento do porto. Em 1998, as operações com contêineres abrangeram cerca de 14 milhões de unidades, um pouco mais do que Cingapura e o triplo do processamento de Roterdã, o terceiro colocado e principal porto europeu da especialidade. Quase a metade da carga manipulada em HK é proveniente de contêineres.

Basicamente, as operações com os contêineres são controladas por três grandes empresas privadas que detêm mais de 90% do total, possuindo extensas instalações com cais próprio no porto. Ao mostrar-nos as instalações de uma dessas companhias – *a Asia Terminal Ltda*. – o seu vice-presidente, Gary D. Gilbert, identificando a principal razão da eficiência do porto, afirmou: "O mínimo de governo existente proporciona reduzida burocracia e custos menores, oferecendo conseqüentemente maior produtividade, além de melhor rendimento para o capital". A empresa processa cerca de 500 mil contêineres/ano (quase o total de Santos). Devido à carência de espaço, armazena os contêineres também verticalmente, em imensos edifícios de seis e dez andares, este o maior do mundo.

As concessões de áreas no porto, por *leasing*, podem alcançar 90 anos, renováveis, e são pagas com serviços de urbanização, aterro e dragagem. O contrato da Ásia Terminal, que compreende 300 m de cais,

estende-se até o ano 2047, e o seu custo (US$ 150 milhões) está sendo pago com os aterros para ampliação do porto e outras obras públicas.

A *Asia Terminal* dispõe de 8 mil funcionários, dos quais apenas 1.800 têm vínculo empregatício. Os outros 6,2 mil são autônomos, contratados para serviços específicos (motoristas, guindasteiros, estivadores, vigias, etc.), pelos jornais ou nas agências especializadas locais. "Como não há desemprego na cidade, prevalecendo um bom clima entre o capital e o trabalho, os sindicatos não interferem na política do porto nem das empresas, atuando como associações culturais e recreativas", informou Gilbert.

Origem do intercâmbio Brasil-China

No momento em que se comemora, juntamente com o 50º aniversário da República Popular da China, os 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas com o Brasil (em 15 de agosto de 1974), é interessante registrar a decisiva participação empresarial nesse acontecimento.

Após o equivocado rompimento deflagrado logo no início da Revolução de 1964, foi o paulista Horácio Sabino Coimbra o primeiro empresário brasileiro a visitar e entabular negócios com aquele país. Assim, muito antes do reatamento, em outubro de 1971, o presidente da Companhia Cacique de Café Solúvel esteve na famosa Feira de Cantão e, em seguida, em Pequim, mantendo contatos com autoridades e presidentes de grandes corporações chinesas. Verdadeiro bandeirante da exportação, Coimbra já tinha no seu currículo a inestimável contribuição que ofereceu da abertura do mercado mundial para o café solúvel brasileiro.

A pioneira viagem do presidente do Grupo Cacique à China cresce de importância quando se sabe que o importante Relatório por ele preparado, e entregue ao Governo, serviu como embrião para o reatamento das relações. Eis a íntegra do Relatório:

"A idéia do contato com os chineses ocorreu-me quando, em meados do ano passado, disputava-se em Pequim o torneio de tênis de mesa entre chineses e norte-americanos. Havia eu verificado que a RPC, cujo comércio exterior (exportação/importação) era realizado marcadamente com a União Soviética. Em virtude da deterioração das suas relações políticas e econômicas com esse parceiro, procurava a RPC outras áreas de trocas, não bastando para a sua economia as 'trocas indiretas' realizadas através de Hong Kong nem o comércio com os demais países da área socialista. Os

contatos chineses com a Europa ampliavam-se, traduzindo-se, por negócios. E a presença de norte-americanos, embora apenas esportistas, na China, poderia significar, como de fato significou, uma espécie de ponte para o relacionamento comercial RPC/EUA.

Avistei-me, então, para consultas, com autoridades do Governo Federal. O meu plano de sondagens comerciais recebeu imediato apoio, que pode ser medido pela indicação do cônsul-geral do Brasil em Hong Kong para acompanhar-me na viagem projetada. Viajaria como meu assessor pessoal, omitindo sua condição de diplomata brasileiro, muito embora ela não fosse ignorada dos chineses (posteriormente, durante a permanência na China, recebeu tratamento compatível a representante governamental, apesar de não haver qualquer insinuação quanto às suas efetivas funções).

Obtida a anuência das autoridades, voei para Hong Kong, onde, em contato com a China Resources Company (firma chinesa que opera e representa a Feira de Cantão na Colônia britânica), planejei a viagem recebendo o convite (na RPC só entram convidados e que, assim, são considerados hóspedes oficiais de seu Governo) para a visita. Esta seria entre 15 de outubro e 15 de novembro, ou seja, durante a realização da Feira de Cantão. Nessa cidade se realizam duas Feiras anuais, a da Primavera (15 de abril a 15 de maio) e a de Outono (15 de outubro a 15 de novembro), quando se efetuam negócios equivalentes a cerca de 60% das exportações chinesas, subsidiariamente, parcela das encomendas chinesas ao exterior. A concentração de grande parte do comércio da RPC nesses dois eventos tem o fim de aproveitar a presença simultânea de milhares de fornecedores e compradores estrangeiros para robustecer o poder de barganha dos chineses.

Cruzamos as fronteiras Hong Kong/RPC, seguindo de trem diretamente para Cantão, sendo recebidos por representantes da Administração da Feira. A Feira de Outono, a 30ª realizada, exibiu cerca de 100.000 artigos exportáveis, sendo distribuídos por nove pavilhões (47.080 m^2 ao todo), assim classificados por especialidades:

a) indústria local e artes tradicionais;

b) indústria leve;

c) máquinas e ferramentas agrícolas;

d) produtos alimentícios, cereais e óleos;

e) produtos têxteis;

f) produtos químicos;

g) produtos de pecuária;

h) indústria pesada e equipamento industrial;

i) produtos de mineração e metais.

Na Feira fomos recebidos pelo seu subsecretário-geral, Sr. Huang Ching-Po, e pelo Sr. Fong Hoc Yin, gerente-geral da China Resources Company. E, na noite da chegada, fomos homenageados com um banquete pelo Sr. Wong Yun-sang, vice-presidente da Feira, numa atitude que, de acordo com informações colhidas pelo cônsul-geral do Brasil em Hong Kong, demonstrava especial apreço, tanto mais que se encontravam em Cantão, no momento, alguns milhares de visitantes de países com tradição no comércio com a RPC. E isso deveria ser atribuído ao fato de, pela primeira vez, um brasileiro, embora empresário e sem missão oficial, visitar a RPC depois do rompimento das relações sino-brasileiras. O Sr. Wong, reiterando e enfatizando palavras de outros representantes, acentuou o interesse do seu País em comerciar com o Brasil. Discurso longo, de amabilidades, com somente duas insinuações de índole por assim dizer política:

a) admiração e apoio da RPC à posição brasileira de defesa do mar territorial de 200 milhas;

b) surpresa, com base no que disse ser experiência chinesa, em face da política brasileira de compatibilizar os objetivos de desenvolvimento com uma orientação de estímulos às inversões estrangeiras.

Fiz sentir ao Sr. Wong e também aos interlocutores que o antecederam e o sucederam que a minha viagem era eminentemente particular, mas do conhecimento das autoridades do meu País – cautela que resolvi adotar, inclusive para prevenir eventual suposição de que, havendo negócios de firmas brasileiras com as corporações chinesas, poderiam eles ser vetados posteriormente.

As visitas e as conversações, em Cantão, com os responsáveis pelos diferentes setores especializados da RPC, prolongaram-se por vários dias. Na oportunidade, apresentei listas de produtos que o Brasil exporta e que a RPC importa e de produtos que a RPC exporta e que o Brasil importa. A partir da entrega das listas, iniciaram-se as conversações concretas. A primeira com o secretário-geral da Feira, a segunda com o responsável pela Corporação Nacional do Comércio de Minerais e Metais e a terceira com o

subchefe do Pavilhão de Produtos Alimentícios. Para início de trocas, e experimentalmente, foi-nos apresentada uma relação de produtos que a RPC poderia colocar à disposição de importadores brasileiros: arame farpado, asbestos, carvão betuminoso, alho, lipônio, amônia clorídrica, perborato de sódio e zinco clorídrico, entre outros.

Quanto às importações de produtos brasileiros, é preciso um esclarecimento: levei comigo, como assinalei anteriormente, uma relação de produtos que o Brasil exporta e a RPC importa, mas não levava ofertas específicas, exceto quanto ao café em grão e solúvel. Os chineses demonstraram interesse especial por açúcar, cacau e algodão e, mais remotamente, por café solúvel. Confessaram que, devido ao poder aquisitivo do país ser relativamente baixo, precisavam coordenar com boa dose de parcimônia os seus gastos externos, razão por que não cogitavam, de imediato, da aquisição de café em grão. E a promessa quanto ao café solúvel, permito-me atribuí-la a uma espécie de consideração ao fato de o primeiro empresário brasileiro a visitar a RPC ser, precisamente, um industrial de café solúvel. De qualquer forma, as conversações para efetivação de negócios ficaram em aberto, cabendo agora aos interessados de ambos os lados, os empresários brasileiros e as corporações chinesas, darem sentido prático ao diálogo iniciado.

Em Pequim, para onde seguimos depois, houve uma espécie de ratificação chinesa aos entendimentos mantidos em Cantão. Cumpre destacar, porém, dois fatos:

- O Sr. Tsuan, *responsable personality* do Conselho Chinês de Promoção do Comércio Internacional, promoveu encontros com dirigentes de diversos setores de sua organização. E, repetindo o que nos havia dito em Cantão, o Sr. Wong declarou esperar que a nossa visita fosse o marco inicial de amiudados contatos de empresários brasileiros com o seu País;

- na ausência do Sr. Pai Hsiang-kou, ministro do Comércio Exterior e que se encontrava na Argélia, fomos recebidos pelo vice-ministro, Sr. Chen Hsu-fu, que insistiu em que novas missões deveriam visitar a RPC. Demonstrou particular conhecimento de algumas questões brasileiras, tais como o problema do café solúvel nos Estados Unidos e mar territorial. Declarou ver, em nossa visita, o primeiro passo para um relacionamento Brasil-RPC, acentuando acreditar que poderia ser desenvolvido entre os dois países um comércio mutuamente vantajoso.

Feito esse relato dos aspectos formais da visita à República Popular da China, passo a algumas considerações de natureza pessoal calcadas em observações que pude realizar e em ilações das conversas mantidas naquele País:

a) O comércio exterior chinês é ainda relativamente baixo, representando US$ 4,225 milhões (importação/exportação) em 1970, ou seja, o mesmo valor (US$ 4,265 milhões) de 1959. Até 1960, a União Soviética participava com quase a metade desse valor, caindo para apenas US$ 50 milhões em 1970. E os demais países da área socialista não conseguiram substituir a União Soviética no intercâmbio chinês, que teve a seguinte evolução com o esfriamento das relações sino-soviéticas:

Comércio exterior da RPC (em milhões de dólares)

Anos	Com os socialistas	Com os capitalistas
1959	2.948 ou 69,0%	1.318 ou 30,9%
1966	1.095 ou 26,0%	3.110 ou 74,0%
1969	760 ou 19,7%	3.095 ou 80,3%
1970	840 ou 19,9%	3.385 ou 80,1%

Há preocupação acentuada em diversificar não apenas a pauta de comércio mas também a sua distribuição geográfica. Há, igualmente, preocupação em não vincular política ou ideologia ao comércio, embora essa nova atitude emergisse lentamente e em virtude da desvinculação econômica da União Soviética. O Japão, já em 1970, fornecia ¼ das importações e adquiria 1/10 das vendas externas da RPC. Como o comércio sino-nipônico não era feito diretamente pelas grandes empresas do Japão, mas através das chamadas ‘firmas da amizade’, agora que Mitsui, C. Itoh e Mitsubishi entram nas trocas diretas, com seus próprios diretores à testa dos entendimentos, o nível do intercâmbio entre os dois países deve dar apreciável salto.

Com a Europa o comércio é relativamente ativo. Alguns exemplos: aquisição de aviões comerciais ingleses e encomenda de Concordes, sem falar em locomotivas, equipamentos industriais e acordos para a assistência tecnológica (inclusive com japoneses). Do Canadá, afora trigo, comprou duas estações Intelsat (RCA) e, dos Estados Unidos, aquisição de Boeings, etc.

Essa ocidentalização das trocas levará à ocidentalização gradativa dos hábitos de consumo chineses. E com rapidez, agora que o comércio com os Estados Unidos foi virtualmente aberto e deve adquirir grandes proporções.

b) Do ponto de vista do interesse brasileiro, podemos estabelecer uma linha de comércio regular com a RPC, inicialmente em níveis modestos mas com possibilidades de crescimento. Açúcar, cacau, máquinas agrícolas, entre outros, são produtos passíveis de colocação naquele mercado. As 60/70 mil toneladas de açúcar que enviamos este ano à RPC não é a primeira remessa desse produtos brasileiro; anteriormente, as vendas eram feitas por triangulação, através de outros países, não capitalizando o Brasil as vantagens da transação direta.

c) A longa distância não permite pequenos negócios entre os dois países. Mas, com o desenvolvimento do comércio com o Japão, será possível, em futuro próximo, a transação em qualquer nível pelo aproveitamento das linhas regulares e freqüentes que vão a Hong Kong e aos portos japoneses.

d) Não se deve analisar a potencialidade do mercado chinês apenas pelo nível atual de seu intercâmbio externo ou pela sua renda *per capita*. O seu comércio é dirigido e pode adquirir outras dimensões pela vontade ou necessidade governamental. Igualmente, não vivendo em regime de economia de mercado, a renda *per capita* (cerca de US$ 100) deixa de incorporar ou incorpora em grau mínimo aluguéis, alimentação, assistência médico-hospitalar, uma parte do vestuário e outros itens - que são oferecidos graciosamente ou a valores simbólicos à população. Em outras palavras, o julgamento da potencialidade comercial chinesa não pode ser efetuado, sob pena de minimizá-la, pelo mesmo prisma que se usa para o aferimento da capacidade de um país de regime capitalista."

Primeira missão

No ano seguinte, o empresário carioca Giulite Coutinho chefiou a primeira missão comercial brasileira, autorizada pelo governo, a visitar a China. Sobre esse empreendimento, Giulite declarou:

“Minha primeira visita à RPC foi realizada em 1972 e o Brasil, na época, não mantinha relações diplomáticas com aquele país, as quais foram rompidas em 1964. A Missão Comercial de 1972 foi a primeira visita de uma delegação brasileira à China, oficialmente autorizada pelo nosso governo. O fato teve repercussão nacional e internacional, conforme amplo noticiário publicado na ocasião.

Organizada pela então Associação dos Exportadores Brasileiros - a AEB (que anos depois mudou o nome para Associação de Comércio Exterior do Brasil), a Missão tinha como principal objetivo desenvolver um novo mercado na China. As perspectivas eram excelentes dado o imenso potencial daquele país, à época com 800 milhões de habitantes, representando 25% da população mundial e com o qual o Brasil praticamente não mantinha relações comerciais.

A delegação era composta de apenas cinco membros: Giulite Coutinho, presidente da AEB; José Mindlin (Metal Leve); Claudio Bardella (Grupo Bardella); Alberto Moreno (Grupo Matarazzo) e Pedro Cipollari (presidente da Copene). Desde o momento em que entramos em território chinês fomos tratados com extrema cordialidade e atenção. E foi esse o ambiente que encontramos em Cantão, Xangai e Pequim, por onde passamos.

Foi elaborado um programa especial de visitas às principais corporações chinesas, quando pudemos observar que havia amplas possibilidades para os nossos produtos naquele mercado. Em conseqüência da abertura proporcionada pela Missão, as exportações brasileiras para a RPC, que não chegavam a US$ 1 milhão em 1971, subiram para US$ 70 milhões em 1972.”

Final

Ao encerrar este trabalho, para justificar a necessidade de melhorar o insatisfatório relacionamento político-comercial do Brasil com a nação mais populosa do planeta – não por falta de esforços chineses, é bom que se diga – torna-se oportuno divulgar não só alguns dados econômicos, como opiniões selecionadas de três personalidades de destaque no cenário mundial.

A efetiva união das duas principais nações emergentes – líderes naturais de quase duzentos países em desenvolvimento – surge, cada

vez mais, como o caminho hábil para que esse bloco enfrente os graves problemas e desigualdades advindos da globalização da economia. Ninguém desconhece que a inexorável torrente globalizadora foi desencadeada para atender aos interesses das multinacionais, inclusive financeiras, quase todas sediadas nos países do Grupo dos Sete (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Canadá) que dominam não só o mercado internacional, como as respectivas entidades reguladoras, OMC, FMI, Banco Mundial, etc.

A China terminará o ano de 1999 mantendo crescente liderança mundial da produção de cereais, algodão, carne, carvão, cimento, aço, fibras sintéticas, tecidos, vestuário, televisores, telefones, bicicletas, eletrodomésticos e muitos outros manufaturados. E, em segundo lugar, na produção de energia elétrica e de adubos químicos.

Em recente e magistral artigo, o ex-ministro e atual membro da Academia Francesa, Alain Peyrefitte, após reafirmar que a China tornou-se potência mundial, ultrapassando o nível de produção do Japão e da Alemanha, assinala: "O fato é que os dirigentes de Pequim podem constatar que a China progride sem que tenham feito, de fato, concessões políticas." Em outro trecho, esse eminente sinólogo francês, lembra: "Os últimos 50 anos demonstraram que a modernização podia caminhar a passo com a soberania, e ser inspirada no Ocidente não deixando de ser chinesa".

Em outro depoimento importante, o presidente Fernando Henrique, no prefácio do meu livro "EUA-China, o Desafio Econômico (Ed. Aduaneiras/ 1995) com relação a esse confronto, em alerta aos brasileiros, acentua que, desconhecer o quadro internacional, significa estar despreparado para enfrentar novos problemas, perder oportunidades, e comprometer o próprio objetivo do desenvolvimento. A seguir, referindo-se especificamente aos dois gigantes, ressalta: "O primeiro, potência econômica desde a virada do século, ingressará no século XXI ainda sendo a maior economia mundial; a China, economia emergente, surge como nação que tem apresentado taxas mais elevadas de crescimento econômico dos últimos anos".

Finalmente, o presidente dos EUA, Bill Clinton, líder inconteste do G-7 e demais países industrializados, em duas oportunidades deixou registrados significativos depoimentos. Em fins de 1997, ao receber o presidente Jiang Zemin, no maior banquete já realizado na Casa Branca – presentes os próprios presidentes das cem principais multinacionais americanas – Clinton, em calorosa e até surpreendente declaração,

conclamou: “Juntos podemos fazer dessa nova era o mais brilhante capítulo da longa e rica história da China e os melhores dias para os EUA. Será uma época de paz e prosperidade sem precedentes para o mundo inteiro”.

Em abril de 1998, em sua histórica visita à China, externando o pensamento dos EUA, afirmou: “Nós, americanos, admiramos suas conquistas, sua economia, sua diligência e visão, seus esforços contra a fome e a pobreza, seu trabalho pela paz e estabilidade na Ásia”. Nessa visita, o presidente americano verificou de perto o impressionante progresso da China, nos últimos vinte anos, na área social, econômica e tecnológica, que servirá de suporte para reconduzi-la à liderança universal, exercida até o século XV. Ao se despedir, em Pequim, Clinton sintetizou em preciso diagnóstico: “Os chineses estão construindo um país que vai dominar o cenário mundial”.

Mercantilismo: o caminho da prosperidade da China e o modelo para o Brasil

*Charles A. Tang**

Em 1974 o Brasil tomou decisão histórica de reconhecer a existência de um quinto da população do mundo quando o governo do presidente Ernesto Geisel tomou a importante iniciativa de reatar relações diplomáticas com o governo da República Popular da China. Nessa época a China ainda se encontrava dominada por uma filosofia política e econômica socialista rígida e retrógrada, que por mais de um quarto de século deixou o país pobre e estagnado com suas diversas experimentações no campo de política econômica. E a histeria que tomou conta da Nação Chinesa no período da "Revolução Cultural," que já perdurava por quase uma década, só contribuiu para que a China regredisse ao quase primitivismo.

Com um PIB de cerca de 170 bilhões de dólares e um total em exportações de 7 bilhões em 1974, a China estava ainda distante do estágio de progresso e desenvolvimento alcançados pelo Brasil. O nosso país ainda estava no auge da sua fase de "milagre econômico", com uma expansão econômica acelerada. Naquele ano o PIB brasileiro já estava em 334 bilhões de dólares em 1997, e o nosso país, com uns 11 bilhões em exportações, superando em mais de cinqüenta por cento o valor dos bens e serviços que fluíam da China.

O modelo chinês

O objetivo desse tratado é de analisar, tentar entender, e talvez tirar proveito, para o beneficio do Brasil, de alguns dos fatores políticos e econômicos que impulsionaram a economia chinesa que, após vinte e quatro anos, conseguiu:

a) exportar junto com Hong Kong, a impressionante cifra de 207 bilhões de dólares, em função da desvalorização cambial do real no início deste ano.

Não há paralelo na história da civilização moderna, de um processo de modernização tão acelerado e sustentado por tanto tempo, quanto o que

---

* Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China.

ocorre, atualmente, na China. Num espaço de tempo relativamente curto, desde 1978 o nível de crescimento econômico do país foi tão acentuado que transformou totalmente a face da nação. Como a China conseguiu este progresso "milagroso"?

O chamado "milagre econômico chinês", na verdade, não tem muito a ver com milagres, e sim com um "projeto para a prosperidade da nação" que analisou friamente a condição em que a nação se encontrava, o objetivo que a nação queria atingir, e como atingir essa meta de conquistar a prosperidade para o país. Ela continha um plano político de abertura econômica para o mundo e de desenvolvimento econômico consistindo de muito trabalho, de exportação, de atrair investimentos e tecnologia para conseguir receitas em divisas. Inicialmente, proposto pelo então primeiro ministro Chou En Lai e apoiado e implementado pelo carismático e popular líder político o Sr. Deng Xiao Ping. Ele conseguiu, após a morte de Mao Tse Tung, e com o fim da revolução cultural, quando o ambiente político o permitiu, fazer nascer a "China Moderna", em 1978.

Essa China moderna só pôde ser criada porque o país teve uma liderança política com coragem e visão para alterar profundamente a mentalidade, a cultura e a estrutura desse país gigantesco para perseguir o objetivo de desenvolver uma nação próspera. Afinal, durante quase três décadas a mentalidade do povo chinês foi dominada e moldada por uma filosofia socialista superada, a qual deixou o país pobre e estagnado, e pior, deixou o povo com uma mentalidade condicionada e também estagnada. O primitivismo era enaltecido, como o programa de fabricaçãode ferro gusa nos quintais das casas do povo, a pobreza era honrada e, dentre outras coisas, fez também com que uma geração inteira de chineses não pudesse estudar, porque o trabalho manual nos campos para onde todos eram enviados era considerado nobre. Além disso, nem podiam se educar, uma vez que todos os professores e intelectuais estavam sendo reeducados nesses mesmos campos.

Foi neste quadro político que Deng Xiao Ping e os demais líderes do país resolveram impor o seu projeto para a nação, que consistia de reformas como a abertura econômica para a evolução da economia chinesa. Eles tiveram de enfrentar obstáculos gigantescos de barreiras políticas, de interesses enraizados, do dogma socialista retrógrado então reinante, e a mentalidade condicionada e estagnada por tantos anos deste domínio. O avanço desta "China Moderna", mãe de todos tigres asiáticos, deveu-se à liberação da pujança reprimida do povo chinês dentro de um projeto de

caminhar como uma só nação para a prosperidade. Uma grande parte do sucesso dos chineses espalhados pelo mundo se deve às características inerentes do chinês. Além da disciplina e senso de respeito "confucianos", os chineses reúnem varias características que, juntas, permitiram impulsionar seu desenvolvimento e prosperidade.

O povo chinês tem, em média, um nível de inteligência e educação relativamente elevado, é um povo muito trabalhador e que não mede esforços ou sacrifícios para atingir seus objetivos. O senso de nacionalidade do chinês também teve um papel de grande destaque no crescimento da China. Em geral, o chinês se sente chinês fora da China, ou independentemente do passaporte que porta. Os maiores investidores estrangeiros na China são os chineses de além-mar. É significativo notar que cerca de 75% desses investimentos são dos próprios chineses, os de além-mar. Dos 367 bilhões de dólares de investimentos diretos feitos por estrangeiros na China, que até 1995, 212 bilhões de dólares foram de Hong Kong e 29 bilhões foram de taiwaneses.

A evolução de praticamente todos os chamados "Tigres Asiáticos" contou com a clara compreensão, por parte de seus dirigentes, de que o fundamento para a criação de riquezas das nações requer uma fonte de receita de ganhos em divisas para o país. É por isto que todos eles construíram seus modelos de desenvolvimento econômico calçados na criação de riquezas através das exportações. O projeto da nação chinesa reconheceu esta "visão mercantilista", como prioritária nos seus planos econômicos, bem como reconheceu a importância de fazer mudanças estruturais que fossem necessárias para a implementação dos mecanismos que seriam necessários para desenvolver a sua capacidade de exportação e para atrair investimentos estrangeiros em moeda forte. E é espetacular o crescimento econômico que a China conseguiu com as mudanças estruturais que aconteceram a partir de 1978.

Para que este objetivo de desenvolvimento pudesse ocorrer, foi necessário implementar, entre outras mudanças as seguintes:

a) Transformar a mentalidade do povo e mudar o dogma socialista da era de Mao Tse Tung para incentivar a capacidade produtiva do povo chinês;

b) Adicionar os princípios de economia de mercado no seu sistema socialista, criando assim a "economia de mercado socialista";

c) Entender a importância de uma colaboração estreita entre o governo, suas políticas, e as empresas que seriam responsáveis pelo ganho de divisas de exportação;

d) Atrair investimentos e tecnologia estrangeira, bem como impulsionar as suas exportações pela criação de "Zonas Econômicas Especiais";

e) Implementar uma estrutura para fomentar e incentivar as exportações;

Esses foram alguns dos instrumentos de desenvolvimento e de geração de divisas que permitiram a evolução econômica da China.

Porém, não se pode analisar um desenvolvimento econômico sem considerar os aspectos sociológicos desse processo. Deng Xiao Ping, com a sua liderança política carismática, foi o principal responsável pela assimilação de sua visão de riqueza pelo povo chinês. Alguns de seus discursos continham frases que conseguiram mudar a mentalidade do povo.

- "Não importa se a cor do gato é preto ou branco, desde que cace ratos" significa que não importa o sistema econômico, se capitalista ou socialista, desde que produza riquezas.

- "Precisamos mostrar ao mundo que socialismo não é sinônimo de pobreza".

- "Perseguir riquezas é glorioso", dito em sua famosa visita à zona econômica especial de Shenzhen, quando procurou mostrar ao povo chinês que não havia nenhum mal em perseguir riqueza. Esses discursos fizeram com que um bilhão e duzentos milhões de chineses fossem dormir um dia como socialistas e acordarem no dia seguinte quase capitalistas. Quando Adam Smith descreveu o povo americano como composto metade de perseguidores do "todo poderoso dólar" e a outra metade como as procriadoras desses perseguidores, poderia, muito bem estar se referindo aos chineses de Deng."

A China criou um modelo econômico *sui generis* quando adicionou princípios de economia de mercado ao seu modelo socialista, misturando, assim, duas filosofias econômicas, opostas e normalmente antagônicas. Essa mistura de teorias de economia tão disparates foi batizada pelos chineses de "economia de mercado socialista". Como sabemos, economia de mercado é sinônimo de livre iniciativa, seguindo as livres forças do mercado, e a de descentralização das decisões econômicas. Socialismo é economia de comando e de planejamento centralizado. A economia chinesa,

por incrível que pareça, é de fato uma mistura dos dois sistemas. Certamente, Adam Smith, pai do capitalismo, e Karl Marx, o criador da teoria comunista, iriam se surpreender ao ver que a mistura de suas filosofias criaria o avanço econômico mais notável que o mundo da humanidade moderna já pôde assistir.

A relação de estreita parceria entre o governo e suas políticas econômicas com o setor empresarial responsável por essa missão de buscar as divisas necessárias para a riqueza da nação é evidente e clara em todos os "tigres" da Ásia começando pela primeira delas que foi o Japão. Japão era chamado de "Japan, Inc." pelas potências industrializadas do ocidente que criticavam essa simbiose de governo com empresários e que durante várias décadas conquistou seus mercados e ameaçou superar suas próprias conquistas econômicas enquanto isto criava um superávit crescente da balança comercial a favor do Japão. A "Korea, Inc." também foi resultado dessa colaboração de governo com as empresas na busca de mercados para conquistar e divisas para ganhar. Na China socialista, país de empresas estatais, as empresas agem comandadas pela política governamental, embora cresce cada vez mais o número de empresas coletivas privadas, empresas de *joint venture* com firmas estrangeiras e de investimento totalmente estrangeiro.

Em 1980, foram implementadas as "Zonas Econômicas Especiais" de Shenzhen, Shantou e Zhuhai na província de Guangdong, perto de Hong Kong, e um ano após surgiram a de Xíamen, na província de Fujian e a da Ilha de Hainan, perto de Taiwan. A localização geográfica destas ZEEs não foi acidental. A proximidade de Hong Kong atraiu investimentos maiores dos chineses desta "Região Administrativa Especial" da China, antiga colônia britânica. Além de capital, o *know-how* tecnológico, de administração e de design, foram fundamentais para criar os parques industriais modernos e com a manufatura de produtos de qualidade. Em Mamen e Hainan, o dinamismo dos empresários de Taiwan, como esperado, acelerou a industrialização e exportações.

Os investimentos estrangeiros, na sua maior parte, procuraram se concentrar nessas ZEEs que ofereciam benefícios especiais. Além de serem pólos de atração de capital e de tecnologia, os empresários de Hong Kong e de Taiwan contribuíram maciçamente com sua comprovada experiência de comércio internacional, exportando produtos "Made in China" que hoje invadem as prateleiras do mundo. As ZEEs também são instrumentos importantes para o governo testar as reformas econômicas que poderiam

ser eventualmente implementadas no país todo. O mais espetacular crescimento ocorreu na ZEE de Shenzhen. De um vilarejo de pescadores em 1981, passou a ser uma grande metrópole industrial e comercial, que atualmente é responsável por cerca de 14% de todas as exportações da China. As exportações desta única ZEE totalizaram quase $24 bilhões de dólares, ou seja, quase a metade do valor exportado pelo Brasil inteiro em 1998.

Tamanha é a importância dada ao comércio exterior que a China tem um Ministério de Comércio Exterior. Cada Estado tem o seu secretário de comércio exterior, e cada município também tem um secretário municipal de comércio exterior. Além deste ministério, existe também o importante Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional (CCPIT), sediado em Pequim e com subseções em todas as cidades chinesas. A responsabilidade principal desses órgãos é de fomentar, incentivar e educar as indústrias para exportarem e para facilitar o comércio exterior por parte das empresas chinesas.

O desenvolvimento econômico que a China conseguiu conquistar com o seu projeto de prosperidade para a nação de fato promoveu a melhoria da vida do povo. Dados de 1997, em comparação com 1978, apontam que a qualidade de vida do povo chinês elevou-se visivelmente. A renda *per capita* da população urbana aumentou mais de 1000%, com um índice médio anual de aumento de 15,5%. A renda *per capita* da população rural aumentou acima de 900%, com um índice médio anual de aumento de 14,8%. O capital financeiro dos residentes urbanos e rurais do país também aumentou rapidamente. Nos últimos 16 anos, o depósito bancário desses residentes aumentou 102 vezes, com um índice médio anual de 33,5%. Até os fins de 1996, o depósito bancário dos residentes urbanos e rurais da China foi de 2 trilhões, 151 bilhões e 900 milhões de yuans.

Os frutos dessa prosperidade permitiram aos cidadãos chineses maior acesso à educação superior e educação profissional. Também puderam reduzir a jornada de trabalho, que a partir de 1º de maio de 1995 passou para seis dias por semana, o sistema de trabalho quase universal de 40 horas por semana, dando assim, maior tempo de lazer para o povo gozar os frutos de suas conquistas. Com a reforma de sistema de trabalho e emprego, os cidadãos, ao invés de serem designados a preencherem empregos em profissões designadas pelo governo, passaram também a ter maior liberdade na escolha das suas profissões.

Sem dúvida, a prioridade com que a China se dedicou às exportações teve frutos além do esperado, e a colocou de novo como uma potência

econômica mundial, a segunda economia do mundo, superando já o Japão e a Alemanha em seus níveis de reserva e de produção industrial. O Fundo Monetário Internacional já há anos publicou uma previsão que o PIB da Grande China, incluindo Hong Kong e Taiwan, ultrapassará o PIB dos Estados Unidos da América após o ano de 2093, usando a metodologia de cálculo que considera a "paridade de poder aquisitivo" para os seus cálculos. Assim, considerando as disparidades de preços e de poder aquisitivo, o PIB atual da China saltaria dos seus mais de um trilhão de dólares para quase 4,5 trilhões de dólares. De acordo com estimativas mais recentes, a economia chinesa excederá a dos Estados Unidos da América em termos de poder aquisitivo já no ano de 2006. Em relatório recente do Banco Mundial, a previsão é de que a economia chinesa deverá continuar a crescer numa taxa de 5 a 7% ao ano ao longo dos próximos 25 anos.

Embora fenomenal, o desenvolvimento econômico da China não é somente um "mar de rosas". A China enfrenta problemas sérios com as perdas geradas pelas suas empresas estatais. A desigualdade na distribuição de riquezas nesse país socialista está se acentuando cada vez mais. Geograficamente falando, o desenvolvimento foi muito mais acentuado nas zonas costeiras enquanto que o seu interior ainda não se beneficiou tanto com o *boom* econômico chinês. A migração maciça do campo à cidade, o desemprego, a produção agrícola, a falta de infra-estrutura e de energia, a elevação do índice de criminalidade, entre outros são problemas sérios que terão de ser resolvidos.

A experiência brasileira

Nós vimos que a China, para poder seguir o caminho para a sua prosperidade, teve que ter uma liderança política:

a) com visão para fazer um "projeto para a prosperidade da nação", que questionasse onde estamos, em que condição nós nos encontramos, aonde queremos chegar, e principalmente, como chegar lá;

b) que desse prioridade para um plano econômico que visasse o real ingresso de receitas em divisas através de exportações, e de investimentos;

c) com a determinação para fazer as mudanças profundas de mentalidade, de estrutura, e de cultura política necessárias para a

prosperidade da sua nação,

d) com o necessário carisma para incutir no povo essa visão de perseguir a riqueza para a sua nação;

e) com a habilidade para cortar os gastos públicos.

A experiência brasileira demonstrou que, desde que acabou a fase do "milagre econômico brasileiro", quando se utilizou da poupança externa para financiar o desenvolvimento interno em uma época de créditos fáceis, todos os sucessivos governos tiveram alguma preocupação em gerar divisas através de exportações. E foi aí que vieram as sucessivas (maxis, minis e médias) desvalorizações da moeda brasileira, como se a desvalorização da moeda, por si só, trouxesse a solução para o país. Os governos que sucederam os governantes militares também tiveram a sua preocupação em estabilizar a economia brasileira. E cada governo, sucessivamente, criou o seu próprio pacote, ou plano para a estabilização econômica como se a mera estabilização, sem as necessárias modificações estruturais, pudesse ser sinônimo de desenvolvimento econômico e por si só, criar a prosperidade da nação.

Nós vimos que os governos brasileiros sempre conseguiram fazer com que o povo acreditasse e desse apoio para os diversos planos econômicos que eram apresentados à nação como planos que iriam trazer a prosperidade econômica definitiva ao país. O povo brasileiro precisava acreditar em algo, e o seu desejo de conseguir um nível melhor de prosperidade permitiu que os sucessivos governos convencessem o povo a aceitar sacrifícios, em níveis sem precedência, na fé e esperança de dias melhores. Ainda faz parte da nossa história recente, quando a população do país, aceitou, com patriotismo e entusiasmo, ser fiscal do "plano cruzado" contra os vilões que poderiam sabotar esse plano.

Todos esses pacotes ou planos econômicos eram semelhantes no seu aspecto milagroso, uma vez que foram planos econômicos estabelecidos por decreto de uma varinha, ou melhor, de uma caneta mágica, e muitas vezes desafiavam a lei das teorias econômicas. Também não continham o ingrediente fundamental para o seu sucesso, ou seja, o de possuir uma fórmula para a obtenção de receitas em divisas através das exportações ou a de criar as condições necessárias para a atração de investimentos em divisas de quantias suficientes para impulsionar a economia. Uma outra semelhança é que todos esses planos se concentraram em restringir a liqüidez interna e taxar o setor produtivo formal para criar uma recessão no seu combate à inflação, uma vez que não tentaram conter os gastos

públicos e obter receitas. Na maioria dos casos, essas medidas levaram a criação de estagflação. Mas, a principal falha de todos estes planos, foi a de não dar prioridade às exportações como instrumento para gerar as divisas necessárias. As dificuldades em tentar cortar os gastos públicos estão sendo claramente demonstradas pelos esforços que vêm sendo travados pelo governo atual.

Assim sendo, ao invés de concentrar os esforços da nação para gerar divisas através de

a) modificações necessárias de infra-estrutura e instalação de instrumentos e mecanismos para concentrar os esforços da nação na exportação;

b) criação de parcerias com o setor empresarial, dando a esse a condição de ser competitivo com seus produtos "Made in Brazil" nos mercados internacionais;

c) aproveitamento da boa vontade que o povo sempre demonstrou no início de cada plano econômico que trazia uma nova esperança, para instituir uma cultura mercantilista de exportação;

d) eliminação dos fatores que geram o custo proibitivo do Brasil e de seus produtos em termos de tributos, encargos trabalhistas, taxa de juros, legislação trabalhista, custos portuários, etc;

e) instalação de "Zonas de Processamento de Exportações" não somente para impulsionar as exportações do país, como também para atrair investimentos;

f) criação de um ministério de exportação, não somente a nível federal, mas também em nível municipal para estar próximo às empresas que irão incentivar, ensinar e facilitar para exportar; e

g) reforma da arcaica, onerosa e rígida legislação trabalhista;

os diversos planos que foram realizados neste país sempre terminavam por fazer a administração aumentar, através de instrumentos monetários e fiscais, a pobreza, porque não realizaram as reformas que são imprescindíveis, e nem criaram os mecanismos necessários à exportação. A exemplo disto, o projeto brasileiro de implementar suas zonas de processamento de exportações, as famosas ZPEs, vem sendo discutido há mais de duas décadas, mas continua somente como projeto, uma vez que nenhuma foi ainda construída. Quando foram criadas as "cooperativas de produção" instaladas

no Nordeste brasileiro, para eliminar os encargos trabalhistas exagerados, a onerosa legislação trabalhista, e outros encargos fiscais, as camisetas de algodão ali produzidas, ficaram competitivas em preço com aquelas "Made in China".

Essa "administração monetária da pobreza", por fim, retirava totalmente as chances do país de conquistar divisas. Para cobrir as necessidades financeiras do governo, a taxação do setor produtivo formal aumentava cada vez mais, multiplicando também a variedade de tipos de impostos, criando assim, um vasto setor de economia informal. Neste cenário, as desvalorizações da moeda ficavam inevitáveis, punindo assim as empresas que tiveram de obter empréstimos de poupança externa. E isto era necessário, visto que havia escassez de poupança interna, e o prazo desses financiamentos era curtíssimo, e a sua taxa de juros, proibitiva. Nesse mesmo quadro que se repetia ao longo dessas décadas, as taxas de juros sempre tiveram que aumentar, em função do controle de liqüidez para conter a inflação e também para poder atrair o capital especulativo necessário para fechar as contas do balanço de pagamentos.

Diante dessa absoluta incapacidade de gerar divisas e desse quadro geral de dificuldades, com escassez de recursos, uma parcela expressiva da indústria nacional, não consegue sobreviver a esses desafios criados e impostos. Ela foi simplesmente sucateada e desapareceu. Além de não poder contar com um relacionamento de estreita parceria do seu governo em termos de condições estruturais, de colaboração institucional ou de recursos financeiros, a cada novo "plano" ou "pacote" as dificuldades criadas, resultavam em obstáculos intransponíveis à existência continuada dessa empresa brasileira. Assim, somente alguns, dos empresários conseguiram reconstruir o seu patrimônio empresarial repetidamente, das forças destrutivas que cada plano ou pacote fracassado impunham. E é nesse quadro de dificuldades que surpreendentemente, ainda existem aqueles heróis nacionais que insistem em produzir, ao invés de simplesmente liqüidar seus patrimônios industriais e viver de renda especulativa. Aliás, essa se tornou uma prática muito difundida, uma vez que sempre foi encorajada pelas condições criadas por esses tradicionais planos econômicos do nosso país.

O empresário brasileiro é muito capaz. Para poder sobreviver no clima econômico desse país, onde o setor produtivo é sempre taxado de novas formas, toda vez que o governo não consegue controlar seus gastos, que é cheio de incertezas e de mudanças constantes das regras do jogo, sem aviso prévio, ele tem que ser bom. O empresariado do Brasil tem que ser criativo, ágil, flexível ousado e esperto. Mas por melhor que seja não

consegue ser competitivo em nível internacional, com o “custo Brasil’.

Como é possível exportar em um país onde existem:

a) mais de cinqüenta tipos diferentes de impostos;

b) juros que ultrapassam 100% ao ano em termos reais;

c) encargos trabalhistas que chegam a ultrapassar 200%, onde o empregado nem sempre se beneficia;

d) uma legislação trabalhista arcaica, draconiana, rígida, e restritiva, que protege mais os direitos do que empregos e que muitas vezes ajuda a causar o desemprego;

e) o custo da nossa burocracia e corrupção, e

f) um dos portos com os serviços mais caros do mundo.

No seminário “Hong Kong Trade Development Council”, realizado em São Paulo, há alguns anos, o então senador Roberto Campos comentou para os participantes que o exportador brasileiro tinha que preencher 15 metros de documentos, conforme medidos por ele. É um fato bem conhecido que a atual legislação trabalhista muitas vezes permite que seja usado por reclamantes inescrupulosos como instrumento de enriquecimento ilícito, quando bem aconselhados. A recente privatização dos portos brasileiros tende a reduzir os custos desses serviços portuários.

Talvez o mais milagroso de todos esses planos econômicos foi o Plano Real, sustentado essencialmente por dois artifícios totalmente artificiais, como foram decretados, a de taxas de juros elevados, e a âncora cambial fictícia. Esses dois instrumentos econômicos são às vezes usados para apoiar planos de estabilização econômicos que possuam alguma consistência. A utilização desses dois instrumentos, por si só, como os únicos sustentáculos do plano, no nível de taxa de juros a que chegou, e tornar a nova moeda, o real, como moeda forte, de um dia para o outro, somente por um decreto, não é comum. O real como moeda forte, dificultou ainda mais as nossas exportações, já aquém do desejado, enquanto incentivou as importações. O plano atual se apoiava também em alugar capital especulativo, pagando taxas de juros extorsivas que teve como sua conseqüência o aumento do déficit do nosso balanço de pagamentos, e o endividamento externo em níveis jamais vistos. Além do mais, durante as crises na Rússia e na Ásia, nós vimos a volatilidade desse *hot money*, e a velocidade com que ele é capaz de fugir. A conseqüência interna dessas taxas de juros foi a falência das empresas

do país em números sem precedentes que também elevou as taxas de desemprego a níveis assustadores. O déficit interno saltou dos 36 bilhões de dólares no final do governo Collor de Mello, aos atuais níveis que beiram cerca de 400 bilhões de dólares, ultrapassando já 50% do PIB nacional.

Ultimamente, a palavra globalização virou moda, mas o verdadeiro sentido da globalização não se limita somente a vender estatais para grupos internacionais, visando quase somente essa fonte de ingresso de divisas.Na verdade, essa receita é insignificante em vista do déficit que vem sendo gerado. Globalização também não é sinônimo de importação de produtos baratos para atenuar as forças da inflação. O verdadeiro sentido de globalização é de dar meios para que o setor empresarial brasileiro possa ter condições de competir nos mercados internacionais para conquistar divisas para o país. E se tivéssemos adotado um plano de visão mercantilista, talvez não precisaríamos estar perguntando como vamos pagar esta conta, e nem teríamos que ter tido tantos pacotes e planos milagrosos que sempre foram fadados aos insucessos porque nenhum deles previam mecanismos para ganhos reais de divisas. Todos esses planos só tiveram o efeito de atrasar em mais de duas décadas o nosso crescimento econômico que se traduz também na miséria.

Se o Brasil tivesse gerado divisas por exportações, sem dúvida não teria de alugar capital especulativo, e pagar os juros extorsivos para fazer de conta que possui as reservas em divisas, que na verdade não tem. O custo social desses juros altos também tem sido uma carga pesada para o povo desse país. A corrida para o FMI para tomar os empréstimos necessários para pagar a conta já era esperado. E, recentemente, a esperança da nação tem sido resumida em conseguir liberar os desembolsos dos empréstimos do FMI. Esses empréstimos internacionais de bancos privados e de órgãos internacionais, além de aumentar o já elevado endividamento externo do país, também não irão resolver os problemas da economia brasileira, apenas adiá-los. Se não fizermos as reestruturações na economia, como vamos poder pagá-los, uma vez que a amortização dessas dívidas também necessita de ganhos em divisas?

A criação de um “tigre brasileiro”?

É inquestionável que a visão mercantilista foi fundamental para o sucesso do desenvolvimento econômico da Ásia, e em particular, o da China. Inquestionável também é o fato de que o ganho de divisas através das exportações é um fator histórico da riqueza das nações. Esse caminho mercantilista foi trilhado por quase todos os países que conseguiram atingir

um nível de prosperidade econômica ao longo da história da civilização humana.

O Brasil tem todas as condições naturais, muito melhores do que a China ou o Japão, para ser uma grande nação exportadora. E é só querer! Essa grande nação foi dotada de extensão territorial, de terras férteis, de recursos naturais e minerais em abundância, um povo cheio de esperanças por um trabalho digno, com disposição para apoiar um plano econômico e de se sacrificar por dias melhores. O Brasil também tem a sorte de ser um país livre de catástrofes naturais. E, ao contrário da China, tem a vantagem de ter uma população grande mas não tão numerosa, que somente o sustento do povo iria consumir recursos em proporções gigantescas. Esse povo quer acreditar em algo e deseja ter outros ideais.

Algumas das medidas que atualmente estão sendo tomadas, como a tentativa de cortar os gastos públicos; a reforma da justiça trabalhista, as privatizações, a promoção do comércio exterior com a criação da Apex e linhas de financiamento à exportação, entre outras, apontam para o caminho certo, mas são tímidas e insuficientes. Não podemos, nesse novo milênio que desponta, atravessar uma terceira década de oportunidades perdidas. O que faremos agora quando não temos mais muitas estatais para vender, e os recursos obtidos pelas suas vendas já foram consumidos pelo déficit da ordem de grandeza que foi criada?

Após duas décadas de experiências econômicas fracassadas, que tanto contribuíram para criar a existente pobreza e injustiça social, é necessário ousar trilhar um novo caminho para a riqueza da nação. Um caminho conservador, já trilhado por tantos povos que conseguiram chegar a sua prosperidade, ao invés de novas aventuras ou planos e pacotes mágicos. Devemos reconhecer que sem um mecanismo de fazer ingressar divisas, nenhum plano, por mais milagroso que possa parecer, pode ter sucesso. Reconhecendo esta verdade, a proposta deste tratado é de criar uma “máquina de exportações brasileira.” O ingresso de investimentos estrangeiros é geralmente uma conseqüência natural, quando há percepção por parte da comunidade internacional

de negócios, de que nós conseguimos acertar o nosso caminho.

Anexo

Os indicadores econômicos do Brasil e da China

Quadro 1. Brasil: Dívida externa e composição dos recursos (US$ milhões)

	1976	1986	1996	1997
Dívida total	33.340	109.026	179.049	193.598
Serviço da dívida	4.278	11.616	25.091	30.000
Créditos privados	5.215	-444	14.514	17.238
Investimento direto	1.555	320	9.889	--
Portifólio	0	0	3.981	--

Fonte: BIRD, 1988

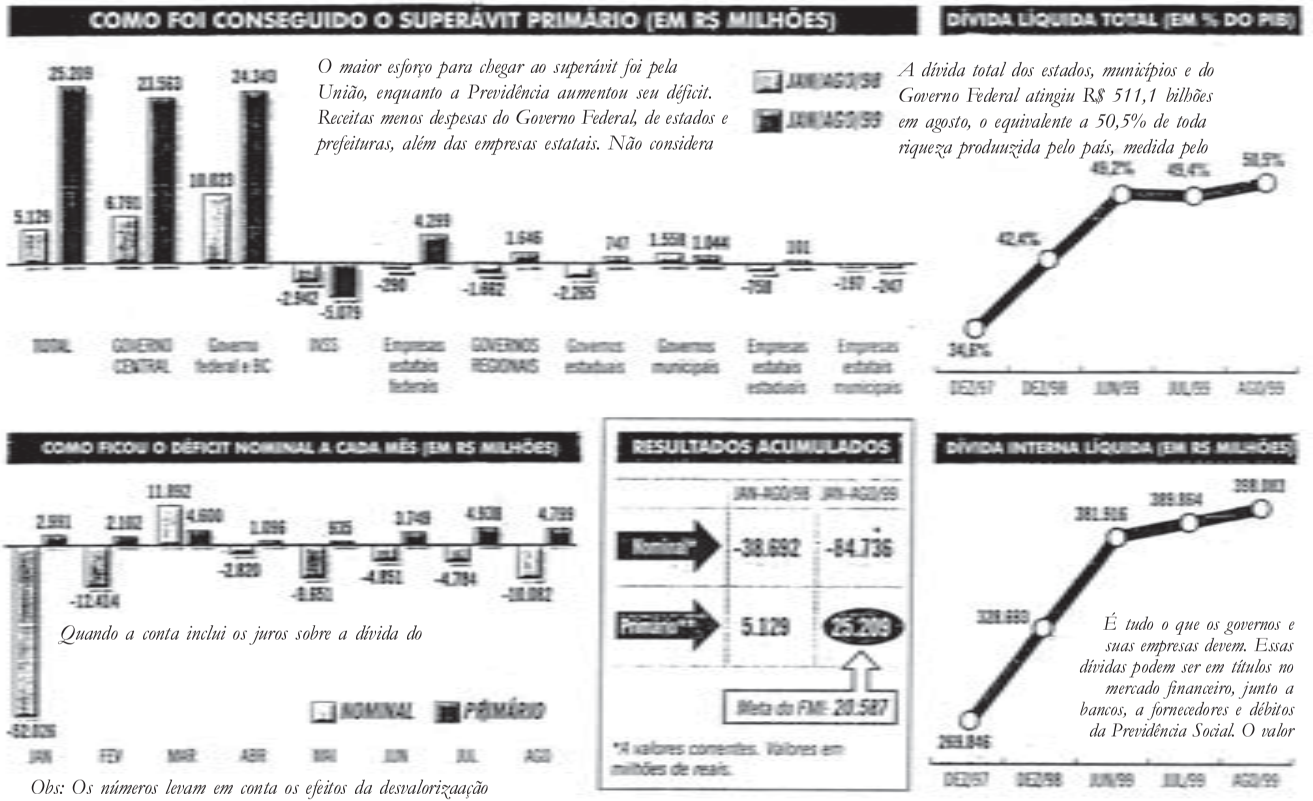
Quadro 2. Evolução do PIB do Brasil, 1962 - 1997

Anos	Preços correntes em R$	Em milhões de R$ de 1997	Índice do produto real		Em milhões de US$		PIB *per capita* em R$			PIB per capita em US$		População mil. hab.
			Base 1997	Var. anual %	Preços correntes	Preços de 1997	Preços correntes	Preços de 1997	Var. anual %	Preços correntes	Preços de 1997	
1962					19.968	101.249				270,48	1.371,58	
1963					24.014	120.076				316,17	1.580,89	
1964					21.664	106.478				277,23	1.362,53	
1965					22.765	108.914				283,14	1.354,60	
1966					28.540	132.152				345,00	1.597,50	
1967					31.262	140.248				367,31	1.647,81	
1968					34.135	146.298				389,81	1.670,66	
1969					37.392	152.538				415,02	1.693,05	
1970	0,071	261.514,34	30,2	10,40	42.576	164.815	0,00	2.807,79	6,8	457,12	1.769,56	93.139
1971	0,09	291.170,06	33,6	11,34	49.162	180.601	0,00	3.050,50	8,6	515,05	1.892,05	95.450
1972	0,13	325.935,77	37,6	11,94	58.752	205.856	0,00	3.332,06	9,2	600,63	2.104,48	97.818
1973	0,19	371.468,99	42,9	13,97	84.086	277.091	0,00	3.705,65	11,2	838,82	2.764,17	100.244
1974	0,27	401.743,72	46,3	8,15	110.391	333.967	0,00	3.910,64	5,5	1.074,56	3.250,89	102.731
1975	0,38	422.513,87	48,7	5,17	129.891	359.021	0,00	4.013,24	2,6	1.233,77	3.410,15	105.280
1976	0,59	465.863,79	53,7	10,26	153.959	400.196	0,00	4.317,91	7,6	1.426,96	3.709,98	107.891
1977	0,91	488.830,87	56,4	4,93	177.247	431.157	0,00	4.421,09	2,4	1.603,06	3.899,47	110.568
1978	1,32	513.125,77	59,2	4,97	201.204	453.434	0,00	4.528,47	2,4	1.775,68	4.001,68	113.311
1979	2,17	547.813,07	63,2	6,76	223.477	463.048	0,00	4.717,56	4,2	1.924,50	3.987,60	116.122
1980	4,55	598.376,22	69,0	9,23	237.702	450.532	0,00	5.046,91	7,0	2.005,45	3.799,94	118.563
1981	8,73	572.945,23	66,1	-4,25	258.553	445.372	0,00	4.726,76	-6,3	2.133,05	3.674,29	121.213
1982	17,70	577.700,67	66,6	0,83	271.252	439.884	0,00	4.663,20	-1,3	2.189,54	3.550,74	123.885
1983	39,78	560.774,04	64,7	-2,93	189.459	295.272	0,00	4.430,44	-5,0	1.496,84	2.332,82	126.573
1984	126,50	591.055,84	68,2	5,40	189.744	283.151	0,00	4.572,15	3,2	1.467,78	2.190,34	129.273
1985	475,53	637.447,81	73,5	7,85	211.092	303.984	0,00	4.829,96	5,6	1.599,45	2.303,29	131.978
1986	1.273,68	685.192,65	79,0	7,49	257.812	361.502	0,00	5.088,58	5,4	1.914,64	2.684,69	134.663
1987	4.037,81	709.379,95	81,8	3,53	282.357	384.015	0,00	5.167,85	1,6	2.056,98	2.797,55	137.268
1988	29.375,63	708.954,33	81,8	-0,06	305.707	400.288	0,00	5.070,51	-1,9	2.186,45	2.862,90	139.819
1989	425.595,31	731.357,28	84,4	3,16	415.915	520.645	0,00	5.139,29	1,4	2.922,67	3.658,60	142.307
1990	11.548.794,55	699.543,24	80,7	-4,35	469.318	563.273	0,08	4.854,87	-5,5	3.257,09	3.909,15	144.091
1991	60.285.99,27	706.748,54	81,5	1,03	405.679	468.168	0,41	4.827,25	-0,6	2.770,88	3.197,69	146.408
1992	640.958.767,64	702.932,09	81,1	-0,54	387.295	435.201	4,31	4.727,69	-2,1	2.604,82	2.927,02	148.684
1993	14.097.114.181,82	737.516,35	85,1	4,92	425.685	470.685	93,40	4.886,38	3,4	2.846,86	3.117,94	150.933
1994	349.204.679.000,00	780.661,06	90,1	5,85	543.087	581.426	2.280,25	4,3	3.546,27	4,3	3.796,62	153.343
1995	646.191.517.000,00	813.604,96	93,9	4,22	705.449	736.830	4.160,42	5.238,28	2,8	4.541,94	4.743,98	155.319
1996	778.820.353.000,00	836.060,45	96,5	2,76	775.409	793.243	4.945,46	5.308,93	1,3	4.923,79	5.037,04	157.482
1997	866.827.479.000,00	866.827,48	100,0	3,68	804.182	804.182	5.430,03	5.430,03	2,3	5.037,60	5.037,60	159.636
1998*				0,2	775.000					4.790,00		161.800
1999*				0,3	560.000					3.417,00		163.900
2000*				4,0	625.000					3.767,00		166.000

Fonte: Banco Central do Brasil

* Projeções (a queda em dólares é explicada pela desvalorização do real)

Quadro 3. A dívida interna líquida brasileira como porcentagem do PIB.



Obs: Os números levam em conta os efeitos da desvalorizaação

Quadro 4 - A evolução do comércio exterior da China, 1950 a 1998

Ano	Exp. + Imp.	Variação	Exportação	Variação	Importação	Variação
1950	1,1	-	0,5	-	-5	-
1951	1,9	72,21	0,7	37,1	1,1	105,5
1952	1,9	-0,7	0,8	8,7	1,1	-6,7
1953	2,3	22,0	1,0	24,2	1,3	20,4
1954	2,4	2,7	1,1	12,1	1,2	-4,4
1955	3,1	29,3	1,4	23,2	1,7	34,7
1956	3,2	2,0	1,6	16,5	1,5	-9,8
1957	3,1	-3,3	1,5	-2,9	1,5	-3,6
1958	3,8	24,8	1,9	24,0	1,8	25,5
1959	4,3	13,2	2,2	14,1	2,1	12,2
1960	3,8	-13,1	1,8	-17,9	1,9	-7,9
1961	2,9	-22,9	1,4	-19,7	1,4	-26
1962	2,6	-9,3	1,4	-0,1	1,1	18,8
1963	2,9	9,5	1,6	10,7	1,2	7,9
1964	3,4	18,8	1,9	16,2	1,5	22,2
1965	4,2	22,6	2,2	16,3	2,0	30,4
1966	4,6	8,7	2,3	6,2	2,2	11,5
1967	4,1	-9,9	2,1	-9,8	2,0	-10,1
1968	4,0	-2,6	2,1	-1,5	1,9	-3,7
1969	4,0	-0,5	2,2	4,8	1,8	-6,2
1970	4,5	13,8	2,2	2,5	2,3	27,5
1971	4,8	5,6	2,6	16,6	2,2	-5,2
1972	6,3	30,2	3,4	30,6	2,8	29,6
1973	10,9	74,2	5,8	69,0	5,1	80,4
1974	14,5	32,7	6,9	19,4	7,6	47,7
1975	14,7	1,3	7,2	4,5	7,4	-1,7
1976	13,4	-8,9	6,8	-5,6	6,5	-12,1
1977	14,8	10,2	7,5	10,7	7,2	9,7
1978	20,6	39,4	9,7	28,4	10,8	51,0
1979	29,3	42,1	13,6	40,2	15,6	43,9
1980	37,8	28,9	18,2	33,8	19,5	24,7
1981	44,0	16,4	22,0	20,14	22,0	12,6
1982	41,6	-5,5	22,3	-194	19,2	-12,4
1983	43,6	4,8	22,2	-0,4	21,3	10,9
1984	53,5	22,8	26,1	17,6	27,4	28,1
1985	69,6	30,0	27,3	4,6	42,2	54,1
1986	73,8	6,1	30,9	13,1	42,9	1,5
1987	82,6	11,9	39,4	27,5	43,2	0,7
1988	102,7	24,4	47,5	20,5	55,2	27,0
1989	11,6	8,7	52,5	10,6	59,1	7,0
1990	115,4	3,4	62,0	18,2	53,3	-9,8
1991	135,7	17,6	71,9	15,8	63,7	19,6
1992	165,5	22,0	84,9	18,1	80,5	26,3
1993	195,7	18,2	91,7	8,0	103,9	29,0
1994	236,6	20,9	121,0	31,9	115,6	11,2
1995	280,8	18,7	148,7	22,9	132,0	14,2
1996	289,9	3,2	151,0	1,5	138,8	5,1
1997	325,0	12,1	192,6	20,9	142,3	2,5
1998	323,9	-0,4	183,7	0,5	140,1	-1,5

Fontes: Estatísticas do Ministério das Relações Econômicas e Comércio Exterior (MOFERT) e da Alfândega da China.

Quadro 5 e 6 - Balanço de pagamentos e a estrutura do comércio exterior da China
China: Balanço de pagamentos (US$ milhões)

	1977	1987	1997	1998
Exportações	8.850	39.120	207.251	207.140
Importações	8.148	38.880	166.754	163.266
Saldo	402	240	40.497	43.874
Renda líquida	82	-215	-15.923	-19.842
Balança de transações correntes	414	249	29.718	26.760
Financiamento líquido	-320	4.783	-35.847	-3.533
Reservas	-94	-4.783	-35.847	-3.533
Movimento Reservas (incluindo ouro)	--	22.500	147.000	--

China: Estrutura do comércio exterior (em US$ bilhões)

	1995	1996	1997
Exportações (fob)	148,8	151,1	182,7
Bens primários	21,5	21,9	23,9
Bens industriais	127,3	129,1	182,7
Produtos químicos	9,1	8,9	10,2
Indústria leve*	32,2	28,5	34,4
Máquinas e material de transporte	31,4	35,3	43,7
Miscelânia	54,5	56,4	70,4
Importações (cif)	132,1	138,8	142,4
Bens primários	24,4	25,4	28,6
Bens industriais	107,7	113,4	113,7
Produtos químicos	17,3	18,1	19,3
Indústria leve*	28,8	31,4	32,2
Máquinas e material de transporte	52,6	54,8	52,7
Miscelânia	8,3	9,1	9,4
Balança comercial	16,7	12,3	4,3
Bens primários	-2,9	-3,5	-4,7
Bens industriais	19,6	15,7	45,1

Fonte: China's Customs Statistics
* Produtos têxteis, minerais e de ferro.

Relações de investimento entre Brasil e China em direção ao século XXI

*Jiang Shixue**

Introdução

Em agosto de 1961, o presidente brasileiro Jânio Quadros enviou seu vice-presidente, João Goulart, à República Popular da China como chefe de uma delegação comercial. Em agosto de 1974, o Brasil rompeu relações com Taiwan e estabeleceu relações diplomáticas plenas com a China. Desde então, as relações bilaterais econômicas e políticas entre os dois países vêm se desenvolvendo de modo regular e rápido.

A China é um dos países "prioritários" do ponto de vista do Brasil nas suas alianças estratégicas com outras nações. A página na internet da Embaixada do Brasil em Washington declara que "Nossas prioridades se estendem além da América do Sul e de nossos vizinhos africanos. Elas incluem nossas importantes relações com os países do G-7 e, especialmente, com os EUA – nosso principal parceiro comercial e financeiro em termos individuais – e a União Européia – nosso principal parceiro comercial, como um bloco, e nosso segundo investidor mais importante. Nossas prioridades incluem, cada vez mais, nossas relações com Ásia, nosso parceiro comercial em terceiro lugar. Nós temos uma relação especial com o Japão através de mais de um milhão de brasileiros de descendência japonesa e mais de 150.000 brasileiros residentes no Japão. Desenvolvemos, igualmente, relações vantajosas com outros países emergentes da Ásia. Do mesmo modo, conferimos prioridade a alianças estratégicas com os chamados "gigantes" – China, Índia e Rússia – com quem temos muitas afinidades e com quem temos cooperado, com sucesso, para resolver problemas comuns".[1]

Quando no Brasil, para uma visita oficial, em 1993, o Presidente chinês Jiang Zeming propôs um plano de quatro pontos para o desenvolvimento futuro das relações amistosas entre Brasil e China :

* Professor e Vice-Diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos - Academia Chinesa de Ciências Sociais. e-mail: jiangsx@isc.ch

[1] http://www.brasilemb.org/econ/bz_place/msul58.html

- Promover continuamente as relações econômicas e comerciais entre as duas nações a fim de promover a prosperidade mútua e estabelecer um bom exemplo para a cooperação Sul-Sul.

- Fortalecer contatos não-oficiais através do intercâmbio cultural, educacional, acadêmico e esportivo.

- Fortalecer discussões, a coordenação e o apoio mútuo nas organizações a fim de proteger os direitos dos países em desenvolvimento e estabelecer uma ordem política internacional pacífica, estável, justa e razoável.

- Manter o contato e diálogo direto entre funcionários do alto escalão dos dois países, fazer grande uso do mecanismo existente de consultas políticas, ampliar intercâmbios amistosos entre os dois lados, em todos os níveis e em todas áreas, aumentar o entendimento e a confiança mútua, e trabalhar, em conjunto, para desenvolver uma amizade de longo prazo que seja estável e mutuamente benéfica.

O plano acima de quatro pontos realça, claramente, a importância de se desenvolver, entre as duas grandes nações nos dois lados do Pacífico, tanto as relações econômicas como as políticas. Para consolidar contatos políticos, contudo, as relações econômicas são as mais significativas; e, para estimular relações econômicas bilaterais, a promoção do investimento é tão importante quanto a expansão do comércio entre as duas nações.

Este texto pretende fornecer aos brasileiros uma avaliação, na perspectiva chinesa, das relações bilaterais de investimento. Ao falar de relações bilaterais de investimento, o autor gostaria de limitar o escopo das relações ao investimento direto, uma vez que o investimento indireto, ou investimento de carteira, entre Brasil e China é, e muito provavelmente será, muito marginal no quadro geral das relações econômicas, embora os investidores estrangeiros possam atuar no mercado brasileiro de ações (Bolsa de Valores) desde 1991.[2] A seção II desse texto ressaltará a necessidade do desenvolvimento das relações econômicas bilaterais entre Brasil e China ao analisar o novo panorama da economia global com a qual se deparam Brasil e China. A seção III analisará o ambiente de investimento dos dois países. A seção IV examinará as oportunidades de investimento assim como os obstáculos a serem superados no futuro. A

[2] A carteira de investimento externo no Brasil cresceu, significativamente, de US$ 760 milhões, em 19991, para US$ 22.6 bilhões em 1995. Devido, contudo, ao controle de operações cambiais e outras razões, a China não teria um volume significativo de carteira de investimento no Brasil.

fim de fornecer aos investidores brasileiros mais informações, a maioria das páginas desse texto é dedicada à China.[3]

Brasil e China na era da globalização

A economia global é, na atualidade, certamente diferente do que era no início dos anos setenta quando Brasil e China estabeleceram relações diplomáticas. A diferença principal reside no desenvolvimento tecnológico mais rápido e na tendência à globalização da economia. Tecnologia e globalização se reforçam mutuamente. Por um lado, a tecnologia evolui em uma velocidade sem precedentes na história. Como Theodore Levitt[4], professor de Harvard, a quem é creditado o uso do termo "globalização" pela primeira vez, disse, no seu artigo publicado em 1983, "Uma força poderosa conduz o mundo em direção a uma comunidade convergente, e essa força é a tecnologia." Por outro lado, a tendência à globalização, estimulada pelo rápido desenvolvimento tecnológico e outros fatores, avança rapidamente, tragando todas as nações do mundo, incluindo o Brasil e a China.

Observadores distintos usam o termo globalização para descrever diferentes fenômenos. De modo geral, contudo, globalização significa a integração crescente de mercados internacionais por fluxos mundiais e rápida expansão de bens, serviços, capital, informação e, algumas vezes, populações. A maioria dos especialistas chineses estaria de acordo com esse ponto de vista, argumentando que a globalização significa uma integração da economia mundial, na qual há um fluxo crescente de bens e recursos, através das fronteiras nacionais.

No presente cenário econômico global, como a UNCTAD notou em 1997, elos entre mercados e entre produção e atividades financeiras que ultrapassam fronteiras são tão fortes que o desenvolvimento econômico em qualquer um dos países é influenciado, em um grau significativo, por políticas e desenvolvimento fora de suas fronteiras.[5] Em outras palavras,

---

[3] Todos os pontos de vista expressos nesse texto constituem julgamento pessoal do autor e devem, portanto, ser de responsabilidade total daquele.

[4] Chakravarthi Raghavan declarou, no seu artigo intitulado "What is globalization", publicado na revista malaia *Third World Resurgence* (outubro de 1996), "De acordo com uma publicação recente da OECD, o termo [globalização] foi usado, pela primeira vez, em 1985, por Theodore Levitt — The Globalization of Markets-, (in Kantrow, A. M., *Sunrise Sunset: Challenging the Myth of Industrial Obsolescence*, New York: John Wiley & Sons; 1985, pp. 53-68)."

[5] UNCTAD: *Trade and Development Report, 1997*, p.70.

interdependência e cooperação tornaram-se o mais importante. Mas isso não significa que a escolha da política nacional, entre outros, não importa para o desempenho econômico nacional.

Durante as duas últimas décadas, o comércio mundial redefiniu a economia mundial. De 1973 a 1994, o volume das exportações mundiais cresceu a uma taxa anual de 4,5%[6]. Também ocorreram mudanças qualitativas significativas no padrão de comércio que fortaleceram a integração da economia mundial. Essas incluem o aumento das exportações de produtos manufaturados dos países em desenvolvimento para as nações industrializadas e o crescimento do comércio entre empresas que contribuem para uma melhor locação geográfica das atividades produtivas.

O comércio não é a única força motriz por detrás da globalização. Na realidade, o investimento externo direto é, talvez, o fator individual mais importante que contribui para o rápido movimento da globalização, uma vez que, em nenhum lugar, o processo de globalização é mais aparente do que nos mercados financeiros. O comércio pode estar em alta, e movimentos migratórios podem estar em ascensão, mas essas tendências tornam-se fracas quando comparadas ao crescimento das transações financeiras internacionais[7]. De acordo com uma estimativa, transações internacionais de ações e obrigações subiram, na maioria dos países avançados, de menos de 10% do PIB, em 1980, para mais de 100% em 1995. Em relação ao PIB, os fluxos totais de investimento externo direto dobraram entre 1980 e 1994.[8]

Reconhece-se, cada vez mais, que o impacto da globalização sobre os países em desenvolvimento se reflete nos seguintes aspectos:

1) Aprofunda a interdependência e a integração econômica entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, um resultado que também tende a melhorar a inserção daquelas últimas na arena econômica mundial.

2) Facilita o ingresso de capital e tecnologia nos países em desenvolvimento e também provê a estes últimos uma oportunidade para

---

[6] Barry Eichengree; *The Tyranny of the Financial Markets*, Current History, novembro de 1997, p. 377

[7] UNCTAD: *Trade and Development Report, 1997*, p.70.

[8] Blanca Heredia: *Prosper or Perish? Development in the Age of Global Capital*, Current History, novembro de 1997, p. 384.

expandir sua participação no mercado além-mar. Desnecessário é dizer que esse benefício também acarreta uma maior competição entre eles.

3) Tende a aumentar o fosso do próprio mundo em desenvolvimento.

4) Aumenta os riscos financeiros para as nações em desenvolvimento que estão procurando se integrar à economia mundial abrindo sua conta de capital. Em outras palavras, globalização equivale a uma faca de dois gumes para o Terceiro Mundo.

Os países desenvolvidos e em desenvolvimento possuem, inquestionavelmente, diferentes atitudes com relação à globalização. As nações desenvolvidas gostariam de manter as portas abertas das nações em desenvolvimento ao passo que essas últimas querem aproveitar as oportunidades da globalização sem o sacrifício de seus interesses nacionais. Desse modo, para colher maiores benefícios da globalização, os países em desenvolvimento deveriam cooperar mais intimamente em um mundo globalizado. China e Brasil, como o maior país na Ásia e o maior na América Latina, respectivamente, deveriam se esforçar para estabelecer, na era da globalização e revolução tecnológica, um exemplo bem sucedido de cooperação Sul-Sul para o Terceiro Mundo como um todo.

Comparando-se o ambiente de investimento no Brasil e China

Tipos de ambiente de investimento

De todos os fatores que afetam as decisões de investimento, o ambiente de investimento do país anfitrião é um fator muito importante. O ambiente de investimento de qualquer país pode ser composto de três partes:

1) O aspecto natural. Envolve fatores como recursos naturais, recursos humanos, tamanho e posições geográficas, clima etc. Esses fatores são determinados pela natureza e história e não são facilmente transformados. Assim, esse tipo de ambiente de investimento pode ser chamado de “ambiente rígido”.

2) O aspecto social e político. Seus componentes incluem a estabilidade política, sistema legal, sistema social, tradições culturais, hábitos e costumes, etc. Todos esses componentes, com exceção

das tradições culturais e hábitos e costumes, podem ser mudados ou transformados até um certo ponto. Podem ser considerados, portanto, um "ambiente flexível". Tradições culturais e hábitos e costumes são transformáveis, mas não facilmente. Assim, essas variáveis podem ser vistas como "ambiente flexível-rígido".

3) O aspecto econômico. Envolve os estágios de desenvolvimento econômico, tamanho do mercado, infra-estruturas, níveis de renda, sistema financeiro, leis e códigos de investimento externo, taxa de retorno, etc. Apesar dos estágios de desenvolvimento econômico e tamanho de mercado poderem ser mudados, ainda são relacionados à evolução de longo prazo das forças produtivas do país. Desse modo, é melhor inseri-los na categoria de "ambiente flexível - rígido". Outros fatores, como infra-estrutura, sistema financeiro, leis e códigos de investimento externo, que podem ser transformados, são vistos como "ambiente flexível". Como mostra a tabela 1, os três fatores acima podem ser reorganizados em três grupos:

Tabela 1. Tipos de Ambiente de Investimento

Ambiente rígido de investimento Recursos naturais e humanos, tamanho e posições geográficas, clima etc;
Ambiente flexível de Investimento Estabilidade política, sistema legal, sistema social, previsão de infra-estrutura física, níveis de renda, sistema financeiro, incentivos de investimento estipulados nas leis e códigos de investimento externo, custos de trabalho etc;
Ambiente flexível-rígido de investimento Tradições culturais, hábitos de costume, estágios de desenvolvimento econômico e tamanho de mercado etc.

Ambiente de investimento no Brasil

O Brasil, como um gigante que cobre mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e com um população de 162 milhões de habitantes, é dotado de amplos recursos naturais tais como bauxita, ouro, minério de ferro, manganês, níquel, fosfato, platina, estanho, urânio, petróleo, energia hidráulica

e madeira. Possui vantagens comparativas em vários produtos agrícolas (café, soja, açúcar, laranja, tabaco e cacau), produtos agropecuários (carne, aves domésticas e calçados de couro), produtos madeireiros (polpa, papel, madeira compensada) e produtos minerais e metais (ferro, aço e alumínio).

Após o período do milagre econômico (1967-74), o Brasil ingressou numa fase de "estagflação" concomitante com uma liberalização política. A transição para um presidente civil ocorreu em 1985. De 1985 a 1997, o Brasil experimentou quatro modelos políticos distintos: uma volta à tradição pré-1964 de barganha política, clientelismo (veja Glossário) e nacionalismo econômico durante a gestão de José Sarney (presidente, 1985-90); o liberalismo neo-social com modernização econômica durante Fernando Collor de Mello (presidente, 1990-92); um estilo pessoal errático de nacionalismo social com Itamar Franco (presidente, 1992-94) e uma coalizão neoliberal e uma social-democracia de estilo consensual durante a gestão de Fernando H. Cardoso (presidente, 1995-).[9]

O sistema político do Brasil é altamente fragmentado, com mais de doze partidos políticos no Congresso. A relação entre o governo e o congresso não é, igualmente, sempre boa. Pode-se assegurar, todavia, que a estabilidade política no Brasil será sustentada mesmo a longo prazo. Isso ocorrerá simplesmente porque: 1) a administração Fernando Henrique Cardoso possui as habilidades para manter a ordem política; 2) todas as forças políticas no Brasil lutam por um Brasil estável; e 3) democracia é a norma do dia na América Latina e em outras partes do mundo.

Ao possuir um setor agrícola, de mineração, de manufatura e de serviço amplos e bem desenvolvidos, a economia do Brasil excede aquela de todos os outros países da América do Sul e está expandindo sua presença nos mercados globais. Quando, porém, o tumulto financeiro eclodiu no Brasil, no início de 1999, depois de uma desvalorização da moeda, as pessoas em todo o mundo preocuparam-se com as perspectivas da oitava maior economia mundial. Graças a várias medidas efetivas, o Brasil, sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, superou com sucesso a turbulência econômica.

Um relatório recente lançado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) afirma que a taxa média de crescimento anual da economia brasileira nos anos noventa é somente de 1,7%, comparada com a taxa anual de 2,9% dos anos oitenta. De acordo, no entanto, com uma

[9] http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/brtoc.html

previsão feita pelo *Economist Intelligence Unit*, o crescimento econômico deveria ser recuperado em 2000 com um resultado aumentando em 3,8% na esteira da recuperação no setor industrial e de serviços.[10] Igualmente importante é o fato de que, depois da desvalorização do real, o Brasil foi capaz de abaixar suas taxas porque não mais precisava defender sua moeda.

Investidores são geralmente temerosos quanto à inflação alta, que pode causar incerteza na previsão da taxa de retorno. O Brasil já foi famoso por sua taxa de hiperinflação. Em seguimento à introdução do Plano Real, porém, a taxa de inflação declinou de 50% por mês, em junho de 1994, para cerca de 2% por mês, no quarto trimestre em 1994.[11] O desequilíbrio fiscal permanece, todavia, o aspecto mais fraco no Plano Real.

Comparadas com as da China, as infra-estruturas do Brasil não deveriam ser consideradas ruins. É preciso ser salientado, no entanto, que anos de negligência governamental resultaram em um amplo fosso entre o fornecimento e a demanda nos setores de transporte e comunicação, com serviços de alto custo e de qualidade baixa afetando a competitividade internacional do Brasil. Felizmente, esses problemas devem melhorar durante os próximos poucos anos porque o governo realizou vultuosos programas de privatização nesses setores.

As leis e regulamentos que supervisionam o investimento externo são os elementos mais importantes no contexto do "ambiente flexível". Parece que as leis e códigos de investimento externo no Brasil são completamente liberais. O investimento externo, regulado pela Lei de Capital Externo de 1962 e emendas subseqüentes, pode ingressar na maioria dos setores do país quase isento de taxas e recebe tratamento idêntico àquele aplicado ao investimento local. Em agosto de 1995, a administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi capaz de assegurar a aprovação, no Congresso, de emendas-chaves à Constituição de 1988 que eliminaram distinções legais entre empresas de capital externo majoritário e de capital nacional majoritário operando no Brasil. Outras emendas constitucionais, que passaram em 1995, pretendem abrir formalmente setores fechados, como petróleo, telecomunicações, mineração, geração de energia, e transporte interno para investidores externos. (Compreensivelmente, jornais e atividades de divulgação e a pesquisa e mineração de minerais nucleares são vedadas ao investimento externo). O governo anunciou planos para abrir, em certas

---

[10] The Economist Intelligence Unit: *Investing, Licensing & Trading in Brazil*, janeiro de 1999, p.8.

[11] The Economist Intelligence Unit: *Country Profile: Brazil*, 1998-99, pp. 12-13.

circunstâncias, o seguro saúde e bancos a estrangeiros. Limitações da participação estrangeira na privatização foram minoradas.

Não se exige de uma firma estrangeira qualquer governamental especial para organizar um negócio local, a menos que seja em uma indústria restrita como serviços financeiros. O ingresso do investimento deve ser registrado no Banco Central do Brasil dentro de trinta dias e o registro é necessário para a obtenção do direito de repatriação de capital e remessa de dividendos e emolumentos. Remessas para o exterior, no entanto, estão sujeitas a controles especiais.

Em geral, a maioria dos incentivos ao investimento é oferecida pelos governos estatais e municipais, embora existam alguns incentivos do governo federal para a exportação, a produção de bens de capital, o investimento em algumas áreas subdesenvolvidas ou zonas de processamento de exportação. Usualmente, os incentivos estatais e locais são ligados à decisão de investimento e não ao desempenho subseqüente.[12]

Os estrangeiros investindo no Brasil, que registraram seu investimento com o Banco Central, são capazes de remeter dividendos, capital e *royalties*, desde que os impostos aplicáveis tenham sido pagos e certas outras condições observadas. Essa transação de remessa pode ser realizada em qualquer banco, apresentando-se o certificado de registro e mostrando-se que todas os impostos aplicáveis foram pagos. A autoridade se reserva o direito de suspender as remessas de todos os tipos em épocas de sérias dificuldades de balança de pagamento, mas esse poder nunca foi usado.[13]

Ambiente de investimento na China

O ambiente de investimento na China é excelente. Em primeiro lugar, a estabilidade política do país tem sido mantida desde quando este implementou as políticas de reforma e realizou a abertura de seu mercado para o mundo externo, há mais de duas décadas. O recente incidente "Falungong" mostra, claramente, que o governo chinês possui a habilidade e capacidade para manter a ordem política e social sob controle nos dias vindouros.[14] Na realidade, da grande celebração do qüinquagésimo aniversário da nova China,

---

[12] Para um resumo conciso sobre o ambiente de investimento do Brasil, veja The Economist Intelligence Unit: *Investing, Licensing & Trading in Brazil*, janeiro de 1999; e também http://www.tradecompass.com/library/books/com_guide/BRAZIL07.html

[13] Veja http://www.inforesint.com/profile/brinvest.htm e The Economist Intelligence Unit: *Investing, Licensing & Trading in Brazil*, janeiro de 1999, p. 20.

[14] "Falungong" é o nome de um culto ilegal que causou muitas mortes entre seus seguidores.

pode-se extrair que há, nesse país, um entendimento profundo de que a estabilidade política e social é o mais importante.

Em segundo lugar, a China, com a maior população mundial em tamanho, é certamente um mercado gigantesco. É ingênuo pensar que se uma pessoa ingere um copo do café brasileiro por dia, a quantidade total final ingerida será de 1,2 bilhões de copos por dia. O tamanho absoluto do mercado constitui, porém, uma oportunidade imensa para qualquer investidor externo, e não deveria ser negligenciada.

Em terceiro lugar, a China, cuja área cobre 9,6 milhões de quilômetros quadrados, é rica em recursos naturais. Mais de 150 tipos de minerais foram descobertos na China até agora. As reservas de 137 tipos desses minerais já foram verificadas. Os depósitos de tungstênio, estanho, molibdênio, antimônio, mercúrio, chumbo, zinco, ferro, carvão, enxofre, fósforo, asbesto amianto, grafite, fluoripa e siderita na China estão entre os maiores no mundo. Os depósitos de cobre, manganês, alumínio, boro, sal-gema, talco e caulim são também significativos. São igualmente importantes os depósitos de petróleo e cromo, níquel, titânio e outros metais raros. Ademais, a China também possui ricos recursos aquáticos, recursos geotérmicos e outros.

Em quarto lugar, depois de duas décadas de reformas, o sistema legal da China foi amplamente melhorado. Agora existem leis cobrindo todas as áreas da vida. Governo pela lei e governo da lei tornaram-se a norma do dia, embora a aplicação da lei necessite ser fortalecida.

Em quinto lugar, a situação econômica da China permanece flutuante. Diante da situação econômica atual, algumas pessoas estão questionando se a evolução do crescimento econômico da China, nos últimos dois anos, significa o fim do período de crescimento a longo prazo da nação ou somente o resultado, a curto prazo, do ajuste estrutural, que é necessário para gerar crescimento rápido do futuro.

Qualquer crescimento econômico do país é determinado principalmente por três fatores: 1) aumento de fatores produtivos (particularmente capital); 2) melhoria das estruturas de produção; e 3) progresso tecnológico. Dos três fatores, o progresso tecnológico é o mais importante. O Japão, nos anos 50, e os Tigres asiáticos, nos anos 70, seguiram a receita de crescimento econômico rápido e foram bem sucedidos em manter esse crescimento durante quase quarenta anos ao importarem tecnologia avançada. A China começou seu crescimento rápido no final dos anos 70. Se a China pode emprestar e fazer bom uso da tecnologia avançada

dos países desenvolvidos, como o Japão e os Tigres do Leste Asiático fizeram nos anos recentes, a taxa de crescimento econômico da China pode ser mantida durante outras duas ou três décadas.[15]

A crise financeira que acometeu o Leste Asiático seriamente a partir de 1997 mostra que as finanças são extremamente importantes, visto que constituem o "sistema nervoso da economia".[16] Para evitar uma crise financeira de qualquer tipo, o governo chinês implementou grandes esforços para melhorar o sistema financeiro. Ao mesmo tempo, a China ainda mantém a promessa de que não irá desvalorizar a moeda[17] - RMB.[18]

Finalmente, a China está se preparando para ingressar na Organização Mundial de Comércio (OMC). Como um país que está se transformando, migrando do planejamento central para uma economia de mercado, a China se beneficiaria de seu ingresso na OMC.

1) O princípio não-discriminatório da OMC tornaria possível às exportações da China enfrentar menos proteções no mercado externo. No momento, quase todos os principais parceiros comerciais da China tratam suas exportações de modo discriminatório.[19]

2) A adesão à OMC conferiria à China o direito de fala na elaboração das regras que governam o sistema econômico internacional.[20]

3) O ingresso na OMC significaria uma integração mais íntima da

---

[15] Para uma análise mais detalhada, veja Lin Yifu: Zhongguo jingji zengzhang qianli hai you duo da (Quão grande é o potencial do crescimento econômico da China), Liaowang (Outlook Weekly), 12 de abril de 1999, pp. 42-43.

[16] World Bank: *World Development Report*, 1998/99, p.81.

[17] A determinação por detrás desta promessa é a seguinte: em primeiro lugar, a desvalorização da moeda chinesa criaria choques ulteriores às economias frágeis do Leste asiático, tornando difícil uma recuperação breve destas. Em segundo lugar, a desvalorização levaria o público doméstico da China a perder a confiança na sua moeda. Em terceiro lugar, a desvalorização aumentaria o preço das importações de que precisa a China para alcançar uma taxa de crescimento suficiente. Por último, muitas empresas, incluindo as estatais, incorreriam num fardo mais pesado de dívida externa se a moeda fosse desvalorizada.

[18] RMB – Iuan Renmimbi da China. [Nota da tradutora].

[19] Por exemplo, desde 1995, a maioria dos países desenvolvidos tem removido cotas de importação. Ainda estão, no entanto, limitando a exportação de têxteis da China com um sistema de cotas.

[20] A OMC, braço econômico das NU, está negociando, no momento, regras que dizem respeito a áreas como a proteção ao meio ambiente, padrões trabalhistas e regimes de investimento. Ao ingressar na OMC, a China se uniria a outros países em desenvolvimento para proteger seus próprios interesses econômicos.

economia chinesa ao mundo, o que, em troca, facilitaria o uso dos recursos externos por parte da China.

4) A adoção de regras da OMC promoverá as reformas da China e a abertura ao mundo externo.

É imperativo notar, porém, que a adesão à OMC também significa desafios para a China, especialmente a curto prazo. Em primeiro lugar, a China precisaria emendar suas regras e regulamentos que não estão de acordo com os códigos da OMC. Não seria uma tarefa fácil para a China, embora nas duas últimas décadas seu sistema econômico tenha sido fortemente transformado. Em segundo lugar, a proteção de alguns setores da economia estaria sob forte pressão. As empresas estatais enfrentariam, particularmente, tempos difíceis para se transformarem quando o mercado interno está se abrindo, de modo crescente, às importações. Igualmente, uma vez que as tarifas da China são altas e muitos tipos de barreiras não-tarifárias ainda estão em vigor[21] , a reestruturação econômica não seria suave ou sem esforço. Por último, uma vez membro da OMC, a economia da China dependerá mais fortemente do mercado mundial e, assim, provavelmente enfrentará mais riscos de choques externos. A China ousa, porém, enfrentar os desafios.

Leis de investimento externo da China

Os investidores estrangeiros estão, aparentemente, muito preocupados com o sistema legal da China normatizando o investimento externo. No momento, existem mais de vinte leis e regulamentos. De modo geral, as leis de investimento externo da China são totalmente liberais e amistosas para investidores estrangeiros. Pode-se dizer que o ingresso de investimentos externos diretos na China é praticamente livre, embora existam algumas exigências estipuladas em algumas leis e regulamentos.

O investimento externo na China é comumente categorizado por três tipos:

1) empresa de capital externo,[22]

[21] A tarifa nominal da China caiu de 47,2%, no início de 1992, para 17%, começando em 1 de outubro de 1997, em comparação aos 15% para muitas outras economias em desenvolvimento e 5% para os países desenvolvidos. De acordo com muitos pesquisadores, porém, a tarifa real da China é muito baixa, em torno de 3% em 1997.

[22] Refere-se àquelas empresas estabelecidas na China por investidores estrangeiros, exclusivamente com seu próprio capital, de acordo com leis chinesas relevantes. O termo não inclui filiais estabelecidas na China por empresas estrangeiras e outras organizações econômicas externas.

2) *joint venture* de capital chinês e estrangeiro eqüitativo, e

3) *joint venture* contratual de capital chinês e estrangeiro.

A lei que rege a empresa de capital externo é chamada A Lei da República Popular da China sobre Empresas de Capital Externo.[23] Suas maiores estipulações podem ser resumidas como segue:

O estabelecimento de uma empresa de capital externo precisa ser aprovada pela autoridade. A aplicação deve ser submetida para exame e aprovação de uma agência autorizada pelo Conselho de Estado. As autoridades a cargo do exame e aprovação devem, em 90 dias, a partir do momento que recebem tal aplicação, decidir se vão ou não conceder a aprovação. Depois que uma solicitação para o estabelecimento de uma empresa de capital externo tenha sido aprovada, o investidor estrangeiro deve, no período de 30 dias a partir da data que recebe um certificado de aprovação, solicitar o registro às autoridades de administração da indústria e comércio e obter uma licença para o desenvolvimento de atividade comercial.

No caso de separação, fusão ou outras mudanças principais, a empresa de capital externo deve se reportar às autoridades a cargo do exame e aprovação e procurar aprovação destas, e registrar a mudança com as autoridades de administração da indústria e comércio.

Os planos de produção e operação de uma empresa de capital externo devem ser reportados às autoridades concernentes para a manutenção do registro e a empresa de capital externo deve estabelecer livros de contabilidade na China, conduzir uma contabilidade independente, submeter relatórios e declarações fiscais e aceitar a supervisão por parte das autoridades financeiras e fiscais.

No escopo das operações aprovadas, a empresa de capital externo pode adquirir, na China ou no mercado mundial, matérias-primas ou semiprocessadas, combustíveis e outros materiais que sejam necessários. Quando esses materiais estão disponíveis em ambas fontes, em termos similares, prioridade deverá ser dada a compras na China.

Uma empresa de capital externo poderá pagar taxas de acordo com as provisões estatais relevantes para pagamento de taxas e poderá desfrutar de um tratamento preferencial para a redução ou isenção de taxas. Para

[23] Adotada na Quarta Sessão do Sexto Congresso Nacional do Povo, em 12 de abril de 1986, e promulgada pela Ordem N. 39 do Presidente da República Popular da China e efetivada em 12 de abril de 1986.

reinvestir seus lucros na China, após ter pago o imposto de renda, poderá, de acordo com as provisões estatais relevantes, requerer o reembolso de uma parte do imposto de renda já pago na quantidade reinvestida.

Uma empresa de capital externo deverá lidar com suas transações de operações cambiais de acordo com as provisões estatais para o controle de operações cambiais. Pode abrir uma conta com o Banco da China ou com um banco designado pela agência estatal exercendo o controle de operações cambiais.

Uma empresa de capital externo deverá tentar equilibrar suas próprias receitas e pagamentos de operações cambiais. Se, com a aprovação das autoridades concernentes, ao comercializar seus produtos na China, experimentar, conseqüentemente, um desequilíbrio nas operações cambiais, as autoridades referidas poderão ajudar a corrigir o desequilíbrio.

O investidor estrangeiro poderá remeter para o exterior lucros legalmente obtidos de uma empresa de capital externo assim como outros ganhos legais e quaisquer fundos remanescentes depois que a empresa seja liquidada.

Salários e outras rendas legítimas obtidas por empregados estrangeiros em uma empresa de capital externo poderão ser remetidos para o exterior depois do pagamento do imposto de renda individual de acordo com a lei.

A lei que rege a *joint venture* de capital chinês e externo eqüitativo (JV) intitula-se A Lei da República Popular da China sobre *Joint Ventures* de capital chinês e externo eqüitativo[24] . Seu conteúdo principal inclui:

Qualquer JV deverá ter a forma de uma sociedade de capital limitado. Todas as partes de uma *joint venture* eqüitativa deverão submeter seus acordos, contratos e artigos de associação à autoridade para exame e aprovação. A autoridade deverá decidir sobre a aprovação daquelas no período de três meses. Uma vez aprovada, a *joint venture* eqüitativa deverá se registrar com o departamento concernente da Administração Estatal para Indústria e Comércio e iniciar as operações depois de receber sua licença para o desenvolvimento de atividade comercial.

---

[24] Adotada na Segunda Sessão do Quinto Congresso Nacional do Povo, em 1 de julho de 1979, e ratificada de acordo com a "Decisão sobre Emenda à Lei da República Popular da China sobre *Joint Ventures* de capital chinês e externo eqüitativo", adotada na terceira Sessão do Sétimo Congresso Nacional do Povo em 4 de abril de 1990.

Em uma JV a proporção do investimento feito pelas partes externas não deverá, em geral, ser menor do que 25%. Seus lucros, riscos e perdas deverão ser compartilhados pelas partes da *joint venture* em proporção às suas contribuições ao capital registrado. A transferência da cota de uma parte no capital registrado deverá ser efetivada somente com o consentimento das outras partes da *joint venture*.

Cada parte de uma JV poderá contribuir, como forma de investimento na *joint venture*, em dinheiro, bens de capital, direitos de propriedade industrial etc. A tecnologia ou equipamento com o qual qualquer grupo estrangeiro contribuiu como investimento, qualquer grupo estrangeiro, deverá ser moderno e apropriado às necessidades da China. Compensação deverá ser paga em casos de perdas causadas por fraude através da provisão intencional de equipamento ou tecnologia ultrapassada.

No investimento com o qual contribuiu uma parte chinesa está incluso o direito de uso de uma página na internet fornecida pela JV durante o período de sua operação. No caso de tal contribuição não constituir uma parte do investimento da parte chinesa, a *joint venture* deverá pagar uma taxa ao governo chinês pelo seu uso.

Procedimentos que dizem respeito ao emprego e demissão dos trabalhadores e membros de uma JV deverão ser estipulados, de acordo com a lei, no acordo ou contrato assinado entre as partes da *joint venture*.

Os lucros líquidos de uma JV deverão ser distribuídos entre as partes da *joint venture* na proporção de suas cotas respectivas no capital registrado após o pagamento do imposto de renda e outros.

Uma parte estrangeira que reinveste qualquer porção de sua cota do lucro líquido no território chinês poderá requerer a restituição de parte dos impostos de renda pagos.

Uma JV deverá conduzir suas transações de operações cambiais de acordo com os regulamentos de Operações Cambiais da República Popular da China. Nas suas transações comerciais pode obter fundos diretamente de bancos estrangeiros.

Nas compras de matérias-primas ou semiprocessadas, combustíveis, equipamentos auxiliares etc, uma JV deverá conferir prioridade às fontes chinesas mas poderá adquiri-los também, diretamente, no mercado internacional com seus próprios fundos de operações cambiais. A JV é

encorajada a comercializar seus produtos no mercado externo. Poderá distribuir seus produtos de exportação em mercados externos através de canais diretos, suas agências associadas ou estabelecimentos chineses de comércio externo. Seus produtos também poderão ser distribuídos no mercado chinês. Sempre que necessário, poderá estabelecer agências afiliadas fora da China.

Um investidor estrangeiro é encorajado a depositar, no Banco da China, qualquer parte de suas operações de câmbio que ele possa remeter para o exterior. Os salários ou outras rendas legítimas dos empregados estrangeiros de uma JV, após o pagamento dos impostos de renda pessoais, poderão ser remetidos para o exterior de acordo com os regulamentos de operações de câmbio.

Disputas não resolvidas pelo conselho de diretores poderão ser solucionadas por meio da conciliação ou arbitragem.

As *joint ventures* contratuais de capital chinês e estrangeiro (*CJV*)[25] são estabelecidas para expandirem a cooperação econômica e o intercâmbio tecnológico entre a China e outros países no princípio da igualdade e benefício mútuo. Esse tipo de *joint venture* é regido pela Lei da República Popular da China sobre *joint ventures* contratuais de capital chinês e estrangeiro[26]. Suas provisões principais contêm o seguinte:

Para requerer o estabelecimento de uma *CJV*, as partes chinesa e estrangeira deverão submeter documentos como o acordo, o contrato e os artigos de associação, assinados por ambas as partes, para exame e aprovação do departamento encarregado das relações econômicas e comércio externo sob o Conselho de Estado ou para o departamento ou governo local autorizado pelo Conselho de Estado. As autoridades de exame e aprovação deverão, em 45 dias a partir do recebimento da aplicação, decidir se vão ou não conceder a aprovação.

Quando aprovado, todas as partes de uma *CJV* deverão, no prazo de 30 dias a partir do recebimento do certificado de aprovação, requerer, às autoridades administrativas para indústria e comércio, o registro e obter uma licença para o desenvolvimento de atividade comercial. Dentro de 30

---

[25] Sigla para a expressão em inglês "Chinese-foreign contractual joint ventures" (CJV). [Nota da tradutora].

[26] Adotada na Primeira Sessão do Sétimo Congresso Nacional do Povo e promulgada pela Ordem N. 4 do Presidente da República Popular da China, em 13 de abril de 1988, e efetivada a partir da data de promulgação.

dias a partir de seu estabelecimento, exige-se que uma *CJV* realize seu registro fiscal com as autoridades competentes.

O Estado encoraja o estabelecimento de *joint ventures* contratuais produtivas que sejam voltadas para a exportação ou que sejam avançadas tecnologicamente.

Se as partes chinesa e estrangeira concordam, durante o período de operação, por meio de consulta, em fazer modificações relevantes no contrato de *joint venture* contratual, deverão reportar-se à autoridade para aprovação.

O investimento ou condições para cooperação subscritas pelas partes chinesa e estrangeira poderão ser fornecidas em dinheiro ou em espécie ou poderão incluir o direito de usar a terra, direitos de propriedade industrial, tecnologia não patenteada ou outros direitos de propriedade.

Os investimentos ou condições para cooperação fornecidos pelas partes chinesa e estrangeira deverão ser verificados por um contador registrado na China ou autoridades relevantes, que deverão prover um certificado após a verificação.

O emprego, demissão, remuneração, bem-estar, proteção trabalhista e seguro de trabalho etc dos membros e trabalhadores deverão ser especificados em contratos firmados de acordo com a lei.

Uma *CJV* deverá, ao apresentar sua licença para o desenvolvimento de atividade comercial, abrir uma conta de operações cambiais com um banco ou qualquer outra instituição financeira que tenha a permissão, das autoridades do Estado de controle cambial, para conduzir transações de operações cambiais. Deverá lidar com suas transações de operações cambiais de acordo com as provisões do Estado sobre controle de operações cambiais.

Uma *CJV* poderá obter empréstimos de instituições financeiras no território da China e também poderá obter empréstimos fora do território chinês. Empréstimos a serem usados pelas partes chinesa e estrangeira, como investimento ou condições para cooperação e suas garantias, deverão ser fornecidos por cada parte por iniciativa própria.

Uma *CJV* poderá adquirir, no mercado interno e no mercado mundial, no âmbito de suas atividades legais, as matérias-primas e as processadas, combustíveis etc. Necessita obter, porém, por si só, o equilíbrio das suas

receitas e gastos nas operações cambiais. Se for incapaz de fazê-lo, poderá, de acordo com as provisões do Estado, solicitar assistência às autoridades relevantes.

Uma *CJV* poderá pagar taxas e usufruir de um tratamento preferencial de redução ou isenção de taxa de acordo com as provisões do Estado sobre o assunto.

No vencimento ou término antecipado do período de uma *CJV*, seus trunfos, reivindicações e dívidas deverão ser liquidadas de acordo com procedimentos legais. As partes chinesa e estrangeira deverão, de acordo com o acordo especificado no contrato de *joint venture* contratual, determinar a propriedade da mesma.

Das descrições acima das leis chinesas, podemos dizer que essas são totalmente liberais e igualmente compatíveis com normas internacionais.

Em resumo, não há dúvida de que tanto o Brasil quanto a China possuem ambientes de investimento "rígidos" e "flexíveis" relativamente bons. Em termos do "ambiente de investimento flexível-rígido", embora os níveis de desenvolvimento econômico das duas nações não sejam muito altos e ainda pertençam ao Terceiro Mundo, estão avançando rapidamente no caminho da industrialização e alcançaram significativo progresso. Tendo sido classificados entre os dez maiores poderes econômicos do mundo, Brasil e China são crescentemente chamados de "mercados emergentes" pela comunidade internacional.

Oportunidades e obstáculos

Tanto o Brasil quanto a China dependem fortemente de investimento externo. Como mostra a tabela 2, o influxo líquido de investimento externo direto na China foi, nos anos noventa, muito maior do que no Brasil. Enquanto as cifras exatas para investimento entre Brasil e China não são facilmente disponíveis, podemos estar certos de que as relações atuais de investimento entre os dois países não correspondem às expectativas, particularmente quando examinadas à luz das dimensões das duas economias. Em outras palavras, existem enormes potencialidades a serem desenvolvidas visando a expansão do investimento de todo tipo entre Brasil e China em direção ao novo século.

Tabela 2 – Influxo líquido de investimento externo direto no Brasil e China (bilhões de US$)

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997*
Brasil	1,0	1,1	2,1	1,3	3,1	4,9	3,5	15,8
China	3,5	4,4	11,2	27,5	33,8	25,8	42,3	37,0

* Valores para 1997 são preliminares.
Fonte: Banco Mundial: *Global Development Finance*, 1998

Para investidores brasileiros

Para investidores brasileiros, os seguintes pontos precisam ser observados ao se tomar decisões de investimento.

Em primeiro lugar, oportunidades de investimento são encontradas em todas as áreas da economia. De acordo com as Provisões Interinas da China sobre Guia para Investimento Externo[27], o investimento externo é encorajado a empreender os seguintes projetos:

1) Projetos envolvendo nova tecnologia agrícola, desenvolvimento agrícola extensivo e o desenvolvimento de energia, comunicações e matérias-primas essenciais;

2) Projetos com produtos novos, melhorados, com tecnologia avançada, conservação de energia e de matérias-primas, compensação econômica e tecnológica de empresas, ou a produção de novos equipamentos e materiais com alta demanda de mercado, que permanece insatisfeito devido à capacidade inadequada de produção doméstica;

3) Projetos que atendem à demanda do mercado internacional e ajudam a aumentar a grade de produtos, abrir novos mercados, expandir o *marketing* de produtos no exterior e aumentar o volume de exportação;

4) Projetos relacionados a novas tecnologias e novos equipamentos para o uso extensivo de recursos e recursos renováveis e a prevenção e controle da poluição ambiental;

[27] Promulgada em conjunto pelo Decreto nº 5 da Comissão Estatal de Planejamento, a Comissão Estatal Econômica e Comercial e o Ministério de Comércio Externo e Cooperação Eonômica, em 20 de junho de 1995.

5) Projetos que podem ajudar a explorar as vantagens dos recursos humanos e naturais nas regiões central e ocidental da China e atender às exigências das políticas industriais do Estado;

6) Outros projetos encorajados por cláusulas de leis, regras e regulamentos administrativos estatais.

Em segundo lugar, as reformas das empresas estatais têm sido, nos ultimos anos recentes, uma das principais prioridades na agenda de reforma econômica da China. Como um país socialista, a China não realizaria uma privatização do tipo popular no Brasil e outros países latino-americanos. De acordo, porém, com decisões tomadas na recente Quarta Sessão Plenária do Décimo-Quinto Congresso do Partido, a reestruturação e reforma das empresas estatais de pequeno e médio porte serão efetivadas de diversas formas, incluindo-se o encorajamento ao investimento externo para assumir uma parte ativa. Estima-se que a reestruturação dos trunfos de todas as empresas estatais da China precisará de US$ 250-300 bilhões. Aparentemente, essa quantia vultosa de capital não pode ser levantada internamente.

Em terceiro lugar, em termos geográficos, enquanto a região costeira da China é o melhor lugar de investimento com boa infra-estrutura e força de trabalho altamente qualificada[28], as áreas central e ocidental são melhores dotadas de recursos naturais e maior potencial de desenvolvimento. Ademais, como as Provisões Interinas sobre Guia para Investimento Externo revelam, o investimento externo receberia, naquelas áreas, maiores incentivos dos governos central e local. Desse modo, para os investidores brasileiros, tanto as regiões costeira quanto central da China podem ser seus alvos de investimento.

Em quarto lugar, de acordo com o Foro de Fortuna de 1999, realizado em outubro de 1999, em Xangai, a chave para um investimento de sucesso na China reside na visão e estratégia de longo prazo para o mercado gigantesco do país. A Nokia, empresa gigante das telecomunicações, ingressou no mercado chinês em 1982 e começou a obter grandes lucros somente há três ou quatro anos. Segundo Jorma Ollila, presidente do conselho da Nokia e CEO, é necessário prever o mercado chinês 10-15 anos adiante do tempo

---

[28] A região costeira da China cobre doze províncias, cuja terra e população respondem por cerca de 15% a 40%, respectivamente, da nação como um todo. Seu valor bruto de resultado industrial, sua renda nacional e seu PNB são bem acima de 50% do país, e seu mercado externo constitui quase 90% do total. Das mais de quinhentas cidades na China, praticamente duzentas estão localizadas na região costeira.

presente. Igualmente importante é a necessidade de se encontrar um parceiro local. De acordo com G. Richard Wagoner, Jr., presidente das operações norte-americanas da General Motors, a operação bem sucedida da GM em Xangai se beneficiou de sua cooperação estreita com a Corporação da Indústria Automotiva de Xangai.

Finalmente, é necessário observar que, com as recentes mudanças no influxo de investimento externo direto na China, torna-se imperativo ajustar a estratégia da nação de atração de capital externo. Durante as duas últimas duas décadas de abertura para o exterior, a China passou por dois estágios em termos de introdução de capital externo. Antes do início dos anos noventa, empréstimos e créditos responderam pela maioria do influxo de capital externo. Esse cenário mudou em 1992, quando a participação de empréstimos externos declinou para menos de 50% e o investimento externo direto aumentou para 57%. Entre 1979 e 1998, os projetos autorizados de investimento externo na China totalizaram 324.620, cujas quantias contratadas de investimento e investimento atual permaneceram em US$ 572 bilhões e US$ 267 bilhões, respectivamente .

Desde 1997, tem havido, todavia, um sinal de crescimento lento em termos de influxos de investimento externo. Em 1998, por exemplo, o investimento externo direto aumentou muito superficialmente, de US$ 45,3 bilhões para US$ 45,6 bilhões, e os primeiros sete meses de 1999 não mostraram nenhuma melhoria significativa. Isso pode ser explicado pelas seguintes razões:

1) Depois da crise financeira asiática, a competição mundial por investimento externo tornou-se mais intensa.

2) Domesticamente, o quadro econômico geral da China está mudando, passando de mercado fornecedor para mercado consumidor, o que gerou taxas mais baixas de retorno para muitas empresas.

3) Globalmente, em anos recentes, a aquisição e fusão transnacionais tornaram-se uma das principais formas de se fazer investimento externo. De acordo com a UNCTAD, por exemplo, em 1998, o investimento externo direto envolvido com a aquisição e fusão transnacionais realizadas por corporações multinacionais responderam por 63,8% do total mundial de fluxos de investimento direto externo. Na China, porém, a aquisição e fusão transnacionais encontram-se ainda numa escala limitada.

4) Alguns setores na economia ainda não estão totalmente abertos.

5) O capital externo é proibido de entrar nas porções “A” do mercado chinês. O mercado de ações da China é composto basicamente de duas partes: porções “A” e porções “B”. As primeiras são para os residentes chineses comprarem com *RMB*; as últimas são para os investidores externos comprarem com moeda forte. Em outras palavras, aos investidores externos não é permitido usar *RMB* para investir em porções “A” no mercado de ações da China mas podem ingressar nas porções “B” do mercado com operações cambiais[29] .

Ouve-se freqüentemente a discussão sobre ajustar a estratégia da China para atrair o investimento externo . A tabela 3 mostra que a indústria é a maior recipiente de investimento externo direto. Como muitos economistas já salientaram, a China não deveria continuar a focalizar somente o setor de manufaturas como a principal prioridade para guiar o influxo de investimento externo. Em outras palavras, os setores de serviço como finanças, telecomunicações e distribuição, entre outros, deveriam ser mais abertos ao investimento externo. Não menos importante é o fato de que, como um país principalmente agrícola, a China deveria encorajar um maior investimento externo nesse setor. No momento, a agricultura responde por cerca de 2% do total de investimento externo. Aparentemente, essa pequena porcentagem não é compatível com a importância desse setor na eocnomia nacional. Por último, mas não menos relevante, a China precisa seguir a tendência internacional ao encorajar investidores externos a usar a aquisição e fusão transnacionais, particularmente no processo de reforma das empresas estatais.

Para os investidores chineses

Para a China, a importância de se investir no Brasil pode ser facilmente determinada. Por um lado, o Brasil é dotado de ricos recursos naturais. Por outro lado, a China precisa de recursos para seu desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a madeira é claramente relevante. Em termos *per capita*, a China é um país que não possui suficiente recurso madeireiro. Sua demanda de madeira não pode ser satisfeita com a produção doméstica. Em 1998, foram importados 8 milhões de metros cúbicos de madeira bruta, 8% mais do que no ano anterior. Nos primeiros seis meses de 1999, foram

[29] O valor de face das cotas “B” é denominada em *RMB*. É listada na Bolsa de Ações de Xangai e na Bolsa de Ações de Shenzhen. Desde seu começo em 1991, em Xangai, o mercado das cotas “B” se desenvolveu rapidamente, embora seja ainda relativamente pequeno, particularmente comparado com o mercado das cotas “A”. Outra forma de os investidores estrangeiros investirem no mercado de ações da China é através da compra das tão-chamadas cotas “H” (listadas em Hong Kong), cotas “N” (listadas em Nova Iorque), cotas “S” (listadas em Cingapura) e ADRs.

importados 4,4 milhões de metros cúbicos, 87% mais do que no mesmo período de 1998. Outros produtos madeireiros também foram importados em uma taxa de crescimento mais elevada. No Brasil, porém, as florestas cobrem mais de 50% de suas terras de cultivo e o governo encoraja o investimento externo a explorar o recurso madeireiro. Felizmente, a China iniciou investimentos na área da Amazônia e os benefícios estão surgindo.

Tabela 3. Distribuição de investimento externo direto na China, por setor, 1979-1998 (%)

Setores	Quota de Projetos	Quota de Investimento
Agricultura	2,7	1,63
Indústria	73,03	59,08
Construção	2,64	3,1
Transporte e Telecomunicação	1,08	2,42
Comércio	5,15	3,63
Bens imóveis	9,77	24,93
Saúde e Esportes	0,3	0,79
Educação e Cultura	0,4	0,34
Ciência e Tecnologia	0,72	0,3
Outros	4,2	3,77

Fonte: Zhongguo duiwai jingji maoyi nianjian (China Economic and Trade Yearbook), 1984-1998

Investir no Brasil também ajudará a China a ocupar um lugar no mercado do Mercosul. Com uma população de 220 milhões e um PIB de US$ 1,3 trilhões em 1997, o Mercosul é o bloco comercial que mais cresce no mundo. Experimentou um crescimento comercial de 400% no período de 1990-97.[30] Aparentemente, os membros da União Européia e outros países do Leste Asiático, como o Japão e a Coréia do Sul, possuem uma melhor compreensão da importância do mercado do Mercosul do que o faz a China. A China não deveria se manter atrás de outros competidores. De fato, a China deveria usar o Brasil como um trampolim para ingressar em outros países do Cone Sul. Ademais, esse efeito trampolim também beneficiará a China, depois de 2005, quando a Área de Livre Comércio das Américas for estabelecida.

Aumentar o investimento chinês no Brasil não somente é necessário mas também possível. Por exemplo, sucessivos governos brasileiros perseguiram, nos anos noventa, programas de privatização e isso deveria oferecer oportunidades de investimento para a China. O controle dos governos federal, estadual e local tem sido largamente reduzido à exploração e distribuição de petróleo, energia elétrica e gás, bancos de desenvolvimento

[30] http://www.mercosurinvestment.com

do setor público e serviços de fornecimento de água e esgoto. Muitas dessas empresas também são candidatas a serem vendidas nos próximos anos.

Recentemente, o governo chinês designou uma estratégia econômica externa denominada "dai liao jia gong" (investir trazendo a linha de produção para o país anfitrião). O Brasil também é um lugar ideal para implementar essa estratégia. Além do seu imenso tamanho de mercado, as autoridades estaduais e locais brasileiras colocaram à disposição um amplo espectro de isenções de impostos plurianuais e créditos subsidiados. Bahia e Ceará, no Nordeste do país, e os estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) têm sido os mais agressivos na sua corte com investidores externos.[31]

O Brasil possui várias zonas de livre comércio e zonas de processamento de exportação. Dessas, a Zona Franca de Manaus, construída há três décadas na bacia amazônica, é a mais extensivamente desenvolvida. Incentivos de investimento tais como o financiamento para a aquisição de terras e isenções de taxas e tarifas baixas para insumos importados estão disponíveis para o investimento externo estabelecendo operações na zona.[32] Empresas chinesas poderiam obter vantagens desses incentivos para explorar os recursos naturais na região.

Obstáculos a serem superados

Apesar do bom ambiente de investimento e oportunidades em ambos países, existem obstáculos que impedem o crescimento ulterior das relações bilaterais de investimento.

Um dos maiores obstáculos parece ser a incerteza por parte dos investidores de ambos os lados. A incerteza, que pode ser compreendida como uma condição subjetiva caracterizada pela informação imperfeita sobre o mundo, influencia todas as decisões econômicas. Resulta da falta de informação disponível sobre o mercado aos investidores de ambos países. Em virtude da barreira lingüística e distância geográfica, o contato e as trocas regulares entre os homens de negócio de ambos os lados são difíceis e raras, embora existam fortes interesses, de ambas as partes, em investir

---

[31] The Economist Intelligence Unit: *Investing, Licensing and Tranding in Brazil*, January 1999, p.20

[32] Responsabilidade pela determinação de eligibilidade para os incentivos e vetos às aplicações de empresas interessadas em estabelecer operações em Manaus com a "SUFRAMA" (Superintendência de Desenvolvimento da Zona Livre de Manaus), junto com a Administração de Desenvolvimento Regional da Amazônia e a Secretaria de Desenvolvimento Regional Federal.

no mercado do outro. A entrevista do autor com alguns homens de negócio revelou que, excetuando-se o futebol, o samba, o café e o carnaval, muito pouco se sabe sobre as condições de mercado no Brasil, as situações econômica e política brasileiras e as oportunidades de investimento no país. Na realidade, uma das principais razões dos fracassos dos projetos chineses anteriores de investimento no Brasil era a falta de entendimento das realidades locais, incluindo as condições de mercado, as práticas comerciais, as leis e regulamentos de investimento etc. Esses investidores chineses descobriam, após o investimento ter sido feito, que a situação com a qual se deparavam era totalmente diferente do que haviam aprendido antes de se aventurarem no mercado brasileiro.

De acordo, porém, com muitos colegas e amigos do autor que têm estado no Brasil, seja para fins de trabalho, seja para fins de estudo, os homens de negócio brasileiros sabem menos a respeito da China do que as contrapartes chinesas conhecem sobre o Brasil. Aparentemente, o investimento bilateral não crescerá a menos que o "fosso da informação" seja superado.

Parece que as barreiras do idioma existem e tornam difícil aos homens de negócio de cada país a troca de informações de negócio. Na China não são muitas as pessoas que falam português ao passo que, no Brasil, parece que não existem muitos capazes de entender o idioma chinês.

Apesar do rápido desenvolvimento das telecomunicações mundiais, o transporte é ainda importante em vários aspectos. As relações bilaterais entre Brasil e China são certamente prejudicadas pela distância geográfica. Os dois países são conectados por poucas linhas de transporte marítimo. Não existe uma conexão aérea direta. Espera-se que os dois países encontrem formas e meios de tornar o transporte cruzando o Pacífico mais fácil e mais freqüente.

China e Brasil deveriam pensar em formas mais viáveis de promover um entendimento mútuo melhor a fim de que este possa ser alcançado. Um método prático que facilmente vem à mente do autor pode ser o estabelecimento de uma rede na internet que ofereça oportunidades de investimento em ambos países. Ao fazer uso da recente onda de acesso à internet em ambos países, a rede bilíngüe deveria ser conjuntamente gerenciada pelas embaixadas de ambos lados ou pela organização governamental encarregada de relações econômicas externas.

O Brasil é uma peça importante na integração econômica regional da América Latina. Alguns chineses estão preocupados com a possibilidade

de que blocos econômicos regionais como o Mercosul possam se tornar "fortalezas econômicas" e não organizações de regionalismo aberto, impedindo, assim, o investimento externo. Essa preocupação não é infundada. De acordo com um estudo do Banco Mundial, por exemplo, existe um forte desvio de comércio no Mercosul, cujas tarifas discriminatórias contra não-membros são de quatro a seis vezes mais altas do que aquelas em arranjos tais como a União Européia, Área Européia de Livre Comércio ou NAFTA.[33]

Finalmente, de acordo com um relatório da CEPAL, intitulado Investimento Externo na América Latina e Caribe (1998), o grau de internacionalização das firmas brasileiras é muito limitado. Embora desde o início dos anos noventa algumas empresas brasileiras, principalmente as exportadoras, tenham começado a investir no exterior como uma forma de estabelecer melhores relações com e uma melhor presença nos mercados de destino, um período de desequilíbrio macroeconômico persistente e a liberalização comercial que se seguiu levaram as grandes corporações locais a defender sua participação no mercado local antes de começarem ou procederem com uma estratégia de internacionalização.[34] Na China, muitas das empresas estão satisfeitas com sua participação atual no imenso mercado interno, enfraquecendo assim seu desejo de competir em mercados externos do outro lado do Pacífico. Em uma palavra, essa mentalidade de "o que é feito em casa é melhor" certamente impediu um maior fluxo de investimento no Brasil.

Conclusões

Parece que o Japão foi, na região do leste da Ásia, o alvo prioritário do Brasil.[35] A China não poderia desafiar a posição do Japão nesse sentido, mas espera que as relações econômicas sino-brasileiras possam efetivamente melhorar tendo em vista os benefícios mútuos e a prosperidade comum.

O rápido desenvolvimento da globalização torna altamente necessário, para Brasil e China, o avanço das relações econômicas bilaterais de um modo mais incisivo. Isso é benéfico não somente para ambos lados mas também para a promoção da cooperação Sul-Sul em direção ao novo milênio.

---

[33] Alexander J. Yeats: *Does MERCOSUR's Trade Performance Raise Concerns about the Effects of Regional Trade Agreements*? The World Bank Economic Review, No. 1, 1998, p. 1

[34] CEPAL: *Foreign Investment in Latin America and the Caribbean* (1998), p. 141.

[35] Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Japão em 1897.

De modo geral, as relações atuais de investimento entre Brasil e China não são compatíveis com as dimensões econômicas enormes dos dois países nem com as boas relações políticas. No total, os ambientes de investimento em ambos países são satisfatórios mas obstáculos, tais como a falta de informação de mercado e a longa distância geográfica, precisam ser removidos com esforços conjuntos.

China: políticas de desenvolvimento regional*

*Long Guoqiang***

Introdução

A China tem vivido um rápido crescimento econômico desde o lançamento da reforma econômica e da abertura no final da década de 1970. O caminho chamado de "gradualismo" adotado pela China é diferente da "terapia de choque" adotado nos países da antiga União Soviética. O sucesso econômico atrai o interesse internacional para a experiência chinesa.

A política de desenvolvimento regional é uma das partes importantes do pacote de reforma e abertura. A China é um país grande, bem como o mais populoso do mundo. A disparidade regional era um problema grave quando a República Popular da China foi fundada em 1949. A maioria da indústria estava concentrada na região costeira. Como coordenar o desenvolvimento de regiões diferentes tem sido uma das prioridades do pacote de políticas do governo central. Durante a economia planejada, o principal objetivo das políticas regionais era o de reduzir o diferencial de desenvolvimento entre o interior e a região costeira. Entretanto o panorama mundial da Guerra Fria também forçou ao governo chinês a transferir sua capacidade industrial pesada para o interior de maneira a garantir a segurança nacional. Durante a economia planejada, o plano de investimento do Estado era a medida mais importante para atingir sua meta de desenvolvimento regional porque o Estado era o principal investidor que dominava a maioria dos recursos de investimento. Depois de cerca de trinta anos, a diferença regional tinha sido reduzida como resultado de tais políticas de desenvolvimento regional. Entretanto, tal desenvolvimento regional não respeitou a lei de divisão do trabalho entre as diferentes regiões e houve custos pela perda de eficiência.

---

* Tradução do inglês por Ana Teresa Perez Costa.

** Membro do Development Research Centre of the State Council of China. Os pontos de vista expressados são do autor e não devem ser interpretados como pontos de vista de autoridades ou de outro funcionário do Centro de Pesquisa de Desenvolvimento do Conselho do Estado da República Popular da China. Todos os erros e omissões aqui presentes são de minha exclusiva responsabilidade.

Quando a China lançou as suas reformas no final dos anos 70, a filosofia fundamental da estratégia de desenvolvimento mudou. A política de desenvolvimento regional passou de "distribuição equilibrada da capacidade industrial" para "estratégia de desenvolvimento desequilibrado". Esta estratégia permite às regiões usufruírem ao máximo de suas vantagens comparativas, promovendo imensamente, portanto, o rápido desenvolvimento econômico. Todavia, esta estratégia trouxe alguns subprodutos, como a disparidade regional, o fluxo maciço de mão-de-obra das áreas rurais para as cidades, etc. O governo chinês está se esforçando ao máximo para coordenar o desenvolvimento regional com a modernização da estrutura industrial.

Revisão das políticas chinesas de desenvolvimento regional

Evolução das estratégias de desenvolvimento regional

Entre 1950 e 1980, algumas economias da Ásia Oriental, como do Japão, da Coréia do Sul, de Taiwan e de Hong Kong, tinham deslanchado. Apesar de a região costeira da China ter vantagens geográficas similares e até melhor base industrial, ela foi deixada para trás porque a China estava isolada da economia mundial e a prioridade de desenvolvimento foi dada ao interior. Ao se dar conta do grande custo da "distribuição equilibrada da capacidade industrial", o governo chinês mudou a sua estratégia de desenvolvimento regional para um modelo de desenvolvimento desequilibrado. O Sr. Deng Xiaoping, o arquiteto geral da reforma e abertura da China, disse em 1980 que "as vantagens comparativas devem ser trazidas à tona e os desequilíbrios regionais aceitos". Desde então tem sido dada prioridade de desenvolvimento para a região costeira a fim de promover o rápido crescimento econômico.

O pano de fundo para esta mudança na política de desenvolvimento regional foi:

1. A mudança do objetivo principal do governo chinês de segurança nacional para a construção da economia. O crescimento econômico não poderia ser acelerado sem utilizar ao máximo a vantagem geográfica e a base industrial da região costeira;

2. Depois de trinta anos de economia planejada, voltados para o desenvolvimento da indústria pesada, a oferta de bens de consumo deparava-se com escassez. O governo decidiu desenvolver a

indústria leve para suprir a demanda dos consumidores. A região costeira tinha melhor base para a produção de bens de consumo;

3. Percebendo o efeito negativo do isolamento da economia mundial, os líderes chineses prepararam-se para a abertura deste país para o mundo exterior, bem como para o lançamento de uma reforma. A região costeira tinha vantagens geográficas inigualáveis para a abertura.

Em 1982, a Estratégia de Desenvolvimento Estratificado, um modelo de desenvolvimento desequilibrado, foi formalmente adotada pelo governo chinês. De acordo com esta estratégia, o país inteiro foi dividido em três partes em termos de nível de desenvolvimento econômico e nível tecnológico: a região avançada nas áreas costeiras; a região atrasada nas áreas ocidentais e a região intermediária nas áreas centrais. Baseada nesta realidade, a importação de tecnologia e a abertura deveriam começar na região costeira e gradualmente serem transferidas para as regiões central e ocidental. Imaginou-se que esta estratégia resultaria em maior eficiência do avanço econômico e de progresso tecnológico.

Absorvendo a teoria da "circulação internacional", a Estratégia de Desenvolvimento Estratificado evoluiu para a Estratégia de Desenvolvimento Econômico da Região Costeira (Ederc) em 1988. De acordo com a teoria da circulação internacional, a China precisa desenvolver uma economia voltada para a exportação para promover o melhoramento da estrutura industrial e o crescimento econômico. Portanto, para usufruir ao máximo da competitividade da mão-de-obra e do custo da terra, a China deveria abrir a região costeira aos investidores externos para introduzir capital e tecnologia, importar matérias-primas e re-exportar produtos intensivos em mão-de-obra. Como resultado dessa estratégia, a região costeira cresceu muito mais rapidamente do que o interior.

O sucesso do Ederc tem sido base para as idéias de maior abertura. Para tirar vantagem da globalização econômica, o governo chinês formulou a chamada Estratégia Pluridimensional de Abertura (EPA) no início dos anos 90. As regiões ao longo do Rio Yangtsé, bem como a região costeira foram abertas ao investimento externo, criando, portanto, uma área de desenvolvimento com formato em "T". Alguns pontos do limite com o interior e no interior em si foram também abertos ao investimento externo. Como resposta à crescente disparidade regional, a coordenação do desenvolvimento das diferentes regiões gradualmente atraiu o interesse dos dirigentes do país. Apesar de a diferença básica da política entre a região costeira e o

interior não ter mudado ainda, o governo chinês começou a formular algumas políticas para promover o desenvolvimento das regiões central e ocidental atrasadas e reduzir o diferencial de desenvolvimento entre a região costeira e o interior.

Instrumentos de política

Para atingir as metas de desenvolvimento regional, o governo chinês utilizou um conjunto de instrumentos de política. Os principais instrumentos são:

1) Abertura

Investimento e tecnologia estrangeiros podem promover consideravelmente o desenvolvimento do avanço da economia, o que foi comprovado pelos tigres asiáticos e outras novas economias industrializadas (NEIs). Desde o final dos anos 70, a abertura tem sido uma das principais medidas da reforma chinesa bem como da política de desenvolvimento regional.

O governo chinês adotou um enfoque de "gradualismo" na abertura. Quatro Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) foram estabelecidas em Shenzhen, Zhuhai, Xiamen e Shantao no início da década de 1980. O principal objetivo das ZEEs era o de criar um ambiente favorável para o investimento externo nesses locais específicos. Apesar das experiências das Zonas de Livre Comércio (ZLCs) e das Zonas de Processamento para a Exportação (ZPEs) de outros países e regiões terem sido absorvidas quando as ZEEs foram criadas, as ZEEs da China eram muito mais abrangentes e maiores do que as ZLCs e as ZPEs. Um pacote de políticas preferenciais, incluindo redução de impostos, encargos, etc., foi implementado nas ZEEs. As ZEEs obtiveram sucesso em atrair considerável investimentos externos depois que foram estabelecidas. Portanto, a política de abertura foi estendida a 14 cidades costeiras em 1984, onde uma Zona de Cooperação Econômica e Tecnológica (ZCET) foi estabelecida. O objetivo das ZCETs era o de promover a modernização tecnológica nessas bases industriais costeiras através da introdução de investimento e tecnologia externos. Três Regiões de Abertura Econômica (RAEs) foram estabelecidas no delta do Rio Pérola, no delta do Rio Yangtsé e no sul de Fujian em 1985, o que cobria 61 cidades e municípios. As RAEs foram estendidas para as penínsulas de Liao Dong e Shan Dong em 1988. ZEEs foram estabelecidas na província de Hainan em 1988 e a Nova Área Pudong de Xangai foi estabelecida em 1990. Desde 1991, várias Zonas de Processamento para a Exportação foram criadas para promover a exportação de manufaturados. Depois da viagem ao sul

da China do Dr. Deng Xiaoping em 1992, a abertura foi acelerada. Políticas similares àquelas das ZCETs espalharam-se para seis cidades ao longo do Rio Yangtsé, 13 cidades ao longo do limite com o interior e 18 capitais de províncias. Portanto, cerca de 15 anos depois da primeira ZEE, um padrão de abertura pluridimensional havia sido gradualmente formulado na China.

Existem vários tipos de zonas que possuem diferentes tratamentos preferenciais para o investidor, especialmente o investidor externo. As políticas nessas zonas são sintetizadas na tabela 1.

Apesar das zonas de abertura estarem localizadas por todo país, a maioria se concentra na região costeira (tabela 2). O padrão de distribuição é o reflexo da estratégia de desenvolvimento desequilibrado.

2) Descentralização

Durante a economia planejada, o governo central considerou o planejamento como o principal instrumento de política para atingir sua meta de desenvolvimento regional. Tal medida foi eficaz. Entretanto, os governos locais eram passivos e não recebiam incentivo forte o suficiente para desenvolver suas regiões além dos planos estabelecidos pelo governo central. Mesmo que algumas autoridades dos governos locais tenham sido ativas no desenvolvimento de suas regiões, eles tinham poderes muito limitados para isso, porque a distribuição dos recursos era altamente centralizada.

Uma característica importante da reforma foi a descentralização. Durante esse processo, o governo central deu aos governos locais cada vez mais autonomia. Portanto, os governos locais tinham mais poder e incentivos mais fortes para desenvolverem suas regiões de acordo com seus próprios planos. A descentralização foi em parte combinada com o processo de abertura. Nas zonas de abertura os governos locais tinham mais poder para estabelecer políticas do que em outras regiões. Portanto, a região costeira, que abrigava a maior parte das zonas de abertura, tinha maior capacidade para desenvolver a região. Obviamente, seria proveitoso levar em consideração a estratégia de desenvolvimento desequilibrado e desenvolver a região costeira primeiro.

Duas medidas importantes foram tomadas pelos governos locais como resultado da descentralização. Uma foi a política de investimento e a outra a política fiscal.

Depois da descentralização, os governos locais eram cada vez mais fortes na política de investimento. Por exemplo, um projeto de investimento de

Tabela 1. Tratamentos preferencias nas diferentes zonas de abertura

Tratamentos preferênciais	Zonas de processamento para a exportação	Zonas econômicas especiais	Zonas de cooperação econômica e tecnológica	Zonas de abertura na região costeira	Cidades de abertura ao longo da linha costeira, rio Yangtsé e nas capitais das províncias	Cidades de abertura ao longo do limite como interior	Zonas de cooperação econômica ao longo do limite com o interior
Maior autonomia na aprovação de investimento externo		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Redução e insenção do imposto de renda para empresas extrangeiras	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Edução e insenção de encargos		Sim					
Maior autonomia no comércio exterior		Sim		Sim			Sim
Procedimentos simplificados de entrada e saída do país		Sim					
Redução de impostos e encargos de bens de uso próprio para importação e exportação	Sim		Sim	Sim			
Mais amplos direitos de comércio exterior	Sim						
Direitos comerciais para empresas manufatureiras	Sim						Sim
Empresas de comércio exterior	Sim						
Instituições financeiras estrangeiras na área de câmbio	Sim						
Companhias de seguro extrangeiras	Sim						
Acesso facilitado a empresários estrangeiros	Sim						
Redução do imposto sobre as exportações de manufaturados e agrícolas						Sim	Sim
Aumento da cota de crédito						Sim	Sim
Redução do imposto de renda das empresas domésticas de cooperação						Sim	Sim
Subsídios às empresas fronteiriças						Sim	Sim
Isenção do imposto de ajuste de investimento							Sim
Permissão para investir fora do país						Sim	

Fonte: Yang Jie. Regional comparison of China's opening-up policies. *Studying References for Economists,* nº 11, 1996.

Tabela 2. Distribuição das zonas de abertura na China

	Região oriental	Região central	Região ocidental	Total
Zonas de Processamento para a Exportação	13	-	-	13
ZEEs	5	-	-	5
ZCETs	26	4	2	32
Nova área Pudong	1	-	-	1
Cidades costeiras de abertura	14	-	-	14
Zonas costeiras de abertura (cidades e municípios)	260	-	-	260
Cidades de abertura ao longo do rio Yangtsé	-	6	3	9
Cidades de abertura ao longo do limite com o interior	2	5	6	13
Zonas de cooperação econômica ao longo da fronteira	2	4	6	13
Capitais de províncias de abertura	2	8	8	18
Total	326	27	25	378

Fonte: A mesma da Tabela 1.

menos de US$ 30 milhões não mais precisa da aprovação do governo central. Os impactos da descentralização da política de investimento sobre o desenvolvimento regional foram óbvios. Por um lado, o poder de aprovação dos projetos de investimento era diferente entre os governos locais nas diferentes regiões. Em geral os governos das zonas de abertura tinham mais poder para aprovar projetos de investimento. Isto significa que projetos de investimento na região costeira passavam mais facilmente pelo processo de aprovação do que os projetos do interior. Por outro lado, a região costeira tinha maior infra-estrutura, bases industriais mais fortes, mão-de-obra mais bem treinada e mais políticas preferenciais do que o interior. Os governos na região costeira também tinham maior capacidade financeira do que os do interior. Todos esses fatores tornaram a região costeira mais atraente para os investidores do que o interior. Portanto, a descentralização da política de investimento contribuiu para a obtenção da estratégia de desenvolvimento desequilibrado.

As medidas fiscais foram o outro importante instrumento de política para o desenvolvimento regional. A receita orçamentária era arrecadada e distribuída pelo governo central antes da era da reforma. Para dar mais

incentivo aos governos locais para promoverem o desenvolvimento regional, o sistema fiscal foi reformado várias vezes desde a primeira reforma. Por exemplo, de 1988 a 1990 o governo central promoveu o "sistema de contratação de receita", no qual a quantia submetida ao governo central pelos governos locais eram predeterminadas. Sob este sistema, depois de submeter a quantia específica ao governo, os governos locais podiam utilizar todo o restante da receita. Quanto mais arrecadavam, mais poderiam usar. Isso deu grande incentivo aos governos locais para promover o crescimento econômico. Na região costeira, a média da carga tributária era inferior à das regiões do interior por causa da isenção e redução de impostos. A região costeira atraía mais investimentos e, portanto, o governo nesta região tinha maior capacidade financeira para promover o desenvolvimento regional. Isto contribuiu também para a estratégia de desenvolvimento desequilibrado.

3) Alocação de recursos financeiros

Para um país em desenvolvimento, os recursos financeiros desempenham um papel importante no desenvolvimento regional. Para desempenhar a estratégia regional, o governo central usou o seu poder de alocar recursos financeiros como um instrumento eficaz.

O primeiro método foi o de prover parte ou todo o financiamento para projetos de investimento. Na economia planejada, o governo central tinha grande capacidade de financiar os seus investimentos. Com a descentralização, a capacidade financeira do governo central tem diminuído gradualmente. A proporção da receita do governo em relação ao PIB decresceu de 25,7% em 1980 para 12,4% em 1998. Projetos de investimento combinados, financiados pelo governo central e governos locais, ao invés daqueles financiados exclusivamente pelo governo central, tornaram-se cada vez mais populares. Entretanto, o governo central também exigia que os bancos estaduais, que retêm cerca de 80% dos recursos bancários, fornecessem empréstimo ao projeto escolhido pelo governo central.

O segundo método era de alocar as quotas de empréstimo entre as regiões. A escala de empréstimos era controlada por meio de quotas de empréstimo até 1998. As quotas de empréstimo eram alocadas pelo governo central. Como o sistema financeiro chinês era dominado pelo sistema bancário, como em outros países do leste da Ásia, os empréstimos de bancos eram o recurso financeiro mais importante. O governo central alocava as quotas de empréstimo entre as províncias. Para promover o desenvolvimento da região costeira, um maior número de quotas de empréstimo foi alocado para as províncias costeiras.

O terceiro método foi o de permitir às instituições financeiras estrangeiras estabelecerem suas filiais. Os investidores externos no setor financeiro devem obter a aprovação do governo central antes de poderem operar na China. Quase todo o investimento no setor financeiro, como os bancos com base internacional, as companias de seguro, etc., foram estabelecidas na região costeira.

O último método foi o de alocar as quotas de recursos cambiais. Para promover a exportação, o governo central permitiu aos governos locais manter parte da quantia arrecadada da receita cambial gerada pelas companhias de comércio locais para seu próprio uso. Mas a proporção variava nas diferentes regiões. Por exemplo, nas ZEEs era permitido reter 100%, nas cidades costeiras de abertura era permitido reter 50% e no interior podia-se reter apenas 20% do recurso cambial arrecadado por eles. Como resultado, as cidades costeiras tinham grande capacidade de importar máquinas e tecnologias avançadas.

4) Subsídios para as regiões subdesenvolvidas

A disparidade regional foi um subproduto da estratégia de desenvolvimento desequilibrado. O governo central percebeu a necessidade de promover o desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas por meio de subsídios. Haviam vários tipos de subsídios às regiões subdesenvolvidas:

A. O Ministério da Fazenda tem fornecido transferência de recursos para as regiões de nacionalidades minoritárias e para as regiões subdesenvolvidas desde 1980.

B. O Banco Central e bancos provinciais forneceram empréstimos com juros subsidiados pelo governo central.

C. O governo central encorajou os trabalhadores locais a desenvolver a infra-estrutura oferecendo assistência como pagamento. Chegou a um total de 14 bilhões de RMB yuans entre 1984 e 1994 e 4 bilhões de yuans todo ano desde 1996.

D. O governo central transferiu assistência internacional e empréstimos a juros baixos para as regiões subdesenvolvidas.

E. Redução e isenção de imposto para investimentos nas regiões subdesenvolvidas.

Avaliação das políticas chinesas de desenvolvimento regional

A estratégia de desenvolvimento regional mudou do modelo equilibrado na economia planejada para o modelo desequilibrado a fim de

aumentar a eficiência econômica e acelerar o desenvolvimento. Nesta parte, irei avaliar o desempenho das políticas de desenvolvimento regional e analisar as causas.

Avaliação do desempenho

1) Taxa de crescimento da economia

A economia chinesa cresceu a uma taxa média de 9,6% entre 1978 e 1998, o que é maior do que a taxa durante a economia planejada. Um desenvolvimento tão rápido foi causado principalmente pela reforma econômica e abertura. É claro que as políticas de desenvolvimento regional também contribuíram para o excelente desempenho econômico. Pela tabela 3 podemos ver que a região oriental foi a locomotiva do crescimento econômico, que cresceu mais rápido do que ambas as regiões central e ocidental.

Tabela 3. Comparação das taxas de crescimento econômico entre as diferentes regiões (%)

	Região oriental	Região central	Região ocidental
1979-1980	8,25	9,13	8,61
1981-1988	10,81	9,65	9,87
1989-1991	5,08	3,09	5,35
1992-1995	16,93	14,09	11,40
1979-1995	**10,87**	**8,42**	**9,26**

Excluindo os dados de Tibet e Hainan.
Fontes: HOUKAI, Wei. *China´s regional development: economic growth, institutional evolution and regional disparity*.

2) Comércio exterior

O rápido crescimento do comércio exterior é uma outra realização da economia chinesa. Durante 1978 a 1998, a média da taxa de crescimento foi de 11,55% para a exportação e 13,63% para a importação. A China tornou-se o décimo maior ator no mercado mundial em 1998 vindo do 32º maior em 1978. A dependência comercial (volume de comércio/PIB) da economia chinesa cresceu de 9,79% em 1978 para 36,1% em 1997, com a taxa mais alta de 43,6% em 1993.

A região oriental de abertura foi a que mais contribuiu para o rápido crescimento do comércio internacional chinês, com 93,28% das exportações e 94,36% das importações em 1998. As empresas de capital estrangeiro (ECEs) têm desempenhado um papel crescente no comércio internacional da China, responsáveis por mais da metade do movimento do comércio internacional. Elas possuem vantagens comparativas, como canais internacionais de *marketing*, tecnologias mais avançadas, etc. A exportação de manufaturados tem contribuído principalmente para o rápido crescimento do comércio internacional. As importações e exportações do comércio de manufaturados alcançaram US$ 70,2 bilhões e US$ 99,6 bilhões em 1997, o que equivale a 10,5 e 17,7 vezes àquelas de 1986, com uma taxa média de crescimento de 23,8% e 29,9% respectivamente. As parcelas das importações de manufaturados e exportações de manufaturados aumentaram de 15,6% e 18,2% para 49,3% e 54,5% em 1997, respectivamente.

3) Avanço tecnológico

As políticas de desenvolvimento regional promoveram o avanço tecnológico na China. Através da abertura, muitas tecnologias novas foram introduzidas e as fábricas tradicionais foram melhoradas pela tecnologia avançada. O investimento direto externo (IDE) tem desempenhado um papel importante no avanço tecnológico. O IDE não só tem trazido muitas tecnologias novas e avançadas, mas também tem espalhado estas tecnologias para outras empresas domésticas através do efeito *spill over*. Muitos produtos novos foram introduzidos no mercado doméstico, como a TV em cores, vídeo, CD, etc. Os consumidores domésticos beneficiaram-se bastante do progresso tecnológico. A introdução de novas e avançadas tecnologias melhorou a competitividade internacional da China, bem como a sua estrutura de exportação. A parcela de bens primários nas exportações diminuiu de 53,6% em 1979 para 13,1% em 1997. Por outro lado, os bens manufaturados somavam 86,9% em 1997, aumentando de 46,6% em 1979. A indústria de alta tecnologia também foi desenvolvida. De acordo com estatísticas aproximadas, havia cerca de 50 mil empresas de alta tecnologia na China e seu valor industrial agregado chegava a 197,5 bilhões de yuans em 1997. O que precisa ser destacado é que a maioria do progresso tecnológico e da alta tecnologia foi iniciada e estabelecida na região costeira, especialmente nas cidades e zonas de abertura.

4) Disparidade regional

Há diferentes pontos de vista sobre se a disparidade regional na China aumentou depois da reforma. A principal razão da diferença é que as

pessoas utilizam diferentes índices para calcular a disparidade regional. Normalmente as pessoas utilizam os seguintes índices para calcular a disparidade.

1) Diferença entre o PIB *per capita* da região mais evoluída para a região menos evoluída;

2) A razão entre o PIB *per capita* entre a região mais evoluída para a região menos evoluída;

3) Coeficiente de Variação (CV) ou Coeficiente Gini[1].

Neste artigo o CV é usado para medir a disparidade regional. O CV do PIB *per capita* estava decrescendo antes de 1990, o que significa que a disparidade regional em termos de PIB *per capita* foi reduzida durante este período. A razão por trás desta conclusão é que algumas províncias usufruíram de tratamentos preferenciais, como Guangdong, Fujian e Zhejiang que eram menos desenvolvidas no início da reforma e experimentaram um rápido crescimento. Entretanto, os tratamentos preferenciais ainda existem depois que estas províncias se desenvolveram, portanto a disparidade regional em termos de PIB *per capita* tem aumentado desde 1990.

O consumo *per capita* pode melhor descrever as diferenças regionais do que o PIB *per capita*. Normalmente o governo central faz a transferência orçamentária para as regiões subdesenvolvidas das regiões mais avançadas. A diferença regional em termos de consumo *per capita* é, portanto, menor que a do PIB *per capita*. Por exemplo, o PIB *per capita* de Xangai era 13,1 vezes a de Guizhou, mas a diferença do consumo *per capita* era de apenas 5,7 vezes em 1993. Usando o CV do consumo *per capita*, podemos ver que a disparidade regional vem regularmente aumentando durante a era da reforma.

Devido à grande diferença entre as áreas rurais e urbanas, devemos analisar a disparidade regional de residências rurais e urbanas respectivamente e podemos obter as seguintes conclusões:

1) A disparidade regional das residências rurais é muito maior do que a das residências urbanas;

2) A disparidade regional das residências rurais aumentou desde a reforma e a diferença aumentou mais rapidamente na década de 1990;

[1] O CV varia de 0 a 1, sendo que o valor 0 representa uma perfeita distribuição de renda, e o valor 1 representa a situação em que toda renda de um lugar está concentrada nas mãos de uma única pessoa.

3) A disparidade regional das residências urbanas cresceu desde 1988 depois de uma redução no final da década de 1980. A disparidade regional das residências urbanas é a principal causa do aumento da disparidade regional na China na década de 1990.

Análises das causas

As diferenças de desenvolvimento entre as regiões podem ser atribuídas a vários fatores além das políticas regionais e fatores históricos. Entre os fatores, os seguintes valem a pena mencionar:

1) Investimento direto externo (IDE)

Houve pouco, se algum, investimento externo na China durante a economia planejada. Os investidores externos começaram a vir para a China depois que a política de abertura foi lançada no final da década de 1970. Antes de 1987, o IDE anual na China era menor que US$ 3 bilhões. Entre 1988 e 1991, o IDE na China era de US$ 3 bilhões a 4,5 bilhões. Depois de 1992, o IDE aumentou muito rapidamente na China. O IDE chegou a US$ 45,3 bilhões em 1997. A China tem sido a segunda maior receptora de IDE do mundo desde 1993.

A distribuição do IDE foi um importante fator que afetou o desenvolvimento das diferentes regiões. Os IDEs têm vantagens especiais se comparados às empresas domésticas. Normalmente eles possuem tecnologia mais avançada, canais internacionais de *marketing* e gerenciamento moderno. A distribuição de IDE na China é muito desigual e seu impacto sobre o desenvolvimento regional varia em cada região. As regiões em que os IDEs são responsáveis por uma alta proporção em relação ao total de investimentos são as províncias que se desenvolvem mais rapidamente. Por exemplo, a proporção de IDE com relação ao investimento total em Guangdong, Fujian e Hainan foi de 54,6%; 55,8% e 50% respectivamente (tabela 5).

2) Empresas de municípios e de cidades (EMCs)

Como resultado da reforma de liberalização, os governos locais têm tentado ao máximo promover o desenvolvimento de Empresas de Municípios e de Cidades. A diferença do desenvolvimento das EMCs entre as diferentes províncias pode ser atribuída a tais fatores como a fundação histórica das EMCs, tratamentos preferenciais para as EMCs, etc. Em geral, quanto mais

as EMCs tenham se desenvolvido em uma província, mais rápido tem sido o desenvolvimento econômico desta província.

As ECEs e as EMCs são mais dinâmicas que as estatais e são a principal força impulsionando o desenvolvimento econômico. É interessante mencionar que quanto mais alta a proporção de estatais em uma província, mais vagaroso tem sido o desenvolvimento de sua economia.

3) Infra-estrutura

Como um país em desenvolvimento, falta à China suficiente infra-estrutura. Na era da reforma, os governos locais fizeram o máximo para melhorar o ambiente para os investimentos, com o objetivo de atrair o maior número possível de investimentos. O ambiente para os investimentos envolve duas partes: uma administrativa e a outra física. O ambiente administrativo para os investimentos inclui administração eficiente do governo, serviços convenientes, tratamentos preferenciais, etc. O ambiente físico para os investimentos normalmente significa infra-estrutura. A região costeira, em geral, tem maior densidade e qualidade de ferrovias e rodovias do que o interior. Ela possui, também, melhor sistema de fornecimento de água e eletricidade. Particularmente, a região costeira pode construir portos ao longo da linha da costa, o que é uma vantagem inigualável comparada com o interior, e, portanto, tem acesso mais fácil ao mercado internacional. Como resultado, a região costeira tem se desenvolvido mais rápido do que o interior nos últimos vinte anos.

4) Qualidade da mão-de-obra

A diferença na qualidade da mão-de-obra também contribui para as diferenças de desenvolvimento regional.

Desafios das políticas chinesas de desenvolvimento regional

Nos últimos vinte anos, a principal meta das políticas de desenvolvimento regional da China foi a de promover o rápido desenvolvimento econômico, fornecendo tratamentos preferenciais naquelas regiões em que já haviam maiores vantagens econômicas. Esta estratégia foi diferente das políticas regionais da maioria dos países de economia de mercado. Os mecanismos de mercado podem levar os fatores de produção a concentrarem-se no “desenvolvimento polar” pela chamada “mão

invisível". Na maioria dos países de economia de mercado, as políticas regionais buscam desfazer o efeito da concentração dos mecanismos de mercado, e o governo fornece apoio direto ou incentivo indireto aos investidores para acelerar o desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas. A "estratégia de desenvolvimento desequilibrado" da China juntou o poder do governo com os mecanismos do mercado. Em termos da aceleração do desenvolvimento econômico, as políticas regionais atingiram o seu objetivo principal. Entretanto, a economia chinesa mudou de uma "economia de racionamento" para uma economia dominada pela demanda. Com o aumento

Tabela 5. Diferença regional de dependência internacional na China em 1997

	Projetos de IDE		Quantidade contratada de IDE		Quantidade realizada de IDE			Importações-exportações	
	Núme-ro	% do total	Quantia (US$ 10 mil)	% do país	Quantia (US$ 10 mil)	% do país	Proporção em relação ao total de investimento fixo	Quantia (US$ 10 mil)	Proporção em relação ao PIB (%)
Pequim	790	3,76	168,102	3,30	159,286	3,52	14,58	136,2	71,64
Tianjiu	1.056	5,03	385,067	7,55	251,135	5,55	48,51	107,0	71,52
Hebei	629	3,00	11.342	2,18	110.064	2,43	11,01	39,8	8,33
Shanxi	143	0,68	29,074	0,57	26.392	0,59	6,97	24,2	13,85
Mongólia interior	103	0,49	13.489	0,26	7.325	0,16	2,73	9,7	2,39
Liaoning	1.698	8,09	738.835	8,60	220.470	4,87	21,93	147,7	34,97
Jilin	395	1,88	48,783	0,96	40,227	0,89	11,35	24,7	14,12
Helongjjang	380	1,81	58.705	1,15	73.485	1,62	10,65	44,0	13,46
Xangai	1.802	8,58	531,999	10,43	422.536	9,34	19,38	303,7	74,92
Jiangsu	393	1,88	64,444	1,26	47,768	1,06	16,74	12,3	3,95
Zhejiamg	852	4,06	121.008	2,37	150.345	3,32	13,32	162,5	29,26
Aahai	278	1,32	38,308	0,76	42.442	0,94	8,84	26,4	8,19
Fujiam	2.298	10,94	453.731	8,90	419.666	9,27	55,79	192,6	53,21
Jiangzi	393	1,88	64.444	1,26	47.769	1,06	16,74	12,3	3,95
Shandong	1.594	7,59	325.112	8,37	249.294	5,53	20,05	199,6	34,88
Henen	401	1,91	61.192	1,20	69,204	1,53	7,39	23,9	4,80
Hubei	391	1,86	64.176	1,26	79.019	1,25	2,98	32,1	7,21
Hunan	407	1,94	86.013	1,69	91.702	2,03	19,09	20,3	3,08
Guandong	3.744	17,83	769.202	13,08	1.171.083	25,88	54,6	3.325,8	189,39
Guangxi	289	1,38	147.001	2,88	87.986	1,94	24,44	24,8	9,95
Haiman	220	1,05	28.093	0,55	70.584	1,56	50,03	19,3	38,28
Chongquing	229	1,09	46.017	0,90	38.675	0.85	12.48	14,6	8,80
Sichuan	252	1,20	2,661	0,05	24,846	0,55	3,06	21,6	5,39
Guizhoa	77	0,37	10.066	0,20	4.997	0,11	2,53	7,1	7,45
Yunnan	127	0,60	26.736	0,52	46.566	1,03	9,45	16,3	8,18
Tibete	-	-	-	-	-	-	-	1,4	-
Shaanxi	182	0,87	65.990	1,29	62.816	1,39	18,54	17,1	10,54
Gansu	62	0,30	10.772	0,21	4.144	0,09	1,79	5,2	5,52
Qinghai	22	0,10	5,284	0,10	247	0	0,25	1,5	6,16
Ningxia	26	0,12	1.069	0,02	671	0,01	0,77	2,7	10,59
Xingiang	51	0,24	4,127	0,08	2.472	0,05	0,51	12,6	9,95
Total	21.001	100,00	5.100.353	100,00	4.525.704	100,00	19,97	3.250,6	36,04

Fonte: Levantamento estatístico da China, 1998.

da disparidade regional e com a integração internacional da economia chinesa, as políticas regionais da China estarão enfrentando vários desafios através do século.

Aumento da disparidade regional

Como resultado inevitável da estratégia de desenvolvimento desequilibrado, a disparidade regional cresceu, especialmente desde do início da década de 1990. A China está no grupo dos países com disparidade regional bastante acentuada. Na tabela 6, a China é comparada com outros países com disparidade regional através da proporção do mais alto PIB *per capita* nas províncias para o menor.

Os efeitos negativos do aumento da disparidade regional têm se tornado cada vez mais sérios. Primeiro, a disparidade tem causado migração sazonal em grande escala das áreas rurais para as áreas urbanas e das regiões subdesenvolvidas do interior para a região costeira. Tal tipo de migração não só tem trazido uma sobrecarga econômica ao sistema de transportes, mas, também, um alto custo social. Os índices criminais elevaram-se. Segundo, a disparidade inibe a expansão da demanda agregada de consumo. A demanda de consumo marginal das pessoas ricas na região desenvolvida tem diminuído com o aumento da renda, por outro lado, as pessoas pobres, que são a maioria da população, não podem aumentar o seu consumo rapidamente por causa do vagaroso aumento na renda. Como a economia chinesa tornou-se dominada pela demanda, a grande disparidade regional tem efeito negativo sobre a continuidade do rápido crescimento econômico.

Ambiente desigual de concorrência

Nos últimos vinte anos, devido à reforma de descentralização e às políticas de desenvolvimento regional desequilibrado, as empresas em diferentes regiões foram tratadas diferentemente e não tiveram oportunidades iguais de competitividade. Em 1993, o governo chinês decidiu que o objetivo final de sua reforma econômica era a de estabelecer uma economia de mercado socialista, o que significa que os mecanismos de mercado, ao invés da administração governamental, exercerão um papel fundamental na alocação de recursos. Para assegurar que a “mão invisível” possa canalizar recursos para o local de maior eficiência, é necessário criar um ambiente de igual competitividade para todas as empresas. Se as políticas regionais

Tabela 6. Comparação internacional de disparidade regional

Países	Ano	Razão entre máx./min. do PIB per capita nas provincias
China	1998	4,76 [a]
Antiga Iugoslávia	1988	7,80
Grecia	1988	1,69
Espanha	1988	2,23
Alemanha	1988	1,93
França	1988	2,15
Canadá	1988	2,30
Japão	1981	1,47
Índia	1980	3,26
Coréia do Sul	1985	1,53
Itália	1988	2,34
Portugal	1988	1,66
Bélgica	1988	1,61
Reino Unido	1988	1,63
Holanda	1988	2,69
EUA	1983	1,43
Austrália	1978	1,13
Indonésia	1983	5,3 [b]

[a] Usa-se normalmente os dados de Xangai como o mais alto. O autor acredita que Xangai, a cidade, não pode ser comparada a economia das províncias e, portanto, usa o dado de Guangdong como sendo o mais alto.
[b] Excluindo a renda do petróleo.
Fonte: Hu Angang. *Report on China´s regional disparity.*

permanecerem inalteradas no futuro, pode-se esperar que haverá conflito entre o objetivo geral da reforma e as políticas regionais.

Segmentação do mercado doméstico

Como resposta ao aumento da disparidade regional, os governos locais tentaram ao máximo proteger as empresas de suas regiões. A descentralização tornou possível aos governos locais usarem medidas políticas para conseguirem seu objetivo. Como resultado, a segmentação do mercado doméstico tornou-se um problema muito sério. Os efeitos negativos da segmentação do mercado doméstico são o seguinte: primeiro, a segmentação do mercado impediu a concorrência entre as empresas, portanto as empresas com maior eficiência não ganhavam a fração do mercado e as empresas atrasadas continuavam operando no mercado. Causa, deste modo, alguma perda de eficiência social. Segundo, a segmentação do mercado impede a divisão inter-regional do trabalho. A similaridade da estrutura industrial das províncias está bem mais alta, apesar

de ter havido um melhoramento nos últimos anos. A falta de divisão inter-regional do trabalho também causou perda de eficiência social. Terceiro, a segmentação do mercado é ruim para aumentar a competitividade internacional da economia chinesa. A China está cada vez mais integrada à economia mundial e essa tendência continuará no próximo século. As empresas chinesas enfrentam a concorrência internacional não só no mercado mundial, mas também no mercado doméstico. Será uma tarefa vital para a China aumentar a competitividade internacional no próximo século.

Enfraquecimento da capacidade financeira do governo central

Como resultado da reforma de descentralização, a capacidade financeira do governo central tem diminuído desde a metade da década de 1980. A taxa de receita do governo central em relação ao PIB caiu do seu ponto mais alto de 15,8% em 1984 para 5,8% em 1997. Entretanto, a taxa de receita dos governos locais em relação ao PIB também caiu do seu pico de 26,4% em 1982 para 9,5% em 1997. Uma razão para o decréscimo é que os governos implementaram as suas políticas de desenvolvimento regional principalmente através da redução e isenção de impostos ao invés de aumentarem os gastos governamentais nas regiões prioritárias. A capacidade financeira dos governos está tão enfraquecida que eles terão capacidade limitada de implementar as políticas de desenvolvimento regional. Por um lado, o governo central tem capacidade muito limitada de oferecer apoio direto às regiões subdesenvolvidas. Por outro, a taxa de receita governamental em relação ao PIB é tão baixa que há muito pouco espaço para futuras reduções e isenções de impostos.

Conclusões e perspectivas

A política chinesa de desenvolvimento regional mudou de estratégia de desenvolvimento equilibrado em uma economia planejada para uma estratégia de desequlíbrio desde a reforma econômica. A nova política de desenvolvimento regional é bem sucedida em termos de promover o desenvolvimento econômico nacional. Entretanto, os efeitos negativos dessa estratégia, como o aumento da disparidade regional e a segmentação do mercado doméstico, têm aumentado. Se não houver uma modificação das políticas existentes, os custos aumentarão rapidamente. O governo central tem enfrentado pressões cada vez maiores das regiões subdesenvolvidas. Portanto, pode-se esperar que a política de desenvolvimento regional seja alterada em um futuro próximo.

Primeiro, a divisão regional do trabalho será mais enfatizada. Apesar de que a estratégia de desenvolvimento desequilibrado não será fundamentalmente alterada, se dará maior atenção para o máximo aproveitamento das vantagens comparativas de cada região. A divisão inter-regional do trabalho e a cooperação entre regiões serão encorajadas. Leis serão aplicadas para conter o aumento do protecionismo local.

Segundo, a política de abertura continuará a ser um dos meios importantes de implementação da estratégia regional. Com a continuação da integração à economia mundial, a China abrirá mais regiões e setores aos investidores externos. Se a China conseguir ser membro da OMC em um futuro próximo, o passo da abertura será acelerado. Para satisfazer as exigências básicas da economia de mercado e da prática internacional, um tratamento nacional será oferecido aos investidores externos. Isto significa que, por um lado, os investidores externos gradualmente perderão os tratamentos preferênciais na redução de impostos, e as discriminações em relação a eles em outros aspectos também serão eliminadas, por outro lado. É improvável que novas zonas econômicas especiais sejam estabelecidas no interior de forma a reduzir a disparidade regional.

Terceiro, a disparidade regional continuará se expandindo nos próximos anos. Impulsionada pela força do mercado, a diferença entre a avançada região costeira e as regiões subdesenvolvidas do interior continuará inevitavelmente a aumentar. O governo se conscientizou dos efeitos negativos do aumento da disparidade regional e formulou algumas políticas para apoiar as regiões subdesenvolvidas. Tal apoio será fortalecido com o aumento da capacidade financeira do governo central. Entretanto, de acordo com as exigências da economia de mercado, que é o objetivo geral da reforma, o governo estará engajado em estabelecer ambientes iguais de concorrência, para que os mecanismos de mercado possam desempenhar um papel básico na alocação de recursos. É improvável que o governo central reverta a diferença de políticas entre a região costeira e o interior estabelecendo muitas zonas especiais de abertura no interior. O apoio dar-se-á principalmente na forma de transferência de recursos. Apesar de o poder dos governos não ter a força do poder de mercado e não ser capaz de reverter a tendência, os esforços dos governos diminuirão o ritmo da expansão da disparidade regional.

Bibliografia

ANGANG, Hu. *Report on China´s regional disparity.*

BOXI, Li (ed.). *Regional policy and coordinated development.* China Finance & Economics Press, 1995.

DONGSHENG, Chen (ed.). *China's regional development across the century*. Economic Management Press, 1999.

Grupo de Trabalho do Centro de Pesquisa de Desenvolvimento do Conselho de Estado da China. *China*: *regional development strategy across the century.* Pequim: Economics Press, 1997.

JIE, Yang. "Regional comparison of China's opening-up policies". *Studying References for Economists*, nº 11, 1996.

JINFAN, Zhang (ed.). *Dictionary of history of the People's Republic of China* (*zhong hua ren min gong he guo guo shi da ci dian*). People's Press of Helongjiang, 1992.

MENKUI, Wang (ed.). *Review and prospects of the Chinese economy*. Pequim: China Finance & Economics Press, 1999.

SHUCHEN, Liu et al. (eds.) *Studies on China's regional economic development*. China Statistical Press, 1994.

Brasil e China – Estratégias antípodas de participação na globalização dos negócios

Plinio de Arruda Sampaio Jr.[*]

Introdução

China e Brasil se sobressaíram na década de noventa, como destacados pólos de atração dos fluxos de capitais que se dirigiam para a periferia da economia mundial. Em ambas sociedades a entrada maciça de investimentos diretos e de empréstimos externos serviu para impulsionar uma vigorosa onda de incorporação de progresso técnico. No entanto, ao contrário do que as eventuais semelhanças entre estes processos de atração de capitais externos poderiam sugerir, eles refletem estratégias antípodas de participação na economia mundial, com efeitos opostos sobre o desenvolvimento nacional. O sentido da evolução da economia nos últimos cinqüenta anos, os condicionantes externos e internos do movimento recente de internacionalização, o impacto do capital estrangeiro sobre as forças produtivas, a natureza dos vínculos das empresas transnacionais com a base empresarial nativa e com o Estado põem em evidência diferenças substanciais no modo dessas duas sociedades conceber o papel do capital internacional como mola propulsora do desenvolvimento nacional.

China: socialismo de mercado e capital internacional

A abertura da economia chinesa para o exterior e sua gradativa exposição à penetração do capital estrangeiro só adquirem significado pleno quando cotejadas com as dificuldades enfrentadas pela revolução chinesa para alcançar os objetivos fundamentais que mobilizaram a República Popular da China (RPC) desde a tomada do poder pelo Partido Comunista (PCC) em outubro de 1949 - vencer o estado de miséria e pobreza em que se encontravam grandes contingentes de sua vasta população, erradicar as gritantes assimetrias sociais herdadas da era imperial, afirmar a unidade nacional e promover a transição do capitalismo para o socialismo.

No plano interno, as tarefas revolucionárias foram dificultadas não

[*] Professor do Instituto de Economia da UNICAMP e Técnico da Diretoria de Estudos de Economia do Setor Público – DIESP/FUNDAP. Artigo escrito para o IPRI em novembro de 1999.

apenas pelo estado de extrema escassez econômica e permanente risco de crises de abastecimento – fenômenos associados ao grande atraso no grau de desenvolvimento das forças produtivas no campo e na cidade – , como também pela instabilidade política decorrente dos embates entre as facções mais radicais do PCC, comandadas por Mao Tse-Tung, e os grupos pragmáticos, lideradas por Deng Xiaoping, a respeito da melhor via para impulsionar o desenvolvimento econômico e social – posições que expressavam as oscilações na luta de classes entre camponeses, pequenos proprietários rurais, operários urbanos, burguesia nacional, militares e burocratas pela construção do socialismo e que se definiam, em última instância, em função das diferentes concepções acerca do papel que a iniciativa privada deveria ter no desenvolvimento econômico do país. Em "Enigma Chinês: capitalismo ou socialismo", Wladimir Pomar resumiu o dilema da revolução chinesa nos seguintes termos: "Liquidadas, no fundamental, as contas com o feudalismo, através da reforma agrária, e com o imperialismo e o capitalismo burocrático, por meio do confisco de suas empresas, o problema chave na reconstrução e desenvolvimento econômicos deslocava-se para o relacionamento com a burguesia nacional. O atraso das forças produtivas e a pequena amplitude da economia mercantil obrigavam o novo Estado a aproveitar, numa certa escala e por um tempo razoavelmente prolongado, as economias capitalista e individual. Esse processo, porém, apresentava inúmeras armadilhas".[1]

No plano externo, a revolução chinesa teve de abrir caminho em meio a uma conjuntura internacional particularmente hostil. O bloqueio implacável imposto pelo Ocidente fechava o acesso ao progresso técnico das economias capitalistas.[2] Na década de sessenta, a crescente rivalidade com os países que compunham o Pacto de Varsóvia, que culminou com a ruptura com a União Soviética, levava o isolamento econômico, político e cultural do país ao paroxismo. Por fim, a ameaça de agressão nuclear por parte das potências capitalistas, os conflitos nas fronteiras com a Índia, com o Vietnã e com a própria União Soviética, bem como as tensões regionais derivadas do projeto de unificação com Macau, Hong Kong e Taiwan alçaram a questão militar à mais alta escala de prioridade do Estado, tornando-a um elemento presente em todas as dimensões da vida chinesa. Este fato

[1] POMAR, Wladimir; *Enigma Chinês: capitalismo ou socialismo*, p.55.

[2] Citando o livro de Nathan, A. e Ross, R ., *The Great Wall and the Empty Fortress*, Medeiros destaca que o isolamento comercial que os Estados Unidos impuseram à República Popular da China até 1972, quando começou o movimento de aproximação entre Mao e Nixon, foi muito mais rígido do que o existente para os demais países comunistas. O governo norte-americano chegava, então, ao extremo de exigir que as mercadorias importadas de Hong-Kong apresentassem certificado provando que não eram oriundas da China, Medeiros, (1999), p. 393

acarretou um pesado ônus em termos de utilização do excedente social e teve um papel determinante na decisão de descentralizar ao máximo o parque produtivo, comprometendo a eficiência do sistema produtivo.

Não obstante a extrema adversidade do contexto histórico e a devastação provocada, primeiro, pela guerra contra a invasão japonesa e, depois, pela guerra civil, o balanço das três primeiras décadas da revolução chinesa revela que houve expressivo avanço no desenvolvimento de suas forças produtivas. Apesar dos efeitos catastróficos do "grande salto à frente" sobre a oferta de alimentos e do impacto desorganizador da "revolução cultural" sobre todas as dimensões da vida nacional, entre 1952 e 1978, o Produto Interno Bruto cresceu ao ritmo anual de 4,4% – uma cifra nada desprezível quando comparada com o desempenho da economia mundial. Tal desempenho foi liderado pelo vigoroso dinamismo da indústria, cuja expansão no período alcançou uma média superior a 9% ao ano.

Entretanto, desde o início dos anos sessenta, a marcha forçada da economia chinesa começou a apresentar inequívocos sinais de exaustão. O fraco desempenho da produção agrícola, a permanente escassez de bens de consumo, a contínua deterioração da capacidade de importação, a crescente rigidez na pauta de importações, em que se destaca o elevado peso dos alimentos, e a progressiva diminuição na produtividade física do trabalho em todos os setores da economia revelavam o impasse em que se encontrava o modelo econômico chinês – um padrão de acumulação autárquico baseado na expansão acelerada da indústria pesada e em grandes investimentos no setor bélico, financiado por gigantescas transferências de renda da agricultura para a indústria e pela fortíssima compressão do consumo agregado. Organizado por uma combinação sui generis de planejamento central, grandes empresas estatais e uma pulverizada rede de unidades produtivas regionais, agrícolas e industriais, baseadas na comuna, o modelo chinês apresentava inequívocos sinais de exaustão.

Na década de setenta, a persistência de um grande contingente da população vivendo na pobreza, a exacerbação das tensões entre campo e cidade, a crescente fadiga dos chineses com o regime de austeridade econômica, a grave ameaça de estrangulamento cambial e a percepção de que o atraso econômico comprometia a importância relativa da RPC no contexto regional explicitavam a necessidade de se aumentar significativamente o excedente social e de se elevar a capacidade de geração de divisas. A situação crítica em que se encontrava a economia chinesa

após dez anos de revolução cultural deixava patente a exigência de uma certa correspondência entre socialização dos meios de produção e grau de desenvolvimento das forças produtivas, evidenciando os constrangimentos objetivos que a situação de subdesenvolvimento significava para a construção do socialismo. O impasse econômico em que se encontrava a revolução punha na ordem do dia a necessidade de uma profunda redefinição das bases técnicas e econômicas do padrão de acumulação.

O abandono do igualitarismo da revolução cultural e a palavra de ordem "o socialismo não é a pobreza" são as referências fundamentais para a compreensão da guinada radical na política da China em relação ao capital internacional na era que se inicia em 1978 com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder. O anúncio das quatro modernizações - da indústria, da agricultura, das forças armadas e da ciência e tecnologia – alçou à condição de prioridade absoluta o aumento do excedente social, o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão e diversificação da cesta de consumo. O epíteto "socialismo de mercado" sintetiza de maneira cristalina o apelo à iniciativa privada como instrumento fundamental para a promoção de um salto qualitativo na riqueza da nação. A nova orientação do PCC transformava o avanço nas forças produtivas em requisito *sine qua non* da marcha para o socialismo. Dentro desta perspectiva, o capital internacional passou a ser visto como um meio de viabilizar o acesso às tecnologias mais avançadas.[3]

Nas décadas de oitenta e noventa, uma conjuntura internacional muito particular permitiu que a China tirasse proveito das contradições das relações internacionais para romper o cerco imperialista e desbloquear o acesso à tecnologia.[4] A capacidade de explorar a posição pendular no conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética gerou brechas nas relações com o Ocidente que tornou possível superar décadas de total isolamento do comércio internacional. O deslocamento de capitais nos países do leste asiático, provocado pela expressiva desvalorização do dólar na segunda metade dos anos oitenta e pela ofensiva comercial norte-americana contra o Japão, abriu espaço para que a China pudesse atrair capitais em busca de novas plataformas de exportação para o mercado ocidental, convertendo-se em pólo de aproximação da burguesia chinesa dispersa pelo mundo, sobretudo a de Hong-Kong e Taiwan.

Finalmente, nos anos noventa, mesmo com os Estados Unidos

[3] Um exame detalhado da política em relação ao capital estrangeiro da China pode ser encontrado em; Pin (1999); E.I.U.(1999); Bustelo e Lommen, (1996); Van Ness (1974).

[4] Ver Medeiros (1999)

procurando conter sua crescente influência econômica e política, a capacidade de explorar as rivalidades entre os países desenvolvidos e a possibilidade de tirar vantagens da concorrência entre os grandes oligopólios internacionais que cobiçavam o extraordinário potencial de seu mercado interno deram à China cacife suficiente não apenas para evitar retrocessos, como para ampliar sua presença na economia internacional e negociar em condições favoráveis uma nova rodada de internacionalização da economia.

A decisão da RPC de recorrer ao capital internacional para impulsionar o desenvolvimento nacional consubstanciou-se na adoção de uma política pragmática de investimentos diretos e de endividamento externo. De um lado, o espaço de atuação das empresas transnacionais e dos credores externos deveria restringir-se àquele que fosse estritamente necessário para potencializar a assimilação de tecnologias que não poderiam ser absorvidas na velocidade desejada sem o recurso à participação do capital estrangeiro seja pelos limites da capacidade de importação, seja pela debilidade da estrutura empresarial e financeira interna, ou ainda pura e simplesmente pela sua indisponibilidade no mercado internacional. De outro lado, a participação do capital internacional deveria ser planejada levando em consideração basicamente três objetivos estratégicos: reduzir paulatinamente a dependência financeira e tecnológica do país em relação ao exterior; limitar a transferência de recursos para o exterior com o pagamento de remessas de lucros e *royalties* e com o serviço da dívida externo a um montante que não comprometesse o equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos; e minimizar o impacto da presença do capital internacional sobre os rumos da política econômica.

Os princípios que norteiam a relação da China com o capital internacional traduziram-se em um conjunto de medidas destinadas a integrá-lo no esforço de modernização da economia. O capital externo deveria contribuir tanto para potencializar a incorporação de progresso técnico e ampliar a capacidade produtiva voltada para o atendimento do mercado interno – o objetivo último da política econômica – quanto para diminuir a rigidez da pauta de importações e aumentar a capacidade de exportação – metas instrumentais para evitar que crises de estrangulamento cambial pudessem inviabilizar o objetivo principal.

Até o início dos anos noventa, o endividamento externo, sobretudo junto a fontes oficiais de crédito, foi a principal fonte de acesso ao capital externo. Além de condicionar os empréstimos externos à importação de mercadorias indispensáveis para a modernização do parque produtivo, para a substituição de importações e para o aumento da capacidade exportadora, as autoridades chinesas tomaram uma série de providências para impedir

que o aumento descontrolado dos compromissos financeiros pudesse aprisionar a China na armadilha da dívida externa.[5]

Na década de noventa tem prevalecido a captação de capitais na forma de investimentos diretos. Inicialmente, as empresas estrangeiras foram convocadas para participar fundamentalmente do esforço de exportação. As Zonas Econômicas Especiais que concedem ao capital estrangeiro uma série de vantagens fiscais e ampla liberdade de movimento de capitais foi o principal instrumento mobilizado pela RPC para atrair empresas produtoras de bens de consumo de baixo conteúdo tecnológico que buscavam novas bases para conquistar o mercado ocidental. Num momento posterior, segmentos do mercado interno foram franqueados à atuação das empresas transnacionais. Um rígido código que regulamenta a atividade das empresas estrangeiras, definindo detalhadamente as condições de entrada, localização e operação do capital internacional, procurou resguardar a capacidade de controle e a necessária flexibilidade à política de atração de investimentos diretos. As metas estabelecidas pelas autoridades chinesas - formalizadas nas Regulações Provisórias para Orientar os Investimentos Externos – estimularam sobretudo os investimentos direcionados para a ampliação da capacidade produtiva na agricultura, transporte, construção civil relacionada com produção de energia, matérias-primas, bens de consumo semi-acabados, alta tecnologia (circuitos integrados e semi-condutores), proteção do meio ambiente e projetos de desenvolvimento nas regiões centrais e oeste da China.[6]

Ainda que o tratamento ao capital estrangeiro tenha sido liberalizado, prevalece um firme controle político sobre suas condições de atuação. A decisão de subordinar a atuação do capital internacional às diretrizes do

---

[5] "La politique chinoise à l'égard de l'emprunt se résume, au début des années quatre-vingt, à un plafond fixé à 15% par le ratio du service de la dette. Ce ratio, bien inférieur à celui des pays modérément endettés (20-25%), reste modéré grâce à la très forte croissance des exportations qui procurent les devises nécessaires au remboursement d'emprunts plus élevés. Pendant les annés 1983-1994, l'industrie a recueilli près de 34% des emprunts contractés, contre 12% pour les transports et les télécommunications, et moitié moins pour l'agriculture. Ce poids de l'industrie est surtout élevé en début d'overture: un tiers à la fin des années quatre-vingt, contre 62% en 1983, et davantage sans doute en 1979-1982. Son déclin semble avoir plus durement touché les industries lourdes: charbon, pétrole, métallurgie et chimie. L'attention progressive portée aux infrastructures infirmerait donc l'idée d'une extraversion accrue par l'emprunt (des remboursements croissants obtenus par une extraversion de plus en plus marquée à l'exportation)., Pin (1999), p.

[6] "Under the Provisionl Regulations, foreign investment projects are divided into four categories: "encouraged", "restricted", "prohibited" and "permitted". Foreign investment projects in the first three categories are listed in detail in the Foreign Investment Catalogue; permitted projects are deemed to be all projects not listed in the catalogue. The catalogue also lists various projects for which wholly foreign-owned enterprises (WFOs) are prohibited or for which the state must have a controlling interest". E.I.U. (1999), p. 16-17.

planejamento central levou a China a mudar várias vezes suas prioridades em relação à política de investimento direto. "*La sélectivité en matière de recours aux IDE illustre l'obsession chinoise de contenir l'influence extérieure et de la soumettre au développement national. Si les secteurs ouverts sont plus nombreux, la Chine a aussi freiné par exemple l'acess aux secteurs hypertrophiés ou non essentiels. Après le tourisme et l'immobilier, cela vise en 1986 les secteurs très importateurs (chaînes de production de biens de consommation), ceux aux débouchés limités par le protectionnisme occidental et ceux dont la production est concurrente des entreprises chinoises*".[7]

Ao lado da preocupação com o desenvolvimento das forças produtivas, a China tomou uma série de medidas para impedir que a entrada de empresas estrangeiras levasse a uma desnacionalização da economia. A fim de evitar a concorrência predatória com os produtores chineses e preservar setores considerados estratégicos nas mãos de grupos econômicos nacionais, o capital internacional foi proibido de investir em uma série de atividades, entre as quais: aquisição de terras, projetos que ocupam grandes extensões de terra, controle de tráfico aéreo, telecomunicações, serviços de saneamento básico e gás urbano, exploração da riqueza biogenética, atividades artesanais tradicionais e projetos que poluem o meio ambiente. A decisão de criar um sistema nacional de inovação levou as autoridade chinesas a investir em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, a proteger o mercado interno da concorrência de produtos importados sempre que isso fosse possibilitado pela presença de similares nacionais e a exigir uma efetiva transferência de tecnologia por parte das empresas estrangeiras.[8] Para fomentar o fortalecimento da base empresarial nativa, antes mesmo da abertura da economia ao capital internacional, a China já havia deflagrado uma política de incentivo à eficiência econômica das unidades produtivas de propriedade coletiva e estatal.[9] A preocupação em reforçar o grau de

---

[7] Pin (1999), p. 79. A observação do The Economist Intelligence Unit deixa patente a inequívoca intenção da RPC de fazer valer sua vontade nacional. "Legislation governing foreign investment can be bewildering (and arbitrary, as authorities experiment with new regulations). Earlier efforts to lighten bureaucratic burdens on foreign-investment entreprises have reversed in the past few years as China increased its scrutiny of proposed foreign investment to ensure that only those projects that are in accordance with the national development priorities and are capable of balancing their foreign-exchange flows are given the go-ahead", in E.I.U. (1999), p. 19.

[8] "La Chine a su aussi se servir de Hong Kong comme observatoire des pays occidentaux et comme moyen de contourner parfois le contrôle visant les exportations occidentales de technologie (à d'éventuelles fins militaires) en direction des pays communistes. Enfin, les investissements chinois à l'étranger consistent à acquérir équipements, savoir-faire et modes de gestion, grâce à une veille technologique permanente et à la formation de personnel, notamment aux États-Unis", Pin, (1999), p. 13.

centralização e concentração do capital nacional acarretou na promoção de uma série de reformas destinadas a fortalecer os bancos e a estimular a formação de grandes conglomerados industriais com capacidade de competir nos mercados internacionais. Por fim, a origem dos capitais que afluem à China deixa patente a intenção do PCC de se aproximar da burguesia chinesa de Hong-Kong e Taiwan, bem como de diversificar os capitais provenientes das nações capitalistas hegemônicas. O lema "um país, dois sistemas" sintetiza a aliança proposta pelo PCC à burguesia chinesa dispersa pelo mundo. "A intenção evidente era incitar a diáspora chinesa a cooperar com o processo de modernização da China ancestral, não só através de investimentos mas também transmitindo-lhe as técnicas e habilitações adquiridas pelas gerações de chineses que tinham estado mergulhados no grande mundo do capitalismo. Os ensinamentos ocidentais chegariam filtrados por uma vivência chinesa, reduzindo os riscos de poluição cultural".[10]

Além do cuidado em preservar e fortalecer a base empresarial vinculada ao espaço econômico nacional, a RPC procurou minimizar a influência do capital internacional sobre os centros internos de decisão. A elevada participação dos investimentos diretos na composição do fluxo de capitais e a exigência de vínculos estratégicos das empresas transnacionais com a economia chinesa evidenciam o esforço de diminuir ao máximo a volatilidade do capital internacional. A decisão de privilegiar o endividamento junto aos credores oficiais e a decisão de manter elevadíssimos níveis de reservas cambiais são dois exemplos da preocupação em atenuar os efeitos desestabilizadores do movimento especulativo de capitais. A pré-determinação da duração das operações das empresas estrangeiras, a preservação do monopólio estatal sobre o câmbio, o controle centralizado da política de endividamento externo, a supervisão pelo governo central da estratégia de atração de investimentos diretos e a segregação do capital internacional da vida econômica e social chinesa são alguns indicativos do esforço do PCC de minimizar a influência política das empresas internacionais e de maximizar seu poder de barganha com o capital estrangeiro.

Em suma, ao subordinar o modo de participar na economia mundial aos objetivos nacionais e ao submeter a vida econômica do país às diretrizes estabelecidas pelo planejamento central, a China revela uma inequívoca intenção de colocar o desenvolvimento nacional à serviço da sociedade nacional. Considerada como um simples meio de potencializar o

[9] A propósito ver Bowles/Xiao-Yuan, D., (1997).

[10] Porto de Oliveira, (1997), p.9.

desenvolvimento das forças produtivas, a incorporação da tecnologia estrangeira deveria subordinar-se às prioridades internas e não o inverso. "*Afin de combler le retard, les technologies étrangères permettront de réduire les délais, les coûts et les risques de la modernisation des entreprises existantes. Elles doivent aussi aider à developper de nouveaux produits et favoriser l'exportation. (...) Il s'agit, à terme, de réduire la dépendance en importations de matières premières et les remplacer au plus vite par des matières synthètiques. La dependance technologique est acceptée, pour renforcer l'indépendance économique globale*".[11]

Brasil: capital internacional e reversão neocolonial

Quando posto em perspectiva histórica, o movimento recente de entrada de capitais externos na economia brasileira deve ser entendido como o aprofundamento do padrão de incorporação de progresso técnico baseado na crescente concentração da renda e na progressiva internacionalização dos meios de produção, cuja finalidade última é viabilizar a cópia acelerada dos estilos de vida das economias centrais. Instaurado no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, na segunda metade dos anos cinqüenta, e consolidado durante o regime militar, nas duas décadas posteriores, a essência deste padrão de acumulação consiste na subordinação do ritmo e da intensidade do processo de modernização dos padrões de consumo às exigências das grandes empresas transnacionais.[12]

Até o final da década de setenta, uma conjuntura internacional muito particular, que isolava o país do movimento de integração dos mercados mundiais impulsionada por Bretton Woods, permitiu que a economia brasileira tivesse relativo controle sobre seu regime cambial e ficasse isolada da concorrência de produtos importados, levando o movimento de internacionalização dos mercados internos a impulsionar um vigoroso processo de substituição de importações. Foram estas condições que geraram a oportunidade histórica de conciliar modernização dos padrões de consumo e industrialização. A elevada capacidade de assimilar o padrão tecnológico fordista permitiu que uma crescente parcela de brasileiros – ainda que pequena quando comparada ao conjunto da população – ingressasse na era do consumo de massas, tendo amplo e diversificado acesso ao avião, ao automóvel, à televisão, ao telefone, aos eletrodomésticos e a todos os demais bens que compunham, então, a cesta de consumo das classes médias e altas das

[11] Pin, (1999), p. 9

[12] Ver Furtado, (1972).

economias centrais. A internalização dos elos fundamentais da 2ª Revolução Industrial fez com que a economia brasileira passasse a funcionar nos moldes de um regime central de acumulação, dando a ilusão de que o país tinha conseguido endogeneizar o desenvolvimento.

Não obstante a impressionante expansão da renda nacional, que aumentou cerca de oito vezes entre 1950 e 1980, a sociedade brasileira continuou marcada por gritantes contrastes entre o elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas e as péssimas condições de vida da grande maioria da população. O longo ciclo de prosperidade econômica não fora aproveitado para superar as assimetrias sociais nem para tirar o país do subdesenvolvimento e da dependência econômica externa. Mesmo tendo levado o processo de industrialização subdesenvolvida ao paroxismo e ostentando uns dos maiores PIBs da economia mundial, o Brasil chegou no final da década de setenta com marcantes heterogeneidades regionais, com um dos maiores índices de concentração da renda e com quase um terço de sua população economicamente ativa marginalizada do mercado de trabalho.

A crise da dívida externa, no início dos anos oitenta, deixaria patente a elevada vulnerabilidade do modelo econômico aos processos de reorganização do sistema capitalista mundial desencadeados pelo movimento de globalização dos negócios. Quando tudo parecia indicar que o Brasil tinha superado a fase difícil do processo de substituição de importações e completado a sua revolução industrial, a marginalização do país dos fluxos de capitais externos provocou uma crise devastadora que interrompeu um longo ciclo de expansão econômica que tinha suas origens mais remotas no deslocamento do centro dinâmico da economia para o mercado interno após a crise final da economia cafeeira em 1929. A extrema fragilidade de um padrão de industrialização que marginalizava a grande maioria da população dos frutos do progresso técnico e que deixava as iniciativas vitais de modernização das forças produtivas nas mãos de capitais forâneos ficou patente na surpreendente impotência do Estado brasileiro diante das forças que levavam à desarticulação do processo de substituição de importações.[13]

A valorização da riqueza desvinculada de avanços nas estruturas técnicas e financeiras do capital nacional havia gerado uma base empresarial que operava com baixos índices de produtividade, elevados níveis de proteção e ínfimo grau de concorrência. Sem condições de suportar a concorrência internacional, a sobrevivência do parque produtivo ficou ameaçada. Uma

[13] Sampaio Jr., (1999)

década perdida, em um momento de grandes transformações na economia mundial, agravou dramaticamente a vulnerabilidade do parque industrial recém-instalado. A estagnação da renda *per capita*, a crescente hiato no grau de desenvolvimento das forças produtivas, o enfraquecimento da estrutura de capital das empresas nacionais, o rápido desmantelamento das bases financeiras do Estado desenvolvimentista, a submissão aos ditames dos organismos financeiros internacionais, a falência do setor público e o espectro permanente de fuga de capitais que deixava o país na iminência de uma ruptura hiperinflacionária, tudo isso refletia o beco sem saída em que se metera a industrialização brasileira.

A incapacidade de superar a crise da industrialização por substituição de importações e a decisão de promover uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo constituem os marcos de referência fundamentais para entender o ciclo recente de internacionalização de capital. O slogan de Collor de Mello na campanha presidencial de 1989 - "o carro brasileiro é uma carroça" - expressa de maneira crua a escala de prioridade da coalizão ultramodernista que assume o poder no início da década de noventa. Intolerante com a possibilidade de permanecer indefinidamente à margem das mudanças que se irradiavam dos países mais industrializados, os dirigentes brasileiros estavam determinados a fazer de tudo para fechar o hiato de consumo entre o Brasil e as economia centrais, tornando possível a absorção do progresso técnico de última geração - o automóvel computadorizado, o computador, o telefone celular, o CD, a televisão a cabo. Dada a impotência para vencer os problemas da industrialização subdesenvolvida, a liberalização da economia surgia como a linha de menor resistência para superar o impasse econômico e viabilizar a acelerada reciclagem dos padrões de consumo.

O impacto da exposição da economia brasileira às tendências do sistema capitalista mundial seria sobredeterminado pela especificidade do processo de mundialização do capital. Impulsionado pela liberalização e pela desregulamentação do comércio internacional, tal processo conduziu à formação de um padrão de acumulação dominado por uma lógica financeira de valorização do capital. "La détermination le plus centrale du nouveau régime d'accumulation, celle qui lui donne ses traits le plus originaux, tient à la reconstitution d'un capital financier hautement concentré, ainsi qu'à a la liberté que les États lui ont rendue de se déployer internationalment à sa guise".[14]

Num ambiente de progressiva integração dos circuitos de circulação

da moeda internacional, a perspectiva imediatista e especulativa do capital internacional levou-o a procurar investimentos que lhe garantissem máxima mobilidade de capital, mínimo risco político e econômico e alta rentabilidade. Transformadas em "mercados emergentes", as economias periféricas passaram a ser alvo de verdadeiras operações de pilhagem por parte das empresas transnacionais interessadas em tirar proveito de operações altamente rentáveis de privatizações, fusões e aquisições; em utilizar seu poder de monopólio para controlar segmentos inteiros do mercado nacional e internacional e em extorquir benefícios fiscais e financeiros dos países hóspedes, em explorar as vantagens comparativas, decorrentes do controle de matérias primas e da presença de mão-de-obra barata, como meio de conquistar mercados internacionais.[15]

O novo marco histórico tende a reduzir dramaticamente o poder dos Estados nacionais que fazem parte da periferia do sistema capitalista mundial. A situação é distinta da fase final de difusão do fordismo quando as empresas transnacionais transferiam-se para a periferia para explorar um mercado protegido da concorrência de produtos importados. Então, a política de conquista de mercados internos levava-as a exigir um espaço econômico nacional bem delimitado. Embora o horizonte de valorização de capital fosse transnacional, o processo produtivo operava sob marcos institucionais rigidamente demarcados. Na era da mundialização do capital o fenômeno é bem diferente. Trata-se de quebrar as barreiras entre os diferentes espaços nacionais. O objetivo do capital internacional não é controlar o processo de industrialização das economias periféricas, mas diluir as economias dependentes no mercado global, para poder explorar suas potencialidades econômicas sem que isso implique sacrifício de sua própria mobilidade espacial. Por essa razão, as empresas transnacionais já não querem limites econômicos rigidamente definidos, mas espaços mercantis com fronteiras permeáveis.

A derrota do candidato de esquerda nas eleições presidenciais de 1989, a onda de difusão de capitais para os mercados emergentes e a adesão do governo aos preceitos do Consenso de Washington criaram as condições subjetivas e objetivas que tornariam possível deflagrar um amplo programa de liberalização da economia e de desmantelamento do que ainda restava do Estado desenvolvimentista. Seguindo a seqüência imposta pela comunidade financeira internacional, as autoridades selaram um acordo de renegociação da dívida externa nos moldes do Plano Brady e iniciaram uma política de liberalização

[14] Chesnais, (1997), p. 290

[15] Para um balanço das características dos fluxos de capitais na década de noventa ver UNCTAD, (1999). A especificidade do processo de internacionalização de capital nas economias dependentes é discutido nos capítulos 4 e 5.

comercial e de abertura do sistema financeiro. Uma vez recuperada a capacidade de endividamento externo – fato determinado em última instância pela elevada liquidez internacional e pela diminuição dos haveres no Brasil na carteira dos bancos privados -, foi implementada uma política de estabilização baseada na ancoragem da moeda nacional ao dólar a uma taxa de câmbio propositalmente sobrevalorizada, na aceleração da abertura comercial, produtiva e financeira e na ampliação da privatização das empresas públicas.

Deixado ao sabor das forças de mercado, o processo de modernização dos padrões de consumo passou a depender integralmente da presença do capital internacional. Inicialmente, a entrada de recursos externos deveria não apenas cobrir o déficit no balanço de pagamentos em conta corrente, provocado pela valorização do câmbio e pela abertura da economia brasileira, como também financiar o déficit fiscal, (criando demanda para os títulos públicos), e viabilizar o ajuste patrimonial do setor público (participando do programa de privatização de empresas e serviço públicos). Partia-se do pressuposto que, posteriormente, os recursos externos deveriam converter-se direta ou indiretamente em ampliação e diversificação da economia brasileira e aumento de sua competitividade internacional, redundando não só em elevação de sua capacidade de concorrer com produtos importados como também de seu poder de conquistar mercados externos.[16]

A importância decisiva dada ao capital internacional como mola propulsora da economia brasileira acarretou a integral subordinação de todas as dimensões da política econômica ao imperativo de atrair capitais externos. Tanto no que se refere ao marco institucional quanto no que diz respeito à gestão macroeconômica, foram tomadas um conjunto de medidas destinadas a aumentar a mobilidade espacial do capital internacional, facilitando as condições de entrada e saída no espaço econômico nacional, assim como a alargar sua presença na economia nacional, franqueando-lhe novos mercados e propiciando-lhe a possibilidade de participar dos grandes negócios que surgem com a privatização das empresas públicas e com a desnacionalização da economia. Se não bastasse, a gestão macroeconômica fez o possível para a maximizar a rentabilidade de seus investimentos e para minimizar os riscos de perda de capital.

No que tange à política de investimentos diretos, a atuação do Brasil tem sido pautada pelo esforço de ajustar os parâmetros que regem a operação das empresas transnacionais às suas necessidades de uma maior integração no processo de mundialização do capital. Assim, os parcos controles que ainda existiam sobre as empresas estrangeiras foram sendo gradualmente abolidos. Na década de noventa, houve importantes mudanças no marco institucional

que regulamenta a operação das empresas de capital estrangeiro. Tais mudanças criaram um ambiente em que existe plena liberdade de importação e, em conseqüência, maior concorrência de produtos importados; maior liberdade para a saída de capitais devido à erradicação dos mecanismos cambiais e fiscais que restringiam a saída de capitais a título de remessa de lucros e dividendos e à definição de critérios mais favoráveis para a remessa de recursos por conta de pagamento de uso de tecnologias; maior flexibilidade na captação de recursos externos no mercado financeiro internacional e junto às matrizes; possibilidade de abrir contas em moeda estrangeira no sistema financeiro doméstico; equiparação de seu tratamento jurídico ao da empresa nacional; e, finalmente, ampliação dos setores econômicos abertos à operação do capital internacional, entre os quais destacam-se os setores de informática, telecomunicações, indústria extrativas, indústrias de navegação e cabotagem, intermediação financeira, serviços de saneamento, fornecimento de eletricidade e gás, comércio varejista e atacadista, assim como a flexibilização do monopólio do petróleo (ainda permanece o monopólio do refino).[17]

No que concerne à política para regulamentar os fluxos financeiros com o exterior, as reformas no arcabouço institucional estão provocando um substancial aprofundamento da integração do país no mercado financeiro internacional. As mudanças sinalizam para uma maior conversibilidade da moeda brasileira. Entre as principais medidas destacam-se: ampliação das operações de investidores não residentes no mercado de ações, renda fixa e variável; criação de canais de investimentos de residentes nos mercados internacionais; abertura de novas modalidades de captação direta de recursos no mercado financeiro internacional, ampliando a possibilidade de repasse de dívida externa privada, até então restrito apenas à indústria, comércio e serviços, para o setor imobiliário, rural e exportadores; permissão para a colocação de ações e valores mobiliários de empresas brasileiras no mercado de capitais norte-americano. No entanto, é importante observar que, ao contrário de outros países da América Latina, o Brasil ainda possui controle administrativo sobre o câmbio, não permite o endividamento em reais de não-residentes nem depósito em moeda estrangeiro de residentes ou contratos que não estejam denominados em moeda brasileira.[18]

A ausência de medidas para direcionar os recursos externos para

---

[16] Na ausência de um documento oficial explicitando a política industrial do governo e sua política para o capital internacional, o artigo de José Roberto Mendonça de Barros e Lídia Goldenstein, "Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro" constitui o único esforço um pouco mais articulado de racionalizar as medidas *ad hoc* que estão sendo tomadas pelo governo FHC. Ver Revista de Economia Política, vol. 17. No. 2 (66), abril-junho\1997.

[17] Gonçalves, (1999).

atividades estratégicas, destinadas a substituir importações, elevar a capacidade de exportação ou assegurar transferência efetiva de tecnologia deve-se ao pressuposto de que o livre funcionamento do mercado seria o mecanismo mais eficaz para decidir a melhor alocação de recursos na economia. O espírito da política que está sendo implementada em relação às empresas transnacionais pode ser sintetizado nos seguintes termos: "A fé no investimento estrangeiro é tanta que torna dispensável a negociação com as empresas transnacionais".[19] A única intervenção ativa para direcionar os investimentos do capital estrangeiro consistiu na concessão de incentivos fiscais e creditícios concedidos às empresas transnacionais que investissem em determinadas regiões – fenômeno que alimentou a guerra fiscal entre os estados e municípios – , e que participassem de leilões de privatização – fato que reforçou a desnacionalização da economia. Após o ataque especulativo contra o real, no início de 1999, o capital internacional tem aproveitado a extrema vulnerabilidade cambial do país para obter vantagens adicionais, tais como descontos pela internalização antecipada de divisas para pagamento de privatizações e linhas de crédito especiais do BNDES especificamente desenhadas para atender os interesses das empresas estrangeiras.

A retomada dos investimentos diretos na segunda metade da década de noventa foi condicionada fundamentalmente por um aprofundamento do processo de conquista do mercado interno.[20] As empresas já instaladas no Brasil procuraram se adaptar à nova realidade da economia, defendendo-se da concorrência de produtos importados, integrando-se de maneira mais orgânica no circuito produtivo, comercial e financeiro de seu grupo em escala mundial, tirando proveito de sua posição no Brasil para participar do Mercosul e explorando a fragilidade de concorrentes internos para aumentar sua participação no mercado nacional.[21] A entrada de novas empresas oligopolistas foi conseqüência tanto da decisão estratégica de aproveitar a abertura do mercado brasileiro para participar do mercado de seus concorrentes dentro de uma lógica de concorrência em escala

---

[18] DIESP\FUNDAP, (1998).

[19] Erber e Cassiolato, (1997).

[20] Gonçalves, (1999), Laplane e Sarti, (1997), Laplane e Sarti (1999).

[21] A propósito cabe mencionar a observação de Laplane e Sarti a respeito da nova característica de funcionamento dos grandes oligopólios internacionais do setor industrial. "O papel das filiais brasileiras na rede corporativa das respectivas matrizes revela atualmente uma mudança importante em relação às décadas anteriores. As filiais brasileiras são menos verticalizadas e mais especializadas na sua linha de produtos do que anteriormente. Apresentam também maior integração produtiva e comercial com as outras filiais no âmbito do Mercosul. Essa mudança reflete características gerais da evolução das redes de filiais no mundo interior (especialização e complementação interfilial), e também a adaptação à abertura da economia brasileira nos últimos dez anos", in Laplane e Sarti, (1999).

mundial, quanto da possibilidade de ocupar os espaços abertos pelo Mercosul e de aproveitar os grandes negócios gerados pela privatização dos serviços públicos e pela compra de empresas nacionais.

A evolução dos fluxos financeiros a partir de 1992, quando o Brasil voltou ao mercado internacional, foi condicionada fundamentalmente pela utilização indiscriminada do endividamento externo como meio de financiar o desequilíbrio externo gerado pelo ciclo de modernização dos padrões de consumo. À mercê das finanças internacionais, a economia nacional enredou-se ainda mais na armadilha da dívida externa. Oscilando entre dois extremos, o Brasil foi induzido ora a gerar megadéficits comerciais financiados pela absorção de recursos externos, ora a gerar megasuperávits comerciais destinados a pagar o serviço da dívida externa.

Até meados de 1998, salvo nos momentos de grande turbulência na economia internacional, o Brasil não encontrou dificuldades para atrair grandes massas de recursos em busca de elevada rentabilidade nos mercados emergentes. A estabilidade monetária, o substancial acúmulo de reservas cambiais, a perspectiva de grandes ganhos nos mercados de ações e de vultuosas entradas de capital na conta de investimentos diretos, bem como a integral cumplicidade das autoridades econômicas com as diretrizes da comunidade financeira internacional deram ao país relativo poder de barganha para administrar a dívida externa. A crise econômica russa, ao fechar o mercado voluntário de crédito e deflagrar um ataque especulativo contra o Real, marcou o fim desta fase de afluxo maciço de capitais. Apoiado por um pacote financeiro patrocinado pelo governo norte-americano, o Brasil foi obrigado a queimar praticamente US$ 50 bilhões de reservas cambiais para sancionar o movimento de fuga de capitais dos grandes detentores de riqueza; e foi forçado a adotar um draconiano programa de ajustamento econômico monitorado pelo Fundo Monetário Internacional para reverter os desequilíbrios das contas externas. O fim do ataque especulativo iniciou a segunda fase, cuja essência consiste, a curto prazo, em ajustar o nível de atividade da economia, as despesas do setor público e a taxa de câmbio às exigências do programa de ajustamento do FMI; e, a médio prazo, em financiar o hiato de recursos no balanço de pagamentos com um amplo programa de privatização e desnacionalização da economia nacional, enquanto se ganha tempo para tornar possível um vigoroso *drive exportador*, cuja magnitude deveria ser suficiente para cobrir o serviço da dívida externa, as remessas de lucros e dividendos e eventualmente

parcelas das amortizações.

Ao sancionar as exigências dos capitais que se dirigiam aos mercados emergentes, o Brasil exacerbou os efeitos negativos do movimento de globalização dos negócios sobre a formação do sistema econômico nacional. A introdução de padrões de consumo de economias que possuem uma renda per capita muito superior à brasileira impossibilita a sua generalização pelo conjunto da população, intensificando a segmentação do mercado interno entre ricos e pobres e acarretando um aprofundamento da concentração de renda. A inserção subalterna no sistema capitalista mundial, ao comprometer a integridade de elos estratégicos da cadeia industrial, começou a solapar as bases técnicas do sistema econômico nacional. Com a crise do real, as pressões externas para que o país se comprometesse com um hercúleo esforço exportador devem se agravar ainda mais o problema, uma vez que, dado o caráter deficitário do saldo de divisas das empresas estrangeiras – além da permanente compressão do mercado interno – , o aumento das vendas externas exige políticas que privilegiem setores econômicos de baixo conteúdo tecnológico, nos quais o país possui vantagens comparativas no mercado internacional.[22]

A falta de uma política de defesa dos produtores nacionais compromete a possibilidade de sobrevivência do capital nacional.[23] Quando posta em perspectiva de longo prazo e examinada nas suas relações de condicionamento mútuo, o movimento da política econômica brasileira parece responder a uma estratégia deliberada de inviabilizar a formação de

[22] A propósito não custa lembrar a conclusão do estudo de Laplane e Sarti (1997) sobre o caráter do ciclo recente de investimento estrangeiro: "A hipótese de que o atual IDE tende a remover a restrição externa decorre de uma avaliação otimista do potencial das EE de constituírem esse núcleo endógeno de inovação e difusão de inovações. Não há evidências que sustentem essa hipótese otimista. Pelo contrário, o processo de internacionalização produtiva das filiais acarreta efeitos de encadeamento tecnológicos fracos em função do imperativo da eficiência. A ênfase na *efficiency seeking*, por meio da padronização de produtos, de processos e de técnicas de organização e gestão, leva a especialização e à racionalização também no desenvolvimento de inovações. As filiais concentram seus esforços de inovação nas atividades de adaptação de produtos, deixando outras atividades para as matrizes. Embora a opção seja eficiente do ponto de vista microeconômico, a conseqüência sistêmica é que o significativo esforço intramuros por obter ganhos de eficiência não gera interação equivalente com outras empresas e instituições locais no processo de inovação. Assim, o *spillover* do processo de aprendizado é baixo", Laplane e Sarti, (1997), p. 179.

[23] Observando a evolução da relação entre o estoque de investimentos externos e produto interno bruto, Reinaldo Gonçalves observa que "esta relação aumentou de 6,3% em 1995 para 9,2% em março de 1998. Isso representa, na realidade, um crescimento de 50% do grau de desnacionalização da economia brasileira. Se considerarmos o IED ao longo de 1998, principalmente vinculado às privatizações do sistema Telebrás, o estoque de IED chegaria a 90 bilhões de dólares e o coeficiente IED\PIB seria da ordem de 11.2%", Gonçalves, (1999), p. 75-76

um sistema nacional de inovações. Não parece ser outra a interpretação possível para o abandono da reserva de mercado da informática; a ausência de uma política industrial que proteja o produtor nacional; a inexistência de exigência de transferência efetiva de tecnologia; a inércia diante do elevado coeficiente de importação das empresas de capital estrangeiro; o estímulo à crescente internacionalização do sistema financeiro; a privatização das empresas públicas independentemente de sua importância estratégica para a defesa do interesse nacional; bem como a total despreocupação em coibir a concorrência predatória das importações e das empresas estrangeiras com os empresários nacionais. A importância crescente de investimentos diretos em operações de fusões e aquisições é o sintoma mais conspícuo da amplitude, da profundidade e da rapidez do processo de desnacionalização da economia brasileira.

O impacto perverso do modo como o Brasil vem pautando suas relações com o capital internacional fica evidente na desmensurada influência do interesse forâneo sobre os centros internos de decisões. Bastam alguns fenômenos para caracterizar a crescente dificuldade da sociedade brasileira definir os fins e os meios do desenvolvimento tendo em vista a necessidade de defender e promover o interesse nacional, entre os quais cabem ressaltar: a participação cada vez maior de empréstimos externos no financiamento de agentes internos, tanto na iniciativa privada quanto no setor público; a acelerada desnacionalização dos setores estratégicos da economia brasileira; a incapacidade do Real de deter a dolarização da dívida pública; o elevado grau de conversibilidade alcançado pela moeda brasileira; o caráter estrutural do desequilíbrio nas contas externas e, em conseqüência, a assustadora dependência do Brasil do apoio financeiro externo e o peso decisivo dos Estados Unidos na viabilização de tal apoio; a falta de amparo legal adequado para evitar uma escandalosa promiscuidade entre o capital estrangeiro e o Estado brasileiro, a elevada volatilidade dos nexos do capital internacional com o espaço econômico nacional; a altíssima permeabilidade dos altos escalões do Estado brasileiro às pressões da comunidade financeira internacional; bem como a ideologia que transforma o beneplácito capital internacional em uma espécie de tábua de salvação da economia nacional.

O sombrio balanço do papel projetado para o capital estrangeiro na economia brasileira parece confirmar o velho e ignorado vaticínio de Caio Prado sobre o significado da presença dominante do capital internacional nas atividades voltadas para o atendimento do mercado interno: "(...) o que os empreendimentos imperialistas determinam na atual conjuntura é uma deformação e amesquinhamento do que deveria ser o processo de

industrialização. E representam assim um reforçamento do sistema colonial que é o principal responsável pelas nossas deficiências, limitando o desenvolvimento aos acanhados horizontes daquele sistema".[24]

Bibliografia:

BOWLES/XIAO-YUAN, D. "Chine: une troisième voie". in: ACTUEL, Marx, *Où va la Chine?*. Presses Universitaires de France. Paris, 1997.

BUSTELO, P. e LOMMEN, Y. F. *La economía china ante el siglo XXI: Veinte años de reforma*. Ed. Sintesis, Madrid, 1996.

CHESNAIS, F. *La mondialisation du capital*, Suros, Paris, 1997.

DIESP\FUNDAP. "Abertura Externa e Sistema Financeiro". Convênio IPEA\FUNDAP, mimeo, 1998.

ERBER, F. S. e CASSIOLATO, J. E. "Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE". *Revista de Economia Política*, vol.17, nº 2 (66), abril-junho/1997.

FURTADO, C. *Análise do "modelo brasileiro"*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1972.

GONÇALVES, R. *Globalização e desnacionalização*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1999.

I. E. U. *Investing, Licensing & Trading in China – A guide to operating conditions, commercial laws and business regulations*. The Economist Intelligence Unit. New York, 1999.

LAPLANE, M. F. e SARTI, F. "Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90". *Economia e Sociedade*, nº 1, ago. 1992.

_____ "Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90". IPEA, Texto para discussão 629, 1999.

MEDEIROS, C. A. *China: entre os séculos XX e XXI*, in FIORI, J.L. (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Vozes, Petrópolis, 1999.

PIN, J. L. *L'ouverture économique de la Chine (1978-1999)*, La Documentation Française. Paris, 1999.

[24] Prado Jr., (1970), p. 330.

POMAR, W. *O Enigma chinês – capitalismo ou socialismo*. Alfa-Omega. São Paulo, 1987.

PORTO de OLIVEIRA, A. “Hong Kong: Metrópole Chinesa e Cidade Global”. in: mimeo *O papel de Hong Kong na modernização da China*, Instituto de Estudos Avançados, Assuntos Internacionais – 50, 1997.

PRADO Jr. C. *História Econômica do Brasil*. Brasiliense. São Paulo, 1970.

SAMPAIO Jr., P. A. S. “O Impasse da ‘formação nacional”. in: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Vozes. Petrópolis, 1999.

UNCTAD – Trade and Development Report, New York and Geneva, 1999.

VAN NESS, P. *Revolucion y política exterior China*. Ed. Libera, Buenos Aires, 1974.

A política comercial da China e as relações comerciais sino-brasileiras*

*Wang Zhiquan***

Sr. Presidente,

Senhoras e Senhores,

A convite do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, considero-me muito privilegiado de estar aqui, neste linda cidade do Rio de Janeiro, para participar do Seminário sobre Relações Brasil-China. Estou muito contente, também, de poder discutir com oficiais do governo, empresários, especialistas e acadêmicos tanto da China quanto do Brasil sobre como continuar a promover as amistosas relações de cooperação entre nossos dois países. Gostaria de aproveitar a oportunidade, aqui, para expressar minha sincera gratidão ao anfitrião pela hospitalidade que nos foi estendida, e desejar o maior sucesso ao seminário.

O progressivo aperfeiçoamento dos métodos de comunicação e das telecomunicações, em particular, tem tornado o contato entre os diferentes países cada vez mais fácil. Presentes neste seminário estão diplomatas experientes, oficiais governamentais, com longo tempo de serviço, excelentes empresários e acadêmicos famosos, que estiveram ativamente envolvidos em várias áreas, tais como relações exteriores, comércio e cooperação econômica, cultura e ciência e tecnologia. Há, também, jovens indivíduos que são entusiásticos no que diz respeito à promoção das boas relações entre nossos dois países, bem como à paz e ao desenvolvimento mundial. Acredito que o seminário que estamos realizando aqui hoje, na virada do século, certamente terá impactos positivos e de longo alcance sobre o desenvolvimento de relações cooperativas amistosas entre a China e o Brasil no próximo século.

Agora, eu gostaria de fazer alguns comentários sobre a política comercial da China e as relações comerciais sino-brasileiras

---

* Tradução por Manuela M.C. Frazão – Técnica em Relações Internacionais.

** Diretor Geral do Departamento de Assuntos Americanos e Oceânicos, Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica, República Popular da China.

A política comercial da China.

Nenhum país pode se desenvolver sem engajar-se em intercâmbios internacionais. A condução do comércio exterior não é apenas um meio importante pelo qual os diferentes países podem aproveitar as vantagens comparativas de uns e de outros e promover o desenvolvimento de suas respectivas economias nacionais, mas também uma maneira efetiva de desenvolver relações amistosas entre si e resguardar a paz e a estabilidade mundiais. O governo chinês atribui grande importância ao desenvolvimento de seu comércio exterior. Após 20 anos de abertura e reforma, a China está progredindo com grande velocidade em seu comércio exterior. Em 1978, o volume total de importações e exportações da China era de apenas US$ 20,6 bilhões, colocando-a no 32º lugar entre as nações comerciantes do mundo. E naquele momento, a China tinha apenas umas poucas dúzias de parceiros comerciais. O ano de 1998 testemunhou um valor total de importações e exportações chinesas de US$ 323,9 bilhões, colocando o país no 11º lugar; US$ 183,76 bilhões representavam as exportações da China, promovendo-a para o 9º lugar. De 1992 a 1996, a China permaneceu a 11ª maior nação comerciante do mundo durante seis anos sucessivos, e chegou a alcançar o 10º lugar em 1997. Em 1998, a China voltou ao 11º lugar no que diz respeito ao volume total de seu comércio exterior, mas subiu para o 9º lugar em termos de exportações. A China mantém, atualmente, relações comerciais com 227 países e regiões no mundo.

Dos muitos fatores que levaram ao rápido desenvolvimento do comércio exterior da China, o de maior importância é a adoção de uma política de comércio exterior coerente. Em termos simples, os princípios fundamentais da política comercial exterior da China podem ser resumidos à igualdade e ao benefício mútuo, e ao suprimento das necessidades uns dos outros. A China está disposta a desenvolver comércio e cooperação econômica com todos os países e todas as regiões do mundo, com base na igualdade e no benefício mútuo. Este princípio é melhor conhecido como sendo um dos cinco princípios de coexistência pacífica defendidos pela China (isto é, respeito mútuo pela integridade e a soberania territoriais, não-agressão, não-interferência nos assuntos internos uns dos outros, igualdade e benefício mútuo e coexistência pacífica). Com o estabelecimento e a melhoria da economia de mercado socialista, o mercado da China está se tornando cada vez mais aberto. Em anos recentes, em mais de uma ocasião, a China voluntariamente diminuiu suas tarifas, de um nível médio de 43,2% em 1992 para o nível atual de 17%. Espera-se que o nível médio tarifário da China

passe a ser de 15% até o final de 2000, e que o nível tarifário para produtos industriais seja de 10% até 2005. Enquanto isso, a China tem implementado uma forte política orientada para a importação de materiais para o processamento do comércio, e o equipamento importado para o processamento do comercio é isento de tarifas e taxas de valor agregado. Além disso, medidas não-tarifárias também foram substancialmente reduzidas e, atualmente, há apenas algumas *commodities* que estão sujeitas a cotas e controle de licenças de importação. Entre milhares de *commodities*, apenas 35 itens estão sujeitos a controle de importação, o que inclui 15 produtos de maquinaria e elétricos e 13 produtos gerais. O resto das *commodities* de importação caem sob um registro especial e registro automático. As *commodities* sujeitas ao registro especial totalizam 84 itens, dos quais 7 itens são colocados sob a categoria de registro especial com restrição quantitativa, e 77 itens são categorizados como registro especial sem restrições de quantidade, ou seja, *commodities* de maquinaria e elétricas. Há 7 itens sujeitos ao registro automático, e o resto do registro automático é de *commodities* de maquinaria e elétricos, com exceção daqueles que estão sujeitos à aplicação de cotas e registro especial. Essas *commodities* não requerem aprovação e estão apenas sujeitas à liberação aduaneira por meio de formulários de registro. As comissões centrais e os ministérios encarregados da administração da importação são os seguintes: a Comissão de Estado de Planejamento do Desenvolvimento assume a responsabilidade pelo controle de importação de importantes produtos agrícolas. A Comissão de Estado Econômica e Comercial administra o controle de importação de produtos industriais; o Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica é responsável por gerenciar a importação de produtos de maquinaria e elétricos, enquanto a Agência de Estado do Monopólio do Tabaco é responsável pelo controle de importação de produtos de tabaco. Além disso, o Ministério das Finanças é responsável pela formulação do sistema tarifário e pela implementação do regulamento de tarifas. As *commodities* sujeitas a cotas de exportação e à administração de licenças caem sob duas categorias. A primeira categoria define as *commodities* sujeitas a cotas passivas e administração de licenças, principalmente têxteis, totalizando os 276 itens. A segunda categoria define as *commodities* sujeitas a cotas positivas, e administração de licenças, totalizando 59 itens. Cotas de exportação e licenças são administradas individualmente pelo Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica, províncias, regiões autônomas e cidades que estão sob a orientação direta do Conselho de Estado, bem como cidades com *status* sub-provinciano. A maioria das *commodities* pode ser comercializada através de empresas às quais foi concedido o direito de efetuar a exportação, com a exceção de *commodities*

como arroz, grão de soja, e tecidos de seda não-tingidos, que são comercializados através de transações conjuntas e unificadas; ou seja, essas *commodities* podem ser exportadas apenas por algumas empresas designadas pelo Estado. As empresas de produção e empresas financiadas por capital estrangeiro podem apenas exportar as *commodities* que elas mesmas produzem.

Desde que as taxas de câmbio duplas de RMB foram unificadas em 1994, a China adotou um sistema único e gerenciável de taxa de câmbio flutuante, que é baseada na oferta e na demanda do mercado. Dessa maneira, a taxa de câmbio do RMB tem mantido uma tendência de estabilidade básica e uma pequena apreciação. Desde a ruptura da crise financeira asiática, o Governo Chinês tem honrado sua promessa de manter a estabilidade do RMB. A estabilidade da taxa de câmbio do RMB tem contribuído para a construção da confiança tanto de investidores domésticos quanto dos estrangeiros na economia chinesa e sua moeda. O gerenciamento do câmbio externo da China será baseado sobre o Princípio de Três Não Mudanças, ou seja, não haverá mudança na convertibilidade do RBM sob a conta corrente; não haverá mudança para gerenciar o RMB sob a conta de capitais; e, por fim, não haverá mudança da meta para a realização final da livre convertibilidade do RMB.

A absorção e uso ativos do investimento estrangeiro são parte importante da reforma e da abertura da China. Desde a implementação da reforma e a política de abertura em 1979, progressos significativos têm sido feitos na absorção do investimento estrangeiro. A partir de 1993, a China passou a ocupar o primeiro lugar entre os países em desenvolvimento no uso de investimento estrangeiro, e lá se manteve durante cinco anos consecutivos. Até o final de setembro de 1999, a China havia aprovado 337.471 empresas com investimento estrangeiro com um valor contratual de US$ 602,32 bilhões e um valor realizado de US$ 296,686 bilhões. A absorção e a utilização de investimento estrangeiro aceleraram o passo do desenvolvimento econômico da China. Atualmente, as empresas com investimento estrangeiro se tornaram uma nova área do crescimento econômico da China. Até agora, 150.000 empresas com investimento estrangeiro entraram em produção. De janeiro a junho deste ano, o valor total de importações e exportações feitas a partir de empresas com investimento externo foi de US$ 73,363 bilhões, o que representa 48,46% do total nacional. Desse total, as exportações somam US$ 36,888 bilhões, ou seja, 42,41% do total nacional, e as importações somam US$ 36,475 bilhões, ou seja, 56,2% do total nacional. Com o aprofundamento da reforma e da

abertura, e com a progressiva melhoria do sistema de economia de mercado, as empresas com investimento estrangeiro desempenharão um papel maior na economia da China. Isso não irá apenas fazer com que seja mais fácil para as empresas auferir benefícios econômicos extraordinários, mas trará, também, o progresso na integração da economia da China com a economia global.

O governo chinês tem chegado a uma série de decisões sobre a maior abertura ao mundo externo e sobre o incremento do nível de uso de investimento estrangeiro. Embora continue a concentrar-se sobre a absorção e o uso de investimento estrangeiro direto, a China fará grandes esforços nos seguintes aspectos:

1. A estrutura industrial do investimento estrangeiro será otimizada. Os investidores estrangeiros serão encorajados a investir, principalmente, em agricultura, indústria de alta tecnologia, indústrias básicas, infra-estrutura e indústrias de proteção ambiental, e exportações para obtenção de divisas internacionais. Será dado aos investidores estrangeiros um direcionamento para a transformação técnica das indústrias tradicionais e as velhas bases industriais, de modo a explorar ao máximo sua superioridade comparativa e continuar desenvolvendo projetos intensivos em mão-de-obra, em conformidade com a política industrial do Estado.

2. O campo do investimento exterior será expandido ainda mais. Indústrias competitivas abrir-se-ão mais ao mundo externo. A escala de uso de investimentos estrangeiros nas indústrias petroquímica e de construção será aumentada. O investimento estrangeiro será convidado a investir em setores de exploração de recursos minerais, com base em uma seleção caso a caso. O comércio de serviços será facilitado para que venha a se abrir de maneira gradual.

3. A distribuição regional de investimento estrangeiro será melhorada.

4. O investimento estrangeiro será absorvido por múltiplos canais e de várias maneiras.

5. O investimento por parte de corporações trans-nacionais será absorvido e direcionado de maneira positiva.

6. Far-se-á um bom trabalho em manejar as empresas com investimento estrangeiro já existentes.

7. Grandes esforços serão feitos para melhorar o ambiente de investimento, e as empresas com investimento estrangeiro serão gerenciadas de maneira melhor pela lei.

O mercado chinês tem um grande potencial e o ambiente de investimento está ficando melhor. Há muito espaço para se investir na China.

A China está, atualmente, acelerando a reforma de seu regime de comércio exterior e empresas comerciais de modo a facilitar seu desenvolvimento econômico e a atender às necessidades da integração econômica global. Como todos nós sabemos, há treze anos atrás, a China começou a solicitar sua admissão na Organização Mundial do Comércio. No princípio de manter o equilíbrio entre direitos e obrigações, a China continuará a lutar para se tornar um estado membro da OMC, com base na condição de país em desenvolvimento.

A cooperação econômica e comercial entre a China e o Brasil pode ser colocada como um modelo de cooperação Sul-Sul. Embora haja certas dificuldades e problemas comuns nas relações bilaterais econômicas e comerciais, acreditamos ser inteiramente possível levar a cooperação bilateral econômica e comercial para um novo nível. Basta que ambos os lados explorem, de maneira positiva, com base em princípios de igualdade e benefícios mútuos, o potencial da cooperação comercial e econômica, sobre várias formas cooperativas, perseguindo o desenvolvimento comum, suprindo as necessidades uns dos outros, compensando pelas deficiências e aprendendo um com o outro. Acolhamos com uma postura construtiva e com plena confiança o clímax da cooperação econômica e comercial entre a China e o Brasil no próximo século. O amanhã será mais belo!

Programa do Seminário Brasil-China

Rio de Janeiro, 18 e 19 de novembro de 1999

Mesa 1 - Ciência e Tecnologia: políticas nacionais e possibilidades de cooperação

Affonso Ouro-Preto

Embaixador do Brasil em Pequim

Américo Richieri

Presidente da Trópico S.A.

Arolde de Oliveira

Deputado, Membro da Comissão de Ciência e Tecnologia

Carlos Roberto de Faria

Superintendente de Cooperação Internacional do CNPq

Chen Duqing

Cônsul-Geral da China no Rio de Janeiro

Elói de Souza Garcia

Presidente da FIOCRUZ

Huang Dawei

Diretor do Instituto de Zoologia, Academia de Ciências da China

Isaías Raw

Presidente da Fundação Butantã

José Monserrat Filho

Vice-Presidente, Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial

José Roberto Rodrigues Peres

Diretor da EMBRAPA

Li Guoxin

Embaixador da China em Brasília

Li Mingshu

Instituto de Informática, Academia de Ciências da China

Márcio Barbosa

Diretor do INPE

Mário Jorge Ferreira Braga

Almirante, Secretário de Ciência e Tecnologia da Marinha

Renata La Rovere

Professora, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Samuel Pinheiro Guimarães

Embaixador, Diretor do IPRI

Telmo Araújo

Diretor do Programa Ásia/Softex

Walter Bartels

Presidente, Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil

Zhang Liangrui

China National Space Agency

Mesa 2 - Energia: políticas nacionais e possibilidades de cooperação

Affonso Ouro-Preto

Embaixador do Brasil em Pequim

Afonso Moreira Santos

Diretor, Agência Nacional de Energia Elétrica

Alceste Almeida

Deputado, Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energia

Bautista Vidal

Professor, Ex-Secretário de Energia do MME

Hildebrando Gonsales

Assessor da Diretoria da Petroquisa

Ildo Sauer

Professor, Universidade de São Paulo

João Figueira

Diretor da Braspetro

Li Gansheng

Diretor de Produção e Exploração da SINOPEC

Li Guoxin

Embaixador da China em Brasília

Li Hayuan

Diretor de Petróleo e Gás, China National Petroleum Corporation

Lu Yanchang

Vice-Presidente, State Power Corparation of China

Luiz Fernando Ligiéro

Ministro, Assessor de Comunicação Social do Itamaraty

Luiz Horta Nogueira

Diretor, Agência Nacional de Petróleo

Luiz Pinguelli Rosa

Vice-Presidente, COPPE/UFRJ

Paulo Roberto Costa

Diretor da Gaspetro

Samuel Pinheiro Guimarães

Embaixador, Diretor do IPRI

Mesa 3 - A China e o Brasil na política internacional

Affonso Ouro-Preto

Embaixador do Brasil em Pequim

Carlos Augusto Santos Neves

Embaixador, Secretário de Planejamento Diplomático do Itamaraty

Carlos Henrique Cardim

Diretor do Centro de Estudos Estratégicos, MCT

Darc da Luz Costa

Conselheiro, Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos

Edmundo Fujita

Ministro, Diretor do Departamento da Ásia e Oceania do Itamaraty

Haroldo Lima

Deputado, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China

Hélio Jaguaribe

Professor, Ex-Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Jório Dauster

Embaixador, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce

Li Guoxin

Embaixador da China em Brasília

Luiz Alfredo Salomão

Deputado Federal

Paulo Neves de Aquino

General de Exército, Ex-Comandante de Operações Terrestres

Paulo Vizentini

Professor, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Qian Liren

Ex-Presidente do "People's Daily of China"

Roberto Saturnino

Senador da República

Samuel Pinheiro Guimarães

Embaixador, Diretor do IPRI

Sérgio Xavier Ferolla

Brigadeiro, Ministro do Superior Tribunal Militar

Severino Cabral

Professor, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Cândido Mendes

Shang Deliang

China Institute of Contemporary Relations

Vamireh Chacon

Professor, Universidade de Brasília

Yin Heng Min

Conselheiro, Ministério dos Negócios Estrangeiros da China

Mesa 4 - A China e o Brasil na globalização

Affonso Ouro-Preto

Embaixador do Brasil em Pequim

Carlos Medeiros

Professor, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Carlos Tavares

Assessor de Comércio Exterior, Confederação Nacional do Comércio

Charles Tang

Presidente, Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China

Jiang Shixue

Diretor de Estudos latino-americanos, Academia de Ciências Sociais da China

José Alfredo Graça Lima

Embaixador, Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos do Itamaraty

Li Guoxin

Embaixador da China em Brasília

Long Guoqiang

Development Research Centre of the State Council of China

Luiz Alfredo Salomão

Deputado Federal

Luiz Vicente Aguilar

Gerente para a Ásia da MBR

Márcio Fortes

Deputado Federal

Plinio de Arruda Sampaio Jr.

Professor, Universidade de São Paulo

Roberto Jaguaribe

Ministro, Diretor do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty

Samuel Pinheiro Guimarães

Embaixador, Diretor do IPRI

Wang Zhiquan

Director, Department of American and Oceanian Affairs, MOFTEC

Anexo

Variações na escrita latina de nomes chineses

nome em português / forma Wade-Gilles	**forma *pinyins* (1979)**
topônimos	
Rio Amarelo	Huang Ho
Cantão (Kwangchow)	Guangzhou
Chungking	Chongqing
Foochow	Fuzhou
Fukien	Fujian
Hong Kong	Xianggang
Kiangsu	Jiangsu
Kirin (Ki-lin)	Jilin
Kwangtung	Guangdong
Macau	Aomen
Manchuria (manchukuo)	Manzhougou
Nanquim	Nanjng
Pequim	Beijing
Szechwan	Sichuan
Tientsin	Tianjin
Tsinan	Jinan
Xangai	Shanghai
Rio Yang-tse	Yangzi
Yenan	Yan'nan
personalidades	
Chao Tsiang	Zhao Ziang
Chiang Ching	Jiang Qing
Chiang Kai-shek	Jiang Jieshi
Chiang Tse-min	Jiang Zemin
Chu En-lai	Zhou Enlai
Hu Chin-tao	Hu Jintao
Hua Kuofeng	Hua Guofeng
Lin Piao	Lin Biao
Liu Shao-ch'i	Li Shaoqi
Mao Tse-tung	Mao Zedong
Teng Hsiao-peng	Deng Xiaoping
(Partido) Kuomintang	Guomingdang